CTI-IPHAN-AECID

ANEXOS - RELATÓRIO TÉCNICO

"VALORIZAÇÃO DO MUNDO CULTURAL GUARANI MBYA"

Convênio nº 702174/2008 - IPHAN /CTI

Resolución nº 2326/2008 - AECID /CTI

Junho de 2011

VII. RELAÇÃO DOS ANEXOS

Ações de Conhecimento

Levantamento Preliminar – Aplicação da Fase 1 do INRC

Ficha de Sítio *Yvyrupa*

Fichas de Localidade

- Espírito Santo
- Rio de Janeiro
- São Paulo
- Paraná
- Santa Catarina
- Rio Grande do Sul

Ficha de Bens Culturais inventariados (Anexo 3 INRC)

CD - Anexos do INRC - 1 - Bibliografia; 2 - Registro Audiovisual; 4 - Contatos

Os Guarani nos Registros Historiográficos em Acervos de Espanha

CD - Fichas catalográficas, documentos digitalizados e Guía de uso de bibliotecas españolas para la investigación sobre la historia y cultura guaraní

Ações de Salvaguarda

Encontro sobre Visitação e Turismo em Terras Indígenas

Anexo 1 – Convite para o encontro

Anexo 2 - Mapa do Transporte para o encontro

Anexo 3 – Lista de presença no Evento

Anexo 4 – Documento resultado da oficina – Entregue à Prefeitura de Salto do Jacui

Anexo 5 – Alguns depoimentos Oficina Turismo

Anexo 6 – Certificado de participação No Encontro De Turismo

Anexo 7 – Cartilhas Turismo 1

Anexo 8 – Cartilhas Turismo 2

Anexo 9 – Caderno de Imagens - Encontro Visitação e Turismo em Terras Indígenas

Anexo 10 – Documentos elaborados pelos Guarani durante a oficina ao IPHAN

Oficinas de apoio aos saberes e práticas artesanais Guarani

Anexo 11 – Alguns depoimentos Oficina Artesanato Koenju

Anexo 12 – Certificado de Participação Oficina Artesanato Koenju

Anexo 13 – Cadernos de imagens – Oficina de apoio à práticas artesanais Guarani Mbya – Tekoa Koenju

Anexo 14 – Alguns depoimentos Oficina Cantagalo

Anexo 15 – Certificado de Participação Oficina Cantagalo

Anexo 16 – Caderno de imagens – Oficina de apoio à práticas artesanais Guarani Mbya – Tekoa Jateity

Anexo 17 –Avaliação de uma professora Guarani sobre as Oficinas de apoio às práticas artesanais guarani

Apoio à realização do *Nhemongaraí*

Anexo 18 – Caderno de imagens – Apoio ao Nhemongarai nas Tekoa Anhetengua, Tekoa Porã, Tekoa Koenju, Tekoa Yryapu, RS

Ações de Salvaguarda Emergenciais

Anexo 19 – Mbojape Nhemongarai Pinhal

Anexo 20 – Mbojape Nhemongarai Pinhal – Carta das lideranças da Aldeia Pinhal

Anexo 21 – Mbojape Nhemongarai Pinhal – Solicitação de apoio a realização de ritual

Anexo 22 – Mbojape Nhemongarai Pinhal – Lista de passageiros do Tekoa Pyhau

Anexo 23 – Mbojape Nhemongarai Pinhal – Fotos

Anexo 24 – Plantio *Avaxi etei* Tekoa Rio Silveira

Anexo 25 – Plantio de cultivos tradicionais e frutíferas – Vale do Ribeira e Rio de Janeiro – Fotos

Anexo 26 – *Mbojape Nhemongarai* – Aldeia Boa Vista – Ubatuba – SP – Projeto

Anexo 27 – *Mbojape Nhemongarai* – Aldeia Boa Vista – Ubatuba – SP – Relatório Parcial

Anexo 28 – *Mbojape Nhemongarai* – Aldeia Boa Vista – Ubatuba – SP – Relatório da Cerimonia

Anexo 29 – *Mbojape Nhemongarai* – Aldeia Boa Vista – Ubatuba – SP – Fotos

Anexo 30 – Planejamento *Guembe Nhemongarai* na Aldeia Pinhal

Anexo 31 – Relato do *Guembe Nhemongarai* na Aldeia Pinhal

Anexo 32 – Fotos *Guembe Nhemongarai* na Aldeia Pinhal

Anexo 33 - Intercâmbio de matéria prima para confecção de artesanato, aldeias Amba Porã (Miracatu) e Paranapuã (São Vicente) – Solicitação da comunidade

Anexo 34 - Intercâmbio de matéria prima para confecção de artesanato, aldeias Amba Porã (Miracatu) e Paranapuã (São Vicente) – Fotos

Anexo 35 - Encontro com xeramõi João da Silva da aldeia Sapukai, RJ, na aldeia Tenonde Porã - Solicitação

Anexo 36 - Encontro com xeramõi João da Silva da aldeia Sapukai, RJ, na aldeia Tenonde Porã – Fotos

Anexo 37 - Intercâmbio de espécies, plantio e criação de viveiro de mudas de plantas medicinais na aldeia do Krukutu – Solicitação

Anexo 38 - Intercâmbio de espécies, plantio e criação de viveiro de mudas de plantas medicinais na aldeia do Krukutu – Relato da viagem ao Paraná

Anexo 39 – Cerimonia do Yy Karai na Aldeia do Jaraguá 2011 – Fotos

Anexo 40 – Oficina de *mimby* (flauta) na aldeia Tenonde Porã – Solicitação

Anexo 41 – Oficina de *mimby* (flauta) na aldeia Tenonde Porã – Relatório

Anexo 42 – Oficina de *mimby* (flauta) na aldeia Tenonde Porã – Fotos

Anexo 43 – Ensinamentos sobre os rituais aos jovens das aldeias Três Palmeiras, Boa Esperança e Piraqueaçu na Opy da aldeia Boa Esperança, ES

Anexo 44 – Ensinamentos sobre os rituais aos jovens das aldeias Três Palmeiras, Boa Esperança e Piraqueaçu na Opy da aldeia Boa Esperança, ES - Fotos

Ações de Promoção e Divulgação

DVD – Orereko Mbaraeterã – Valorização do Mundo Cultural Guarani

DVD – Mbojape Nhemongarai – Aldeia Pinhal

Ações de Conhecimento

Levantamento Preliminar – Aplicação da Fase 1 do INRC

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **SÍTIO**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F10	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO	YVYRUPA
OUTRAS DENOMINAÇÕES	TERRITÓRIO GUARANI
ESTADO	ES, RJ, SP, PR, SC, RS, Província de Misiones na Argentina, região oriental do Paraguai e Norte do Uruguai.
MUNICÍPIO	
DISTRITO OU SUBDISTRITO	

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

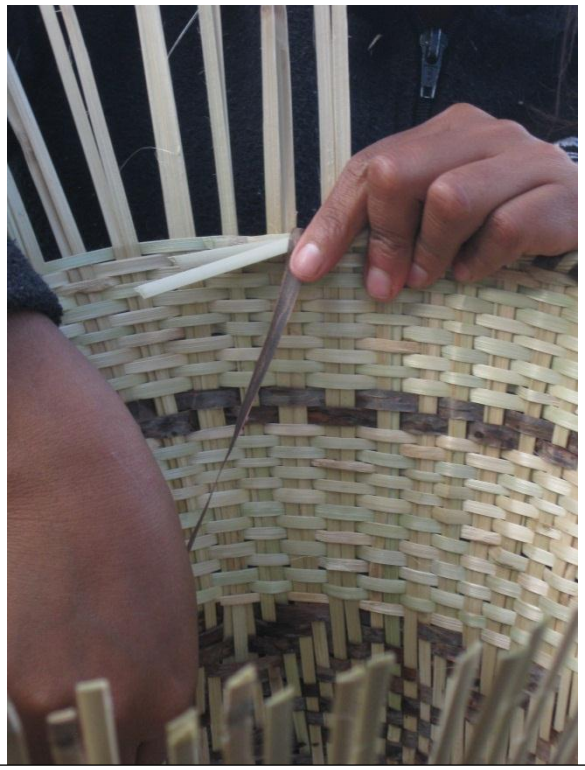
LOCALIDADES INVENTARIADAS	**NO SÍTIO**	1) Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado do Espírito Santo 2) Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado do Rio de Janeiro 3) Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado de São Paulo 4) Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado do Paraná 5) Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado de Santa Catarina 6) Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado do Rio Grande do Sul OBS: Durante a fase preliminar seguiu-se uma delimitação provisória das "localidades" considerando os limites de cada Estado das regiões Sul e Sudeste do Brasil onde concentram-se aldeias Guarani. Em cada Estado, durante um período de três meses, pesquisadores com estudos ou experiências de trabalho voltados ao povo Guarani procederam à coleta de fontes documentais e bibliográficas e de informações existentes a respeito desse povo indígena, em arquivos públicos, universidades e demais instituições. Por se tratar de uma pesquisa preliminar com intuito de mapear os registros sobre a presença Guarani, e também sobre a própria história e memória de colonização respectiva a cada unidade federativa, a delimitação de "localidade" correspondendo a cada Estado, durante a fase preliminar das Ações de Conhecimento, configurou-se como a melhor alternativa para a busca e a reunião das fontes e a verificação dos critérios de arquivamento de documentos anteriores e posteriores à discriminação de fronteiras, nacionais e federativas. Se nos arquivos de instituições públicas específicas a documentação concentra-se ou prioriza a ocupação Guarani no marco territorial que lhe corresponde, as pesquisas bibliográficas nas universidades e em acervos acadêmicos apontaram para uma variedade de títulos sobre os Guarani distinguidos como povo cujo Território transcende as fronteiras e limites oficialmente impostos. Nesse sentido os acervos bibliográficos das diversas universidades contém uma base comum consolidada no que se refere à produção historiográfica e etnológica a respeito dos Guarani, em constante atualização. Levando em conta, pois, a amplitude do território de ocupação Guarani, entendemos que para uma maior eficácia da aplicação da metodologia do INRC (fase 2), a categoria "localidade" deve ser redimensionada. Nesse sentido apresentamos uma proposta de definição de "localidade" tendo em vista critérios históricos, sociológicos e políticos que permitem entrever maior proximidade entre conjuntos regionais de aldeias, independentemente de sua inserção nas unidades administrativas do Brasil e dos demais países nos quais existem aldeias guarani. Uma vez que as relações entre as aldeias ao longo do território guarani é dinâmica e depende do movimento das relações de parentesco e das alianças políticas entre as diversas parentelas, a delimitação das localidades para fins da aplicação do INRC só pode ser feita junto com os Guarani. Dessa forma, uma das atividades iniciais do INRC deve ser a definição dos conjuntos regionais de aldeias a partir das quais será realizado o Inventário e as atividades. Apresentamos abaixo uma proposta inicial, que poderá servir de referência para a discussão: 1) Conjunto das Aldeias do Litoral Norte de São Paulo, Litoral do Rio de Janeiro e Espírito Santo 2) Conjunto das Aldeias do Planalto de São Paulo e Baixada Santista 3) Conjunto das Aldeias do Vale do Ribeira/SP, Litoral do Paraná e Litoral Norte de Santa Catarina 4) Conjunto das Aldeias da Região do Rio Iguaçu, e Centro Oeste do Paraná 5) Conjunto das Aldeias do Litoral Sul de Santa Catarina e do Litoral do Rio Grande do Sul 6) Conjunto das Aldeias do Oeste (Missões) e Interior do Rio Grande do Sul

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

	NO ENTORNO	

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.



DETALHE DO TRANÇADO DO *AJAKA,* CESTO GUARANI - OFICINA DE ARTESANATO REALIZADA EM JULHO DE 2010 NA ALDEIA CANTAGALO, VIAMÃO, RS.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

PREPARAÇÃO DA *AVAXI KUI* (FARINHA DE MILHO). OFICINA DE ARTESANATO NA ALDEIA KOENJU, SÃO MIGUEL DAS MISSÕES, RS.

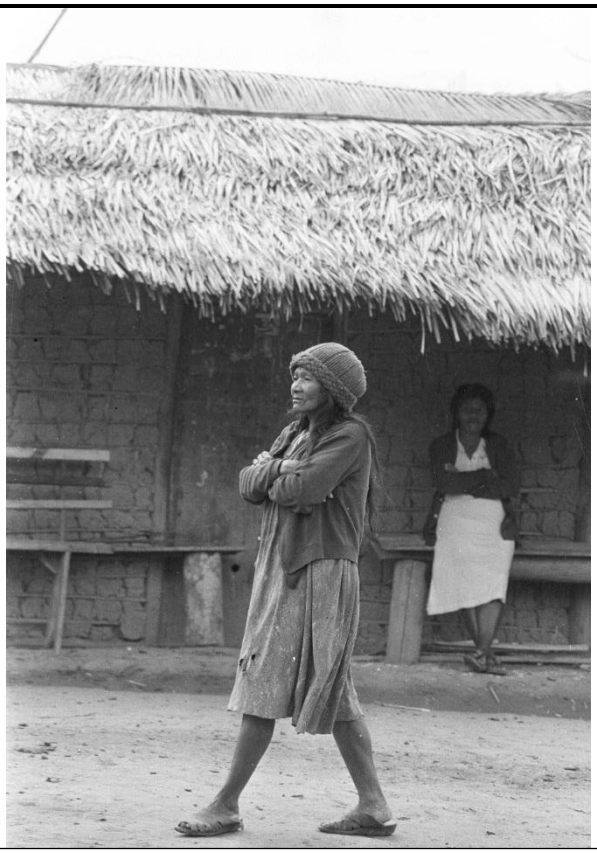
DIFERENTES *PETYNGUA*, CACHIMBOS GUARANI, TRAZIDOS POR PARTICIPANTES DO PARANÁ E ERVAS PARA MISTURAR AO *KA´A* (ERVA-MATE) - OFICINA DE ARTESANATO REALIZADA EM JULHO DE 2010 NA ALDEIA CANTAGALO, VIAMÃO, RS.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

SR. DIONÍSIO DUARTE, ANCIÃO ARGENTINO FALA SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS SEMENTES TRADICIONAIS *YVAÚ E KAPÍ´A* - OFICINA DE ARTESANATO REALIZADA EM JULHO DE 2010 NA ALDEIA CANTAGALO, VIAMÃO, RS.

PEÇAS PRODUZIDAS DURANTE A OFICINA DE ARTESANATO NA ALDEIA KOENJU, SÃO MIGUEL DAS MISSÕES, RS.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--



DONA AURORA, ANTIGA LIDERANÇA ESPIRITUAL DA ALDEIA BOA ESPERANÇA. 1984.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS*.

SÍNTESE

A fase de levantamento preliminar constituiu uma oportunidade muito rica para discutir e refletir com os Guarani sobre o INRC como instrumento de pesquisa e conhecimento e como ferramenta propulsora de políticas públicas. Nesta fase, foi possível pensar algumas diretrizes básicas para a construção de um processo de inventário que integre ações de conhecimento, valorização e salvaguarda do patrimônio cultural Guarani. Neste sentido, associado a um trabalho de apresentação e discussão do projeto em aldeias nos seis Estados do sul e sudeste do Brasil, houve um esforço concentrado em compartilhar os primeiros resultados da pesquisa preliminar (mapeamento de informações georeferenciadas, levantamento de referências bibliográficas, iconográficas e audiovisuais) com os Guarani e encontrar caminhos para tornar este conhecimento produtivo, tanto em termos de contribuição para seus processos de criação e circulação de conhecimentos, como para a interlocução com agentes e agências não indígenas. Tendo o protagonismo dos Guarani como pressuposto metodológico na realização do INRC em suas comunidades, espera-se que a pesquisa se concretize, na fase de aplicação do Inventário, em meio para a multiplicação de ações e saberes que favoreçam o fortalecimento do mundo cultural guarani, em seus diversos aspectos.

É neste contexto de produção, circulação e tradução de conhecimentos que apresentamos uma exposição preliminar sobre como se substanciam o que denominamos referências culturais no universo guarani, algumas delas por ora realçadas com grifo, ressaltando que não se trata de uma abordagem acadêmica e que uma descrição mais aprofundada será possível ao final do Inventário, mesmo sabendo que esta também será apenas uma pequena via de acesso ao universo cultural guarani, como seria qualquer abordagem textual. Um “ponto” a partir do qual seja possível

ver, não o todo, mas as partes que se traduzem em imagens textuais.

Território e cultura. Processos de criação e circulação:

Após a colheita das diferentes espécies de milho guarani (*avaxi ete'i*), no período que corresponde aos meses de janeiro a março são celebrados os rituais de *mbojapé nhemongaraí*. É no final deste período que se fecha o ciclo do *ara pyau* ("tempos novos") e se inicia o *ara yma* ("tempos velhos") que, por sua vez se encerra entre os meses de agosto/setembro quando ressurge *ara pyau* e se reinicia o novo ano agrícola. Pode-se dizer, a grosso modo, que esses "tempos" coincidem com as nossas estações: primavera-verão e outono-inverno. O *ara pyau* é marcado pela realização dos rituais de *ka'a xaï* (lit: maço de erva-mate), que envolvem a erva mate, e inicia um novo **ciclo agrícola** guarani**.** Neste período, que se estende até o início do outono, podem ser realizados diversos rituais e cerimônias, dependendo dos recursos naturais, disposição e particularidades de cada *tekoa*. Estes **rituais e cerimônias** realizados na **Opy** (casa de "rezas"), assim como aqueles que encerram os ciclos, propiciam ocasião para intensa visitação e experiências de intercâmbios entre os *tekoa*. É na finalização do *ara pyau* e início do *ara yma* que se celebram as colheitas e são guardadas as sementes para o próximo plantio.

A articulação entre os ciclos rituais e os ciclos de plantio e apropriação de recursos naturais é mais um indício da relação significativa entre território e cultura. Um ***tekoa*** pode ser entendido, em termos gerais, como um espaço que possibilita a construção e a atualização de relações entre parentes e afins. Um espaço propício para a realização de experiências de vivência e convivência que se multiplicam na produção de redes complexas de saberes, ações e pessoas. Assim, um *tekoa* pode coincidir ou não com os limites físicos de uma aldeia ou terra indígena, mas não deve ser confundido com essa delimitação, pois frequentemente a extrapola, tanto em termos geográficos, como sociais. Os *tekoa* guarani são distribuídos ao longo de um território que os guarani reconhecem como ***Yvyrupa***(lit: suporte terrestre), entendido, de modo geral, como uma terra sem divisões, como o mundo terrestre extensivamente habitado pelos guarani. Atualmente, este território é entrecortado por divisões nacionais, estaduais e municipais e por cidades e outros projetos de colonização, que fragmentam e comprimem as terras guarani. Ou seja, onde os Guarani vêem continuidade entre redes de pessoas, espaço e tempo, as divisões e formas de exploração territorial do entorno impõem limites e dificuldades.

A configuração atual deste território afeta diretamente as possibilidades de realização do que os Guarani consideram *nhandereko*, seu modo de viver. No entanto, a articulação política, cultural e social entre os diferentes *tekoa*, extrapolando as divisões estaduais e nacionais, permite que dêem continuidade aos processos de criação e circulação da sua cultura. Assim, o intercâmbio de materiais, sementes e mudas tem alimentado a continuidade da realização de rituais, mesmo em áreas que não dispõem atualmente destes recursos naturais. Remédios, curas, artesanatos, cantos, conhecimentos e pessoas também circulam nestas redes lançadas e percorridas pelos Guarani. No mesmo sentido, os Guarani estão continuamente investindo na valorização da sua língua, como meio privilegiado e exclusivo de comunicação entre parentes e divindades. Neste contexto de criação e circulação de saberes, bens e pessoas, os Guarani encontram caminhos para a preservação de seus conhecimentos e realização de seu *Teko.*

É neste sentido que o seguimento do INRC no âmbito do Projeto "Valorização do Mundo Cultural Guarani" deve se desenvolver, com foco nos processos de criação, continuidade e circulação dos saberes e práticas guarani. Mais do que um inventário de cultura material e imaterial, ele pode ser um instrumento fomentador de políticas públicas que possibilitem o investimento em ações que assegurem aos Guarani condições reais para a realização de seu próprio modo de vida. A realização da fase preliminar do INRC permitiu concluir que reconhecimento e a proteção às terras guarani, considerando a relação nítida entre território e cultura, é fundamental para a salvaguarda do seu patrimônio material e imaterial. Condições para cultivar suas variedades agrícolas e o acesso e a conservação dos recursos naturais presentes no bioma Mata Atlântica são imprescindíveis para a produção e a reprodução física e cultural dos Guarani, garantidas na constituição federal. Do mesmo modo, é urgente a criação de políticas públicas de reconhecimento e valorização das redes de circulação de pessoas, cultura material e imaterial ao longo do território conhecido pelos guarani como *Yvyrupa* e atualmente cortado por fronteiras municipais, estaduais e nacionais. Por fim, o envolvimento crescente dos Guarani nesta complexa ação de conhecimento mútuo, proposto pelo Estado brasileiro / IPHAN, por meio do INRC, indica a necessidade de construção de caminhos que assegurem a continuidade da realização das diversas formas de expressões culturais guarani, de forma livre, sem constrangimentos, discriminação e ingerências, ampliando inclusive as formas e meios de circulação de seus conhecimentos entre a sociedade não indígena.

Durante as reuniões de apresentação do INRC, em especial na Assembléia da Comissão Guarani Yvyrupa, realizada na TI Guarani do Ribeirão Silveira (SP) em Julho de 2009, muitos dos mais velhos expressaram grande desconfiança em relação às próprias bases das políticas de patrimônio imaterial do Estado Brasileiro. Os argumentos apresentados, em sua própria língua para os demais ouvintes, remetem à memória de uma história de silencioso massacre operada pela sociedade nacional contra os Guarani, e que teve como objeto não apenas o seu território tradicional de

ocupação, sobre o qual se construíram as grandes cidades e os pólos industriais do país, mas também suas expressões culturais, cujas manifestações sempre foram negadas e reprimidas pela sociedade nacional. Em um primeiro momento, os Guarani expressaram um certo desconforto em relação ao que entenderam como um "interesse do governo" nos seus conhecimentos tradicionais. Permanecia difícil de compreender, do ponto de vista dos mais velhos, porque o governo dos brancos, que (num passado não tão distante do qual todas as pessoas de mais de 50 anos tem a memória viva) proibia o uso da língua, escravizava seus parentes nas lavouras integracionistas instaladas nos postos do extinto Serviço de Proteção aos Índios, e reprimia todas as suas manifestações culturais, passava agora a se interessar pelos meandros de sua cultura, por seus conhecimentos tradicionais e, o que causa sempre maior desconforto, por suas manifestações "religiosas", conforme eles qualificam.

Para se compreender melhor o que significa esse projeto para os Guarani das aldeias do Sul e Sudeste do país, deve-se ter absolutamente claro que ele representa, de uma certa forma, um deslocamento nas estratégias de resistência cultural praticadas pelos Guarani, desde a consolidação da invasão européia. Como é sabido, os Guarani preferiram até muito recentemente manter resguardado dos brancos suas manifestações culturais, realizando seus rituais no espaço reservado da "casa de rezas" e optando por revelar aos não-guarani muito pouco do seu conhecimento. Essa estratégia de invisibilidade certamente foi importantíssima para os Guarani conseguirem garantir a transmissão e circulação dos seus conhecimentos para as gerações subseqüentes em meio a um contexto de extrema adversidade fundiária, ambiental e política, que marcou a desigual relação entre eles e a nossa sociedade. Não obstante, o advento do INRC enquanto política pública, aparece em um contexto de profunda transformação das balizas através das quais se operam as relações entre a sociedade ocidental e os povos indígenas, pautadas desde a Constituição de 1988, na idéia de valorização dos conhecimentos tradicionais e nos processos de patrimonialização cultural, discutidos e problematizados por pesquisas antropológicas recentes (Carneiro da Cunha. org: 2005).

Mesmo antes de qualquer discussão sobre o INRC, os Guarani tem sentido os efeitos desse processo e buscado adaptar suas estratégias de convivência com a nossa sociedade nesse novo contexto. Um exemplo importante, foi a inflexão operada pelos Guarani a partir da gravação de CDs que culminaram na proliferação dos corais infantis, mobilizados em apresentações para os brancos. Além de se constituir em fonte de renda, a divulgação dos **cantos infantis** é justificada também como parte de uma estratégia de dissipar preconceitos através de maior visibilidade e valorização da "cultura" guarani. Entretanto, como apontou Macedo (2009), a execução dos cantos nesse contexto de apresentação para os brancos, bem como a gravação deles em CDs, gerou também grande resistência dos mais velhos e foi permitida apenas com a mediação de lideranças mais jovens.

Os dois primeiros anos do "Projeto Valorização do Mundo Cultural Guarani", durante os quais a aplicação do INRC ficou circunscrita à fase preliminar de levantamento de dados secundários foi extremamente importante para o processo de mediação entre as lideranças mais jovens, que vêem o INRC como uma ação estratégica para as demandas dos Guarani, e os mais velhos, que ainda viam a proposta com certa desconfiança. Essa mediação só foi possível a partir da realização de uma série de ações de salvaguarda emergenciais, ocorridas durante esse período, durante as quais foi possível aos Guarani, tanto velhos como as demais lideranças e membros das comunidades, experimentarem as potencialidades que o projeto tem num processo interno de valorização das suas práticas culturais. A esse respeito cabem destaque as oficinas que envolveram a temática dos saberes ligados às **práticas artesanais**, realizadas em 2010 em duas aldeias distintas do Rio Grande do Sul (Ko'eju e Cantagalo) e replicadas posteriormente, por iniciativa dos próprios índios, nas Aldeias Tenonde Porã e Ribeirão Silveira, em São Paulo. A satisfação dos mais velhos ao verem as gerações mais novas completamente mobilizadas para escutar os ensinamentos a respeito dos conhecimentos tradicionais, cuja transmissão encontra-se em muitos aspectos extremamente prejudicada pela falta de terra e pela degradação das condições ambientais das regiões onde se situam as aldeias, foi o fator mais importante para a consolidação do processo de interiorização da percepção da importância do projeto por parte dos Guarani. Essas atividades, que constituíram-se como um verdadeiro processo de experimentação, também fortaleceram a percepção de que a luta pelo fortalecimento dos processos de transmissão do conhecimento tradicional está intimamente ligada à luta pelos direitos territoriais.

Uma explicação sumária do processo de preparação dessas oficinas ajuda a exemplificar a importância desse aspecto. Depois de cada organizador ou participante escolhido ter elegido qual objeto e/ou prática seria realizado durante as oficinas, ficou acordado que caberia ao responsável pela demonstração trazer a matéria-prima necessária para tanto. Entretanto, logo essa questão evidenciou-se, como imaginávamos desde o princípio, bastante delicada. Ocorre que embora muitos velhos e até outros Guarani soubessem realizar várias práticas tradicionais que gostariam de mostrar aos mais jovens, nem sempre havia material disponível na sua aldeia para fazê-lo, e mais ainda, diversos objetos e fazeres necessitam de matéria-prima que dificilmente pode ser encontrada em uma região só, por conta da situação ambiental precária do Sul e Sudeste. Tal situação faz com que a realização de determinadas práticas dependa diretamente das redes de troca operadas pelos Guarani, uma vez que um artesão sozinho nunca seria capaz de coletar na sua região os materiais necessários para certas atividades. Em relação à oficina realizada na Aldeia Ko'ẽju há um exemplo bastante significativo. Uma *xejaryi* (anciã) residente na própria aldeia mencionada, se propôs a confeccionar

as tintas de pintura corporal (*yxy*) utilizadas no rosto e que guardam grandes consonâncias cosmológicas com o **mito dos irmãos *Kuaray* e *Jaxy***, que compõe um dos principais núcleos de narrativas guarani. Para preparar a tinta, entretanto, eram necessários materiais como a folha de um determinado tipo de taquara (*taqua ete'i rogue*), a casca de uma árvore (*ka'atigua*) e a cera de uma abelha nativa sem ferrão (*jatei*). Durante a mobilização da comunidade para preparação da oficina, constatou-se que apenas a cera da abelha podia se encontrar na região, e mesmo assim, teve de ser extraída fora da área atualmente demarcada. Mesmo assim, a ocasião da oficina possibilitou a confecção das tintas, uma vez que outros participantes de outras aldeias foram mobilizadas para buscar os demais materiais. As folhas da *taqua ete'i* foram trazidas do Salto do Jacuí e a casca da árvore *ka'atigua* foi extraída da região da "Mata São Lourenço", área florestada privada, de especial importância para os Guarani.

CACIQUE ARIEL E SUA ESPOSA PATRÍCIA, UTILIZANDO A PINTURA DO *YXY* NO ROSTO

Essa mesma dificuldade apontada foi justamente um dos pontos marcantes da satisfação dos mais velhos, uma vez que perceberam a oficina como uma oportunidade para realizar coisas que dificilmente eram possíveis sem o projeto, e ao mesmo tempo, permitia potencializar essa experiência e esses ensinamentos através das falas de aconselhamento aos mais jovens (***nhemongueta***) que permearam todas as atividades dessa fase preliminar do projeto. Da mesma forma, esses impasses foram foco da reflexão e da problematização de boa parte das lideranças e dos mais velhos, que frisavam sempre o fato de que as atividades de salvaguarda não são suficiente sozinhas, sem passarem pela discussão a respeito da necessidade da terra. Outro ponto que cabe destacar, é o fato de que mesmo nos problemas mais concretos em relação às atividades de salvaguarda, com destaque para o exemplo citado, pode-se entrever a importância e o acerto do recorte escolhido para o inventário, a partir da caracterização do *sítio*[1]. Referimo-nos às redes de intercâmbio através das quais os Guarani atualizam sua territorialidade no âmbito desse extenso espaço de ocupação, denominado *Yvyrupa*, e que foram mobilizadas, conforme o exemplo, durante a preparação das oficinas. Por essa razão, não faz sentido referenciar os *bens culturais* que serão inventariados à uma localidade específica, uma vez que sua realização muitas vezes mobiliza toda esses redes que extravasam o espaço de uma aldeia, e mesmo de uma região.

Não obstante, o que se destaca é o papel fundamental exercido pelas lideranças da Comissão Guarani Yvyrupa no processo de discussão interna dos Guarani a respeito da importância do projeto, e das estratégias que eles pretendem adotar em relação ao INRC. Deve-se ficar claro que é dessas lideranças que partiu a iniciativa e a responsabilidade de esclarecer aos mais velhos as formas pelas quais o INRC pode contribuir para o processo de valorização e fortalecimento cultural no qual eles são os grandes protagonistas. A aceitação dos mais velhos partiu de um acordo com essas lideranças de que o INRC seria realizado de forma a respeitar a decisão dos Guarani na condução de toda a pesquisa e, mais importante, que seria respeitada a decisão de todas as comunidades que não quiserem participar do Inventário. Da mesma forma, eles deixaram absolutamente claro que querem, antes do início da aplicação do INRC nas aldeias, formalizar um documento de compromisso entre o IPHAN, a Comissão Yvyrupa e o Centro de Trabalho Indigenista, através do qual os Guarani visam expressar as condições de aceitação da pesquisa, e obter a garantia por parte dos parceiros de que essas condições serão respeitadas por todos. O principal tema dessas condições, é a garantia de que caberá apenas aos Guarani a decisão a respeito de quais práticas, objetos, ou conhecimentos serão Inventariados na forma de *bens culturais*, tal como propõe a metodologia do INRC e de que as pesquisas serão

protagonizadas pelos próprios Guarani. Em outras palavras, os Guarani expressaram o interesse de fazer seu próprio inventário a respeito de sua cultura, e cristalizar na forma de ficha de *bens culturais* apenas os objetos dessa pesquisa que acharem estrategicamente relevante revelar aos brancos. Da mesma forma, expressaram com clareza a posição de que não pretendem nesse primeiro momento pensar no registro de bens culturais, mas sim focar o Inventário no processo interno de fortalecimento dos processos de transmissão de seus conhecimentos tradicionais. Apenas depois de fase de aplicação do INRC é que pretendem iniciar a discussão a respeito de um possível processo de registro de bens, a partir dos termos do decreto presidencial no 3551/2000. Durante esse processo de mediação e formalização das condições de realização do trabalho assim como durante toda a condução da pesquisa junto aos mais velhos, que são os detentores privilegiados dos conhecimentos que devem ser fortalecidos e protegidos pelo INRC, o papel das lideranças da Comissão Guarani Yvyrupa é fundamental e deve ser sempre reconhecido.

Notas:

1- Destacamos aqui o fato de que este INRC representa a primeira ação concreta de política pública voltada para o reconhecimento das dinâmicas culturais e territoriais do povo Guarani, no âmbito de seu território como um todo, independentemente do processo de fragmentação territorial e social ao qual esse povo foi submetido durante o processo de colonização. Usualmente as políticas em escala municipal ou estadual ignoram o fato de que a(s) aldeia(s) onde incide determinada política ou ação faz parte de uma rede mais ampla de relações. Em relação às políticas federais, no que concerne aos direitos territoriais, o processo de fragmentação das TIs Guarani e a falta de vontade/prioridade política para reverter essa situação, levou a FUNAI e a União a encaminhar isoladamente cada processo de regularização das TIs Guarani, ignorando institucionalmente o fato de que a questão fundiária é crítica para a totalidade do povo e as soluções deveriam ser pensadas de forma global. Por fim, no que concerne às políticas educacionais, atualmente executadas a partir de cada Estados da federação, porém, as discussões de conteúdo de uma política pedagógica comum para o povo Guarani, que vise avançar na garantia de uma educação realmente diferenciada, passam ao largo da preocupação dos gestores dessa política. Recentemente, entretanto, como veremos na seção 6.4, o MEC tomou a iniciativa de buscar a criação de novas unidades de gestão calcadas em critérios étnicos e culturais ao invés de critérios federativos, com a criação de “Territórios Etnoeducacionais”. Entretanto, essa discussão continua até o momento muito pouco avançada entre os Guarani. Acreditamos nesse sentido, que o INRC por ter como recorte um sítio tão abrangente como o *Yvyrupa*, pode representar uma rara oportunidade de impulsionar essa discussão.

Bibliografia Citada

CARNEIRO DA CUNHA (Org.), 2005. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: patrimônio imaterial e biodiversidade*. Rio de Janeiro: Fundacao Nacional Pro-Memoria, n.32.

MACEDO, Valéria, 2009. *Nexos da Diferença.* Tese Doutoramento. São Paulo: PPGAS/FFLCH/USP.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

4. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA* .

4.1. LOCALIZAÇÃO

A configuração que o território Guarani apresenta atualmente e que pode ser visualizada pela distribuição das suas aldeias e assentamentos ao longo do espaço coincide em grande parte com a sua configuração histórica quinhentista, que pode ser recuperada através dos relatos dos cronistas e das pesquisas em arquelogia e linguística. Atualmente, no território brasileiro[1], os Guarani possuem cerca de 150 Terras Indígenas ocupadas num território que vai desde o litoral do Espírito Santo e Rio de Janeiro, passando pelo litoral e interior dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além dessas, devem ser contabilizadas as cerca de 140 outras localidades apontadas pelos Guarani como tendo sido desocupadas recentemente por força da pressão fundiária e demais circunstâncias (Ver também 6.1 - População), uma vez que compõem ainda o horizonte territorial desse povo. No território paraguaio, as aldeias Guarani do sub-grupos Mbya, Nhandeva, Ava-Guarani e Paĩ-Tavyterã (Kaiova) encontram-se dispersas preponderantemente na região oriental do país, e totalizavam cerca de 309 asentamientos em 2002 (II Censo Nacional Indígena) e na Argentina concentram-se na província de Misiones, totalizando cerca de 150 localidades, segundo a publicação Guarani Retã (2008). Até recentemente, havia também ocupação Guarani no Uruguai, em localidades ao norte de Montevideo, de onde os Guarani foram expulsos.

Dessas 150 Terras Indígenas ocupadas hoje e mais 140 outras desocupadas, apenas 98 são contabilizadas pelo sistema da FUNAI uma vez que apenas estão inseridas neste as áreas para as quais já foi iniciada alguma providência administrativa para a regularização[2]. Desse total apenas 21 TIs Guarani tiveram seu processo completamente concluído com o registro dos cartórios de imóveis. Outras 13 cujo processo havia sido considerado concluído estão em revisão de limites, uma vez que a delimitação proposta (na maioria das vezes antes da CF/88) mostrou-se francamente insuficiente. Dessas 34 áreas regularizadas (incluindo aqui as em processo de revisão) 13 são de uso compartilhado com outros povos (Kaingang, Xokleng, Xeta, Terena ou Tupiniquim). 3 TIs Guarani encontram-se homologadas, aguardando o registro (sendo uma delas também Kaingang). Outras 15 TIs Guarani foram declaradas pelo Ministro da Justiça (sendo 5 delas compartilhadas com outros povos)[3] e mais 2 TIs estão delimitadas, aguardando o exame do Ministro da Justiça. Outras 39 TIs Guarani estão em estudo de identificação e delimitação, sendo que 9 desses estudos são de revisão de limites.

Apesar de um relativo avanço desde os últimos 4 anos na regularização das TIs Guarani, a situação fundiária global no âmbito desse território amplo de ocupação continua calamitosa. Uma comparação da cifra de 98 áreas registradas pela FUNAI com as cerca de 150 localidades ocupadas atualmente pelos Guarani somadas às cerca de 140 das quais os Guarani foram forçados ou induzidos a retirarem-se num período recente,[4] levantadas pelo Centro de Trabalho Indigenista, indica o quanto ainda falta para ser feito. Ademais, a grande morosidade dos processos administrativos de regularização somada à enorme incidência de conflitos judiciais que envolvem esses processos no Sul e Sudeste contribuem para aumentar a insegurança da população Guarani no âmbito de seu território e acaba por se traduzir na deterioração da qualidade ambiental das áreas de ocupação Guarani resultante do processo de colonização.

Mesmo com todas essas dificuldades, todo esse território é percebido, concebido e vivido pelos Guarani como um espaço único, essa plataforma terrestre onde os Guarani estabelecem suas aldeias, e que é compartilhado com os diversos outros povos e pessoas que habitam esse território, entrecortado atualmente por um sem número de estradas, cidades, fazendas, empreendimentos, países, em suma, com a sociedade nacional. Conforme bastante explorado na literatura antropológica, os Guarani não concebem fronteiras rígidas na utilização desse espaço, preservando enormes redes de troca de bens (materiais e imateriais) e pessoas, ao longo de todo esse território que inclusive ultrapassa as fronteiras nacionais. Em outras palavras, os Guarani circulam em aldeias presentes em toda extensão desse território para realizar casamentos, rituais e intercâmbios de diversas naturezas. É freqüente verificar através da genealogia famílias cujos integrantes encontram-se dispersos desde o Espírito Santo até o Paraguai, evidenciando o quão intensa e estreita é essa rede de parentesco. Sobretudo através dessas redes de parentesco também se fazem intensas outras redes de troca de bens, sementes e demais cultivos, remédios, rituais, conhecimentos e etc.

O fato de que o território total de ocupação Guarani, onde se realiza o universo mais amplo de sua vivência tradicional, nunca coincidirá com o a extensão de suas terras tradicionais, efetivamente reconhecidas e protegidas pelo Estado,

implica em algumas peculiaridades no uso desse território por parte dos Guarani decorrentes do contexto histórico ao qual foram submetidos, o que, no entanto, não impossibilita o andamento do processo de regularização fundiária de suas terras através das regras comuns, determinadas pela legislação brasileira. Implica apenas no fato de que a caracterização antropológica da ocupação tradicional Guarani de uma determinada TI deve levar em conta esse universo mais amplo de ocupação, onde localizam-se as demais TIs Guarani.

Deve-se notar, entretanto, que as características da ocupação territorial guarani, ou em outras palavras sua territorialidade[5], guardam enormes semelhanças com as dos demais grupos tupi-guarani, a despeito da enorme diferença na relação com a sociedade envolvente e na história de contato. Deve-se ressaltar que a dinâmica Guarani de formação de assentamentos é semelhante à de grupos tupi-guarani amazônicos (como os Zo'é, Wajãpi, Araweté, Parakanã, Asurini , contatados a partir nas décadas de 1970 e 1980, entre outros), decorrendo da disparidade de contextos históricos vivenciados por esses povos as principais diferenças nessa dinâmica. Dito de outro modo, a dinâmica de ocupação territorial dos Guarani ao longo de toda a extensão desse grande território, chamado por eles de *Yvyrupa,* é muito semelhante à dinâmica de ocupação de um grupo como os Zo'é no interior de sua terra tradicionalmente ocupada, reconhecida pela União com 668.565 hectares. Considere-se, além disso, que em 2007 os Zo'é contabilizavam 239 indivíduos nesse território. Já para os Guarani do Sul e Sudeste brasileiro, temos uma população de cerca de 10.500 pessoas (Ver 6.1 - População), sendo que a extensão total das suas terras cujo processo de regularização foi concluído pelo Estado não ultrapassa 22.000 hectares. Esse cenário revela como apenas parte ínfima do território real de ocupação tradicional dos Guarani apresenta-se regularizada e desimpedida para o uso dos índios.

No entanto, por conta do contexto histórico nunca será possível e também não é de pretensão dos Guarani o reconhecimento de todo o seu território tradicional de ocupação, no Brasil espaço que coincide em grande parte com a parcela mais ocupada e urbanizada do território nacional, onde concentram-se os pólos econômicos mais importantes do país. É imprescindível, no entanto, que os Guarani tenham suas terras tradicionalmente ocupadas reconhecidas pelo Estado para que possam ter condições para preservação de seus usos, costumes e tradições e possam garantir sua reprodução física e cultural, conforme determina o texto magno do país.

Terra Indígena	Outras Dominações para a TI	Presença Guarani atual	Município(s)	UF(s)	Litoral	Grupo(s) Étnicos	Sub-Grupo Guarani	Situação Fundiária	Área (há)
TI Pacheca	Ygua Porã	SIM	Camaquã	RS	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	1852.205
TI Salto Grande do Jacuí	Ytu Porã	SIM	Salto do Jacuí	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizad)	234.9641
TI Nonoai / Rio da Várzea		NÃO	Nonoai / Gramado dos Loureiros/ Liberato Salzano/ Planalto/	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	16415.4443
TI Cacique Doble		NÃO	Cacique Doble	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva/ Mbya	Homologada (e Regularizada) (Em Revisão)	4426.2833
TI Guarita		SIM	Tenente Portela/ Miraguaí/ Redentora/ Erval Seco	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Mbya / Nhandeva/ Kaiova	Homologada (e Regularizada)	23406.8684
TI Capivari	Yryapu, Granja Vargas	SIM	Palmares do Sul	RS	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	43.3215
TI Guarani Barra do Ouro	Campo Molhado, Nhuu Porã	SIM	Maquiné /Caraã/ Riozinho	RS	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	2268.6045
TI Varzinha	Ka'aguy Pau	SIM	Maquiné /Caraã	RS	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	776.2761
TI Ligeiro		SIM	Charrua	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	4565.7973
TI Guarani de Águas Brancas		SIM	Arambaré	RS	SIM	Guarani	Mbya	Declarada	230
TI Nonoai		SIM	Gramado dos Loureiros, Nonoai, Planalto e Rio dos Índios	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Declarada	19830
TI Serrinha		SIM	Ronda Alta/ Três Palmeiras/Engenho Velho/Constantina	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Declarada	11752
TI Cantagalo	Jataity	SIM	Viamão / Porto Alegre	RS	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Homologada	283.6761
TI Votouro		NÃO	Benjamin Constant do Sul	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	3341.0977
TI Guarani Votouro	Toldo Guarani Rio Liso, Caeté	NÃO	Benjamin Constant do Sul	RS	NÃO	Guarani	Mbya/Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	717.377

TI Mato Castelhano		NÃO	Camaquã	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Ligeiro		SIM	Charrua	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Em estudo	
TI Morro da Formiga/ Ponta da Formiga		NÃO	Barra do Ribeiro	RS	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Morro do Côco		NÃO	Porto Alegre/Viamão	RS	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Itapuã	Pindo Miri	SIM	Viamão	RS	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Em estudo	
TI Petim/Arasaty	Tekoa Araçaty	SIM	Guaíba	RS	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Passo Grande/ Flor do Campo	Nhu Poty	SIM	Barra do Ribeiro	RS	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Mato Preto	Ka'a ty, Toldo Guarani Paiol Grande	SIM	Getúlio Vargas/ Irebango	RS	NÃO	Guarani	Nhandeva	Delimitada	4230
TI Taim	Ita'y	SIM	Rio Grande	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Riozinho	Itapoty	SIM	Riozinho	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Lomba do Pinheiro	Anhetengua	SIM	Porto Alegre	RS	SIM	Guarani	Mbya	Área adquirida	10
TI Divisa	Passo Grande 2	SIM	Barra do Ribeiro	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Espraiado		NÃO	Maquiné	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ruínas de São Miguel	Casa de Passagem	SIM	São Miguel das Missões	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Caaró	Urucuá	SIM	Caibaté	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Estiva	Nhundy	SIM	Viamão	RS	SIM	Guarani	Mbya /Nhandeva	Sem Providências	
TI Fagundes		SIM	Maquiné	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Gruta		NÃO	Maquiné	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Lami	Pindo Poty	SIM	Porto Alegre	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Mariana Pimentel	Yvapuru	NÃO	Mariana Pimentel	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Passo da Estância		SIM	Barra do Ribeiro	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Velhaco		SIM	Tapes	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Raia Pires		SIM	Sentinela do Sul e Tapes	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Capivari	Porãy	SIM	Capivari do Sul	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Passo Ricardo		NÃO	Capão do Leão/ Pedro Osório	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ka'aguy Poty	Estrela Velha, Itatim	SIM	Estrela Velha	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Paranhãna		SIM	Canela/ Três Coroas	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Alto Rio Rolante		NÃO	São Francisco de Paula/Riozinho	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Kaarandy	Toldo Guarani Santa Rosa	NÃO	Criciumal	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Pindoju Kora	Toldo Guarani Santo Cristo	NÃO	Santo Cristo	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Limeira		NÃO	São Luiz Gonzaga	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Retiro Velho		NÃO	Pelotas	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Três Forquilhas		NÃO	Terra de Areia, Três Forquilhas e Três Cachoeiras	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Botukarai	Toldo Guarani Lagoão Soledad	NÃO	Arroio do Tigre	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Kapi'i Ovy	Colônia Maciel	NÃO	Pelotas/Canguçu	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Imbaá		NÃO	Uruguaiana	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Aceguá		NÃO	Aceguá	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Irapuá	Pyau	SIM	Caçapava do Sul/ Cachoeira do Sul	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Rio Arenal	Acampamento Santa Maria	SIM	Santa Maria	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Jaguarizinho		NÃO	São Francisco de Assis	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Tekoa Fonte	Ygua Porã, Parque da Fonte Missioneira	NÃO	São Miguel das Missões	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Mata São Lourenço	Ka'aguy Miri	SIM	São Miguel das Missões	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Icamaquã			São Borja	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Interlagos	Sol Nascente, Imbé,Casqueiro, Doze Tribus	SIM	Imbé	RS	SIM	Guarani	Mbya	Área adquirida Pacig	?
TI Campo Bonito /Figueira	Guapo'y Porã	SIM	Torres	RS	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Área adquirida Pacig	?
TI Água Grande	Ka'a Miridy	SIM	Camaquã	RS	SIM	Guarani	Mbya	Decreto Estadual de Desapropriação	165,34
TI Inhacapetum	Ko'eju	SIM	São Miguel das Missões	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Decreto Estadual de Desapropriação	236,33
TI Coxilha da Cruz	Tekoa Porã	SIM	Barra do Ribeiro	RS	SIM	Guarani	Mbya	Decreto Estadual de Desapropriação	202,11
TI Itapuã	Pindo Miri	SIM	Viamão	RS	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Em estudo (21 hectares desapropriados pelo Estado)	21
TI Pinheiro		SIM	Maquiné	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Dos Sinos	Ytuí	NÃO	Caraá	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Mato Grande		NÃO	Arroi Grande	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	

TI Cantagalo 2		NÃO	Maquiné	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Arroio do Conde	Takuaty Porã	SIM	Eldorado do Sul	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Terra do Padre		NÃO	Terra de Areia	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Yvapurundy		NÃO	Ibiraiaras	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Riozinho 2		SIM	Riozinho	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Jaguarão		NÃO	Jaguarão	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Morro do Chapéu		NÃO	Terra de Areia	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Pessegueiro		NÃO	Cerco Grande do Sul	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Pimenta		NÃO	Viamão	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI São Jerônimo		NÃO	São Jerônimo	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Cachoeira dos Inácios	Marangatu	SIM	Imaruí	SC	SIM	Guarani	Mbya	Encaminhada RI	80
TI Morro dos Cavalos	Itaty, Tekoa Ymã	SIM	Palhoça	SC	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Declarada	1997
TI Ibirama La Klãnô		SIM	Itaiópolis/Doutor Pedrinho/ José Boiteux/Vitor Meireles	SC	NÃO	Guarani e Xokleng	Nhandeva/ Mbya	Declarada	37108
TI Xapecó		SIM	Xanxerê / Marema/ Entre Rios	SC	NÃO	Guarani e Kaingang	Mbya/Nhandeva	Homologada	15623.9581
TI Guarani Araça'i		NÃO	Saudades/ Cunhã Porã	SC	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Declarada	2721
TI Toldo Chimbangue		SIM	Chapecó	SC	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	988.6625
TI Tarumã	Corveta	SIM	Araquari	SC	SIM	Guarani	Mbya	Declarada	2172
TI Morro Alto	Laranjeiras	SIM	São Francisco do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Declarada	893
TI Pindoty		SIM	Araquari/ Balneário Barra do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Declarada	3294
TI Piraí		SIM	Araquari	SC	SIM	Guarani	Mbya	Declarada	3017
TI Massiambu		SIM	Palhoça	SC	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Reta/Tapera		SIM	São Francisco do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Mbiguaçu	Yy Morotí Wherá	SIM	Biguaçu	SC	SIM	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Regularizada (Em Revisão)	59.1982
TI Guabiruba / Brusque		NÃO	Guabiruba	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Itaju	Morro Grande, Nova Roma, Fazenda da Casa Branca, Itadju	NÃO	Morro Grande	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Sangãozinho		NÃO	Sangão	SC	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Sem Providências	
TI Cambirela	Yvyty Kambiré, Yvy Rembé	SIM	Palhoça	SC	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Amâncio	Yvyju Miri / Miri Ju	SIM	Tijucas/Biguaçu	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Serra Dona Francisca	Itaguaçu	NÃO	Joinville	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Praia de Fora		SIM	Palhoça	SC	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Yakã Porã	Yy akã Porã; Urubuquara	SIM	Garuva	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Morro da Palha		NÃO	São Francisco do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Barra do Sul		NÃO	Balneário Barra do Sul	SC	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ilha do Mel		NÃO	Joinville	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Bonito		NÃO	Joinville	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Coqueiros		NÃO	Araquari	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rainha		NÃO	Araquari	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Figueira do Pontal		NÃO	Itapoá	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Enseada		NÃO	São Francisco do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Lamin		NÃO	São Francisco do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Curva do Arroz		NÃO	Joinville	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Espinheirinho	Pinheiro	NÃO	Itajaí	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Iperoba		NÃO	São Francisco do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio do Meio		NÃO	Itajaí	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Barranca		NÃO	Araranguá	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Palhoça	Terra Fraca	NÃO	Palhoça	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Tekoa Vy'a	Wy'a	SIM	Major Gercino/ São João Batista	SC	SIM	Guarani	Mbya	Área adquirida Pacig	?
TI Itanhaé	Morro da Palha	SIM	Biguaçu	SC	SIM	Guarani	Mbya	Área adquirida Pacig	?
TI Barra Velha		NÃO	Barra Velha	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Gravatá	Navegantes	NÃO	Navegantes	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ximboty		NÃO	Ipuaçu	SC	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Narãdy		NÃO	Xanxerê	SC	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Passo de Torres	Guapo'y Porã	SIM	Passo de Torres	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Tekoa Kuri'y	Amaral	SIM	Biguaçu	SC	SIM	Guarani	Mbya	Área adquirida Pacig	?
TI Tekoa Tava'í	Canelinha	SIM	Canelinha	SC	SIM	Guarani	Mbya	Área adquirida Pacig	?
TI Uru		NÃO	Guaraciaba	SC	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Narãdy		NÃO	Xanxerê	SC	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Palmas		SIM	Abelardo Luz/Palmas-PR	SC; PR	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada	3800.8794

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

TI Rio Areia		SIM	Inácio Martins	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Homologada (e Regularizada)	1352.3784
TI Barão de Antonina		SIM	São Jerônimo da Serra	PR	NÃO	Guarani e Kai gang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	3750.722
TI Ava-Guarani do Ocoí	Ocoí	SIM	São Miguel do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva /Mbya	Regularizada (Dominial Indígena)	231.887
TI Ivaí		SIM	Pitanga/Manoel Ribas	PR	NÃO	Guarani, Xetá e Ka ngang	Mbya	Homologada (e Regularizada)	7306.3478
TI Rio das Cobras		SIM	Espigão Alto do Iguaçu/Nova Laranjeiras do Sul	PR	NÃO	Guarani e Kaingang	Mbya	Homologada (e Regularizada)	18681
TI Mangueirinha	Palmeirinha	SIM	Mangueirinha / Chopinzinho / Coronel Vivida	PR	NÃO	Guarani e Kaingang	Mbya	Homologada (e Regularizada)	16375
TI Laranjinha	Santa Amélia	SIM	Santa Amélia/ Abatiá	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	284.2412
TI Pinhalzinho		SIM	Tomazina	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Adquirida	593
TI São Jerônimo da Serra		SIM	São Jerônimo da Serra	PR	NÃO	Guarani, Xetá e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	1339.3364
TI Tekoha Añetete	Diamante	SIM	Diamante d' Oeste/ Ramilândia	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Homologada	1774.7063
TI Yvyporã Laranjinha		NÃO	Ribeirão do Pinhal/ Abatia/Cornélio Procópio	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Declarada	1238
TI Palmital	Kaaguy Guaxu, Palmital do Meio	SIM	União da Vitória/ Cruz Machado	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Tekoha Itamarã		SIM	Diamante d'Oeste	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Adquirida	242
TI Ilha da Cotinga	Ilha da Cotinga	SIM	Paranaguá (Ilha da Cotinga e Rasa da Cotinga)	PR	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	1701.202
TI Tekoha Marangatu		SIM	Guaíra	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Araguaju / Terra Roxa	Araguaju, Ciudad Real de Guairá, Barra do Piquiri	SIM	Terra Roxa	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Tatu Jupi		NÃO	Céu Azul	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Colônia Guarani		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Mokoi Tajy	Dois Ipês, Dos Lapachos	NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Ipiranga		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Mborevy	Anta	NÃO	Santa Teresinha de Itaipu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Oco'y Jakutinga		NÃO	Itaipulândia	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Arroio Leon		NÃO	Santa Teresinha de Itaipu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Vitorace		NÃO	Santa Teresinha de Itaipu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Mboicy		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI São João Velho		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Guarani		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Sanga Funda		NÃO	São Miguel do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Passo Kué		NÃO	São Miguel do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Lope'i		NÃO	Cascavel	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Barro Preto	Yvy u	NÃO	Cascavel	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Mbopikua	M'boi Picua	NÃO	Corbélia	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Pakova		NÃO	Cáscavel	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Britador		NÃO	Toledo	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Campina		NÃO	Toledo	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Paraje		NÃO	Toledo	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Quatro Pontes		NÃO	Marechal Cândido Rondon	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Rio Branco (Paraná)		NÃO	Mercedes	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Camba'i		NÃO	Mercedes	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Memória		NÃO	Tupãssi	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Jabuticaba		NÃO	Jesuítas	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Yvyra Petei	Iguaçuzinho	NÃO	Ubiratã	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Santa Rosa		NÃO	Santa Helena	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	

TI Três Irmãs		NÃO	Santa Helena	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Yva Karetã	Mato Queimado 2	NÃO	Espigão Alto do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Rio Tapera		NÃO	Virmond	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Morro das Pacas		NÃO	Guaraqueçaba	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Superagui	Piragui	NÃO	Guaraqueçaba (Ilha do Superagui)	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Jaracatia		NÃO	Ampere/ Dois Vizinhos	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Eiretã (Ilha do Mel)	Ilha do Mel	NÃO	Paranaguá	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ilha Jacaré		NÃO	Icaraima	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Cerco Grande		SIM	Guaraqueçaba	PR	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Pescada		NÃO	Guaraqueçaba(Ilha das Peças)	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Peças		NÃO	Guaraqueçaba (Ilha das Peças)	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Barra Ararapira		NÃO	Guaraqueçaba	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Sambaqui		SIM	Pontal do Paraná	PR	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Santiago	Cachoeirinha, Salto Santiago	NÃO	Quedas do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Açungui		NÃO	Açungui	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Tekoa Yy Hovy		SIM	Guaíra	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Karugua	Pirakuara, Araça'i	SIM	Piraquara	PR	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Tekoha Porã		SIM	Guaíra	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Salto Lontra		NÃO	Salto do Lontra	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Guavirá		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Takua Pindaí		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Tekoha Vy'a Renda		SIM	Santa Helena	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Guarani do Aguapeú		SIM	Mongaguá	SP	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	4372.2599
TI Itaóca		SIM	Mongaguá	SP	SIM	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Declarada	533
TI Guarani do Ribeirão Silveira		SIM	São Sebastião/ Bertioga/Salesópolis	SP	SIM	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Declarada (Processo de Revisão)	8500
TI Peruíbe	Bananal	SIM	Peruíbe	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	480.4737
TI Boa Vista do Sertão do Promirim	Jaexaa Porã	SIM	Ubatuba	SP	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	906.3886
TI Rio Branco Itanhaém	Yy ti	SIM	Itanhaém / São Vicente /São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	2856
TI Serra do Itatins	Itariri, Capoeirão, Rio do Azeite	SIM	Itariri	SP	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	1212
TI Guarani do Krukutu	Nhe'e Porã	SIM	São Paulo e São Bernardo do Campo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	25.88
TI Guarani da Barragem	Barragem, Morro da Saudade, Vila Guarani, Tenondé Porã	SIM	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	26.3
TI Jaraguá		SIM	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Guarani da Barragem	Barragem, Morro da Saudade, Vila Guarani, Tenondé Porã	SIM	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Jaraguá		SIM	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	1.7566
TI Renascer		SIM	Ubatuba	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Guarani de Itaporanga	Tekoa Porã	SIM	Itaporanga	SP	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Tekoa Pindoty		SIM	Pariquera -Açu	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Tekoa Guaviraty	Subaúma	SIM	Iguape	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Tekoa Itapuã	Icapara, Tekoa Porã, Yvyu	SIM	Iguape	SP	SIM	Guarani	Mbya/Kaiova	Em estudo	
TI Tekoa Jejyty	Toca do Bugio	IM	Iguape	SP	SIM	Guarani	Mbya/Kaiova	Em estudo	
TI Tekoa Uruity	Nhundy, Musácea	SIM	Miracatu	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Tekoa Jaikoaty	Djaikoaty	SIM	Miracatu	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Tekoa Amba Pora		SIM	Miracatu	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Tekoa Peguaoty	Sete Barras	SIM	Sete Barras	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Ilha do Cardoso	Pacurity, Parapau, Yvyty	SIM	Cananéia	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	

TI Rio Branquinho	Rio Branco de Cananéia, Tapy'i	SIM	Cananéia	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Guarani Barão de Antonina		SIM	Barão de Antonina	SP	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Rio Guanhanhã		NÃO	Itariri	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Jakare'i	Acaraú	SIM	Cananéia	SP	SIM	Guarani	Mbya/Kaiova	Sem Providências	
TI Paraíso		SIM	Iguape	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Itapitangui		NÃO	Cananéia	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Comprido	Yy puku	NÃO	Iguape	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Juréia /Barra do Ribeira		NÃO	Iguape	SP	SIM	Guarani	Mbya/Kaiova	Sem Providências	
TI Mboi Mirim		NÃO	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Sol Nascente		NÃO	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Guaraú	Rio do Peixe	NÃO	Pedro de Toledo	SP	SIM	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Morro dos Barbosas	Biquinha	NÃO	São Vicente	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Morro Saquaré	Vila Margarida	NÃO	São Vicente	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Capela do Porto		NÃO	Juquiá	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Paranapoã/Xixova Japuí	Praia das Vacas	SIM	São Vicente	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Porto Cubatão	Piraí	NÃO	Cananéia	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Icapara 2	Itaoka 2	SIM	Iguape	SP	SIM	Guarani	Mbya/Kaiova	Sem Providências	
TI Jakupiranga		NÃO	Jacupiranga	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Karumbe'y	Tenondé Porã	NÃO	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Pai Matias	Tenondé Porã	SIM	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Yyrexakã	Tenondé Porã	NÃO	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Tekoa Eucalipto	Tenondé Porã	NÃO	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ventura oikoa	Tenondé Porã	NÃO	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Piaçaguera		SIM	Viamão	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Delimitada	
TI Piraju		NÃO	Piraju	SP	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Pirakuara	Alecrim, Pedro de Toledo	NÃO	Pedro de Toledo	SP	SIM	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Serrinha	Juqueí	SIM	São Sebastião	SP	SIM	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Takuary		NÃO	Cananéia	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Araribá		SIM	Avaí	SP	NÃO	Guarani, Kaingang e Terena	Nhandeva	Regularizada (Em Revisão)	1930.3369
TI Guarani Araponga		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	213.2033
TI Guarani do Bracuí	Sapukai, Xapukai	SIM	Angra dos Reis	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	2127.8664
TI Parati Mirim		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	79.1997
TI Rio Pequeno		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Kaiova	Em estudo	
TI Parati Mirim		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Guarani Araponga		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Arandu Mirim	Saco do Mamanguá	SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Camboinhas	Mboyty, Itarypu	SIM	Niterói	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Campos Novos		NÃO	Cabo Frio	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ilha Grande	Yypau Guaxu	NÃO	Angra dos Reis	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Graúna		NÃO	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Caieiras Velhas II	Piraquê-Açú	SIM	Aracruz	ES	SIM	Guarani e Tupiniquim	Kaiova/Mbya	Homologada (e Regularizada)	2997.2533
TI T piniquim	Piraquê-Açú	SIM	Aracruz	ES	SIM	Guarani e Tupiniquim	Kaiova/Mbya	Declarada	14282.7968
TI Serra do Caparaó		SIM	Dores do Rio Preto e Divino São Lourenço	ES	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	

Levantamento das TIs Guarani -Mapa Yvyrupa-O Território Guarani -Data da atualização: 18/10/1010 -Centro de Trabalho Indigenista

Fontes: Representantes Guarani e Comissão Guarani Yvyrupa(CGY) – Centro de Trabalho Indigenista – Rodrigo Venzon – Maria Dorothea Post Darella – Maria Lúcia Brant de Carvalho – Paulo Porto – Celeste Ciccarone

Notas:

1 - O alvo deste INRC (povo Guarani) são os seis Estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo) das regiões Sul e Sudeste do Brasil onde se concentram terras Guarani Mbya e Nhandeva.

Nesta caracterização não incluímos o Mato Grosso do Sul, habitado pelos Nhandeva e Kaiova. (Os kaiová, são maioria no Estado e não se auto-

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

identificam como Guarani). A história e as características da ocupação indígena no Mato Grosso do Sul, com extensões ao Paraguai, guardam peculiaridades próprias.

2- Todos os dados são extraídos do Sistema de TIs da FUNAI, datados de 30 de Junho de 2010 e divulgados pela referida Instituição no formato shapefile em http://www.funai.gov.br/ultimas/informativos/daf/cgdp/2008/arquivos/ti.rar

3 - 4 delas configurando processos de revisão de limites.

4 - Todas essas cerca de 290 áreas mapeadas pelo CTI foram levantadas a partir de depoimentos de Guarani vivos de acordo com a sua memória oral de ocupação tradicional do território. Muitas delas já foram completamente descaracterizadas pelo processo de colonização e não são mais fruto de reivindicação por parte dos Guarani. Muitas outras no entanto são objeto de reivindicação mas não podem ser ocupadas por conta dos conflitos fundiários que envolvem as regiões onde estão inseridas. De qualquer forma, a disparidade entre a cifra contabilizada atualmente pela FUNAI que não passa de 1/3 do total das localidades ocupadas recentemente pelos Guarani evidencia o prejuízo irreversível que o processo de colonização do Sul e Sudeste representa para a dinâmica tradicional do povo Guarani.

5 - Como territorialidade aqui, entendemos a lógica impressa pelos coletivos Guarani no espaço total onde vivem, ou seja, no âmbito do território de ocupação onde pode-se verificar empiricamente a presença das aldeias e assentamentos dos Guarani.

Bibliografia Citada

Centro de Trabalho Indigenista. Mapa Yvyrupa (O Território Guarani). No prelo.

Mapa Guarani Retã. 2008

Centro de Trabalho Indigenista. Terras Guarani do Litoral. 2004.

Atlas de las Comunidades Indígenas em el Paraguay. II Censo Nacional Indígena 2002.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

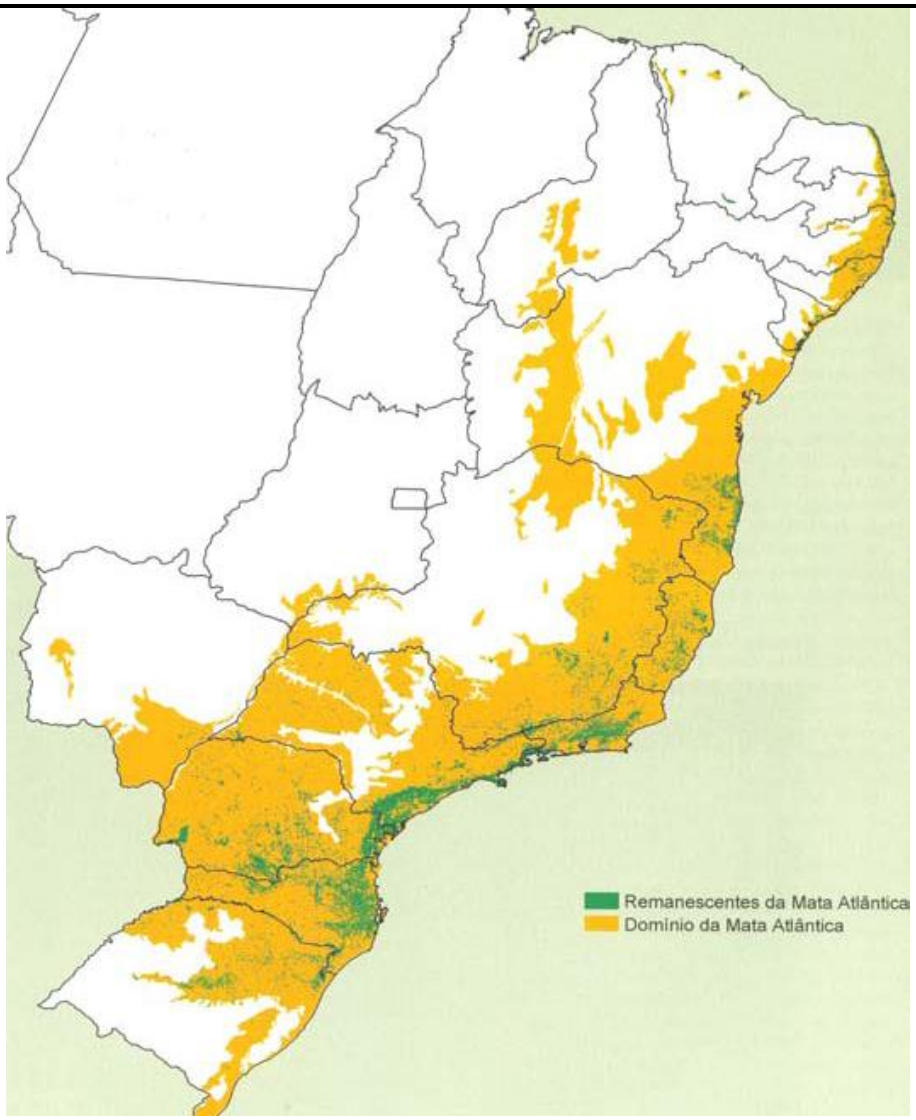
4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

O Bioma Mata Atlântica e o Território Guarani

Como mencionado nas seções anteriores, o território Guarani tanto nos seus contornos atuais quanto historicamente, coincide em grande parte com os limites do Bioma Mata Atlântica. A extensão original do referido bioma ocupava, segundo o novo Mapa da Área da Aplicação da Lei nº 11.428 de 2006, uma área de aproximadamente 1.110.182 km² que corresponde a 13,04% do território brasileiro atual e abrange 17 Estados (PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, MG, GO, MS, SP, PR, SC, RS), além de atingir áreas da Argentina e do Paraguai. Este bioma é considerado atualmente um dos cinco mais importantes "hot spots" do mundo, abrigando aproximadamente 69% dos animais ameaçados de extinção no Brasil, sendo até hoje, apesar do Estado avançado de devastação no qual se encontra, uma das florestas mais ricas em biodiversidade do planeta. Estima-se que 8 mil espécies vegetais sejam endêmicas da Mata Atlântica (55% das espécies arbóreas e 40% das não-arbóreas são endêmicas e dentre as bromélias, essa cifra chega à 70%). Em relação à fauna, observa-se também que 39% dos mamíferos dessa floresta são endêmicos, inclusive mais de 15% dos primatas, como o Mico-leão-dourado. Das aves 160 espécies, e dos anfíbios 183, são endêmicas da Mata Atlântica.

Apesar de sua importância, trata-se de um dos biomas mais ameaçados de extinção no mundo, restando apenas 102.012 km² de floresta descontínua, em situação altamente fragmentada, que corresponde a apenas 7,91% da extensão original no bioma. A devastação da Mata Atlântica pelo processo de colonização está intimamente ligada com a deterioração da qualidade de vida do povo Guarani, que, como povo da floresta, depende dos seus recursos para a manutenção de seu modo de vida e para a transmissão dos seus conhecimentos.

Desde as primeiras etapas da colonização do Brasil, a Mata Atlântica foi alvo de um processo contínuo de deflorestação, que se realizou em ritmos distintos nas diferentes regiões de incidência do bioma, de modo que atualmente a situação de cada região no que concerne à sua cobertura vegetal primária é também bastante díspar. À chegada dos europeus, o cenário era absolutamente diferente do atual, representando a Mata Atlântica a segunda maior floresta tropical da América do Sul, habitat de uma miríade de populações indígenas, de tradições distintas, que desenvolveram seu modo de vida em compasso com a preservação da floresta. Como apontado anteriormente, os Guarani eram (e ainda são) um dos povos com a população mais expressiva cuja ocupação insidia nas áreas de Mata Atlântica, ocupando as regiões do bioma desde o litoral até as fronteiras da região do Chaco, no Paraguai e Argentina.



Fonte: Atlas dos remanescentes florestais e ecossistemas associados, Fundação SOS Mata Atlântica

Além da disparidade em relação à condição ambiental atual de cada uma das regiões do bioma, cabe apontar de saída que mesmo originalmente o Bioma Mata Atlântica é formado por uma enorme variedade de ecossistemas com grande diversidade de formações florestais. O fato de os Guarani, tanto historicamente quanto hoje em dia, ocuparem a Mata Atlântica em grande parte de sua extensão, desde o litoral até a região fronteiriça com Argentina e Paraguai, implica no manejo, conhecimento e domínio de ecossistemas muito distintos, de formações florestais muito variáveis. Essa constatação se reflete no fato de que seus conhecimentos e práticas tradicionais se atualizam a partir do uso de um acervo de espécies da flora e da fauna muito variáveis no que se refere à sua incidência no âmbito desse extenso território, o que evidencia a grande intensidade das redes de troca de conhecimentos relativos à biodiversidade, que caracteriza as formas de manejo que os Guarani desenvolveram em sua relação com a floresta.

No que concerne aos diferentes tipos de formação florestal característicos da Mata Atlântica cabem destacar os seguintes ecossistemas, de especial importância para os Guarani:

- *A Floresta Ombrófila Densa*, que se estende do Ceará ao Rio Grande do Sul, localizada principalmente nas encostas da Serra do Mar, da Serra Geral e em ilhas situadas no litoral do Paraná e Rio de Janeiro. A característica ecológica principal dessa formação reside nos ambientes ombrófilos que marcam muito bem a "região florística florestal". Assim, a característica ombrotérmica da Floresta Ombrófila Densa está presa a fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (médias de 25º) e de alta precipitação, bem distribuídas durante o ano (de 0 a 60 dias secos), o que determina uma situação bioecológica praticamente sem período biologicamente seco. É onde se encontram hoje boa parte das aldeias Guarani uma vez que a Serra do Mar é a região na qual ainda se encontram preservadas as maiores faixas contínuas de Mata Atlântica no Brasil. Da mesma forma, a Serra do Mar tem enorme importância cosmológica para os Guarani que atribuem a ela a qualificação de “dique do mar” (Ladeira e Azanha, 1988). A manutenção de suas

aldeias ao longo da faixa litorânea está intimamente ligada aos movimentos proféticos dos líderes xamânicos guarani, que buscam a ascensão à *yvy mara'eỹ* (traduzida pela literatura como Terra Sem Mal) que poderia ser atingida através do oceano.

- A *Restinga*, de acordo com a resolução 07 de 23 de julho de 1996 da CONAMA, corresponde ao "conjunto das comunidades vegetais, fisionomicamente distintas, sob influência marinha e fluvio-marinha. Estas comunidades, distribuídas em mosaico, ocorrem em áreas de grande diversidade ecológica sendo consideradas comunidades edáficas por dependerem mais da natureza do solo que do clima". A ocupação das aldeias guarani nas áreas de restinga coincide com a mesma faixa de ocupação das áreas de *Floresta Ombrófila Densa*, uma vez que ambas as formações florestais incidem na faixa litorânea. Muitas das TIs Guarani atualmente ocupadas possuem, inclusive esses dois tipos de formação vegetal. Entre áreas onde há predominância de restinga podemos destacar as TIs do litoral do Espírito Santo, do litoral do Rio Grande do Sul, especialmente na região do entorno da Lagoa dos Patos, da área litorânea do Estuário Lagunar Iguape-Paranaguá, em especial para as aldeias situadas nas ilhas do Paraná e Vale do Ribeira. Sendo a ocupação dos Guarani litoral bastante densa, tanto historicamente como hoje, pode se dizer que as matas de restinga importante recurso biogenético para essa população. Atualmente, porém, trata-se de um dos tipos de formação vegetal mais ameaçados do planeta, restando poucas áreas contínuas de incidência. Em relação a essa fator é importante destacar o fato de que a extensão de restinga mais preservada da baixada santista, no Estado de SP está hoje inserida nos limites da Terra Indígena Piaçaguera. Apesar de delimitada pela FUNAI, o processo de regularização dessa área não foi concluído até o momento por pressão do grupo LLX que pleiteia a área para a instalação de um grande complexo portuário que seria construído sobre a área indígena, representando a destruição de um dos últimos ambientes preservados de restinga com grande extensão.

- *A Floresta Ombrófila Mista* é responsável pelas paisagens do planalto Gaúcho se estendendo por Santa Catarina, Paraná e alguns fragmentos na Serra da Mantiqueira localizada entre São Paulo e Minas Gerais. Também é conhecida por "mata de araucária", pois a referida árvore, chamada popularmente de 'Pinheiro do Paraná', representava mais de 40% das árvores existentes nessas regiões. Trata-se de formação também importantíssima para os Guarani, onde se concentraram muitas aldeias e postos do SPI. Como veremos, as aldeias localizadas em região de "mata de araucária", costumam incidir em áreas com solo muito fértil, o que propicia a manutenção da agricultura tradicional guarani e representa estoque de sementes importante até para as aldeias situadas nas outras regiões. Ademais, cabe lembrar que a árvore de araucária (*kuri'y*) tem grande importância cosmo-prática para os Guarani. Além de ser considerada um dos esteios sobre o quais se apoia o mundo terrestre segundo as suas narrativas míticas, é matéria-prima para a confecção dos cachimbos rituais (*petỹgua*) de importância central no xamanismo.

-*Floresta Estacional Semidecidual*, que caracteriza-se por estar condicionada pela dupla estacionalidade climática, perdendo parte das folhas (20 a 50%) nos períodos secos. O grau de decidualidade, ou seja, a perda das folhas é dependente da intensidade e duração de basicamente duas razões: as temperaturas mínimas máximas e a deficiência do balanço hídrico. Tal tipo de formação florestal incide em áreas de especial importância para o território guarani, como se pode ver pelo quadro relativo à Lei da Mata Atlântica abaixo, com destaque para as áreas fronteiriças entre o Estado do Paraná, e o Paraguai, onde até recentemente concentravam-se uma série de aldeias das quais os Guarani foram expulsos durante o processo de criação do Parque Nacional do Iguaçu e de instalação da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Além desses, grande parte das aldeias localizadas no Planalto, já fora da Serra do Mar, apresentam esse tipo de formação florestal. Pode-se mencionar, nesse sentido, as TIs Guarani da capital paulista e as TIs do interior de SP.

-*Floresta Estacional Decidual*, que se caracteriza da mesma forma pela dupla estacionalidade climática, porém apresentando variações diferentes da semidecidual, podendo a seca atingir mais de sete meses e o frio se prolongar por mais de cinco meses. Tais condições fazem com que mais de 50% das árvores do conjunto florestal percam as folhas. Sua incidência também ocorre em região importante para os Guarani, com destaque para região fronteiriça entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e a Provincia Argentina de Misiones. Há um grande número de aldeias guarani nessa região, com maioria Mbya, especialmente do lado argentino, uma vez que o lado brasileiro encontra-se completamente tomado pela monocultura atingindo graus de desmatamento enormes.

- Além dessas formações florestais do bioma Mata Atlântica, pode-se mencionar também *Os Campos de Altitude* e *Floresta Ombrófila Aberta*. Entretanto, essas formações não incidem, até onde temos notícia, em áreas de ocupação guarani.

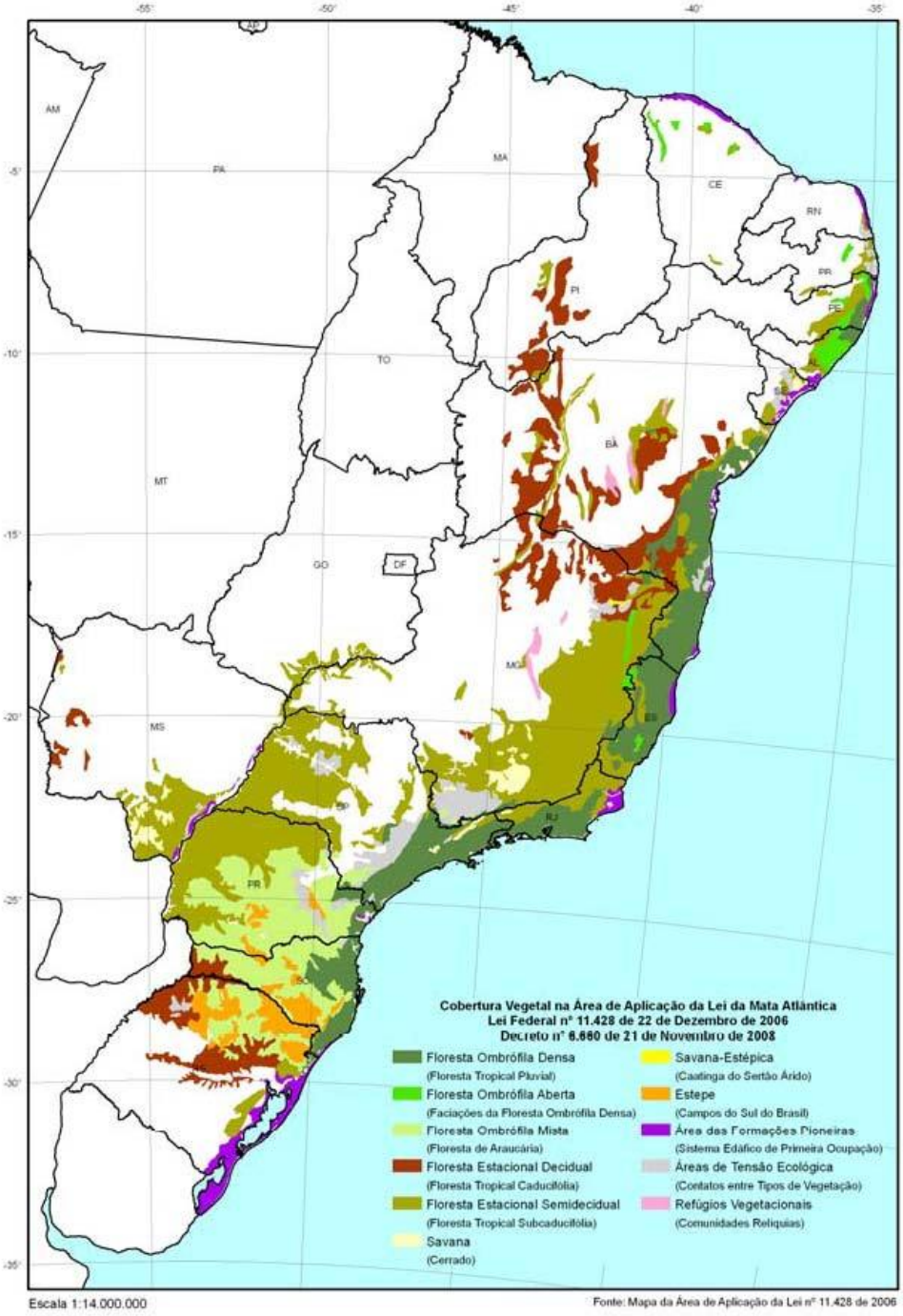
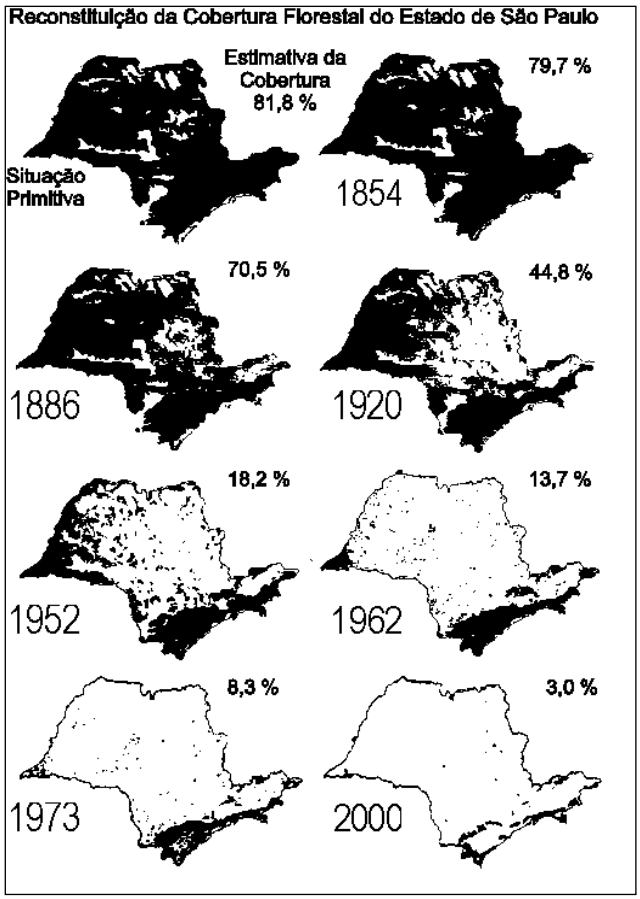


Figura 1 – Extensão do Bioma Mata Atlântica conforme Lei Federal 11.428 de 2006

A devastação da Mata Atlântica é um reflexo direto da exploração desordenada de seus recursos naturais, principalmente madeireiros, e da sua ocupação, o que resultou no extermínio de vários povos indígenas e no confinamento das comunidades atuais, como também em milhões de hectares de áreas desflorestadas convertidas em pastagens, lavouras e centros urbanos. A dinâmica da destruição foi distinta em cada região, de acordo com os sucessivos ciclos de colonização que formaram as regiões mais densamente habitadas do país. Estima-se que cerca de 70% da população brasileira habite a região do Bioma Mata Atlântica.

O Nordeste é a onde primeiro se operou uma devastação praticamente completa da floresta atlântica que incidia na região, processo que se iniciou já com a fase de exploração do Pau Brasil, nas primeiras décadas do século XVI, mas que teve como principal motor o ciclo da cana de açúcar, que entra em declínio apenas no XVIII. Não obstante, a maior

parte da devastação da Mata Atlântica ocorreu já no século XX, e teve enorme acentuação nas últimas cinco décadas, resultando provavelmente em alterações definitivas para os ecossistemas que compõem esse bioma, especialmente pela alta fragmentação do habitat, com consequente redução e pressão sobre sua biodiversidade. Exemplo disso é o histórico da devastação no Estado de São Paulo, estimado a partir de projeção publicada no pelo Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo em 2005. Como se pode ver pelo gráfico abaixo, a cobertura primitiva da área a qual corresponde o Estado hoje era composta em 81,8% pela Mata Atlântica. Até a década de 1920, ainda permanecia preservada uma área de 44,8% do território do Estado, situação se altera drasticamente no período seguinte, em 1952, quanto restam apenas 18,2%. Em 2000, a situação atinge o ápice da devastação restando apenas 3% do território do Estado preservado.



Fonte: Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo, 2005.

No Espírito Santo, apesar de não contarmos com estimativas semelhantes, pode-se dizer que o período de maior desmatamento coincide com o início do envolvimento da empresa Aracruz Florestal no processo de aquisição de terras no Estado para a instalação da monocultura do eucalipto, o que ocorre a partir de 1967. O Estado que contava originalmente com 100% da sua cobertura, hoje não tem mais que 11% de cobertura de Mata Atlântica, segundo dados parciais do *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica*, com dados até 2010, realizado pelo SOS Mata Atlântica em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). De acordo com essa publicação, o desmatamento continua (a se pautar pelo período entre 2008 à 2010) o que torna a situação ainda mais preocupante.

Segundo a mesma publicação, o Estado do Rio de Janeiro, que também tinha 100% de sua extensão formada pelo bioma, conta hoje com apenas 19,59% de cobertura de Mata Atlântica. Em São Paulo, a avaliação, segundo a nova lei de abrangência (que diverge da estimativa anteriormente apresentada), é de que dos 68%1 de cobertura original não restem mais do que 14,98%. No Paraná, dos 98% restam 10,52%. Em Santa Catarina, dos 100% originais, restam 23.37% e no Rio Grande do Sul dos 48% restaram 7,31%. O quadro abaixo, mostra as taxas de deflorestamento no último período calculado, entre 2008-2010. Note-se que o Estado que mais devastou no período é Santa Catarina, em relação aos Estados da área de abrangência do INRC, sendo também um dos Estados de maior reação e preconceito contra a ocupação Guarani.

Desflorestamentos de Mata Atlântica ocorridos no período 2008-2010

em ha

UF*	Área UF	Área Mata Atlântica	Floresta			Desflorestamento	
			2008	2010	%	ha	%
ES	4.614.841	4.614.841	475.600	474.840	10.29%	160	0.03%
GO	34.127.082	1.051.422	37.649	37.488	3,56%	161	0,43%
MG	58.697.565	27.235.854	2.637.150	2.624.626	9,64%	12.524	0,47%
MS	36.193.583	6.366.586	360.215	360.061	5,65%	154	0,04%
PR	20.044.406	19.667.485	1.937.663	1.934.964	9,84%	2.699	0,14%
RJ	4.394.507	4.394.507	807.810	807.495	18,37%	315	0,04%
RS	28.403.078	13.759.380	1.005.625	1.003.729	7,29%	1.897	0,19%
SC	9.591.012	9.591.012	2.151.732	2.149.583	22,41%	2.149	1,19%
SP	24.873.203	16.918.918	2.305.583	2.304.840	13,62%	743	0,11%

As redes de intercâmbio de cultivares, e espécimes da flora pelos Guarani, a Diversidade de Ecossistemas do Bioma Mata Atlântica e a Disparidade de condições ambientais entre as regiões

Como ressaltamos, o domínio por parte dos Guarani de um bioma cuja diversidade de ecossistemas é tão grande, resultou historicamente no manejo de espécies presentes em regiões bastante distantes entre si, e na potencialização de uma grande rede de trocas no âmbito do território de ocupação tradicional desse povo. Estudos pioneiros na área da "Ecologia Histórica", protagonizados por Willian Balée, mostraram como a formação dos ecossistemas amazônicos deve muito à ação antrópica dos povos indígenas que habitam secularmente a bacia amazônica, de modo que a biodiversidade desse bioma não é exatamente apenas um dado da natureza, mas resultado do modo peculiarmente harmônico através do qual os povos da floresta souberam manejá-lo, contribuindo para dar os contornos que ele apresentava nos inícios da colonização ocidental. Certamente, estudos na linha da "Ecologia Histórica" demonstrariam papel semelhante exercido pelos povos indígenas na formação do Bioma Mata Atlântica e dentre esses povos os Guarani tiveram sem dúvida importância destacada, como já destacou Felipim (2004).

Atualmente, a degradação das condições ambientais do bioma contribui para que as práticas tradicionais dos Guarani dependam cada vez mais das redes de intercâmbio, uma vez que nesse cenário dificilmente uma região possui, sozinha, condições de fornecimento de todas as espécies necessárias para determinadas práticas culturais. Exemplos dessas situações foram apresentados na seção 3 desse documento, quando relatamos o processo de preparação das oficinas realizadas no âmbito do projeto "Valorização do Mundo Cultural Guarani". Devemos retomar aqui esse fenômeno, de uma maneira mais geral, para dar dimensão da importância enorme que tem para os Guarani a existência e manutenção de suas aldeias ao longo de toda a extensão de seu território tradicional, de modo a garantir a sua permanência e usufruto de distintas regiões, onde incidem ecossistemas distintos e que apresentam atualmente condições ambientais bastante distintas e complementares.

Em relação à situação ambiental e às características de cada região pode-se dizer que determinadas localidades guarani se destacam a partir de usos complementares que os índios fazem dela. As aldeias situadas junto à Serra do Mar, com destaque para o litoral de Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná se inserem nas maiores áreas contínuas de remanescentes de Mata Atlântica de modo que se configuram como importantes estoques florestais para as demais aldeias. São nessas regiões que os Guarani conseguem atualmente ter um contato mais próximo com a mata, mantendo práticas tradicionais ligadas à floresta que não são possíveis com o mesmo grau de intensidade em outras regiões. A título de exemplo, pode-se dizer que os indivíduos guarani tem poucas vezes na vida a oportunidade de provar determinadas carnes de caça, participando da confecção das armadilhas utilizadas para tal fim, e dos rituais que envolvem o seu consumo. No âmbito de seu sistema multilocal, ou multi-aldeão, é comum que os indivíduos participem dessas atividades justamente no momento de suas vidas que habitam essas regiões. Além disso, é possível destacar que é nessas regiões que os Guarani coletam uma série de matérias-primas utilizadas na confecção de objetos artesanais, tanto de uso ritual, como para uso cotidiano ou para venda. Em relação ao último caso, nota-se que o *guembepi*, cujas cascas são utilizadas para realização dos motivos de cestaria que adornam tanto objetos de uso quanto artesanatos para comercialização, só pode ser encontrado em regiões com boa presença florestal. Não obstante, parentelas de outras regiões tem acesso a esses materiais através das redes de intercâmbio operadas por eles.

Em sentido oposto, pode-se apontar o fato de que as aldeias localizadas nas regiões onde predominavam originalmente as florestas de araucária, no interior dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentam situação ambiental drasticamente degradada, no que concerne à preservação florestal. Essas aldeias se encontram em áreas dominadas pela monocultura (soja, arroz, eucalipto ou outro cultivar) e os Guarani enfrentam

grande resistência para manutenção de sua ocupação por conta de problemas fundiários e de uma pressão para que abandonem seus locais. Mesmo nas TIs demarcadas que se inserem nessa região a situação ambiental é ruim, e o uso dos recursos florestais muito limitado por parte dos Guarani, uma vez que se tratam de TIs que eles compartilham com outros povos (Kaingaing e Xokleng principalmente) e onde se encontram em posição minoritária. Na maioria dos casos, essas TIs eram antigos postos do SPI e da FUNAI nos quais o próprio Estado operou o desmatamento através da venda de madeira, em especial durante o regime militar, deixando os índios em situação extremamente vulnerável.

Não obstante, esses locais continuam sendo importantíssimos para os Guarani por se tratarem de terras de grande fertilidade, que garante a produtividade dos cultivares tradicionais em escalas que não são viáveis nas áreas da Serra do Mar, supramencionadas[2]. Dessa maneira, as TIs do interior do Paraná, assim como do interior de SC e RS, apresentam-se como verdadeiras reservas da agrobiodiversidade guarani. Os cultivares tradicionais guarani são elementos centrais da sua cultura, uma vez que são tidos como elementos originários, destinados pelas divindades aos Guarani. Cabe destaque às variedades do milho tradicional, *avaxi ete'i*, que, como outros cultivares, são considerados indestrutíveis (*marã e'ỹ*) e são fundamentais para a realização dos seus ciclos rituais mais importantes (*nhemongarai*), no qual se celebram a passagem do tempo e se realiza a nomeação das crianças. Por sua importância, esses cultivares também circulam através das redes de intercâmbio ao longo de todo o território guarani, apesar de serem encontrados de maneira mais expressiva nas regiões mencionadas, que reúnem condições ambientais mais propícias ao seu cultivo. Além da importância dessas TIs no Interior dos Estados do Sul para fins agrícolas, pode-se destaca-las também pela incidência de espécies florestais importantes para os Guarani, sobretudo para uso medicinal, que não são encontradas nas matas da região litorânea. As TIs Kaingang onde os Guarani habitam, mesmo tendo alto grau de desmatamento pelas razões mencionadas, ainda guardam essas espécies que cada vez mais escasseiam nas demais áreas do Sul habitadas pelos Guarani e onde a falta de regularização fundiária impede ações de contenção do desmatamento, de modo que a colonização continua acarretando em degradação ambiental nessas áreas de uso.

Alguns exemplos dessas questões encontram-se no relato das atividades de intercâmbio realizadas no âmbito do projeto "Valorização do Mundo Cultural Guarani".

Durante a oficina de artesanato realizada na aldeia Ko'ẽju, pudemos constatar fortes laços de parentesco entre as pessoas dessa aldeia e demais aldeias da região, com as outras famílias que vieram de outros Estados. Durante a viagem, um *xeramói* que habita um aldeia no RJ relatou como conseguiu encontrar em Koẽ'ju três plantas medicinais que procurava faz muito tempo (*yvyrapajé*, *tarumã* e *guaxu ka'a*). Dessa forma, trouxe mudas dessas espécies quando voltou para sua aldeia. Outro exemplo, foi o da visita do xamã da aldeia Koẽ'ju, na aldeia Peguaoty, no Vale do Ribeira, motivado pelos laços de parentesco revividos durante o encontro propiciado pelo projeto. No retorno ao Rio Grande do Sul, o xamã levou à aldeia várias mudas e sementes de espécies da Mata Atlântica que não encontra mais no RS, como o palmito juçara (*jejy*) e sobretudo o jerivá (*pindo*), além de outras espécies medicinais. Levou também sementes de frutíferas exóticas, incorporadas na dieta alimentar guarani, como laranja e mexerica. Ao chegar em Koẽ'ju, por outro lado, o xamã retribuiu o cacique do Peguaoty com oferta de cultivares tradicionais, uma vez que a fertilidade de sua terra é grande, com destaque para o feijão tradicional (*kumanda rope*), milho (*avaxi etei*), batata-doce (*jety*) e ramas de mandioca.

Em outra atividade do projeto, foi realizada uma viagem de intercâmbio entre as aldeias do Rio de Janeiro (Parati-Mirim ou Itaxĩ e Saco do Mamanguá ou Arandu Mirĩ) e a aldeia do Pinhal, na TI Rio das Cobras, Paraná. O objetivo da viagem, uma vez que as pessoas que vivem atualmente em aldeias situadas no RJ tinham muitos parentes próximos na aldeia Pinhal, era a obtenção de cultivos guarani que não conseguiram produzir nas suas próprias aldeias. Nessa ocasião, obtiveram junto a seus parentes várias variedades do milho tradicional Guarani (avaxi para, avaxi ju, avaxi ũ e avaxi takua), variedades de batatas-doce (*jety ju* e *jety ju'i*) e algumas variedades de mudas de remédios como açoita-cavalo (*ixongy*), *yvyra pytã* e guajuvira (*guajaivi*).

Notas:

1- O cálculo realizado no âmbito do Atlas refere-se à porcentagem restante em relação ao total existente do Bioma em cada Estado e não em relação ao total da área do Estado.

2- O que não significa que os Guarani não mantenham seus cultivos tradicionais mesmo nas aldeias localizadas nas regiões da Serra do Mar. A intensidade da prática agrícola tradicional depende sobretudo da aptidão e inclinação das distintas parentelas para essa atividade. O que destacamos aqui é a diferença de rendimento das roças e não a diferença na intensidade das atividades de plantio.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

Bibliografia Citada

IBGE. *Mapa dos Biomas Brasileiros*. 2004

Rede de ONGs da Mata Atlântica. *Dossie Mata Atlântica 2001*.

Ladeira, Maria Inês Ladeira. *Espaço Geográfico Guarani Mbya*. 2008

Felipim, Adriana. "Os Guarani Mbya: Considerações Sobre Suas Práticas Agrícolas E Manejo Do Ambiente" In *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza – o desafio das sobreposições*. ISA – Instituto Socioambiental, novembro de 2004.

Centro de Trabalho Indigenista. *Terras Guarani do Litoral*. 2004

Carvalho, Paulo Ernani Ramalho. *Espécies Arbóreas Brasileiras*. Vol. 3. Embrapa. 2008

SOS Mata Atlântica e INPE. *Atlas Dos Remanescentes Florestais Da Mata Atlântica*. Período 2008-2010 Dados Parciais Dos Estados Avaliados Até Maio De 2010

4.3. MARCOS EDIFICADOS

Oo, Opy, Oka: tradições construtivas dos Guarani Mbya

Segundo a memória dos Guarani Mbya, não faz parte da tradição desse grupo a habitação coletiva no formato consagrado por maloca, encontrada entre os Kaiova e Nhandeva do MS. Não obstante, é comum a esse grupo a disposição das casas de maneira que as parentelas próximas habitem um espaço compartilhado, e voltem-se freqüentemente para um espaço exterior comum qualificado como *oka* (pátio), onde realizam-se as atividades cotidianas, cultivam-se árvores frutíferas ou plantas de uso terapêutico, criam-se galinhas, patos ou gansos, e domesticam-se animais silvestres de importância simbólica destacada.

Em muitas Terras Indígenas Guarani, as casas utilizadas para moradia das famílias nucleares são construídas de acordo com a arquitetura tradicional Guarani Mbya, que apresenta uma série de variantes. As paredes podem ser de pau-à-pique, de taquara, de alguma madeira, podendo nesse caso ser coberta também com palha. A cobertura pode ser de uma espécie de capim (*kapi'i*), de sapé, de guaricanga, ou, como é frequente no RS, de um tipo de taquara mais largo. É freqüente a confecção de portas e janelas, utilizando-se determinados tipos de madeira específicos para tanto, ou tábuas adquiridas nos mercados, quando a família dispuser de recursos. Em alguns casos, têm sido realizados projetos de habitação implementados por órgãos públicos, freqüentemente buscando uma adequação ou aproximação ao padrão arquitetônico Guarani. Não obstante, conforme será discutido adiante, a aceitação desses projetos está diretamente relacionada à dificuldade para garantir o acesso às matérias primas necessárias à construção das casas tradicionais e, nestes casos, os Guarani desenvolvem suas próprias estratégias de adaptação das moradias.

Além das casas (*oo*) e do pátio (*oka*), os Guarani conhecem outro tipo de edificação tradicional que denominam *Opy* (casa de rezas, ou casa cerimonial). Embora usualmente a *Opy* seja uma construção muito maior que as das casas de moradia tradicional, sua arquitetura não difere tanto delas. Normalmente, compõem-se apenas de um ambiente, sendo a face na direção da qual realizam as rezas, os cantos e as danças, posicionada em direção ao sol nascente (morada das divindades Karai e Nhamandu). Em alguns casos, pode-se construir ainda ambiente anexo onde se acendem os fogos para a queima dos *petỹgua* (cachimbo), para a preparação da água quente de uso ritual (*yy aku*), ingerida após a reza com o cachimbo ou a utilizada no chimarrão. A maior diferença na arquitetura dessas edificações em relação às casas de moradia é, além do tamanho, a inexistência de divisões internas (com exceção do caso citado acima).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

CASA TRADICIONAL COM COBERTURA E PAREDES DE TAQUARUÇU (*TAKUA PEKURU*). ALDEIA KO'ÊJU. SÃO MIGUEL DAS MISSÕES. RS. 2010.

OPY EM CONSTRUÇÃO NA ALDEIA KO'ÊJU COM COBERTURA DE *TAKUA PEKURU*. 2010

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

CASA TRADICIONAL COM COBERTURA DE GUARICANGA NA ALDEIA PEGUAOTY.SETE BARRAS/SP (VALE DO RIBEIRA).CTI. 2010. EXTERIOR.

CASA TRADICIONAL COM COBERTURA DE GUARICANGA NA ALDEIA PEGUAOTY.SETE BARRAS/SP (VALE DO RIBEIRA).CTI. 2010. INTERIOR.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

CASA DE REZAS. ARQUITETURA REBAIXADA NO SOLO, PAREDE DE PAU A PIQUE E COBERTURA ATÉ O SOLO COM CAPIM. ALDEIA YRYAPU. PALMARES DO SUL/RS.

CASA DE REZAS NA ALDEIA ANHETENGUA/LOMBA DO PINHEIRO. VIAMÃO/RS.

A respeito da arquitetura tradicional guarani, destaca-se a tese de Zibel Costa (1989), cujo trabalho de campo foi

realizado na aldeia da Barragem, localizada na capital de São Paulo, durante a segunda metade da década de 1980. É notável que à época ainda era possível praticar a arquitetura tradicional mesmo que a maioria da matéria-prima fosse coletada nas áreas vizinhas à área atualmente regularizada, uma vez que o processo de colonização e adensamento urbano da região ainda não havia se intensificado tanto e a população da aldeia era significativamente menor. O autor nota que, embora haja uma distinção ideal na forma de construção das casas de reza em relação às casas de moradia, sobretudo no que concerne ao seu tamanho, qualquer casa de moradia pode servir para a realização das rezas diárias. Esse aspecto é bastante marcante, uma vez que várias famílias que não freqüentam as *Opy* reservam na própria casa um espaço para fazer os rituais diários. Esse espaço, na medida em que passa a ser freqüentado por um grupo maior de pessoas pode eventualmente ser convertido em casa de rezas.

Dispersão e Concentração: configuração atual e dinâmica de habitação nas Terras Indígenas Guarani

Pode-se dizer que o padrão arquitetônico guarani e disposição das construções (marcos edificados) no interior de uma aldeia, está intimamente ligado ao movimento das práticas de dispersão tradicionalmente praticadas pelos Guarani no âmbito de sua mobilidade territorial. Originalmente, as casas de moradia, os pátios e as casas de reza eram construídos, desmontados e reconstruídos a partir do movimento de formação e reconfiguração das alianças de parentesco e também a partir da rotatividade das áreas de plantio, característica do sistema de coivara, por eles praticado.

Atualmente, ainda é possível verificar esse movimento e esse reflexo da lógica da mobilidade no espaço físico das aldeias, através da alteração permanente da disposição das casas e pátios no interior de uma aldeia. Não obstante, esse padrão construtivo é alterado pela convivência no interior das aldeias com novas construções estabelecidas por órgãos de assistência ou por projetos, e sobretudo pela falta de espaço crescente advinda do agravamento da questão fundiária e da deterioração ambiental das regiões habitadas pelos Guarani.

Como mencionado, é cada vez mais crescente a convivência entre as construções tradicionais e casas de moradia feitas por programas habitacionais do governo, que os Guarani aceitam, na maioria dos casos, por conta da falta de espaço e da diminuição drástica do acesso à matéria-prima utilizada na arquitetura tradicional. Isso não significa que esse padrão de mobilidade não persista, mas implica evidentemente em uma série de adaptações. Em várias aldeias que conhecemos e que tem casas de alvenaria construídas por programas habitacionais, os Guarani costumam mesmo assim construir as casas tradicionais de pau-a-pique ao lado das de alvenaria, por considerarem essas últimas pouco agradáveis para a permanência durante as atividades cotidianas. Várias famílias, costumam passar o dia nas casas tradicionais, utilizando as de alvenaria apenas para dormir.

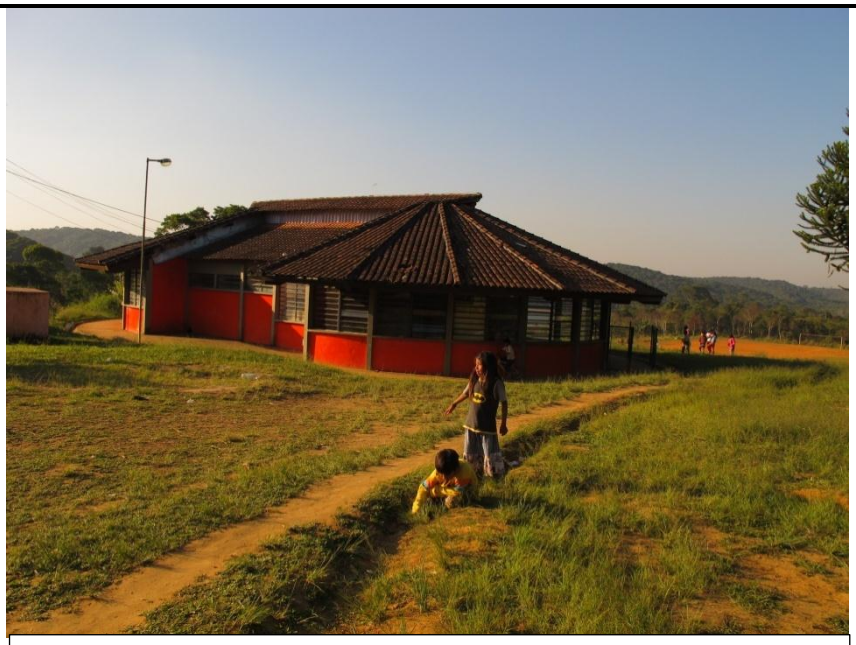
CASA TRADICIONAL AO LADO DE CASA DE ALVENARIA CONSTRUÍDA PELO CDHU. ALDEIA BARRAGEM. SÃO PAULO/SP

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

Além de eventuais programas habitacionais, costuma existir nas aldeias construções feitas pelos órgãos de assistência, que também influem na disposição das casas e núcleos familiares. Cabe destaque aqui as escolas, cujo acabamento arquitetônico varia muito. Em várias aldeias são apenas construções provisórias feitas de tábuas, em outras são construções de alvenaria, onde usualmente há vários equipamentos que são usados pela comunidade como um todo, como energia elétrica, computadores, salas de reunião, e etc... Além das escolas é comum a existência de postos de saúde ou farmácias. Em alguns casos há equipamentos da própria FUNAI, como na TI Ribeirão Silveira, onde havia até recentemente um posto de assistência. Em outros, pode haver construções realizadas no âmbito de projetos, como casas de cultura, casas das parteiras, armazéns de plantio e etc... Todas essas construções, em especial as feitas pelo Estado, como as escolas e postos de saúde, influenciam na disposição das casas de moradia por serem também postos de trabalho assalariado para parte dos índios (Ver seção 6.3). Nesses casos, é comum que os núcleos familiares das pessoas assalariadas se organizem em volta das edificações onde se trabalha.

POSTO DE SAÚDE VERA POTY. ALDEIA BARRAGEM. SÃO PAULO/SP

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--



ESCOLA ESTADUAL NA ALDEIA KRUKUTU. SÃO PAULO/SP

ESCOLA INDÍGENA ESPECIAL KARAI KUERY RENDA - ALDEIA SAPUKAI - ANGRA DOS REIS – RJ

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

ESCOLA IMPROVISADA NA ALDEIA AMBA PORÃ – MIRACATU – SP

Escola Indígena Mbya Arandú, Sabedoria Guarani – Aldeia Araçaí – Piraquara – PR

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

CASAS CONSTRUÍDAS POR PROGRAMA HABITACIONAL NA ALDEIA KO'ÊJU.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

5.1. RESUMO

Território Guarani à Época da Conquista

Estudos clássicos, como o célebre *A Terra Sem Mal*, de Helène Clastres, apontam em linhas gerais como se configuraria a ocupação dos grupos falantes de línguas da família tupi-guarani ao longo da costa no momento da Conquista. A partir da heterogênia documentação colonial existente sobre o período percebe-se claramente, através dos termos empregados pelos diversos coletivos indígenas com os quais os "cronistas" mantiveram contato, que toda a costa brasileira era então ocupada por grupos falantes de línguas da família tupi-guarani, muito próximas entre si, compartilhando ademais uma série de atributos culturais e sociais e vinculando-se todos por intensas redes de trocas (de pessoas e de bens materiais e imateriais) além de relações de inimizade, calcadas em complexos sistemas de guerra e vingança.

Entretanto, é difícil identificar com segurança os grupos étnicos atualmente existentes no cenário indígena do país aos coletivos que figuram nessa literatura quinhentista e seiscentista, uma vez que os termos usados para identificar esses últimos são extremamente móveis (no Sul e Sudeste temos Tupi, Carijó, Tememino, Guainás, Mbayas, Tapuia, Timbues, Itatin, Caracarás, Curumias, etc...) e não representavam etnônimos mas sim palavras descontextualizadas, que indicavam as relações mútuas de aproximação e distanciamento entre esses grupos. Como apontaram vários autores grande parte dos etnônimos consagrados na literatura são inclusive termos pejorativos utilizados por grupos que informaram os cronistas para depreciar outros grupos, não se configurando de maneira nenhuma como auto-identificações. De todo modo, essa enorme distribuição dos grupos tupi-guarani, ao longo de toda costa, além de partes consideráveis do interior do Sul e Sudeste do Continente, foi facilmente percebida pelos colonizadores, e muito

bem documentada na literatura. À grande complexidade étnica que apresentava o vasto território colonial em formação, os europeus responderam com uma redução simplória entre duas categorias antagônicas e genéricas, quais sejam, Tupi e Tapuia. Se de um lado o termo Tupi se justificava em parte, por denotar um contingente vasto de grupos tupi-guarani falantes, o termo Tapuia, não passava de uma antítese do primeiro:

> "Para enfrentar estes problemas, os europeus do século XVI procuraram reduzir o vasto panorama etnográfico a duas categorias genéricas: Tupi e Tapuia. A parte tupi desta dicotomia englobava basicamente as sociedades litorâneas em contato direto com os portugueses, franceses e castelhanos, desde o Maranhão até Santa Catarina, **incluindo os Guarani**. Se é verdade que estes grupos exibiam semelhanças nas suas tradições e padrões culturais, o mesmo não se pode afirmar dos chamados Tapuia. De fato, a denominação "Tapuia" aplicava-se freqüentemente a grupos que – além de diferenciados socialmente do padrão tupi – eram pouco conhecidos dos europeus". (MONTEIRO, John, 1994: 19. grifo nosso)

Conforme apontado pelo autor, essa categoria genérica de Tupi, empregada na literatura colonial, sobretudo quinhentista, incluía os grupos Guarani. O mesmo autor destaca ainda a dificuldade de uma síntese etnográfica desse grande universo Tupi da época da Conquista, devido, sobretudo, às características da própria organização social indígena:

> "Ao chegarem ao Brasil, os invasores europeus logo descobriram que grande parte do litoral bem como as partes do interior às quais se tinha mais acesso encontravam-se ocupadas por sociedades que compartilhavam certas características básicas, comuns à chamada cultura tupi-guarani. Contudo, a despeito das aparências de homogeneidade, qualquer tentativa de síntese da situação etnográfica do Brasil quinhentista esbarra imediatamente em dois problemas. **Em primeiro lugar, a sociedade tupi permanecia radicalmente segmentada, sendo que as relações entre segmentos ou mesmo entre unidades locais freqüentemente resumiam-se a ações bélicas.** [...] Em segundo, grande parte do Brasil também era habitada por sociedades não tupi, representando dezenas de famílias lingüísticas distintas". (Monteiro, John: 1994, 19. grifo nosso)

Essa característica dita segmentária da organização social tupi-guarani já foi bastante explorada pela literatura. Embora os cronistas se referissem aos povoados indígenas como nações, não havia unidades sociais maiores que as aldeias, ou os chefes locais, fato que os colonizadores europeus se queixavam muito, por dificultar as alianças com os nativos. Pedro Correia se queixava de como tal característica dificultava o trabalho de conversão: "porque não têm Rei, antes em cada Aldeia e casa há seu Principal" (apud MONTEIRO, John, 1994: 23). Dessa maneira, as características da organização social tupi, trazem novo fator de dificuldade na reconstrução histórica do território indígena à época da conquista. Ao mesmo tempo em que não haviam unidades políticas maiores que a aldeia, os grupos tupi-guarani mantinham estreitas relações de troca, aliança e inimizade, fatores esses que culminavam na constante recomposição das unidades políticas.

Não obstante, a literatura tem identificado entre esses grupos tupi-guarani do período da Conquista uma grande divisão entre os Guarani, associados segundo a literatura aos grupos identificados como Carijós, e os Tupi. Helène Clastres (1978[1975]: 8) propõe uma hipótese sobre a distribuição desses grandes grupos, Tupi e Guarani, ao longo do território sul-americano:

> "No século XVI, os tupis-guaranis distribuíam-se por uma área geográfica muito vasta. Os tupis ocupavam a parte média e inferior da bacia do Amazonas e dos principais afluentes da margem direita. Dominavam uma grande extensão do litoral atlântico, da embocadura do Amazonas até Cananéia. Os guaranis ocupavam a porção do litoral compreendida entre Cananéia e o Rio Grande do Sul; a partir daí, estendiam-se para o interior até os rios Paraná, Uruguai e Paraguai. Da confluência entre o Paraguai e o Paraná, as aldeias indígenas distribuíam-se ao longo de toda a margem oriental do Paraguai e pelas duas margens do Paraná. Seu território era limitado ao norte pelo Tietê, a oeste pelo rio Paraguai. Mais adiante, separado deste bloco pelo Chaco, vivia outro povo guarani, os chiriguanos, junto às fronteiras do império Inca".

Essa grande repartição do território dos grupos tupi-guarani no período quinhentista é também confirmada por hipóteses baseadas na arqueologia, notadamente as desenvolvidas por Brochado (1984) e Noelli (2000), segundo as quais os grupos tupi-guarani, que teriam uma origem comum na Amazônia central, teriam se diferenciado e seguido rotas migratórias distintas até se encontrarem novamente às vésperas da Conquista na região sul do litoral paulista.

Essas hipóteses são todas formuladas a partir de análises comparativas de sub-tradições de cerâmica, encontradas nos sítios arqueológicos pesquisados. Segundo Noelli, os elementos cerâmicos:

> "Apresentam dados que mostram a continuidade entre os Guarani históricos e os registros arqueológicos de seus ascendentes, ressaltando-se a uniformidade lingüística e sua clara relação com a cultura material. (...) A cerâmica Guarani possui características materiais constantes e variáveis formais estabelecidas dentro de um padrão estilístico rigidamente normatizado, submetido a regras tecnológicas reproduzidas na longa duração" (NOELLI, 2000:256).

Também se leva em conta as tradições agrícolas dos dois grandes grupos Tupi e Guarani, sendo o principal cultivo dos primeiros a mandioca e dos segundos o milho, como se verifica ainda hoje. Mais recentemente, com o desenvolvimento das pesquisas em arqueologia, conforme apontam Neves, Heckenberger e Petersen (1998) em artigo publicado na Revista de Antropologia, começam a ser revistas algumas das premissas de Noelli e Brochado que fundamentam suas hipóteses a respeito das migrações tupi-guarani pré-colombianas. Embora as pesquisas em arqueologia sejam ainda incipientes para as terras baixas da América do Sul, conforme admitem todos esses autores citados, e as hipóteses sobre as origens e a dispersão dos grupos tupi-guarani estejam abertas para debate, não se coloca em dúvida a enorme dispersão desses grupos pelo território da América do Sul. Também não se questiona a existência de duas grandes tradições, Tupi e Guarani, que foram verificadas nos tempos da Conquista e muito menos a enorme amplitude do território Guarani nesse período, o que é o nosso foco de discussão aqui. No Rio Grande do Sul, onde as pesquisas arqueológicas focadas na ocupação Guarani tiveram mais avanços estima-se que essa ocupação remonte a aproximadamente 200 d.c. Nos atuais Estados do Paraná e Santa Catarina, da mesma forma, as pesquisas arqueológicas apontam datações igualmente antigas para a ocupação Guarani.

De todo modo, onde as pesquisas arqueológicas não se aprofundaram e portanto nos escapa uma perspectiva de tão longa duração, continuamos a contar com uma literatura colonial relativamente rica, que dá uma imagem dos possíveis contornos da ocupação guarani à época da conquista européia.

John Monteiro, com base na pesquisa da documentação a respeito do papel dos indígenas nas origens de São Paulo, indica como o território Guarani tinha seu limite superior no sul da Capitania de São Vicente:

> "A quarta região principal [De São Paulo "colonial'], localizada ao sul da Capitania de São Vicente, era ocupada por várias nações Guarani. Os Carijós, provavelmente o maior subgrupo desses Guarani habitavam a parte meridional da capitania e vastas regiões mais para o sul". (MONTEIRO, John, 1984: 25)

No entanto, Neves, Heckenberger e Petersen (1998) atentam para o fato de que não se deve pensar em qualquer rigidez no estabelecimento de uma fronteira entre os territórios Tupi e Guarani, uma vez que as possíveis diferenças entre tradições de cerâmica devem ser relativizadas à luz do fato indiscutível de que os grupos tupi-guarani formavam, como mencionado, grandes redes de troca de bens, técnicas (nesses dois casos enfatizamos os objetos de cerâmica e os conhecimentos a eles relacionados), pessoas, etc. Da mesma forma, como apontamos, no que concerne à análise da documentação quinhentista, os termos usados para identificação dos grupos tupi-guarani com os quais os colonizadores mantiveram contato são extremamente fluidos, não permitindo nenhuma segurança na afirmação de Helène Clastres de que Cananéia constituía-se como a fronteira norte do Território Guarani. A grande mobilidade espacial conhecida dos grupos tupi-guarani, por sua vez, impossibilita ainda mais a atribuição de qualquer fronteira rígida. Além disso, continua-se verificando enorme semelhança entre as línguas tupi-guarani atuais, a despeito de sua espantosa distribuição geográfica, independente da mencionada divisão entre grupos Tupi e Guarani, indicando, segundo os lingüistas, a recente diferenciação entre esses povos (RODRIGUES, A.D., 1984/1985). Além das convergências lingüísticas, encontra-se grandes semelhanças culturais entre os Guarani e grupos Tupi amazônicos atuais, a despeito das enormes diferenças em relação à história de contato, como demonstrou o estudo comparativo já clássico de Eduardo Viveiros de Castro (1986), *Araweté: Os Deuses Canibais*.

A literatura clássica associa os Guarani aos grupos que figuram na documentação como Carijós ou Cariós, a exemplo do que fez Helène Clastres e John Monteiro. Há uma vasta literatura colonial a respeito da história guarani pós-conquista, que vai desde relatos de viagem de mercadores como Gonneville (1504), passando pelos célebres relatos de Hans Staden (1548), pelas crônicas do protestante francês Jean de Léry sobre as memórias do intento fracassado de colonização francesa na baía de Guanabara, e chegando nas fontes espanholas como a de Félix de Azara (1742-1821), que participou das expedições de reconhecimento de fronteira, operadas pela coroa no período pós Tratado de

Madrid. Por ora destacamos, porém, os relatos de Cabeza de Vaca (1999 [1542]) e Ulrich Schmidel (1838 [1553]) , por trazerem informações relevantes para compreensão das práticas territoriais contemporâneas dos Guarani. Ulrich Schmidel, o primeiro a apontar o termo Carió na literatura quinhentista alega que o território da "nação dos Tupis" coincide com a jurisdição do Rei de Portugal (Viage Al Rio de La Plata, Cap LII)[1], mas que sua língua difere muito pouco da dos Cariós, que estabeleciam alianças com o Rei da Espanha. Como notado por diversos autores, uma suposta rigidez na fronteira entre os territórios Tupi e Guarani reflete muito mais a partilha e as pretensões territoriais dos Impérios Coloniais de Portugal e Espanha que a qualquer realidade etnográfica verificável.

A grande importância da documentação de Schmidel e Cabeza da Vaca, entretanto, está no fato de terem sido os primeiros a registrar os percursos de ligação entre o litoral e o interior, consagrados sob o nome de Peabiru. Quanto à Schmidel, ainda, seu relato é particularmente importante por ter sido percorrido na companhia de 20 Guarani desde o interior, Assunção, até o litoral, em sentido contrário ao dos demais colonizadores. Conforme registrado por Reinhard Maack (1959), em suas pesquisas nos manuscritos de Schmidel, o viajante recebeu em Assunção, depois de uma permanência de 18 anos em terras americanas, uma carta da Alemanha redigida por seu irmão enfermo. Na mesma época, recebe a informação de que havia um navio português parado no porto de São Vicente, preparando viagem de retorno à Europa. Planeja dessa maneira, viagem por terra para chegar à São Vicente, em companhia dos índios Cariós, identificados aos Guarani, para alcançar o navio e chegar à Europa para ver seu irmão. Justifica seu plano, revelando que esses Guarani são o "povo [que] viaja mais longe do que qualquer outra nação na região do Rio della Plata", migrando freqüentemente para o litoral e conhecendo os caminhos no interior das matas (Schmidel apud Maack, 1959: 9). Tal exemplo é o mais emblemático no sentido de mostrar como os Guarani conheciam muito bem, antes da chegada dos europeus, percursos que ligavam a região da bacia do Rio da Prata, que formava parte do território Carijó, ao litoral da antiga Capitania de São Vicente, fronteira norte de seu território à época da Conquista. É notável que esse percurso empreendido pelo viajante quinhentista seja semelhante ao realizado por grupos Guarani através das migrações de inspiração mística (retratadas na literatura antropológica desde Metraúx, passando por Nimuendaju, Cadogan e Clastres), motivadas por profetas xamânicos que anunciavam a possibilidade de ascensão à chamada Terra Sem Mal. Da mesma forma, o caminho do Peabiru foi utilizado também pelos Bandeirantes Paulistas, que se serviam dos guias Guarani e ingressavam no interior do continente, no sentido oposto, para o aprisionamento de escravos Carijós, trazidos para a Capitania de São Vicente como mão-de-obra agrícola. Cabe notar como os relatos de Cabeza de Vaca e Schmidel tem como grande mérito no que concerne a essa discussão o fato de terem documentado o trânsito dos Guarani entre o interior e o litoral desde os primeiros momentos da Conquista, revelando a intensa conexão desse território no período pré-colonial. No Guarani Antigo, segundo o célebre *Tesoro de La Lengua Guarani*, de Montoya, identificava-se dois principais referenciais do espaço terrestre: ibiapira (equivalente ao termo atual *yvy apy*), o fim da terra, e *ibiapite* (equivalente à *yvy mbyte*), centro da terra (MONTOYA, 1876: 167). Já o termo para a totalidade do mundo terrestre, registrado por Montoya, é *ibiya* ou *ibiopacatu*, sendo *ibiopapa*, o momento do fim do mundo (Pg. 168). Esses termos guardam grandes consonâncias com os utilizados atualmente nos dialetos Guarani e tem grande rendimento na caracterização das elaborações cosmológicas dos Guarani atuais a respeito da formação e funcionamento do mundo terrestre.

Reduções e Bandeiras

Conforme abordado anteriormente, a ocupação Guarani se estendia à época da Conquista, por toda a bacia do Rio da Prata, passando pelas regiões Sul do atual território brasileiro, e encontrando seus limites (móveis) de ocupação no litoral do atual Estado de São Paulo. A maioria desses grupos foi inicialmente chamada de Carijós. Como dito, mesmo que os contornos gerais desse território de ocupação Guarani possam ter sido relativamente estáveis por um período longo, como indica a arqueologia, o próprio modo de ocupação indígena do espaço não permite a suposição de fronteiras rígidas para esse território, que se recompunha de acordo com as dinâmicas históricas de ocupação dos índios, sobre as quais pouco sabemos no que concerne ao período pré-colonial. Sabemos, no entanto, como o avanço do processo de colonização foi influenciando cada vez mais intensamente a composição étnica do território nacional em formação.

Nesse sentido, cabe destacar o processo através do qual os Guarani se tornaram o grupo étnico mais procurado pelos colonizadores paulistas (tanto os chamados bandeirantes, como os jesuítas) para a exploração de sua mão-de-obra, acarretando isso no deslocamento forçado de contingentes expressivos da população Guarani, e alterando significativamente a distribuição da população Guarani ao longo de seu território tradicional de ocupação. Conforme ressaltado por Monteiro (1984: 27), a empresa colonizatória dos paulistas logo sentiu a necessidade do uso da mão-de-obra escrava dos indígenas para suprir as próprias necessidades de subsistência dos colonos, que dependiam no início da Conquista do escambo com as populações indígenas aliadas no âmbito de uma "economia do dom". A lógica inconstante do dom, não garantia as necessidades de subsistência e mão-de-obra da qual dependiam os europeus

para seu intento colonizatório:

> "No Sul, na mesma época, os Guarani ficaram conhecidos pela abundância de comestíveis que forneciam aos europeus. 'Muitas vezes vinham muitos índios com grandes presentes de veados e galinhas, peixes, cera e mel', escreveu o jesuíta Leonardo Nunes ao descrever sumariamente os Carijó.
>
> Para o desagrado dos colonizadores, no entanto, os índios forneciam provisões apenas esporadicamente e de maneira limitada, ao passo que os portugueses começaram a depender mais e mais da produção e mão-de-obra indígena para seu próprio sustento. É verdade que, em meados do século XVI, as relações de troca chegaram a florescer, mas cada parte atribuía-lhe um sentido radicalmente distinto. [...] tanto a aquisição quanto a oferta de 'mercadorias' devem ser compreendidas mais em termos de sua carga simbólica do que seu significado comercial".

A essa "abertura para o exterior" (Lévi-Strauss, 1993[1991]) com a qual os Guarani e as outras populações tupi-guarani do litoral receberam os colonizadores fazendo-os participar das suas redes de intercâmbio, os paulistas responderam com o aprisionamento de contingentes consideráveis de indígenas para a exploração do trabalho escravo nas lavouras, além da introdução de doenças até então desconhecidas, que acarretavam na mortandade em massa dos indígenas, fato bastante conhecido. Nesse cenário, como dito, os Guarani tanto do litoral como do interior, se afiguraram como o principal foco das entradas dos Bandeirantes na busca de mão-de-obra, por sua grande aptidão agrícola pré-colonial. Inicialmente, os portugueses que se aliaram com os Tupiniquim, supriam a necessidade de mão-de-obra com os cativos de guerra Tupinambá, tradicional inimigo dos Tupiniquim nas suas "guerras intestinas". O conflito dos Tamoios, entretanto, fez com que se passasse a privilegiar os Carijós, outro inimigo tradicional dos Tupiniquim. A partir daí, o aprisionamento dos Carijós tornou-se inclusive o principal motivo do estabelecimento tanto dos Jesuítas como dos colonos no planalto paulista, e a disputa por esses cativos resultou na própria necessidade de estabelecimento dos Jesuítas no Pátio do Colégio, construindo ambiente fortificado para defesa contra os colonos, episódio que culminou na própria fundação da cidade (Monteiro, 1994: 36-38).

Episódios subseqüentes da história da colonização do espaço que corresponde ao território brasileiro, resultaram no aprisionamento e deslocamento de contingentes massivos da população Guarani para a Capitania de São Vicente, de modo que no segundo quartel do século XVII a população Carijó era a maioria esmagadora da população indígena do atual Estado de São Paulo[2]:

> "Embora inventários e testamentos do início do século XVII registrem uma ampla diversidade de grupos indígenas, a partir da segunda década esta cedeu lugar à predominância de cativos guarani nos plantéis paulistas. Isto sugere que os paulistas se ocuparam, nos primeiros anos do século, em preparar o terreno para os assaltos de maior envergadura contra os Guarani, que caracterizaram o período 1610-1640" (Monteiro, 1994: 62).

Nesse sentido, destacam-se 3 episódios mais importantes no que tange ao sequestro da população Guarani para o atual Estado de São Paulo. Em primeiro lugar, cabe notar que desde o século XVI, o chamado "Porto dos Patos", atual Estado de Santa Catarina, foi utilizado como uma espécie de entreposto no circuito dos cativos guarani. Em segundo lugar, a região de Guairá (região fronteiriça atualmente entre Paraguai e PR) tornou-se posteriormente o principal ponto de captura de mão-de-obra escrava Guarani. Inicialmente, destaca-se a bandeira autorizada por Diogo de Quadros, em 1615 que conta com um documento de matrícula dos Carijós que conseguiram chegar com vida à São Paulo, e foram contabilizados em 628, conforme relata Monteiro (op. Cit). A partir de então e já no fim da década de 1620, o caminho terrestre de Guairá passou a ser preferido pelos colonizadores em relação à rota marítima ao Porto dos Patos. Nesse período, o caminho do Peabiru, de conhecimento dos Guarani que eram utilizados como guias através do uso da violência, passou a ser utilizado como a principal rota de aprisionamento dos cativos, culminando na completa destruição do Guairá, com a famosa Bandeira de Raposo Tavares, em 1628. Em reação ao estabelecimento das reduções por parte dos jesuítas como forma de conter o genocídio empreendido pelas bandeiras na região do Guairá, os colonos responderam com expedições sanguinárias que culminaram na escravização de toda a população guarani que compunha as missões recém-formadas (1628-32)[3], e na destruição do empreendimento jesuítico. Em terceiro lugar, depois da destruição do Guairá, os colonos se concentraram novamente em território Guarani, e passaram a atacar as missões do Tape (1633-4), também recém constituídas quando da destruição pelos portugueses (1635-41) (Monteiro, 1994: 68-76). Esse expressivo deslocamento forçado da população guarani para a capitania de São Vicente, trouxe enormes oscilações demográficas na região que corresponde aos atuais Estados de Rio Grande do Sul (Tape), Santa Catarina (Porto dos Patos) e Paraná (Guairá). Posteriormente a essas experiências de redução, rapidamente devastadas pelos Bandeirantes, há na região fronteiriça entre o Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai

atuais, a célebre construção missioneira dos "Sete Povos das Missões", que teve um maior fôlego, marcando profundamente o imaginário a respeito da colonização. Cabe destacar que boa parte da experiência missioneira desse período ocorreu, entretanto, sob égide da coroa espanhola, uma vez que apenas os limites do império luso-brasileiro só foram adquirir seus contornos atuais após a Guerra do Paraguai (1864 -1870), tendo sido anteriormente delineado pelo Tratado de Madrid (1750).

Aldeamentos Coloniais e Aldeamentos do Império

Há uma vasta literatura histórica a respeito da experiência das missões, que, como é sabido, marcou inclusive o imaginário tanto do Rio Grande do Sul, como do próprio Paraguai (Ver Ficha de Localidade do Rio Grande do Sul). Da mesma maneira, no âmbito da historiografia guarani, discute-se muito se os subgrupos Guarani atuais (Mbya, Nhandeva e Kaiova), que a literatura identifica aos que aparecem na documentação do período como *Cainguá* (gente da mata), teriam ou não sido reduzidos pelo empreendimento missioneiro. Segundo a hipótese de Helène Clastres, mencionada acima, os *Cainguá* teriam permanecido nas matas alheios às reduções. Outros consideram que os *Cainguá* seriam grupos guarani aldeados, que reestabeleceram uma vida autônoma nas matas após a expulsão dos jesuítas. De nossa parte, acreditamos que esse questionamento é pouco produtivo, uma vez que independente do grau de inserção que os grupos atuais possam ter tido na experiência missioneira é inegável que continuam apresentando características pautadas pelo seu próprio modo de agenciamento dos eventos oriundos da história de colonização. Nesse sentido, cabe destacar que os Guarani atuais apresentam, de um lado, uma série de características na sua cosmologia (e na sua forma de pensamento, organização social, territorialidade, etc) que guardam enormes consonâncias com o cenário tupi-guarani amazônico. Por outro lado, é inegável que nenhum grupo indígena da região onde os Guarani estão inseridos ficou completamente alheio à experiência missioneira. O exemplo dos aldeamentos mais recentes, cuja documentação pode ser contrastada com outras fontes etnográficas, mostra como há toda uma história de intercâmbio constante entre famílias que fugiam de estabelecimentos oficiais e famílias que se submetiam a eles, de modo que a hipótese de uma completa impermeabilidade dos Guarani atuais à experiência missioneira é tão pouco plausível como a de uma suposta submissão desses grupos aos propósitos da catequese. Desenvolveremos esse argumento de modo a pautar a discussão numa história mais recente, de maior relevância para o projeto.

Em contraste com a rica documentação a respeito dos índios no período da Conquista, quando se produziram grandes tratados a respeito dos Guarani e Tupi da Costa, e também sobre os Guarani da região de Assunção, além de uma série de outros tipos de documentos, de gêneros discursivos diversos e autorias e propósitos os mais variados[4], os períodos que se seguiram até a Independência foram marcados por um desinteresse progressivo a respeito dos índios. Dos grandes tratados, dos dicionários e gramáticas detalhados a respeito das línguas indígenas, passa-se para uma documentação alusiva, quase sem conteúdo etnográfico[5]. Durante o período imperial, a documentação existente é exclusivamente de caráter administrativo, contendo sensos e informações mínimas sobre o trabalho nos aldeamentos oficiais. É apenas com o advento da República Velha, que coincide parcialmente com o desenvolvimento da Antropologia Moderna e do método etnográfico, que se passou a produzir uma documentação comparável à quinhentista.

Os excessos cometidos pelos Bandeirantes culminaram como é sabido, na expulsão definitiva da ordem dos Jesuítas, em 1767, o que vem a trazer grandes modificações na política indigenista implementada pelos aldeamentos da Colônia. É nesse contexto que se insere a constatação de John Monteiro (1984: 34) de que esse processo culminou já no início do Século XVIII, na conversão do Carijó como um nome genérico para a população indígena, em especial, para a população aldeada, submetida a um regime de trabalho escravo. Esse fato dificulta enormemente a identificação da filiação étnica e lingüística das populações mencionadas na documentação desse período. Por essas razões, não será o propósito aqui retratar o regime de escravidão indígena da Colônia que se instaurou na época que vai do auge ao declínio das Bandeiras, uma vez que poucas informações pode nos fornecer com segurança a respeito da dinâmica dos Guarani.

É mais central nesse sentido, embora lacunar, a documentação do período do Império, que antecede a criação do SPI republicano, trazendo algumas informações a respeito dos aldeamentos existentes, passando na maioria dos casos uma imagem desoladora de falta de recursos e abandono por parte das organizações eclesiásticas responsáveis, e indicando um êxodo progressivo da população aldeada novamente para as matas. Ao mesmo tempo, a documentação a respeito das expedições de desbravamento e colonização, mais precisamente das Comissões Geográficas e Geológicas, traz uma série de notícias a respeito de vários grupos de índios não aldeados, muitas vezes tratados como mansos e outras como arredios. Nesse sentido - e é essa a dificuldade – o mais importante em relação a essa época é tentar entender não os índios aldeados que foram minoritários, mas sim os que não se aldearam e que mantiveram

apenas uma relação de troca com esses estabelecimentos, embora muito intensa.

Deve-se destacar, entretanto, que ainda no período colonial muitos dos aldeamentos foram praticamente abandonados desde fins do século do XVIII, a partir da política instaurada por José Arouche de Toledo Rendon, diretor-geral dos índios da então Província de São Paulo. Instaurada algumas décadas depois da expulsão dos Jesuítas e em pleno contexto de implementação das reformas pombalinas em toda colônia, a política de Rendon visava expressamente a transformação forçada e progressiva dos aldeamentos de índios em freguesias e vilas. Simplesmente através de uma mudança de estatuto desses estabelecimentos oficiais, imaginava-se que os índios se integrariam progressivamente à sociedade colonial. Essa política foi formalizada, a partir de um documento encontrado por Rendon, e denominado "Regimento para todas as aldeias das Missões", estabelecido por um Capítulo Provincial dos Franciscanos, celebrado no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1745. Em carta de 1798 ao então governador, capitão-general Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, Rendon (1842 [1798]: 309) celebra o documento como diretriz geral a ser seguida pela Governo Provincial e essa passa a ser a tônica da política indigenista em todo o país.

Posteriormente, já no Império, se restabelece o cargo de Diretor de Índios em 1846, poucas décadas depois do estabelecimento da figura dos Presidentes de Província do regime imperial, em 1823, que substituíam as antigas Juntas Provisórias. A partir desse período, as frentes de colonização, que avançavam abrindo estradas e criando núcleos coloniais, esbarraram novamente com a ocupação indígena, especialmente com os grupos que mantinham sua autonomia estabelecendo suas aldeias nas florestas ainda abundantes no Sul e Sudeste. Se a ocupação indígena era organizada pelas bacias fluviais, a colonização seguiu lógica semelhante, usando os rios principais como vias de acesso ao interior. Cabe destaque aqui a população Guarani e Kaingang, que passava a ser atingida por essas novas frentes de colonização, tanto no RS, como SC, PR e SP. É nesse período que reaparece uma documentação um pouco mais descritiva a respeito da presença indígena no Sul e Sudeste, tendo especial destaque as correspondências entre os Diretores de Índios, os Presidentes de Províncias.

Durante essa fase de levantamento preliminar, foi possível realizar uma varredura geral a respeito desta documentação histórica sobre os Guarani, presente nos acervos de instituições sediadas nos seis Estados brasileiros onde se focou a pesquisa, além de algumas das principais instituições espanholas onde se encontra material a respeito dos índios. Tal varredura inicial que serviu de base para a elaboração desse texto, está sistematizada em um Banco de Dados on-line, e disponibilizada também na ficha de "Bibliografia" do INRC (Ver Anexo 1). Evidentemente, esse vasto corpus documental só pôde ser acessado de maneira parcial durante esse curto período de pesquisa. O avanço da sistematização documental no Banco de Dados pode ainda contribuir muito para uma compreensão melhor da dinâmica territorial guarani que vise subsidiar as políticas públicas para esse povo, assim como aprofundar o conhecimento acadêmico a respeito da história guarani.

Voltando à caracterização da ocupação guarani no período pré-republicano, é importante ressaltar o quanto a dinâmica da ocupação entre índios aldeados e não aldeados é extremamente relacionada durante esse período. A documentação a partir da metade do século dá destaque aos aldeamentos Guarani, cuja ocupação coincide em grande parte com os grupos cuja trajetória foi descrita por Nimuendaju. De um lado, a trajetória dos Guarani nesse período difere bastante da dos Kaingang, uma vez que os primeiros eram descritos como índios mansos e se estabeleceram em alguns momentos nos aldeamentos oficiais já no período imperial e os segundos, para o caso do Estado de São Paulo, só foram "pacificados" no período Republicano mediante a atuação do SPI. Por outro lado, a reconstituição da trajetória desses grupos empreendida por Nimuendaju evidencia como o estabelecimento nos aldeamentos era apenas uma parte da estratégia e da prática dos Guarani como forma de sobreviver à pressão das frentes de colonização (ataques de bugreiros, aberturas de estradas, estabelecimento de fazendas, trabalho escravo, etc...), de modo que a alcunho de 'índios mansos' não vestia tão bem os Guarani como poderia aparentar. Não obstante, os Guarani mantinham sua dinâmica territorial ampla com especial importância para a formação das suas aldeias junto ao Mar, de onde procuravam através da orientação de seus líderes espirituais a ascensão à Terra Sem Mal.

Durante o período imperial aparecem na documentação os seguintes estabelecimentos oficiais: no atual Rio Grande do Sul, da segunda metade do século XVIII em diante, os registros sobre os Guarani passam a restringir-se aos aldeamentos de São Vicente, São Nicolau e Nossa Senhora dos Anjos, formados pelos agentes coloniais para absorver as populações outrora constituintes do complexo missioneiro. Em relação à Santa Catarina, não conseguimos sistematizar nessa fase preliminar informações a respeito da política de aldeamentos pré-republicanos. Já a respeito da Província do Paraná, podemos citar alguns, dentre eles: São Pedro de Alcântara; Nossa Senhora do Loreto de Pirapó; São Jerônimo; Santo Inácio do Paranapanema. Vale lembrar, que no século XIX, a documentação está atenta para uma circulação muito forte por parte dos Guarani, descrevendo sua movimentação entre os aldeamentos acima

citados e os de São João Baptista do Rio Verde e Itariri, ambos situados já na Província de São Paulo, sendo o primeiro na região da atual TI Itaporanga e o segundo, na região da atual TI Serra do Itatins. Além desses, a documentação dá notícia na província de São Paulo dos aldeamentos de São Sebastião do Piraju, na região de Botucatu e Tijuco Preto, também de ocupação Guarani. Em relação ao Rio de Janeiro e Espírito Santo, focamos a pesquisa histórica em períodos mais recentes por trazerem mais notícias a respeito da ocupação guarani.

O estabelecimento desses aldeamentos se insere numa nova fase da política indigenista que difunde para todo o império algum dos preceitos estabelecidos pela política de Rendon, como mencionado acima. Essa política envolvia um processo mais amplo de colonização das "fronteiras desconhecidas do império", que por sua vez, segue uma política paralela de povoamento da nação. Essa política culmina na edição em 1850 da chamada "Lei de Terras", que ao instaurar o modelo ocidental de propriedade privada no Brasil, termina por operar silenciosamente o esbulho das terras indígenas através da emancipação forçada dos aldeamentos. Dessa maneira, no período entre a edição da "Lei de Terras" e a criação do Serviço de Proteção dos Índios (já em 1910 durante o período republicano), boa parte desses aldeamentos foram considerados extintos e a população indígena ficou exposta à sorte de bugreiros e outros agentes do aparato colonizador.

O Serviço de Proteção dos Índios, os 'Postos' e 'Colônias' Indígenas e as 'Aldeias Livres do Litoral'

É notável como a complexa trajetória dos grupos Guarani que retomavam o litoral desde o início do XIX descrita por Nimuendaju contraste com as referências lacunares aos aldeamentos estabelecidos no período imperial. A pobreza das informações contidas nas fontes imperiais deriva do fato de que a política indigenista praticada na época visava tão somente a redução dos índios que mantinham sua autonomia, com o objetivo de promover um processo de assimilação forçado, conforme os princípios estabelecidos por Rendon, liberando as terras para a colonização. Esse processo foi repetido pela atuação do SPI com outros contornos.

Embora o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, tenha sido criado, através do Decreto no 8072 de 1910, com o fito de prestar assistência à população indígena do país, ressalvando-se que para isso devia-se "fazer respeitar a organização interna das diversas tribos, sua independência, seus hábitos e instituições, **não intervindo para alterá-los**, senão com brandura e consultando sempre a vontade dos respectivos chefes (Art 2º) [grifos nossos]", a atuação do Serviço foi sempre marcada pelo intuito de subordiná-los, concentrá-los em terras de extensão arbitrárias, liberando suas terras tradicionais para a colonização e buscando a assimilação dos índios à população nacional.

Esse intuito era expressamente admitido pelos funcionários do SPI, figurando na documentação atualmente disponível no acervo do Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Consultamos toda a parcela dessa documentação que se encontra atualmente microfilmada, nela nos baseando para a escritura dessa secção[6]. Luis Horta Barboza, uma das figuras centrais do SPI, então responsável pela 5ª Inspetoria, escreve relatório em 1928 no qual expõe as bases da política praticada pelo SPI ao fundamentar a intenção inicial de concentrar os Guarani que habitavam o Estado de São Paulo em uma só "Povoação" no interior, liberando as terras do litoral, onde os Guarani buscavam se fixar seguindo os intentos de seus líderes religiosos. Nota-se que, pelo decreto de criação do SPI, mencionado acima, todos os antigos aldeamentos deveriam ser convertidos em "Povoações", indicando esse novo termo simplesmente uma mudança na política de gestão dessas localidades, que passaria para o Estado Nacional. No entanto, o processo de implementação da referida Povoação de Araribá, atualizou uma política que ia em sentido oposto, buscando desativar todos os antigos aldeamentos do Estado e concentrar no Araribá todos os Guarani dispersos por outros Aldeamentos e demais localidades autônomas, liberando as terras para colonização, o que também foi a tônica para os demais Estados. Fica também evidente, em toda a documentação, a relutância dos Guarani em aceitar essas ações no sentido de concentrar sua população. Um primeiro trecho desse relatório de Horta Barboza, mostra como o intuito do SPI era promover a integração dos Guarani à população nacional, transformando-os em trabalhadores rurais:

> "no Decreto da reserva não há a declaração de que as terras eram só e exclusivamente para moradia de índios; nem o Serviço tomou nenhum compromisso com o Estado de seguir esta ou aquella directriz no desempenho da sua missão junto aos índios, missão que é complexa, pois que partindo inicialmente da protecção pura e simples, e sempre dominada pelo sentimento e pela intenção de pratica-la, encaminha-se ciente e intecionalmente para **o entrelaçamento do dois ramos da população brasileira** [trabalhadores nacionais e índios], aspirando alcançar a fusão de ambas num tipo único" (HORTA BARBOZA, 1928: ft 955-956)

Outro trecho do mesmo relatório evidencia como os Guarani nunca aceitaram as tentativas de concentrá-los em Araribá (interior) e sobretudo, nunca aceitaram a intenção expressa do SPI de privá-los de ocuparem suas terras tradicionais no Litoral:

> "Assim, pois, desde fins de 1910 que se sabe ser a população indígena de São Paulo contituída de grupos originários de duas únicas nações, a dos guaranys e a dos caingangs. Da primeira, subexistem alguns escassos remanescentes na região litorânea cortada actualemente pela estrada de ferro de Santos a Juquiá; grosso, porém, das duas populações encontra-se localizada no interior e ao sul do Estado, próximo aos confins do Estado do Paraná, de onde procede o entrelaçamento dos grupos habitantes dos dois territórios.
>
> Para attender ao serviço de protecção de todos esses grupos, a Inspectoria fundou e mantem no território de São Paulo quatro estabelecimentos: Uma Povoação Indígena e três Postos - , a primeira e um destes, em proveito dos guaranys; os dois restates, em proveito dos caigangs.
>
> **Tal multiplicidade de estabelecimentos não corresponde a necessidades reais da protecção; esta podia attingir plenamente ao seu escopo, mediante dois estabelecimentos apenas, um para a totalidade da população guarany, e outro para a totalidade dos caigangs. Mas baldados foram os esforços da Inspectoria no sentido de concentrar na Povoação Indígena do Araribá, os guaranys, tanto do interior como do litoral. Estes últimos resistiram a todos os meios de que se utilisou a Repartição para indusil-os a installarem as suas residências naquelle estabelecimento, e acabaram obtendo do Snr. General Rondon a promessa da Inspectoria dar-lhes assitencia no próprio lugar donde elles não queriam sahir, e onde afinal, a tiveram effectivamente, pela creação do Posto do Bananal**." (HORTA BARBOZA, 1928: Ft 950-951. grifos nossos.)

Esse contraste entre o intuito do SPI em proceder a proteção dos Guarani por meio da concentração da sua população nos espaços diminutos de terra que correspondiam aos "postos" oficiais, e a relutância dos Guarani em se submeter a essa política é a grande tônica de toda a documentação depositada no Museu do Índio. Da mesma forma, na grande maioria dos postos onde a população guarani era obrigada a conviver com outras etnias tradicionalmente inimigas, como os Kaingang, fica patente a resistência dos Guarani à imposição de um regime de trabalho forçado na lavoura, que resultou na fuga de uma série de famílias que saíam desses estabelecimentos oficias buscando estabelecer aldeias autônomas, sobretudo do litoral, onde a presença do Estado era diminuta.

Essa dinâmica, entretanto, só pode ser constituída adequadamente através da história oral e do relato dos mais velhos, que guardam hoje a recordação nítida de maus tratos sofridos pelos funcionários do SPI. No acervo do Centro de Trabalho Indigenista, organizado por ocasião desse levantamento preliminar, há uma série de depoimentos dos índios que descrevem práticas de trabalho escravo e até de tortura, que se iniciaram no período de atuação do SPI e perduraram depois da criação da FUNAI (1967), cessando provavelmente apenas com a promulgação da Constituição de 1988. Esses fatores certamente impulsionaram as práticas de mobilidade territorial dos Guarani, que da mesma forma, passam ao largo da documentação do SPI, onde tudo o que se pode entrever são as queixas dos funcionários a respeito da 'teimosia' dos Guarani em ceder aos projetos de concentração territorial de sua população.

A resposta do SPI e dos governos estaduais a essa 'teimosia' dos Guarani em persistirem na sua dinâmica territorial própria foi distinta em cada Estado. Em São Paulo, cabe destacar como o próprio SPI acaba por ceder aos índios e reconhecer progressivamente diferentes localidades no litoral, iniciando pelo Bananal em Peruíbe, passando pelo Rio Branco de Itanhaém e terminando no Itariri, que mesmo sendo aldeamento reconhecido desde República Velha, só foi reconhecido pelo SPI na década de 1950. No Rio Grande do Sul temos um exemplo oposto, que foi o da instauração pelo SPI apenas de postos onde se inseriu uma população majoritária Kaingang, como Guarita e Nonoai. A resistência dos Guarani em permanecerem aldeados junto à população Kaingang foi inicialmente respaldada por política do Governo Estadual que desapropriou terras para a criação entre (as décadas de 1910 e 1930) de aldeamentos para uso exclusivo dos Guarani, sejam eles os chamados Toldos Lagoão Soledad, Santo Christo, Guarani Paiol Grande, Santa Rosa e Guarany Rio Liso. No entanto, essas áreas foram loteadas nas décadas subsequentes com a expulsão dos Guarani, que tiveram outra vez que ficar jogados à própria sorte, buscando sozinhos lugares para estabelecerem suas aldeias.

Todas essas turbulências sofridas pelos Guarani durante o processo de colonização resultaram em interferências visíveis na sua dinâmica territorial, que, entretanto, seguiu se realizando segundo o agenciamento próprio dos índios. A história de vida das famílias que hoje habitam cerca de 150 Terras Indígenas (somadas às cerca de 140 aldeias antigas levantadas através da memória dos mais velhos[7]), entre o litoral e o interior do Sul e Sudeste do país, é

extremamente rica nesse sentido evidenciando toda uma dinâmica que poderá ser vislumbrada de maneira mais detida na fase de aplicação do INRC. A dinâmica de formação de parentelas, as migrações impulsionadas pelos chefes religiosos, a fuga dos maus tratos do SPI e FUNAI, todos esses eventos contribuíram para a busca dos Guarani de formarem suas aldeias livres, nas quais pudessem viver segundo seus próprios usos, costumes e tradições e que compõem o território Guarani atual, no qual persistem toda uma sorte de problemas fundiários e ambientais que se apresentam como grande desafio para que eles continuem transmitindo seus conhecimentos às novas gerações.

Notas:

1 - Schmidel empreendeu viagem acompanhado de 20 Cariós, desde Assunção até São Vicente, enre 1552 – 1553. Ver a versão eletrônica da tradução espanhola de Viaje al Rio de La Plata, realizada em 1838. Buenos Ayres. Impresa Del Estado. http://www.gutenberg.org/etext/20401. Ver também a obra de Reinhard Maack, a respeito da viagem, Sobre o Itinerário de Ulrich Schmidel através do Sul do Brasil, publicada pelo Boletim de Geografia Física no 1, da Universidade do Paraná. Também disponível on-line:

http://www.historiaambiental.org/index.php?option=com_content&view=article&id=171:itinerario-de-ulrich-schmidel-atraves-do-sul-do-brasil-&catid=96:nacionais&Itemid=293

2- Some-se a isso a dizimação trazida pelas epidemias importadas da qual foi vítima a população Tupiniquim, Tupinambá e Tapuia da região. Mesmo tendo convalescido em proporção até maior, ao se considerar a mortandade durante as próprias expedições de aprisionamento, a população da Capitania nesse período era freqüentemente "recomposta" por Guarani trazidos das campanhas de escravização, de modo que manteve-se majoritária a partir de então.

3 - Uma vez que nas reduções é onde os Bandeirantes encontravam a maior parte da mão-de-obra Guarani então concentrada.

4 – Cabe especial destaque aqui à toda a documentação produzida pelos Jesuítas durante o período colonial. Para uma interessante análise dos discursos das lideranças Guarani durante o processo de resistência ao projeto reducional das missões ver especialmente Melià (1988).

5 - Talvez a única exceção importante nesse período seja a obra do naturalista Félix de Azara que foi comandante da comissão espanhola de limites no Paraguay entre 1789 à 1801.

6 - Agradecemos a atenção dispensada pelo responsável pelo acervo, Sr. Carlos Augusto da Rocha Freire, a quem devemos também a indicação de que parte da documentação disponível referente à 5ª Inspetoria não foi microfilmada, e não está ainda disponível para consulta.

7 – Ver Localização.

Bibliografia Citada

AZANHA, GILBERTO (2001). *A LEI DE TERRAS DE 1850 E A TERRA DOS ÍNDIOS*. HTTP://WWW.TRABALHOINDIGENISTA.ORG.BR/DOCS/TERRA.PDF. CTI: SÃO PAULO.

BROCHADO, J.P. (1984) *AN ECOLOGICAL MODEL OF THE PREAD OF POTTERY AND AGRICULTURE INTO EASTERN SOUTH AMERICA*. PH.D.DISSERTATION. UNIVERSITY OF ILLINOIS.

CABEZA DE VACA, ALVAR NUÑES. (1999 [1542]) *NAUFRÁGIOS E COMENTÁRIOS*. L&PM: SÃO PAULO.

CLASTRES, HELÈNE (1978 [1975]). *A TERRA SEM MAL.* SÃO PAULO: BRASILIENSE.

LADEIRA, MARIA INÊS (1990) *YY PAU OU YVA PAU: ESPAÇO MBYA ENTRE AS AGUAS OU O CAMINHO AOS CÉUS*. *OS INDIOS GUARANI E AS ILHAS DO PARANÁ.* SÃO PAULO. CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA.

_____ (2007 [1992]). *O CAMINHAR SOB A LUZ: O TERRITÓRIO MBYA À BEIRA DO OCEANO.* SÃO PAULO: UNESP.

_____ (2008 [2002]). *ESPAÇO GEOGRÁFICO GUARANI-MBYA: SIGNIFICADO, CONSTITUIÇÃO E USO.* MARINGÁ: EDUEM.

LADEIRA, MARIA INÊS E AZANHA, GILBERTO (1988). *OS ÍNDIOS DA SERRA DO MAR: A PRESENÇA MBYA-GUARANI EM SÃO PAULO*. NOVA STELLA: SÃO PAULO.

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE (1993 [1991]) *HISTÓRIA DE LINCE.* COMPANHIA DAS LETRAS: SÃO PAULO.

MAACK, REINHARD (1959) "SOBRE O ITINERÁRIO DE ULRICH SCHMIDEL ATRAVÉS DO SUL DO BRASIL (1552-1553)", *BOLETIM DE GEOGRAFIA FÍSICA NO 1.* UNIVERSIDADE DO PARANÁ: CURITIBA.

MELIÀ, BARTOLOMÉ (1988) *EL GUARANI CONQUISTADO Y REDUCIDO: ENSAYOS DE ETNOHISTORIA*. EDITORA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA: ASUNCIÓN.

MÉTRAUX, ALFRED (1979 [1928]). *A RELIGIÃO DOS TUPINAMBÁS E SUAS RELAÇÕES COM AS DEMAIS TRIBOS TUPI-GUARANIS*. NACIONAL (BRASILIANA 267) E USP: SÃO PAULO.

MONTEIRO, JOHN MANUEL. (2001) *TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES: ESTUDOS DE HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO*. TESE (CONCURSO DE LIVRE DOCÊNCIA) – DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS.

_____ (1984) "VIDA E MORTE DO ÍNDIO: SÃO PAULO COLONIAL". *ÍNDIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: RESISTÊNCIA E TRANSFIGURAÇÃO*. YANKATU: SÃO PAULO.

_____. (1994) *NEGROS DA TERRA: ÍNDIOS E BANDEIRANTES NAS ORIGENS DE SÃO PAULO.* COMPANHIA DA LETRAS: SÃO PAULO.

MONTOYA, ANTÔNIO RUIZ DE (1876) *TESORO DE LA LENGUA GUARANI.* (DISPONÍVEL EM HTTP://WWW.MEMORIACHILENA.CL/ARCHIVOS2/PDFS/MC0014762.PDF).

NEVES, G. EDUARDO; HECKENBERGER, MICHAEL J. E PETERSEN, JAMES B. (1998) "DE ONDE SURGEM OS MODELOS? AS ORIGENS E EXPANSÕES TUPI NA AMAZÔNIA CENTRAL". *REVISTA DE ANTROPOLOGIA VOL. 41 N.1*. SÃO PAULO

NIMUENDAJU, CURT UNKEL. (1987 [1914]). *AS LENDAS DA CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DO MUNDO COMO FUNDAMENTOS DA RELIGIÃO DOS APAPOCÚVA-GUARANI*. HUCITEC-EDUSP: SÃO PAULO

_____ (1954). "APONTAMENTOS SOBRE OS GUARANI". *REVISTA DO MUSEU PAULISTA. VOL. VIII*. SÃO PAULO.

_____ (1981 [1944]. *MAPA ETNO-HISTÓRICO DE CURT NIMUENDAJU.* IBGE/PRÓ-MEMÓRIA: RIO DE JANEIRO.

NOELLI, F.S. (1996) "AS HIPÓTESES SOBRE O CENTRO DE ORIGEM E ROTAS DE EXPANSÃO DOS TUPI" *REVISTA DE ANTROPOLOGIA V. 39, N. 2*. USP: SÃO PAULO.

_____ "A OCUPAÇÃO HUMANA NA REGIÃO SUL DO BRASIL: ARQUEOLOGIA. PUCC/RS: PORTO ALEGRE.

RENDON, JOZÉ AROUCHE DE TOLEDO (1842 [1798]). "MEMÓRIA SOBRE AS ALDEIAS DE ÍNDIOS DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO" *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, IV, Nº 13*. RIO DE JANEIRO.

RODRIGUES, ARYON D. (1984/1985). "RELAÇÕES INTERNAS NA FAMÍLIA LINGUÍSTICA TUPI-GUARANI" *REVISTA DE ANTROPOLOGIA VOLS. 27/28.* USP: SÃO PAULO.

SCHMIDEL, ULRICH (1838 [1553]) *VIAJE AL RIO DE LA PLATA (1552-1553)*. IMPRESA DEL ESTADO: BUENOS AYRES.

VIVEIROS DE CASTRO, EDUARDO (2002) "O MÁRMORE E A MURTA: SOBRE A INCONSTÂNCIA DA ALMA SELVAGEM" IN: *A INCONSTÂNCIA DA ALMA SELVAGEM E OUTROS ENSAIOS DE ANTROPOLOGIA.* COSAC & NAIFY: SÃO PAULO.

_____ (1986), *ARAWETÉ: OS DEUSES CANIBAIS*. ZAHAR EDITOR: RIO DE JANEIRO.

_____ (1996). "OS PRONOMES COSMOLÓGICOS E O PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO". *MANA*. RIO DE JANEIRO.

DOCUMENTAÇÃO CITADA

ANÔNIMO (1964) RELATÓRIO DA ALDEIA DO RIO BRANCO, AJUDÂNCIA BAURU, SUBORDINADA AO POSTO PERUÍBE. (MF 322 FT 359 – 365)

_____ (1964A) RELATÓRIO DO POSTO INDÍGENA CARVALHO PINTO (ALDEIA ITARIRI), AJUDÂNCIA BAURU, SUBORDINADA AO POSTO PERUÍBE. (MF 322 FT 366 -

_____ (1964B) RELATÓRIO DA ALDEIA JOSÉ DE ANCHIETA (POSTO PERUÍBE), AJUDÂNCIA BAURU (MF 322 FT 375 – 383)

HORTA BARBOZA, LUIZ (1912) OFICIO AO CHEFE DA SEGUNDA SEÇÃO PARA DAR PRIORIDADE À CRIAÇÃO DE POVOAÇÃO INDÍGENA DE ARARIBÁ E LARANJINHA (MF 341 FT 1479 - 1481)

_____ (1928) RELATÓRIO DA INSPETORIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (MF 341 FT. 947 - 986)

_____(1928A) CARTA AO DIRETOR DO SPI (MF 341 FT. 1488 – 1501)

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

5.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
1524	Saída de Aleixo Garcia do Porto dos Patos rumo ao Peru via Peabiru
1540-1542	Viagem de Cabeza de Vaca entre Santa Catarina e as Cataratas do Iguaçu através do Peabiru
1552-1553	Viagem de Schimdel com os Guarani desde Assunção à São Vicente através do Peabiru
1556- 1567	Guerra dos Tamoios
1615	Bandeira de Diogo de Quadros trazendo cativos Guarani desde o Guairá até o planalto paulista
1628	Bandeira de Raposo Tavares que culminou na destruição do Guairá
1633-1634	Instauração das Missões do Tape
1635-1641	Destruição das Missões do Tape
1687-1750	Fortalecimento do empreendimento Jesuítico a partir da experiência dos Sete Povos das Missões
1750	Tratado de Madrid
1767	Expulsão Definitiva dos Jesuítas
1781	Viagem de Félix de Azara para reconhecimento das fronteiras do Império Espanhol
1798	Rendon formaliza sua proposta diretriz geral da política indigenista
1810	Início da migração do grupo denominado Tañyguá, de acordo com Nimuendaju (1974 [1914])
1820	O próximo grupo a migrar da região do Iguatemi foram os Oguauíva, que, segundo Nimuendaju, seguiram os passos dos Tanýgua, que ficaram um tempo entre eles.
1823	Instauração do cargo de Presidentes de Província no Império luso-brasileiro
1846	Instauração do cargo de Diretor de Índios
1850	Lei de Terras
1867-1870	Guerra do Paraguai
1870	Migração do Apapokuva, desde a mesma região do Rio Iguatemi
1910	Chega à Itariri parte um grande grupo, Mbya falante, saído da região fronteiriça entre Brasil, Paraguai e Argentina, que coincide com a referência de Nimuendaju a respeito de parte de um grande grupo que ele interceptou em maio de 1912 a “13 km a oeste de São Paulo, num pântano às margens do Rio Tietê” (1974: 105)
1910	Criação do Serviço de Proteção dos Índios e dos Trabalhadores Nacionais
1924	Chegada de grupo Mbya no litoral paulista, partindo da região fronteiriça entre Paraguai e a província Argentina de Misiones, depois de terem alcançado o Espírito Santo, segundo Schaden (1974)
1934	Chegada de novo grupo Mbya no litoral paulista, partindo da região fronteiriça entre Paraguai e a província Argentina de Misiones, depois de terem também alcançado o Espírito Santo, segundo Schaden (1974)
1946	Chegada de outro grupo Mbya no litoral paulista, vindo da região da região fronteiriça entre Paraguai e a província Argentina de Misiones, segundo Schaden (1974)
1967	Criação da Funai

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

6. PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

6.1. POPULAÇÃO

Considerando-se os números da FUNASA, em janeiro de 2010, os Guarani eram 55,5 mil no Brasil (33 mil Kaiova e 12 mil Nhandeva no Mato Grosso do Sul e 10.500 entre Mbya e Nhandeva nas regiões Sul e Sudeste). Segundo a publicação Guarani Retã (GRUMBERG e MELIÀ. CTI, 2008), os Guarani (Kaiova, Mbya e Nhandeva) totalizavam em 2008 aproximadamente 100 mil indivíduos, dispersos entre Brasil (51 mil – 7 mil Mbya; 13 mil Nhandeva; 31 mil Kaiova); Paraguai (42.400 – 15 mil Mbya; 13.200 Nhandeva; 13 mil kaiova) e Argentina (6.500 Mbya). Os Guarani[1] , sobretudo os Mbya que vivem entre as regiões sul e sudeste do país, formam uma grande rede de parentesco, trocas de bens, xamanismo e, mais recentemente, de articulações políticas ligadas a reivindicações de políticas públicas e ações do Estado em geral[2]. Segundo o levantamento do "Mapa Yvyrupa" realizado pelo Centro de Trabalho Indigenista no âmbito do "Projeto Valorização do Mundo Cultural Guarani", os Guarani do sul e sudeste distribuem-se atualmente em cerca de 150 localidades nos Estados de RS, SC, PR, SC, RJ e ES. Além dessas, foram mapeadas outras 140 localidades apontadas pelos Guarani como desocupadas recentemente por força das circunstâncias fundiárias e que compõem, não obstante, o horizonte territorial das famílias indígenas que habitam essas regiões. O total das localidades ocupadas durante esse século apenas no Sul e Sudeste do Brasil é, portanto, de cerca de 290. No Mato Grosso do Sul, segundo a publicação Guarani Retã, supracitada, existem cerca de 60 localidades, em sua maioria Nhandeva e Kaiova. Na Argentina seriam cerca de 150 localidades, na grande maioria falantes do dialeto Mbya. E no Paraguai, segundo a publicação *Atlas de las Comunidades Indígenas 2002*, são cerca de 309 “assentamientos” (138 Mbya, 55 Pãi Tavyterã ou Kaiova, 4 Nhandeva e 112 Ava-Guarani).

Notas:

1 - A contagem da Funasa discrimina entre 2,5 mil Mbya e 8 mil Nhandeva, mas não há método claro e homogêneo para essa discriminação, que é frequentemente dada pelo funcionário da fundação e não pela própria pessoa entrevistada. Os números recortados por aldeia dão uma idéia das discrepâncias. Por isso, preferimos considerar apenas o conjunto de 10,5 mil pessoas, sem determinar essa divisão – a contagem total, em si, nos parece confiável. Vale notar que há, ainda, uma pequena população Mbya no Pará (TI Nova Jacundá, entre Jacundá e Rondon do Pará) e em Xambioá (Tocantins).

2 - A esse respeito, cabe especial destaque para a Comissão Guarani Yvyrupa(CGY), organização criada pelos Guarani do Sul e Sudeste em 2006 para a articulação das lideranças na luta pelos seus direitos territoriais.

Bibliografia Citada

Centro de Trabalho Indigenista. Mapa Yvyrupa (O Território Guarani). No prelo.

Mapa Guarani Retã. CTI (coordenação), 2008....

Centro de Trabalho Indigenista. Terras Guarani no Litoral. 2004.

Atlas de las Comunidades Indígenas en el Paraguay. II Censo Nacional Indígena 2002.

6.2. QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida das famílias Guarani é extremamente variável de acordo com a aldeia e a região. Durante as seções desse documento abordamos uma série de questões e problemas que influem diretamente na qualidade de vida dos Guarani. Podemos destacar como principais problemas, a degradação crescente das condições ambientais das regiões nas quais estão inseridas as aldeias (abordado na seção 4.2) e, sobretudo, a falta de regularização

fundiária da maioria das TIs Guarani (abordado na seção 4.1). Nesses termos, os principais fatores relacionados com a qualidade de vida dos Guarani estão abordados ao longo dos demais itens dessa ficha.

Mesmo assim, cabe apontar aspectos relevantes. De um lado, todos os problemas decorrentes do processo de colonização da região Sul e Sudeste, onde estão as aldeias Guarani, implicam numa degradação progressiva da qualidade de vida dos Guarani o que se intensificou de maneira irreversível nas últimas décadas. Embora a quantidade de áreas demarcadas fosse ainda menor que atualmente, até o início dos anos 1980 havia muito mais liberdade e disponibilidade de áreas para a formação de aldeias ao longo da floresta atlântica, de modo que o sistema de mobilidade territorial guarani tinha muito mais condições de realização. Como exemplo, atualmente são raros os lugares onde é possível praticar a agricultura de coivara sem entraves externos e onde hajam áreas suficientes para a rotatividade dos plantios.

Por outro lado, há uma crescente participação dos Guarani em atividades remuneradas, (conforme abordado nas seção 6.3), uma melhoria quanto ao acesso aos serviços de assistência do Estado (em especial nas áreas da saúde e educação) e também o incentivo de projetos voltados às atividades tradicionais, por parte de ONGs ou das próprias associações indígenas e, ainda a promoção de projetos visando geração de renda principalmente por parte das Instituições oficiais mas que, de um modo geral, não surtiram efeitos.

6.3. TRABALHO E RENDA FAMILIAR

Introdução

Para abordar essa seção "Trabalho e Renda Familiar" é importante caracterizar de uma maneira geral tanto as atividades tradicionais de subsistência dos Guarani, quanto novas alternativas de renda e produção. É preciso esclarecer, no entanto, que se mostra infrutífera qualquer divisão rígida entre atividades produtivas, socialidade, relações com meio ambiente e cosmologia em um coletivo indígena.

No caso dos Guarani o esclarecimento é tão mais necessário porque as chamadas "atividades produtivas" ali praticadas não só passaram por intensas modificações nas últimas décadas, como é imperativo observar certos laços entre atividades "não tradicionais" e atividades "tradicionais" para entender como, do seu ponto de vista, os indígenas estabelecem estratégias para manutenção de seus próprios "costumes e tradições", mesmo num contexto de precariedade das condições ambientais presente na maioria das regiões onde as aldeias estão inseridas (ver 4.3).

Descreveremos brevemente, de um lado, o papel dessas atividades que chamamos tradicionais, e que envolvem os componentes da economia indígena pré-colombiana, como a caça, a pesca, a coleta e a agricultura, essas todas atividades inseridas numa lógica do dom. Por outro lado, é importante mostrar como outras atividades que tem espaço expressivo no sistema econômico atual dos Guarani, também se inserem numa lógica voltada para a manutenção do seu próprio modo de ser, e essa finalidade última, que continua ser a tônica entre os Guarani é uma das balizas principais através dos quais os Guarani aceitam ou rejeitam a incorporação de novas práticas econômicas. Nesse cenário, nos referimos tanto atividades como o artesanato voltado para a comercialização, como a recente proliferação dos corais para apresentação aos brancos e inclusive toda uma sorte de trabalhos assalariados patrocinados pelo Estado (professores, agentes de saúde, merendeiras, aposentados, etc...) que constituem hoje importante fonte de renda para as comunidades guarani.

Agricultura

Desde os primeiros momentos da colonização, os Guarani foram considerados grandes agricultores. Suas lavouras variadas e fartas chamaram a atenção dos cronistas ibéricos. Seu território, como mencionado, incluía terras de altíssima fertilidade, ao longo das bacias dos rios Paraná e Paraguai, formadoras do Prata, nas quais os diversos coletivos de língua guarani retratados durante os primeiro séculos da presença europeia ficaram conhecidos por fazer grandes plantações, através do sistema de rotatividade de terrenos conhecido como coivara, baseado no corte e na queima. No período da Conquista, os cronistas registraram a existência também de grande lavouras até mesmo nas áreas de encosta da Serra do Mar, ocupadas integralmente por grupos tupi-guarani, uma vez que o sistema de coivara, permitia nas condições demográficas e ecológicas vigentes então, uma rotação de grandes áreas para o plantio, o que garantia o plantio com largos excedentes, fato bastante invejado pelos colonizadores.

No cenário atual, como abordado no item 4.3, a situação ambiental e a indisponibilidade de terras demarcadas faz com

que a agricultura tradicional não seja mais, na maioria das regiões de ocupação guarani, suficiente para garantir o sustento da população. Não obstante, a agricultura continua sendo uma prática absolutamente indispensável para os Guarani, uma vez que a manutenção dos seus cultivos tradicionais está intimamente ligada com todo o seu ciclo ritual. Mesmo assim, cabe destacar que nas regiões em que a fertilidade da terra é maior, como no interior dos Estados de RS, SC e PR, a agricultura continua tendo importância econômica destacada para os Guarani, e do mesmo modo, nas outras regiões os Guarani persistem nas suas práticas agrícolas buscando domesticar inclusive técnicas alheias para garantir um maior sucesso com as roças. Destaca-se nesse sentido, a introdução em todas as regiões da prática constante de implantação e enriquecimento de pomares, com frutas nativas e exóticas, de modo a garantir o alimento para as suas famílias.

Da mesma forma, como destacamos na seção 4.3, as técnicas agrícolas Guarani são dominadas de maneira homogênea em todas as regiões de seu território, independente da fertilidade da terra ou das condições ambientais, e dependem sobretudo da aptidão e inclinação pessoal de cada grupo familiar. Além disso, deve-se ressaltar novamente como o intercâmbio de sementes é fator de socialidade altamente presente, o que garante o acesso das famílias de todas as regiões aos acervo agrícola guarani. Visitar um parente é visitar uma roça diferente, é conseguir sementes de variedades que não se tem em casa. Da mesma forma, casar-se, aliar-se a outra família, é também adquirir, incorporar novas variedades a sua roça. Trata-se de uma rede de relações altamente intrincada, como já demonstrou Felipim (2001).

Citamos um trecho de um depoimento do senhor Casemiro, liderança da aldeia Barragem, extraído do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tenondé Porã, no qual é possível entrever uma parte da riqueza da agricultura tradicional guarani e suas ressonâncias cosmológicas:

> Antigamente, eu fazia roça, trabalhava muito, pra eu plantar arroz, feijão, batata-doce, milho, mandioca. Eu sabia como plantar e sabia colher. O milho também tem vários tipos, como *avaxi ponhyĩ*. Esse milho é das crianças. Assim ele vai crescendo, crescendo. Tem também o *avaxi tĩ*, *avaxi para'i*, e o *avaxi guaxu*, que é grande. Tem também o *avaxi pyau'i*, que é muito gostoso. Do milho também tem vários tipos de comida pra gente fazer com a farinha, *mbojapé*, *mbyta*, *y'itĩ*, *kauré*, *ka'irepoxi*, que colocava no buraco da taquara pra assar. Feito com o *avaxi pyau'i* fica muito mais gostoso. Hoje em dia quando fazem já é tudo diferente. Por isso que não é tão gostoso. No mês de agosto já é começo de plantio, e vai até janeiro. Quando aparece *jaxy pyau* (lua nova) já não pode mais plantar. Também não pode cortar madeira, nem tirar sapé. Tem que esperar *jaxy pytũ* (lua cheia). Quando é *jaxy pyau*, se a gente plantar, cresce muito bonito, mas fica tudo podre. Nem dá pra comer. Na batata-doce fica com bichinho, e por isso não dá. Pra gente plantar, tem que prestar atenção na lua. Antigamente eu ficava feliz porque eu plantava muito e nunca passava fome. Eu colhia dois sacos de milho, e eu tinha pouca família nessa época. Tinha casa grande (*oo guaxu*), que era pra guardar o que a gente colhia. Essa casa grande se chamava paiol: 'vou lá no meu paiol pegar milho'. A gente fazia ela de *taquaruxu*. Colhia de tudo: *kuarapepe*, *andai* (espécies de abóbora). Aqui na aldeia já não dá pra plantar porque a terra não tá boa. Só dá pra plantar batata- doce. Onde to morando agora já não pode plantar porque fica tudo seco. Eu conheço milho desde criança. Eu ouvia meu avô falando que tem o *avaxi ũ* (milho preto), ele nasce todo preto. Para os jovens não podia dar esse milho. 'Vocês não podem comer esse milho porque vão ficar cegos antes de ficarem velhos.' Meu avô dizia isso, por isso que eu não comia. Não sei se é verdade mesmo. Esse milho preto também é remédio. E a batata-doce, os homens é que não podiam comer. Eu não comia mesmo. Se você comer, vai ter muitos filhos porque a batata-doce também nasce muito onde planta. Quando tem muita batata, elas nascem algumas uma grudada na outra. Essas não podia comer também para os filhos não nascerem grudados. Se for comer, tem que separar antes. Não pode comer grudado. Acho que essa história é verdadeira mesmo. Sobre a mandioca, nunca ouvi sobre essas coisas. A mandioca escolhe a pessoa para nascer mais. Para alguns não dá nada. Pra mim mesmo não dá. A batata-doce também é assim. Para aquela pessoa que dá, vem muita batata, planta e já nasce rápido. Não acaba nunca. A mandioca também é assim. Pra quem ela escolhe, é só tirar um pé que já nasce o suficiente pra comer. Eu já não planto mais batata e nem mandioca. Só arroz, feijão e cana. Eu só isso que tenho pra dizer.

Caça e Pesca

Como mencionado anteriormente, a caça e a pesca, embora configurassem parte importantíssima da economia guarani, tem sua relevância hoje muito mais marcada para o complexo cosmológico e ritual do que na dieta alimentar cotidiana. Como se pode ver na seção 4.3, as regiões nas quais a degradação ambiental e o desmatamento estão mais

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

avançados a presença da fauna é mínima, de modo que as famílias que ali residem tem hoje seu contato com as práticas relacionadas à caça apenas nas ocasiões em que visitam parentes de outras regiões, ou nos períodos da vida em que habitam essas outras regiões, a partir da prática da mobilidade. Como dito, é nas regiões junto a Serra do Mar que há as áreas contínuas de mata mais expressivas e da mesma forma é onde há uma fauna mais abundante. Também poderíamos destacar, nesse sentido, as áreas regularizadas no interior do PR, SC, e RS, compartilhadas com outros povos, onde também há possibilidade de contato com as atividades de caça, embora o desmatamento operado durante o regime militar pelos agentes do Estado, faz com que não haja nessas regiões mais animais de grande porte.

A pesca também, embora permaneça bastante importante no imaginário dos Guarani, é frequente apenas nos lugares onde os Guarani conseguem manter suas aldeias perto de rios de médio porte que preservem ainda uma qualidade ambiental mínima. Preferem o consumo de peixes pequenos de água doce. Por prezarem muito esta atividade, cada vez mais dificultosa devido ao assoreamento e à contaminação dos rios e córregos que banham suas aldeias, muitas comunidades decidem por construir açudes para criarem as espécies preferidas.

Durante a oficina de práticas artesanais realizada na aldeia Cantagalo, durante essa fase preliminar no projeto "Valorização do Mundo Cultural Guarani", os Guarani construíram um pari, utilizado para pesca em rios de grande volume, explicando aos mais jovens como faziam antigamente.

PARI SENDO CONSTRUÍDO COMO DEMONSTRAÇÃO DURANTE OFICINA DE PRÁTICAS ARTESANAIS REALIZADA NA ALDEIA CANTAGALO. 2010.

PARI MONTADO COMO DEMONSTRAÇÃO DURANTE OFICINA DE PRÁTICAS ARTESANAIS REALIZADA NA ALDEIA CANTAGALO. 2010.

Coleta

A coleta de alguns produtos nas matas da região ainda desempenha papel importante na economia das famílias guarani com as transformações no ambiente e as limitações de deslocamento impostas aos indígenas nos últimos anos.

A coleta tem reflexos econômicos e culturais. Por exemplo, há os materiais usados para construir casas, como madeiras, folhas de palmeiras e sapé, além da lenha. A dificuldade em obter acesso a esses materiais tem, sobretudo, um impacto no bem-estar das famílias, porque boa parte delas não dispõe de alternativas – se não há lenha, e a família não tem dinheiro para comprar um bujão de gás, certamente passará por muita dificuldade, especialmente no inverno. Ao mesmo tempo, ainda que disponha de dinheiro para o gás de cozinha, a escassez de lenha certamente significará, também, dificuldades para manter acesos os fogos de chão que especialmente as pessoas mais velhas fazem questão de cultivar, para, em torno dele, reunir a família e conversar – sem falar na função de aquecer o ambiente durante os dias e noites de mais frio.

Além da coleta de matéria prima para construção, da lenha, e de diversas frutas do mato, ainda muito apreciadas pelos Guarani e consumidas sempre onde é possível, há também a coleta frequente de matéria-prima para o artesanato, tanto para uso como para comercialização. Antes de falar sobre isso, retomaremos a discussão a respeito dos dilemas que os Guarani enfrentam a partir da necessidade crescente do uso do dinheiro, e das suas estratégias de uma obtenção de renda que permita garantir a manutenção de suas atividades tradicionais.

Pirapire – o problema do dinheiro

No discurso dos Guarani, aparece muito a problematização que eles fazem em relação à necessidade crescente do dinheiro, e as transformações que a monetarização de sua vida cotidiana impõe sobre suas atividades de subsistência. Pode-se sugerir que do ponto de vista dos Guarani o principal eixo de diferenciação entre as atividades tradicionais e não tradicionais é a necessidade do dinheiro. Cabe notar que, num certo sentido, pode-se trabalhar para não ter de

gastar dinheiro, ou trabalhar para ganhar dinheiro. É assim que muitas das atividades de subsistência passam a ser encaradas. O plantio, por exemplo, pode ser uma forma de não ter de buscar um trabalho remunerado para garantir a subsistência. Muitas atividades tradicionais, no entanto, são praticadas simplesmente como modo de perpetuação do "modo de ser guarani", mesmo que não sejam suficientes para diminuir a necessidade de trabalho assalariado. Em aldeias onde as áreas para o plantio são diminutas, mesmo assim os Guarani frequentemente mantém suas práticas agrícolas com o intuito exclusivo de manter um estoque mínimo das variedades de cultivares guarani, como o milho, a batata-doce e o amendoim. Nesse sentido, o mais comum é convivência entre atividades tradicionais de subsistência com novos práticas econômicas.

Atualmente, são várias as atividades remuneradas praticadas pelos Guarani e pode-se dizer que elas desempenham um papel importante na garantia da subsistência das famílias. O que buscamos destacar aqui é os Guarani priorizam como entre as formas de trabalho remunerado, as que os permitem manter suas atividades tradicionais, o seu contato com a mata, as sua dinâmica familiar, suas atividades rituais, etc... Nesse sentido, cabe enfatizar que nas aldeias do Sul e Sudeste é muito raro a venda de mão-de-obra dos Guarani para serviços fora da aldeia, como trabalhos em fazendas, ou mesmo nas cidades. A grande maioria do fluxo de dinheiro que entra nas aldeias advém de trabalhos assalariados dentro da aldeia, para os órgãos de assistência do Estado, com destaque para os cargos de agente de saúde e saneamento (FUNASA) e os professores indígenas contratados pelas redes estaduais e municipais de educação. Além disso, os benefícios governamentais também são frequentes e seu incremento durante o último governo Lula garantiu uma certa melhoria na qualidade de vida das famílias guarani, especialmente em aldeias em que havia famílias na miséria, passando inclusive fome. Dentre os benefícios aos quais os índios tem acesso, destaca-se o Bolsa Família e a Aposentadoria Rural. Outro fator importante de ser destacado é que não é difícil observar como essas fontes de renda fixa, embora vinculadas sempre aos indivíduos que dela se beneficiam, são sempre compartilhadas por mais pessoas a partir das suas próprias redes de parentesco.

Assim, embora o dinheiro seja absolutamente necessário para a subsistência dos Guarani, eles tem conseguido com relativo sucesso privilegiar formas de obtenção de renda que lhes permitem manter seu modo de vida tradicional. A partir dessa estratégia, os Guarani tem encarado com entusiasmo a proliferação de atividades remuneradas voltadas à valorização cultural, como apresentação de corais infantis, palestras e até mesmo o turismo e visitação nas aldeias, demanda cada vez mais crescente sobretudo por escolas. Não obstante, de todas as alternativas de obtenção de renda as quais os Guarani recorrem, a venda de artesanato continua sendo a mais importante e a mais apreciada. A confecção de artesanato para venda é tão antiga entre os Guarani e tão incorporada ao cotidiano das famílias que pode ser considerada uma atividade tradicional como qualquer outra. Essa realidade não é exclusiva dos Guarani mas uma tônica no cenário indígena.

Além dos trabalhos assalariados mencionados acima, cabe destacar a participação crescente dos Guarani no 'mundo dos projetos'. Desde os anos 90, a importância dessas atividades tem aumentado, de modo a constituir parte importante do aporte de recursos que entram nas comunidades.

Artesanato

A confecção de artesanato para venda aos *juruá* das cidades é, provavelmente, uma das mais arraigadas atividades econômicas que envolvem o uso de práticas próprias do *nhandereko* para obtenção de dinheiro. Não há como estimar adequadamente desde quando a venda do artesanato se incorporou à vida dos Guarani como atividade econômica importante, mas certamente trata-se de prática muito antiga, uma vez que já está registrada em documentos relativos aos aldeamentos do império, ao final do século XIX.

A dedicação ao artesanato ilustra com perfeição o que abordamos acima a respeito da estratégia de compatibilizar as atividades não tradicionais com práticas combatíveis à manutenção do modo de ser Guarani. Ter a possibilidade de obter renda financeira a partir do artesanato significa, para grande parte desses índios, poder andar pelo mato, o que, como temos destacado, ativa toda uma gama de memórias e saberes que constitui muito daquilo que se conhece por nhandereko, e se realiza em expedições nas quais também se praticam outras modalidades de atividades de subsistência tradicionais como a caça, a pesca e a coleta de frutíferas nativas. Nesse sentido, não há qualquer diferença impressa no cotidiano entre a confecção artesanal de objetos de uso (ritual ou não) e a confecção de objetos para venda.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

Atualmente, as peças mais comuns do artesanato guarani voltado à venda são as esculturas zoomorfas feitas de madeira, a cestaria e as bijuterias, como brincos, colares e pulseiras feitas de sementes, palhas, fibras ou miçangas. Há constante incorporação de modelos e transformação de parte das peças, ao mesmo tempo em que certos padrões e materiais mantêm-se constantes. As vendas são realizadas pelos próprios artesãos, em locais bastante variados, desde a própria aldeia (nas residências das pessoas, ou na Casa de Artesanato, no caso da Barragem, até pontos específicos da cidade de São Paulo, ou mesmo em eventos de alguma forma relacionados à temática indígena – fóruns, cursos, debates, seminários etc).

Essa falta de institucionalização nas formas de escoamento do artesanato é hoje alvo de críticas por parte de algumas lideranças guarani, que reivindicam e experimentam novas formas de venda, como a criação de lojas e outros locais de venda, buscando, segundo afirmam, evitar a permanência dos artesãos nas cidades em condições precátias enquanto vendem. Entretanto, é importante ressaltar como a possibilidade de vender artesanato diretamente e sem maiores disciplinamentos que seriam exigidos em trabalhos assalariados ou institucionalizados, representa algo bastante valorizado pelas famílias guarani e é certamente um dos fatores que contribuem para o artesanato ter se incorporado de maneira tão definitiva entre as suas práticas tradicionais. O fato de não ter atravessadores permite aos Guarani confeccionarem seus artesanatos respeitando o ritmo das atividades na comunidade, de modo a saírem para venda apenas quando e enquanto precisarem do recurso.

As espécies mais utilizadas pelos artesãos Guarani, as formas de manejo que eles utilizam, bem como as mais coletadas por eles com outras finalidades e suas respectivas localizações mais frequentes estão relacionadas no relatório ambiental. Entre as principais, vale citar o cipó imbé, as embiras, a brejaúva, a takuara (*takua*), a caixeta (k*urupika'y*), etc.

6.4. EDUCAÇÃO

Educação deve ser entendida em sentido amplo, englobando todo processo de criação e circulação de conhecimentos e não se reduzir à educação escolar. No caso dos Guarani-Mbya, é nítida a valorização de experiências educacionais que se realizam fora da instituição escolar. No entanto, a escola ocupa um lugar considerável nas preocupações e reivindicações dos Guarani, assim como ocorre entre outros povos indígenas, e se insere num contexto histórico e político específico.

É importante lembrar que a história da educação escolar indígena no Brasil coincidiu, até recentemente, com programas voltados para a “integração” ou a “assimilação” dos povos indígenas, elaborados e implementados por um conjunto bastante diverso de atores e instituições. A partir da década de setenta, as organizações indígenas se fortaleceram, multiplicaram e conseguiram fazer com que suas reivindicações, inclusive na área educacional, fossem incorporadas à legislação nacional e às políticas públicas concernentes às populações indígenas.

Neste sentido, a constituição federal de 1988 tornou-se a primeira carta magna brasileira a reconhecer aos povos indígenas direitos fundamentais específicos, entre eles, “a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (art. 210, segundo parágrafo).

Desde então, surgiram outros documentos nos níveis federal, estadual e municipal que visavam delinear e aprofundar a caracterização legal da educação escolar indígena. Dentre estes, destaca-se o decreto presidencial n. 26 de 1991, que transfere a responsabilidade pela educação escolar indígena da Funai para o Ministério da Educação (MEC), vinculando esta modalidade de educação à esfera das políticas públicas educacionais e não mais ao órgão indigenista. Tal medida foi acompanhada por questionamentos quanto à possibilidade de efetivação de formas específicas e diferenciadas de educação escolar no âmbito de um sistema único e nacional de ensino.

Incorporada aos programas nacionais de ensino, a educação escolar indígena passou a figurar nos documentos oficiais como responsabilidade conjunta de diferentes agências e a noção de uma educação intercultural ganhou força, tornando-se tema recorrente nas políticas públicas e debates acadêmicos. Assim, a lei de diretrizes e bases da educação nacional n. 9394 de 1996 defende a integração entre ensino e pesquisa no desenvolvimento dos programas de educação escolar indígena e define estas escolas como instrumentos de acesso a conhecimentos produzidos por diferentes sociedades:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

O sistema de ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas Memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. (art. 78)

As políticas públicas de educação escolar indígena mais recentes caminham em dois sentidos: de um lado busca-se atender melhor as necessidades específicas que cada contexto local, regional ou étnico apresenta, através da criação dos territórios etnoeducacionais tal como proposto no decreto presidencial nº 6.861, de 27 de maio de 2009[1]. De outro lado, caminha-se para a ampliação da escolarização para abranger desde a educação infantil até o ensino superior.

Existe, entretanto, uma lacuna entre o reconhecimento legal de direitos educacionais específicos e a sua implementação, que depende não apenas de condições para a execução das políticas, mas também exige a revisão e a reelaboração de propostas concebidas num plano mais amplo para os contextos locais onde as escolas estão inseridas. Cabe destaque em relação à primeira iniciativa mencionada, da criação dos territórios etnoeducacionais, que a discussão a respeito da delimitação dessas unidades de implementação da política pedagógica das escolas diferenciadas está muito mais incipiente entre os Guarani, que em relação a outros povos, como os Yanomami e os povos timbira, que já apresentaram ao MEC suas propostas. Embora seja fato que os processos de conhecimento transbordam as fronteiras locais ou estaduais, mobilizando toda a rede de relações dos guarani do sul e sudeste, cabe destacar que a discussão entre os Guarani de criar uma unidade mais ampla para a formulação das práticas de educação escolar ainda esbarra nos limites burocráticos impostos pelos Estados onde estão inseridas as aldeias, com seus problemas específicos em relação a contratos de trabalho e repasses de recursos.

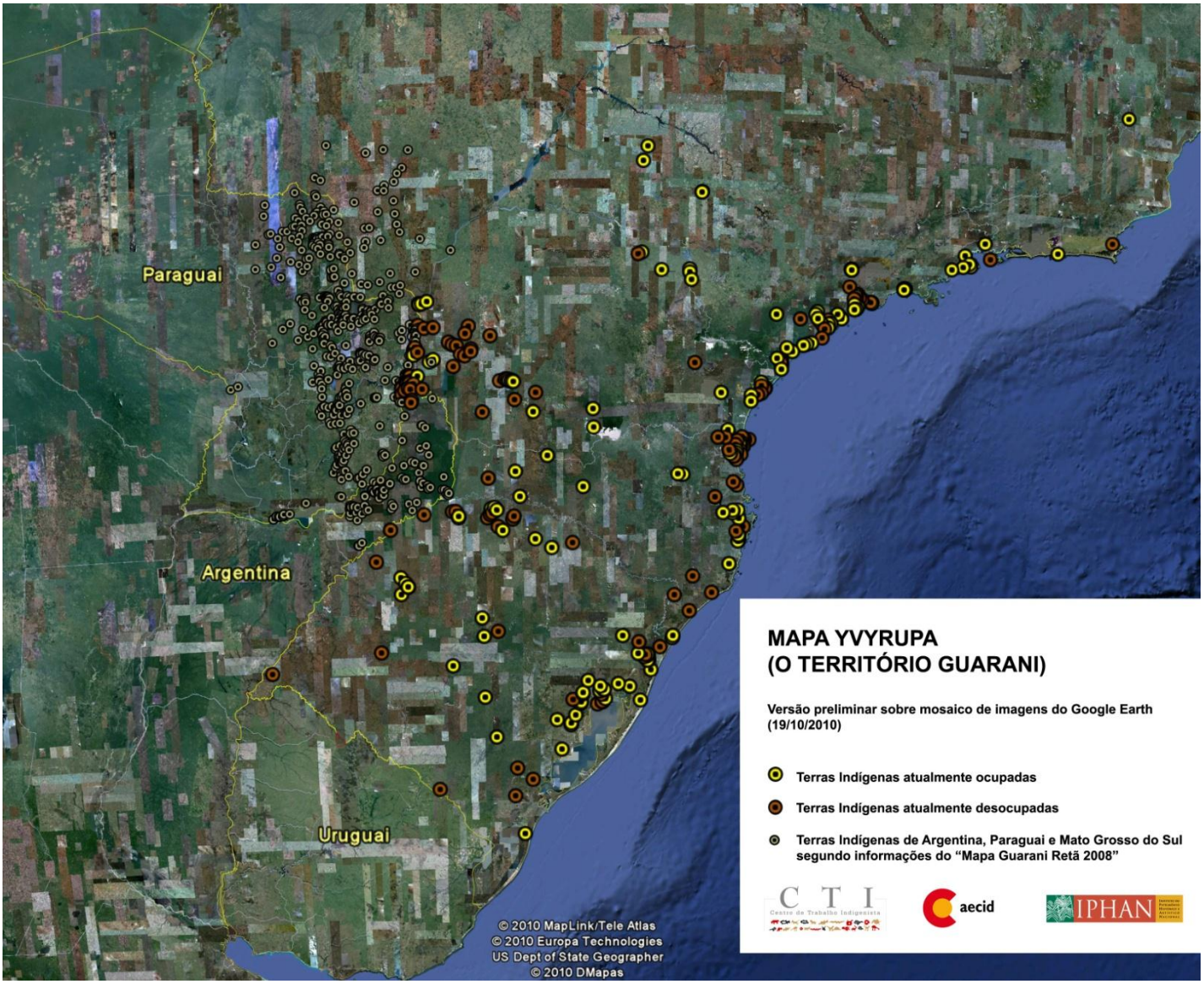
Em muitos aspectos, a escolarização entre os Guarani é ilustrativa desta questão, pois assegurar o direito a uma educação escolar específica, diferenciada, bilíngüe e intercultural ainda é um desafio para o poder público local e, por outro lado, os meios e objetivos desse ensino são objeto de diferentes interpretações e interesses no interior de cada comunidade guarani. O que está em questão não é apenas o conteúdo, mas também formas de produção e transmissão, pois há um entendimento de que os conhecimentos guarani têm seus modos e agentes próprios de transmissão que podem ser percebidos como não coincidindo com o papel da instituição escolar. Portanto, a pergunta que se coloca é: uma transformação no contexto de criação e circulação destes conhecimentos geraria também transformações no seu conteúdo? A resposta a esta e às outras questões que estão em pauta nas reflexões e experiências em educação indígena e educação escolar indígena deve ser procurada nos contextos locais e específicos de sua realização.

Neste sentido, os conhecimentos que povoam a escola, assim como seus processos de transmissão, não se reduzem à recepção passiva de conteúdos, metodologias e diretrizes estabelecidos por agentes externos às aldeias, mas tornam-se objetos de seleção, elaboração, reelaboração, manipulação e expressão que podem implicar em experiências bastante diversas e dignas de maior atenção. Por outro lado, como já foi notado, os processos de produção e circulação de conhecimentos dos Guarani não se limitam à escolarização e às vezes percorrem caminhos que seguem longe da instituição escolar.

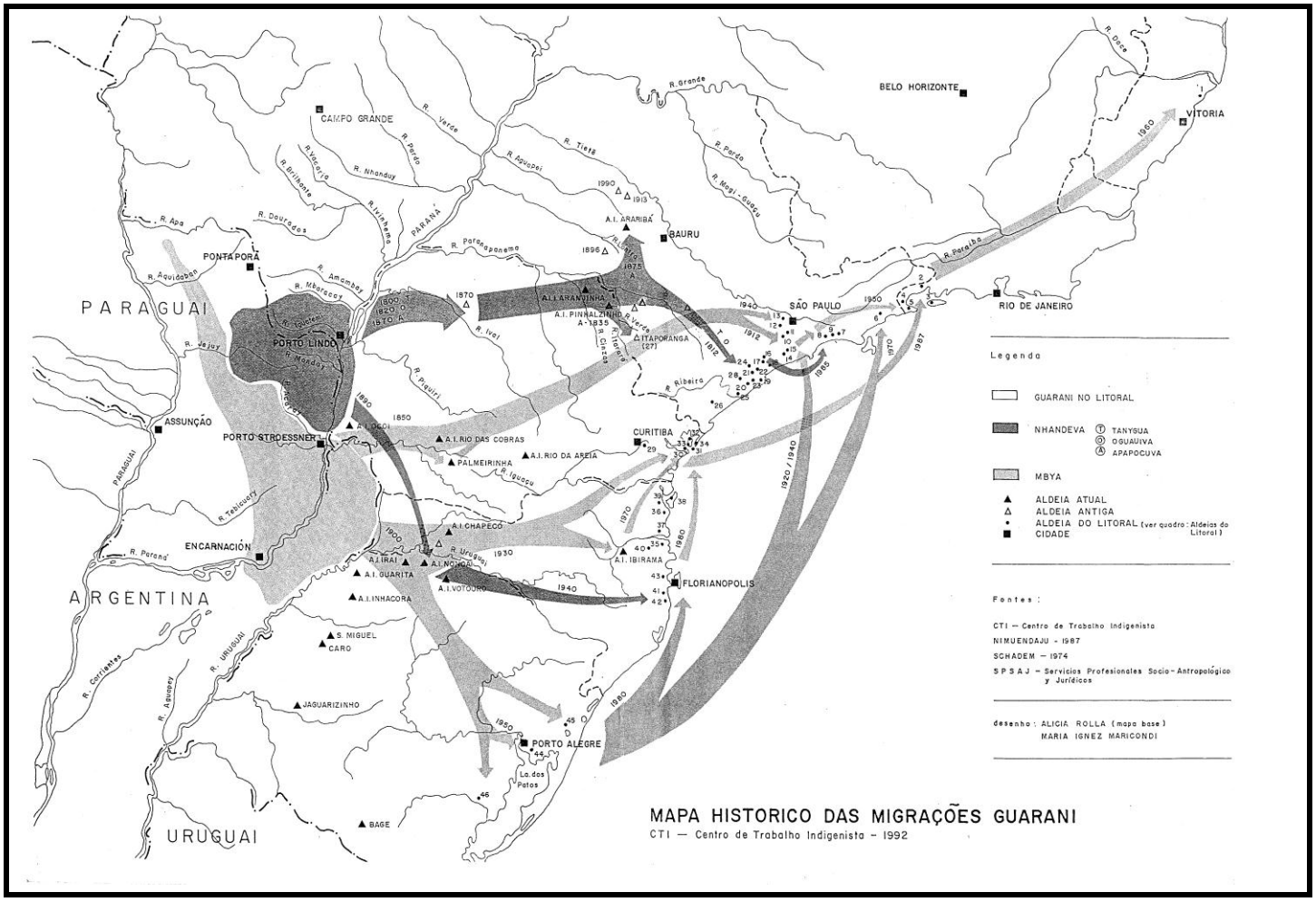
1 - Embora o formato final desse decreto mobilize certa controvérsia é consensual o fato de que busca atender determinadas demandas do próprio movimento indígena.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

7. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--



8. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Introdução

O presente estudo visa apresentar reflexões e fornecer subsídios jurídicos relativos aos Direitos Culturais e Intelectuais Indígenas, sublinhando mais precisamente aquelas questões legais que atinjam diretamente - ou mesmo que tangenciem - o universo da cultura imaterial (e material[1]) do Povo Indígena Guarani Mbya. Tais reflexões decorrem essencialmente de três oficinas jurídicas[2] desenvolvidas pelo Centro de Trabalho Indigenista – CTI em conjunto com lideranças guarani e suas organizações, no quadro dos estudos e debates prévios (etapa preliminar) à aplicação do Inventario Nacional de Referências Culturais – INRC- do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Essas oficinas foram ministradas pelo advogado João Mitia Antunha Barbosa, também responsável pela elaboração deste texto.

Tanto nas oficinas quanto nas problemáticas levantadas pelos participantes poderíamos destacar três principais temas que ditaram a dinâmica dos trabalhos realizados e a tônica das preocupações manifestadas nos encontros. A saber:

I - O percurso e o fundamento da tutela jurídica dos Direitos Culturais Indígenas.

II - Os principais dilemas encontrados na legislação vigente.

III - INRC: antagonismos e potencialidades.

Tendo sido esta a pauta final extraída dos debates conduzidos dentro das oficinas jurídicas realizadas, julgamos interessante transportá-la, na medida do possível, para a presente análise. Com isso esperamos que se tenha uma representação relativamente fiel da dinâmica, das problemáticas suscitadas e dos anseios expressados em tais oficinas pelas lideranças e *Xamõi* Guarani Mbya, assim como por suas organizações de apoio.

I - O percurso e o fundamento da tutela jurídica dos Direitos Culturais Indígenas

O debate acerca da proteção dos direitos culturais e intelectuais indígenas perpassa, dentre outras matérias, aquela genericamente chamada de Propriedade Intelectual. O bom entendimento dos elementos tratados por esse ramo do direito é essencial na presente discussão, permitindo avaliar seu alcance e apontar suas deficiências no que tange à proteção de direitos culturais e intelectuais indígenas. Um breve diagnóstico sobre o tema serviria não só para indicar o que vem sendo construído e debatido em matéria de propriedade intelectual, no que se refere aos direitos dos povos indígenas, mas sugere também - ao indicar suas ineficiências - que novas esferas legais e administrativas poderiam fornecer respostas interessantes (mas que as suprem apenas até determinado ponto) para elementos deixados sem amparo dentro do direito de propriedade intelectual em vigor. As políticas atualmente levadas a cabo pela UNESCO ou pelo próprio IPHAN (destaquemos o INRC – Decreto 3551/2000) seriam algumas dessas esferas proveitosas e complementares.

Para os fins da presente análise, poderíamos sucinta e grosseiramente subdividir a propriedade intelectual em dois principais ramos:

- 1° - A Propriedade Industrial (Lei 9279/96), é o mecanismo jurídico criado para proteger as **invenções** e os modelos de utilidade (por meio de patentes), e as marcas, indicações geográficas e desenhos industriais (através de registros).
- 2° - O Direito Autoral (Lei 9610/98), por sua vez, faz referência ao rol de direitos responsáveis principalmente pela tutela das obras **literárias, artísticas e estéticas**.

A propriedade intelectual, como é definida atualmente, é uma espécie de monopólio concedido pelo Estado, por um certo período de tempo, a um autor (geralmente) individual ou individualizável para uma invenção, criação ou obra, antes que as mesmas sejam lançadas no **domínio público**. Como veremos adiante, essas balizas oferecidas pela propriedade industrial e pelo direito de autor apresentam uma série de obstáculos no que se refere à efetiva proteção dos direitos intelectuais dos povos indígenas. Seria justamente no interior de tais brechas que vemos surgir e agir novas formas de iniciativas que tentam dar um respaldo mais pontual e especifico para a garantia e salvaguarda das expressões culturais dos povos indígenas. Indagou-se diversas vezes, nessa etapa preliminar, em que medida políticas desenvolvidas por instituições como o IPHAN (aqui o INRC) seriam capazes de desempenhar essa função. Isto é, a UNESCO, o IPHAN e seu instrumento de INRC são capazes de contornar as lacunas deixadas pelo sistema internacional de propriedade intelectual no que tange à proteção de determinados direitos intelectuais indígenas ou tradicionais? Essa hipótese levantada nas oficinas pelos representantes e lideranças Guarani mereceria, sem dúvida, que se pense na possibilidade futura de uma avaliação mais pormenorizada. Fica a questão e, porque não, a proposta.

Por ora, uma breve digressão deve nos ajudar a fazer certas considerações para que possamos eventualmente, e no momento oportuno, tratar a questão de forma adequada.

A partir dos anos 70 – primeiramente com a criação de organizações indigenistas, em seguida sob o abrigo de organismos internacionais e, finalmente, com representações autóctones independentes - as populações indígenas passam a se manifestar como atores e interlocutores políticos cada vez mais robustos. Todas essas coalizões participaram de uma certa forma para criar resoluções, recomendações, declarações e leis a respeito dos direitos culturais e intelectuais indígenas. Tais discussões e determinações atingiram antes de qualquer coisa as questões relativas aos direitos culturais sobre artes / artesanatos, sobre motivos gráficos e sobre objetos arqueológicos[3]. Essa etapa poderia ser ilustrada pelos aportes de organismos da ONU (como a UNESCO) até os finais dos anos 80, considerados até então como protetores e promotores do folclore, dentro de um recorte jurídico próximo àquele que se ocupa dos direitos de autor. Seria principalmente a partir dos trabalhos que resultaram na *Convenção sobre a Diversidade Biológica* (ou seja, a partir dos anos 90) que despontariam com maior vigor as discussões e reivindicações mais largas referentes aos direitos intelectuais sobre conhecimentos e expressões tradicionais[4]. É, portanto, a partir da CDB que se confrontam mais abertamente direitos de propriedade intelectual com saberes tradicionais, expressões culturais e patrimônios imateriais indígenas (Carneiro da Cunha, pg. 326).

Nunca é demais lembrar que a CDB – assinada em 1992 durante a ECO-92 e ratificada pelo Brasil (Decreto Nº 2.519 de 16 de março de 1998)-, em seu artigo 8 (j) conclama os países signatários a:

> "Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento."

Essa convenção serviu de base para as discussões seguintes a respeito da utilização e acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais. Em decorrência dessa obrigação assumida pelo Brasil surge dentro do Ministério do Meio Ambiente o Departamento de Patrimônio Genético – DPG e seu órgão colegiado, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN, órgão de caráter deliberativo e normativo criado pela MP n° 2.186-16.

Os recentes mecanismos nacionais influenciados pela CDB seguramente ainda carecem de certos ajustes ou reformulações que devem ser incentivados pelos diversos órgãos governamentais e não governamentais afeitos ao tema, mas apresentam mesmo assim ao menos duas relevantes contribuições para a presente discussão. A primeira delas refere-se ao fato de que a MP 2186-16 e o CGEN instituem novas formas de proteção e preservação do patrimônio tradicional indígena – principalmente aquele relacionado aos recursos genéticos e conhecimentos sobre a biodiversidade -, recursos estes que, até então, se encontravam quase que completamente abandonados por nosso ordenamento jurídico, notadamente pelo sistema da propriedade intelectual. Mais além, é importantíssimo atentar para esses dispositivos legais no quadro da atual política de Inventário Nacional de Referências Culturais pois não podemos perder de vista que não raro nos territórios habitados por populações tradicionais, como por exemplo o território tradicional e imemorial do povo Guarani Mbya, coincidem ou se sobrepõem territórios indígenas com rica diversidade cultural mas também (e não seria coincidência) zonas com extraordinária diversidade biológica. Esse fato não pode ser esquecido pois a realização de inventário dentro de território indígena ou dentro de zonas de preservação ambiental deve ocorrer em harmonia com as legislações conexas, ou seja, trata-se de tarefa que exige sensibilidade redobrada, levando sempre em conta suas delicadas conjunturas.

Nas oficinas, os lideres guarani chamaram à atenção, a titulo de exemplo, para a necessidade de sincronia entre os diferentes mecanismos legais e seus órgãos gestores caso haja coincidência entre um eventual elemento a ser inventariado e a matéria tratada pela MP 2186-16; que em seu art. 9° afirma:

> "À comunidade indígena e à comunidade local que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, é garantido o direito de:
>
> I – ter indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicional em todas as publicações, utilizações, explorações e divulgações;
>
> II – impedir terceiros não autorizados de:
>
> a) utilizar, realizar testes, pesquisas ou exploração, relacionados ao conhecimento tradicional associado;
>
> b) divulgar, transmitir ou retransmitir dados ou informações que integram ou constituem conhecimento tradicional associado;
>
> III- perceber benefícios pela exploração econômica por terceiros, direta ou indiretamente, de conhecimento tradicional associado, cujos direitos são de sua titularidade, nos termos desta Medida Provisória.
>
> Parágrafo Único. Para efeito desta Medida Provisória, **qualquer conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético poderá ser de titularidade da comunidade**, ainda que apenas um individuo, membro dessa comunidade, detenha esse conhecimento".

Tais precisões cronológicas, conceituais e legais são importantes para constatar que é a partir desses debates que começam a proliferar construções teóricas segundo as quais os povos indígenas, assim como outras populações tradicionais, não perceberiam sua relação com o patrimônio ou a cultura[5] do ponto de vista da propriedade (intelectual) ocidental. Segundo essas comunidades, ou melhor, de acordo com as teorias recentes sobre essas comunidades, o patrimônio material e imaterial indígena não se ajusta espontaneamente à noção ocidental de bens, produtos, objetos, informações, conhecimentos, sendo que até mesmo o conceito de patrimônio mereceria certas ponderações.

Malgrado todas as tentativas, o conceito de patrimônio cultural imaterial continua evoluindo ao sabor das práticas. Assim, produzir as definições necessárias para viabilizar instrumentos jurídicos e planos de ação constitui um desafio permanente.

De acordo com a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003:

> «Artigo 2: Definições.
>
> Para os fins da presente Convenção,
>
> 1. Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (...).»

Um projeto de Inventário Nacional de referências Culturais do Povo Indígena Guarani Mbya, que leve em conta a definição acima, pode abarcar uma panóplia consideravelmente vasta de elementos culturais, invadindo o campo de atuação de outros mecanismos, sistemas e esferas legais já operantes, a despeito de suas possíveis deficiências. A propriedade intelectual, as convenções e acordos internacionais ambientais ou de cunho cultural, assim como suas regulamentações internas e a própria Constituição Federal são algumas dessas esferas que devem ser observadas e estimuladas (quando úteis para os povos indígenas) ou pressionadas no sentido de aprimorarem sua eficiência quando deixam transparecer incongruências.

II - Os principais dilemas encontrados na legislação vigente.

Desde as reflexões pioneiras da subcomissão para a proteção dos povos autóctones da ONU e os debates tidos na seqüência da Convenção Rio-1992, existe uma real inquietude em torno da pertinência na elaboração de regras especificas em matéria de propriedade intelectual capazes de exprimir satisfatoriamente as relações singulares existentes entre as comunidades tradicionais e seu meio ambiente, seus recursos, seus conhecimentos e seus "bens". Apesar das dúvidas a respeito da real vontade política para uma tal obra legal, é possível observar uma progressiva sedimentação ou um certo consenso conceitual no que se refere ao conteúdo e à natureza desses direitos. Os direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais seriam então direitos originários, baseados numa relação de proximidade, quase que de dependência recíproca entre os homens e os recursos naturais de seu entorno. Trata-se de certa forma de um esforço de conservação de recursos biológicos, de conhecimento de suas propriedades medicinais e "mágicas", de inovação dos recursos domésticos /domesticados e de respeito em relação às propriedades sagradas dos bens e referências culturais. A confirmação de uma tal "realidade" e a adoção dessa perspectiva acarreta conseqüências jurídicas que não poderiam ser negligenciadas. A fim de proteger os saberes tradicionais, enquanto obra efetivamente realizada, deveríamos admitir que existem direitos de natureza coletiva, originários, que se trata geralmente de "bens" inalienáveis, herdados dos ancestrais e sobre os quais repousam direitos imprescritíveis, pois pertencem igualmente às futuras gerações. Todas essas características demonstram prontamente que existe um grande distanciamento entre o sistema almejado por grande parte dos povos indígenas e o sistema de propriedade intelectual em vigor. É essencial, portanto, deixar claro mesmo que de forma sucinta, os principais pontos que configuram essas inadequações, para então poder analisar a possibilidade de contorná-las ou modificá-las.

Primeiramente, vale destacar que o termo propriedade intelectual - que abrange os bens criados por obra do intelecto humano, como por exemplo as invenções, os signos distintivos, os cultivares, as obras artísticas e literárias – ganha força com a criação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI - em 1967. Como já dissemos esses direitos conferem temporariamente aos seus titulares a garantia de controle de um mercado para bens que incorporem uma idéia protegida, ou seja, o direito de determinar com exclusividade, a agenda de aplicação do objeto protegido, segundo seus interesses pessoais. (RODRIGUES, pg. 58) Naturalmente, assim como outros direitos de propriedade, os direitos de propriedade intelectual não são absolutos. Certos limites podem ser impostos pelo Estado a fim de permitir a realização de interesses sociais. Sua duração temporalmente limitada faz prova desse caráter relativamente restrito. O que se extrai de tais premissas básicas da propriedade intelectual?

O campo dos Direitos Autorais tem o autor individual como seu centro gravitacional: "a proteção autoral nasce de aporte criativo individual e contemporâneo que conecta uma determinada obra a um ou mais autores identificáveis."

(RODRIGUES, pg. 67) As comunidades tradicionais consideram que a própria noção de titularidade adotada pelos regimes de propriedade intelectual, não reflete sua concepção mais complexa de autoria e titularidade. De acordo com essas comunidades, a titularidade e a autoria seriam geralmente coletivas, não sendo possível, portanto, determinar um individuo exclusivamente responsável pela obra ou que detenha direitos a titulo pessoal.

Por outro lado, os direitos de autor concedem proteção temporalmente limitada. Considerando que a vida das comunidades ultrapassa a vida de cada um de seus membros, fica comprometida a utilização do regime autoral pois este não é capaz de conferir proteção perpétua.

Vale destacar, no entanto, que o Art. 45, II da lei de direito de autor (lei 9610/98) afirma que: "*Além das obras em relação às quais decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais, pertencem ao domínio público as de autor desconhecido, ressalvada a proteção legal aos conhecimentos étnicos e tradicionais*."

Essa lei, que substitui a antiga lei de direito de autor de 1973, retira as expressões culturais de populações tradicionais da lista de obras que integram o domínio público, como bem demonstra o supra citado artigo. De acordo com Edson Beas Rodrigues Junior a expressão « conhecimentos étnicos e tradicionais » foi utilizada sem a tecnicidade necessária, o que segundo o autor não exclui a proteção almejada pelo legislador, isto é: a salvaguarda das expressões culturais tradicionais. De fato, a natureza artística da matéria tutelada pela lei 9610/1998 demonstra que a expressão "desajustada" ("conhecimentos étnicos e tradicionais"), mais apropriada para designar matéria de propriedade industrial e não de direito de autor, refere-se na verdade às expressões culturais (ou artísticas) tradicionais. O principio jurídico da boa fé (*Ex re sed non ex nomine*) corrobora essa interpretação.

A despeito dessa inovação textual na legislação nacional, demonstrando um claro interesse do legislador em salvaguardar os interesses dos reais detentores dos direitos morais e patrimoniais sobre as obras e expressões tradicionais, raramente o instrumento legal é aplicado pelos operadores do direito - ou mesmo analisado pelos autoralistas – nesse sentido. Resignam-se em geral a tecer comentários do tipo: "Norma curiosa e ainda pendente de regulamentação é a do art. 45, II, que dispõe caírem em domínio público as obras de autor desconhecido, ressalvada a proteção legal aos conhecimentos étnicos e tradicionais (?)." Mesmo se dependesse de regulamentação - o que sugere inclusive uma aplicação mais séria no sentido de criar uma legislação (ou ao menos discutir amplamente sua necessidade) de propriedade intelectual sui generis adaptada às especificidades dos direitos das populações tradicionais – o referido artigo continuaria claro.

De fato, a linha geral das apreciações proferidas tradicionalmente pelos magistrados parece dar sustentação ao livre acesso às expressões culturais e artísticas dos povos indígenas, consideradas como integrantes do domínio público nacional. Essa solução demonstra a força da idéia vastamente difundida nas sociedades industriais, segundo a qual as inovações, os recursos biológicos e as expressões culturais das populações tradicionais e povos indígenas pertenceriam ao domínio público. Malgrado a existência de dispositivos legais que buscam salvaguardar os interesses das populações tradicionais e indígenas, a interpretação predominante privilegia e protege apenas as criações intelectuais de autores individuais (ou individualizáveis em caso de obra coletiva) integrados no sistema de mercado hegemônico. Esse tipo de apropriação cultural representa indubitavelmente um grande desafio para o direito brasileiro e demonstra ainda o despreparo e a resistência do poder judiciário nacional diante de situações já tuteladas de forma diversa e até inovadora pelo direito positivo. O Povo indígena Guarani Mbya conta com o apoio do IPHAN para reverter essa situação, trazendo tais incongruências para a pauta das discussões.

Finalmente, devemos sublinhar que a proteção de qualquer obra artística ou literária depende do preenchimento do chamado requisito de originalidade. Uma obra é original quando exprime a individualidade de seu autor. "As expressões culturais tradicionais são criadas por indivíduos, mas modificadas cumulativamente por um sem-número de gerações de uma comunidade, a fim de expressar as expectativas culturais do grupo." (RODRIGUES, pg. 70) Esse ponto cria igualmente um embaraço para que se utilize o sistema do direito de autor para a garantia das expressões culturais tradicionais e indígenas.

Partindo para o campo da Propriedade Industrial, é importante salientar que a legislação nacional (seguindo as determinações internacionais) cria um rol de matérias passiveis de proteção patentária. Para ser breve, as descobertas (como são consideradas grande parte das obtenções tradicionais) não são patenteáveis, enquanto as invenções o são. Entende-se por descoberta um produto ou processo que preexistia na natureza antes de vir a público, enquanto a invenção envolve um produto ou processo não preexistente, desenvolvido pelo intelecto humano. Os limites que

dividem descoberta de um lado e invenção de outro tornam-se cada dia mais fluidos, especialmente a partir do advento da biologia molecular. O que é certo, no entanto, é que tal distinção continua a excluir as obtenções e manipulações indígenas e tradicionais do rol de elementos passiveis de proteção patentária, ao mesmo tempo em que alarga as permissividades capazes de inserir novos produtos e processos, antes tidos como naturais, na categoria de invenção.

Outro elemento que cria, arbitrariamente, um óbice à proteção das inovações tradicionais é o caráter comunitário destas. O direito das patentes afirma que só podem ser tuteladas as invenções individuais, apesar de haver cada vez mais registros concedidos a grandes grupos pelo desenvolvimento de produtos (principalmente na área biomédica e biotecnológica), obtidos em processos coletivos de criação, onde estão envolvidos técnicos de diversas áreas. Tais obtenções são tão coletivas quanto as conduzidas por comunidades tradicionais.

Existem ainda três critérios tidos como essenciais para que se possa obter uma patente. Esses critérios estão igualmente sujeitos a interpretação e manipulação. Sendo assim, e considerando o foco da análise, furtamo-nos apenas a citá-los. São eles: novidade ou Estado da técnica, passo inventivo, aplicabilidade industrial. Uma leitura intuitiva dessas nomenclaturas permite igualmente concluir que esses pontos não oferecem grande utilidade para a garantia dos direitos intelectuais dos povos indígenas, muito pelo contrário!

Em suma, o sistema internacional da propriedade intelectual apresenta um caráter universalizante e ao mesmo tempo discriminatório em relação às expressões e registros culturais dos povos indígenas. Ele determina a possibilidade de garantia das produções intelectuais segundo padrões exclusivamente ocidentais. Caso isso não ocorra, as criações, obtenções e expressões culturais ficam simplesmente à mercê da biopirataria, da apropriação por terceiros não pertencentes à comunidade ou ainda do domínio público e do folclore. Seu aspecto discriminatório se evidencia quando tende a obrigar as populações tradicionais a se adequar a padrões externos, correndo inclusive o risco de interferir em suas práticas, costumes e valores. (RODRIGUES, pg. 64)

No entanto, iniciativas para contornar esse tipo de problema já começam a ser pensadas. Desde o final da década de 70 e o inicio da década de 80, organismos internacionais como a UNESCO e a própria OMPI trabalham em conjunto com populações locais e povos tradicionais no sentido de refletir e redigir um projeto coerente de regime sui generis de direitos intelectuais, dedicados a proteger eficazmente suas mais diversas expressões culturais.

As lideranças Guarani Mbya afirmam que esse tipo de reflexão e de iniciativa deve ser buscada e fomentada de forma ampla por todas as instituições que os apóiam, sobretudo o IPHAN. A criação de políticas especificas, levadas a cabo por organizações governamentais ou não governamentais, não as eximem da responsabilidade de apoiar a busca por uma legislação de propriedade intelectual mais justa e adaptada às demandas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais como um todo. Essa é uma reivindicação reiterada pelos lideres Guarani Mbya envolvidos no projeto.

A capacidade de criar coalizões profícuas é uma marca do movimento indígena nacional. E a conquista da Constituição de 1988, com o reconhecimento e obtenção de direitos até então inéditos, é um sinal dessa força política ativa e fecunda.

O artigo 231 da C.F. afirma que: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (...)”.

Paralelamente, dispõe que:

> Art. 215 – “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.”
>
> “§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”

E, finalmente, seguindo uma tendência internacional, estabelece em seu art. 216 que:

> “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente

ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."

"§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação."

Essa legislação inovadora inaugurou uma nova tendência, oferecendo uma perspectiva promissora para a garantia e salvaguarda dos direitos intelectuais indígenas.

Entretanto, certas ponderações devem ser feitas, para que as dúvidas levantadas pelas lideranças indígenas sejam satisfatoriamente ouvidas e sanadas. Isso evitaria a criação de desarmonias ou de colocações alarmistas quando da fase da implementação do inventário propriamente dita.

III - INRC: antagonismos e potencialidades.

Seguindo o compromisso assumido pelo § 1° do art. 216 da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro inaugura, no ano de 2000, seu *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI*, criando, por meio do decreto 3551/00, o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*, o *Inventário Nacional de Referências Culturais* - INRC e os *Planos de Salvaguarda*.

Esse programa inovador segue, como já dissemos, a tendência louvável inaugurada pela Constituição de 1988 e inclui dentre seus objetivos a intenção de: "Contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade."

Suas diretrizes fundamentais corroboram igualmente a intenção de promover a inclusão social dos detentores do patrimônio cultural, ampliar sua participação, estimular a salvaguarda dos bens culturais e, principalmente, apoiar suas condições materiais para uma vida digna, respeitando e protegendo sempre seus direitos difusos ou coletivos ligados a esse patrimônio.

Diretrizes da política de fomento do PNPI

• Promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial.

• Ampliar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio.

• Promover a salvaguarda de bens culturais imateriais por meio de apoio às condições materiais que propiciam sua existência, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação.

• Implementar mecanismos para a efetiva proteção de bens culturais imateriais em situação de risco.

• Respeitar e proteger direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso do patrimônio cultural imaterial.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

É com excelentes olhos que as lideranças Guarani Mbya encaram a declaração, por parte do IPHAN, de que essas são as premissas, diretrizes e fundamentos básicos de seu Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Essas diretrizes demonstram que o escopo do Estado brasileiro e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em relação ao patrimônio imaterial, supera em muito o objetivo de inventário. O importante mecanismo, representado pelo Inventário (Nacional de Referências Culturais), é um dos instrumentos – assim como o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e os Planos de Salvaguarda - apregoados pelo IPHAN para alcançar os objetivos do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. No entanto, foi a partir desses instrumentos que surgiram certas dúvidas nas oficinas, e que merecem ser melhor esclarecidas.

De acordo com o art. 1° do Decreto 3551/00:

> Artigo 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.
>
> § 1º - Esse registro se fará em um dos seguintes livros:
>
> • I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
>
> • II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
>
> • III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
>
> • IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.
>
> § 2º - A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

De acordo com a idéia do artigo 216 da C.F., transposta no artigo 1° do Decreto 3551/00, o "patrimônio cultural imaterial" Guarani Mbya pode (e deve) ser reconhecido e salvaguardado enquanto um patrimônio Cultural da Nação brasileira. Principalmente se isso representar uma garantia estratégica maior de preservação e valorização dos saberes, conhecimentos, expressões, tradições e cultura Guarani. Contudo, os lideres e Tamõi Guarani Mbya expressaram de maneira clara durante as oficinas que esse patrimônio sagrado e essas referências culturais que venham eventualmente a ser inventariados ou registrados são, antes de qualquer coisa, Patrimônio do Povo Guarani Mbya. Manifestaram inclusive a importância e o interesse da comunidade em registrar formalmente essa observação em documentos oficiais. Contam para tanto com o apoio e a colaboração do IPHAN e do CTI. Essa colocação e desejo dos lideres indígenas é absolutamente coerente com as diretrizes da política de fomento do PNPI, com as recentes convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, notadamente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais – OIT -, ou ainda com o Parágrafo Único do artigo 9° da MP 2186-16, que afirma que: "(...) qualquer conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético poderá ser de titularidade da comunidade (...)." Essa postura positiva dos líderes Guarani representa uma obrigação ética em relação a um povo que ultrapassa as fronteiras do território brasileiro. O Povo Guarani, assim como suas expressões culturais compartilhadas, ocupam imemorialmente um território sobre o qual incidem hoje, além da Nação Brasileira, a Paraguaia, a Argentina, a Uruguaia e a Boliviana. Esse é o território tradicional Guarani. Portanto, gostariam de reforçar que as expressões tradicionais e culturais do Povo Guarani Mbya são acima de tudo um patrimônio cuja titularidade pertence ao povo Guarani como um todo. O fato de a Nação Brasileira elevar essas expressões à categoria de patrimônio cultural da Nação representa o reconhecimento de que esse povo, preexistente à própria Nação, contribuiu histórica, política e culturalmente para a formação do que denominamos hoje de Brasil. Esse reconhecimento e essa valorização cultural não deveriam absolutamente entrar em choque com a intenção do Povo Guarani de preservar no seio da comunidade a titularidade coletiva de seu patrimônio, evitando assim colocações alarmistas e impeditivas daqueles que afirmam que os lideres Guarani co-responsáveis pelo projeto[6] deliberadamente abrem mão do patrimônio ancestral de seu povo em favor da Nação Brasileira, lançando-na dentro da esfera do folclore e do domínio público. Esse tipo de interpretação deve ser afastado - cabendo inclusive ao IPHAN pronunciar-se e demonstrar sua inexatidão - para que então a implementação do inventário possa ocorrer a contento, atingindo seus objetivos superiores que são a valorização, a salvaguarda, a proteção, a garantia e a promoção livre-consentida do patrimônio e expressões culturais imateriais Guarani Mbya. Firmadas essas ponderações e afastados os pontos polêmicos infundados – sobre os quais os lideres guarani aguardam uma manifestação fundamentada do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para poderem apresentá-las formalmente ao conjunto de suas comunidades e anciãos, todos titulares dessas expressões que contribuirão com o inventario - não restariam dúvidas de que o projeto é uma iniciativa nobre e promissora. Ele tem claramente um imenso potencial para trazer reconhecimento, benefícios e garantias para uma

forma de cultura e de vida diferente e resistente, que soube manter viva e recriar suas tradições, apesar da falta de respaldo legal que vigorou durante muito tempo. Esse fato vem progressivamente evoluindo, como bem o demonstra a presente iniciativa. Nessa perspectiva é claro que o Patrimônio Cultural Imaterial Guarani faz parte também da história cultural na Nação Brasileira. Os lideres Guarani esperam que esse viés de reconhecimento continue operando no sentido de valorizar e estimular a importância cultural das expressões tradicionais tanto no plano internacional quanto nas esferas nacionais. Uma mudança maior nesse sentido não ocorrerá sem que os envolvidos em temas ditos "culturais" ajudem e apoiem as demandas dos povos indígenas para influenciar o direito, inclusive o de propriedade intelectual, a reconhecer sua importância, seus valores e, é claro, seus Direitos Intelectuais sui generis propriamente ditos.

Retornando ao tema dos Direitos Intelectuais, é importante sublinhar outro aspecto envolvido na política de fomento do PNPI que gerou dúvidas dentro das oficinas.

A Resolução (do IPHAN) n° 001, de 03 de agosto de 2006, afirma em seu artigo 10 que:

> "Conforme estabelecido no Decreto n° 3551/2000, para assegurar ao bem proposto para Registro ampla divulgação e promoção, a instituição responsável pela instrução técnica do processo administrativo de Registro deverá:
>
> I. ceder gratuitamente ao Iphan os direitos autorais para fins de promoção, divulgação e comercialização sem fins lucrativos; e o direito de uso e reprodução, sob qualquer forma, dos produtos e subprodutos resultantes do trabalho de instrução técnica, resguardado o crédito de autor (...)."

Os lideres indígenas e demais responsáveis pelo projeto não têm autonomia para realizar a titulo pessoal tal cessão e seria bastante difícil obtê-la sem uma ampla concordância - o que envolve igualmente ampla discussão - de toda a comunidade, que é coletivamente autora e portanto titular dos direitos morais e patrimoniais decorrentes. O supra citado artigo deve ser melhor debatido com a comunidade e eventualmente sugeriríamos sua reconsideração neste caso especifico, pois a referida cessão ao IPHAN, assim como a divulgação e comercialização das informações, não nos parecem ser unanimemente aceitas pelo Povo Guarani Mbya, mesmo que sem fins lucrativos. Para isso seria necessário cumprir ao requisito do Consentimento Prévio, Livre e Informado, imposto pela Convenção 169 da OIT, respeitando igualmente a vontade, a "dimensão do segredo", e o "tempo" Guarani. De fato, esse artigo 10, da Resolução n° 001/2006 (no caso especifico deste projeto) corre o risco de entrar em conflito com a luta pelo reconhecimento dos direitos autorais e intelectuais do Povo Guarani, com as determinações da Convenção 169 da OIT (quanto ao consentimento prévio, livre e informado) e eventualmente com as próprias diretrizes do PNPI. Não queremos absolutamente colocar em questão a metodologia e estratégia adotada pelo IPHAN para a realização de suas políticas, destacamos apenas que neste caso específico, e por se tratar de um povo indígena com reivindicações particulares, o referido ponto mereceria melhores esclarecimentos. Ocorre que muitas informações possuem um caráter sagrado e ficam resguardadas pelo que se convencionou chamar durante o INRC São Miguel das Missões de "dimensão do segredo". Essas informações, caso sejam inventariadas, devem responder a uma dinâmica própria de transmissão e divulgação. Sua divulgação ou comercialização sem o devido cuidado e consentimento de seus responsáveis pode macular um caráter sagrado e religioso.

Feitas essas ressalvas, todas elas contornáveis, salientemos que as diversas lideranças do Povo Guarani Mbya presentes nas oficinas, e vindos de diversas partes do Brasil e demais paises vizinhos, demonstraram que esperam poder contar com o apoio do IPHAN para obter esse e demais tipos de reconhecimentos de direitos em áreas conexas. Notadamente na questão dos Direitos Intelectuais *sui generis* e na questão das terras e territórios, sustentáculo maior de sua existência e manutenção da cultura. Destaquemos novamente uma das diretrizes da Política de fomento do PNPI, anunciada pelo IPHAN como prioridade, e que chamou a atenção das lideranças presentes: "Promover a salvaguarda de bens culturais imateriais <u>por meio de apoio às condições materiais que propiciam sua existência</u>, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação".

Paralelamente a essa diretriz, pode ser reproduzida a fala da *Xejaryi* Doralice, da Aldeia do Ribeirão Silveira, afirmando que: "Sem terra e sem floresta não existe conhecimento."

Levando todos esses pontos em consideração fica claro que a iniciativa a ser inaugurada com a aplicação do INRC Guarani Mbya tem o potencial de os ajudar extraordinariamente na manutenção e valorização de sua organização social, de seus costumes, crenças e tradições.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

Considerações Finais

Tentamos trazer aqui um apanhado geral dos principais anseios, expectativas, dúvidas e problemas levantados pelas lideranças indígenas dentro das 3 oficinas jurídicas organizadas pelo Centro de trabalho Indigenista junto às comunidades indígenas Guarani Mbya envolvidas no projeto de INRC Guarani Mbya.

Tratamos primeiramente da importância da análise e aprimoramento do conhecimento sobre os meandros da matéria de propriedade intelectual no que se refere aos direitos dos povos indígenas, para em seguida fazer certas ponderações criticas dessa e outras legislações atinentes ao tema, para enfim trazer certas considerações mais pontuais a respeito do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e do INRC.

Além de grandes anseios em relação à continuidade do projeto - que pelo simples fato de ter fomentado encontros, trocas de saberes transgeneracionais e amplas discussões, já gerou uma imensa satisfação – sentiram-se as lideranças na obrigação de indicar determinadas balizas em nome de seu povo. Dentre elas estão: o desejo de afastar seus conhecimentos e expressões da esfera do folclore e do domínio público, a idéia de debater amplamente os regimes de direito de propriedade intelectual e de salvaguarda de patrimônio (inclusive a questão do regime sui-generis), o pedido de apoio e posicionamento por parte do IPHAN para ampliar o debate e fomentar demandas conexas (inclusive de ordem material e programática), como por exemplo a importância dos encontros entre gerações, entre lideres e entre aldeias, e especialmente questões ligadas à terra, à territorialidade e à transfronteiridade.

Esperamos que as colocações colhidas ao longo dos encontros tenham sido bem captadas, retransmitidas e que possam exprimir satisfatoriamente as mensagens e intenções dos lideres indígenas sobre os pontos legais e conceituais abordados. Esperamos igualmente que o presente texto possa servir de iniciativa para dirimir certas questões que ficam pendentes, para manifestar adequadamente a aprovação dos diversos pontos positivos e promissores do projeto, contribuindo assim para seu bom prosseguimento e futura implementação.

Notas:

1 - O caráter material de determinadas expressões culturais não exclui sua dimensão imaterial, sendo, portanto, impossível falar de salvaguarda de “Patrimônio Cultural Imaterial” sem incluir também nessa categoria as expressões que se manifestam de forma física.

2 - A primeira reunião foi realizada no âmbito da “oficina de saberes artesanais”, realizada na Aldeia Cantagalo, Município de Porto Alegre/RS e contou com a participação de todos as lideranças e dos anciãos que participavam das demais atividades, que ouviram as questões levantadas com muito interesse, debatendo-as ao final. A segunda reunião foi realizada no próprio CTI, contando com a participação de integrantes dos programas Guarani e Timbira e com a participação de representante da Comissão Guarani Yyvrupa (CGY). A terceira oficina foi realizada no âmbito de uma reunião geral de planejamento entre todas as lideranças que coordenam a CGY, ocasião na qual foi possível aprofundar muito as questões discutidas em Cantagalo e na qual as lideranças da CGY chegaram à algumas das formulações que discutimos aqui a partir de um ponto de vista jurídico.

3 - Mais precisamente tudo aquilo que diz respeito à cultura material de forma genérica.

4 - Incluindo portanto seus aspectos imateriais.

5 - É importante salientar que ambos os conceitos, de patrimônio e cultura, estão obviamente sujeitos a criticas, nuances e revisões. No entanto, a tarefa nos afastaria do foco temático abordado nas oficinas.

6 - Referimo-nos aqui às lideranças que estão tomando a dianteira do projeto e seu compromisso assumido em relação ao restante do Povo Guarani.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

Bibliografia

BARBOSA, D. B. *Uma Introdução à Propriedade Intelectual*. Rio: Lumen Júris, 2003.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo. Cosac Naify, 2009.

Constituição Federal da República Federativa do Brasil

Convenção da Biodiversidade

Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial- 2003-UNESCO

DAES, E.-I. Protection of the Heritage of Indigenous People. United Nations. IN:

Documento ONU: E/CN.4/Sub.2/1997/14: New York and Geneva, 1997.

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural – 2002- UNESCO.

DOCUMENTOS DE INVESTIGACIÓN. ISA. Año 2 nº 5. O certificado de Procedência Legal no Brasil: Estado da Arte da Implementação da Legislação, 2006.

Medida Provisória 2186-16/2001

RODRIGUES JUNIOR, Edson Beas. *Tutela jurídica dos recursos da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e do folclore*. Rio de Janeiro. Elsevier Editora, 2010.

SEEGER, Anthony. Singing others people's songs. In Cultural *Survival Quarterly*, summer 1991, pg. 36 – 39. http://www.culturalsurvival.org/ourpublications/csq/article/singing-other-peoples-songs-indigenous-songs-are-often-considered-public (última consulta: 05/03/2010)

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo e CARNEIRO da CUNHA, Manuela. *Amazônia: Etnologia e História Indígena*, São Paulo, USP/FAPESP, 1993.

ZERDA-SARMIENTO, Álvaro e FORERO-PINEDA, Clemente. Les droits de propriété intellectuelle sur le savoir des communautés ethniques. In *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n° 171, p. 111-127, 2002/1.

9. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

9.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

No contexto dos embates políticos travados durante os processos de reconhecimento de direitos históricos e territoriais do povo guarani, em cujo território de ocupação tradicional vieram sobrepor-se fronteiras nacionais, uma série de problemas e possibilidades das mais diversas ordens apresentam-se para as lideranças guarani e para seus aliados, constituindo uma série de desafios para o futuro. Boa parte dos problemas mais regionalizados foram abordados nas fichas de localidade, apresentadas em conjunto com esse documento. Outros problemas de caráter temático (como a educação e a terra) foram abordados nos itens anteriores. Dessa maneira, pretendemos focar aqui uma questão que é central para a realização do INRC, ou de qualquer instrumento de proteção e valorização cultural que vise o povo guarani, e que se refere ao fato de que recaem sobre esses índios, uma série de problemas derivados do fato de que ocupam simultaneamente regiões inscritas sobre a soberania de ao menos quatro distintos Estados Nacionais, além de uma série de outras divisões administrativas (Estados federativos, municípios, províncias, departamientos, etc...). Não obstante, compartilham a mesma cultura, vivenciam as mesmas redes de intercâmbio e parentesco e percebem e ocupam, como demonstrado aqui, um mesmo território tradicional, atualmente fragmentado pela colonização. Por essa razão, acreditamos que o INRC deve enfrentar essa questão e pode se constituir numa ferramenta importante para a discussão de políticas transnacionais para os Guarani da mesma forma como pode auxiliar a rebater os problemas decorrentes da fragmentação administrativa, que dentro do próprio Estado brasileiro, incide sobre o território guarani.

Essa questão é central uma vez que dela decorrem uma série de justificativas nefastas dos poderes públicos para privarem os Guarani de direitos constitucionais nos quatro países que incidem em seu território. Em todos esses países, são tachados de estrangeiros quando convém e a mídia propaga ao mesmo tempo interesses antagônicos à regularização das terras indígenas e à implantação de serviços públicos diferenciados aos índios.

Esse debate de questões relativas à aplicação das políticas públicas sobre o reconhecimento de direitos de cidadania e

de autonomia dos povos indígenas subordinados às noções de soberania dos Estados nacionais, tem se acentuado nos últimos anos. A ênfase nesse "debate" ocorre num contexto de esforços institucionais na regulamentação de circulação de pessoas, bens e mercadorias em múltiplos acordos entre países que compõem blocos econômicos tais como o Mercosul[1].

A alegada melhoria das políticas de assistência diferenciada aos índios oferecidas pelo Estado brasileiro tem levantado de maneira distorcida uma série de questões referentes à sobreposição de fronteiras nacionais nos territórios indígenas. Uma onda de racismo e de preconceitos contra os índios e contra nacionalidades vizinhas ("los hermanos" como referência aos argentinos, "paraguaios" como atribuição pejorativa de "falsidade" aos índios Guarani) se dissemina em sincronia à propaganda dos programas assistenciais e com maior intensidade contra a também propalada "invasão de índios estrangeiros" que supostamente se "aboletam"[2] no Brasil para aproveitar tais programas em que a distribuição de cestas básicas tem sido o destaque. Tal suposto "abuso" por parte dos índios ditos "estrangeiros" tem sido um argumento forte para municiar os interesses contrários à regularização das terras indígenas.

O ato de qualificar os Guarani de "índios estrangeiros invasores" de terras públicas e privadas é extensivamente praticado, muito além das imediações das fronteiras nacionais com a finalidade de destituí-los dos direitos territoriais sobre as áreas que ocupam, como sucede no litoral sul e sudeste do Brasil. Nesse sentido, as fronteiras do preconceito se deslocam do RS ao ES precisando o foco do racismo nos Guarani (como se observa na campanha difamatória da Aracruz Celulose no ES e, em SC e SP promovidas em grande parte por agências do próprio governo estadual que moveram ações judiciais contra comunidades guarani. Tal situação não é menos gritante na região onde foi construída a hidrelétrica de Itaipu, em que grandes extensões de terras foram inundadas junto com numerosas aldeias submersas, provocando a retirada de famílias guarani para o lado paraguaio e para o interior e litoral sul do Brasil).

Quando as fronteiras e as superfícies dos territórios dos Estados nacionais na América Latina se consolidaram a partir de guerras e tratados[3], a instituição de leis e de políticas voltadas ao reconhecimento de direitos territoriais dos povos indígenas passam a reconhecer exclusivamente as nacionalidades dos Estados-Nações constituídos. Ao impor limites de superfícies (reduções, aldeamentos, reservas, áreas, assentamentos, Terras indígenas) para o exercício da posse e usufruto pelos índios, ao longo da história e a partir do conceito jurídico do indigenato[4], novas bases e pautas passam a permear as relações interétnicas e as dos índios genéricos com o Estado Nacional. A criação de fronteiras nacionais sobre territórios indígenas traz à tona um universo de situações antigas e novas vivenciadas pelos povos indígenas, que implica um constante remodelamento das relações tanto em termos regionais quanto "nacionais".

Nesse quadro, o povo Guarani (compreendendo os grupos designados no Brasil com os etnônimos Mbya, Nhandeva e kaiova e cujas aldeias estão dispostas tanto no Brasil, como na Argentina e no Paraguai) apresenta uma singularidade diante de outros povos em cujos territórios se sobrepuseram fronteiras nacionais, no que tange às configurações de seus territórios e aos seus modos de usos e de ocupação: trata-se do povo cujo território foi mais fracionado com a sobreposição de um maior número de divisões político-administrativas – entre os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, e numerosos municípios, além de vários departamentos na região leste do Paraguai e províncias no nordeste da Argentina.

Sobre este vasto território, entendido aqui enquanto a base de sustentação de suas aldeias (estas, entendidas pelos Guarani como sendo elas os suportes do mundo) seria pouco dizer que as seqüelas oriundas do processo de expropriação territorial visíveis nas regiões fronteiriças dos Estado nacionais dão conta da multiplicidade de implicações que supõem infinidades de fronteiras nas suas mais diversas acepções vivenciadas pela famílias guarani dispersas na amplitude de seu território. Tal fragmentação do território é cada vez mais replicada ao nível mais local, o das aldeias. Suas aldeias que, salvo em raras exceções, não se situam em áreas contínuas, umas em relação às outras, passam a ser consideradas oficialmente como uma unidade administrativa, reconhecida a partir da categoria de Terra Indígena, o que acaba influindo nas relações entre aldeias ou projetando novas alianças e rearranjos na organização/ocupação dos grupos locais.

Assim, quando as aldeias, por falta de contiguidade física são transformadas pelas diferenças instâncias de poder em unidades administrativas autônomas, novas formas de circulação entre parentelas que vivem aldeias próximas ou vizinhas são criadas. Uma aldeia reconhecida como Terra Indígena passa a ser a unidade mínima das políticas públicas, com uma escola, um posto de saúde, um programa de assistência, uma associação indígena. Enfim, uma categoria jurídica sobre a qual frequentemente incidem uma série de ações governamentais, judiciais e etc. Nesse novo cenário, freqüentes arranjos são feitos para acomodarem / repartirem, de acordo com o contexto local e do momento, os efêmeros postos de chefias e cargos assalariados tais como os de professor, diretor, merendeiras,

segurança, agentes de saúde e sanitário, entre as famílias de uma mesma aldeia ou de aldeias próximas que compõem uma mesma parentela.

Se os procedimentos de regularização fundiária fragmentam esse grande número de aldeias em espaços circunscritos demarcados em forma de "ilhas", com limites recortados em função do modelo de ocupação regional (entre fazendas, cidades, rodovias, loteamentos, unidades de conservação), a atuação do Estado no que concerne a aplicação das políticas públicas passa também a operar de modo fracionado, sobrecarregando de serviços e burocracias tanto as agências oficiais como as próprias aldeias/TI.

Observa-se que sob um falso viés de propiciar autonomia, as políticas e programas públicos atuais (educação, saúde, moradia, distribuição de cestas básicas, cotas entre outros) recuperam em seu escopo, agora pela persuasão, o desígnio de "integração" promovido pela força, até poucos anos atrás, como política oficial para as populações indígenas.

Os Guarani afirmam não possuir fronteiras. Esta afirmativa, apesar da imensa perda territorial e populacional que ocorre durante o processo de colonização, pode ser observada no desenho de seus percursos e na dinâmica de formação de aldeias, delineados pelas articulações entre parentelas que vivem próximas ou distantes entre si, mas que compartilham experiências no mesmo espaço geográfico que institui Yvyrupa.

É no mínimo incorreto considerar que os Guarani, constantemente expulsos de seus lugares e que hoje detém apenas pequenas parcelas de terra, na maior parte bastante degradadas, não ocupam "permanentemente" suas terras. No que se refere aos preceitos constitucionais caberia estender a aplicabilidade do artigo 231 ao reconhecimento dos direitos originários dos Guarani sobre seu território como um todo - em toda a extensão onde suas numerosas aldeias estão distribuídas - e não à cada aldeia isoladamente (transformada na categoria jurídica de Terra Indígena). É de evidente má fé exigir, nos processos de identificação e demarcação das áreas de ocupação do território tradicional guarani, a caracterização de uma ocupação permanente apenas num fragmento de terra enquanto a ocupação dos Guarani em seu território se realiza por meio de dinâmicas próprias e seculares e da manutenção da reciprocidade entre aldeias e famílias que habitam, permanentemente, o mesmo espaço geográfico.

Os Guarani ocupam e necessitam conservar uma extensão territorial sobre a qual não detêm o uso exclusivo. E, pelo fato de não deterem o uso e a posse exclusiva de todo o território que ocupam, torna-se inviável manter suas aldeias e seus usos e práticas em lugares fixos, alheios à dinâmica e ao modelo da ocupação envolvente. Nesses termos, em que a grande maioria das Terras Guarani (cerca de 2/3) não estão regularizadas, não se pode igualmente definir precisamente um limite para o território guarani pois sua descontinuidade e conformação vai sendo delineada a partir das relações de poder (de dentro e de fora) que se processam continuamente ao longo dos tempos.

Nesses termos, ainda exige-se que os limites físicos das aldeias guarani, que só muito recentemente começam a ser regularizados, é que devem se adequar aos projetos políticos-econômicos e aos reordenamentos da malha fundiária no território nacional segundo o modelo de crescimento urbano e de desenvolvimento rural criado e pactuado entre as instâncias de governo - federal, estadual e municipal. De acordo com esta lógica perversa, as aldeias guarani estariam fora - no tempo e no espaço - dos planejamentos regionais, e numa inversão lógica não menos perversa, são as aldeias guarani que passam a ser vistas como "impactos" às obras dos sucessivos empreendimentos econômicos, às áreas ambientalmente protegidas, além de empecilho à prevalência do direito de propriedade.

No contexto atual de embates que surgem na regularização de cada uma das novas "unidades guarani", multiplicados pela mídia, pelos grandes e pequenos proprietários rurais, empresas, e órgãos de governo locais refratários à presença indígena, surge uma nova categoria de "representantes indígenas", não mais centrada nas figuras dos xeramõi, dos xamãs, dos caciques. Em geral pessoas ainda jovens, mas com família constituída e pertencente ao grupo local "dominante", passam a exercer a interlocução com as agências da sociedade envolvente. Associada aos novos deveres de participação e execução das políticas públicas, que implica em funções e atribuições extenuantes e alienantes – participação em incontáveis reuniões de educação, saúde, projetos em uma multiplicidade de instituições - preço que pagam para terem as terras que ocupam legitimadas, os representantes passaram a concentrar-se nas intermináveis e variadas questões que solapam as próprias aldeias onde vivem.

Como uma reação inovadora contra a submissão às novas categorias de representatividade local, os Guarani formaram em 2006 a Comissão Guarani Yvyrupa(CGY). O nome deste movimento define sua esfera de ação e

pressupõe formas de atuações conjuntas e apoio aos enfrentamentos que ocorrem em aldeias nas diferentes regiões de seu território. Encabeçada por aqueles que desempenhavam papéis de xondaro (numa tradução simplificada: guardiões dos rituais), essas lideranças não abdicaram da orientação dos xeramoi (avós, velhos sábios), que os acompanham em cada encontro que fazem para atualizar informações sobre a situação jurídica de cada terra, encaminhar reivindicações de direitos territoriais, definir prioridades. Alheios aos formalismos exigidos pela legislação da sociedade civil para criação de organizações e associações, a Comissão Yvyrupa vem sendo reconhecida na medida em que não se escora nesses próprios formalismos e se configura como um movimento próprio com maior fluidez e penetração.

Apesar da crítica situação fundiária em que vivem em razão da exigüidade de terras que lhes são disponíveis, pode-se dizer que os Guarani (especialmente os Mbya) conservam, de um modo geral, um padrão singular de uso do espaço que prioriza a extensão de um território geográfico, isto é, manter a amplidão de seu mundo terrestre. Essa concepção territorial que privilegia o todo, necessário à manutenção de seus sistemas e de suas dinâmicas é explícita quando, a despeito das reivindicações para garantir e ampliar as áreas que ocupam, prevalece a busca pela preservação da configuração de seu amplo território, necessário para manterem seus movimentos e sua liberdade.

Supondo que os Guarani apreendem seu mundo em sua totalidade, onde todos os níveis de sua existência estão associados (incluindo as contradições e as transgressões), é o seu território, aparentemente descontínuo e indefinido (compartilhado), a base que sustenta seu modo de vida e dinamiza as relações dentro e fora de sua sociedade.

Por essas razões, deve-se discutir com cuidado a delimitação de novas unidades para a aplicação do INRC junto aos Guarani. Nesse sentido é que a delimitação do sítio como Yvyrupa possibilita uma discussão mais pertinente a respeito das relações entre os processos de transmissão de conhecimento e a territorialidade, indispensável para a efetividade das práticas de salvaguarda e proteção da cultura guarani. Na mesma direção vai a definição das localidades a partir de unidades regionais através das quais será organizada a aplicação do INRC, de modo a contrapor a lógica de fragmentação administrativa imposta por outras políticas públicas que incidem sobre os guarani.

Notas:

1 - Tais tentativas convergem com iniciativas no âmbito de organizações internacionais como Convenção 169 da OIT, a “Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU”, entre outras.

2 - Entre aspas transcrevemos os termos e referências aos Guarani veiculados pela grande mídia na ultima década: jornal O Estado de São Paulo, internet, revista veja

3 - Na América do Sul, o Tratado de Tordesilhas em 1494, tratado de Madrid em 1.750, independência dos países de colonização espanhola em 1823, ocupação da província cisplatina (Uruguai), Guerra do Paraguai, etc...

4 - Mendes Junior, João. Os indígenas do Brazil, seus direitos individuais e políticos. São Paulo: Typ. Hennies Irmãos, 1912.

9.2. RECOMENDAÇÕES

Elencamos aqui recomendações voltadas sobretudo à fase de aplicação do INRC junto aos Guarani, a partir dos argumentos expostos nas seções que compõem essa ficha. Ao final de cada recomendação remetemos à seção na qual a justificativa para o item em questão está desenvolvida:

1) É extremamente importante que o IPHAN participe ativamente das negociações para uma discussão conjunta das políticas públicas para os Guarani no âmbito do MERCOSUL e do CRESPIAL, considerando a ocupação originária e transfronteiriça dos Guarani ao longo do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (3 e 9.1).

2) É fundamental, e uma demanda da CGY – Comissão Guarani Yvyrupa, que o IPHAN, enquanto gestor público de políticas e ações voltadas à proteção de bens culturais, considerando a dinâmica de ocupação Guarani ao longo de todo o seu território (Yvyrupa) no âmbito do Projeto Valorização do Mundo Cultural Guarani, reconheça igualmente seus direitos territoriais (seção 3 e 5.1).

3) A aplicação do INRC junto às aldeias guarani deve ser discutida tendo em vista os critérios das ‘Localidades’ a partir da qual as atividades serão organizadas (seções 1 e 3).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

4) Essas Localidades devem ser unidades regionais e não aldeias, de maneira a romper com a fragmentação administrativa imposta à territorialidade guarani (seções 1 e 9.1)

5) É importante que se estabeleça inicialmente um "Termo de Cooperação" entre IPHAN, CTI e Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) para determinar responsabilidades e garantias a respeito da prerrogativa exclusiva dos Guarani na decisão de quais práticas culturais serão inventariadas na forma de "bens culturais" (seção 3 e 8).

6) É importante que a proteção e a promoção dos conhecimentos tradicionais Guarani sejam um compromisso de longo prazo do IPHAN com a CGY e o Povo Guarani (seção 3).

7) A aplicação do INRC deve ser um processo contínuo e de longo prazo, com a pesquisa protagonizada pelos próprios Guarani, com um período mínimo de 3 anos, sujeito a renovações, conforme a eficácia do Inventário e o interesse dos Guarani (seção 3).

8) Recomendamos que o IPHAN se engaje e subsidie os Guarani (através da CGY) na reivindicação da elaboração de uma legislação de propriedade intelectual específica (sui generis) para a proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas (seção 8).

9) Recomendamos que o IPHAN se manifeste formalmente no sentido de que a realização do INRC Guarani deve contribuir para o reconhecimento de que o patrimônio cultural em questão pertence em primeiro lugar ao povo Guarani, independente do país onde se localizem as aldeias desse povo, mas que também a partir desse instrumento (e de um possível registro de algum bem) o Estado Brasileiro estará reconhecendo que o patrimônio cultural desse povo também é parte do patrimônio brasileiro (seção 8).

10) Recomendamos que o IPHAN, durante a aplicação do INRC, participe da discussão a respeito da delimitação do(s) território(s) etnoeducacional(is) que farão a gestão da política de de educação escolar indígena (seção 3 e 6.4).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

10. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: PARA LISTA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

FORMULÁRIOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

11. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	DANIEL CALAZANS PIERRI, ADRIANA QUEIROZ TESTA, LUIZ LIRA, JOÃO MITIA ANTUNHA BARBOSA	
SUPERVISOR	Maria Inês Ladeira, Daniel Calazans Pierri, Adriana Queiroz Testa	
REDATOR	Daniel Calazans Pierri, Adriana Queiroz Testa, Luiz Lira, João Mitia Antunha Barbosa, Maria Inês Ladeira	DATA
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Centro de Trabalho Indigenista	20/02/2011

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Yvyrupa
LOCALIDADE	Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado do Espírito Santo
MUNICÍPIO / UF	Aracruz/ES, Caparaó/ES

2. FOTOS

Obs.: Para lista completa das fotos inventariadas, consultar o *Anexo 2: Registros audiovisuais*.

Vista da entrada da Aldeia Tekoa Porã (Aldeia Boa Esperança). Município de Aracruz, ES. Foto: Marilda T. Maracci.

Aldeia Piraquê-açu, localizada à margem esquerda do rio Piraquê-açu. Município de Aracruz, ES. Foto: Marilda T. Maracci.

Opy (Casa de Reza) na Aldeia Mboapy Pindó (Três Palmeiras). Município de Aracruz, ES. Foto: Marilda T. Maracci.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

Obs.: Para lista completa dos bens inventariados, consultar o *Anexo 3: Bens culturais inventariados*.

SÍNTESE
Nesta primeira etapa de levantamento preliminar do INRC, não foram realizadas atividades de pesquisa de campo, indispensáveis para o levantamento de referências culturais. Estas informações serão coletadas durante a aplicação do INRC. Entretanto a forte influência espiritual que advém do grupo familiar liderado por Tataxi (Maria Carvalho) é considerável entre os Guarani que vivem em aldeias situadas no RS, SP, RJ onde este grupo, em sua caminhada, fundou várias aldeias. Até os dias de hoje seus ensinamentos são veiculados nas diversas regiões, incluindo aldeias em Misiones (Argentina) e região de Itapua (Paraguai).

4. DESCRIÇÃO

Obs.: Para lista completa dos documentos escritos inventariados, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO
As Terras Indígenas no Espírito Santo, situadas no município de Aracruz, estão localizadas no litoral norte do estado, cerca de 80 km da capital, Vitória. Há quatro aldeias guarani atualmente na Terra Indígena Tupiniquim ("TI Tupiniquim"– Portaria Nº. 1.463/2007), que é uma Terra Indígena dividida pelos Guarani e Tupininquim. Há também uma aldeia localizada na Serra do Caparaó, divisa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Embora esta área não esteja regularizada e atualmente vivam poucas famílias nesta localidade, ela constitui um lugar muito antigo e importante no âmbito da territorialidade guarani. Nas últimas décadas, houve um aumento de famílias Mbya, Nhandeva e Kaiowá, vindas principalmente de São Paulo e, no caso dos Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, que estão vivendo nas aldeias de Três Palmeiras e Piraquê-Açu Mirim. Uma das famílias Kaiowá que vivera na Aldeia Boa Esperança na década de 1990, mudou para o Rio de Janeiro, onde ficou um tempo na aldeia Parati Mirim, com uma família Mbya, que conhecera no Espírito Santo. Posteriormente, essa família Kaiowá se mudou para a aldeia Rio Pequeno, no mesmo estado, onde permanece até hoje. O que interessa neste fluxo de mobilidade e relações é observar a construção dinâmica de uma continuidade de grupos de parentesco e alianças através dos diferentes pontos de um mesmo território. A quarta aldeia, chamada Olho D'água, e atualmente ocupada por algumas famílias Guarani, era antiga localidade Tupiniquim, que foi ocupada pelos Guarani durante o processo conjunto de retomada das terras subtraídas pela Aracruz Celulose. A população das três aldeias do Espírito Santo, segundo dados da RENISI (Rede Nacional de Informações sobre Saúde Indígena, 2009) é a seguinte: Boa Esperança: 94; Três Palmeiras: 164; Piraquê-açu: 55. Cabe ressaltar que informações demográficas são apenas estimativas e pouco confiáveis, devido a problemas relativos aos instrumentos de pesquisa demográfica aplicados a populações indígenas e à dinâmica de mobilidade de pessoas e famílias entre localidades guarani. Além da confecção de artesanato e das atividades de subsistência (principalmente agricultura), muitos Guarani trabalham como contratados da Prefeitura de Aracruz, realizando serviços internos na aldeia em diversas áreas (saúde, educação, limpeza pública e serviços gerais de manutenção). Há também a criação de aves para consumo interno e uma iniciativa de criação de animais nativos para a reintrodução destas espécies na mata.

Terra Indígena	Outras Dominações para a TI	Presença Guarani atual	Município(s)	UF(s)	Litoral	Grupo(s) Étnicos	Sub-Grupo Guarani	Situação Fundiária	Área (há)
TI Caieiras Velhas II Aldeia Piraquê-açu	Piraquê-Açú	SIM	Aracruz	ES	SIM	Guarani e Tupiniquim	Kaiova/Mbya	Homologada (e Regularizada)	2997.2533
TI Tupiniquim Aldeias: Boa Esperança Três Palmeiras Olho d'Água		SIM	Aracruz	ES	SIM	Guarani e Tupiniquim	Kaiova/Mbya	Declarada	14282.7968
TI Serra do Caparaó		SIM	Dores do Rio Preto e Divino São Lourenço	ES	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	

Levantamento das TIs Guarani -Mapa Yvyrupa -O Território Guarani -Data da atualização: 18/10/1010 -Centro de Trabalho Indigenista

Fontes: Representantes Guarani e Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) – Centro de Trabalho Indigenista – Rodrigo Venzon – Maria Dorothea Post Darella – Maria Lúcia Brant de Carvalho – Paulo Porto

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

As Aldeias Guarani no município de Aracruz, ES, estão localizadas na extremidade leste da TI Tupiniquim próximas à foz do rio Piraquê-Açu. Os rios Piraquê-Açu e o Piraquê-Mirim são importantes para a sustentabilidade dessas aldeias. Os Guarani destas aldeias praticam a pesca no rio Piraquê-Açu. As principais espécies de peixes encontradas na região são o robalo (*Centropomus sp*.), tainha (*Mugil sp*.) e carapeba (*Diapterus rhombeus*). As famílias que moram na Serra do Caparaó, estão numa região que apresenta recursos naturais em bom estado de preservação e abundância de recursos hídricos. O clima e vegetação, inclusive, permitem o cultivo de espécies muito valorizadas na cultura guarani, como a erva mate e o avaxi ete (milho guarani).

A cobertura vegetal da TI que abriga as Aldeias Guarani em Aracruz, ES é composta, majoritariamente, por resquícios de eucaliptocultura (rebrota), manguezal e capoeiras que foram preservadas em Áreas de Preservação Permanente quando a terra era de posse da empresa Aracruz Celulose S/A. Existe também um importante remanescente de Mata Atlântica na parte sul da Terra Indígena. Seguem abaixo as formações vegetais encontradas na área correspondente à Terra Indígena.

Floresta Ombrófila Densa. Os resquícios desta formação florestal presentes na Terra Indígena apresentam ainda alguma identidade com a Mata Atlântica primária, dado o seu excelente estado de conservação. Ocorrem nela árvores de grande porte, cujo dossel pode alcançar os 30m.

Áreas Alagáveis. Essas áreas são encontradas ao sul da TI, nas aldeias Guarani. Apresenta uma fisionomia, sobretudo herbácea, onde domina a taboa *(Typha dominguensis*), o tiriricão-do-brejo (*Cyperus spp*.) e o junco (*Juncus sp*.), podendo apresentar em seu interior alguns indivíduos arbóreos isolados ou em ralos grupamentos, como a imbaúba (*Cecropia spp*.) e a tajibibuia (*Tabebuia cassinoides*). Na divisa com as Aldeias Guarani, o remanescente florestal está sendo fragmentado por atividades desenvolvidas por pessoas do entorno, como a abertura de roças e a fabricação de carvão.

Manguezal. Comunidade vegetal que sofre influência fluviomarinha, situada na desembocadura de rios e regatos no mar. Apresenta a seguinte seqüência de gêneros: *Rhizophora, Avicennia*, cujas espécies variam conforme a latitude norte e sul, e a Laguncularia, que cresce nos locais mais altos, só atingidos pela maré alta. Na região (entorno da área de ocupação dos Guarani) predomina o mangue-vermelho, que possuí esta característica pela grande quantidade de *Rhizophora mangle*, que possui coloração vermelha. Embora os Guarani tenham restrições alimentares em relação às espécies de crustáceos e mariscos do mangue, utilizam algumas espécies vegetais desse ecossistema, como o mangue-vermelho, usado para tingir penas para as festas.

Capoeiras. As "capoeiras", como são chamadas pelos indígenas da região, ocupam as Áreas de Preservação Permanente ou "grotas" e outras pequenas áreas encontradas nos Tabuleiros. Ocorrem, nesse tipo de vegetação, espécies arbóreas, como a garapa (*Apuleia leiocarpa*), o cobi (*Piptadenia cobi*), a agoniada (*Himatanthus sp*.), o arapaçu (*Sclerolobium sp*.), a laranja-brava (*Zanthoxylum sp*.) e a imbiriba (*Eschweilera sp*.)

Para uma discussão mais abrangente da territorialidade guarani e meio ambiente, consulte a ficha de sítio.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

Para os efeitos deste levantamento preliminar, foram considerados Marcos Edificados as construções feitas pelos próprios Guarani, como é o caso das suas habitações e casas de rezas, assim como obras resultantes de intervenções do Poder Público, como escolas e postos de saúde. Cabe notar, que a permanência desses tipos de edificações localizadas nas aldeias está sujeita a configurações e dinâmicas próprias das comunidades, podendo apresentar modificações consideráveis a médio prazo. Para maiores informações, consulte a ficha de sítio.

- Habitações construídas de acordo com as necessidades e dinâmicas de cada grupo familiar, tanto nas três aldeias em Aracruz, como na aldeia localizada na Serra do Caparaó.
- Uma Casa de Reza: localizada na aldeia Mboaby Pindó (Três Palmeiras).
- Uma Escola 1º grau: atende às três aldeias Guarani e localiza-se na aldeia Mboapy Pindó.
- Uma Unidade Básica de Saúde (FUNASA): atende às três aldeias Guarani e localiza-se na aldeia Tekoa Porã (Boa Esperança).
- 3 Casas de Reunião – uma por aldeia (Piraquê-Açu, Mboapy Pindó, Tekoa Porã)
- Locais para a venda de artesanato
    - Três quiosques na entrada da aldeia Tekoa Porã.
- Um quiosque na entrada da aldeia Mboapy Pindó.
- Casa de Cultura na aldeia Mboapy Pindó.
- Três Casas de Artesanato das Mulheres (Projeto Pão para o Mundo) – uma em cada aldeia (Piraquê-Açu, Mboapy Pindó, Tekoa Porã).

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

Obs.: Para lista completa das fontes inventariadas, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

5.1. RESUMO

Um grupo Guarani Mbya, liderado por Tataxi Yva Rete Maria Candelária Carvalho saiu do Paraguai, atravessou Argentina e Uruguai e seguiu pelo Brasil até fundar a aldeia Tekoa Porã, Boa Esperança no Espírito Santo. Guiada por revelações, Tataxi levou seu grupo por um caminho que percorria o reconhecimento das *tava mirim* dos ancestrais divinos, as marcas que deixaram nos lugares sagrados por onde passaram. Neste sentido, os lugares por onde o grupo de Tataxi passou, fundando muitas das aldeias localizadas na Mata Atlântica, representam uma continuidade, não apenas territorial, mas também uma continuidade que se estende e reconhece entre esses ancestrais divinos e os parentes que atualmente vivem nos diferentes pontos deste território.

Depoimentos transcritos em relatórios elaborados pelo Centro de Trabalho Indigenista entre 1979 e 1984 relatam que o grupo de Tataxi, assim como outras famílias guarani, insistentemente recusou propostas de autoridades públicas que visavam direcionar, controlar ou confinar seu deslocamento.

Em 1966, o grupo de Tataxi chega ao município de Aracruz e é acolhido pelos Tupiniquim de Caieiras Velha. Entretanto, antes deste grupo, há registros da passagem de outros grupos Guarani no estado, desde ao menos o início do século XX. Schaden relata em sua obra clássica "Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani", a passagem pelo litoral do Estado do Espírito Santo de 2 grandes grupos migratórios vindos da região fronteiriça com a atual província argentina de Missiones. O primeiro grupo teria retornado do Espírito Santo e se instalado na região da atual TI Rio Branco, no Estado de São Paulo, já em 1924, de modo que sua passagem pelo Espírito Santo deve ter ocorrido logo no início do século. Um outro grupo teria chegado em São Paulo, retornando do Espírito Santo em 1934 (1974: 5). É provavelmente parte desse segundo grupo que foi instalado pelo Serviço de Proteção ao Índio em Pancas, município da Região Noroeste do Espírito Santo, entre as décadas de 1930 e 1940. Segundo relatos, os indígenas foram envenenados e quase todos morreram. Um dos poucos sobreviventes, José Bonifácio, ou Verá, entrevistado por Celeste Ciccarone (2001), vive na aldeia Boa Vista em Ubatuba.

Segundo Ciccarone (2001), em meados de 1980, um segundo grupo Mbya, liderado por Catarina Fernandes, prima do primeiro e segundo maridos de Maria Tataxi Yva Rete, vem morar na aldeia Boa Esperança, após migração que partira do Paraguai, pouco tempo depois da saída de Tataxi.

O conflito de terras na região do município de Aracruz, com a empresa Aracruz Florestal, atual Aracruz Celulose, fez com que os Guarani do grupo de Tataxi passassem por duas mudanças de localidade antes do retorno definitivo à região do município de Aracruz em 1978. Deslocaram-se inicialmente para Guarapari, junto com famílias Tupiniquim. Em 1973, foram removidos para a Fazenda Guarani, em Minas Gerais, controlada pela Funai, onde havia um predomínio de índios Krenak. Retornaram em 1978 e, em 1979, iniciam, junto com os Tupiniquim, a luta pela retomada do território invadido pela Aracruz Celulose. A partir de então, suas histórias se misturam em diversos eventos. Três são os grandes momentos da luta conjunta pelo território: o período entre 1979-1983, quando retomaram 4492 hectares; o período entre 1993-1998, quando acresceram mais 2571 hectares a seu território; o período entre 2005-2008, quando conquistaram os atuais 18027 hectares que se dividem em duas TIs. A TI Tupiniquim, também ocupada pelos Guarani (3 aldeias), totaliza 14227 hectares; o restante é a TI Tupiniquim de Comboios. Entre os Guarani, cabe destaque ainda à morte de Tataxi, em 1994, e à formação das aldeias de Três Palmeiras (Mboapy Pindó), em 1995, e Piraquê-açu, em 2002.

SCHADEN, Egon. (1974 [1954]). *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani.* Edusp: São Paulo. 3ª Edição.

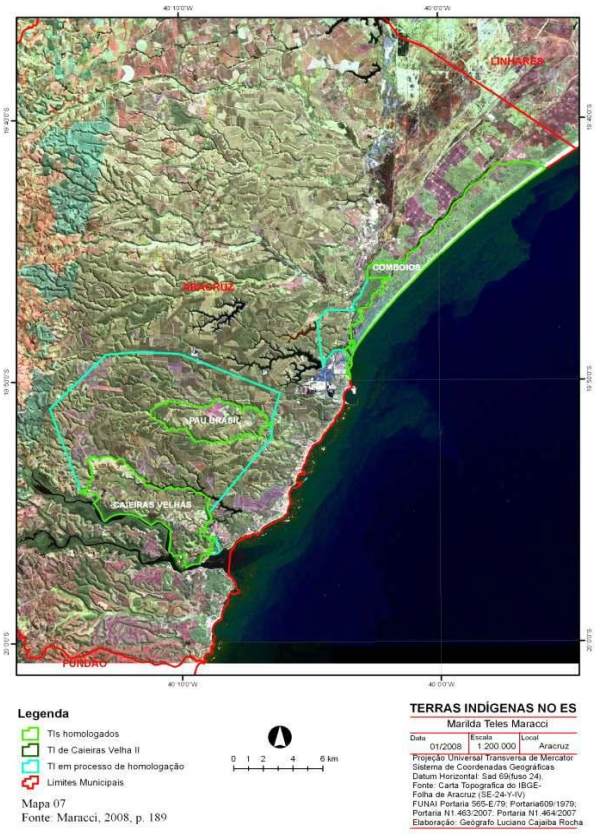
5.2. CRONOLOGIA

Data	EVENTO
1860	Dom Pedro II, em visita à Província de Espírito Santo, ratifica "doação" de uma Sesmaria de Terra, datada de 1610, aos Tupiniquim. A extensão desta terra fica delimitada em 40.000 hectares. (fonte Ciccarone, 2001).

Décadas de 1910/1920	Passagem do grupo Guarani-Mbya, retratada por Schaden, que se instala posteriormente em São Paulo em 1924
Década de 1920	Passagem do grupo Guarani-Mbya, retratada por Schaden, que se instala posteriormente em São Paulo em 1934
Décadas de 1930/1940	Remoção de parte do último grupo pelo Serviço de Proteção dos Índios para instalação em aldeamento no município de Pancas/ES.
1966	Chegada do grupo liderado por Tataxi Yva Rete na aldeia Tupinikim de Caieiras Velha
1967	Início do processo de aquisição de terras por parte da Aracruz Florestal, empresa embrionária da Aracruz Celulose, fundada em 1972.
1973	Remoção dos Guarani para a Fazenda Guarani, em Minas Gerais.
1978	Inauguração da primeira fábrica da Aracruz Celulose.
1978	Retorno dos Guarani para Caieiras Velha.
1979	Formação do GT pela FUNAI para definir a criação de reservas indígenas em Aracruz. Apesar de o GT ter definido 6500 hectares divididos em três reservas (Caieiras Velha, Pau Brasil e Comboios), após pressão da Aracruz Celulose, a FUNAI volta atrás em sua decisão.
1981	Após pressão dos indígenas, que decidiram auto-demarcar seu território, a FUNAI decide demarcar 4492 hectares de Reservas Indígenas em Aracruz.
Década de 1980	Algumas intervenções próximas à aldeia de Boa Esperança (única dos Guarani até então) são dramáticas para a vida dos Guarani: a construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no local onde atualmente se encontra a aldeia de Piraquê-açu; a construção da Rodovia ES-060, que cortou o território guarani, obrigando-os a recuarem sua ocupação; a construção do Gasoduto Lagoa Parda-Vitória pela Petrobrás, dentro do território Guarani, margeando a ES-060.
1991	Inauguração da segunda fábrica da Aracruz Celulose.
1993	Os Guarani e Tupinikim reivindicam ampliação do território.
1994	Formação de GT pela FUNAI para reestudo da área.
1994	Morte de Tataxi Yva Rete na aldeia guarani de Boa Esperança, ou Tekoa Porã.
1995	Fundação da aldeia Guarani de Três Palmeiras, ou Mboapy Pindó.
1997	GT define mais 13579 hectares totalizando 18.071 hectares como terras tradicionalmente ocupadas pelos povos Tupinikim e Guarani.
1998	Ministro da Justiça Íris Resende decide ampliar em somente mais 2571 hectares o território indígena, totalizando 7061 hectares. Contrariados, indígenas decidem auto-demarcar suas terras, mas ação da Polícia Federal fecha acesso às aldeias e leva lideranças à Brasília, onde estas são coagidas a assinar acordo com a Aracruz Celulose.
2002	Fundação da aldeia Piraquê-açu, terceira aldeia Guarani de Aracruz.
2005	Assembléia com 350 indígenas (Guarani e Tupinikim) decide, por unanimidade, reiniciar a luta pela retomada das terras invadidas pela Aracruz Celulose. Em maio eles iniciaram pela terceira vez a auto-demarcação de seu território. Reocupam, conjuntamente, a simbólica aldeia Olho D'Água, antiga aldeia Tupinikim destruída pela Aracruz Celulose S/A, atualmente ocupada pelos Guarani.
2006	Ação da Polícia Federal com uso da estrutura (máquinas) da Aracruz Celulose destrói a recém reerguida aldeia de Olho D'água, ferindo vários indígenas e prendendo outros.
2007	Ministro da Justiça Tarso Genro publica as portarias que definem em 18027 hectares o total de território indígena em Aracruz. A TI Tupinikim, ocupada também pelos Guarani, totaliza 14227 hectares; o restante é a TI Tupinikim de Comboios. Novo TAC (Termo de ajuste de Conduta) é assinado entre os índios, a empresa Aracruz, o Ministério Público e a Funai. É importante observar que, embora a Terra Indígena seja

	dividida pelos Tupinikim e Guarani, não há uma área delimitada para os Guarani.
2008	Demarcação física das Terras Indígenas feita pela FUNAI.
2009	Realização de Estudo Etnoambiental (de abril a novembro), conforme exigência das comunidades Tupinikim e Guarani no último TAC, objetivando o zoneamento ambiental participativo nos 18.027 hectares, elaboração de programas e projetos de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental. Neste processo os Guarani e os Tupinikim revelam conflitos de uso do territorio.

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



Mapa das Terras Indígenas no estado do Espírito Santo de Projeção Universal Transversa de Mercator.Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Horizontal: Sad 69(fuso 24).

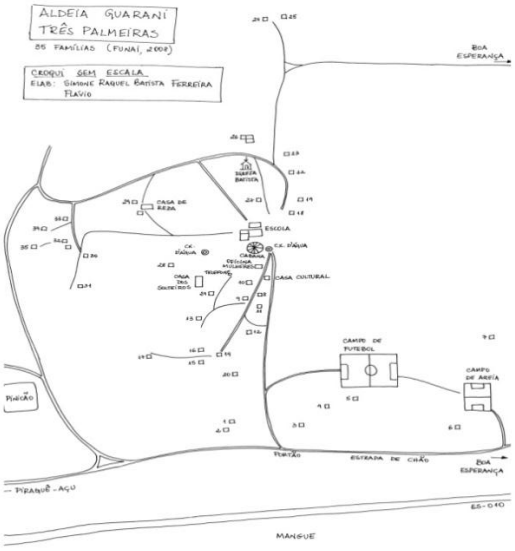
Fonte: Carta Topografica do IBGEFolha de Aracruz (SE-24-Y-IV).Elaboração: Geógrafo Luciano Cajaiba Rocha

1:200.000.

0 1 2 4 6 km

Data: 2008

Org. Marilda Telles Maracci.



Aldeia Mboapy Pindó (Três Palmeiras). Elaboração: Flávio (Liderança Guarani) e Simone Raquel Batista Ferreira.

Imagem Orbital da região sul da TI Tupiniquim onde se localizam as aldeias Guarani (ES). Fonte Google Earth 2007 Elaboração: *OLIVEIRA JUNIOR,* Adilson Pereira de. Territorialidades ambivalentes: a luta dos Tupiniquim e dos Guarani frente à monocultura de eucalipto no ES. (Dissertação de Mestrado em Geografia) UFF, Niterói: [s.n.], 2008. 181 f.

7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES CAPÍTULO IV DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Seção I
Do Ministério Público
Art. 120. Os membros do Ministério Público sujeitam-se, dentre outras, às seguintes vedações:
§ l° São funções institucionais do Ministério Público:
VII - defender judicialmente direitos e interesses das populações indígenas.
TÍTULO VII
DA ORDEM SOCIAL
CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO; DA CULTURA; DO DESPORTO E
LAZER;
DO MEIO AMBIENTE; E DA CIÊNCIA E DA
TECNOLOGIA
Seção I
Da Educação
Art. 172. O ensino fundamental, público e gratuito, é obrigação do Estado e direito de toda criança, prioritariamente, a partir de sete anos de idade.
§ 2° O ensino fundamental será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
Seção II
Da Cultura
Art. 181. O Poder Público garantirá a todos o pleno exercício dos direitos à cultura através:
III - da proteção das expressões culturais populares, indígenas, afro-brasileiras e das outras etnias ou grupos participantes do processo cultural;
CAPÍTULO V
DO ÍNDIO
Art. 205. O Estado respeitará e fará respeitar os direitos, os bens materiais, as crenças, tradições e garantias conferidas aos índios na Constituição Federal.
§ 1° A Defensoria Pública designará um de seus membrospara, em caráter permanente, dar assistência judiciária aos índios do Estado, às suas comunidades e organizações.
§ 2° O Estado dará assistência técnica e incentivos que proporcionem aos índios de seu território meios de sobrevivência e preservação física e cultural, desde que solicitados por suas comunidades e organizações.

Institui o Novo Código Florestal
Art.3 - Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:
g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
h) a assegurar condições de bem-estar público.
§ 2 - As florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente (letra "g") pelo só efeito desta Lei.

LEI N° 5.361, de 30 de dezembro de **1996**
Dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.
CAPÍTULO II
Classificação
SEÇÃO III
Áreas de Interesse Especial
Art. 12 - Compõem as áreas de interesse especial:
III - as Reservas Indígenas e os Monumentos de Patrimônio Natural e Cultural do Estado; e
IV - os entornos das Unidades de Conservação, Reservas Indígenas e Monumentos do Patrimônio Natural e Cultural do Estado.
CAPÍTULO III
Usos das Florestas.
SEÇÃO III
Áreas de Interesse Especial
SUB-SEÇÃO III
Reservas Indígenas e Monumentos do Patrimônio Natural e Cultural do Estado.
Art. 31 - As Reservas Indígenas e os Monumentos do Patrimônio Natural e Cultural do Estado têm os usos definidos pelas legislações Federal e Estadual.
SUB-SEÇÃO IV
Entornos das Unidades de Conservação, Reservas Indígenas e Monumentos do Patrimônio Natural e Cultural do

Estado.
Art. 32 - Os Monumentos do Patrimônio Nacional e Cultural do Estado, as Unidades de Conservação e as Reservas Indígenas serão circundados por faixa, visando a proteção paisagística e estética e a manutenção dos fluxos ecológicos.
Parágrafo Único - A faixa de proteção, de bordadura variável, será estabelecida, caso a caso, pelo órgão Estadual competente, devendo contemplar, no mínimo 20% (vinte por cento) do total da área protegida.
Art. 33 - A utilização das florestas existentes nos entornos das Unidades de Conservação, Reservas Indígenas e Monumentos do Patrimônio Natural e Cultural do estado serão definidas pelo Poder Público e submetidas às restrições de uso, de acordo com a classificação e uso das florestas, previstos nesta lei.
CAPÍTULO V
Instrumentos da Política Florestal
SEÇÃO II
Zoneamento e Monitoramento
SUB-SEÇÃO I
Zoneamento
Art. 55 - O zoneamento consiste na divisão do território em parcelas, nas quais são permitidas ou restringidas determinadas atividades, de modo absoluto ou relativo, bem como previstas ações para preservação, conservação, recuperação, ampliação e utilização apropriada da floresta, consideradas as características ou atributos das áreas.
Parágrafo Único - O zoneamento deverá contemplar, obrigatoriamente:
I - zonas de unidades de conservação, de reservas indígenas e dos monumentos do patrimônio natural e cultural do Estado;
II - zonas de entorno de unidades de conservação, de reservas indígenas e dos monumentos do patrimônio natural e cultural do Estado;

LEI N° 5.818, de 29 de dezembro de **1998**
Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos, do Estado do Espírito Santo - SIGERH/ES, e dá outras providências.
TÍTULO II
DO SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SIGERH/ES
CAPÍTULO III
DOS INTEGRANTES DO SIGERH/ES
SEÇÃO III
DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA (CBH)
Art. 43 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica, assegurada a participação paritária do poder público, da sociedade civil organizada e dos usuários de recursos hídricos, serão compostos por:
III. representantes de entidades da sociedade civil organizada, sediadas na bacia hidrográfica, como segue:
d) consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas.
§ 5º - Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias que abranjam terras indígenas, serão incluídos representantes:
I. indicados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
II. das comunidades indígenas ali residentes, ou com interesses na bacia.

LEI Nº 9.985, de 18 de julho de 2000
Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 57. Os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de cento e oitenta dias a partir da vigência desta Lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação.
LEI Nº 9.265, de 16 de julho de 2009
Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências.
CAPÍTULO V
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR
Art. 14. A Educação Ambiental na educação escolar será desenvolvida no âmbito dos currículos e atividades extracurriculares das instituições de ensino públicas e privadas, englobando níveis e modalidades de ensino, a saber:
I-níveis de ensino:
f) educação indígena.
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE ARACRUZ-ES
LEI ORGÂNICA, 02 DE ABRIL DE 1990
TÍTULO IV

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL
Capítulo II
DA ORDEM SOCIAL
Seção V
Do Índio
Art. 168 - O Município respeitará e fará respeitar os direitos, os bens materiais, as crenças, tradições e garantias conferidas ao índio na Constituição Federal.
§ lº- O Município dará assistência técnica e incentivos que proporcionem ao índio de seu território meios de sobrevivência e preservação física e cultural, desde que solicitados por suas comunidades e organizações.
§ 2° - O Município celebrará convênio como órgão federal competente, visando promover, assistir, desenvolver e integrar o índio na comunidade municipal.

LEI N.º 2.277/2000, DE 31 DE MAIO DE 2000
Dispõe sobre a criação e denominação de escola.
Art. 1º. Fica criada uma Escola Unidocente, na Aldeia Três Palmeiras, situada no Distrito de Santa Cruz, neste Município de Aracruz/ES, para atendimento a clientela das séries iniciais do Ensino Fundamental.
PARÁGRAFO ÚNICO - A Escola criada neste artigo, denomina-se "ESCOLA INDÍGENA TRÊS PALMEIRAS".

LEI Nº 2.336/2000, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000.
Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Aracruz, institui o Plano Diretor Urbano e dá outras providências.
TÍTULO IV
DA PROTEÇÃO AMBIENTAL, PAISAGÍSTICA E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E SÓCIO CULTURAL.
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
SEÇÃO IV
DA DECLARAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
Art. 101 - Ficam desde logo, identificadas ou declaradas de Preservação Permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas nas áreas definidas:
VI - Reservas Indígenas;

LEI Nº. 2.379/2001, DE 06 DE JULHO DE 2001.
Dispõe sobre o acréscimo de vagas do edital de concurso público do quadro do magistério, e dá outras providências
Art. 1º. Ficam acrescidas o número de vagas oferecidas no Anexo 2, do Edital de Concurso Público do Quadro de Pessoal do Magistério nº. 001/1999, da seguinte forma:

Cargo	Requisito	Nº. de Vagas	Aldeia	Escola
PA	Formação Indígena: Guarani	01	Três Palmeiras	Escola Indígena "Três Palmeiras"
PA	Formação Indígena: Tupinikim	01	Caeira Velha	CEI "Caeira Velha"
PA	Formação Indígena: Tupinikim	03	Caeira Velha	Escola Indígena "Caeira Velha"

LEI Nº 2.633/2003, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2003
Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do sistema único de saúde (SUS), na organização e atribuições do conselho municipal de saúde e dá outras providências.
Art. 3º - O Conselho Municipal de Saúde será composto por 16 membros efetivo e igual número de suplentes, cujas indicações serão de responsabilidade dos respectivos segmentos neles representados, por :
IV. Usuários, representados por oito membros efetivos e oito membros suplentes indicados pelas respectivas entidades e escolhidos em plenária convocada para esse fim, contemplando representantes de:
d) Representante da Nação Indígena sendo um membro efetivo e um suplente.

LEI N.º 2.777/2005, DE 10 DE MARÇO DE 2005.
Transforma escola pluridocente indígena em escola de ensino fundamental e dá outras providências.
Art. 1º. Fica transformada a Escola Pluridocente Municipal Indígena "Dorvelina Coutinho" em Escola Municipal de Ensino Fundamental.
PARÁGRAFO ÚNICO – A escola de que trata o disposto deste artigo passa a denominar-se Escola Municipal de

Ensino Fundamental Indígena “Dorvelina Coutinho”.

LEI Nº. 2806/2005, DE 15 DE JULHO DE 2005.
Acrescenta inciso VI ao artigo 2º da Lei nº. 2.329 de 21/12/2000 e dá outras providências.
Art. 1° - Fica acrescentado o inciso VI ao artigo 2°, da Lei n° 2.329, de 21/12/2000, com a seguinte redação:
“Art. 2°. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Aracruz, será constituído de:
VI – um representante das comunidades indígenas.”

LEI Nº. 2835/2005, DE 07 DE OUTUBRO DE 2005
Altera a redação do artigo 2º, da lei nº 2.699, de 23/04/2004, acrescenta o inciso IV, e dá outras providencias.
Art. 1º . O Artigo 2º, da Lei nº. 2.699, de 23/04/2004, passa a viger com a seguinte redação:
“Art. 2º . O Conselho será constituído por 06 (seis) Membros Titulares e 06 (seis) Membros Suplentes, sendo:
VI – 01 (um) representante das Comunidades Indígenas”.
Suplentes:
VI – 01 (um) representante das Comunidades Indígenas”.

LEI Nº. 2839/2005, DE 20 DE OUTUBRO DE 2005
Altera o quantitativo de cargo de professor “a”, “b” e “p” da lei nº. 2091, de 06/01/1998, que dispõe sobre o plano de carreira e vencimentos dos professores do magistério público de Aracruz-ES e dá outras providências.
Art. 2º - Dentre os 1000 cargos de Professor “A” serão destinadas:
Para Professor Índio;
Guarani – 15 cargos
Tupinikim – 65 cargos

Art. 3º - Dentre os 600 cargos de Professor ”B”, 05 (cinco) serão destinadas para Professores Indígenas.
Art. 4º - Dentre os 120 cargos de Professor “P”, 05 (cinco) serão destinados para Professores Indígenas.

LEI Nº 2866/2005, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005.
Autoriza o poder executivo a proceder a cessão de uso do imóvel que menciona e dá outras providências.
TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES, NA FORMA ABAIXO:
CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE
2.3 - Das atividades para comunidade e Prefeitura
2.3.1 – Educação:
2.3.1.6 – Desenvolvimento de cursos à distância, atendendo as especificidades indígenas.
2.3.4 – Agricultura
2.3.4.1 – Introdução da maricultura estuarina na região dos rio Pirauqê-açú e Piraquê-mirim como fonte alternativa de renda para a comunidade pesqueira e indígena.

LEI Nº. 2895/2006, DE 30 DE MARÇO DE 2006.
Dispõe sobre os princípios gerais da administração, definindo a nova estrutura organizacional da prefeitura municipal de Aracruz, e dá outras providências.

ÓRGÃOS DE ATIVIDADES FINS
CAPÍTULO XIV
Da Secretaria Municipal de Educação
SEÇÃO II
Gerência Técnico-Pedagógica
Art. 118. A Gerência Técnico-Pedagógica compõe-se dos seguintes órgãos:
Seção de Educação Indígena;
SUBSEÇÃO V
Seção de Educação Indígena
Art. 123. Compete à Seção de Educação Indígena o desenvolvimento das seguintes atribuições:
I - participar da formulação da Política de Educação Indígena, norteada pelos parâmetros dos planos estadual e municipal;
II - propor ao setor competente medidas e providências no sentido de dotar as Unidades Educacionais de recursos humanos, físicos, equipamentos e materiais facilitadores da implementação da proposta pedagógica da Educação Indígena;
III - orientar o processo de planejamento, execução e avaliação das atividades educativas, através da sistematização da ação supervisora;

IV - compreender as especificidades de cada povo indígena para um acompanhamento pedagógico mais qualificado;
V - participar da elaboração e execução de projetos específicos de capacitação dos recursos humanos envolvidos na Educação Indígena;
VI - garantir material didático-pedagógico de acordo com a especificidade de cada povo;
VII - promover a recuperação da língua tupi antigo pelos tupinikins;
VIII - promover e incentivar a habilitação em nível superior para os educadores índios Tupinikim e Guarani;
IX - garantir o atendimento bilíngüe nas escolas guarani;
X - garantir o atendimento escolar aos alunos das aldeias indígenas;
XI - promover o intercâmbio de experiências com outras culturas;
XII - promover e implementar projetos de inclusão digital e social nas aldeias indígenas;
XIII - cumprir outras atividades, compatíveis com a natureza de suas funções, que lhe forem atribuídas.
CAPÍTULO XVI
Da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer

SEÇÃO I
Da Gerência da Cultura
SUBSEÇÃO I
Seção de Apoio e Incentivo à Animação Multicultural
Art. 157. A Seção de Apoio e Incentivo à Animação Multicultural tem por finalidade as seguintes atribuições:
III. preservar, resgatar, revitalizar, defender e desenvolver a cultura indígena das aldeias Tupinikin e Guarani;
SUBSEÇÃO IV
Da Casa da Memória
Art. 160. Compete à Casa da Memória as seguintes atribuições:
XII. levantar o patrimônio museológico de indígenas e afrodescendentes;

LEI N.º 3.143, DE 30 DE SETEMBRO DE 2008.
Dispõe sobre o desenvolvimento municipal de Aracruz e institui o plano diretor municipal e dá outras providências.
Título I
DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL
Capítulo V
DO ZONEAMENTO AMBIENTAL OU ECOLÓGICOECONÔMICO
Art. 23. As zonas ambientais do Município, como preconizadas na legislação ambiental, são:
V - Zona de Reserva Indígena ZRI: áreas do Município submetidas a normas próprias de controle e monitoramento ambiental, em função de suas características peculiares, face à ocupação por populações indígenas;

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Nessa fase preliminar, consideramos extremamente pertinente o apontamento de problemas e possibilidades que tem maior relevância para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na "ficha de sítio". Aqui, optamos por apontar de maneira geral alguns dos impasses que se apresentam para as aldeias localizadas no Estado do Espírito Santo.

PROBLEMAS

- ⇨ Conflito territorial entre os Guarani e os Tupiniquim. A demarcação da Terra Indígena não levou em conta problemas relativos à divisão das áreas pelos dois grupos, o que tem gerado conflitos referentes à indefinição dos direitos de uso e ocupação da área
- ⇨ A construção do Gasoduto Lagoa Parda-Vitória gerou impactos por sua implantação, como a secagem de uma lagoa, em frente às aldeias guarani, utilizada para banhos e pescarias, e a eliminação de áreas para a agricultura. Segundo os Guarani, o Gasoduto tornou-se, assim, uma cicatriz na terra que, alterada, deixou de ser produtiva dentro dos padrões culturais deste povo indígena. O convívio com o Gasoduto tornou-o, na concepção de mundo Guarani, em que a palavra e o nome explicam dão vida às coisas, um organismo vivo e maléfico – denominado *tatarapé*, o "caminho do fogo".
- ⇨ Estação de Tratamento de Esgoto. Dentro da área da aldeia guarani Piraquê-Açu está instalada a Estação de

Tratamento de Esgoto (ETE), (tanques de decantação, chamados pelos Guarani de "pinicão", *tepoty'iru* em Guarani") sob a responsabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz (SAAE). O esgoto depositado provém do Bairro Coqueiral, município de Aracruz, construído pela empresa Aracruz Celulose S/A para seus funcionários. A ETE está a 50 metros das casas Guarani da aldeia Piraquê-açu. (MARACCI, Marilda T., 2008, pág. 62). Atravessando a área da aldeia de Piraquê-açu, o esgoto é bombeado sob pressão em direção às ETE, constituindo ameaça aos indígenas. Além de contaminar o solo, o referido esgoto causa mau cheiro e a proliferação de mosquitos.

- ⇨ Água – o rio Piraquê-Açu, apresenta evidências de contaminação pela grande incidência de áreas urbanas no entorno. Outro impacto dá-se pela presença de efluente industrial do complexo industrial celulósico FIBRIA (antiga Aracruz Celulose) lançado ao mar nas proximidades do Piraquê-Açu, cujo movimento de salinização à jusante transporta para o rio sedimentos e produtos químicos. Esta é uma informação obtida junto aos Guarani, pois o monitoramento laboratorial da qualidade da água é feita pela própria empresa em questão.
- ⇨ Proximidade da Rodovia ES-010, que facilita a entrada desautorizada de pessoas nas aldeias, por vezes para a realização de atividades lesivas às comunidades.
- ⇨ Aumento no consumo alimentar de produtos industrializados, fato que, segundo os Guarani, traz doenças principalmente para as crianças.
- ⇨ Alimentação Escolar – considerada inadequada pelos Guarani, segundo seus padrões alimentares.

8.2. RECOMENDAÇÕES

Nessa fase preliminar, consideramos extremamente pertinente o apontamento de recomendações para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na "ficha de sítio". Aqui, optamos por apontar de maneira geral algumas recomendações para condução de políticas públicas voltadas para as aldeias localizadas no Estado do Espírito Santo.

POSSIBILIDADES

- ⇨ Realização de um trabalho conjunto dos Tupiniquim e Guarani com a Funai para a definição de um plano de uso e ocupação compartilhada da Terra Indígena, com reconhecimento de áreas demarcadas específicas para os Guarani.
- ⇨ No processo de zoneamento etnoambiental "Estudo Etnoambiental a finalizar em dezembro de 2009 - TAC 2008", os Guarani apontaram, dentro da sua atual área de uso, proposições de recuperação efetiva da mata, promovendo corredores ecológicos entre os fragmentos, assim como áreas de recuperação de solo e água.
- ⇨ Desativação e Retirada da Estação de Tratamento de Esgoto – SAAE de dentro da TI.

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

Obs.: Ver *Anexo 1: Bibliografia*

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

Pesquisador(es)	Adilson Pereira de Oliveira Junior e Marilda Teles Maracci	
Supervisor	Adriana Queiroz Testa, Daniel Calazans Pierri, Igor Scaramuzzi e Maria Inês Ladeira	
Redator	Adilson Pereira de Oliveira Junior e Marilda Teles Maracci	**Data** 20/02/2011
Responsável pelo inventário	Centro de Trabalho Indigenista	

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Yvyrupa
LOCALIDADE	Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado do Paraná
MUNICÍPIO / UF	Abatiá; Abelardo Luz; Açungui; Ampere; Cascavel; Céu Azul; Chopinzinho; Corbélia; Cornélio Procópio; Coronel Vivida; Cruz Machado; Diamante d'Oeste; Dois Vizinhos; Espigão Alto do Iguaçu; Foz do Iguaçu; Guaíra; Guaraqueçaba; Icaraima; Inácio Martins; Itaipulândia; Jesuítas; Mangueirinha; Manoel Ribas; Marechal Cândido Rondon; Mercedes; Nova Laranjeiras do Sul;Palmas; Paranaguá; Piraquara;Pitanga; Pontal do Paraná;Quedas do Iguaçu; Ramilândia; Ribeirão do Pinhal; Salto do Lontra; Santa Amélia; Santa Helena; Santa Teresinha de Itaipu; São Jerônimo da Serra; São Miguel do Iguaçu; Terra Roxa; Toledo; Tomazina; Tupãssi; Ubiratã; União da Vitória; Virmond

2. FOTOS

Obs.: Para lista completa das fotos inventariadas, consultar o *Anexo 2: Registros audiovisuais*.

Preparação de Roça de Milho na Aldeia Pinhal/ TI Rio das Cobras. 2010. Acervo CTI. Foto: Fábio Kuaray Veríssimo

Aldeia Pinhal. 2008. Encontro para Interncâmbio de Mudas e Sementes com a Aldeia de Parati-Mirim/RJ. Acervo CTI. Foto: Luiz Lira.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

Obs.: Para lista completa dos bens inventariados, consultar o *Anexo 3: Bens culturais inventariados*.

SÍNTESE

Nesta primeira etapa de levantamento preliminar do INRC, não foram realizadas atividades de pesquisa de campo, indispensáveis para o levantamento de referências culturais. Estas informações serão coletadas durante a aplicação do INRC. Apesar de não ter sido ainda realizado o detalhamento das práticas tradicionais, muitas aldeias do oeste do Paraná são referências para os Guarani de outras regiões no diz respeito à agricultura, pois constituem-se em centros de dispersão de grande variedade de cultivos tradicionais, produzidos de acordo com o sistema agrícola Guarani.

Para uma descrição mais detalhada da fase atual do Inventário de Referências Culturais ver Ficha de Sítio.

4. DESCRIÇÃO

Obs.: Para lista completa dos documentos escritos inventariados, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

A população guarani no Estado do Paraná está distribuída em Terras Indígenas (TIs) localizadas tanto na zona litorânea do Estado quanto nas regiões norte, sul e oeste. Na região oeste do Paraná, observa-se uma continuidade sociológica e cultural com outros grupos guarani que vivem no Estado do Mato Grosso do Sul, na margem direita do rio Paraná. Na tabela que segue, é possível observar as diversas áreas ocupadas pelos Guarani, assim como a situação fundiária das áreas.Informações relativas às taxas populacionais são meramente estimativas.

Terra Indígena	Outras Dominações para a TI	Presença Guarani atual	Município(s)	UF(s)	Litoral	Grupo(s) Étnicos	Sub-Grupo Guarani	Situação Fundiária	Área (há)
TI Palmas		SIM	Abelardo Luz/Palmas-PR	SC; PR	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada	3800.8794
TI Rio Areia		SIM	Inácio Martins	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Homologada (e Regularizada)	1352.3784
TI Barão de Antonina		SIM	São Jerônimo da Serra	PR	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	3750.722
TI Ava-Guarani do Ocoí	Ocoí	SIM	São Miguel do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva /Mbya	Regularizada (Dominial Indígena)	231.887
TI Ivaí		SIM	Pitanga/Manoel Ribas	PR	NÃO	Guarani, Xetá e Kaingang	Mbya	Homologada (e Regularizada)	7306.3478
TI Rio das Cobras		SIM	Espigão Alto do Iguaçu/Nova Laranjeiras do Sul	PR	NÃO	Guarani e Kaingang	Mbya	Homologada (e Regularizada)	18681
TI Mangueirinha	Palmeirinha	SIM	Mangueirinha / Chopinzinho / Coronel Vivida	PR	NÃO	Guarani e Kaingang	Mbya	Homologada (e Regularizada)	16375
TI Laranjinha	Santa Amélia	SIM	Santa Amélia/ Abatiá	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	284.2412
TI Pinhalzinho		SIM	Tomazina	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Adquirida	593
TI São Jerônimo da Serra		SIM	São Jerônimo da Serra	PR	NÃO	Guarani, Xetá e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	1339.3364
TI Tekoha Añetete	Diamante	SIM	Diamante d' Oeste/ Ramilândia	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Homologada	1774.7063
TI Yvyporã Laranjinha		NÃO	Ribeirão do Pinhal/ Abatia/Cornélio Procópio	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Declarada	1238
TI Palmital	Kaaguy Guaxu, Palmital do Meio	SIM	União da Vitória/ Cruz Machado	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Tekoha Itamarã		SIM	Diamante d'Oeste	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Adquirida	242
TI Ilha da Cotinga	Ilha da Cotinga	SIM	Paranaguá (Ilha da Cotinga e Rasa da Cotinga)	PR	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	1701.202
TI Tekoha Marangatu		SIM	Guaíra	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Araguaju / Terra Roxa	Araguaju, Ciudad Real de Guairá, Barra do Piquiri	SIM	Terra Roxa	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Tatu Jupi		NÃO	Céu Azul	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Colônia Guarani		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	

TI Mokoi Tajy	Dois Ipês, Dos Lapachos	NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Ipiranga		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Mborevy	Anta	NÃO	Santa Teresinha de Itaipu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Oco'y Jakutinga		NÃO	Itaipulândia	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Arroio Leon		NÃO	Santa Teresinha de Itaipu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Vitorace		NÃO	Santa Teresinha de Itaipu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Mboicy		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI São João Velho		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Guarani		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Sanga Funda		NÃO	São Miguel do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Passo Kué		NÃO	São Miguel do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Lope'i		NÃO	Cascavel	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Barro Preto	Yvy u	NÃO	Cascavel	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Mbopikua	M'boi Picua	NÃO	Corbélia	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Pakova		NÃO	Cáscavel	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Britador		NÃO	Toledo	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Campina		NÃO	Toledo	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Paraje		NÃO	Toledo	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Quatro Pontes		NÃO	Marechal Cândido Rondon	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Rio Branco (Paraná)		NÃO	Mercedes	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Camba'i		NÃO	Mercedes	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Memória		NÃO	Tupãssi	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Jabuticaba		NÃO	Jesuítas	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Yvyra Petei	Iguaçuzinho	NÃO	Ubiratã	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Santa Rosa		NÃO	Santa Helena	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Três Irmãs		NÃO	Santa Helena	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Yva Karetã	Mato Queimado 2	NÃO	Espigão Alto do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Rio Tapera		NÃO	Virmond	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Morro das Pacas		NÃO	Guaraqueçaba	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Superagui	Piragui	NÃO	Guaraqueçaba (Ilha do Superagui)	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Jaracatia		NÃO	Ampere/ Dois Vizinhos	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Eiretã (Ilha do Mel)	Ilha do Mel	NÃO	Paranaguá	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ilha Jacaré		NÃO	Icaraima	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Cerco Grande		SIM	Guaraqueçaba	PR	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Pescada		NÃO	Guaraqueçaba(Il ha das Peças)	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Peças		NÃO	Guaraqueçaba (Ilha das Peças)	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Barra Ararapira		NÃO	Guaraqueçaba	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Sambaqui		SIM	Pontal do Paraná	PR	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Santiago	Cachoeirinha, Salto Santiago	NÃO	Quedas do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Açungui		NÃO	Açungui	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Tekoa Yy Hovy		SIM	Guaíra	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Karugua	Pirakuara, Araça'i	SIM	Piraquara	PR	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Tekoha Porã		SIM	Guaíra	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Salto Lontra		NÃO	Salto do Lontra	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Guavirá		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Takua Pindaí		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Tekoha Vy'a Renda		SIM	Santa Helena	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	

Levantamento das TIs Guarani -Mapa Yvyrupa -O Território Guarani -Data da atualização: 18/10/1010 -Centro de Trabalho Indigenista

Fontes: Representantes Guarani e Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) – Centro de Trabalho Indigenista – Rodrigo Venzon – Maria Dorothea Post Darella – Maria Lúcia Brant de Carvalho – Paulo Porto – Celeste Ciccarone

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

O Paraná apresenta uma estreita planície no litoral. A serra do Mar representa a borda dos Planaltos e as Serras de Leste-Sudeste. Após a Depressão Periférica, no centro-leste do estado, surgem os Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná. Originalmente, cerca de metade do território paranaense era recoberto pela Mata de Araucárias. Segundo o Conama (1992), a presença da Mata Atlântica no estado do Paraná corresponde a 96,65% do território. Nas partes mais elevadas dos planaltos, manchas de campos são comuns.

Os biomas predominantes são de Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Floresta de Araucária. É um ecossistema com chuva durante o ano todo, normalmente em altitudes elevadas, e que contém espécies angiospermas mas também coníferas.

Os rios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná drenam a quase totalidade do estado. Os principais cursos d'água são, além do próprio Rio Paraná, o Paranapanema, o Iguaçu e o Ivaí. O clima paranaense é predominantemente subtropical úmido. A temperatura varia entre 14°C e 22°C, e o clima é mais frio na porção sul planáltica. Os índices pluviométricos oscilam de 1.500 mm a 2.500 mm anuais.

Para uma discussão mais abrangente da territorialidade guarani e meio ambiente, consulte a ficha de sítio.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

As aldeias que fazem parte deste levantamento apresentam construções feitas pelos Guarani, como suas habitações e casas de reza (*Opy*), assim como um conjunto de construções feitas pelo Poder Público ou outros agentes, como posto de saúde, escola, cozinhas comunitárias, etc. Não é possível realizar uma relação definitiva destas construções nas Terras Indígenas localizadas no Paraná pois, além da casa de rituais (Opy) e das casas para moradia construída pelos próprios Guarani as demais edificações e instalações, à exceção das escolas, vão sendo construídas segundo fluxos não sistemáticos relacionados à ações do Estado. Para maiores informações sobre este item, consulte a ficha de sítio.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

Obs.: Para lista completa das fontes inventariadas, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

5.1. RESUMO

A ocupação guarani no que hoje conhecemos como sendo o Estado do Paraná é muito antiga e data de períodos pré-coloniais.

A documentação existente no período colonial (século XVI a XVIII), já fartamente citada e analisada, é de muita importância e determina com certo detalhamento a extensão do território guarani na época da chegada dos primeiros europeus, tanto ao sul da América, quanto mais especificamente na região conhecida hoje como Paraná. Esse vasto território compreendia não somente as fronteiras meridionais da colônia, descritas tanto por Cabeza de Vaca, Schmidel e Salazar, como também grandes extensões da faixa litorânea (de norte a sul) do Brasil (ver Hans Staden, Jean de Léry, etc.).

Vale lembrar a importância dos empreendimentos jesuíticos durante o período colonial. A *escrita* sempre manteve uma posição central no dispositivo missional jesuítico, fazendo com que muitas memórias, cartas e diários fossem escritos; esse *corpus textual* permitiu que se definisse com relativa precisão a organização e a distribuição das reduções católicas e contribuiu com informações sobre a estrutura social, política e territorial dos diferentes agrupamentos guarani distribuídos nas diferentes regiões colonizadas pelos jesuítas (Tape, Guairá, Itatins, etc.).

Boa parte da região que hoje conhecemos como Paraná fazia parte da coroa espanhola e, sobretudo, seus lindes mais orientais. Nesse território, as antigas missões do Guairá, que tiveram uma vida relativamente curta (1609-1630) e que foram detalhadamente descritas pelo padre jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, estavam localizadas nas fronteiras do império espanhol e português. Toda essa região seria anexada pela coroa portuguesa após a expulsão da ordem inaciana durante a segunda metade do século XVIII e depois de firmado o tratado de Madrid sobre a delimitação das fronteiras entre as duas coroas. Félix de Azara (1742-1821), enviado pela coroa espanhola para participar das campanhas de demarcação de fronteira, descreve detalhadamente a extensão da área ocupada pelos Guarani. No seu relato sobre a "*Viagem pela América Meridional*", Azara, que inspirará as elites independentistas sul-americanos, delineia um território que abrange tanto as regiões mais meridionais (próximos a atual Buenos Aires), até zonas mais orientais entre os rios Paraná e Paraguai. Sem contar os grupos chiriguanos do piemonte andino, o território guarani fazia limite com o território dos "Cavaleiros", também conhecidos como Mbaya-Guaicuru que viviam a oeste do rio Paraguai.

Consta na literatura guaranítica que após a destruição das missões jesuíticas do Guairá (causadas primeiramente pelas distintas bandeiras paulistas do início do século XVII e em seguida pela expulsão dos jesuítas do continente na segunda metade do século XVIII), os Guarani teriam se dispersado pelas matas, organizando-se novamente em aldeias livres e relativamente autônomas. Emerge, a partir desse momento, um deslizamento etnonímico, e nota-se o surgimento na literatura de grupos *Cainguá* ou *Caiuá*, que globalmente significa "habitantes da mata". Esses termos foram usados para se referir a grupos que teriam se reestruturado após a experiência reducional e que teriam se reorganizado de forma autônoma nas matas das vastas regiões ainda não conquistadas pelas jovens repúblicas (Argentina e Paraguai) e pelo jovem império brasileiro (1822), ou mesmo a grupos que não teriam vivido a experiência reducional, ocupando as regiões mais inacessíveis das matas para evitar o contato direto com esses empreendimentos.

Temos, igualmente, muitas informações sobre a ocupação guarani no sul e sudeste do Brasil durante o período imperial (1822-1888). No entanto, antes de tudo, vale lembrar que somente no ano de 1853 o Paraná é elevado à categoria de Província, estando antes sob jurisdição da Província de São Paulo e sob a administração de sua capital. No entanto, a emancipação de Curitiba acarreta uma grande reorganização da política indigenista provincial. Assim, o Paraná, no início dos 1850, implementa um modelo de reestruturação da política de gestão das populações indígenas que servirá de exemplo para as outras províncias do império. Essa nova política indigenista, por assim dizer, acompanha um processo mais amplo de colonização das "fronteiras desconhecidas do império", que por sua vez, segue uma política paralela de povoamento da nação. Sem dúvida alguma, um dos principais atores dessa política nas Províncias do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, foi João da Silva Machado, que posteriormente será conhecido como Barão de Antonina. Encarregado de administrar a construção de uma via de comunicação terrestre/fluvial que ligasse o porto de Antonina na costa paranaense ao porto de Cuiabá sobre o rio Paraguai, o Barão de Antonina empreendeu inúmeras expedições que atravessaram em cheio as regiões ocupadas pelos Guarani e Kaingang. Nesse contexto, o Barão de Antonina é um personagem interessante, que foi capaz de conjugar os interesses do Império (construir caminhos, colonizar e empurrar as fronteiras) e seus interesses particulares (apropriando extensas regiões num período marcado pela Lei de Terras de 1850, que instala a propriedade privada no Brasil). Boa parte das "*Jornadas Meridionais*" (assim foram chamadas as expedições do Barão de Antonina) está descrita pelos sertanistas Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliott. Essas expedições cruzaram todo o território paranaense pelos vales dos rios Paranapanema, Ivaí, Tibagi e Paraná, entrando diretamente no cone sul do Mato Grosso do Sul. As diversas memórias, por sua vez, foram publicadas na

Revista do Instituto Histórico e Geográfico e narram com detalhes interessantes como se realizavam tais expedições. Descrevem, sobretudo, a localização dos diferentes grupos indígenas que estavam na região (tanto guarani quanto kaingang). Vale lembrar que muitas dessas expedições não só encontravam índios pelo caminho, mas, sobretudo, eram guiadas pelos próprios índios que conheciam muito bem toda a região. A partir da documentação do século XIX, pesquisada nos arquivos do Paraná, aparece a figurado cacique Liguarujú ou Libânio, que participou ativamente do empreendimento administrado pelo Barão de Antonina. Libânio morreu no ano de 1866, com o título de Capitão, devido aos serviços prestados à coroa, no aldeamento capuchinho de São Pedro de Alcântara, administrado pelo frei Timóteo de Castelnuovo entre os anos de 1855 e 1895.

Os aldeamentos capuchinhos foram instituídos pelo Regulamento n° 426 de 1845 e tiveram uma função importante em todo o território do império. Meio século após a expulsão dos jesuítas, uma nova ordem católica é chamada para administrar a "pacificação" dos grupos indígenas dos sertões. No entanto, dessa vez, ela não age de forma autônoma, estando sob tutela do Imperador. Esses aldeamentos tiveram múltiplas funções. Por um lado, uma missão civilizatória (sedentarizar e catequizar almas infiéis); por outro, liberar terra para a colonização; e por fim, povoar os sertões com o duplo objetivo de dilatar e marcar soberania nas fronteiras. No caso da Província do Paraná todas essas funções se conjugarão em torno da iminência da Guerra do Paraguai (1864-1870). Vale constatar que os diferentes aldeamentos indígenas da Província do Paraná – e de todoo império – foram erigidos contiguamente a colônias militares e agrícolas, formando, nesse sentido, parte do dispositivo colonial do Império.Durante a Guerra do Paraguai muitos desses aldeamentos foram usados como núcleos de abastecimento ou mesmo como retaguarda das tropas de Voluntários da Pátria, que se encontravam nas linhas de frente.

Dos distintos aldeamentos indígenas criados na Província do Paraná podemos citar alguns, dentre eles: São Pedro de Alcântara; Nossa Senhora do Loreto de Pirapó; São Jerônimo; Santo Inácio do Paranapanema. Vale lembrar, que no século XIX, a documentação está atenta para uma circulação muito forte por parte dos Guarani, descrevendo sua movimentação entre os aldeamentos acima citados e os aldeamentos de São João Baptista do Rio Verde e Itariri. O primeiro localizado nos vales dos rios Verde e Itararé; o segundo, localizado na Serra do Itatins; ambos na Província de São Paulo.

O sistema de aldeamento católico veio abaixo com o avance das idéias republicanas que modificaram fortemente o modelo da política indigenista nacional. Influenciado pela filosofia positivista e por uma moral militarista, que na sua forma hegemônica e estatal veio a dar origem ao Serviço de Proteção aos Índios em 1910 (SPI), esse novo modelo separou o imperativo de catequese, instalando por sua vez, o imperativo de integração nacional, através da inserção da mão-de-obra indígena no mercado regional. Criou-se assim a categoria de "Colônias" e "Postos" Indígenas". A queda do sistema de aldeamento produziu um loteamento das terras antes ocupadas. Assim, o sistema de "Colônias" estruturou-se a partir da unidade territorial de "uma légua em quadra", acarretando uma grande diminuição das terras indígenas reconhecidas pelo governo.

A primeira metade do século XX foi marcante para a história das populações indígenas do sul e sudeste do Brasil. Esse período caracteriza um momento de fragilidade das populações indígenas da região, que conheceram um drástico aumento na mortalidade, assim como uma drástica diminuição das áreas ocupadas. É justamente na primeira metade do século XX que alguns povos, como os Xetá, por exemplo, são praticamente dizimados nos Estados do Paraná e Santa Catarina. No Paraná, como em diversas outras regiões, o aumento dos empreendimentos colonizadores inaugura o que hoje chamamos de "conflito territorial" entre índios e colonos.

A criação das "Colônias" e "Postos Indígenas" administradas pelo SPI terminou por atrair grupos que vieram a se instalar próximos à sede dos Postos, frequentemente através de campanhas incisivas e violentas para trazer e manter as famílias indígenas em torno dos postos, impedindo-as de retornarem para suas áreas, que deveriam ficar livres para a colonização e instalação de empreendimentos. Neste ínterim o contato com núcleos coloniais fez com que os conflitos aumentassem e que epidemias se propagassem. Segundo TOMMASINO (1991) em 1934 epidemias dizimaram os índios guarani da região do rio Laranjinhas.

As décadas de 1970 e 1980 são marcadas por grandes conflitos no estado, com o intuito de resgatar e reocupar terras indígenas que haviam sido invadidas. Nessa época (1975), a população indígena do estado chegava a 2 mil e 500 índios; em 1985 eles já somavam 5 mil.Atualmente a população chega a aproximadamente 9 mil índios de etnias variadas.

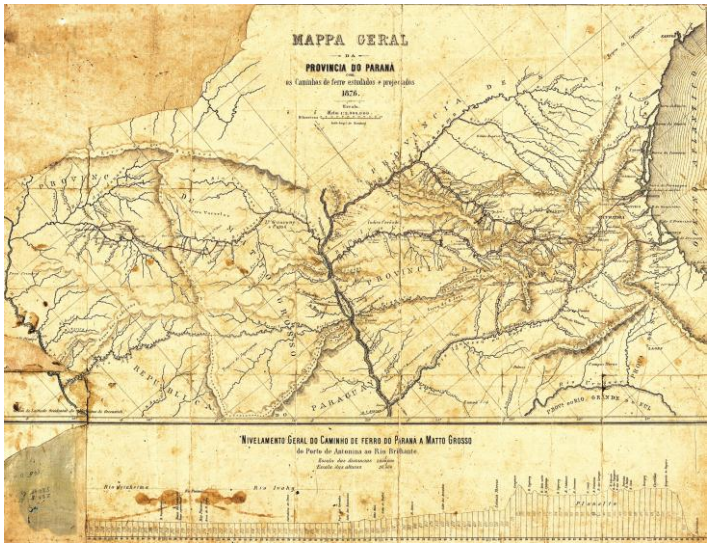
A configuração atual do território guarani no Estado do Paraná é conseqüência desse longo e conturbado período histórico, e as terras ocupadas pelas diversas aldeias ou comunidades não representam de nenhuma forma a globalidade do território de ocupação tradicional. Assim, as distintas TIs estão localizadas de forma descontínua entre o litoral (com uma população majoritariamente Mbya), o sul e o oeste (majoritariamente Nhandéva) do Estado.

Como podemos observar no quadro acima, existem aproximadamente 20 TIs com ocupação guarani. Essa ocupação não é exclusiva, e em algumas TIs, como Manguerinha e Rio das Cobras, por exemplo, os guarani dividem a terra com grupos kaingang. De qualquer forma, observamos que as distintas TIs se encontram em quatro tipos de situação fundiária; homologadas, identificadas, declaradas e registro dominial indígena.

5.2. CRONOLOGIA	
Data	**EVENTO**
1845	Regulamento n° 426 que institui a criação dos aldeamentos indígenas.
1850 a 1890	Criação dos Aldeamentos Indígenas da Província do Paraná.
1890 a 1910	Loteamento dos antigos aldeamentos
Década de 1910	Assinatura da escritura, pelo Sr. Coronel José Carvalho Oliveira, que prometia 100 alqueires de terra para a pacificação dos índios. Criação dos primeiros "Postos Indígenas" no Estado do Paraná.
Década de 1920 a 1930	Propagação de epidemias e aumento da mortalidade. Epidemia de malária causa mortandade na população indígena que estava localizada na região do Rio das Cinzas e Tibagi.
Década de 1940	Aumento da colonização e pressão sobre os territórios indígenas do Estado.
Década de 1970	Construção da Represa de Itaipu, inundação das Terras Indígenas Tradicionais, com a destruição de plantações, matas, habitações e cemitérios guarani. As famílias guarani que viviam perto do Rio Paraná são transferidas para outras áreas, onde não conseguem encontrar condições de plantio e recursos naturais satisfatórios.
Desde 1980	Período de intensificação das reivindicações indígenas pela terra.

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

A seguir, está um conjunto de mapas históricos que apresentam como se deu a formação do estado do Paraná a partir de sua emancipação em relação à Província de São Paulo no ano de 1853. Observa-se que nestes mapas é possível localizar os antigos aldeamentos indígenas da Província do Paraná, assim como as zonas de influência das populações guarani e kaingang. Esses mapas estão disponíveis na página internet do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado do Paraná (http://www.itcg.pr.gov.br/).



Mapa 1: Vias de comunicação projetadas pelo governo Provincial Paranaense em 1872 com o objetivo de ligar a costa atlântica à bacia do Rio Paraguai. Preocupação do Império em exercer soberania sobre as fronteiras após a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Mapa 2: Mapa de 1881 que registra os elementos de transformação da sociedade paranaense no período anterior à abolição da escravatura em 1888. Nota-se o complexo sistema de povoamento da Província com a localização das colônias agrícolas formadas por imigrantes europeus, das colônias militares que têm por objetivo exercer soberania nas faz fronteiras paraguaia e argentina, e da criação dos aldeamentos indígenas que abriam um vasto território ao estabelecimento de propriedades particulares dedicadas ao gado.

7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO

Legislação sobre Educação Escolar Indígena:

Parecer n° 100/06

Conselho Estadual de Educação do Paraná

Assunto: Propostas Pedagógicas do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Inciais do Ensino Fundamental, em nível Médio, na Modalidade Normal – Bilingüe Kaingang ou Guarani para professores leigos da etnia Kaingang ou Guarani, residentes em terra indígena, em regime de alternância, em caráter experimental.

Lei Estadual nº 14.995/2006

Vestibular Indígena

Assunto: Considerando o disposto na Lei nº 13.134, de 18 de abril de 2001, com as alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 14.995, de 09 de janeiro de 2006, que determina a abertura de vagas nas instituições de ensino superior destinadas, exclusivamente, para ingresso de alunos pertencentes às etnias indígenas residentes nas terras indígenas existentes no território paranaense, mediante processo seletivo especial; considerando o disposto na Resolução Conjunta nº 02/2004, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), que institui, em caráter permanente, a Comissão Universidade para os Índios (CUIA), com a finalidade de viabilizar aos membros das comunidades indígenas, o acesso, permanência e conclusão nos cursos de graduação nas universidades públicas, sediadas no Estado do Paraná.

Constituição Estadual do Estado do Paraná:

CAPÍTULO II
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 183. Compete ao Poder Público estadual normatizar e garantir a aplicação das normas e dos conteúdos mínimos para o ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos universais, nacionais e regionais

§ 2° O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

CAPÍTULO IX
DO ÍNDIO

Art. 226. As terras, as tradições, usos e costumes dos grupos indígenas do Estado integram o seu patrimônio cultural e ambiental, e como tais serão protegidos.

Parágrafo único. Esta proteção estende-se ao controle das atividades econômicas que danifiquem o ecossistema ou ameacem a sobrevivência física e cultural dos indígenas.

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Nessa fase preliminar, consideramos extremamente pertinente o apontamento de problemas e possibilidades que tem maior relevância para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na "ficha de sítio". Aqui, optamos por apontar de maneira geral alguns dos impasses que se apresentam para as aldeias localizadas no Estado do Paraná.

A situação das comunidades guarani das regiões sul e sudeste do Brasil apresentam, em sua maioria, dificuldades relativamente parecidas, sendo as questões fundiárias, educativas, sanitárias e ambientais as mais importantes. Dificuldades ligadas à falta de terras, ao avanço da agroindústria de soja, gado e cana, sobretudo, na região oeste e norte do estado do Paraná, causando impactos consideráveis na qualidade dos solos, e conseqüentemente nas condições sanitárias das T.I. O arrendamento de Terras Indígenas, por parte de pessoas não indígenas, mesmo sendo proibido legalmente, é uma prática comum no Estado. Além desses problemas, algumas lideranças guarani do Estado do Paraná apresentaram na reunião da Comissão Nacional de Terra Guarani – Yvy Rupa, realizada em Julho de 2009, outros tipos de dificuldades. A principal reivindicação apresentada nessa ocasião foi a situação vivida nas TIs de Mangueirinha e Rio das Cobras, onde as aldeias guarani dividem o mesmo espaço com as aldeias kaingang. Segundo uma liderança guarani da TI Manguerinha, por estarem localizados na entrada da TI., os kaingang passam a mediar a maioria das relações com as agências governamentais e associativas, conduzindo assim a maioria dos projetos e financiamentos que entram na T.I. Segundo essa liderança essa situação não é particular à TI de Mangueirinha, sendo freqüente em outras TI do Estado do Paraná.No caso do Rio das Cobras, os Guarani reclamam que além de sofrerem pressão por parte dos Kaingang, que reivindicam partes das aldeias de Água Santa e Tapixi, embora sejam ocupadas pelos Guarani, a proximidade do Posto Indígena com as aldeias kaingang prejudica o acesso dos Guarani a recursos, projetos e intervenção na política indigenista regional.As lideranças do Rio das Cobras também reclamam da interdição do acesso às suas terras tradicionais, atualmente ocupadas por empreendimentos ou particulares. Neste contexto, assistem ao desmatamento acelerado dessas áreas, sem que possam interferir.

No quadro que segue, apresentamos obras de infra-estrutura situadas nas Terras Indígenas ou no seu entorno e que, em todo caso, afetam diretamente as aldeias.

Obras de infra-estrutura

Terras Indígenas	**Obras**	**Jurisdição**	**Situação**
Apucarana	Hidrelétrica Apucaraninha	Estadual	Construído
Avá-Guarani/Ocoí	Rodovia BR-277	Federal	Construído
Barão de Antonina I	Linhas de transmissão da Copel	Estadual	Construído
Mangueirinha	Hidrelétrica Salto Santiago/ Hidrelétrica de Segredo/Linhas de transmissão/	Federal	Construído/Planejado/Construído
Rio das Cobras	Rodovia BR-277/ Rodovia PR-473/Linhas de transmissão	Federal/Estadual/Federal	Construído
São Jerônimo da Serra	Rodovia PR-090	Estadual	Construído
Tibagy/Mococa	Hidrelétrica de São Jerônimo da Serra/ Hidrelétrica de Mauá	Estadual	Planejado/ Em construção

Fonte: ISA (2006)

8.2. RECOMENDAÇÕES

Nessa fase preliminar, consideramos extremamente pertinente o apontamento de recomendações para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na "ficha de sítio". Aqui, optamos por apontar de maneira geral algumas recomendações para condução de políticas públicas voltadas para as aldeias localizadas no Estado do Paraná.

Enfatiza-se a recomendação da finalização rápida dos processos de regularização fundiária que se iniciaram no Estado do Paraná, e que ainda estão em fase de identificação. É imprescindível que as Terras Indígenas compartilhadas por mais de um povo indígena, como o é caso das TIs Mangueirinha e Rio das Cobras, tenham a formação de um GT, com participação das lideranças dos diferentes grupos indígenas interessados e da Funai para a construção de uma política de definição participativa de ocupação e uso do território, assim como de gestão de projetos e recursos.

Recomenda-se um aperfeiçoamento das políticas públicas sobre o manejo sustentável das Terras Indígenas guarani, assim como um aprimoramento das políticas públicas no âmbito municipal, estadual e nacional de valorização cultural das populações indígenas nesta região.

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

Obs.: Ver *Anexo 1: Bibliografia*

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

Pesquisador(es)	PABLO ANTUNHA BARBOSA, DRIÉLI VIEIRA	
Supervisor	Adriana Queiroz Testa, Daniel Calazans Pierri, Igor Scaramuzzi e Maria Inês Ladeira	
Redator	PABLO ANTUNHA BARBOSA, DRIÉLI VIEIRA	**Data** 20/02/2011
Responsável pelo inventário	Centro de Trabalho Indigenista	

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Yvyrupa
LOCALIDADE	Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO / UF	Angra dos Reis. Cabo Frio, Niterói e Parati.

2. FOTOS

Obs.: Para lista completa das fotos inventariadas, consultar o *Anexo 2: Registros audiovisuais*.

Foto da aldeia Araponga, no município de Parati. Vista da *opy* e casa de moradia. Foto de Rafael Fernandes Mendes Júnior, jul/ 09

Foto da aldeia Arandu Mirim, Saco do Mamanguá no município de Parati.Vista da *opy*. Foto de Rafael Fernandes Mendes Júnior, jan/ 09

Vista da escola e posto de saúde na aldeia Itaxï, Parati-Mirim, no município de Parati. Foto de Rafael Fernandes Mendes Júnior, jul/ 09

Vista da aldeia de Camboinhas no município de Niterói. Foto de Rafael Fernandes Mendes Júnior

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

Obs.: Para lista completa dos bens inventariados, consultar o *Anexo 3: Bens culturais inventariados*.

SÍNTESE

Nesta primeira etapa de levantamento preliminar do INRC, não foram realizadas atividades de pesquisa de campo, indispensáveis para o levantamento de referências culturais. Estas informações serão coletadas durante a aplicação do INRC. O papel das lideranças espirituais das aldeias situadas no RJ é notável entre os Guarani em geral, tanto pela experiência histórica de terem os mesmos vivido em diversas regiões de Yvyrupa, como pela sua participação ativa nos rituais e encontros em aldeias de outras regiões.

4. DESCRIÇÃO

Obs.: Para lista completa dos documentos escritos inventariados, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Atualmente, a maioria das áreas ocupadas pelos Guarani no estado do Rio de Janeiro encontram-se localizadas na faixa litorânea do estado. Na tabela abaixo é possível visualizar as Terras Indígenas Guarani no Estado do Rio de Janeiro e a situação fundiária das mesmas.

Terra Indígena	Outras Dominações para a TI	Presença Guarani atual	Município(s)	UF(s)	Litoral	Grupo(s) Étnicos	Sub-Grupo Guarani	Situação Fundiária	Área (há)
TI Guarani Araponga		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	213.2033
TI Guarani do Bracuí	Sapukai, Xapukai	SIM	Angra dos Reis	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	2127.8664
TI Parati Mirim		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	79.1997
TI Rio Pequeno		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Kaiova	Em estudo	
TI Parati Mirim		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Guarani Araponga		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Arandu Mirim	Saco do Mamanguá	SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Camboinhas	Mboyty, Itarypu	SIM	Niterói	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Campos Novos		NÃO	Cabo Frio	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ilha Grande	Yypau Guaxu	NÃO	Angra dos Reis	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Graúna		NÃO	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	

Levantamento das TIs Guarani -Mapa Yvyrupa -O Território Guarani -Data da atualização: 18/10/1010 -Centro de Trabalho Indigenista

Fontes: Representantes Guarani e Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) – Centro de Trabalho Indigenista – Rodrigo Venzon – Maria Dorothea Post Darella – Maria Lúcia Brant de Carvalho – Paulo Porto – Celeste Ciccarone

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

As Terras Indígenas do sul fluminense estão localizadas dentro do bioma Mata Atlântica.
A T.I. Parati-Mirim faz fronteira com a Área de Proteção Ambiental do Caroço. Uma pequena floresta recobre a encosta denominada Cerro Grande e estende-se até a região de Bracuí. O terreno é irregular, arenoso e pedregoso, mas apresenta condições para plantio e para o manejo de espécies nativas.
A T.I. Araponga possui uma área demarcada de aproximadamente 213 ha, que se sobrepõe à Área de Proteção Ambiental do Cairuçu e ao Parque Nacional da Serra da Bocaina. Uma região de floresta recobre uma extensa área da Terra Indígena. O terreno é irregular, arenoso e pedregoso, mas apresenta condições para plantio e para o manejo de espécies nativas.
A T.Í. Bracuí possui uma área demarcada de aproximadamente 2127 ha, que possui como limites o Parque Nacional da Serra da Bocaina e Estação Ecológica do Bananal. Uma região de floresta recobre uma extensa área da Terra Indígena.
A aldeia Arandu Mirim possui seus limites inseridos na Reserva Ecológica da Joatinga. Uma região de floresta recobre boa parte da área. A formação do terreno é plana e arenosa, mas apresenta condições para plantio e para o manejo de espécies nativas.
A aldeia Rio Pequeno possui uma área, que faz limites com o Parque Nacional da Serra da Bocaina. O terreno é irregular, arenoso e pedregoso, mas apresenta condições para plantio e para o manejo de espécies nativas.
Deste ecossistema, os Guarani retiram muito do que necessitam para sua produção e reprodução física e cultural. A caça, praticada em pequena escala, dadas as condições ecológicas, ocupa lugar privilegiado na organização social e cosmologia dos Mbya. Da mata retiram também diversos tipos de plantas que possuem propriedades medicinais, os remédios do mato (*poã ka'aguy're*). Para confecção de artesanato, extraem da mata: cipó imbé (*vembepi*) para elaboração de motivos gráficos; embira vermelha e branca, de cuja entrecasca tecem cordas; a taquara utilizada na cestaria; da espinheira santa (*nhandyta*) fazem aros de cestos e arcos e flechas; da embaúba utilizam os troncos para a confecção de pau-de-chuva; da palmeira utilizam as palhas para a fazer cobertura de casas, os troncos para fazer as paredes e do cerne de palmeira fazem arcos para artesanato; sementes para confecção de colares são também colhidas nas proximidades da mata.
A aldeia Itarypu (Camboinhas) está localizada sobre uma faixa de areia, à beira do oceano, e nas proximidades do Parque Estadual da Serra da Tiririca, dentro da cidade de Niterói.
Os moradores desta aldeia participam intensamente das redes de relações e intercâmbios com as demais Terras Indígenas Guarani, principalmente do sul fluminense, de onde conseguem boa parte da matéria prima necessária à confecção de artesanato e outros recursos naturais, quando estes não estão disponíveis no ecossistema próximo.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

Para os efeitos deste levantamento preliminar, foram considerados Marcos Edificados as construções feitas pelos próprios Guarani, como é o caso das suas habitações e casas de rezas, assim como obras resultantes de intervenções do Poder Público e de outros agentes, como escolas e postos de saúde. Cabe notar, que a permanência desses tipos de edificações localizadas nas aldeias está sujeita a configurações e dinâmicas próprias das comunidades, podendo apresentar modificações consideráveis a médio prazo. Nesta etapa de levantamento preliminar, não foi possível realizar uma relação completa destas construções nas Terras Indígenas localizadas no Rio Grande do Sul, pois o mesmo exigirá pesquisa de campo prevista para a próxima etapa. Para maiores informações sobre este item, consulte a ficha de sítio.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

Obs.: Para lista completa das fontes inventariadas, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

5.1. RESUMO

Segue abaixo breve histórico da ocupação guarani nas regiões onde estão situadas as atuais Terras Indígenas Guarani localizadas no estado do Rio de Janeiro, tendo por foco a história recente das famílias que nelas se encontram. Este recorte não desconsidera uma longa história de vivência nestes locais, em que diferentes famílias se sucedem na formação dos seus *tekoa* no ambiente e nas condições reveladas por Nhanderu. No relatório de identificação e delimitação destas Terras Indígenas, Ladeira (1993) descreve que cada família, ao constituir um novo *tekoa* num lugar cuja ocupação é sucessiva, imemorial e possivelmente contínua ou descontínua, conta a história desse *tekoa* a partir da entrada do seu grupo local. Isto é condizente com as formas de territorialidade e temporalidade guarani, que não se formam nem se expressam em termos lineares. A narrativa contada por Davi da Silva e transcrita no relatório citado descreve a experiência dos antepassados na caminhada do começo do mundo e pela beira do oceano, onde fundaram os lugares hoje habitados pelos Guarani. Reproduzimos alguns trechos dessa narrativa, no que diz respeito à região do sul fluminense.

> "Quando Nhanderu Tenonde (nosso Pai primeiro) construiu esse mundo, ele disse:
> Esse mundo não durará muito tempo. Meus filhos que vão estar no mundo vão ter que se separar, o mundo é muito grande. Por isso vão se separar em, mais ou menos, três famílias, e deverão caminhar (*oguata*[1])
> Das pedras onde eles estavam (**Itanhaém**), eles saíram de novo e continuaram seguindo à beira do oceano. Então, eles chegaram no lugar que agora que hoje é chamado pelos brancos de Santos. Eles não pararam por lá, passaram (alguns lugares eles só paravam para descansar). Onde eles foram parar mesmo, chamaram o lugar de **Para**[2] (Parati), e mais para dentro do mato chamaram **Para Miri**[3] (Parati Mirim). Nesse lugar verdadeiro existem as criações de Nhanderu. (*Nhanderu mymbai*).
> Aqueles que saíram de Para Miri (Parati Mirim) seguiram para frente e chegaram em **Tangara** (Angra dos Reis). Nesse lugar, **Tangara Amba**, existiam muitos desses passarinhos. Então, quando *Ijaguyje* ("aqueles que estavam em plenitude ") chegaram nesse lugar, conheceram mais um lugar para seus filhos caçulas (**Itatinga**[4]).E os mais velhos atravessaram o oceano. E os que ficavam, sempre tinham *yvyraija* (líder espiritual que dirige o grupo, "o dono da varinha") que ordenava a caminhada pela beira do oceano. Deixaram Tangara, que vai ser chamada Pelos brancos de Angra dos Reis. Então, depois de muito tempo ali, seguiram o seu caminho e foram até o lugar chamado **Yvy Apy**[5] (extremidade do mundo), **Ara kruxu** – (Aracruz, ES), onde pararam. Desse lugar, não puderam mais prosseguir. De lá, só seguiram aqueles que atravessaram o oceano(*yy ee*) e atingiram *yvyjuporã*. Os que ficaram guardaram o lugar para nós, seus filhos caçulas."

As Terras Indígenas localizadas nesta região, demarcadas ou não, foram importantes pontos de morada e passagem do grupo que, sob liderança de Maria Tataxï, atravessou toda a região sul e sudeste do Brasil, assim como as regiões de fronteira do Paraguai, Argentina e Uruguai, até alcançar as atuais Terras Indígenas localizadas no Espírito Santo. Depoimentos de Maria Tataxï, da sua filha Aurora e dos seus netos contam que encontraram, nestes lugares, marcas (*tava mirim*) deixadas pelos antigos Guarani, que já haviam morado nesta região muito antes da passagem da sua família pelo litoral fluminense. Ou seja, nestas Terras Indígenas, ainda estão as *Tava Mirim*, inconfundíveis na memória e territorialidade das famílias guarani que atualizam a vivência neste território. Para maiores informações sobre a experiência do grupo liderado por Maria Tataxï, consulte a ficha de localidade do Espírito Santo.

Parati-Mirim

Provenientes de um movimento migratório que se originou no oeste do Paraná, seu Miguel Karai Tataxï Benite chegou cm sua família ao sul fluminense em princípios da década de 1990, instalando-se primeiro na aldeia Sapukai em Angra dos Reis, mais tarde em Araponga e, por fim, reocupando a área de Parati Mirim, que, após um processo conflituoso de demarcação e saída dos posseiros, foi homologada em 5 de janeiro de 1996.

Atualmente, esta Terra Indígena é ocupada pela família extensa e agregados de Miguel Karai Tataxĩ Benite, um senhor com mais de noventa anos de idade, que é um dos protagonistas de uma história que começou a se desenrolar desde meados dos anos oitenta, quando deixou a aldeia Pinhal, na T.I. Rio das Cobras, próximo ao município de Nova Laranjeiras no Paraná, e acompanhado pela esposa, filhos e filhas, solteiros e casados, netos, sogra e cunhados, chegou à região do Itariri, próximo ao litoral sul de São Paulo.

Suas narrativas são entrecortadas de memórias de sua juventude, em que descreve suas andanças pelas regiões de Foz do

Iguaçu, Nordeste da Argentina e Leste do Paraguai, ambas banhadas pelos rios Paraná e Iguaçu. Suas caminhadas (-*guata*) são tratadas como sofrimentos: "*eu vou contar o meu sacrifício, que eu passei na estrada, quando eu era rapaz, eu andei muito né, caminhando assim longe, na Argentina, Paraguai, caminhando, sofrendo.*" Seu Miguel fala de uma época em que *jurua* (pessoas não indígenas) "*quase não existiam*", eram bem poucos, e que se podia andar à vontade pelo "*sertão velho e fechado*"; dos perigos e temores de se encontrar com onças, essas sim "*existiam em grande quantidade*." Em Porto Britenha, no Paraná, onde chegou ainda jovem, conseguiu um trabalho num vapor. Lá conheceu sua esposa Mariângela Jaxuka e, também de lá, algum tempo mais tarde seguiram acompanhados pelos seus sogros, para o Rio das Cobras, onde viveu por mais de vinte e cinco anos.

Saiu do Rio das Cobras e, após uma caminhada de cerca de quarenta e cinco dias, chegou à região do Itariri. Por cerca de dois anos viveu com sua parentela neste local, onde chegou a plantar uma roça de arroz. Nessa aldeia, nasceu um de seus netos, Ramon Karai, hoje com mais de vinte anos. Ainda nesse mesmo local, um de seus filhos casou-se com Ana Kerexu, que partira da região de Marabá no estado do Pará, acompanhada por um tio e duas filhas. Ana conheceu a família de Miguel em São Paulo, numa feira onde vendiam palmito e, a convite deles, foi morar com seus parentes em Itariri.

Enquanto morava em Itariri, Miguel recebeu um sonho, no qual Nhanderu (nosso pai) lhe dissera para que seguisse até uma "terra boa". Foi então que ele seguiu para o Espírito Santo, onde nasceu Adilson Tupã, outro neto, hoje com mais de vinte anos. Nestas cercanias, após certa insatisfação com a dificuldade para plantar, "sua avó", Maria Tataxï, teria lhe falado da área de Parati-Mirim, terra de onde ela partira há muitos anos em direção ao Espírito Santo.

Novamente, após reunir sua família, Miguel chegou à aldeia Sapukai, em Angra dos Reis no princípio dos anos noventa. Aí nasceu sua neta Elizabete Jera, hoje com dezoito anos. A permanência nessa aldeia não se prolongaria, estava apenas de passagem e não chegou sequer a fazer roça. Após pouco mais de um ano conduziu sua família até Araponga, a vinte e cinco quilômetros de Parati, e de onde aguardaria a finalização do processo de desocupação da área de Parati-Mirim que estava tomada por posseiros.

Após longa espera, seu Miguel conduziria sua família até Parati-Mirim, reconhecendo aí a terra abençoada que Nhanderu, ainda no Itariri, lhe anunciou em sonho. Seu Miguel atribuiu à aldeia o nome Tekoa Porã Marãey, enfatizando que este era um lugar onde poderiam viver em plenitude.

Segundo informação de Pedro Mirï Benite, filho de seu Miguel, que juntamente com seu pai chegou a Parati-Mirim em 1994, cinco famílias teriam ocupado a área nesse primeiro momento: seu Miguel, o líder da família extensa; dois filhos e duas filhas casados e com suas próprias famílias; totalizavam vinte e uma pessoas. Num segundo momento, chegaram outros filhos e filhas de seu Miguel, que até então estavam em outras Terras Indígenas. Com o passar do tempo, todos se tornariam atratores de novos parentes ou cônjuges, que contribuiriam para a expansão e a multiplicação, não apenas demográfica desta aldeia, como também para sua rede de relações com outras Terras Indígenas. Atualmente cerca de trinta famílias vivem nesta aldeia, com cerca de 110 pessoas.

Esta Terra Indígena foi demarcada e homologada em 1996 e atualmente passa por novo processo de identificação e delimitação, sendo que o relatório já foi concluído e encaminhado à FUNAI.

Araponga

A história de Augustinho Karai Mirï Oka da Silva, que conta atualmente cerca de oitenta e oito anos, apresenta certas aproximações com a história de Seu Miguel, cacique da aldeia de Parati-Mirim. Da aldeia Palmeirinha partiu, quando ainda rapaz, dizendo que queria arranjar uma esposa. Andou pelas regiões de Foz do Iguaçu, Paraguai e Argentina, onde teria se casado com sua esposa, Marciana Yva.

Durante muito tempo, viveu junto com a família de sua esposa em diversos locais no sul do Brasil. A filha mais velha do casal nasceu na Argentina; o segundo filho, Rodrigo, nasceu em Guarita, RS, uma terra compartilhada por índios Kaingang e Guarani Mbya; dois outros filhos, Níria, com trinta e sete, e Nírio, com trinta e seis anos, nasceram em Cacique Doble, outra T.I. ocupada predominantemente por índios Kaingang. O filho mais novo, Nino Vera Xunü, que hoje conta seus vinte e oito anos, nasceu em Palmeirinha, uma aldeia Mbya localizada dentro da T.I. Mangueirinha, também ocupada por pessoas Mbya e Kaingang.

A morte do pai de Augustinho teria feito com que ele retornasse a Palmeirinha, onde permaneceu por um tempo e de lá sairia novamente para Ibirama, SC, uma terra, que era ocupada por Xoklen, Kaingang e Mbya.

Augustinho conta que um chefe de posto da FUNAI lhe sugeriu ir para os estados de São Paulo ou Rio de Janeiro – onde haveria ainda muito mato – e em tais locais poderia viver bem com sua família. Reuniu sua família e seguiu para Ubatuba, onde encontrou o cacique Altino na aldeia de Boa Vista, velho conhecido da aldeia Palmeirinha. Ficou alguns anos neste sítio e mais tarde, quando soube que havia um parente seu em Bracuí, seguiu para lá.

Após viver um tempo nesta aldeia, onde tinha laços de parentesco com o cacique desta aldeia, João da Silva, Augustinho reuniu sua família novamente e seguiu para Araponga, onde, fazia pouco tempo que chegara a família de Miguel, aguardando a finalização do processo de desocupação de Parati-Mirim. Na época, a aldeia de Araponga era também ocupada pela família do então cacique Alcides.

A saída de Araponga da família de Miguel e a morte de Alcides, quando em visita ao estado de São Paulo – que resultou também na partida de sua família – são eventos muito próximos. Nessa mesma época, estava em andamento o processo

de demarcação das duas áreas: Parati-Mirim e Araponga[6]. Augustinho foi então indicado para cacique e a escolha foi ratificada por outros caciques da região.
Esta Terra Indígena foi demarcada e homologada em 1995 e atualmente passa por novo processo de identificação e delimitação, sendo que o relatório já foi concluído e encaminhado à FUNAI.

Sapukai

Também denominada Bracuí, por conta da sua localização no Sertão do Bracuí, no município de Angra dos Reis. A família que antecedeu o grupo do atual cacique João da Silva, se referia à aldeia como Itaxï (Pedra Branca), identificada pelos não indígenas, através da palavra tupi, Itatinga.
Segundo o relatório de identificação das Terras Indígenas fluminenses, redigido em 1993, esta região foi sucessivamente ocupada por famílias guarani, inclusive, pelo grupo liderado por Maria Tataxï, que chegou ao local no fim da d, reconhecendo ali, também por conta da presença dos *tava mirim* encontrados nesta área, a presença anterior de seus antepassados.
Em depoimento do Cacique João da Silva Vera Mirim, gravado em 1992 e reproduzido no relatório citado, ele conta como os não indígenas se apropriaram desses "lugares sagrados". "*Antigamente nas praias existia muito tava. Desde Paranaguá (PR). Nossos avós trabalhavam aqui, no Ariró tem. Hoje o jurua (não indígena) consertou um pouco e chamam de ruínas. Foram feitas pelos índios*"(sn, 1993).
No período que se estende da partida do grupo de Maria Tataxï, até a chegada de João da Silva Vera Mirim nesta Terra Indígena, outras famílias guarani viveram neste mesmo local, inclusive famílias lideradas pelo antigo cacique de Araponga, Alcides e, antes dele, seu cunhado, Argemiro.
Num depoimento do então cacique da Aldeia de Araponga, Alcides Vera, gravado por Marisa Ricardo e transcrito no relatório de identificação, "*os que chegaram aqui no Sertão do Bracuí, primeiro se alojaram nas margens de Parati Mirim, em seguida, abriram suas picadas no seio da mata do sertão e permaneceram algum tempo isolados até a abertura da estrada Rio - Santos. Ali começaram a manter contato com os brancos devido à curiosidade destes, e começaram a aparecer para a venda de seus artesanatos*" (sn, 1993).
Reportagens desta época, publicadas em jornais de grande circulação, exploram esta "curiosidade", descrevendo, com largas doses de exotismo, o cotidiano dos Guarani no Bracuí e seu contato com os não indígenas da região.
Em 1987, João da Silva Vera Mirim chega à região do Bracuí, vindo do Rio Grande do Sul, com sua família. Ele reúne em torno de si um extenso grupo de parentes e afins, constituindo um dos *tekoa* mais populosos do litoral brasileiro e potencializando as possibilidades de relações e intercâmbios com diversas aldeias localizadas em outras regiões do amplo território reconhecido pelos Guarani como Yvyrupa.
Esta Terra Indígena foi demarcada e homologada em 1995.

Aldeia Arandu Mirim

Relatos de Jonas e Marilda, netos de Maria Tataxï, que atualmente vivem em aldeias no Espírito Santo, recordam a vivência da sua família na região do Saco do Mamanguá no final da década de 1950, onde se encontra a aldeia Arandu Mirim. Segundo os Guarani, esta área, contígua com a Aldeia de Parati-Mirim, adentrando pelo mato e também acessível por mar, foi uma das áreas escolhidas pelos antepassados divinos para sua morada, onde eles construíram seus *tava mirim*, cujas marcas permanecem até hoje. Numa conversa entre Roque Benites, atual cacique da aldeia Arandu Mirim, e Jonas, líder religioso da aldeia Boa Esperança (ES), registrada e traduzida por Aparício da Silva e Adriana Queiroz Testa (2008), Roque pede para o xeramoi (líder religioso) contar sobre os *tava mirim* localizados na Aldeia Arandu Mirim, e ele explica que seus antepassados construíram uma *opy* (casa de rezas) naquele local, onde faziam suas rezas todo dia e toda noite. Havia até uma família não indígena na região, que costumava visitá-los e, à noite, ouvia seus cantos se difundindo pela mata. Uma noite, após muita concentração, ouviu-se uma trovoada muito forte e um raio iluminou todo o céu. No dia seguinte, tudo que havia sobrado eram as marcas da *opy*, pois a família havia alcançado *yvy marãey*. Os vizinhos não indígenas foram ao local e, quando viram o que tinha acontecido, ficaram muito assustados e se mudaram de lá, instalando-se numa área próxima à cidade.
É interessante notar que além de relatar uma ocupação histórica que extrapola uma temporalidade linear, aproximando antepassados míticos e o contato com não indígenas, esta narrativa também enfatiza a idéia de que os "lugares sagrados" nas matas foram revelados pelos Deuses para que os Guarani neles vivessem, usufruindo e recriando as condições necessárias para viverem bem nesta terra e também se dedicarem à superá-la, alcançando a condição de *aguyje ete* (plenitude) e *yvy marãey* (muitas vezes traduzida como Terra sem Males, também entendida com uma terra de plenitude infinita). É por este motivo que na narrativa os vizinhos não indígenas, assustados pelo que havia acontecido, deixam a mata e se aproximam da cidade. E esta mesma mata seria, desde então, reocupada por outras famílias guarani, apesar da pressão exercida pela especulação imobiliária e turística, por posseiros e órgãos ambientalistas, que agem de modo diferente dos não indígenas míticos.
Moram atualmente na aldeia Arandu Mirim quatro famílias, lideradas por Roque, filho do cacique de Parati-Mirim. Devido à proximidade dessas aldeias e às relações de parentesco, existe um intercâmbio constante e intenso entre elas,

principalmente, no que diz respeito à coleta de matéria prima e manejo dos recursos naturais presentes na aldeia Arandu Mirim. É também uma área onde tem sido possível cultivar *avaxi ete* (o milho tradicional guarani) em quantidade suficiente para distribuir as sementes com outras aldeias do litoral.
A Terra Indígena Arandu Mirim não está regularizada. O Grupo Técnico constituído para realização de estudo de Identificação e Delimitação em março de 2008, indicou a necessidade de realização de estudos complementares para a finalização do relatório.

Jahape
A Aldeia Jahape, também chamada de Rio Pequeno, nome do lugar onde está localizada, foi um dos locais percorridos pelo grupo liderado por Maria Tataxï em meados das décadas de 1950-60. Posteriormente, a família de Argemiro da Silva, que teria sido cacique da Aldeia Sapukai, viveu nesta aldeia. Olga e Aparício, filhos de Argemiro, que atualmente moram em aldeias no litoral norte paulista, contam que os antigos Guarani viveram neste lugar e construíram uma *tava mirim* ali.
Apesar de ser um lugar importante no território guarani e ter sido habitado sucessiva, porém descontinuamente, por famílias guarani, esta Terra Indígena ainda não está regularizada e é crescente a expansão de sítios e empreendimentos no seu entorno. No entanto, em fevereiro de 2008, foi publicada a Portaria nº113, instituindo um Grupo Técnico para realização de estudos de identificação e delimitação, e o relatório produzido por este grupo está em fase de conclusão.
A história de seu Demércio, cacique da aldeia de Rio Pequeno, possui semelhanças com as histórias dos caciques de Araponga e Parati-Mirim. Trata-se de um homem que à frente de uma família Guarani Kaiova deixa a região onde habitava, no sul do Mato Grosso do Sul, nas proximidades da cidade de Iguatemi e chega ao litoral sudeste do Brasil. Sua experiência de trabalho e deslocamento coincide com a expansão da indústria de Erva Mate no Mato Grosso do Sul e Paraná, que além de se instalar em Terras Indígenas, com anuência do Estado brasileiro, fez dos moradores guarani destes locais, sua principal fonte de mão de obra. Devido à impossibilidade de permanecer nas suas aldeias, que passavam por processo acelerado de invasão e desmatamento, a família de Demércio se deslocou até as aldeias do Espírito Santo, onde viveu com o grupo de Maria Tataxï e do Miguel Karaí Tataxï, atual cacique da Aldeia Parati-Mirim. É interessante notar que, embora a família de Demércio tenha acompanhado a família de Miguel até as aldeias do litoral sul fluminense, outros parentes seus continuaram no Espírito Santo e atraem outros parentes e agregados, formando uma rede que se estende do Mato Grosso do Sul ao litoral capixaba.
A família de Demércio viveu algum tempo, num povoado chamado Pedras Azuis, entre Parati-Mirim e um quilombo chamado Quilombo do Campinho. Pouco tempo depois, foi viver na aldeia de Parati-Mirim, localidade onde vivera por cerca de um ano. Mais tarde, o grupo se estabeleceu na Terra Indígena Jahape, que ainda está em fase de regularização.

Itarypu (Camboinhas)

A história de Camboínhas, assim como de muitas aldeias Guarani Mbya, se conjuga com a história de um casal que, à frente de um grupo de parentes, busca conduzir sua parentela até um local bom para se viver. A história de Lídia Para Poty e Pedro Nunes, seu marido, é mais uma variação das epopéias Mbya. Pedro, o marido de Lídia, um senhor que conta hoje seus setenta e nove anos, nasceu no município de Timbaúva, no Rio Grande do Sul. Lídia de setenta e oito anos, nasceu em Taquara, na Terra Indígena Rio das Cobras, Município de Nova Laranjeiras no Paraná. Ela morou em Combite e Guyra' i, próximo ao Rio Xapari na Argentina. Casaram-se no Rio Grande do Sul e viveram durante muito tempo em algumas aldeias naquele estado. A Filha mais velha do casal, Iraci, nasceu em Guarita; mais tarde se mudariam para Ibirama, em Santa Catarina, onde nasceria Iracema Kerexu, hoje com cerca de trinta e cinco anos; de volta ao Rio Grande do Sul, foram para Guarita, outra Terra Indígena próxima ao município de Tenente Portela. Neste local, nasceu Darci Tupã que conta hoje seus trinta anos. Alguns anos mais tarde, este casal se mudaria novamente para a região de Ibirama, onde nasceram seus filhos, Isaias, hoje com vinte e sete anos e Zenico, hoje com vinte e dois anos. De Santa Catarina, partiram no começo dos anos noventa para a região de Parati, no sul do estado do Rio de Janeiro. Pedro conseguiu um trabalho como caseiro, numa fazenda próxima à subida do morro da Forquilha. Chegaram a essa região pouco antes da chegada das famílias de seu Miguel e de Augustinho. Nesse local nasceram ainda os filhos Amarildo, hoje com vinte um anos, Juliana, hoje com dezoito anos e a caçula, Márcia, hoje com quinze anos. À época de sua chegada naquela região, a aldeia de Araponga era ocupada pela família de Alcides, que viria a falecer alguns anos mais tarde no estado de São Paulo. Dois netos deste casal nasceram nessa localidade, Luciana e Luciano, ambos com dezoito e dezessete anos. Após o casamento de uma das filhas de Lídia, Iracema, com Joaquim, filho de seu Miguel, toda a família foi viver na aldeia de Parati-Mirim. Permaneceram nessa cercania por cerca de doze anos.
Com o crescimento de seu grupo doméstico, e a liderança embrionária deste casal, que então reunia uma vasta rede de noras e genros, tornou-se latente a necessidade de buscar por um local onde pudessem construir um novo *tekoa* (aldeia). Desta forma, em fins de março de 2008, esse extenso grupo doméstico chegou à região de Camboinhas, instalando-se aí. A chegada a Camboinhas deu início a um conflito com alguns moradores da região e agentes de especulação imobiliária. Em junho de 2008, houve um incêndio, aparentemente criminoso, que destruiu todas as casas, ferindo algumas pessoas. As pessoas contaram com apoio da população de Niterói para reconstrução de suas casas. Atualmente vivem nessa aldeia cerca de quarenta pessoas que aguardam o desdobramento do processo de identificação da aldeia.

Notas:

1 - Refere-se aos Nhanderykei que viveram neste mundo.
2 - Para: “encontro com o mar” (segundo a tradução de Davi).
3 - Para Miri: “encontro com pequeno mar” (segundo tradução de Davi. Para Guaxu = se refere ao mar. Yy ee também se refere ao mar como água salgada).
3 - Aldeia de ltatinga - Bracuí - Angra dos Reis, RJ (Tangara).
4 - Yvy Apy: fim do mundo, extremidade do mundo. Refere-se à Aldeia Boa Esperança, no município de Aracruz (ES). Ara cruxu: "cruz no meio do dia", segundo a tradução de Davi.

5 - Os processos de demarcação dessas áreas foram encaminhados pelo Grupo Técnico instituído pela portaria nº 1669/92 e formado por Maria Inês Ladeira, antropóloga - CTI; Maria Ignez Maricondi, arquiteta /cartógrafa - CTI; Anésio Coelho de Souza, engenheiro agrônomo – FUNAI; Flávio Luiz Corne, engenheiro agrimensor - FUNAI; Antônio Gonzalez Lopes, engenheiro agrônomo – INCRA; Silvia Quito, engenheira agrônoma – INCRA.

Bibliografia Citada

LADEIRA, Maria Inês (Coord.). RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO: ÁREAS INDÍGENAS GUARANI ARAPONGA, PARATI-MIRIM, BRACUÍ (RJ) E AGUAPEÚ (SP). Brasília: FUNAI, 1993.

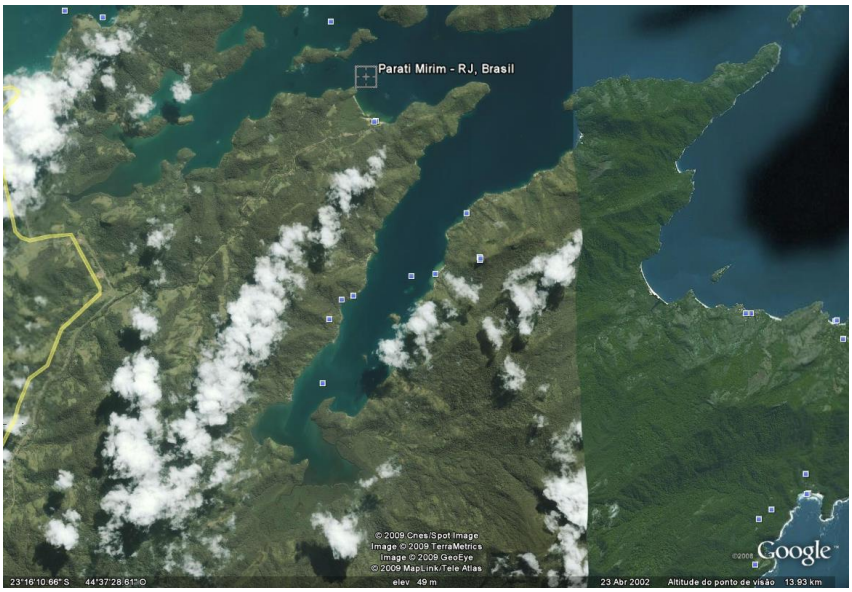
5.2. CRONOLOGIA

Data	EVENTO
Década de 1950	O grupo liderado por Maria Tataxï, reconhecendo na região o lugar revelado por Nhanderu e anteriormente ocupado por seus antigos antepassados, se estabelece em Parati Mirim e percorre toda a região que engloba as matas próximas a Parati Mirim, se estendendo pelo Saco do Mamanguá e o Sertão do Bracuí. Quando este grupo se desloca em direção ao Espírito Santo, outras famílias que se juntaram ao grupo permanecem na região e são acompanhadas por outros parentes e agregados vindos de outras regiões.
1960	Roberto Silveira, governador do Estado do Rio de Janeiro assina o Decreto n° 6.897 de 13/01/1960, reconhecendo aos índios o direito ao território entre as fazendas Parati Mirim e Independência, onde se localiza a atual Aldeia de Parati-Mirim.
1964	Padre Antonio Costa Carvalho, executor do “Plano de Aproveitamento de Terras Devolutas do Estado e Próprias do Estado”, entrega carta para os Guarani, reafirmando seu direito às terras referidas no Decreto n° 6.897. Este documento é referendado pelos militares que chefiavam o poder público no Rio de Janeiro.
Anos 70	- Construção da Rodovia BR 101 (Rio Santos) - Instalação das Usinas Nucleares Angra 1 e Angra 2
Anos 80	-Partida da família de Augustinho do Rio Grande do Sul

	Chegada à Ibirama SC, Partida de Ibirama, SC, - Partida da família de João Silva do Rio Grande do Sul, chegada a Ibirama e mais tarde Paranaguá, de onde partem em direção ao Rio de Janeiro.
1986 + ou -	Partida da Família de Miguel do Rio das Cobras (Nova Laranjeiras, PR) em direção a Palmeirinha, T.I. Mangueirinha. Chegada à aldeia Sapukai, da família de Seu João Silva, Angra dos Reis, RJ
1987	Partida da família de Miguel da T.I. Mangueirinha (Chopinzinho, PR) em direção ao Itariri, SP. O grupo de João da Silva Vera Mirim chega a Bracuí, Terra Indígena que já fora ocupada sucessivamente por outras famílias guarani, com as quais ele tinha parentesco, desde meados da década de 1950.
1988	Chegada da família de Miguel ao Itariri, SP
1990	- Partida da família de Miguel do Itariri/ Chegada ao Espírito Santo; - Partida da família de Augustinho de Ibirama, Santa Catarina; - Chegada da família de Augustinho à aldeia Boa Vista Ubatuba SP; - Partida da família de Demércio de Iguatemi, MS, em direção ao Espírito Santo;
1991	Chegada da família de Lídia ao morro da Forquilha, Patrimônio, Parati, RJ.
1992	- Chegada da família de Miguel a Sapukai/ Bracuí Angra dos Reis RJ; - Chegada da família de Augustinho a Sapukai, Angra dos Reis, RJ;
1993	- Chegada da família de Miguel a Araponga – Parati RJ - Chegada da família de Augustinho a Araponga;
1994	Chegada da família de Miguel a Parati-Mirim, Parati RJ
03 Julho 95	Homologação da demarcação da terra indígena Araponga
5 Janeiro 96	Homologação da demarcação da terra indígena Parati Mirim
1997	Chegada da família de Lídia a Parati-Mirim, Parati, RJ.
Final dos 90	Chegada da família de Demércio à região de Pedras Azuis, Parati, RJ
2000 + ou -	Mudança da família de Demércio para Parati-Mirim, Parati, RJ
2002 + ou -	Mudança da família de Demércio para Rio Pequeno, Parati, RJ
2004	Chegada de Roque e sua parentela ao Saco do Mamanguá
2008	- Constituição de GT para identificação das Terras Indígenas Arandu Mirim, Parati Mirim e Araponga, Portaria nº 184/FUNAI 05/03/08; - Constituição de GT para identificação da Terra Indígena Rio Pequeno, Portaria nº 113/FUNAI 01/02/2008.
2008	- março/ Partida da família de Lídia de Parati-Mirim e Chegada a Camboinhas, Niterói, RJ.

	- junho/ Incêndio na aldeia, em Camboinhas.

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



Vista do Saco de Mamanguá e Parati-Mirim, em Parai, RJ. Imagem capturada de Google Earth, em 13/ 12/ 2009.

Vista da aldeia Itaxï – Terra Indígena Parati-Mirim, em Parati, RJ. Imagem capturada de Google Earth, em 13/ 12/ 2009.

VISTA DA ALDEIA ITARYPU EM CAMBOINHAS, NITERÓI, RJ. IMAGEM CAPTURADA DE GOOGLE EARTH, EM 13/ 12/ 2009.

7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO

- Constituição Estadual do Rio de Janeiro, Da Educação, Seção I, artigos 306 a 321;

  Art. 317 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino de 1º e 2º graus, em complementação regional àqueles a serem fixados pela * Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e latino-americanos.

  § 1º - Às comunidades indígenas serão também assegurados a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 2º - Os programas a serem elaborados observarão, obrigatoriamente, as especificidades regionais.

- Constituição Estadual do Rio de Janeiro, Seção II, artigos 322 a 324;

  Art. 322 - O Estado do Rio de Janeiro destinará, anualmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ, 2% (dois por cento) da receita tributária do exercício, deduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais.

  VII - proteção das expressões culturais, incluindo as indígenas, afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo cultural, bem como o artesanato;

- Lei nº 3346, de 30/ 12/ 99, autoriza o poder executivo a criar o Banco de Dados Ambientais (BDA);

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Banco de Dados Ambientais – BDA, que constituirá um conjunto de informações sistematizadas, e será organizado e gerenciado pelos órgãos competentes do próprio Poder Executivo.

Art. 2º - No BDA deverão constar, entre outros temas e itens:

VII - Registro Estadual de Espaços Protegidos, contemplando:

b - reservas indígenas.

- Lei nº 4528, de 29/ 03/ 05, estabelece as diretrizes para organização do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro.

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Nessa fase preliminar, priorizamos o apontamento de problemas e possibilidades que tem maior relevância para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na "ficha de sítio".

8.2. RECOMENDAÇÕES

Nessa fase preliminar, priorizamos o apontamento de recomendações para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na "ficha de sítio".

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

Obs.: Ver *Anexo 1: Bibliografia*

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

Pesquisador(es)	Rafael Fernandes Mendes Júnior, Tainá Mié e Yanci Ladeira Maria	
Supervisor	Adriana Queiroz Testa, Daniel Calazans Pierri, Igor Scaramuzzi e Maria Inês Ladeira	
Redator	Rafael Fernandes Mendes Júnior e Adriana Queiroz Testa	**Data** 20/02/2011
Responsável pelo inventário	Centro de Trabalho Indigenista	

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Yvyrupa
LOCALIDADE	RS
MUNICÍPIO / UF	Aceguá; Arambaré; Arroio Grande; Arroio do Tigre; Barra do Ribeiro; Benjamin Constant do Sul; Caçapava do Sul; Cachoeira do Sul; Cacique Doble; Caibaté; Camaquã; Canela; Canguçu; Capão do Leão; Capivari do Sul; Caraã; Cerco Grande do Sul; Charrua; Constantina; Criciumal; Eldorado do Sul; Engenho Velho; Erval Seco; Estrela Velha; Getúlio Vargas; Gramado dos Loureiros; Guaíba; Ibiraiaras; Imbé; Irebango; Jaguarão; Liberato Salzano; Maquiné; Mariana Pimentel; Miraguaí; Nonoai; Palmares do Sul; Pedro Osório; Pelotas; Planalto; Porto Alegre; Redentora; Rio dos Índios; Rio Grande; Riozinho; Ronda Alta; Salto do Jacuí; Santa Maria; Santo Cristo; São Borja; São Francisco de Assis; São Francisco de Paula; São Jerônimo; São Luiz Gonzaga; São Miguel das Missões; Sentinela do Sul e Tapes; Tapes; Tenente Portela; Terra de Areia; Torres; Três Cachoeiras; Três Coroas; Três Forquilhas; Três Palmeiras; Uruguaiana; Viamão

2. FOTOS

Obs.: Para lista completa das fotos inventariadas, consultar o *Anexo 2: Registros audiovisuais*.

Aldeia Mato Preto/RS. Acervo CTI. Foto: Maria Inês Ladeira. 2008.

Fumo sendo secado na Aldeia Koẽ'ju/RS. Acervo CTI. Foto Daniel T Luz. 2010

Aldeia Itapuã. Acervo CTI. Foto Aluísio Azanha. 2006.

Visita dos participantes da Oficina de Saberes Artesanais, realiza na aldeia Koẽ'ju às Ruínas de São Miguel das Missões/RS. Acervo CTI. 2010.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

Obs.: Para lista completa dos bens inventariados, consultar o *Anexo 3: Bens culturais inventariados*.

SÍNTESE

Nesta primeira etapa de levantamento preliminar do INRC, não foram realizadas atividades de pesquisa de campo, indispensáveis para o levantamento de referências culturais. Estas informações serão coletadas durante a aplicação do INRC. As aldeias situadas no RS concentram-se em regiões de antiga ocupação guarani, comprovada por documentos históricos sobretudo aqueles relativos ao período das missões jesuíticas. Apesar da escassez de terras e de matas para os Guarani, as aldeias atuais abrigam famílias que ocupam sistematicamente a região por longo tempo, sendo os mais velhos detentores e dispersores de importantes saberes e referências históricas sobre o povo Guarani.

4. DESCRIÇÃO

Obs.: Para lista completa dos documentos escritos inventariados, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Para os fins deste levantamento preliminar, a localidade delimitada pelas atuais fronteiras estaduais do Rio Grande do Sul caracteriza-se como o extremo sul da ocupação Guarani Mbya em território brasileiro.

Ao sul e sudoeste, faz divisa com o país uruguaio tendo por fronteiras os rios Quaraí e Jaguarão – Lagoa Mirim, bem como linhas secas. No território deste país limítrofe, a ocupação mbya apresenta-se, atualmente, com pouca densidade populacional. Num passado recente, algumas famílias por ali se deslocaram procurando condições para a fundação de aldeias, o que resulta em um padrão de ocupação intermitente, intercalando períodos de presença e períodos de ausência no território uruguaia.

Ao oeste e noroeste, tendo por fronteira o rio Uruguai, faz divisa com a Argentina. O território deste país, com ênfase para a Província de Misiones, constitui-se importante referência socioespacial para as famílias mbya localizadas no RS.

Ao norte, a localidade separa-se do estado de Santa Catarina tendo por marco fronteiriço o rio Uruguai e seu formador, o rio Pelotas. Em SC, como nas demais unidades federativas do sul e sudeste do Brasil que são focos do inventário, apresenta-se intensa ocupação mbya.

Ao leste, da divisa com SC à divisa com o Uruguai, também há intensa ocupação guarani por toda a faixa litorânea.

Os grupos familiares mbya do RS apresentam relações constantes com grupos de todas as localidades identificadas no inventário, além daqueles situados nos países limítrofes. Suas lógicas de ocupação espacial extrapolam as fronteiras nacionais e estaduais, constituindo uma vasta territorialidade mbya-guarani. Para maiores informações a este respeito, consulte a ficha de sítio.

As relações de parentesco, invariavelmente, abrem os grupos locais para conexões com outros grupos. As proximidades e distâncias sociais não possuem correspondência imediata com as referências geográficas. Por exemplo, é comum encontrarmos um grupo familiar que apresenta maior proximidade de parentesco com grupos de SP ou RJ do que com outros que habitam o próprio estado ou regiões limítrofes.

Segundo dados da FUNASA (incompletos), a atual população Guarani no RS é de 1.665 pessoas, distribuídas em aproximadamente 34 lugares de ocupação no momento de elaboração deste levantamento preliminar, os quais seguem listados abaixo. Cabe ressaltar que informações demográficas são apenas estimativas e pouco confiáveis, devido a problemas relativos aos instrumentos de pesquisa demográfica aplicados a populações indígenas e à dinâmica de mobilidade de pessoas e famílias entre localidades guarani.

Terra Indígena	Outras Dominações para a TI	Presença Guarani atual	Município(s)	UF(s)	Litoral	Grupo(s) Étnicos	Sub-Grupo Guarani	Situação Fundiária	Área (há)
TI Pacheca	Ygua Porã	SIM	Camaquã	RS	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	1852.205
TI Salto Grande do Jacuí	Ytu Porã	SIM	Salto do Jacuí	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	234.9641
TI Nonoai / Rio da Várzea		NÃO	Nonoai / Gramado dos Loureiros/ Liberato Salzano/ Planalto/	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	16415.4443
TI Cacique Doble		NÃO	Cacique Doble	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva/ Mbya	Homologada (e Regularizada) (Em Revisão)	4426.2833
TI Guarita		SIM	Tenente Portela/ Miraguaí/ Redentora/ Erval	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Mbya / Nhandeva/ Kaiova	Homologada (e Regularizada)	23406.8684

			Seco						
TI Capivari	Yryapu, Granja Vargas	SIM	Palmares do Sul	RS	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	43.3215
TI Guarani Barra do Ouro	Campo Molhado, Nhuu Porã	SIM	Maquiné /Caraã/ Riozinho	RS	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	2268.6045
TI Varzinha	Ka'aguy Pau	SIM	Maquiné /Caraã	RS	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	776.2761
TI Ligeiro		SIM	Charrua	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	4565.7973
TI Guarani de Águas Brancas		SIM	Arambaré	RS	SIM	Guarani	Mbya	Declarada	230
TI Nonoai		SIM	Gramado dos Loureiros, Nonoai, Planalto e Rio dos Índios	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Declarada	19830
TI Serrinha		SIM	Ronda Alta/ Três Palmeiras/Engenho Velho/Constantina	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Declarada	11752
TI Cantagalo	Jataity	SIM	Viamão / Porto Alegre	RS	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Homologada	283.6761
TI Votouro		NÃO	Benjamin Constant do Sul	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	3341.0977
TI Guarani Votouro	Toldo Guarani Rio Liso, Caeté	NÃO	Benjamin Constant do Sul	RS	NÃO	Guarani	Mbya/Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	717.377
TI Mato Castelhano		NÃO	Camaquã	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Ligeiro		SIM	Charrua	RS	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Em estudo	
TI Morro da Formiga/ Ponta da Formiga		NÃO	Barra do Ribeiro	RS	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Morro do Côco		NÃO	Porto Alegre/Viamão	RS	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Itapuã	Pindo Miri	SIM	Viamão	RS	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Em estudo	
TI Petim/Arasaty	Tekoa Araçaty	SIM	Guaíba	RS	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Passo Grande/ Flor do Campo	Nhu Poty	SIM	Barra do Ribeiro	RS	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Mato Preto	Ka'a ty, Toldo Guarani Paiol Grande	SIM	Getúlio Vargas/ Irebango	RS	NÃO	Guarani	Nhandeva	Delimitada	4230
TI Taim	Ita'y	SIM	Rio Grande	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Riozinho	Itapoty	SIM	Riozinho	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Lomba do Pinheiro	Anhetengua	SIM	Porto Alegre	RS	SIM	Guarani	Mbya	Área adquirida	10
TI Divisa	Passo Grande 2	SIM	Barra do Ribeiro	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Espraiado		NÃO	Maquiné	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ruínas de São Miguel	Casa de Passagem	SIM	São Miguel das Missões	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Caaró	Urucuá	SIM	Caibaté	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Estiva	Nhundy	SIM	Viamão	RS	SIM	Guarani	Mbya /Nhandeva	Sem Providências	
TI Fagundes		SIM	Maquiné	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Gruta		NÃO	Maquiné	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Lami	Pindo Poty	SIM	Porto Alegre	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Mariana Pimentel	Yvapuru	NÃO	Mariana Pimentel	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Passo da Estância		SIM	Barra do Ribeiro	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Velhaco		SIM	Tapes	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Raia Pires		SIM	Sentinela do Sul e Tapes	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Capivari	Porãy	SIM	Capivari do Sul	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Passo Ricardo		NÃO	Capão do Leão/ Pedro Osório	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ka'aguy Poty	Estrela Velha, Itatim	SIM	Estrela Velha	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Paranhãna		SIM	Canela/ Três Coroas	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Alto Rio Rolante		NÃO	São Francisco de Paula/Riozinho	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Kaarandy	Toldo Guarani Santa Rosa	NÃO	Criciumal	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Pindoju Kora	Toldo Guarani Santo Cristo	NÃO	Santo Cristo	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Limeira		NÃO	São Luiz Gonzaga	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Retiro Velho		NÃO	Pelotas	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Três Forquilhas		NÃO	Terra de Areia, Três Forquilhas e Três Cachoeiras	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Botukarai	Toldo Guarani Lagoão Soledad	NÃO	Arroio do Tigre	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Kapi'i Ovy	Colônia Maciel	NÃO	Pelotas/Canguçu	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Imbaá		NÃO	Uruguaiana	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Aceguá		NÃO	Aceguá	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Irapuá	Pyau	SIM	Caçapava do Sul/ Cachoeira do Sul	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Rio Arenal	Acampamento Santa Maria	SIM	Santa Maria	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Jaguarizinho		NÃO	São Francisco de Assis	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Tekoa Fonte	Ygua Porã, Parque da Fonte Missioneira	NÃO	São Miguel das Missões	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Mata São Lourenço	Ka'aguy Miri	SIM	São Miguel das Missões	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Icamaquã			São Borja	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	

TI Interlagos	Sol Nascente, Imbé,Casqueiro, Doze Tribus	SIM	Imbé	RS	SIM	Guarani	Mbya	Área adquirida Pacig	?
TI Campo Bonito /Figueira	Guapo'y Porã	SIM	Torres	RS	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Área adquirida Pacig	?
TI Água Grande	Ka'a Miridy	SIM	Camaquã	RS	SIM	Guarani	Mbya	Decreto Estadual de Desapropriação	165,34
TI Inhacapetum	Ko'eju	SIM	São Miguel das Missões	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Decreto Estadual de Desapropriação	236,33
TI Coxilha da Cruz	Tekoa Porã	SIM	Barra do Ribeiro	RS	SIM	Guarani	Mbya	Decreto Estadual de Desapropriação	202,11
TI Itapuã	Pindo Miri	SIM	Viamão	RS	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Em estudo (21 hectares desapropriados pelo Estado)	21
TI Pinheiro		SIM	Maquiné	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Dos Sinos	Ytuí	NÃO	Caraá	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Mato Grande		NÃO	Arroi Grande	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Cantagalo 2		NÃO	Maquiné	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Arroio do Conde	Takuaty Porã	SIM	Eldorado do Sul	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Terra do Padre		NÃO	Terra de Areia	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Yvapurundy		NÃO	Ibiraiaras	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Riozinho 2		SIM	Riozinho	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Jaguarão		NÃO	Jaguarão	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Morro do Chapéu		NÃO	Terra de Areia	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Pessegueiro		NÃO	Cerco Grande do Sul	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Pimenta		NÃO	Viamão	RS	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI São Jerônimo		NÃO	São Jerônimo	RS	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	

Levantamento das TIs Guarani -Mapa Yvyrupa -O Território Guarani -Data da atualização: 18/10/1010 -Centro de Trabalho Indigenista

Fontes: Representantes Guarani e Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) – Centro de Trabalho Indigenista – Rodrigo Venzon – Maria Dorothea Post Darella – Maria Lúcia Brant de Carvalho – Paulo Porto – Celeste Ciccarone

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

O Rio Grande do Sul apresenta diferentes configurações ambientais. Para fins deste levantamento preliminar, pode-se tomar por referência a ocorrência de dois biomas: mata atlântica e pampa. A ocupação mbya ocorre exclusivamente no primeiro deles, que se estende pelo sítio Yvyrupa.
As áreas do domínio de Mata Atlântica, ao projetarmos a presença indígena nesta localidade como um processo de longa duração, são ocupadas pelos povos Guarani, conforme a literatura arqueológica e histórica especializada no tema. Os Mbya tradicionalmente ocupam as áreas remanescentes da Mata Atlântica – fortemente reduzidas em virtude da acentuada incidência do processo colonial sobre este bioma, buscando-as para construir os seus tekoá, considerando a indissociabilidade de seu modo de vida com as matas. Os tekoá no Rio Grande do Sul, segundo a classificação dos ecossistemas em que estão inseridos e sua posição na localidade, distribuem-se do seguinte modo.

Região Noroeste: Floresta Estacional Decidual.
Aldeias: Guarita, Inhacapetum.

Região Norte: Floresta Ombrófila Mista
Aldeias: Mato Preto, Guabiroba, Passo Feio e Mbaraká Mirim.

Região Central: Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional Decidual
Aldeias: Salto Grande do Jacuí, Itaúba, Santa Maria e Irapuá.

Região Leste: Formações Pioneiras, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista.
Aldeias: Kapi'i Ovy, Pacheca, Água Grande, Coxilha da Cruz, Passo da Estância, Passo Grande, Petim, Arroio do Conde, Lami, Lomba do Pinheiro, Cantagalo, Estiva, Itapuã, Capivari, Granja Vargas, Interlagos, Varzinha, Riozinho, Barra do Ouro, Pinheiro e Torres.

Em termos hidrográficos, a localidade que compreende o estado do Rio Grande do Sul compõe-se de três regiões: Uruguai, Guaíba e Bacias Litorâneas. Em todas elas registra-se a presença mbya.

Na região hidrográfica do Uruguai, os Mbya formam aldeias nas bacias do norte e do noroeste: Apuaê-Inhandava, Passo Fundo, Várzea, Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo, e Ijuí.
Na região hidrográfica do Guaíba, estão nas seguintes bacias: Alto Jacuí, Vacacaí e Vacacaí-Mirim, Baixo Jacuí, Lago Guaíba, Gravataí e Sinos.
Por fim, na região hidrográfica Bacias Litorâneas, possuem aldeias nas bacias Tramandaí, Litoral Médio, Camaquã e Mirim - São Gonçalo.

Os Mbya, na sua busca pelos lugares de constituição dos *tekoa*, procuram aqueles com degradação ambiental menos intensa, com vistas à realização de suas roças e atividades de caça, pesca e coleta. Tais lugares, conforme exposto acima, encontram-se em número reduzido.

Um ponto deve ser ressaltado, relativo à notável capacidade dos Mbya em contribuir na recuperação ambiental das áreas por eles ocupadas que se encontram em processo de deterioração – por exemplo, aldeia Lomba do Pinheiro, Cantagalo, Estiva e outras. Logo, a escolha dos Mbya de um lugar para constituição de seu *tekoa*, mesmo que este não apresente as condições adequadas para tal, implica na transformação desta localidade em uma área de recuperação ambiental. Ou seja, as áreas de ocupação dos Mbya não correspondem necessariamente a um ideal de área natural preservada, mas contêm o potencial para a recuperação das florestas.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

Para os efeitos deste levantamento preliminar, foram considerados Marcos Edificados as construções feitas pelos próprios Guarani, como é o caso das suas habitações e casas de rezas, assim como obras resultantes de intervenções do Poder Público e de outros agentes, como escolas e postos de saúde. Cabe notar, que a permanência desses tipos de edificações localizadas nas aldeias está sujeita a configurações e dinâmicas próprias das comunidades, podendo apresentar modificações consideráveis a médio prazo. Nesta etapa de levantamento preliminar, não foi possível realizar uma relação completa destas construções nas Terras Indígenas localizadas no Rio Grande do Sul, pois o mesmo exigirá pesquisa de campo prevista para a próxima etapa. Para maiores informações sobre este item, consulte a ficha de sítio.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

Obs.: Para lista completa das fontes inventariadas, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

5.1. RESUMO

A ocupação guarani na região do atual Rio Grande do Sul (doravante RS) remonta a aproximadamente 1800 anos antes do presente, conforme as evidências arqueológicas. Segundo as pesquisas das últimas décadas do séc. XX, a tradição Tupi-guarani tem origem amazônica, região de onde os Guarani partiram, alcançando as bacias dos rios Paraná e Paraguai e, no limite sul, a bacia do Rio da Prata. A leste da Bacia do Prata, também passando pelos grandes cursos fluviais, como o Uruguai e o Jacuí, atingiram a Costa Atlântica. Neste movimento, encontraram povos caçador-coletores, sem correspondência com grupos históricos, mas também com os antepassados dos Kaingang e dos povos pampeanos, como os Charruas e os Minuanos. Assim, desde uma perspectiva de longa duração, a localidade RS apresenta-se como área de confluência de diferentes tradições indígenas, cada qual com suas especificidades socioculturais que implicam diferentes padrões de ocupação territorial. Os povos Guarani, em consonância com suas particularidades, ocupavam preferencialmente as áreas de várzeas, bem como o litoral.

O Rio Grande do Sul foi o último espaço de inserção dos agentes europeus na costa brasileira. Apenas no início do séc. XVII surgiram os primeiros registros da entrada dos jesuítas, fundando reduções no litoral do RS, as quais logo foram atacadas pelos bandeirantes paulistas em busca de escravos indígenas. A guerra entre os Guarani, aliados aos jesuítas, e os bandeirantes marcou a primeira metade do séc. XVII no território do futuro estado do RS.

Nas últimas décadas do séc. XVII fundam-se os Sete Povos das Missões, na região situada além da margem direita do rio Uruguai, dando origem a uma experiência histórica que marcou profundamente o imaginário de fundação do RS. Situada em região de conflitos de interesses entre os impérios ibéricos, a experiência jesuítico-guarani foi interrompida na metade do séc. XVIII, por ocasião do acordo entre Portugal e Espanha inscrito no Tratado de Madri, que determinava a remoção das populações reduzidas para a margem esquerda do rio Uruguai. Seguiu-se aos acordos coloniais a resistência do povo indígena nas chamadas guerras guaraníticas, culminando no massacre de enorme contingente populacional guarani. Com a queda das reduções jesuítico-guarani e as derrotas nas batalhas subseqüentes, os Guarani, considerando o jogo de forças de formação política e econômica do RS, passam de uma posição majoritária para uma condição menor. A partir de então, a historiografia indica uma transferência do protagonismo, na formação do que viria a ser o RS, para os agentes coloniais e seu padrão de desenvolvimento econômico e social.

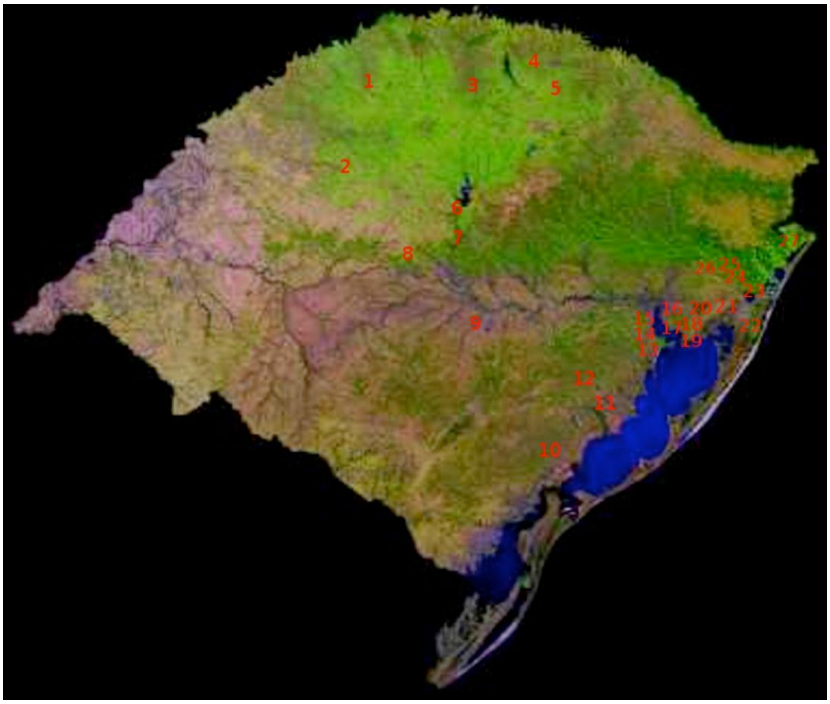
Da segunda metade do século XVIII em diante, os registros sobre os Guarani passam a restringir-se aos aldeamentos São Vicente, São Nicolau e Nossa Senhora dos Anjos, formados pelos agentes coloniais para absorver as populações outrora constituintes do complexo missioneiro. Na segunda metade do século XIX, esses igualmente apagam-se, e a documentação da presença guarani reaparece no RS na passagem para o século XX, quando se iniciam os registros referentes aos Mbya.

A respeito das condições deste "reaparecimento" dos Guarani no início do século XX, sob o etnônimo mbya no território do RS, deve-se mencionar a Guerra do Paraguai. Este evento, ocorrido na segunda metade do século anterior (1864 -1870), é considerado o conflito mais sangrento da história das Américas, em grande parte levado a cabo em territórios guarani. Culminando com a derrota paraguaia, seus efeitos na geopolítica regional afetou diretamente a ocupação guarani, acentuando o avanço colonial sobre suas terras. Consequentemente, o deslocamento dos Mbya desde as matas localizadas na região em que se traçaram as atuais fronteiras entre Paraguai, Argentina e Brasil, em direção aos territórios dos estados brasileiros, pode ser lido em conexão com este processo histórico.

Durante todo o século XX, alcançando o XXI, visualiza-se um intenso e progressivo fluxo de famílias mbya através das fronteiras supracitadas. A partir do noroeste e norte do RS, grupos fundaram lugares mbya até alcançarem o litoral. Os registros apontam ocorrências de "famílias chegadas do Paraguai" desde a primeira década do séc. XX. Chegavam e partiam, no movimento característico dos Mbya. Os lugares supostamente abandonados tornaram-se referências para outras famílias guarani. Tais movimentos, sempre em busca dos lugares de matas, que não se apresentavam exatamente como novos, pois presentes nos referenciais sociocosmológicos, constituíram o território reconhecido pelos Guarani como Yvyrupa, um território amplo, porém recortado pelos processos de colonização. Para maiores informações sobre a territorialidade guarani, consulte a ficha de sítio.

5.2. CRONOLOGIA	
Data	**EVENTO**
200 d.C.	Registros mais antigos de sítios guarani no RS
1605 d.C.	Incursões dos primeiros jesuítas no território do atual RS
1615 – 1620 d.C.	Primeiras “descidas” dos bandeirantes para captura de indígenas – predominantemente guarani.
1626 – 1634 d.C.	Formação das primeiras reduções jesuíticas
1682 – 1706 d.C.	Fundação dos Sete Povos das Missões
1750 d.C.	Tratado de Madri – Países Ibéricos acordam a expulsão dos Guarani da localidade
1753 – 1756 d.C.	Guerras Guaraníticas – reação e massacre dos Guarani diante das forças coloniais
1767 d.C.	Fundação dos Aldeamentos “Aldeia dos Anjos” (Gravataí) e “São Nicolau” (Rio Pardo)
+- 1910	Intensificação dos fluxos de grupos familiares e fundações de aldeias mbya no litoral do RS. Por exemplo, Kapi'i Ovy – grupo conduzido por Maria Tataxĩ.
+- 1910	Primeiros registros que se referem especificamente aos mbya, no noroeste do RS – grupo de Florencio Benites.
1910 - 1930	Aldeamentos promovidos pelo Governo do Estado – Toldos Lagoão, Santo Christo, Santa Rosa e Guarany.
1930 em diante	Fluxos de grupos familiares e fundações de aldeias mbya no RS. Região do Médio Jacuí.
1985	Inicia-se processo de Identificação e Delimitação de TI's Mbya no RS – Barra do Ouro.
1993	GT's de Identificação e Delimitação de TI's – Salto Grande do Jacuí, Irapuá, Taim, Águas Brancas, Pacheca.
1996	Auto-demarcação TI Barra do Ouro
1998	Homologação TI Salto Grande do Jacuí
2000	Homologação TI Pacheca Decretos de desapropriação (Gov. RS): Coxilha da Cruz, Água Grande e Inhacapetum
2001	Homologação TI Barra do Ouro
2003	Homologação TI Varzinha
2007	Homologação TI Cantagalo
2009	Publicação do resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da TI Mato Preto (DOU 23/11/2009).

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



Mapa de Localização das aldeias Mbya-Guarani na Localidade de RS
Fonte: http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br/rs/index2.htm

1- Guarita	15- Petim
2- Inhacapetum	16- Lomba do Pinheiro
3- Passo Feio/Mbaraká Mirim	17- Lami
4- Gabiroba	18- Cantagalo
5- Mato Preto	19- Itapuã
6- Salto Grande do Jacuí	20- Estva
7- Ka´aguy Poty/ Estrela Velha	21- Capivari do Sul
8- Santa Maria	22- Granja Vargas
9- Irapuá	23- Interlagos
10- Kapi´i Ovy	24- Varzinha
11- Pacheca	25- Barra do Ouro/Campo Molhado
12- Água Grande	26- Riozinho
13- Coxilha da Cruz	27- Campo Belo/Torres
14- Passo Grande I e II	

7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO
Constituição do Estado do Rio Grande do Sul Art. 157 – Na organização de sua economia, em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal, o Estado zelará

pelos seguintes princípios:
….....
X – resguardo das áreas de usufruto perpétuo dos índios e das que lhes pertencem a justo título.

Art. 264 – O Estado promoverá e incentivará a autopreservação das comunidades indígenas, assegurando-lhes o direito à sua cultura e organização social.
§ 1° - O Poder Público estabelecerá projetos especiais com vista a integrar a cultura indígena ao patrimônio cultural do Estado.
§ 2° - Cabe ao Poder Público auxiliar as comunidades indígenas na organização, para suas populações nativas e ocorrentes, de programas de estudos e pesquisas de seu idioma, arte e cultura, a fim de transmitir seu conhecimento às gerações futuras.
§ 3° - É vedada qualquer forma de deturpação externa da cultura indígena, violência às comunidades ou a seus membros, bem como a utilização para fins de exploração.
§ 4° - São asseguradas às comunidades indígenas proteção e assistência social e de saúde prestadas pelo Poder Público estadual e municipal.

Art. 265 – O Estado proporcionará às comunidades indígenas o ensino regular, ministrado de forma intercultural e bilíngue, na língua indígena da comunidade e em português, respeitando, valorizando e resgatando seus métodos próprios de aprendizagem, sua língua e tradição cultural.
Parágrafo único. O ensino indígena será implementado através da formação qualificada de professores indígenas bilíngues para o atendimento dessas comunidades, subordinando sua implantação à solicitação, por parte de cada comunidade interessada, ao órgão estadual de educação.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS
Art. 14 – No prazo máximo de um ano da promulgação da Constituição, o Estado promoverá as ações discriminatórias das terras devolutas rurais e urbanas.
Parágrafo único – Os imóveis advindas das ações discriminatórias referidas no caput destinar-se-ão a projetos de assentamentos agrários e a comunidades indígenas despojadas de terras em território tradicional, na zona rural, e projetos de moradia popular, na zona urbana, ressalvada a indisponibilidade das áreas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
Art. 15 – Em três anos da promulgação da Constituição, a Assembléia Legislativa revisará todas as doações, vendas, concessões e permissões de uso de imóveis urbanos e rurais realizadas no período de 1° de janeiro de 1962 até a promulgação desta Constituição.
….....
Art. 32 – No prazo de quatro anos da promulgação da Constituição, o Estado realizará o reassentamento dos pequenos agricultores assentados em áreas colonizadas ilegalmente pelo Estado situadas em terras indígenas.

Lei 7.916 – AUTORIZA A INSTITUIÇÃO DO FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FUNTERRA, DE 16 DE JULHO DE 1984.

Lei 9.519 – CÓDIGO FLORESTAL ESTADUAL DE 21 DE JANEIRO DE 1992.
Institui o código florestal do estado do Rio Grande do Sul e dá providências.

Lei 12.004 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS-CEPI- E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

DECRETO N° 35.007 - CRIA O CONSELHO ESTADUAL DO INDIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1993.

DECRETO N° 38.355, DE 01 DE ABRIL DE 1998.
Estabelece as normas básicas para o manejo dos recursos florestais nativos do Estado do Rio Grande do Sul de acordo com a legislação vigente.

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES
Nessa fase preliminar, priorizamos o apontamento de problemas e possibilidades que tem maior relevância para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na "ficha de sítio".

8.2. RECOMENDAÇÕES
Nessa fase preliminar, priorizamos o apontamento de recomendações para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na "ficha de sítio".

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

Obs.: Ver *Anexo 1: Bibliografia*

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

Pesquisador(es)	Bruno Ribeiro Marques; Flávio Schardong Gobbi e Maria Paula Prates	
Supervisor	Adriana Queiroz Testa, Daniel Calazans Pierri, Igor Scaramuzzi e Maria Inês Ladeira	
Redator	Bruno Ribeiro Marques; Flávio Schardong Gobbi e Maria Paula Prates	**Data** 20/02/2011
Responsável pelo inventário	Centro de Trabalho Indigenista	

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Yvyrupa
LOCALIDADE	Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO / UF	Abelardo Luz; Araquari; Araranguá; Balneário Barra do Sul; Barra Velha; Biguaçu; Canelinha; Chapecó; Cunhã Porã; Doutor Pedrinho; Entre Rios; Garuva; Guabiruba; Guaraciaba; Imaruí; Ipuaçu; Itaiópolis; Itajaí; Itapoá; Joinville; José Boiteux; Major Gercino; Marema; Morro Grande; Navegantes; Palhoça; Passo de Torres; Sangão; São Francisco do Sul; São João Batista; Saudades; Tijucas; Vitor Meireles; Xanxerê

2. FOTOS

Obs.: Para lista completa das fotos inventariadas, consultar o *Anexo 2: Registros audiovisuais*.

Aldeia Indígena Mbiguaçu, vista de cima da comunidade. Município de Biguaçu, às margens da BR-101, trecho norte. Foto de Clarissa Melo. 31/05/07.

Aldeia Guarani de Morro dos Cavalos, às margens da BR-101 - trecho sul, no município de Palhoça. Foto tirada por professor da aldeia. 10/08/2007.

Casa de Reza cercada de pés de fumo. Aldeia Tarumã/SP. Acervo CTI. Foto Maria Inês Ladeira. 2006.

Casa de Reza cercada de pés de fumo. Aldeia Tarumã/SP. Acervo CTI. Foto Maria Inês Ladeira. 2006.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

Obs.: Para lista completa dos bens inventariados, consultar o *Anexo 3: Bens culturais inventariados*.

SÍNTESE

Nesta primeira etapa de levantamento preliminar do INRC, não foram realizadas atividades de pesquisa de campo, indispensáveis para o levantamento de referências culturais. Estas informações serão coletadas durante a aplicação do INRC. Apesar de não ter sido ainda realizado o detalhamento das referências culturais nas aldeias de Santa Catarina, pode-se observar que, talvez em razão das próprias condições adversas à garantia de seus direitos territoriais, configuradas nas fortes pressões por parte do governo estadual e de proprietários de áreas rurais, as aldeias de SC são importantes referências para os Guarani de um modo geral, no que diz respeito à criação de movimentos organizados a partir das lideranças locais que constituíram a Comissão Regional Nhemongueta que atua em consonância com a Comissão Guarani Yvyrupa, na luta por seus direitos.

4. DESCRIÇÃO

Obs.: Para lista completa dos documentos escritos inventariados, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Atualmente a maioria das áreas ocupadas pelos Guarani no estado de Santa Catarina, encontram-se predominantemente localizadas na faixa litorânea do estado. No entanto, existem áreas de ocupação Guarani no interior do estado, principalmente na região oeste. Na tabela abaixo é possível visualizar as áreas de ocupação dos Guarani no Estado de Santa Catarina, assim como a situação fundiária das mesmas.

Terra Indígena	Outras Dominações para a TI	Presença Guarani atual	Município(s)	UF(s)	Litoral	Grupo(s) Étnicos	Sub-Grupo Guarani	Situação Fundiária	Área (há)
TI Cachoeira dos Inácios	Marangatu	SIM	Imaruí	SC	SIM	Guarani	Mbya	Encaminhada RI	80
TI Morro dos Cavalos	Itaty, Tekoa Ymã	SIM	Palhoça	SC	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Declarada	1997
TI Ibirama La Klãnô		SIM	Itaiópolis/Doutor Pedrinho/ José Boiteux/Vitor Meireles	SC	NÃO	Guarani e Xokleng	Nhandeva/ Mbya	Declarada	37108
TI Xapecó		SIM	Xanxerê / Marema/ Entre Rios	SC	NÃO	Guarani e Kaingang	Mbya/Nhandeva	Homologada	15623.9581
TI Guarani Araça'i		NÃO	Saudades/ Cunhã Porã	SC	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Declarada	2721
TI Toldo Chimbangue		SIM	Chapecó	SC	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	988.6625
TI Tarumã	Corveta	SIM	Araquari	SC	SIM	Guarani	Mbya	Declarada	2172
TI Morro Alto	Laranjeiras	SIM	São Francisco do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Declarada	893
TI Pindoty		SIM	Araquari/ Balneário Barra do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Declarada	3294
TI Piraí		SIM	Araquari	SC	SIM	Guarani	Mbya	Declarada	3017
TI Massiambu		SIM	Palhoça	SC	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Reta/Tapera		SIM	São Francisco do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Mbiguaçu	Yy Morotí Wherá	SIM	Biguaçu	SC	SIM	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Regularizada (Em Revisão)	59.1982
TI Guabiruba / Brusque		NÃO	Guabiruba	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Itaju	Morro Grande, Nova Roma, Fazenda da Casa Branca, Itadju	NÃO	Morro Grande	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Sangãozinho		NÃO	Sangão	SC	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Sem Providências	
TI Cambirela	Yvyty Kambiré, Yvy Rembé	SIM	Palhoça	SC	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Amâncio	Yvyju Miri / Miri Ju	SIM	Tijucas/Biguaçu	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Serra Dona Francisca	Itaguaçu	NÃO	Joinville	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Praia de Fora		SIM	Palhoça	SC	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Yakã Porã	Yy akã Porã; Urubuquara	SIM	Garuva	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Morro da Palha		NÃO	São Francisco do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Barra do Sul		NÃO	Balneário Barra do Sul	SC	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ilha do Mel		NÃO	Joinville	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	

TI Rio Bonito		NÃO	Joinville	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Coqueiros		NÃO	Araquari	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rainha		NÃO	Araquari	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Figueira do Pontal		NÃO	Itapoá	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Enseada		NÃO	São Francisco do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Lamin		NÃO	São Francisco do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Curva do Arroz		NÃO	Joinville	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Espinheirinho	Pinheiro	NÃO	Itajaí	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Iperoba		NÃO	São Francisco do Sul	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio do Meio		NÃO	Itajaí	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Barranca		NÃO	Araranguá	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Palhoça	Terra Fraca	NÃO	Palhoça	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Tekoa Vy'a	Wy'a	SIM	Major Gercino/ São João Batista	SC	SIM	Guarani	Mbya	Área adquirida Pacig	?
TI Itanhaé	Morro da Palha	SIM	Biguaçu	SC	SIM	Guarani	Mbya	Área adquirida Pacig	?
TI Barra Velha		NÃO	Barra Velha	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Gravatá	Navegantes	NÃO	Navegantes	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ximboty		NÃO	Ipuaçu	SC	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Narãdy		NÃO	Xanxerê	SC	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Passo de Torres	Guapo'y Porã	SIM	Passo de Torres	SC	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Tekoa Kuri'y	Amaral	SIM	Biguaçu	SC	SIM	Guarani	Mbya	Área adquirida Pacig	?
TI Tekoa Tava'í	Canelinha	SIM	Canelinha	SC	SIM	Guarani	Mbya	Área adquirida Pacig	?
TI Uru		NÃO	Guaraciaba	SC	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Narãdy		NÃO	Xanxerê	SC	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Palmas		SIM	Abelardo Luz/Palmas-PR	SC; PR	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada	3800.8794

Levantamento das TIs Guarani -Mapa Yvyrupa -O Território Guarani -Data da atualização: 18/10/1010 -Centro de Trabalho Indigenista

Fontes: Representantes Guarani e Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) – Centro de Trabalho Indigenista – Rodrigo Venzon – Maria Dorothea Post Darella – Maria Lúcia Brant de Carvalho – Paulo Porto – Celeste Ciccarone

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

As áreas de ocupação Guarani no estado situam-se no amplo e diversificado bioma da Mata Atlântica. Nestas áreas é possível encontrar vários tipos de paisagens. Na região da costa, encontram-se as formações vegetais das planícies costeiras (como mangues e restingas) e a floresta tropical atlântica que cobre a região da Serra do Mar. Na região do planalto ocidental (oeste, noroeste, sudoeste do estado), estão as florestas de araucárias, campos e floresta subtropical.

Em grande parte do estado de Santa Catarina, as formações vegetais encontram-se excessivamente fragmentadas devido à exploração madeireira, às práticas de agricultura extensiva e ao desenvolvimento urbano, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Os Guarani procuram viver em locais às margens de grandes rios, que em grande parte recebem nomes oriundos da língua guarani, remetendo a locais ocupados pelos seus antepassados. Os grandes rios (Itajaí, Uruguai e respectivos afluentes), que se situam próximos a estas áreas, vêm sendo afetados pela poluição produzida pelas indústrias e pelo crescimento urbano.

Para uma discussão mais abrangente da territorialidade guarani e meio ambiente, consulte a ficha de sítio.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

Para os efeitos deste levantamento preliminar, foram considerados Marcos Edificados as construções feitas pelos próprios Guarani, como é o caso das suas habitações e casas de rezas, assim como obras resultantes de intervenções do Poder Público e de outros agentes, como escolas e postos de saúde. Cabe notar, que a permanência desses tipos de edificações localizadas nas aldeias está sujeita a configurações e dinâmicas próprias das comunidades, podendo apresentar modificações consideráveis a médio prazo. Nesta etapa de levantamento preliminar, não foi possível realizar uma relação completa destas construções nas Terras Indígenas localizadas em Santa Catarina, pois o mesmo exigirá pesquisa de campo prevista para a próxima etapa. Para maiores informações sobre este item, consulte a ficha de sítio.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

Obs.: Para lista completa das fontes inventariadas, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

5.1. RESUMO

Em Santa Catarina, a presença dos Guarani, também nomeados em fontes documentais como Carijós, foi registrada por diversos cronistas desde o século XVI: Gonneville (1504), Aleixo Garcia (1515), Caboto (1526), Cabeza de Vaca (1541), Schmidel (1552), Hans Staden (1548). Durante o processo de colonização do território correspondente ao do atual estado de Santa Catarina, os Guarani se deslocaram de lugares que ocupavam no litoral, para o interior do estado, outros estados brasileiros e outros países, como Paraguai, Argentina e Uruguai, como meio de manterem-se distantes dos colonizadores. Apesar da intensa presença e circulação dos Guarani por esta região, até praticamente o início da década de 1990, a presença guarani era reconhecida pela sociedade envolvente (e registrada pela escrita) somente na região em que se encontra a TI Morro dos Cavalos (Ladeira, Rel. Identificação TI Morro dos Cavalos. FUNAI. 2001).
Atualmente, as áreas no estado de Santa Catarina que os Guarani consideram como sendo de ocupação e uso tradicionais se encontram entrecortadas por aglomerados urbanos, áreas de agricultura extensiva, áreas de turismo, unidades de conservação e por rodovias federais e estaduais. Neste contexto, pode-se dizer que atualmente as áreas ocupadas pelos Guarani representam apenas fragmentos de um vasto território que eles consideram como de ocupação e uso tradicionais. Alguns destes fragmentos ocupados foram adquiridos através de processos de indenização e aquisição e outros passaram por processos de identificação, sendo reconhecidos pelo governo federal como Terras Indígenas. As Terras Indígenas Guarani no estado se encontram em três tipos de situação fundiária: algumas já foram parcialmente regularizadas, outras estão em processo de regularização fundiária (já identificadas e delimitadas) enquanto outras estão aguardando providências para identificação e delimitação.

É importante ressaltar que as atuais áreas de ocupação e uso não permanecem sempre habitadas pelas mesmas pessoas e famílias. O que se pode observar é uma grande mobilidade de pessoas e famílias que não necessariamente é orientada pelas divisões político-administrativas do estado brasileiro, mas sim pelos percursos históricos, pelo parentesco e as alianças entre os diversos grupos familiares em um vasto território que todos os Guarani consideram como de ocupação e uso tradicionais.

A tabela a seguir, elaborada por Maria Dorothea Post Darella (2004), que retoma os primeiros movimentos apontados por Maria Inês Ladeira (1991), descreve a trajetória e deslocamentos de algumas famílias Guarani no estado de Santa Catarina:

Movimento das famílias Guarani constantes do Relatório "Aldeias Guarani do litoral de Santa Catarina" entre 1991 e 2003.

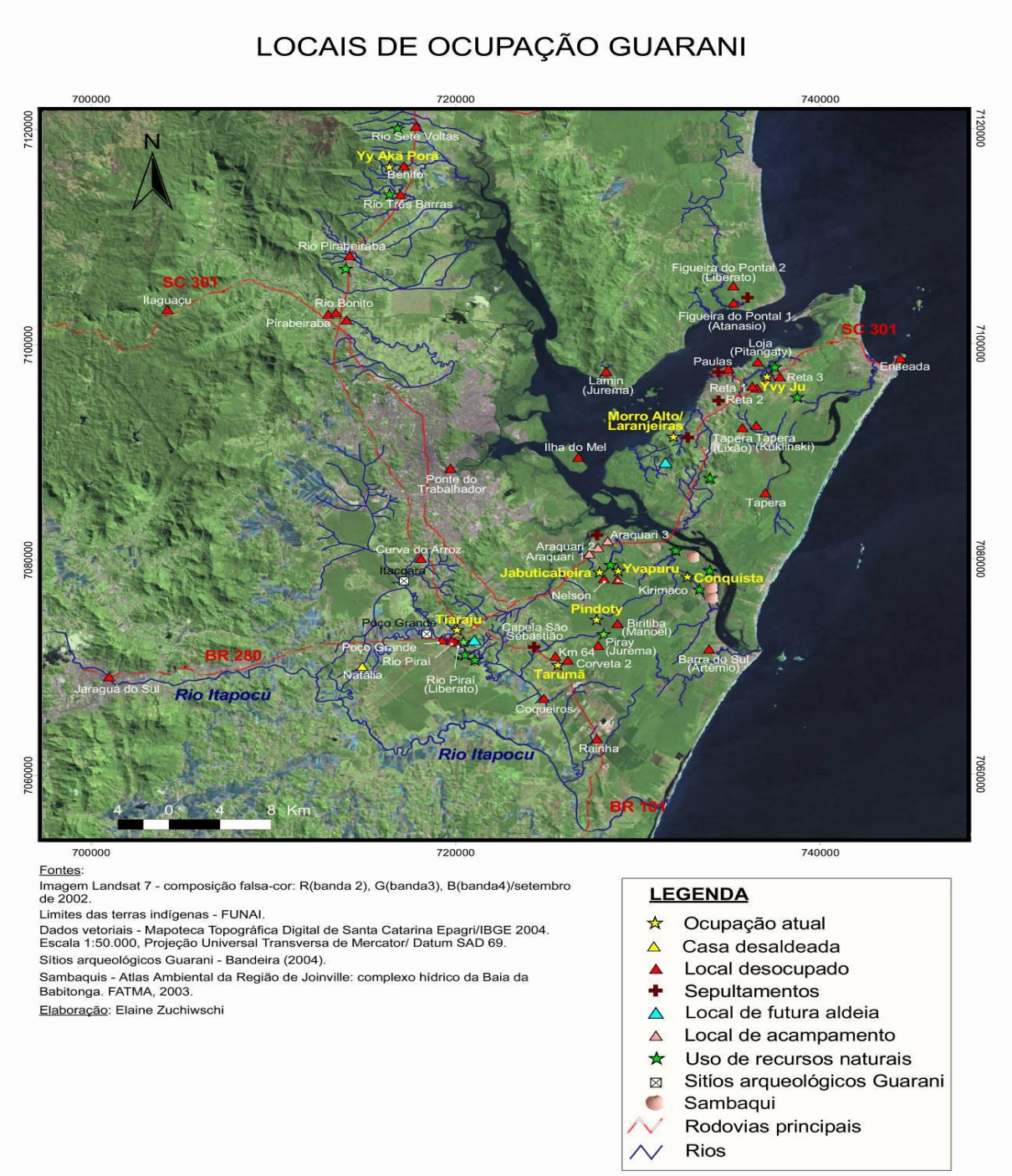
Local ocupado em outubro de 1991 no litoral de SC	Famílias	Deslocamentos	Local ocupado em outubro de 2003
Guabiruba [Brusque]	Benito de Oliveira/ Etelvina Gonçalves	Ilha da Cotinga/PR→Ilha das Peças/PR→Ilha da Cotinga/PR→Barra do Ararapira→Cananéia/SP→Rio Branquinho/SP→Cananéia/SP→Araçá/SC (1996)→Tapera (Kuklinski)/SC (1996)→Reta/ SC→Mbiguaçu/SC→Tapera (prox. lixão)/SC→Pindoty/SC→Jabuticabeira/SC→	Ilha do Mel/PR (desde 2001)

Espinheirinho [Pinheiro] Espinheirinho [Pinheiro]	Artêmio Brizola/ Marta Benite Dionísio Brisuela/ Júlia Campos	TI *La Klãnõ*/SC→Mafra/SC→Curva do Arroz/SC→Poço Grande/SC→Rio Sete Voltas/SC→Rio Pirabeiraba/SC→Rio do Meio/SC→Morro dos Cavalos/SC (1996)→Reta/SC→Tarumã/SC→ Litoral do PR→Cananéia/SP→Ilha do Cardoso/SP→Cananéia/SP→Juréia/SP→Sete Barras/SP→Morro dos Cavalos/SC→Tekoa Vy'a Porã→	Piraí (desde 1998) SC Mbiguaçu (desde 2003)	
Rio do Meio	Marcílio/Liria	Região lagunar-estuarina (PR-SP) →	Ilha do Cardoso/SP (desde 1992)	
Mbiguaçu Mbiguaçu	Alcindo Moreira/ Rosa Pereira Milton Moreira/ Roseli Moreira	→ Mbiguaçu/SC (1996)→Cantagalo/RS→Campo Bonito/RS→	Mbiguaçu/SC (desde 1987) Piçarras (em 2003)	
Morro dos Cavalos	Rosalina Moreira	→	Praia de Fora/SC (desde 1994)	
Terra Fraca [Palhoça]	Ana (tia materna de Etelvina Fontoura)	Cambirela (onde Ana faleceu em 1994)	Cambirela/SC (desde 1996 - Etelvina)	

5.2. CRONOLOGIA	
Data	**EVENTO**
Século XVI	Relatos de presença e intensa circulação de grupos guarani na região de Santa Catarina.
Década de 1930*	Ocupação da região de Morro dos Cavalos/Palhoça e adjacências por famílias Guarani.
Década de 1960:	Construção das BR 101 e 280
Décadas de 1980 e 1990	Ocupação da região de Mbiguaçu pela família de Alcindo Moreira. Intensa ocupação e movimentação espacial por famílias Guarani e formação de várias aldeias na região costeira do estado
1999	Ocupada Terra Indígena onde fica localizada a aldeia indígena de Marangatu/Imaruí, resultado da medida mitigadora pela implementação do gasoduto Bolívia-Brasil
2003	Homologada Terra Indígena da aldeia de Mbiguaçu
2007	Demarcada Terra Indígena de Araçai (oeste do estado)
1997-2008	Lutas na Justiça pela demarcação de Morro dos Cavalos, demarcada apenas em 2008, em fase de regularização fundiária.

* A equipe de pesquisa responsável pelo levantamento preliminar trabalhou com uma cronologia centrada na ocupação mbya a partir de 1930, sem negligenciar que a presença mbya no estado de Santa Catarina é anterior, conforme documentação do século XIV.

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



Fontes:
Imagem Landsat 7 - composição falsa-cor: R(banda 2), G(banda3), B(banda4)/setembro de 2002.
Limites das terras indígenas - FUNAI.
Dados vetoriais - Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE 2004. Escala 1:50.000, Projeção Universal Transversa de Mercator/ Datum SAD 69.
Sítios arqueológicos Guarani - Bandeira (2004).
Sambaquis - Atlas Ambiental da Região de Joinville: complexo hídrico da Baia da Babitonga. FATMA, 2003.
Elaboração: Elaine Zuchiwschi

LEGENDA
- Ocupação atual
- Casa desaldeada
- Local desocupado
- Sepultamentos
- Local de futura aldeia
- Local de acampamento
- Uso de recursos naturais
- Sitios arqueológicos Guarani
- Sambaqui
- Rodovias principais
- Rios

Duplicação da rodovia BR 280, trecho São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul, População Indígena Guarani. Fonte: EISA

IMAGEM DE SATÉLITE DA ALDEIA INDÍGENA DE MORRO DOS CAVALOS. FONTE: GOOGLE EARTH: 2007.

Imagem de satélite da Aldeia Indígena de Mbiguaçu. Fonte: Google Earth: 2007.

7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO
Educação escolar indígena no estado de Santa Catarina: • Criação da Comissão Estadual de Educação, criada pela Portaria nº 16207/93. • Portaria 559/91 – Estabelece a criação dos Núcleos de Educação Escolar Indígena – NEIs nas Secretarias

Estaduais de Educação.
SC – Criação do NEI – 1996

- Lei 12.449 de 10 de dezembro de 2002 – Institui Categoria de Escola Indígena em Santa Catarina.

Legislação Ambiental:

- Resolução CONSEMA Nº 01/2005 Define as atividades potencialmente poluidoras no estado de SC.

Constituição do Estado de Santa Catarina, 2006:

- CAPÍTULO III
  DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

  Seção I,Da Educação, Art. 164 —§ 2º — "O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem."

- CAPÍTULO III
  DO DESENVOLVIMENTO RURAL:

  Art. 148-A90. O Estado poderá promover, na forma da lei e por meio de convênios com outros entes federativos, o reassentamento ou a indenização dos pequenos agricultores que, de boa fé, estejam ocupando terras destinadas por meio de processo demarcatório, aos povos indígenas.

- CAPÍTULO VIII
  DOS ÍNDIOS

  Art. 192 — O Estado respeitará e fará respeitar, em seu território, os direitos, bens materiais, crenças e tradições e todas as garantias conferidas aos índios na Constituição Federal.

  Parágrafo único. O Estado assegurará às comunidades indígenas nativas, de seu território, proteção, assistência social, técnica e de saúde, sem interferir em seus hábitos, crenças e costumes.

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Nessa fase preliminar, consideramos extremamente pertinente o apontamento de problemas e possibilidades que tem maior relevância para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na "ficha de sítio". Aqui, optamos por apontar de maneira geral alguns dos impasses que se apresentam para as aldeias localizadas no Estado de Santa Catarina.

Sem dúvida, o maior problema para os Guarani no estado é a fragmentação e a diminuição do espaço de suas áreas tradicionais de uso e ocupação. Devido ao crescimento do turismo, da agricultura extensiva e da indústria, se torna cada vez mais difícil a demarcação dessas áreas. Além desta dificuldade, o crescimento econômico e urbano impõe problemas às áreas que já foram demarcadas. Morro dos Cavalos, Terra Indígena localizada às margens da BR-101, trecho sul, no município de Palhoça, foi dividida por esta rodovia e a população que mora na Terra Indígena se encontra atualmente em duas aldeias que foram separadas pela rodovia (Morro dos Cavalos e Maciambu). O processo visando à indenização de grupos Guarani afetados pelos impactos causados por esta rodovia ainda tramita na Justiça. A aldeia de Mbiguaçu, localizada no município de Biguaçu, se localiza no Km 190, também às margens da BR-101 - trecho norte. Ainda no trecho norte, a maioria das aldeias está instalada nas proximidades das rodovias BRs 101 e 280, e vias urbanas: Tiaraju/Piraí, Tarumã, Yy Akã Porã, Jabuticabeira, Pindoty e Yvy Ju/Reta.
Em muitas áreas de ocupação dos Guarani em Santa Catarina, ocorrem disputas que envolvem interesses imobiliários, turísticos, do agronegócio e a implantação ou ocorrência de unidades de conservação, o que resulta em conflitos dos Guarani com os mais variados segmentos da sociedade nacional (instâncias governamentais, empresários dos ramos de

turismo e imobiliário e agricultores). Na região de São Francisco do Sul, há projetos para implantação de uma rodovia Estadual. Esta mesma região já sofreu profundos impactos causados pela implantação da BR-280. Ainda tramita na Justiça um processo visando à indenização de grupos guarani afetados pelo impacto deste empreendimento.

8.2. RECOMENDAÇÕES

Nessa fase preliminar, consideramos extremamente pertinente o apontamento de recomendações para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na "ficha de sítio". Aqui, optamos por apontar de maneira geral algumas recomendações para condução de políticas públicas voltadas para as aldeias localizadas no Estado de Santa Catarina.

A situação das aldeias indígenas Guarani no Estado de Santa Catarina apresentam problemas relacionados aos processos de urbanização e degradação do ambiente pela expansão de empreendimentos imobiliários, turísticos e de agronegócio, assim como a construção e duplicação de estradas. Diante da fragmentação e espaço reduzido das áreas de uso e ocupação, algumas medidas, tornam-se urgentes: finalização dos processos de regularização fundiária das Terras Indígenas; criação de planos participativos de manejo e gestão territorial das Terras Indígenas; desenvolvimento de uma política pública mais ágil e justa para os casos em que sejam necessárias medidas compensatórias decorrentes de impactos sócio-ambientais de grandes empreendimentos.

Recomenda-se também o aprimoramento das políticas públicas de valorização cultural do Povo Guarani, por meio de projetos que privilegiem principalmente as questões de território e sustentabilidade. O segundo ponto importante é um maior investimento na qualidade dos serviços públicos prestados a estas populações (saúde, educação, saneamento básico, moradia); e, por fim, um maior investimento na capacitação e na continuidade do trabalho dos profissionais não indígenas que trabalham em contato direto com o grupo.

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

Obs.: Ver *Anexo 1: Bibliografia*

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

Pesquisador(es)	IGOR SCARAMUZZI E CLARISSA MELO	
Supervisor	Adriana Queiroz Testa, Daniel Calazans Pierri, Igor Scaramuzzi e Maria Inês Ladeira	
Redator	IGOR SCARAMUZZI E CLARISSA MELO	**Data** 20/02/2011
Responsável pelo inventário	Centro de Trabalho Indigenista	

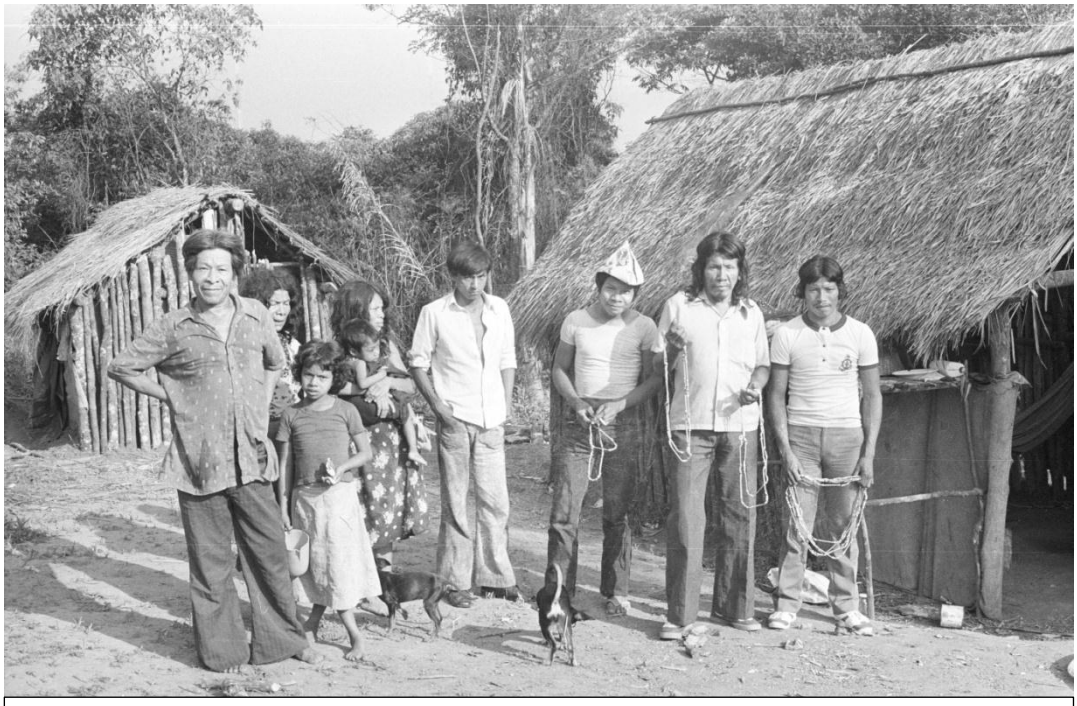
INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **LOCALIDADE**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F11	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Yvyrupa
LOCALIDADE	Conjunto das Aldeias Guarani Localizadas no Estado de São Paulo
MUNICÍPIO / UF	Avaí; Barão de Antonina; Bertioga; Cananéia; Iguape; Itanhaém; Itaporanga; Itariri; Jacupiranga; Juquiá; Miracatu; Mongaguá; Pariquera-Açu; Pedro de Toledo; Peruíbe; Piraju; Registro; Salesópolis; São Bernardo do Campo; São Paulo; São Sebastião; São Vicente; Sete Barras; Ubatuba

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.



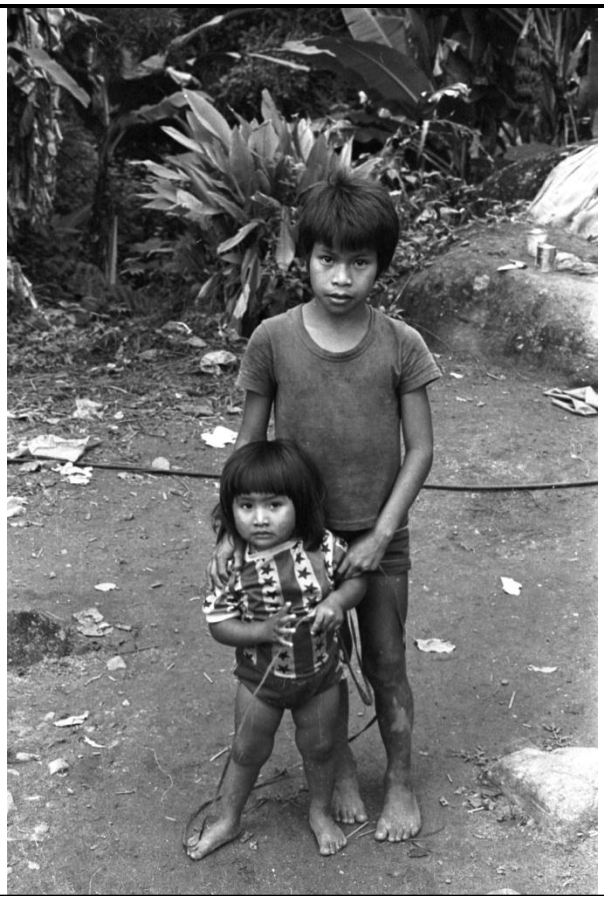
VISITA DE ÍNDIOS KRAHÓ AOS GUARANI NA ALDEIA BARRAGEM. SÃO PAULO/SP. 1980. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

ALDEIA MBOI MIRIM. SÃO PAULO/SP 1980. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA

ALDEIA BOA VISTA. UBATUBA/SP. 1981. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA

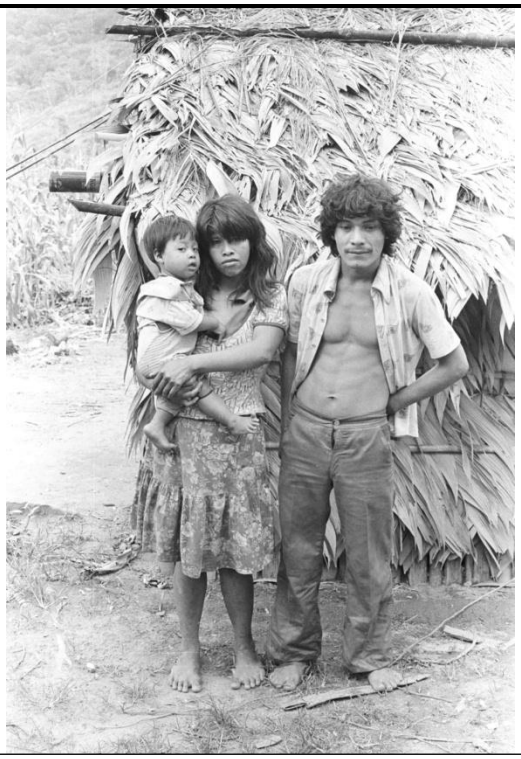
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--



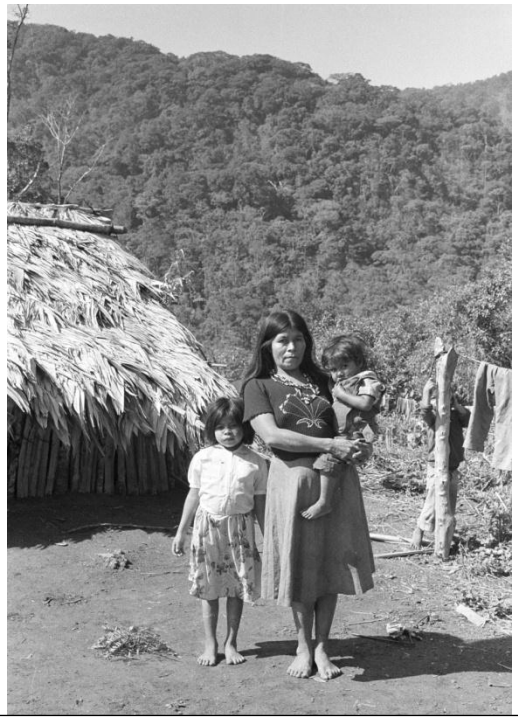
MARCOS TUPÃ E SUA IRMÃ NA ALDEIA BOA VISTA. UBATUBA/SP.1981. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA

ALDEIA BOA VISTA. UBATUBA/SP.1981. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--



ALDEIA RIO BRANCO. ITANHAÉM/SP.1982. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA



ALDEIA ITARIRI. TI SERRA DO ITATINS. ITARIRI/SP. 1984. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

ALDEIA RIO BRANQUINHO. CANANÉIA/SP.1994. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA

ALDEIA ILHA DO CARDOSO. CANANÉIA/SP.1994. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

ALDEIA ILHA DO CARDOSO. CANANÉIA/SP.1994. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA.

ALDEIA ITAOCA. MONGAGUA/SP.1995. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

ALDEIA RIO BRANCO. ITANHAÉM/SP.1994. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA

ALDEIA NIMUENDAJU. TI ARARIBÁ. AVAÍ /SP.2005. ACERVO CTI. FOTO MARIA INÊS LADEIRA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS*.

SÍNTESE

Nessa fase preliminar não foi iniciado o inventário de referências culturais uma fez que a fase de aplicação do INRC propriamente dita não iniciou. Não obstante, uma série de menções às referencias culturais dos Guarani são feitas ao longo dessa ficha a partir do conhecimento prévio da equipe do CTI e também de referências secundárias. Da mesma forma, o processo de discussão interna dos Guarani a respeito dessa próxima fase do Inventário foi descrito na "Ficha de Sítio" que deve pode ser consultada.

Não obstante, cabe destacar a importância particular das aldeias Guarani localizadas no Estado de São Paulo para o universo cultural desse povo. Em primeiro lugar, cabe notar que São Paulo é o Estado que conta atualmente com o maior contingente populacional guarani no Brasil por conta de sua importância para a história de ocupação desse povo, descrita nos itens subsequentes. Da mesma maneira, cabe destacar que atualmente as aldeias paulistas localizadas junto à Serra do Mar inserem-se numa das áreas onde há hoje os maiores fragmentos de mata atlântica preservada, constituindo região importante para a manutenção de uma série de práticas culturais relacionadas à floresta.

4. DESCRIÇÃO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

A população Guarani no Estado de São Paulo está distribuída em 32 Terras Indígenas. Além dessas 32 pudemos levantar mais 20 outras TIs ocupadas recentemente pelos Guarani e das quais foram obrigados a sair. Segundo dados da FUNASA referentes à Julho de 2009, disponibilizados através do SIAFI em Janeiro de 2010, os Guarani somam 3.504 indivíduos no Estado de São Paulo, o que corresponde em média 700 a 800 famílias nucleares.

Dentre as 32 TIs atualmente ocupadas, apenas 4 tiveram seu processo de regularização concluído. Outras 6TIs também tiveram o processo finalizado porém encontram-se atualmente em procedimento de revisão de limites, de modo a atender os critérios definidos pelo Decreto 1775/96 e a CF/ 88 de demarcação de Terras Indígenas que assegurem a reprodução física e cultural dos índios, segundo seus usos, costumes e tradições, e dado o significativo crescimento demográfico das aldeias neste Estado. Dentre essas TIs em revisão, a TI Guarani do Ribeirão Silveira já teve os novos limites propostos aprovados pela FUNAI e declarados pelo Ministro da Justiça. A TI Itaoca, também encontra-se nessa fase, tendo seus limites aprovados pelo Ministro da Justiça e aguardando a demarcação física e homologação presidencial. A TI Piaçaguera teve seus limites aprovados pela FUNAI, mas em razão de ações judiciais, não obteve assinatura da portaria declaratória pelo Ministro da Justiça. Além da TI Ribeirão Silveira, as outras 5 TIs que se encontram em processo de revisão ainda aguardam o término dos Estudos de Identificação e Delimitação em curso pela FUNAI. Outras 14 TIs do Estado tão atualmente passando pelos estudos de identificação e delimitação. Além disso, entre as TIs atualmente ocupadas, outras 4 TIs encontram-se sem providências administrativas da FUNAI para sua regularização. Atualmente, em SP, ações judiciais movidas pelo Estado de SP e por particulares, questionando os direitos territoriais dos Guarani, incidem em 6 TIs: Peguaoty, Piaçaguera, Itaoca, Paranapuã, Jaraguá, Ribeirão Silveira e Renascer. Além destas ações em curso, 3 aldeias já obtiveram sentenças a seu favor nos anos 1980: Barragem, Krukutu e Boa Vista.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

Terra Indígena	Outras Dominações para a TI	Presença Guarani atual	Município(s)	UF(s)	Litoral	Grupo(s) Étnicos	Sub-GrupoGuarani	Situação Fundiária	Área (há)
TI Guarani do Aguapeú		SIM	Mongaguá	SP	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	4372.2599
TI Itaóca		SIM	Mongaguá	SP	SIM	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Declarada	533
TI Guarani do Ribeirão Silveira		SIM	São Sebastião/ Bertioga/Salesópolis	SP	SIM	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Declarada (Processo de Revisão)	8500
TI Peruíbe	Bananal	SIM	Peruíbe	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	480.4737
TI Boa Vista do Sertão do Promirim	Jaexaa Porã	SIM	Ubatuba	SP	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	906.3886
TI Rio Branco Itanhaém	Yy ti	SIM	Itanhaém / São Vicente /São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	2856
TI Serra do Itatins	Itariri, Capoeirão, Rio do Azeite	SIM	Itariri	SP	SIM	Guarani	Mbya/Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	1212
TI Guarani do Krukutu	Nhe'e Porã	SIM	São Paulo e São Bernardo do Campo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	25.88
TI Guarani da Barragem	Barragem, Morro da Saudade, Vila Guarani, Tenondé Porã	SIM	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	26.3
TI Jaraguá		SIM	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	1.7566
TI Renascer		SIM	Ubatuba	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Guarani de Itaporanga	Tekoa Porã	SIM	Itaporanga	SP	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI TekoaPindoty		SIM	Pariquera -Açu	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI TekoaGuaviraty	Subaúma	SIM	Iguape	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Tekoa Itapuã	Icapara, Tekoa Porã, Yvyu	SIM	Iguape	SP	SIM	Guarani	Mbya/Kaiova	Em estudo	
TI TekoaJejyty	Toca do Bugio	SIM	Iguape	SP	SIM	Guarani	Mbya/Kaiova	Em estudo	
TI TekoaUruity	Nhundy, Musácea	SIM	Miracatu	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI TekoaJaikoaty	Djaikoaty	SIM	Miracatu	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI TekoaAmbaPora		SIM	Miracatu	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI TekoaPeguaoty	Sete Barras	SIM	Sete Barras	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Ilha do Cardoso	Pacurity, Parapau, Yvyty	SIM	Cananéia	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Rio Branquinho	Rio Branco de Cananéia, Tapy'i	SIM	Cananéia	SP	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Guarani Barão de Antonina		SIM	Barão de Antonina	SP	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Rio Guanhanhã		NÃO	Itariri	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Jakare'i	Acaraú	SIM	Cananéia	SP	SIM	Guarani	Mbya/Kaiova	Sem Providências	
TI Itapu Mirĩ	Votupoca	SIM	Registro	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Paraíso		SIM	Iguape	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Itapitangui		NÃO	Cananéia	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Comprido	Yypuku	NÃO	Iguape	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Juréia /Barra do Ribeira		NÃO	Iguape	SP	SIM	Guarani	Mbya/Kaiova	Sem Providências	
TI Mboi Mirim		NÃO	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Sol Nascente		NÃO	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Guaraú	Rio do Peixe	NÃO	Pedro de Toledo	SP	SIM	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Morro dos Barbosas	Biquinha	NÃO	São Vicente	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Morro Saquaré	Vila Margarida	NÃO	São Vicente	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Capela do Porto		NÃO	Juquiá	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Paranapoã/XixovaJapuí	Praia das Vacas	SIM	São Vicente	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Porto Cubatão	Piraí	NÃO	Cananéia	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Icapara2	Itaoka2	SIM	Iguape	SP	SIM	Guarani	Mbya/Kaiova	Em estudo	
TI Jakupiranga		NÃO	Jacupiranga	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Karumbe'y	Tenondé Porã	NÃO	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Pai Matias	Tenondé Porã	SIM	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Yyrexakã	Tenondé Porã	NÃO	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Tekoa Eucalipto	Tenondé Porã	NÃO	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ventura oikoa	Tenondé Porã	NÃO	São Paulo	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Piaçaguera		SIM	Peruíbe	SP	SIM	Guarani	Nhandeva	Delimitada	
TI Piraju		NÃO	Piraju	SP	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	

TI Pirakuara	Alecrim, Pedro de Toledo	NÃO	Pedro de Toledo	SP	SIM	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Serrinha	Juqueí	NÃO	São Sebastião	SP	SIM	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Takuary		NÃO	Cananéia	SP	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Araribá		SIM	Avaí	SP	NÃO	Guarani, Kaingang e Terena	Nhandeva	Regularizada (Em Revisão)	1930.3369

Levantamento das TIs Guarani -Mapa Yvyrupa -O Território Guarani -Data da atualização: 18/10/1010 -Centro de Trabalho Indigenista

Fontes: Representantes Guarani e Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) – Centro de Trabalho Indigenista – Rodrigo Venzon – Maria Dorothea Post Darella – Maria Lúcia Brant de Carvalho – Paulo Porto – Celeste Ciccarone

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

Tomando como referência a aplicação da Lei Federal 11.428 de 2006, considera-se que o Estado de São Paulo tinha 68% de seu território coberto pelo Bioma Mata Atlântica. Desses 68%, não restam hoje mais do que 14,98% que correspondem a 10,19% do total da área do Estado, segundo informações do *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica – Período 2008-2010*, produzido pela fundação SoS Mata Atlântica em parceria com o INPE.

Atualmente, as TIs Guarani do Estado concentram-se preponderantemente no litoral do Estado, junto à Serra do Mar. As formações florestais que incidem nessa região são preponderantemente a *Floresta Ombrófila Densa* e a *Restinga*. Entretanto, algumas das TIs que sociologicamente podem ser inseridas na faixa de ocupação dos Guarani no litoral, como por exemplo as TIs da capital, situam-se já no início do planalto, onde também incide a *Floresta Ombrófila Semidecidual*. Ademais, os Guarani também ocupam TIs no interior do Estado, onde essa última formação florestal é preponderante.

Segue abaixo uma descrição breve dessas formações florestais do Bioma Mata Atlântica que incidem sobre as TIs Guarani do Estado de São Paulo:

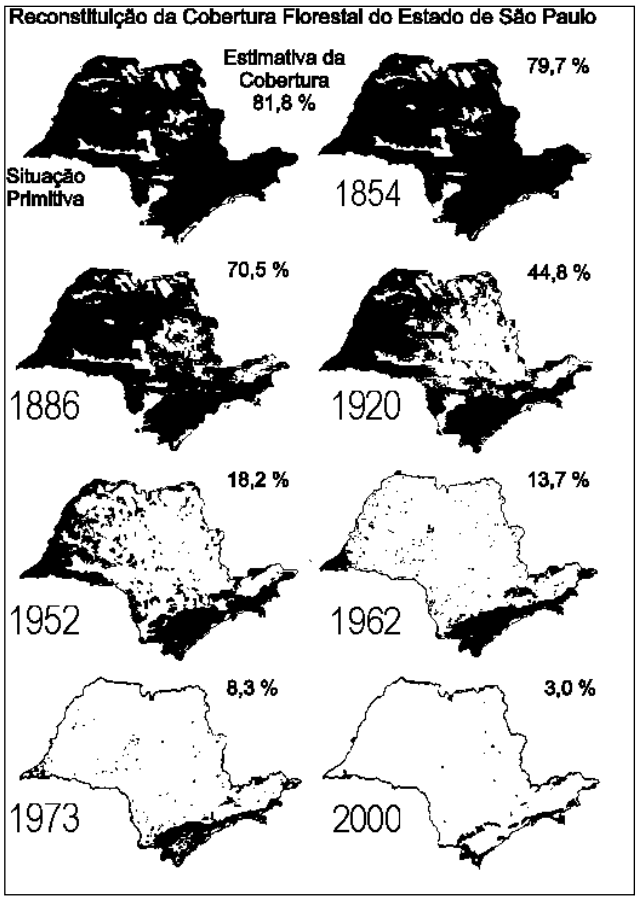
- *A Floresta Ombrófila Densa*, que se estende do Ceará ao Rio Grande do Sul, é localizada principalmente nas encostas da Serra do Mar, da Serra Geral e em ilhas situadas no litoral do Paraná e Rio de Janeiro. A característica ecológicaprincipal dessa formação reside nos ambientes ombrófilos que marcam muito bem a "região florística florestal". Assim, a característica ombrotérmica da Floresta Ombrófila Densa está presa a fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (médias de 25º) e de alta precipitação, bem distribuídas durante o ano (de 0 a 60 dias secos), o que determina uma situação bioecológica praticamente sem período biologicamente seco.

- A *Restinga*, de acordo com a resolução 07 de 23 de julho de 1996 da CONAMA, corresponde ao “conjunto das comunidades vegetais, fisionomicamente distintas, sob influência marinha e fluvio-marinha. Estas comunidades, distribuídas em mosaico, ocorrem em áreas de grande diversidade ecológica sendo consideradas comunidades edáficas por dependerem mais da natureza do solo que do clima". A ocupação das aldeias guarani nas áreas de restinga coincide com a mesma faixa de ocupação das áreas de *Floresta Ombrófila Densa*, uma vez que ambas as formações florestais incidem na faixa litorânea. Muitas das TIs guarani atualmente ocupadas possuem, inclusive esses dois tipos de formação vegetal.

-*Floresta Estacional Semidecidual*, caracteriza-se por estar condicionada pela dupla estacionalidade climática, perdendo parte das folhas (20 a 50%) nos períodos secos. O grau de decidualidade, ou seja, a perda das folhas é dependente da intensidade e duração de basicamente duas razões: as temperaturas mínimas máximas e a deficiência do balanço hídrico.

Embora atualmente restem poucos fragmentos contínuos de Mata Atlântica no Estado, concentrados preponderantemente junto à Serra do Mar, deve-se notar que a maior parte da devastação das áreas de mata no Estado ocorreu já no século XX, e teve enorme acentuação nas últimas cinco décadas, alterando drasticamente as condições ambientais das áreas de ocupação dos Guarani. Tal afirmação pode ser abordada a partir de projeção histórica publicada no Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo em 2005. Anteriormente à Lei Federal 11.428 de 2006, considerava-se que o Estado de São Paulo era composta em 81,8% pela Mata Atlântica. Essa projeção foi elaborada a partir estimativa anterior à nova lei. Como se pode visualizar no diagrama abaixo, até o final do século XIX a cobertura vegetal da área correspondente ao Estado continuava praticamente inalterada, tendo diminuído bastante até a década de 1920, quando ainda permanecia preservada uma área de 44,8% do território do Estado. Entretanto, é no período seguinte que a situação se alterou drasticamente de modo que em 1952 restavam apenas 18,2%. Segundo essa estimativa, que diverge daquela apresentada pela Fundação SOS Mata Atlântica, já em 2000, restavam apenas 3% do território do Estado preservado. A grande diferença na estimativa refere-se ao fato de que o Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica mede as áreas de mata a partir da identificação de “fragmentos florestais,

desflorestamentos ou áreas em regeneração acima de 10 hectares", enquanto Inventário Florestal Vegetação Natural do Estado de São Paulo considerava apenas áreas contínuas. Não obstante, a progressão histórica do desmatamento permanece a mesma, o que indica a drástica deterioração das condições ambientais em poucas décadas.



Fonte: Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo, 2005.

Bibliografia Citada

IBGE. *Mapa dos Biomas Brasileiros*. 2004

Rede de ONGs da Mata Atlântica. *Dossie Mata Atlântica 2001*.

Ladeira, Maria Inês Ladeira. *Espaço Geográfico Guarani Mbya*. 2008

Centro de Trabalho Indigenista. *Terras Guarani do Litoral*. 2004

SOS Mata Atlântica e INPE. *Atlas Dos Remanescentes Florestais Da Mata Atlântica*. Período 2008-2010Dados Parciais Dos Estados Avaliados Até Maio De 2010

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

4.3. MARCOS EDIFICADOS

As aldeias que fazem parte deste levantamento apresentam construções feitas pelos Guarani, como suas habitações e casas de reza (*Opy*), assim como um conjunto de construções feitas pelo Poder Público ou outros agentes, como posto de saúde, escola, cozinhas comunitárias, etc. Não é possível realizar uma relação definitiva destas construções nas Terras Indígenas localizadas em São Paulo pois, além da casa de rituais (Opy) e das casas para moradia construída pelos próprios Guarani as demais edificações e instalações, à exceção das escolas, vão sendo construídas segundo fluxos não sistemáticos relacionados à ações do Estado. Para maiores informações sobre este item, consulte a ficha de sítio.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

5.1. RESUMO

Introdução

À época da Conquista, toda a costa do território que corresponde hoje ao Brasil era ocupada por grupos falantes de línguas da família linguística tupi-guarani, ligados todos por uma mesma complexa rede de alianças e por um sistema de guerra de vingança. A literatura quinhentista congregou inicialmente todos esses grupos sob um único epíteto: Tupi. Todos os outros povos, falantes de línguas de outras famílias linguísticas, e cujos territórios de ocupação faziam fronteira com a ocupação tupi-guarani, foram tratados inicialmente sob a etiqueta homogeneizante de Tapuia. Conforme nota John Monteiro, se de um lado o termo Tupi se justificava em parte, por denotar um contingente vasto de grupos tupi-guarani falantes, o termo Tapuia, não passava de uma antítese do primeiro:

> Para enfrentar estes problemas, os europeus do século XVI procuraram reduzir o vasto panorama etnográfico a duas categorias genéricas: Tupi e Tapuia. A parte tupi desta dicotomia englobava basicamente as sociedades litorâneas em contato direto com os portugueses, franceses e castelhanos, desde o Maranhão até Santa Catarina, **incluindo os Guarani**. Se é verdade que estes grupos exibiam semelhanças nas suas tradições e padrões culturais, o mesmo não se pode afirmar dos chamados Tapuia. De fato, a denominação "Tapuia" aplicava-se freqüentemente a grupos que – além de diferenciados socialmente do padrão tupi – eram pouco conhecidos dos europeus. (MONTEIRO, John, 1994: 19. grifo nosso)

Deve-se destacar, conforme apontado pelo autor, que essa categoria genérica de Tupi, empregada na literatura colonial quinhentista, incluía os grupos Guarani. Segundo a literatura antropológica e arqueológica, o território de ocupação dos Guarani estendia-se desde a região do Rio da Prata, atingindo grande parte do litoral meridional da América do Sul, desde o que hoje é o Uruguai, passando pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e atingindo grande parte do litoral paulista, onde a ocupação guarani compartilhava fluida fronteira com a ocupação tupi. John Monteiro também corrobora essas informações com base na pesquisa da documentação a respeito do papel dos indígenas nas origens de São Paulo, indicando como o território Guarani tinha seu limite superior no sul da Capitania de São Vicente:

> A quarta região principal [De São Paulo "colonial'], localizada ao sul da Capitania de São Vicente, era ocupada por várias nações Guarani. Os Carijós, provavelmente o maior subgrupo desses Guarani habitavam a parte meridional da capitania e vastas regiões mais para o sul. (MONTEIRO, John, 1984: 25)

Parte considerável do contingente indígena do território que hoje compõe o Estado de São Paulo era formada por grupos Guarani quando da chegada dos europeus, tendo a maioria desses grupos sido inicialmente chamada de Carijós. A população Guarani habitava parte da costa paulista, e também regiões no interior do Estado, de modo que sua ocupação possuía contornos não muito diferentes dos atuais. Os Guarani conviviam com outros grupos nesse território que hoje compõe o Estado de São Paulo, falantes de línguas muito diversas entre si. Ainda no litoral, havia outros grupos de língua tupi-guarani, chamados na literatura de Tupiniquim e Tupinambá, com quem os Guarani participavam de um mesmo complexo de trocas de inimizade, característico das guerras de vingança indígena, a ponto de se poder afirmar que a fronteira dos territórios de ocupação desses povos era muito pouco estável. Também no interior do Estado viviam vários grupos, muitos dos quais falantes de línguas do tronco Macro-Jê, como os Kaingang atuais, além de outros falantes de línguas de outros troncos, que não encontram mais representantes entres os índios que hoje habitam o Estado.

Não demorou muito, entretanto, para que o violento processo de colonização operado pelos Bandeirantes paulistas

resultasse em rápidas transformações na composição étnica da população indígena do Estado. Nesse sentido, deve-se destacar o processo através do qual os Guarani se tornaram o grupo étnico mais procurado pelos colonizadores paulistas para a exploração de sua mão-de-obra agrícola, acarretando isso no deslocamento forçado de contingentes expressivos da população Guarani para as colônias e aldeamentos incidentes nesse território. Inicialmente, os portugueses, que se aliaram com os Tupiniquim, supriam a necessidade de mão-de-obra com os cativos de guerra Tupinambá, tradicional inimigo dos Tupiniquim nas suas "guerras intestinas". O conflito dos Tamoios, entretanto, fez com que se passasse a privilegiar os Carijós, outro inimigo tradicional dos Tupiniquim. A partir daí, o aprisionamento dos Carijós tornou-se inclusive o principal motivo do estabelecimento tanto dos Jesuítas como dos colonos no planalto paulista, e a disputa por esses cativos resultou na necessidade de estabelecimento dos Jesuítas no Pátio do Colégio, construindo ambiente fortificado para defesa contra os colonos, episódio que culminou na própria fundação da cidade (Monteiro, 1994: 36-38).

Episódios subsequentes da história da colonização do Estado de São Paulo resultaram no aprisionamento e deslocamento de contingentes massivos da população Guarani para a Capitania de São Vicente, de modo que no segundo quartel do século XVIIa população guarani já era maioria:

> Embora inventários e testamentos do início do século XVII registrem uma ampla diversidade de grupos indígenas, a partir da segunda década esta cedeu lugar à **predominância de cativos guarani nos plantéis paulistas.** Isto sugere que os paulistas se ocuparam, nos primeiros anos do século, em preparar o terreno para os assaltos de maior envergadura contra os Guarani, que caracterizaram o período 1610-1640 (Monteiro, 1994: 62).

Durante o século XVII, as bandeiras paulistas, que acabaram por destruir as primeiras experiências de reduções instaladas pelos jesuítas, resultaram nesse deslocamento da população guarani para o atual Estado de São Paulo e na dizimação de grande parte dos outro grupos indígenas que ali habitavam. Entre 1615 e 1641, os bandeirantes destruíram as reduções do "Porto dos Patos", atual Estado de Santa Catarina, do Guairá, atual região fronteiriça entre Paraná e Paraguai, e do Tape, no atual território uruguaio.

Parte da população guarani que permaneceu no Estado, concentrava-se nos aldeamentos sob um regime de trabalho escravo, convivendo com outros povos ali submetidos, como os Tupiniquim e Tupinambá. Muitos grupos guarani, entretanto, permaneceram refugiados nas matas, vivendo sob seus próprios auspícios e travando relações esporádicas de troca com esses estabelecimentos oficiais.

Aldeamentos e Migrações

Entre o período que corresponde o final do século XVIII até a edição da controvérsia Lei de Terras em 1850, operou-se uma progressiva espoliação das terras indígenas correspondentes aos aldeamentos oficiais, a partir da qual se consolidou a expropriação das terras ocupadas pelos Guarani.

Aldeamentos como os de Barueri, Carapicuíba, Pinheiros, Guarulhos, entre outros, foram esvaziados durante esse período, fato que se agravou com a expulsão definitiva dos Jesuítas em 1767. Essa decadência dos aldeamentos oficiais levou provavelmente a uma fuga da população indígena novamente para as matas. Petrone (1995:189-190) relata, por exemplo, como a expulsão dos Jesuítas fez com que os índios de Carapicuíba, por exemplo, que eram administrados por essa ordem, passassem a figurar na documentação vagando pelos caminhos de São Paulo. Esse e outros exemplos citados pelo autor mostram como o abandono desses aldeamentos pelo aparato estatal acarretou frequentemente em fugas para as matas e não em uma integração automática dos índios. É justamente no período onde esse fenômeno parece ter ocorrido com maior frequência, entre 1767 e 1822, que a documentação imperial é mais escassa não permitindo de maneira nenhuma afirmações levianas quanto uma suposta integração completa da população indígena do Estado.

Posteriormente, já no período imperial iniciaram-se novas frentes de colonização, que avançavam abrindo estradas e criando núcleos coloniais de modo a esbarrarem novamente com a ocupação indígena no Estado, especialmente com os grupos que mantinham sua autonomia estabelecendo suas aldeias nas florestas ainda abundantes no Estado (ver o item 4.2 – Paisagem Natural e Meio Ambiente).

A partir desse período, reaparece uma documentação um pouco mais descritiva a respeito da presença indígena no Estado, tendo especial destaque as correspondências entre os Diretores de Índios, os Presidentes de Províncias e outras instâncias do aparato estatal, como a documentação produzida pelos administradores dos aldeamentos criados (na sua maioria frades capuchinhos vindos da Itália[1]).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

A documentação a respeito da população indígena na Província de São Paulo durante o período imperial oscila entre 3 frentes. Num primeiro conjunto há referências específicas a respeito da situação dos aldeamentos oficiais, privilegiando o aspecto dos progressos ou não na catequese e na lavoura, e fornecendo informações sobre a população e a identificação dos indígenas em cada aldeamento. Em um segundo conjunto há referências de índios não aldeados, do processo de pacificação dos mesmos e da proclamada necessidade de catequese como meio de cessar os conflitos. Em terceiro lugar, há referências explicitas à metodologia empregada no sentido de realizar a pacificação dos índios, a partir da abertura de estradas e expropriação de terras[2].

É a partir desse período que a documentação dos aldeamentos passa a se cruzar com as referências de migrações proféticas empreendidas pelos Guarani e reconstituídas por Nimuendaju. Ele data a década de 1810 como o início da migração do grupo guarani denominado Tañyguá, que teria saído da região do Iguatemi, atravessando o Rio Paraná na altura do Rio Ivahy, depois o Rio Tibagy, o Rio das Cinzas e o Itararé, onde foram escravizados. Depois de escapar, refugiaram-se na Serra do Itatins, onde lhes foi concedido um pedaço de terra através da criação do aldeamento de Itariri, em 1837. As terras desse aldeamento coincidem parcialmente hoje com a TI Serra do Itatins/Itariri, segue ainda ocupada pelos Guarani.

Durante o período imperial, aparecem na documentação (especialmente a que está depositada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, inventariado durante esse levantamento preliminar), além do mencionado Itariri: os aldeamentos de São João Batista do Rio Verde ou Fartura, na região da atual TI Itaporanga; São Sebastião do Piraju, na região de Botucatu e Tijuco Preto, todos de ocupação Guarani. Além desses, aparece menção, em documento do Diretor Geral Luiz Joaquim de Castro Carmo Leão ao Presidente da Província Dr. Sebastião José Pereira, à presença de 80 índios descendentes dos Tupiniquim na região de Santo Amaro em março de 1875, em Aldea denominada Mboy, correspondente hoje à região entre Embu Guaçu, Mboi Mirim e Santo Amaro. Além destes, Anchieta, em 1584, menciona duas aldeias de índios na região da longa praia de Peruíbe ou Iperuibe, numa distância de mais ou menos duas léguas ao sul da atual vila de Itanhaem e junto ao chamado Ribeirão da Praia, que formariam o Aldeamento São João Batista (também conhecido por São João de Peruíbe, São João de Itanhaem e São João do Caí).

Destacamos esse ponto pois comprova a presença de grupos Tupiniquim na região do litoral paulista já na segunda metade do XIX, corroborando a perspectiva dos índios que se autodenominam hoje Tupiguarani. Essas famílias que se autodenominam Tupiguarani alegam terem sido formadas por casamentos entre os Guarani, advindos das migrações religiosas descritas por Nimuendaju, e os Tupiniquim ainda presentes em Aldeas e Aldeamentos do Estado de São Paulo. A presença da referência aos Tupiniquim em região muito próxima à ocupada pelos Guarani, na mesma época em que essas levas migratórias se estabeleciam no Estado, reforça essa afirmação.

Nimuendaju reconstrói também a trajetória dos Oguauíva, que seguiram os passos dos Tanýgua. Os Oguauíva saíram da região do Iguatemi na década de 1820, embalados da mesma forma que os primeiros pela esperança de atingir à Terra Sem Mal. Depois de terem sido interrompidos na região de Itapetininga, passaram a viver um tempo na fazenda Pirituba, sob os auspícios do Barão de Antonina. Foi fundada em 1845, nessa localidade, o Aldeamento de São João Batista do Rio Verde, que hoje coincide com as TIs Barão de Antonina e Itaporanga, em processo de identificação pela FUNAI. Depois da mortandade ocorrida por conta de violências e epidemias, foram transferidos em 1912 para o Araribá, por intermédio do próprio Nimuendaju. Parte do grupo, no entanto, havia conseguido atingir o litoral aproximadamente em 1860, tendo permanecido em parte no Bananal, onde hoje há as TIs Bananal e Piaçaguera, e em parte juntos aos Tañyguá, no Itariri. Em seguida Nimuendaju menciona como “numerosos outros bandos [imitaram] o exemplo dos Tañygua e Oguauíva, com maior ou menor sucesso”. (1987 [1914]: 11).

Aproximadamente em 1870, provavelmente pressionados pela Guerra do Paraguai, partiram da mesma região do Rio Iguatemi os chamados Apapokuva, que tiveram caminho bastante tortuoso, somando vários grupos saídos em momentos distintos. A maioria da população desse bando estabeleceu-se no Araribá, onde o SPI instituiu sua Povoação oficial, com a interferência de Nimuendaju. Como já mencionado, entretanto, Nimuendaju é o primeiro a alertar que essas levas migratórias são apenas parte da dinâmica territorial dos Guarani, mesmo no período que ele se propunha a analisar: “Levar-nos-ia longe demais contar a triste sorte de todos os bandos que em sua ilusão partiram do Mato Grosso, em busca do Além feliz, perecendo até o último homem nas doenças e na miséria, sem que alguém sequer compreendesse seus planos e intenções”. (1987 [1914]: 14).

A complexa trajetória dos grupos Guarani que retomavam o território paulista desde o início do XIX descrita por Nimuendaju, contrasta com as referências lacunares da documentação oficial aos aldeamentos estabelecidos no período imperial. A pobreza das informações contidas nas fontes imperiais deriva do fato de que a política indigenista praticada na época visava tão somente a redução dos índios que mantinham sua autonomia, com o objetivo de promover um processo de assimilação forçado.

Após a proclamação da República, no período que antecede a criação do SPI, outra fonte vem enriquecer a reconstituição de Nimuendaju. O pintor e historiador Benedito Calixto registrou uma série de caminhos e regiões de ocupação autônoma dos Guarani no Estado de São Paulo. Benedito Calixto nasceu em 14 de outubro de 1853, na própria vila de Itanhaém, falecendo 31 de maio de 1927 e conheceu profundamente, como morador local, todo o sertão de Itanhaém, onde entrou em contato com os Guarani do Bananal e de Itariri, como atestam seus biógrafos[3]. Seu vínculo com os índios se estreitou a partir de 1900, quando mandou chamá-los no aldeamento do Bananal para servirem de modelo para a seu quadro mais conhecido: "A Fundação de Itanhaém". Abaixo, duas notas biográficas presentes em artigos de jornal, atestam o fato:

> [...] Para pintar, por exemplo, a "Fundação de São Vicente", ele armou no seu quintal uma verdadeira taba, povoada de autênticos bugres que fora buscar no aldeamento do Bananal, rio acima de Itanhaém. ("Pinturas de Tabuletas foram o ganha pão de B. Calixto")
>
> "Calixto emprenhou-se a fundo, de sol a sol, conseguindo modelos, vestimentas antigas e um sem numero de apetrechos. Mandou buscar no aldeamento de Bananal índios guaranis para posar. Quando pedia um ou dois, apareciam em sua casa, 10 a 15, os quais ficavam a suas expensas vários dias pois tinham de tudo inclusive dinheiro para o fumo e o álcool. Muitos deles já faleceram há algum tempo, porém, suas fisionomias ficaram eternizadas na célebre tela calixtiana. O capitão do aldeamento ou chefe dos índios era afilhado de casamento de Calixto." (Legenda descritiva de Fundação de São Vicente)

Foi justamente o fato de Calixto não estar comprometido à época com os propósitos do indigenismo oficial (que passava por uma espécie de vácuo entre o Império e a criação do Serviço de Proteção dos Índios) que lhe permitiu descrever de maneira mais fiel à realidade a dinâmica de ocupação dos Guarani no Estado.

Em seu artigo "Primitivos Aldeamentos e os Índios Mansos de Itanhaém", publicado inicialmente no jornal *O Correo Paulistano*, em 1903, e posteriormente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) (Vol. X) em 1905, Benedito Calixto explora as hipóteses a respeito das origens da referida cidade mostrando a continuidade da ocupação dos Guarani na costa paulista, desde o período da Conquista. A respeito dos "índios de Itanhaém" dá um testemunho a partir da sua própria experiência:

> [...] têm os descendentes desses índios vivido até os nossos dias nesse estado de abatimento e desânimo, em que os vemos cultivando suas terras, que não são hoje mais do que pequena parcela de seu extenso patrimonio de outrora. Essas terras, ainda que esgotadas e empobrecidas pelo continuo cultivo, não são nem foram jamais tão estéreis como afirmam os srs Generais Arouche e o brigadeiro Machado de Oliveira.
>
> Elas produzem o necessário para a subsistência de seus habitantes, principalmente os terrenos de Peruíbe que são considerados excelentes para toda e qualquer cultura e criação.
> Não consta também na tradição desse povo, as tais atrocidades e espoliações que eram infringidas aos habitantes dessa aldea e **das demais**, pelos seus administradores espirituaes, segundo referem os dois citados escritores.
>
> Ao contrário, toda essa região, ocupada outrora pelos aldeados de Itanhaém, foi outrora bem próspera e feliz.
>
> Quem conviveu sempre com os descendentes dos índios aldeados e sonda ainda a tradição, latente na memória desses íncolas, há de notar que eles ainda tem reminiscências saudosas dos tempos primitivos, e dos seus chefes espirituais.
> Hoje infelizmente esse povoado tem de fato decaído muito, porém, há trinta ou quarenta anos era ainda uma população laboriosa e morigerada nos seus costumes, viviam em abundância relativa, sempre em paz, respeitando com muito acatamento os seus anciãos e seguindo sem discrepância as práticas religiosas dos seus antepassados.
>
> **Três ou quatro famílias de extrangeiros portugueses, ou descendentes destes, constituíam o único elemento estranho no meio dessa população aborígene, que se estende de um a outro extremo da praia de Peruíbe.** (1905 [1903]: 498. grifos nossos)

O testemunho de Benedito Calixto atesta como no período da sua infância em Itanhaém ("trinta ou quarenta anos

atrás" de quando ele escrevia em 1903) a população da região era formada praticamente apenas por descendentes de indígenas. Como apontado por Nimuendaju, a população do Aldeamento de Itariri era formada preponderantemente pelos Guarani, do grupo a que ele chama de Tañýgua, provenientes da leva migratória advinda do sul do atual Mato Grosso do Sul, aproximadamente no início do século XIX. A população do Aldeamento do Bananal, entretanto, que hoje forma as TIs Bananal e Piaçaguera, compunha-se como sugere as alegações de Benedito Calixto e também a história oral dos índios tanto dos Guarani chegados através das migrações religiosas como dos Tupi e Guarani restantes dos Aldeamentos da região, mesmo aqueles negligenciados pelo Império. Embora seja sabido que a população Guarani e Tupi sempre ocupou o referido aldeamento do Bananal há pouco ou nenhum registro desse aldeamento na documentação depositada no APESP, o que demonstra a negligência dos Diretores de Índio em relação a essa população.

Calixto também atesta, embora com o pessimismo característico à época, como seu contato com os índios lhe permitiu verificar como a tradição cultural dos Guarani continuava viva "nas reminiscências saudosas dos tempos primitivos". Além da proximidade com os índios do Bananal, em Peruíbe, os quais utilizou como modelo no quadro citado acima, sua relação próxima com os Guarani do Itariri é comprovada em correspondência assinada pelos próprios índios. Nessas cartas, transcritas na sequência e cujo original encontra-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Itariri é denominado "Rio do Peixe" em referência ao afluente do Itariri:

CARTA 1

Ilmo Senhor Benedito Calixto

Aldeiamento Rio do Peixe de Fevereiro de 1907

Em primeiro lugar saúdo-vos a V.Sa com a Exma família a quem Deos guarde ts. Venho mui humilde respeitosamente pedir-vos uma protecção além dos mais favores que V Sa tem feito a favor de nois Índios sobre o Aldeiamento comunico-lhe a VSa como Homem grande que é considerado como Político e sabe da lei; avisar-lhe dos absurdos e a immoralidade que tem havido entre o Senhor Bento Manoel Ribeiro residente do Rio do Peixe sendo gente de fora teve a Ousadia de procurar entrigas comigo e quase com todo pessoas Guarany o qual elle declarou que na morada que ele estar ninguém pincha com elle porque elle tem seus documentos passado o qual elle se acha morando dentro do aldeiamento faço ver a V Sa ficar sciente que nois Índios veve corrido em sem recurso o Snr Bento Manuel Ribeiro é Irmão do Inspector por nome José Bapta Jr o qual também se acha entimado dentro do Rio do Peixe com papeis falços é o Inspetor como não gosta de nois Índios só veve a fazer mal e dando parte na Prainha haveis só por fazer armadilha por isso eu dou prova entre os Índios todo. Peço-lhe a V Sa pelos vossos carinhos filhinhos e pela Dores de Maria que é nossas Mãe fazer ver ao Governo do Estado pedindo-vos protecção e ao mesmo lugar medição para nois ficar sciente a sahir da scisma

E. R. Mce

Benedicta Ribeira

Aldeiamento Rio do Peixe de Fevereiro de 1907

CARTA 2

"Ilmo Senhor Benedicto Calixto

Attesto José Pupo Ferreira residente no aldeiamento e toda a nação Índios vem debaixo de todo respeito levar ao vosso conhecimento dos absurdos e a immoralidade que tem havido neste aldeiamento de algumas pessoas de fôra que se acha residente no Aldeiamento; o qual V Sa sabe muito bem que o Aldeiamento é uma Colônia de 1ª qualidade que foi dado pelo ExMonarcha D. Pedro que está sempre em vigor para nois Índios o qual hoje nois se acha corrido e insultado e sem ter meios de viver e nem para fazer algumas Armadilha para nois sustentar os nossos filhinhos. Nois Índios pede a V Sa pelo bem da vossa Excelentíssima família e pelas Chagas de N.S.J.C além dos mais favores que V.S. tem feito para comnosco fazer ver empenhar se com o Governo do Estado de S. Paulo o que tem se dado neste Aldeiamento para ver se assim o Governo se compadece de nois: XX nois Índios veve numa scisma não sabemos direito as divisas do Aldeiamento sei que as divisas é do Carracol até o Ribeirão da Fiagem. N.B. o Inspector que se acha no Rio do Peixe é Homem ruim não gosta de nois haver só por se fazer Armadilha elle está Officiandopa Prainha. XX se o Rio do Peixe é aldeiamentoEntons o Inspector José

> Baptista Ribeiro estar nelle o dito disse que elle estar de pé firme porque tem seus documentos o qual eu acho que os documentos que elle tem e mais alguns é falçosnulla. Os índios todo do Aldeiamento reclama e pede ao Governo Medição e V. Sa. fazer todo possível é reclamação.
>
> E. R. Mce.
>
> A rogo de José Pupo Ferreira
>
> Como testemunhas"

O teor das cartas evidencia a atuação independente de Benedito Calixto na proteção dos direitos do índios e a estreita relação que mantinha com eles. De fato, o aldeamento de Itariri ou Rio do Peixe, havia sido estabelecido em 1837, no início do período imperial, conforme registro por Ernest Young, em 1904 (YOUNG, 1904 apud NIMUENDAJU, 1987 [1914]: 48), o que não impediu, como aponta o documento, que suas terras fossem constantemente assediadas pelos brasileiros da região, situação que só foi se reverter com a homologação da TI Serra do Itatins, já na década de 80 do século XX.

Calixto registrou, a partir da estreita relação que estabeleceu com os índios, uma série de percursos e locais tradicionais dos Guarani no Estado. No mesmo artigo supracitado, a respeito dos "índios mansos de Itanhaém", o autor menciona os dois "terrenos onde se acham atualmente aldeados os índios mansos", detalhando:

> A tribu indígenaque habita o município de Itanhaem está dividida hoje em dois pequenos aldeiamentos: um no rio Itariry, nos sertões de Paruhybe, há dois dias de viagen desta povoação, e outro no Bananal, dois de viagem da Villa de Iatanhaem.
>
> O aldeiamento de Itariry compõe se de cinco famílias, a saber: Ignácio Pequeno, que é o chefe *Ureubichá*[Oreruvixa], casado, com sete filhos. – Pedrinho, casado, com seis filhos. – Salvador Candido, casado, com três filhos. – Reducionio, casado, sem filhos.- Antonio Ribeiro, casado, com dois filhos.
> Além destas famílias, que são índios genuínos, falando entre si o idioma tupy, existem ainda de mistura, grande numero de mestiços cohabitando a mesma aldeia, porém, que não falam o idioma indígena.
> O aldeiamento do Bananal compõe-se de oito famílias, que são: Bento Pires, *Ureuhichá* [Oreruvixa], casado, com oito filhos. – Joaquim Bento, casado, com seis filhos. – Pedrinho, casado, com quatro filhos. – Américo, casado, com quatro filhos. – Joaquim Branco, casado, com três filhos. – Joaquim Pinto, casado, com cinco filhos. – Joaquim Agnacio, casado, sem filhos. – Maria Lucia, viuva, com cinco filhos.
> Neste aldeiamento não existe absolutamente mestiço algum; os índios ahi vivem isolados completamente do povoado, conservando entre si não só o seu idioma puro, como todos os hábitos e costumes peculiares à raça. Amando sobre modo a sua liberdade e muito ciosos nesse ponto, elles preferem as solidões remotas das florestas, onde possam viver livres, sem peias e vexames; é por isso que se retraem,repellindo mesmo o convívio com os mestiços, dos quaes conservam sempre, por tradição e por índole uma espécie de receio ou desconfiança [...] (1905[1903]: 500- 501)

Além de listar os aldeamentos oficialmente existentes no litoral, Benedito Calixto também evidencia na sequência como "estes índios estão em communicação constante com os outros que habitam o aldeiamento de S. João Batista do Rio Verde" (1905[1903]: 501) relatando brevemente a história da criação dos aldeiamentos citados. A dinâmica de ocupação territorial dos Guarani não escapou ao autor que relata como todos esses Guarani faziam parte do mesmo povo, que ocupava naquele momento um território muito mais amplo que o dos aldeamentos reconhecidos no período imperial:

> Todo esse sertão, quase inculto e deshabitado, que se extende desde o immenso Valle da Ribeira de Iguape e grande parte do município de Itanhaém, até as margens do Rio Verde e Itararé, abrangendo os municípios de Faxina, Apiahy, Piedade, Uma, Itapecirica, etc..., é ainda hoje constantemente percorrido por essa tribu de *Guainá* [sic: Guarani] nas suas idas e vindas para o littoral. Esta zona pouco povoada do nosso prospero Estado, incontestavelmente uma das mais incultas, foi sempre a preferida pelos índios. Ahi se encontram ainda verdadeiros sertões, nos quaes o elemento civilizador é por enquanto muito escasso.
> No littoral, a parte justamente a mais agreste e inculta, entre a Ribeira de Iguape e a bacia fluvial do rio Conceição, foi a zona por elles preferida. Ahi estão elles verdadeiramente "em sua casa"; toda essa região é inteiramente despovoada, ninguém os encommoda, a não ser algum caçador que uma ou outra vez penetra nessas florestas.
> Dahi também lhes são fáceis as suas viagens para os centros povoados, pois estão apenas a três e

> quatro dias de Santos e São Paulo, e a dia e meio de Itanhaem, aonde vem vender o producto de suas industrias e fazer seus pequenos provimentos.
> Os antigos habitantes da aldeia Itariry, faziam as suas sortidas para o interior, subindo o curso do rio Guanhanhá, que deságua no rio Itariry; dahi seguiam até S. Lourenço; subiam a serra e tomando o rumo de oeste, transpunham os sertões que medeiam os municípios de Pedade, Pilar, Lavrinhas e Apiahay, atravessando nesse ponto o Valle do Taquary que confina com o Rio Verde, onde existe o principal núcleo de aldeiamento, como já referimos.
> Hoje, esse trajecto está quase abandonado e suas viagens para o Rio Verde, são feitas por outro itinerário: ou seguem pelo rio Branco de Itanhaem, subindo a serra de Santa Cruz dos Parelheiros e dahi a Santo Amaro, onde tomam a estrada geral até Sorocaba e Faxina; ou descendo pelo rio Juquiá, seguindo até Xiririca e dalli a Itapeva da Faxina, que dista apenas doze léguas de S. João Baptista e do Rio Verde.
> São estes, pois, os pontos por elles preferidos para os seus trajectos, entre esses dois núcleos, um no littoral, e outro no interior, ambos isolados dos centros populosos.
> É necessário que nos esforcemos por conserval-osnesse posição, tão vantajosa para elles, protegendo-os e procurando de alguma forma pol-os a coberto da ganância e do ódio dos mestiços e demais invejosos que os aborrecem por índole e que vão a pouco e pouco expulsando do aldeamento do Itariry e do Rio Verde. (1905[1903]: 501-502)

Serviço de Proteção dos Índios

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais foi criado através do Decreto no 8072 de 1910 com o objetivo alegado de prestar assistência à população indígena do país, ressalvando-se que para isso devia-se "fazer respeitar a organização interna das diversas tribos, sua independência, seus hábitos e instituições, **não intervindo para alterá-los,** senão com brandura e consultando sempre a vontade dos respectivos chefes (Art 2º) [grifos nossos]". Não obstante, a atuação do Serviço no Estado de São Paulo sempre foi marcada pelo intuito de subordiná-los, concentrá-los em terras de extensão arbitrárias, liberando suas terras tradicionais para a colonização e buscando a assimilação dos índios à população nacional, conforme já abordado na "Ficha de Sítio".

Esse fato faz com que, novamente, a rica dinâmica territorial do Guarani no Estado, que pode ser entrevista a partir dos escritos de autores como Nimuendaju e Calixto, supracitados, apareça apenas de maneira muito fragmentária na documentação do SPI, preocupada apenas em relatar os insucessos da política de confinamento operada pelo Estado.

Somados às sucessivas migrações de grupos falantes do dialeto Nhandeva, apontadas por Nimuendaju, passa a se intensificar na virada século XIX para o XX, a vinda até o Estado de São Paulo de grupos Mbya falantes, sobretudo desde a região fronteiriça entre o Brasil e a província argentina de Misiones. Esses grupos tem uma complexa trajetória, por várias regiões do litoral paulista, que é pouco documentada pelo SPI. Em muitos documentos, os funcionários do Serviço reconhecem que os Guarani encontravam-se dispersos em diversos pontos do Estado de São Paulo. No entanto, seu interesse em mapear essas áreas é tão pequeno que na maioria das vezes limitam-se a dizer que estão dispersos e lamentar o fracasso da sua missão em concentrá-los. De qualquer forma, pode-se entrever através dessa documentação uma cronologia da atuação do SPI no Estado de São Paulo que se resume pelo fracasso progressivo diante da resistência dos índios contra o principal eixo dessa política que era o projeto de concentração dos Guarani. Inicialmente, o Serviço admitia apenas Araribá como espaço de ocupação para os Guarani, buscando atrair todos os outros grupos para lá (como também é relatado nas obras de Nimuendaju) e liberando o litoral para a colonização.

Um relatório de Luis Horta Barboza, então responsável pela 5ª Inspetoria do SPI, retrata o primeiro fracasso do SPI nessa missão, quando Rondon reconhece no litoral o Posto Indígena do Bananal:

> [...] baldados foram os esforços da Inspectoria no sentido de concentrar na Povoação Indígena do Araribá, os guaranys, tanto do interior como do litoral. Estes últimos resistiram a todos os meios de que se utilisou a Repartição para indusil-os a installarem as suas residências naquelle estabelecimento, e acabaram obtendo do Snr. General Rondon a promessa da Inspectoria dar-lhes assitencia no próprio lugar donde elles não queriam sahir, e onde afinal, a tiveram effectivamente, pela creação do Posto do Bananal." (HORTA BARBOZA, 1928: Ft 950-951)

Em outra carta de Horta Barboza, em que ele relata a história de criação da Povoação do Araribá, ele menciona alguns dos lugares onde se encontravam os Guarani, nesse momento, deixando claro que a lista não era exaustiva:

> (..) Feitas as primeiras derrubadas, necessárias para a construção de casas (a principio simples ranchos),

> plantações de milho, mandioca, abobora etc, e pastos, promoveu-se a mudança das famílias de índios que se encontravam em Salto Grande do Paranapanema, Piraju, Fartura, Faxina, Rio Verde, Bananal do Rio Branco (Itanhaém) **e outros lugares**. (HORTA BARBOZA, 1928a: Ft 1492).

Como visto, no entanto, logo em seguida os índios obtém promessa do próprio Rondon de que poderiam ficar no litoral onde foi criado o Posto do Bananal, no município de Peruíbe. Traçando uma segunda estratégia de concentração, o SPI passou a atuar com os Guarani em duas frentes: inicialmente tentava-se convencer os guarani dispersos ainda em vários pontos Estado à deslocarem-se ao Araribá. Para os que "teimavam" em permanecer em localidades no litoral, tentavam convencê-los em concentrarem-se todos entorno do recém-criado Posto do Bananal. Fracassaram novamente:

> Estes (guaranis do litoral) **deviam** estar concentrados na aldeia do Bananal, cujas terras a Inspectoria de São Paulo conseguiu do Governo do Estado, que fossem declaradas reservadas para tal fim. De facto, elles lá possuem plantações de bananeiras e a Inspetoria alcançou que plantassem algum café e fizessem roças de arroz, milho, etc. No entando, **nem se conseguiu de todas as famílias do litorral que prometessem ir morar em terras da aldeia,** nem também se conseguiu estabilizar nellas as que lá se consideram moradoras. (HORTA BARBOZA, 1928: ft 971. grifos nossos)

Diante da "teimosia" dos Guarani em permanecerem no litoral, criam-se a partir da década de 1950, os Postos do Rio Branco, em Itanhaém, e institui-se Posto de Itariri (batizado então de Carvalho Pinto). Por esse último ato o SPI reconhecia finalmente o Itariri, que havia sido constituído oficialmente desde 1837, durante o período imperial, mas havia permanecido esquecido pelo SPI desde a criação do órgão, a despeito do fato de que os índios Guarani nunca abandonaram o local, indo contra todas as tentativas, documentadas, de expropriação das suas terras.

O documento em que se recomenda a criação do Posto de Itariri é importante também por registrar a ocupação Guarani em várias regiões habitadas por esses índios, e algumas das quais até hoje não foram reconhecidas pelo Estado:

> 3. Encontrei nove (9) famílias compostos de trinta e um (31) membros guaranis, todas em suas casas (de palha), nas terras da cabeceira do conhecido Rio Azeite, no atual município de Itariri (Estado de São Paulo). Existem ainda fora da dita aldeia treze (13) famílias compostas de quarenta e cinco (45) guaranis, estando dos referidos: vinte e cinco (25) pessoas na **Fazenda de Bertioga**, em Santos (Interior); e as outras vinte (20) em outras **Fazendas na zona de Cananéia**. (...)
>
> 5. Os ditos guarani do rio Azeite tinham outrora a sua aldeia no atual lugar denominado **Pedro Toledo**. Com as constantes aproximações dos fazendeiros agricultores naquela região obrigaram-nos a recuar; cujos índios aldeiaram-se nas adjacências da cachoeira do rio Azeite, por onde, na dita zona, passa a estrada que está sendo construída pelo fazendeiro agricultor (alto lafifundiario), senhor José Pentenari. (...)
>
> 6. Infelizmente, por falta de espírito justiceiro, por parte dos fazendeiros agricultores, estes requereram e compraram ao domínio estatal, todas as glebas beneficiadas pelos ditos restantes guaranis e sendo todavia, dividido em lotes todas as terras devolutas do rio Azeite, pelo Estado, onde justamente vivem os ditos guaranis. Referidas compras das terras realizaram a uns dez (10) anos passados, mais ou menos. Daí por diante, iniciaram esses fazendeiros bananicultores boatos alarmantes, com o fito de atemorisar os índios e os dispersar/ das ditas terras. Até soldados embalados chegaram às portas das casas guaranis para os intimidar. Essa guerra de nervos não deixa/ de influenciar os miseráveis (legítimos) nativos, pois, **dois (2) grupos amedrontados se afastaram: um composto de vinte e cinco (25) pessoas, foi parar nas fazendas de Bertioga (em Santos) e, o outro com vinte (20) ditas, rumou em direção oposta, estacionando-se nas fazendas de Cananéia.(...)**
>
> Conforme as informações que dão as pessoas mais antigas de Itariri, os guaranis nunca se retiraram totalmente daquela região. Alguns deles, em grupos, as vezes saiam para visitar seus parentes em outros lugares e demoravam certos tempos; isso é natural da vida silvícola; contudo regressavam ao seu "habitat" de costume. As provas de que os guaranis moravam em dito lugar (das cabeceiras do rio Azeite) desde que as terras dalí eram devolutas, se vê pelas suas roças velhas e casas. (...)" E nesse sentido opinou o Sr. Dr. Francisco Teixeira Leite, chefe de uma das Seções no dito Departamento, que em vista de tal situação **embaraçosa a solução seria resolvida satisfatoriamente com a transferência dos índios para as terras já cedidas pelo Estado de São Paulo aos índios, no município de Itanhaém**. **Acontece porém, que os índios/guaranis do rio Azeite amam o lugar em que vivem e não querem**

se retirar de lá. Fiz ver isso o distinto Sr. Dr. Francisco Teixeira Leite e, diante disso, ele apresentou outra sugestão. Mostrou ele no mapa que próximo a zona onde habitam os índios, há uns nove (9) quilômetros mais ou menos, tem uma importante gleba de aproximadamente de seiscentos (600) hectares de terras devolutas do Estado de São Paulo, para a qual poderiam ser transferidos os guaranis. Anexo se vê o mapa e no mesmo, na parte pontilhada a tinta de escrever, acham-se dispostos em vários lotes as moradas dos índios. Em dito mapa pode-se ter uma noção completa das divisões por lotes das terras. Os guaranis estão espalhados, próximos, entre si, nos diversos lotes. **Eles, guaranis, não tem noção compacta do que sejam as divisões de terras; como através de muitos anos vivem ali, se acham com o direito ás terras e consideram que os posseiros são invasores.** Nesse mapa indica a área de terras que devera ser cedida ao S.P.I." (Cícero Cavalcanti de Albuquerque, 1955.)

As ocupações guarani na região das "fazendas em Bertioga", mencionadas no documento, perduraram até hoje, tendo sido reconhecida nas proximidades a TI Guarani do Ribeirão Silveira, já na década de 1980. Em relação à presença Guarani em Cananéia deve-se notar que toda a região do Vale do Ribeira permanece ocupada pelos Guarani, onde existem hoje 13 aldeias, sem nenhum procedimento de regularização fundiária iniciado por parte da FUNAI. Quanto à antiga aldeia de Pedro de Toledo, situa-se entre a TI Serra do Itatins e três desses TIs do Vale do Ribeira, localizadas no município de Miracatu.

Como se pode notar, a única coisa constante diante de todos esses insucessos dos órgãos indigenistas oficiais em concentrar os Guarani arbitrariamente, foi a insistência desses índios em manterem sua forma de ocupação tradicional e a dinâmica de mobilidade em torno dos seus assentamentos, o que garantiu que conseguissem manter a extensão de seu território original e a dispersão de suas aldeias da forma como se configuram hoje.

Notas:

1 - Para São Paulo, ver o frade Pacífico de Montefalco.
2 - Luiz Joaquim de Castro Carmo Leão, em documento datado 20/ 04/ 1876, presente no Arquivo Público do Estado de São Paulo, menciona a existência na margem esquerda do Rio Tietê e na Serra dos Agudos, no sertão de Botucatu a existência de índios selvagens que atacam as fazendas de particulares. Por isso, ele propõe que o governo imperial construa estradas, de Bauru aos Campos de Avanhandava (distante de 17 léguas dos Agudos). Isso serviria para expulsar e afugentar os selvagens e atrair a civilização. Construção importante do ponto de vista político e comercial. Esses índios de Botucatu seriam os mais selvagens da província, sem nenhuma chance de catequização, segundo o Diretor dos Índios da província que assina o documento. O único meio de civilização seria pela construção de estradas.
3 - Consultamos o antigo "Acervo Benedito Calixto" reunido pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e depositado atualmente no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esse acervo congrega uma série de manuscritos e correspondências do autor, além de uma compilação de artigos de jornal de sua autoria e notas biográficas produzidas sobre ele. Entre as correspondências há inclusive cartas trocadas com os Guarani, como mostraremos a seguir.

Bibliografia Citada

CALIXTO, Benedito (1905 [1903]). "Primitivos Aldeamentos e os Índios Mansos de Itanhaém" *Revista do IHGSP (Vol. X).* São Paulo

LADEIRA, Maria Inês e AZANHA, Gilberto (1988). *Os Índios Da Serra Do Mar: a Presença Mbyá-Guarani Em São Paulo*. Nova Stella: São Paulo.

MONTEIRO, John Manuel. (2001)*Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de história indígena e do Indigenismo*. Tese (Concurso de Livre Docência) – Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
_____ (1984) "Vida e morte do índio: São Paulo colonial". *Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração*. Yankatu: São Paulo.
_____. (1994) *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo.* Companhia da Letras: São Paulo.

NIMUENDAJU, Curt Unkel. (1987 [1914]). *As Lendas da Criação e Destruição do Mundo Como Fundamentos da Religião Dos Apapocúva-Guarani*. Hucitec-Edusp: São Paulo

_____ (1954). "Apontamentos sobre os Guarani". *Revista do Museu Paulista. Vol. VIII*. São Paulo.
_____ (1981 [1944]. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju.* IBGE/Pró-Memória: Rio de Janeiro.

PETRONE, Pasquale (1995) *Aldeamentos Paulistas*. Edusp: São Paulo.

RENDON, Jozé Arouche de Toledo (1842 [1798]). "Memória Sobre as Aldeias de Índios da Província de São Paulo" *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IV, nº 13*. Rio de Janeiro.

SCHADEN, Egon. (1974 [1954]). *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani.* Edusp: São Paulo. 3ª Edição.

DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

ANÔNIMO (1964) Relatório da Aldeia do Rio Branco, Ajudância Bauru, Subordinada ao Posto Peruíbe. (MF 322FT 359 – 365)
_____ (1964a) Relatório do Posto Indígena Carvalho Pinto (aldeia Itariri), Ajudância Bauru, Subordinada ao Posto Peruíbe. (MF 322FT 366 -
_____ (1964b) Relatório da Aldeia José de Anchieta (Posto Peruíbe), Ajudância Bauru (MF 322 FT375 – 383)

Pinturas de Tabuletas foram o ganha pão de B. Calixto. Artigo de Jornal

Legenda descritiva de Fundação de São Vicente. Artigo de Jornal

ALBUQUERQUE, Cícero Cavalcanti de (1955) Relatório sobre as "questões de terras entre os fazendeiros agricultores e os remanescentes guaranis das cabeceiras do Igarapé (Córrego ou Riacho) Azeite, no atual município de Itariri". (MF 341 FT 1514-1519).

HORTA BARBOZA, Luiz (1912) Oficio ao Chefe da Segunda Seção para dar prioridade à criação de Povoação Indígena de Araribá e Laranjinha (MF 341 Ft 1479 - 1481)
_____ (1928) Relatório Da Inspetoria do Estado de São Paulo (MF 341 Ft. 947 - 986)
_____(1928a) Carta ao Diretor do SPI (MF 341 Ft. 1488 – 1501)

LEÃO, Luiz Joaquim de Castro Carmo (1976)"Ofício do Diretor Geral dos Índios Luiz Joaquim de Castro Carmo Leão de 20/ 04/ 1876 ao Presidente da Província Doutor Sebastião José Perreira". Lata 932. Ofícios Diversos da Capital – Arquivo Público do Estado de São Paulo
_____(Sem Data) Ofício do Diretor Geral dos Índios Luiz Joaquim de Castro Carmo Leão ao Presidente da Provincia doutor Sebastião José Perreira. Lata 932. Ofícios Diversos da Capital – Arquivo Público do Estado de São Paulo

MALCHER, José Maria da Gama (1949) Relatório do Delegado do SPI em São Paulo,ao Diretor do SPI do Rio de Janeiro, DrDonatini da Cruz (MF 322 Ft 345 – 347)
_____ (1949a) – Do Chefe S.O.A ao Sr. Diretor sugerindo a criação do Posto de Itanhaém para solucionar o problema das idas dos guaranis à São Paulo. (MF 322 FT 356-357)

RIBEIRA, Benedicta (1907) Carta do Aldeiamento do Rio do Peixe ao Senhor Benedito Calixto

FERREIRA, José Pupo (1907) Carta do Aldeiamento do Rio do Peixe ao Senhor Benedito Calixto

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto no 8072 de 1910 – Criação do SPI

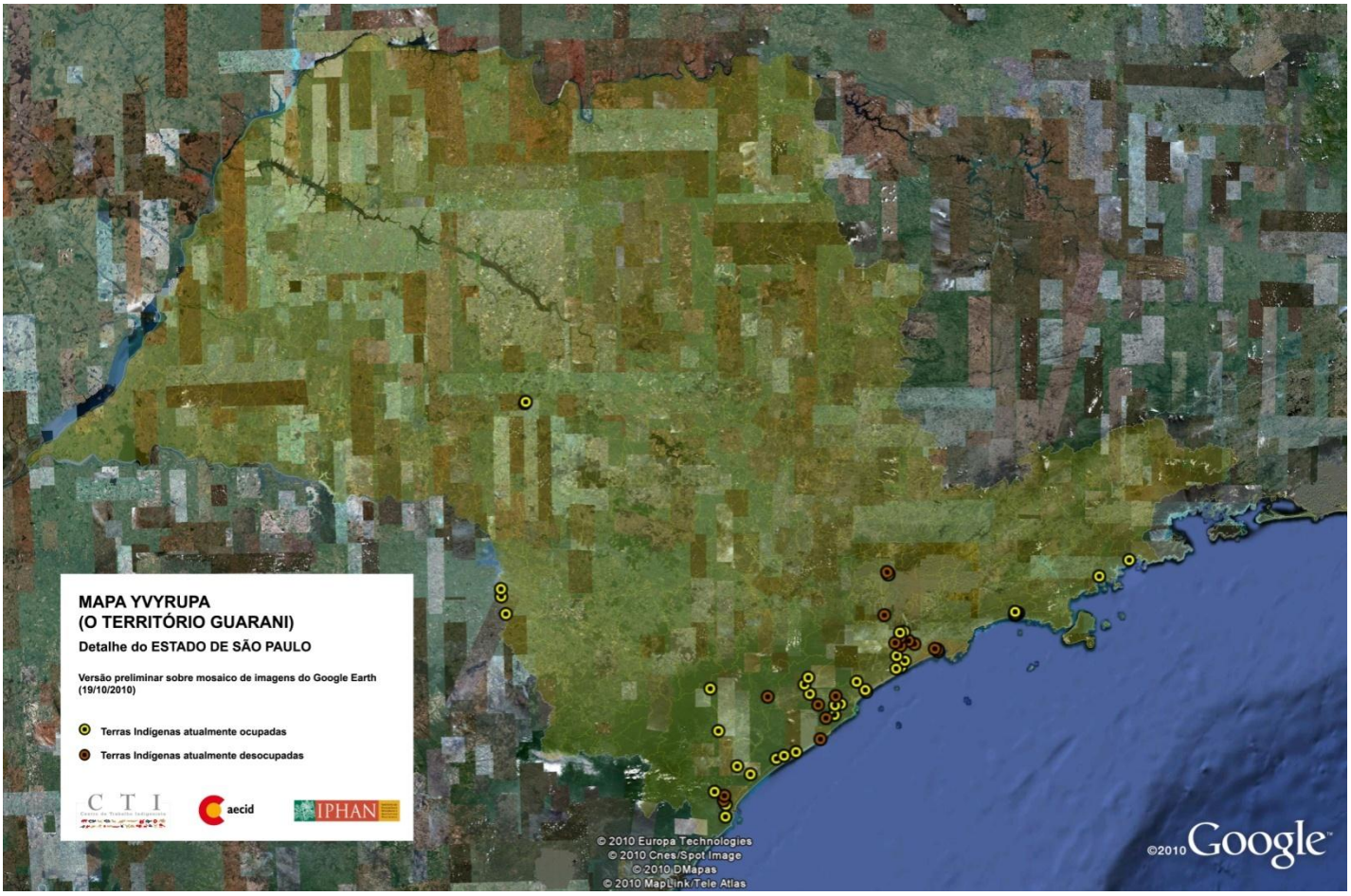
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

5.2. CRONOLOGIA

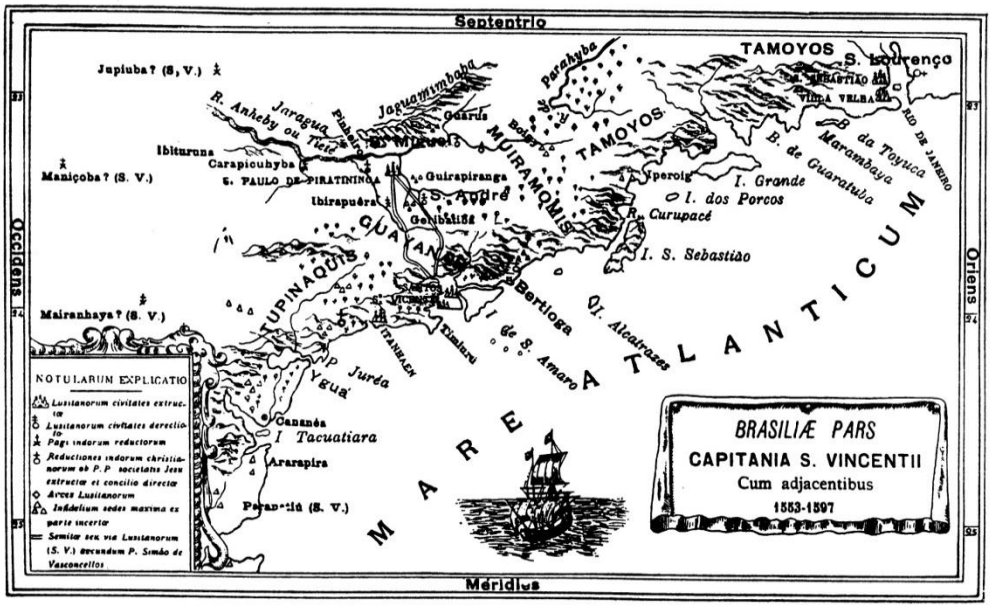
DATA	EVENTO
1524	Saída de Aleixo Garcia do Porto dos Patos rumo ao Peru via Peabiru
1540-1542	Viagem de Cabeza de Vaca entre Santa Catarina e as Cataratas do Iguaçu através do Peabiru
1556- 1567	Guerra dos Tamoios
1615	Bandeira de Diogo de Quadros trazendo cativos Guarani desde o Guairá até o planalto paulista
1628	Bandeira de Raposo Tavares que culminou na destruição do Guairátrazendo cativos Guarani até o planalto paulista
1635-1641	Destruição das Missões do Tapetrazendo cativos Guarani até o planalto paulista
1767	Expulsão Definitiva dos Jesuítas
1798	Rendon formaliza sua proposta diretriz geral da política indigenista
1810	Início da migração do grupo denominado Tañyguá, de acordo com Nimuendaju (1974 [1914])
1820	O próximo grupo a migrar da região do Iguatemi foram os Oguauíva, que, segundo Nimuendaju, seguiram os passos dos Tañýgua, que ficaram um tempo entre eles.
1837	Criação do Aldeamento do Itariri
1845	Criação do Aldeamento de São João Batista do Rio Verde
1850	Lei de Terras
1867-1870	Guerra do Paraguai
1870	Migração do Apapokuva, desde a mesma região do Rio Iguatemi
1903	Publicação em *O Correo Paulistano*de “Primitivos Aldeamentos e os Índios Mansos de Itanhaém”, de BeneditoCalixto
1910	Chega à Itariri parte um grande grupo, Mbya falante, saído da região fronteiriça entre Brasil, Paraguai e Argentina, que coincide com a referência de Nimuendaju a respeito de parte de um grande grupo que ele interceptou em maio de 1912 a “13 km a oeste de São Paulo, num pântano às margens do Rio Tietê” (1974: 105)
1910	Criação do Serviço de Proteção dos Índios e dos Trabalhadores Nacionais
Década de 1910	Criação da Povoação Indígena de Araribá
Década de 1920	Criação do Posto Indígena do Bananal, em Peruíbe, no litoral Paulista
1924	Chegada de grupo Mbya no litoral paulista, partindo da região fronteiriça entre Paraguai e a província Argentina de Misiones, depois de terem alcançado o Espírito Santo, segundo Schaden (1974)
1934	Chegada de novo grupo Mbya no litoral paulista, partindo da região fronteiriça entre Paraguai e a província Argentina de Misiones, depois de terem também alcançado o Espírito Santo, segundo Schaden (1974)
1946	Chegada de outro grupo Mbya no litoral paulista, vindo da região da região fronteiriça entre Paraguai e a província Argentina de Misiones, segundo Schaden (1974)
Década de 1950	Criação dos Postos Indígenas Rio Branco e Carvalho Pinto (Itariri)
1967	Criação da Funai
Década de 1980	Identificação e Demarcação das TIs Rio Branco, Guarani do Silveira, Guarani da Boa Vista, Itariri, Guarani da Barragem, Guarani do Krukutu e Jaraguá através de Convênio entre a SUDELPA e a FUNAI

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--



Capitania de S. Vicente (com as vilas de S. Vicente, Itanhaém, Santos, S. Paulo, e aldeamentos indígenas, sob a catequese dos jesuítas), 1552-1597, ilustração reproduzida de Benedicto Calixto, *Capitanias Paulistas*, 2. ed., São Paulo, Duprat & Mayença, 1927.

7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO

Além da legislação federal referente aos direitos indígenas, ao meio-ambiente e ao patrimônio, a legislação estadual pertinente vai compliada abaixo:

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO

(Atualizada até a Emenda nº 16, de 26/11/2002)

CAPÍTULO IV

Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento

SEÇÃO I

Do Meio Ambiente

Artigo 196 - A Mata Atlântica, a Serra do Mar, a Zona Costeira, o Complexo Estuarino Lagunar entre Iguape e Cananéia, os Vales dos Rios Paraíba, Ribeira, Tietê e Paranapanema e as unidades de conservação do Estado são espaços territoriais especialmente protegidos e sua utilização far-se-á na forma da lei, dependendo de prévia autorização e dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente.

CAPÍTULO VII

Da Proteção Especial

SEÇÃO II

Dos Índios

Artigo 282 - O Estado fará respeitar os direitos, bens materiais, crenças, tradições e todas as demais garantias conferidas aos índios na Constituição Federal.

§ 1º - Compete ao Ministério Público a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas, bem como intervir em todos os atos do processo em que os índios sejam partes.

§ 2º - A Defensoria Pública prestará assistência jurídica aos índios do Estado, suas comunidades e organizações.

§ 3º - O Estado protegerá as terras, as tradições, usos e costumes dos grupos indígenas integrantes do patrimônio cultural e ambiental estadual.

Artigo 283 - A lei disporá sobre formas de proteção do meio ambiente nas áreas contíguas às reservas e áreas

tradicionalmente ocupadas por grupos indígenas, observado o disposto no artigo 231 da Constituição Federal.

CAPÍTULO V

Das Funções Essenciais à Justiça

SEÇÃO III

Da Defensoria Pública

Artigo 103 - À Defensoria Pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, compete a orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todos os graus.

CAPÍTULO III

Da Educação, da Cultura e dos Esportes e Lazer

SEÇÃO II

Da Cultura

Artigo 259 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão de suas manifestações.

Artigo 260 - Constituem patrimônio cultural estadual os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

III - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

IV - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Artigo 261 - O Poder Público pesquisará, identificará, protegerá e valorizará o patrimônio cultural paulista, através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, CONDEPHAAT, na forma que a lei estabelecer.

Artigo 262 - O Poder Público incentivará a livre manifestação cultural mediante:

I - criação, manutenção e abertura de espaços públicos devidamente equipados e capazes de garantir a produção, divulgação e apresentação das manifestações culturais e artísticas;

II - desenvolvimento de intercâmbio cultural e artístico com os Municípios, integração de programas culturais e apoio à instalação de casas de cultura e de bibliotecas públicas;

III - acesso aos acervos das bibliotecas, museus, arquivos e congêneres;

IV - promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura;

V - planejamento e gestão do conjunto das ações, garantida a participação de representantes da comunidade;

VI - compromisso do Estado de resguardar e defender a integridade, pluralidade, independência e autenticidade das culturas brasileiras, em seu território;

VII - cumprimento, por parte do Estado, de uma política cultural não intervencionista, visando à participação de todos na vida cultural;

VIII - preservação dos documentos, obras e demais registros de valor histórico ou científico.

Artigo 263 - A lei estimulará, mediante mecanismos específicos, os empreendimentos privados que se voltem à preservação e à restauração do patrimônio cultural do Estado, bem como incentivará os proprietários de bens culturais tombados, que atendam às recomendações de preservação do patrimônio cultural.

CONSELHO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS:

Decretos

DECRETO Nº 48.532, DE 9 DE MARÇO DE 2004

Estabelece diretrizes relativas à Política Estadual de Atenção aos Povos Indígenas, cria o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de AssuntosIndígenas e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o Governo do Estado tem desenvolvido ações objetivando a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas e a garantia de seus direitos constitucionais e legais;

Considerando que a conjugação de esforços entre os diversos órgãos e entidades, governamentais e não governamentais, com atuação voltada para a população indígena, poderá propiciar a obtenção de resultados ainda

melhores; e

Considerando a importância da participação de representantes da população indígena na formulação, no acompanhamento e na avaliação das ações, subsidiando a aferição da efetividade das políticas públicas que lhes são direcionadas,

Decreta:

Seção I

Disposições Preliminares

Artigo 1º - A Política Estadual de Atenção aos Povos Indígenas se desenvolverá por meio de ações integradas e articuladas dos diversos órgãos da administração direta e indireta do Estado que implementam ou venham a implementar ações governamentais direcionadas às comunidades indígenas situadas no território do Estado de São Paulo, ouvidas as respectivas comunidades.

Artigo 2º - Ficam criados, junto à Secretaria de Economia e Planejamento, os seguintes órgãos colegiados:

I - o Conselho Estadual dos Povos Indígenas;

II - o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas.

Parágrafo único - Os órgãos colegiados criados por este artigo integram a estrutura básica da Secretaria de Economia e Planejamento, em sua Administração Centralizada, definida pelo artigo 3º, inciso I, do Decreto nº 13.413, de 13 de março de 1979.

Seção II

Do Conselho Estadual dos Povos Indígenas

Artigo 3º - O Conselho Estadual dos Povos Indígenas tem como objetivo propor os princípios e subsidiar a elaboração, a implementação, o acompanhamento e a avaliação da Política Estadual de Atenção aos Povos Indígenas.

Artigo 4º - O Conselho Estadual dos Povos Indígenas tem as seguintes atribuições:

I - sugerir diretrizes, procedimentos e ações relativos a adoção, implementação, coordenação e avaliação de políticas e medidas que promovam a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas do Estado de São Paulo e assegurem seus direitos constitucionais e legais;

II - propor medidas visando o aprimoramento da implantação das políticas de saúde e educação indígenas e a promoção de programas, projetos e ações nas áreas de cultura, habitação, segurança alimentar, meio ambiente, terras, proteção ao patrimônio material e imaterial e outras, objetivando criá-los, consolidá-los e transformá-los em políticas públicas inovadoras;

III - definir ações de colaboração com o Governo Federal na assistência emergencial às comunidades indígenas mais vulneráveis no Estado de São Paulo;

IV - propor formas de integração das ações dos diversos setores e instituições governamentais e não governamentais que atuam nas comunidades indígenas do Estado de São Paulo;

V - estudar e diagnosticar os problemas, receber e analisar as sugestões da sociedade, em especial das comunidades indígenas, opinar e manifestar-se sobre as denúncias e demais assuntos relacionados aos povos indígenas que lhe forem submetidos, propondo o seu encaminhamento;

VI - fazer o acompanhamento e participar da avaliação de políticas, programas, projetos e ações voltados à população indígena do Estado de São Paulo, definindo formas de monitoramento de resultados e sugerindo as alterações consideradas necessárias;

VII - propor a criação de espaços de reflexão e troca de experiências, inclusive com entidades governamentais, representantes e colegiados indígenas de outros estados, que contribuam para o desenvolvimento de ações integradas e a definição de diretrizes referentes às políticas públicas voltadas à população indígena;

VIII - sugerir e apoiar projetos de capacitação de técnicos governamentais e de representantes das comunidades indígenas envolvidos na proposição e implementação de medidas de interesse dos povos indígenas;

IX - identificar mecanismos de captação de recursos federais e internacionais, públicos e privados, objetivando o financiamento de políticas, programas, projetos e ações direcionados aos povos indígenas;

X - manter intercâmbio com organizações nacionais e internacionais afins;

XI - estimular a autonomia e o fortalecimento das organizações sociais e políticas indígenas e fomentar sua participação na definição e gestão de políticas, programas, projetos e ações voltados às comunidades que representam;

XII - colaborar com a criação e manutenção de um sistema integrado de informações referentes aos povos indígenas;

XIII - promover a participação dos municípios na implementação de leis, políticas, programas, projetos e ações que possam beneficiar as comunidades indígenas, respeitandosuas especificidades sócio-culturais;

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

XIV - promover e desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos a questões de interesse das comunidades indígenas;

XV - zelar pelo cumprimento da legislação relativa aos direitos dos povos indígenas e pelo desenvolvimento das ações a eles pertinentes previstas no Programa Estadual de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 42.209, de 15 de setembro de 1997;

XVI - estimular a interação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário na resolução de questões relacionadas às comunidades indígenas;

XVII - promover a divulgação de suas atividades junto às comunidades indígenas, garantindo-lhes espaço de diálogo com o Conselho;

XVIII - fomentar a criação de canais de comunicação entre as diversas comunidades indígenas do Estado de São Paulo;

XIX - identificar e sugerir parcerias do governo com universidades e outras entidades públicas e privadas, tendo por objetivo o equacionamento de questões relacionadas às comunidades indígenas;

XX - elaborar seu Regimento Interno.

Artigo 5º - O Conselho Estadual dos Povos Indígenas será integrado pelos seguintes membros:

I - 1 (um) representante de cada uma das Secretarias de Estado a seguir relacionadas:

a) Secretaria de Economia e Planejamento;

b) Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania;

c) Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

d) Secretaria da Educação;

e) Secretaria da Saúde;

f) Secretaria da Cultura;

g) Secretaria da Habitação;

h) Secretaria do Meio Ambiente;

II - 1 (um) representante da Procuradoria Geral do Estado;

III - 1 (um) representante do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP;

IV - 1 (um) representante da Universidade de São Paulo - USP;

V - 1 (um) representante da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;

VI - 1 (um) representante da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP;

VII - 1 (um) representante da Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM;

VIII - 27 (vinte e sete) representantes dos povos indígenas, sendo:

a) 2 (dois) representantes da etnia Guarani do Litoral Norte;

b) 1 (um) representante da etnia Tupi-Guarani do Litoral Norte;

c) 3 (três) representantes da etnia Guarani do Litoral Sul;

d) 2 (dois) representantes da etnia Tupi-Guarani do Litoral Sul;

e) 3 (três) representantes da etnia Guarani do Vale do Ribeira;

f) 1 (um) representante da etnia Tupi-Guarani do Vale do Ribeira;

g) 3 (três) representantes da etnia Guarani da Capital;

h) 1 (um) representante da etnia Guarani do Oeste Paulista;

i) 2 (dois) representantes da etnia Terena;

j) 2 (dois) representantes da etnia Krenak;

l) 2 (dois) representantes da etnia Kaingang;

m) 2 (dois) representantes da etnia Pankararu;

n) 1 (um) representante da etnia Fulni-ô;

o) 1 (um) representante das etnias Pataxó e Xavante;

p) 1 (um) representante das etnias Xucuru e Xucuru-Cariri;

IX - indicados pelos representantes indígenas:

a) 3 (três) integrantes de organizações não governamentais que desenvolvam ações junto às comunidades indígenas

do Estado de São Paulo;

b) 1 (um) integrante do corpo dirigente ou docente de universidade particular do Estado de São Paulo que tenha atuação junto às comunidades indígenas;

X - mediante convite:

a) 1 (um) representante do órgão e de cada uma das entidades do Governo Federal a seguir relacionados, que desenvolvem ações voltadas aos povos indígenas no Estado de São Paulo:

1. Ministério da Educação - MEC;

2. Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

3. Fundação Nacional de Saúde - FUNASA;

b) 1 (um) representante da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo;

c) 5 (cinco) representantes das Prefeituras dos Municípios com comunidades indígenas, sendo:

1. 1 (um) do Litoral Norte;

2. 1 (um) do Litoral Sul;

3. 1 (um) do Vale do Ribeira;

4. 1 (um) da Capital;

5. 1 (um) do Oeste Paulista.

§ 1º - Cada membro do Conselho Estadual dos Povos Indígenas terá um suplente.

§ 2º - Os membros do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, e seus suplentes, serão designados pelo Governador do Estado.

§ 3º - Os membros do Conselho Estadual dos Povos Indígenas escolherão, entre seus pares, o Presidente e o Vice-Presidente, que também serão designados pelo Governador do Estado.

§ 4º - O mandato dos membros, e o de seus suplentes, inclusive o do Presidente e o do Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, será de 3 (três) anos, permitida a recondução.

§ 5º - Os representantes dos povos indígenas serão indicados por suas comunidades.

§ 6º - Os representantes das Prefeituras dos Municípios com comunidades indígenas serão indicados pelos Prefeitos das respectivas regiões, consensualmente.

§ 7º- Poderão ser convidados pelo Presidente a participar das reuniões do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, sem direito a voto:

1. representantes de órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal e de entidades privadas, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da reunião;

2. pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Artigo 6º - Caberá ao Presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas:

I - representar o Conselho perante autoridades, órgãos e entidades;

II - dirigir as atividades do Conselho;

III - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

IV - proferir o voto de desempate nas decisões do Conselho, quando necessário;

V - gerir os recursos destinados ao Conselho;

VI - dirigir-se a autoridades, órgãos e entidades para obter elementos necessários ao cumprimento das finalidades institucionais do Conselho;

VII - exercer outras atribuições definidas no Regimento Interno.

Parágrafo único - Na ausência do Presidente, as atribuições previstas neste artigo serão desempenhadas pelo Vice-Presidente.

Seção III

Do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas

Artigo 7º - O Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas tem por finalidade elaborar, implementar, acompanhar e avaliar a Política Estadual de Atenção aos Povos Indígenas.

Artigo 8º - O Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas tem as seguintes atribuições:

I - coordenar e avaliar a execução da Política Estadual de Atenção aos Povos Indígenas;

II - fomentar a implantação de políticas, programas e ações específicos nas áreas de interesse das comunidades

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

indígenas;

III - promover e garantir a integração dos órgãos e entidades, públicos e privados, envolvidos na execução de políticas, programas, projetos e ações voltados à população indígena do Estado de São Paulo;

IV - articular ações integradas de natureza emergencial voltadas para os segmentos da população indígena em situação de risco;

V - estimular a capacitação dos técnicos governamentais e de representantes indígenas responsáveis pela execução de políticas, programas, projetos e ações voltados aos povos indígenas, nas esferas estadual e municipal;

VI - criar condições para a realização de parcerias do governo com universidades e outras entidades públicas e privadas, objetivando o equacionamento de questões relacionadas às comunidades indígenas;

VII - promover contatos com organismos financiadores e outras fontes de recursos, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, objetivando o financiamento das políticas, programas, projetos e ações direcionados aos povos indígenas;

VIII - apoiar e assessorar os municípios na implementação de leis e ações que beneficiem as comunidades indígenas, respeitadas as suas especificidades culturais;

IX - criar e manter um sistema integrado de informações referentes aos povos indígenas;

X - criar procedimentos participativos de monitoramento e avaliação de resultados, aferindo a eficácia e a efetividade das políticas, programas e ações voltados aos povos indígenas;

XI - promover a criação e garantir a manutenção de espaços de reflexão e troca de experiências intra e interestaduais que contribuam para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas à população indígena;

XII - criar mecanismos para fomentar a participação das populações indígenas na definição e gestão de políticas, programas, projetos e ações relacionados a seus interesses;

XIII - viabilizar o acesso das populações indígenas aos programas e ações sociais de caráter geral executados pelo Estado, respeitadas as suas especificidades culturais;

XIV - examinar a viabilidade e, quando for o caso, promover a execução de demandas de interesse dos povos indígenas;

XV - propor o encaminhamento, ao Poder Legislativo, de projetos de lei de interesse dos povos indígenas;

XVI - manter intercâmbio com organizações nacionais e internacionais de promoção dos direitos indígenas;

XVII - promover e desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos a questões de interesse das comunidades indígenas;

XVIII - apoiar e assessorar, no que couber, os processos de demarcação e regularização fundiária das terras indígenas;

XIX - manter permanente articulação com o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e outros organismos afins, bem como com entidades e representações indígenas;

XX - promover, no que couber, mecanismos de apoio e fortalecimento das entidades e representações indígenas.

Artigo 9º - O Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas será integrado pelos seguintes membros:

I - 1 (um) representante de cada uma das Secretarias de Estado a seguir relacionadas:

a) Secretaria de Economia e Planejamento;

b) Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania;

c) Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social;

d) Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho;

e) Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

f) Secretaria da Educação;

g) Secretaria da Saúde;

h) Secretaria da Cultura;

i) Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer;

j) Secretaria da Habitação;

l) Secretaria do Meio Ambiente;

m) Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento;

II - 1 (um) representante da Procuradoria Geral do Estado;

III - 1 (um) representante do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP;

IV - 2 (dois) representantes da Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

Municipal - CEPAM;

V - 1 (um) representante da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"- ITESP;

VI - 1 (um) representante da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU.

§ 1º - Cada membro do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas terá um suplente.

§ 2º - Os membros do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas, e seus suplentes, serão designados pelo Secretário de Economia e Planejamento, a quem também caberá escolher, entre seus membros, e designar o Presidente do Colegiado.

§ 3º - O mandato dos membros, e o de seus suplentes, inclusive o do Presidente do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas, será de 3 (três) anos, permitida a recondução.

Artigo 10 - Caberá ao Presidente do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas:

I - representar o Comitê perante autoridades, órgãos e entidades;

II - dirigir as atividades do Comitê;

III - convocar e presidir as reuniões do Comitê;

IV - proferir o voto de desempate nas decisões do Comitê, quando necessário;

V - gerir os recursos destinados ao Comitê;

VI - dirigir-se a autoridades, órgãos e entidades para obter elementos necessários ao cumprimento das finalidades institucionais do Comitê.

Artigo 11 - Todos os órgãos da administração pública estadual, direta e indireta, deverão colaborar, no âmbito de suas áreas de atuação, com a elaboração, o desenvolvimento, a implantação e a execução da Política Estadual de Atenção aos Povos Indígenas, podendo ser chamados a participar diretamente das ações do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas.

Seção IV

Disposições Finais

Artigo 12 - O Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas contarão com o apoio técnico e administrativo da Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM, a ser prestado mediante celebração de contrato, convênio, termo de cooperação técnica ou outras formas de transferências de recursos, a serem firmados com a Secretaria de Economia e Planejamento.

Artigo 13 - As funções de membro do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas não serão remuneradas, porém consideradas como de serviço público relevante.

Artigo 14 - A Secretaria de Economia e Planejamento adotará as providências necessárias à instalação e ao adequado funcionamento do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas.

Artigo 15 - A Secretaria de Economia e Planejamento garantirá os recursos orçamentários necessários ao atendimento das despesas decorrentes da aplicação deste decreto.

Artigo 16 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de março de 2004

GERALDO ALCKMIN

Antônio Duarte Nogueira Júnior

Secretário de Agricultura e Abastecimento

Cláudia Maria Costin

Secretária da Cultura

Gabriel Chalita

Secretário da Educação

Barjas Negri

Secretário da Habitação

Alexandre de Moraes

Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

José Goldemberg

Secretário do Meio Ambiente

Andrea Calabi

Secretário de Economia e Planejamento

Luiz Roberto Barradas Barata

Secretário da Saúde

Arnaldo Madeira

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 9 de março de 2004.

DECRETO Nº 49.808, DE 21 DE JULHO DE 2005

Estabelece Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas, dispõe sobre o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos artigos 231, 232, 215 e § 1º, 210 e § 2º, da Constituição Federal, os artigos 282 e 283 da Constituição do Estado, o artigo 2º da Lei Federal nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, a Resolução CNE/CNS nº 3, de 10 de novembro de 1999, e o Decreto Presidencial nº 3.156, de 27 de agosto de 1999;

Considerando que o Estado de São Paulo, no âmbito da competência que lhe cabe, considerada a legislação federal pertinente, tem desenvolvido ações objetivando a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas;

Considerando que a conjugação de esforços entre os diversos órgãos e entidades, governamentais e não governamentais, com atuação voltada para a população indígena, poderá propiciar a obtenção de resultados ainda melhores; e

Considerando a importância da participação de representantes da população indígena do Estado de São Paulo na formulação, acompanhamento e avaliação das ações que lhes são direcionadas, subsidiando a aferição da efetividade das políticas públicas, conforme o que preconiza a legislação federal,

Decreta:

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Artigo 1º - As Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas se desenvolverão por meio de articulação de ações dos diversos órgãos da administração direta e indireta do Estado, que implementem ou venham a implementar ações governamentais direcionadas às comunidades indígenas situadas no território do Estado de São Paulo, integrando-as às ações de órgãos federais e municipais, ouvidas as respectivas comunidades e respeitada a legislação federal.

Artigo 2º - Para articulação das ações referidas no artigo anterior a Secretaria de Economia e Planejamento conta, em sua estrutura básica, com:

I - o Conselho Estadual dos Povos Indígenas;

II - o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas.

SEÇÃO II

Do Conselho Estadual dos Povos Indígenas

Artigo 3º - O Conselho Estadual dos Povos Indígenas tem como objetivo subsidiar a elaboração, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas.

Artigo 4º - O Conselho Estadual dos Povos Indígenas tem as seguintes atribuições:

I - sugerir diretrizes, procedimentos e ações relativos a adoção, implementação, coordenação e avaliação de políticas e medidas que promovam a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas do Estado de São Paulo e assegurem seus direitos constitucionais e legais;

II - propor medidas visando o aprimoramento da implantação das políticas de saúde, educação e terras indígenas, respeitada a legislação federal;

III - propor medidas visando a promoção de programas, projetos e ações nas áreas de cultura, habitação, segurança alimentar, meio ambiente, proteção ao patrimônio material e imaterial e outras, objetivando criá-los, consolidá-los e transformá-los em políticas públicas inovadoras, respeitada a legislação federal;

IV - definir ações de colaboração com o Governo Federal na assistência emergencial às comunidades indígenas mais vulneráveis no Estado de São Paulo;

V - propor formas de integração das ações dos diversos órgãos e instituições governamentais e não governamentais que atuam nas comunidades indígenas do Estado de São Paulo;

VI - estudar e diagnosticar os problemas, receber e analisar as sugestões da sociedade, em especial das comunidades indígenas, opinar e manifestar-se sobre as denúncias e demais assuntos relacionados aos povos indígenas, visando o seu correto encaminhamento às autoridades competentes;

VII - fazer o acompanhamento e avaliação de políticas, programas, projetos e ações estaduais voltados à população

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

indígena do Estado de São Paulo, definindo formas de monitoramento de resultados e sugerindo as alterações consideradas necessárias;

VIII - propor a criação de espaços de reflexão e troca de experiências, inclusive com entidades governamentais, representantes e colegiados indígenas de outros estados, que contribuam para o desenvolvimento de programas integrados e para a definição de diretrizes referentes às ações voltadas à população indígena;

IX - identificar e apoiar projetos de capacitação de técnicos governamentais e de representantes das comunidades indígenas envolvidos na proposição e implementação de medidas de interesse dos povos indígenas;

X - identificar mecanismos de captação de recursos nacionais e internacionais, públicos e privados, objetivando o financiamento de políticas, programas, projetos e ações direcionados aos povos indígenas;

XI - manter intercâmbio com organizações nacionais e internacionais afins;

XII - estimular a autonomia e o fortalecimento das organizações indígenas e fomentar sua participação na definição e gestão de políticas, programas, projetos e ações voltados às comunidades que representam;

XIII - colaborar com a criação e manutenção de um sistema integrado de informações referentes aos povos indígenas;

XIV - promover a participação dos municípios, no que couber, na implementação de leis, políticas, programas, projetos e ações que possam beneficiar as comunidades indígenas, respeitando suas especificidades sócio-culturais e a legislação federal;

XV - promover e desenvolver estudos, debates e pesquisas relativas a questões de interesse das comunidades indígenas;

XVI - zelar pela extensão aos índios da legislação comum, tendo em vista o disposto no artigo 2º, inciso I, da Lei Federal nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 e, especialmente, pelo cumprimento do Programa Estadual de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 42.209, de 15 de setembro de 1997;

XVII - promover a divulgação de suas atividades junto às comunidades indígenas, garantindo-lhes espaço de diálogo com o Conselho;

XVIII - fomentar a criação de canais de comunicação entre as diversas comunidades indígenas do Estado de São Paulo;

XIX - propor parcerias com universidades e outras entidades públicas e privadas, com o objetivo de equacionar questões relacionadas às comunidades indígenas;

XX - elaborar o seu Regimento Interno.

Artigo 5º - O Conselho Estadual dos Povos Indígenas será integrado pelos seguintes membros:

I - 1 (um) representante de cada uma das Secretarias de Estado a seguir relacionadas:

a) Secretaria de Economia e Planejamento;

b) Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania;

c) Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

d) Secretaria da Educação;

e) Secretaria da Saúde;

f) Secretaria da Cultura;

g) Secretaria da Habitação;

h) Secretaria do Meio Ambiente;

i) Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo;

II - 1 (um) representante da Procuradoria Geral do Estado;

III - 1 (um) representante do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP;

IV - 1 (um) representante da Universidade de São Paulo - USP;

V - 1 (um) representante da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;

VI - 1 (um) representante da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP;

VII - 1 (um) representante da Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM;

VIII - 28 (vinte e oito) representantes dos povos indígenas, sendo:

a) 2 (dois) representantes da etnia Guarani do Litoral Norte;

b) 1 (um) representante da etnia Tupi-Guarani do Litoral Norte;

c) 3 (três) representantes da etnia Guarani do Litoral Sul;

d) 2 (dois) representantes da etnia Tupi-Guarani do Litoral Sul;

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

e) 3 (três) representantes da etnia Guarani do Vale do Ribeira;

f) 1 (um) representante da etnia Tupi-Guarani do Vale do Ribeira;

g) 3 (três) representantes da etnia Guarani da Capital;

h) 1 (um) representante da etnia Guarani do Oeste Paulista;

i) 2 (dois) representantes da etnia Terena;

j) 2 (dois) representantes da etnia Krenak;

l) 2 (dois) representantes da etnia Kaingang;

m) 2 (dois) representantes da etnia Pankararu;

n) 1 (um) representante da etnia Fulni-ô;

o) 1 (um) representante das etnias Pataxó e Xavante;

p) 1 (um) representante das etnias Xucuru e Xucuru-Cariri;

q) 1 (um) representante da etnia Cariri-Xocó;

IX - indicados pelos representantes indígenas:

a) 3 (três) integrantes de organizações não governamentais que desenvolvam ações junto às comunidades indígenas do Estado de São Paulo;

b) 1 (um) integrante do corpo dirigente ou docente de universidade particular do Estado de São Paulo que tenha atuação junto às comunidades indígenas;

X - mediante convite:

a) 1 (um) representante de órgãos e entidades do Governo Federal a seguir relacionados que desenvolvam ações voltadas aos povos indígenas no Estado de São Paulo:

1. Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

2. Ministério da Educação - MEC;

3. Fundação Nacional de Saúde - FUNASA;

b) 1 (um) representante da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo;

c) 5 (cinco) representantes de Prefeituras de Municípios habitados por comunidades indígenas, sendo:

1. 1 (um) do Litoral Norte, assim considerados os Municípios de Ubatuba, São Sebastião e Bertioga;

2. 1 (um) do Litoral Sul, assim considerados os Municípios de Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e São Vicente;

3. 1 (um) do Vale do Ribeira, assim considerados os Municípios de Itariri, Miracatu, Sete Barras, Pariquera-Açú, Cananéia e Iguape;

4. 1 (um) da Região Metropolitana da Grande São Paulo, assim considerados os Municípios de São Paulo, Guarulhos, Carapicuíba, Mauá e Santo André;

5. 1 (um) do Oeste Paulista, assim considerados ao Municípios de Arco-Íris, Braúna e Avaí.

§ 1º - Cada membro do Conselho Estadual dos Povos Indígenas terá um suplente.

§ 2º - Os membros do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e seus suplentes serão designados pelo Governador do Estado.

§ 3º - Os membros do Conselho Estadual dos Povos Indígenas escolherão, entre seus pares, o Presidente e o Vice-Presidente, que também serão designados pelo Governador do Estado.

§ 4º - O mandato dos membros, e o de seus suplentes, inclusive o do Presidente e o do Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, será de 3 (três) anos, permitida a recondução.

§ 5º - Os representantes dos povos indígenas serão indicados por suas comunidades.

§ 6º - Os representantes das Prefeituras dos Municípios habitados por comunidades indígenas serão indicados de forma consensual pelos Prefeitos Municipais das regiões indicadas na alínea c, do inciso X, do artigo 5º deste decreto.

§ 7º - Poderão participar do Conselho representantes de Prefeituras que venham a ser habitadas por aldeias ou comunidades indígenas após a edição deste decreto, mediante designação do Governador do Estado.

§ 8º - Poderão ser convidados pelo Presidente a participar das reuniões do Conselho Estadual dos Povos Indígenas:

1. representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas não expressamente referidos neste artigo, cuja participação seja considerada necessária em face do assunto a ser discutido;

2. pessoas cujo conhecimento ou experiência profissional as habilite a contribuir para a discussão das matérias em exame.

Artigo 6º - Caberá ao Presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

I - representar o Conselho perante autoridades, órgãos e entidades públicas ou privadas;

II - dirigir as atividades do Conselho;

III - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

IV - proferir o voto de desempate nas decisões do Conselho, quando necessário;

V - dirigir-se em nome do Conselho a órgãos e entidades, públicos ou privados, para solicitar as informações necessárias ao cumprimento das finalidades institucionais do Conselho;

VI - exercer outras atribuições previstas no Regimento Interno do Conselho.

Parágrafo único - Na ausência do Presidente, as atribuições previstas neste artigo serão desempenhadas pelo Vice-Presidente.

SEÇÃO III

Do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas

Artigo 7º - O Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas tem por finalidade:

I - elaborar as Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas;

II - coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas, programas, projetos e ações estaduais voltados aos povos indígenas no Estado de São Paulo;

III - colaborar, no que couber, e avaliar a implantação das políticas, programas e ações federais e municipais destinados aos povos indígenas no Estado de São Paulo.

Artigo 8º - Para a consecução de suas finalidades, o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas tem as seguintes atribuições:

I - coordenar e avaliar a execução das Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas;

II - fomentar a implantação de políticas, programas e ações de interesse das comunidades indígenas no Estado de São Paulo;

III - promover a integração de órgãos e entidades, públicos e privados, envolvidos na execução de políticas, programas, projetos e ações voltados à população indígena no Estado de São Paulo;

IV - articular ações integradas de natureza emergencial voltadas para os segmentos da população indígena em situação de risco;

V - estimular a capacitação dos técnicos governamentais e de representantes indígenas responsáveis pela execução de políticas, programas, projetos e ações voltados aos povos indígenas, nas esferas estadual e municipal, indicando os caminhos legais, caso necessário;

VI - propor a celebração de convênios e outras formas de parceria e articulação com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e Ministério da Educação - MEC, universidades, outros órgãos federais e entidades públicas ou privadas, objetivando o atendimento das necessidades das comunidades indígenas no Estado de São Paulo;

VII - promover contatos com organizações nacionais e internacionais visando a captação de recursos que financiem políticas, programas, projetos e ações direcionados aos povos indígenas no Estado de São Paulo;

VIII - apoiar e assessorar os municípios na implementação de leis e ações que beneficiem as comunidades indígenas, respeitadas as suas especificidades culturais e a legislação federal;

IX - criar e manter um sistema integrado de informações referentes aos povos indígenas;

X - criar procedimentos participativos para a definição, gestão, monitoramento e avaliação de resultados das políticas, programas, projetos e ações destinados aos povos indígenas no Estado de São Paulo;

XI - promover a criação e garantir a manutenção de espaços de reflexão e troca de experiências intra e interestaduais que contribuam para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas à população indígena;

XII - viabilizar o acesso das populações indígenas aos programas e ações sociais de caráter geral executados pelo Estado, respeitadas as suas especificidades culturais;

XIII - examinar a viabilidade e, quando for o caso, promover a execução de demandas de interesse dos povos indígenas;

XIV - encaminhar ao Poder Legislativo Federal, pelas vias legais competentes, propostas de alteração da legislação de interesse dos povos indígenas;

XV - manter intercâmbio com organizações indígenas e não indígenas, nacionais e internacionais, de promoção dos direitos indígenas;

XVI - promover e desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos a questões de interesse das comunidades indígenas;

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

XVII - apoiar e assessorar, no que couber, os processos de demarcação e regularização fundiária das terras indígenas, através de instrumentos legais competentes;

XVIII - manter permanente articulação com o Conselho Estadual dos Povos Indígenas;

XIX - promover, no âmbito de sua competência, mecanismos de apoio e fortalecimento das entidades indígenas no Estado de São Paulo;

XX - elaborar seu Regimento Interno.

Artigo 9º - O Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas será integrado pelos seguintes membros:

I - 1 (um) representante da cada uma das seguintes Secretarias de Estado:

a) Secretaria de Economia e Planejamento;

b) Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania;

c) Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social;

d) Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho;

e) Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

f) Secretaria da Educação;

g) Secretaria da Saúde;

h) Secretaria da Cultura;

i) Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer;

j) Secretaria da Habitação;

l) Secretaria do Meio Ambiente;

m) Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento;

n) Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo;

II - 1 (um) representante da Procuradoria Geral do Estado;

III - 1 (um) representante do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP;

IV - 2 (dois) representantes da Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM;

V - 1 (um) representante da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP;

VI - 1 (um) representante da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU.

§ 1º - Cada membro do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas terá um suplente.

§ 2º - O membros do Comitê IntersetorialdeAssuntos Indígenas, indicados pelos dirigentes dos órgãos que o compõem, serão designados pelo Secretário de Economia e Planejamento, a quem caberá igualmente a escolha de seu Presidente.

Artigo 10 - Caberá ao Presidente do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas:

I - representar o Comitê perante autoridades, órgãos e entidades;

II - dirigir as atividades do Comitê;

III - convocar e presidir as reuniões do Comitê;

IV - proferir o voto de desempate nas decisões do Comitê, quando necessário;

V - dirigir-se a autoridades, órgãos e entidades para obter elementos necessários ao cumprimento das finalidades institucionais do Comitê.

Artigo 11 - Todos os órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, deverão colaborar, no âmbito de suas respectivas competências, com os objetivos do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, conforme definidos pelo artigo 3º deste decreto, e artigo 2º da Lei Federal nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, podendo ser convidados a participar diretamente das reuniões do Conselho Estadual dos Povos Indígenas ou do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas.

Seção IV

Disposições Finais

Artigo 12 - O Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas contarão com o apoio técnico e administrativo da Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM, entidade vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, a ser prestado na forma da legislação vigente.

Parágrafo único - O Conselho Estadual dos Povos Indígenas poderá contar também com o apoio técnico de

universidades e demais entidades que o integram.

Artigo 13 - As funções de membros do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas não serão remuneradas sendo, porém, consideradas de serviço público relevante.

Artigo 14 - A Secretaria de Economia e Planejamento adotará as providências necessárias à instalação e ao adequado funcionamento do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas.

Artigo 15 - As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento da Secretaria de Economia e Planejamento, suplementadas se necessário.

Artigo 16 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o artigo 1º e os artigos 3º a 15 do Decreto nº 48.532, de 9 de março de 2004.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de julho de 2005

GERALDO ALCKMIN

Antônio Duarte Nogueira Júnior

Secretário de Agricultura e Abastecimento

João Carlos de Souza Meirelles

Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico

João Batista Moraes de Andrade

Secretária da Cultura

Paulo Alexandre Pereira Barbosa

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Educação

Emanuel Fernandes

Secretário da Habitação

Hédio Silva Júnior

Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

José Goldemberg

Secretário do Meio Ambiente

Luiz Roberto Barradas Barata

Secretário da Saúde

Arnaldo Madeira

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 21 de julho de 2005.as as suas especificidades culturais e a legislação federal;

Dispõe sobre a transferência dos Conselhos que especifica para a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e dá providências correlatas

JOSÉ SERRA, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

Artigo 1º - Ficam transferidos da Secretaria de Relações Institucionais para a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, com seus bens móveis e equipamentos, cargos e funções-atividades, direitos e obrigações e acervo, os Conselhos a seguir indicados:

I - Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, regido pela Lei nº 5.466, de 24 de dezembro de 1986, alterada pelo artigo 7ºda Lei nº 10.237, de 12 de março de 1999, e pelo Decreto nº 34.117, de 1º de novembro de 1991, observadas as disposições deste decreto;

II - Conselho Estadual dos Povos Indígenas, regido pelo Decreto nº 52.645, de 21 de janeiro de 2008 , alterado pelo Decreto nº 53.530, de 9 de outubro de 2008 , observadas as disposições deste decreto.

Parágrafo único - Os Conselhos transferidos por este artigo ficam subordinados diretamente ao Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Artigo 2º - O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e o Conselho Estadual dos Povos Indígenas contarão com o apoio técnico e administrativo da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Artigo 3º - As Secretarias de Economia e Planejamento e da Fazenda providenciarão, em seus respectivos âmbitos de atuação, os atos necessários ao cumprimento deste decreto.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial do Decreto nº 51.462, de 1º de janeiro de 2007 :

I - os incisos III e VIII do artigo 4º;

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

II - o artigo 46. Palácio dos Bandeirantes, 9 de junho de 2009

JOSÉ SERRA

Publicado em: 10/06/2009 Atualizado em: 10/06/2009 11:30

DISPOSITIVOS LEGAIS A RESPEITO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ESTADO DE SP:

RESOLUÇÃO SE Nº 44, DE 18 DE ABRIL DE 1997

Dispõe sobre a criação do Núcleo de Educação Indígena - NEI

A Secretária da Educação, tendo em vista o que dispõem o § 2º do artigo 210 da Constituição Federal e os artigos 78 e 79 da Lei 9.394 de 20.12.96 – Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, e considerando a necessidade de:

- preservar a identidade cultural do aluno indígena, garantindo seu acesso e permanência na escola para que possa participar como cidadão da preservação de sua cultura;

- garantir o acesso ao conhecimento, assegurando-se a possibilidade de defesa de seus interesses e a participação em igualdade de condições, enquanto etnia culturalmente diferenciada; resolve:

Artigo 1º - Fica criado, junto ao Gabinete desta Secretaria, o Núcleo de Educação Indígena (NEI-SP) com o objetivo de articular, apoiar e assessorar a proposta de educação escolar indígena.

Artigo 2º - O Núcleo de Educação Indígena será integrado por:

I – representantes do Gabinete do Secretário, Assessoria de Planejamento e Controle Educacional, Coordenadorias de Ensino e Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas;

II – representantes de entidades governamentais e não governamentais, e profissionais ou técnicos que desenvolvam trabalhos voltados à educação indígena;

III – representantes das comunidades indígenas locais.

Parágrafo único – O núcleo de que trata esta resolução será coordenado pelo representante do Gabinete da Secretaria de Educação.

Artigo 3º - São atribuições do Núcleo de Educação Indígena:

I – coordenar, apoiar e assessorar as ações voltadas à política da educação escolar indígena;

II – coordenar e avaliar a implementação da proposta desencadeada pelas diferentes instituições envolvidas.

Parágrafo único – A Coordenação do Núcleo, adotará as providências que se fizeram necessárias, previstas na legislação pertinente, no aprimoramento das propostas desencadeadas.

Artigo 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Resolução SE 147, de 29-12-2003

Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo

O Secretário da Educação, à vista do disposto no §2.º do artigo 210 da Constituição Federal, artigos 78 e 79 da Lei n.º 9394/96, Parecer CNE/CEB n.º14/99, Resolução CNE/CEB n.º 03/99, Deliberação CEE n.º 35/03 , Decreto n.º 47.779/03 e considerando :

o reconhecimento dos estabelecimentos de ensino que funcionam em aldeias indígenas, como unidades escolares indígenas próprias , autônomas e específicas;

a inserção dessas unidades escolares no sistema estadual de ensino;

a responsabilidade do Estado por sua criação e funcionamento;

obilingüismo e a interculturalidade que demandam organização, funcionamento e diretrizes específicas e diferenciadas;

resolve:

Artigo 1.º - Os estabelecimentos da rede estadual de ensino que funcionam em terras habitadas por comunidades indígenas passam a ser reconhecidos como escolas indígenas e identificados como Escola Estadual Indígena - EEI, independentemente do nível e modalidade de ensino oferecidos.

§1.º - A educação indígena somente poderá ser oferecida quando houver solicitação específica da respectiva comunidade, devendo a clientela atendida ser exclusivamente constituída por alunos indígenas, independente do seu número.

§ 2º - A educação infantil e o ensino médio serão implementados gradativamente, quando houver demanda da comunidade indígena.

Artigo 2º - A educação indígena funcionará com normas e ordenamento jurídico próprios, observadas as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilingüe e as normas regimentais específicas para essa modalidade,visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e respeitadas as diversidades étnicas.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

Artigo 3.º- O reconhecimento legal dos estabelecimentos de ensino como escolas indígenas autônomas e específicas pressupõe, para sua plena regularidade organizacional e funcional, ato próprio de criação, de responsabilidade do poder público, autorização de funcionamento, concedida pelo Conselho Estadual de Educação, e atendimento às diretrizes contidas na presente resolução.

Artigo 4.º - O pedido de autorização de funcionamento de Escola Estadual Indígena deverá ser formulado pela direção da unidade escolar proponente, dirigido ao Conselho Estadual de Educação, acompanhado de pareceres conclusivos da Diretoria de Ensino, Coordenadoria de Ensino e do Núcleo de Educação Indígena (NEI) e dos seguintes documentos:

I - ato de criação da escola;

II - cópia da proposta pedagógica, contendo estrutura curricular, calendário escolar e regimento escolar;

III - relação do corpo docente, especificando a condição do professor indígena e dados de sua formação específica.

Artigo 5.º -- Constituem objetivos da Escola Estadual Indígena :

I - garantir a sistematização e a valorização dos conhecimentos, costumes, línguas e tradições indígenas;

II - oferecer exclusivamente à respectiva comunidade todas as etapas da educação básica;

III - proporcionar um ensino intercultural e bilingüe que valorize as línguas e as culturas indígenas e a afirmação da identidade étnica;

IV - assegurar condições para o acesso e a produção dos conhecimentos universais e específicos das diferentes áreas dos saberes;

V - dar oportunidade aos educandos da vivência de atividades e valores que os auxiliem no desenvolvimento de uma vida cidadã dentro e fora do universo indígena;

VI - garantir a formação continuada aos professores indígenas.

Artigo 6.º -- As escolas indígenas, respeitadas as normas específicas de funcionamento, desenvolverão suas atividades de acordo com o proposto no projeto pedagógico e regimento escolar com as seguintes prerrogativas:

I - organização das atividades escolares, respeitando-se o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas e

II - duração diversificada dos períodos escolares, ajustando-se às condições e especificidades próprias de cada etnia ou comunidade indígena.

Parágrafo único: A formulação do projeto pedagógico próprio por escola ou por etnia, com anuência das Comissões Étnicas Regionais e do Conselho Geral do Núcleo de Educação Indígena, terá por base:

1. os referenciais curriculares indígenas;

2. as diretrizes curriculares nacionais referentes a cada etapa da educação básica;

3. os modos próprios de produção e transmissão de saberes de cada etnia;

4. as características próprias das escolas indígenas em respeito à especificidade étnico-cultural de cada etnia ou comunidade;

5. a realidade sócio-linguística em cada situação;

6. a produção e a utilização de materiais didático-pedagógicos, que expressem metodologiasque privilegiem processos específicos de aprendizagem, com conteúdos específicos do universo sócio-cultural de cada povo indígena;

7. a participação da respectiva comunidade ou etnia indígena.

Artigo 7.º - A escola indígena contará com um Vice-Diretor de Escola Indígena, com docentes e profissionais da área administrativa.

§ 1º - As funções de Vice-Diretor e de docente serão exercidas por professores indígenas.

§ 2º - As funções administrativas serão objeto de norma específica.

§ 3º - As classes e/ou aulas das escolas indígenas serão atribuídas na seguinte conformidade:

1. na educação infantil e no ciclo I do ensino fundamental, a portadores de diploma do Curso Especial de Formação em Serviço de Professor Indígena, desenvolvido pela Secretaria da Educação;

2. no ciclo II do ensino fundamental e no ensino médio, a portadores de diploma de licenciatura plena ou do Curso Especial de Formação em Serviço de Professor Indígena, em nível superior, desenvolvido pela Secretaria da Educação.

Artigo 8.º - Os espaços físicos das escolas indígenas deverão ser planejados, dimensionados e organizados de forma a atender às especificidades da proposta pedagógica da escola, aos recursos e materiais didáticos existentes, às necessidades dos educandos e às práticas sócio-culturais, econômicas e religiosas que caracterizam a etnia indígena atendida, ouvida a comunidade.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

Artigo 9º - As escolas fora das aldeias que atendem alunos indígenas no ciclo II e no ensino médio deverão garantir, em seu projeto pedagógico, o ensino da língua e culturas étnicas.

Parágrafo único - As aulas de língua e culturas étnicas deverão ser ministradas por professores indígenas, indicados pela Comissão Étnica Regional e cadastrados na Diretoria de Ensino.

Artigo 10 - Todos os profissionais, de que trata o artigo 7º da presente resolução, somente poderão exercer as respectivas funções desde que tenham sido devidamente capacitados e avaliados pela Comissão Étnica Regional e pelo Conselho do NEI.

Artigo 11 - Aplicam-se às escolas indígenas os recursos destinados às demais escolas que integram a rede estadual de ensino, devendo as necessidades específicas dessas escolas serem contempladas pelos recursos a que se refere a Lei n.º 9424/ 96.

Artigo 12 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DECRETO Nº 48.530, DE 9 DE MARÇO DE 2004

Dispõe sobre a criação de escolas estaduais indígenas na Secretaria da Educação e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no Decreto nº 47.779, de 22 de abril de 2003,

Decreta:

Artigo 1º - Ficam criadas na Diretoria de Ensino da Capital, da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo e nas Diretorias de Ensino do Interior, da Coordenadoria de Ensino do Interior, da Secretaria da Educação as seguintes escolas estaduais indígenas:

I - na Diretoria de Ensino Região Sul 3, no Distrito de Parelheiros, a Escola Estadual Indígena Krukutu;

II - na Diretoria de Ensino Região de Bauru, no Município de Avaí:

a) a Escola Estadual Indígena Aldeia Kopenoti;

b) a Escola Estadual Indígena Aldeia Nimuendaju;

c) a Escola Estadual Indígena Aldeia Ekeruá;

d) a Escola Estadual Indígena Aldeia Tereguá;

III - na Diretoria de Ensino Região de Birigüi, no Município de Braúna, a Escola Estadual Indígena Índia Maria Rosa;

IV - na Diretoria Ensino Região de Caraguatatuba, no Município de Ubatuba, a Escola Estadual Indígena Aldeia Renascer;

V - na Diretoria de Ensino Região de Miracatu:

a) no Município Iguape, a Escola Estadual Indígena Aldeia Paraíso;

b) no Município Itariri:

1. a Escola Estadual Indígena Aldeia Capoeirão;

2. a Escola Estadual Indígena Aldeia Rio do Azeite;

VI - na Diretoria de Ensino Região de Registro, no Município de Cananéia:

a) a Escola Estadual Indígena Aldeia Santa Cruz;

b) a Escola Estadual Indígena Aldeia Rio Branco II;

VII - na Diretoria de Ensino Região de São Vicente:

a) no Município de Itanhaém, a Escola Estadual Indígena Aldeia Rio Branco;

b) no Município de Peruíbe, a Escola Estadual Indígena Aldeia Bananal;

VIII - na Diretoria de Ensino Região de Tupã, no Município de Arco-Íris, a Escola Estadual Indígena Índia Vanuíre.

Artigo 2º - As denominações das escolas adiante identificadas ficam alteradas na seguinte conformidade:

I - criadas pelo Decreto nº 45.624, de 15 de janeiro de 2001, nas Diretorias de Ensino - Interior do Estado:

a) Região de Registro:

1. de Escola Estadual Aldeia Pindoty para Escola Estadual Indígena Aldeia Pindo-ty, no Município de Pariquera-Açu;

2. de Escola Estadual Aldeia Peguao-ty para Escola Estadual Indígena Aldeia Peguao-ty, no Município de Sete Barras;

b) Região de São Vicente:

1. de Escola Indígena Sol Nascente para Escola Estadual Indígena Kuaray o ê a/Sol Nascente, no Município de Mongaguá;

2. de Escola Estadual Aldeia Aguapeú para Escola Estadual Indígena Aldeia Aguapeú, no Município de Mongaguá;

3. de Escola Estadual Aldeia Piaçaguera para Escola Estadual Indígena Aldeia Piaçaguera, no Município de Peruíbe;

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

II - criada pelo Decreto nº 45.893, de 2 de julho de 2001, na Diretoria de Ensino - Capital/Região Norte 1, Distrito de Jaraguá, de Escola Estadual DjekupéAmbaArandy para Escola Estadual Indígena DjekupéAmbaArandy.

Artigo 3º - A Secretaria da Educação adotará as providências necessárias visando a, mediante decreto, regulamentação da implantação das escolas estaduais indígenas, quanto a sua organização e funcionamento e definindo critérios para admissão e/ou designação de pessoal docente e técnico-administrativo.

Artigo 4º - O artigo 2º do Decreto nº 45.624, de 15 de janeiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 2º - A Secretaria da Educação adotará as providências necessárias para o funcionamento da unidade escolar criada pela alínea "a", do inciso I, do artigo 1º deste decreto e designará o pessoal técnico - administrativo mínimo necessário para o funcionamento da mesma, segundo os critérios estabelecidos pelo Decreto nº 37.185, de 5 de agosto de 1993, com a redação dada pelos Decretos nº 38.981, de 1º de agosto de 1994 e nº 40.742, de 29 de março de 1996.". (NR)

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da Secretaria da Educação.

Artigo 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 9 de fevereiro de 2004, ficando revogados:

I - o artigo 2º do Decreto nº 45.893, de 2 de julho de 2001;

II - o artigo 2º do Decreto nº 46.339, de 3 de dezembro de 2001.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de março de 2004

GERALDO ALCKMIN

Gabriel Chalita

Secretário da Educação

Arnaldo Madeira

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 9 de março de 2004.

DECRETO Nº 48.754, DE 25 DE JUNHO DE 2004

Fixa o módulo de pessoal para as Escolas Estaduais Indígenas - EEI, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 3º do Decreto nº 48.530, de 9 de março de 2004, e o contido na Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 35/2003,

Decreta:

Artigo 1º - As Escolas Estaduais Indígenas - EEI, da Secretaria da Educação, serão dirigidas por um Vice-Diretor de Escola, contando, cada uma, com 1 (um) Agente de Serviços Escolares.

Parágrafo único - Quando mantiver mais de um nível de ensino, a Escola Estadual Indígena - EEI poderá contar com até 2 (dois) Agentes de Serviços Escolares.

Artigo 2º - O Vice-Diretor de Escola a que se refere o artigo 1º deste decreto deverá ser professor índio, indicado pela comunidade indígena, devidamente formado e capacitado no âmbito das instituições formadoras de professores ou habilitado em curso do Programa Especial de Formação em Serviço de Professor Índio, observadas as normas do Conselho Estadual de Educação.

Parágrafo único - A designação do Vice-Diretor de Escola de que trata este artigo cabe ao respectivo Dirigente Regional de Ensino.

Artigo 3º - O pessoal de apoio administrativo das Escolas Estaduais Indígenas - EEI será selecionado dentre os candidatos indicados pela comunidade indígena e inscritos na Diretoria de Ensino da respectiva região, observados os critérios definidos pela Secretaria da Educação.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 25 de junho de 2004

GERALDO ALCKMIN

Gabriel Chalita

Secretário da Educação

Antonio Floriano Pereira Pesaro

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 25 de junho de 2004.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

Resolução SE 27, de 7-4-2005 (retificação no D.O.E. de 09/09/2005)

O Secretário da Educação, considerando:

- a necessidade de adequação do Regimento Interno do Núcleo de Educação Indígena às novas demandas que se apresentam;

- que a matéria foi aprovada pelo Conselho Geral do Núcleo de Educação Indígena;

Resolve:

Artigo 1º - Fica aprovado o novo Regimento Interno do Núcleo de Educação Indígena, em anexo.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Res. SE nº 40/2000.

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Capítulo I

Da Criação e Finalidade

Artigo 1.º - O Núcleo de Educação Indígena de São Paulo - NEI/SP - foi criado junto ao Gabinete da Secretaria de Estado da Educação por Resolução SE nº 44, de 18/04/97,em atendimento às determinações da Portaria Interministerial MJ/MEC n.º 559/91.

Artigo 2.º - O NEI/SP tem por finalidade:

I - contribuir para a definição dos parâmetros da política de educação escolar indígena, garantindo a valorização das culturas, línguas e tradições dos povos indígenas, respeitando as peculiaridades e demandas de cada comunidade;

II - propor, articular, apoiar, assessorar, acompanhar e avaliar a execução da política de educação escolar indígena intercultural, bilingüe, específica e diferenciada, conforme preceituam as Constituições Federal e Estadual, a LDB Lei n.º 9.304/96 , o Parecer 14/99 e a Resolução CNE/CEB N.º 3/99, Deliberação CEE Nº 35/2003 e a Res. SEE147/03;

III - convocar, ordinariamente, a cada dois anos ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Estadual de Educação Escolar Indígena que terá a atribuição de avaliar a situação dessa modalidade de ensino e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento;

IV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos socioculturais e o desempenho dos programas e projetos desenvolvidos;

V - promover e incentivar estudos e pesquisas relativos à Educação Escolar Indígena com a finalidade de formulação e avaliação das políticas de atendimento.

Capítulo II

Das Atribuições

Artigo 3.º - São atribuições do NEI, além das que decorram da natureza de suas atividades:

I - formular, coordenar e acompanhar as ações voltadas à política da educação escolar indígena;

II- acompanhar e avaliar a implementação das propostas desenvolvidas pelos diferentes órgãos executores da política de educação escolar indígena;

III - elaborar e avaliar propostas referentes à legislação educacional visando adequá-las às especificidades da educação escolar indígena;

IV - encaminhar ao Conselho Estadual de Educação pedidos de autorização para funcionamento de Escola Estadual e Municipal Indígena;

V - apresentar sugestões para melhoria da qualidade das escolas indígenas;

VI - diagnosticar junto às comunidades indígenas as necessidades de recursos humanos, físicos e didático-pedagógicos nas escolas das aldeias;

VII - promover a capacitação e formação de professores indígenas, levando-se em conta a língua, a cultura e a religião de cada etnia, como também o conteúdo das escolas (formais) indígenas;

VIII- promover (estimular) a contratação de professores e funcionários indígenas, indicados pelas comunidades;

IX - incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações educativas voltadas para a preservação e o fortalecimento das culturas tradicionais de cada etnia;

X - participar de eventos relacionados à questão indígena ou indicar representante;

XI- garantir a participação indígena nos eventos;

XII - ouvir as comunidades indígenas;

XIII - solicitar relatórios aos professores indígenas sobre o desempenho da escola e dos alunos;

XIV - acompanhar, avaliar e emitir Parecer sobre o funcionamento das Escolas Estaduais Indígenas;

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

XV - incentivar a participação dos professores indígenas na definição e gestão de políticas, programas e projetos de seu interesse, através do Projeto Político Pedagógico da Escola;

XVI - propor indicadores para estabelecer um sistema de acompanhamento e avaliação do Plano Estadual para as Escolas Indígenas;

XVII - conferir, após os mandatos, menção honrosa , através de Certificado, aos membros e colaboradores do NEI;

XVIII - promover e acompanhar intercâmbios para troca de experiências sobre educação escolar indígena com estados e regiões que possuam outros grupos étnicos;

XIX - garantir e estimular o fluxo das informações.

Capítulo III

Da Estrutura

Artigo 4.º - O NEI é constituído por um Conselho Geral e por Comissões Étnicas Regionais.

Artigo 5.º - Constituem unidades de apoio técnico e administrativo ao NEI os órgãos da Secretaria de Estado da Educação.

Seção I

Do Conselho Geral

Artigo 6.º - O Conselho Geral é composto de vinte e seis (26) membros, sendoum titular e um suplente, como segue: 6(seis) representantes da Secretaria de Estado da Educação,1(um) representante de cada uma das seguintes organizações: Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Ministério da Educação - MEC, União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME,

Universidades, Organizações não Governamentais - ONGs, Centro de Estudos e Pesquisas das Administrações Municipais - CEPAM, e representantes das etnias indígenas, assim distribuídos: 4(quatro) Guarani, sendo (1) um representante do Litoral Norte, (1)um do Litoral Sul , (1)um do Vale do Ribeira e (1)um da Grande São Paulo; 4(quatro) representantes Tupi-Guarani, sendo (1)um do Litoral Norte, (1)um do Litoral Sul, (1)um do Oeste Paulista e (1)um do Vale do Ribeira:1(um) representante Krenak do Oeste Paulista; (2)dois Kaingang do Oeste Paulista; (2)dois Terena do Oeste Paulista e (1)um Pankararu da Grande São Paulo.

§ 1º - A coordenação do NEI caberá ao representante do Gabinete.

§ 2.º - Os representantes da Secretaria serão indicados pelo Secretário da Educação.

§ 3.º - Os representantes das etnias indígenas deverão ser indicados pelas respectivas comunidades.

§ 4.º- Os representantes da FUNAI, do CEPAM e do MEC/SP serão escolhidos mediante indicação superior.

§ 5.º - Os representantes das Universidades deverão ser indicados pelo CRUESP em foro próprio.

§ 6.º - Os representantes das ONGS serão indicados pela ONG que for eleita, em processo próprio, entre as ONGS indicadas pelos indígenas .

§ 7.º - Escolhidos todos os membros, eles serão designados pelo Senhor Secretário da Educação, por meio de Resolução SE.

Seção I I

Da Duração e Renovação dos Mandatos

Artigo 7.º - O mandato dos membros do Conselho será de quatro (04) anos, com avaliação de dois em dois anos, prorrogável por mais quatro (04)anos, podendo ocorrer substituições pelo responsável pelas indicações.

Artigo 8.º - O Conselho Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada semestre e, em sessão extraordinária, quando houver necessidade, com a presença de, no mínimo, 50% (cinqüenta por cento) mais 1 (um) dos membros constituintes.

§ 1.º - O quorum para as reuniões deverá ser paritário.

§ 2.º-As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo coordenador geral ou por um terço dos participantes do Conselho Geral.

§ 3.º - Não haverá reunião no período compreendido entre 10 de dezembro a 20 de janeiro.

Artigo 9.º - O não comparecimento do membro titular, sem justificativa, duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas em reunião ordinária, implicará a perda do mandato, o qual será assumido pelo suplente.

§ 1.º - A justificativa deverá ser encaminhada à Coordenação do Conselho Geral, até dois dias antes da reunião.

§ 2.º - No caso de ausência, o titular deverá comunicar ao suplente.

Artigo 10 - Caberá à Secretaria da Educação garantir os recursos materiais para a participação das representações indígenas nas reuniões e atividades do Conselho Geral e nas Comissões Étnicas Regionais.

Seção III

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

Das Comissões Étnicas Regionais

Artigo 11 - As Comissões Étnicas Regionais serão constituídas por representantes de cada etnia da aldeia, representantes da Diretoria de Ensino e do órgão municipal de educação, das Universidades da região e dos demais órgãos públicos e da sociedade civil, não devendo cada uma das Comissões Étnicas Regionais ultrapassar o número de 20 (vinte) membros, garantindo, porém, a paridade indígena.

§ 1.º - Cada membro titular deverá ter um suplente.

§ 2.º - Caberá a cada etnia indígena e aos órgãos especificados indicarem seus representantes na Comissão Étnica Regional.

§ 3.º - Caberá ao Dirigente Regional ou a seu representante junto à Diretoria de Ensino a coordenação da Comissão Étnica Regional.

Artigo 12 - Será constituída uma Comissão Étnica Regional por Diretoria de Ensino.

I - Caberá a cada Diretoria de Ensino, de comum acordo com as comunidades, indicar o lugar permanente para a realização das reuniões;

II - compete à Diretoria de Ensino fornecer os recursos necessários para o funcionamento dessas Comissões;

III - as Comissões Étnicas Regionais deverão se reunir ordinariamente, duas vezes por semestre e extraordinariamente sempre que for necessário;

IV - a Comissão Étnica deverá contar com um livro de Ata para o registro das mesmas.

Capítulo IV

Das Atribuições do Conselho Geral e das Comissões Étnicas Regionais

Artigo 13 - São atribuições do Conselho Geral:

I - assessorar a Secretaria da Educação na formulação, acompanhamento e avaliação da execução dos programas e projetos integrantes da política educacional escolar indígena, identificando as alterações que se fizerem necessárias durante sua implementação;

II - definir prioridades a partir dos programas e projetos apresentados pelas Comissões Étnicas Regionais, encaminhando-os como subsídio às diretrizes orçamentárias;

III - sugerir e apoiar os projetos de capacitação e educação continuada para os professores indígenas;

IV - propor a contratação de estudos que visem ao aperfeiçoamento de programas, projetos e ações relativas à questão da educação escolar indígena;

V - garantir e subsidiar tecnicamente, em conjunto com os órgãos próprios, a execução de ações de formação e capacitação permanente de professores indígenas;

VI - estimular a contratação de recursos humanos oriundos das próprias comunidades indígenas, desde que da mesma etnia para trabalhar nas escolas indígenas, e garantir sua capacitação permanente;

VII - emitir parecer sobre assuntos e questões de sua competência;

VIII - aprovar propostas e projetos relativos à educação indígena e suas interfaces;

IX - estabelecer mecanismos de avaliação e controle de ações para aferição de resultados;

X - aprovar a indicação de serviços técnicos a serem executados por pessoas físicas ou jurídicas, para aprimoramento das propostas desencadeadas pelas Comissões Étnicas Regionais ou pelo Conselho Geral;

XI- elaborar Calendário de Capacitação.

XII - organizar, para publicação, documentos de interesse da educação indígena;

XIII - responder as consultas encaminhadas pelas Comissões Étnicas Regionais;

XIV - organizar e manter atualizado um banco de dados com informações referentes ao acompanhamento da educação escolar indígena, incluindo as pesquisas desenvolvidas nas aldeias, relevantes para a Educação Indígena;

XV - Convocar o representante da Comissão Étnica Regional para as reuniões do Conselho do NEI, sempre que for necessário .

Parágrafo único - Ao coordenador do Conselho Geral caberá:

1 - representar o NEI em eventos internacionais, nacionais ou regionais ou indicar membro que o represente;

2 - convocar os integrantes e praticar os atos necessários para a realização das reuniões;

3 - cumprir as decisões do NEI;

4 - providenciar o registro em atas dos assuntos tratados nas reuniões e elaborar relatórios das atividades realizadas;

5 - garantir o fluxo de informações entre os membros do Conselho Geral e Comissões Étnicas Regionais;

6 - conceder e prorrogar licença aos membros das Comissões Étnicas Regionais a partir de solicitação do titular com

indicação de substituto;

7 - submeter ao grupo, nas reuniões, as justificativas das ausências dos integrantes do NEI;

8 - indicar um secretário com atribuições administrativas.

9 - solicitar o comparecimento de representantes de outras Instituições ou Entidades às reuniões do NEI.

Artigo 14 - Caberá a cada Comissão Étnica Regional:

I - implementar ações decorrentes da política educacional indígena aprovada para o Estado;

II - assessorar os professores indígenas na elaboração da Proposta Educacional da Escola da Aldeia;

III - assessorar os professores indígenas na elaboração do Regimento Escolar da Escola da Aldeia;

IV - responder consultas encaminhadas pelo Conselho Geral;

V - acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelas Escolas das aldeias, através da Supervisão e visitas da Comissão Étnica;

VI - analisar e aprovar projetos específicos, relativos à educação escolar indígena, bem como providenciar a atualização do cadastro escolar dos alunos indígenas, dando ciência ao Conselho Geral;

VII - representar o NEI em eventos regionais de interesse da educação indígena;

VIII - garantir a execução de ações de capacitação e subsidiar tecnicamente, em conjunto com outros órgãos próprios, os professores que atuam nas escolas indígenas;

IX - sugerir procedimentos e ações que objetivem a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas;

X - estabelecer mecanismos de avaliação e controle de ações para aferição de resultados.

Artigo 15 - As matérias em discussão no Conselho Geral e nas Comissões Étnicas Regionais serão aprovadas por maioria de votos, sendo o voto do Coordenador o de desempate.

Capítulo V

Das Disposições Gerais

Artigo 16 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho do NEI, inclusive as dúvidas de interpretação do texto do presente regimento, e encaminhadas para aprovação do Secretário da Educação.

Artigo 17 - O Conselho Geral do NEI, com a maioria qualificada de seus membros, poderá propor alterações ao presente Regimento Interno.

Deliberação CEE nº 46/2005

Estabelece normas para a criação, regulamentação, autorização e reconhecimento das escolas indígenas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo

O Conselho Estadual de Educação, no uso de suas atribuições e com fundamento na Constituição Federal, na Lei Federal nº 9.394/96, no Parecer CNE/CEB nº 14/1999, Resolução CNE/CEB nº 03/1999, e na Indicação CEE n° 35/2003 de 02/7/03, delibera:

Art.1º - no âmbito da Educação Básica, os estabelecimentos de ensino, funcionando em terras indígenas, serão reconhecidos como Escola Indígena.

Parágrafo único - a Escola Indígena se constituirá em unidade própria, autônoma e específica do Sistema de Ensino Estadual e terá normas e ordenamentos jurídicos próprios, fundamentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, proporcionando a valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

Art.2º - a criação das escolas indígenas é de responsabilidade do poder público estadual e se dará por ato próprio do executivo, em atendimento à reivindicação da comunidade interessada ou com a anuência da mesma.

§ 1º Os Municípios poderão oferecer educação escolar indígena, em regime de colaboração com o Estado, desde que disponham de condições técnicas e financeiras adequadas.

§ 2º As escolas indígenas, atualmente mantidas por municípios, que não satisfaçam as exigências anteriores, passarão à responsabilidade do Estado, no prazo de dois anos, ouvida a comunidade interessada.

Art.3º - As escolas indígenas funcionarão em prédio que seguirá projeto especial, que atenda às necessidades da comunidade indígena e estará localizado em terras habitadas por ela.

Art.4º - na organização das escolas, de que trata a presente Deliberação, deverão ser consideradas as práticas sócio-culturais, econômicas e religiosas da comunidade indígena específica, bem como sua forma de produção do conhecimento e métodos de ensino-aprendizagem.

Parágrafo único: em consonância com a flexibilidade que a Lei permite, e com ampla participação da comunidade indígena, a organização de que trata o caput deste artigo, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas, será contemplada no Projeto Pedagógico e Regimento Escolar próprios que deverão conter:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

I-calendário escolar e duração de período escolar diferenciados;

II- conteúdos curriculares específicos;

III- inclusão de atividades que reforcem a cultura própria da comunidade indígena em que a escola estiver inserida;

IV- projetos que incluam outras comunidades, promovendo o ensino intercultural;

V- uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sócio-cultural de cada etnia indígena.

Art.5º - o ensino será ministrado em Língua Portuguesa e na língua materna da comunidade indígena específica.

Art.6º - a atribuição de aulas será feita a professores-índios, indicados pela comunidade indígena e devidamente formados ou capacitados no âmbito das instituições formadoras de professores, assim como através do Programa Especial de Formação em Serviço de Professor Índio para o Ciclo I do Ensino Fundamental da Secretaria de Estado da Educação aprovado pelo Parecer CEE nº 419/2000

Art.7º - Compete à Secretaria de Estado da Educação, utilizando os recursos destinados ao financiamento público da educação:

I - promover a formação continuada dos professores-índios;

II- prover as escolas indígenas de recursos materiais, humanos e financeiros para seu pleno funcionamento;

III- elaborar e publicar sistematicamente material didático, específico e diferenciado, para uso nas escolas indígenas.

Art.8º - a Secretaria de Estado da Educação, por meio das Diretorias de Ensino, autorizará o funcionamento de escola indígena após análise dos seguintes documentos:

I- ato de criação da escola;

II - relação do corpo docente, especificando sua condição de professor-índio, incluindo dados que comprovem sua formação específica;

III - níveis e modalidades de ensino pretendidos;

IV - projeto pedagógico;

V - regimento escolar.

Art.9º - a Supervisão das escolas indígenas, a fim de garantir sua especificidade e qualidade de ensino, é de responsabilidade das Diretorias Regionais de Ensino da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 10° - Esta Deliberação entrará em vigor na data da publicação de sua homologação pela Secretaria de Estado da Educação revogando a Deliberação CEE nº 35/03.

Deliberação Plenária

O Conselho Estadual De Educação aprova, por unanimidade, a presente Deliberação.

Sala "Carlos Pasquale", em 8-6-2005.

Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães

Presidente

Publicado no D.O. em 9-6-2005

Processo CEE nº: 533/2002 - Reautuado em 18-02-05

Interessados: Secretaria de Estado da Educação/Cenp

Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

Ementa Original:

Consulta sobre criação de escolas indígenas

Assunto: Regulamentação das Escolas Indígenas

Relator: Cons. Francisco José Carbonari

Indicação CEE nº: 46/2005 - CEB - Aprovada em 8-6-2005

Conselho Pleno

1. Relatório

O Estado de São Paulo possui uma diversidade sócio-cultural e lingüística muito grande: aqui convivem pessoas de diferentes continentes e dos diversos estados brasileiros. Para muitos, é nessa heterogeneidade de costumes, crenças, modos de pensar e viver que se formou a grandeza do estado.

Da mesma forma, a democratização da escola trazendo para seu interior contingentes de excluídos, também favoreceu este enriquecimento do espaço escolar, instituiu a possibilidade inigualável de construir um mundo melhor através desta convivência dos diferentes: a aquisição do conhecimento se enriquece pela diversidade; a possibilidade da construção de conceitos cada vez mais complexos se faz pela comparação constante das semelhanças e diferenças; o

emocional se fortalece, a identidade se constrói, os mecanismos de comunicação se aceleram.

No entanto, esta diversidade também guarda em si a possibilidade da anulação do outro, quando se agrega ao conceito de diferente a valoração de melhor/pior, inferior/superior.

Os anos de história brasileira vieram mostrar que, no espaço escola, entre outros, os índios nunca tiveram a oportunidade de se enriquecer com a diferença porque a relação sempre ocorreu de forma a anular sua cultura.

Na sua história, a escola brasileira sempre se constituiu num modo de imposição de modelos educacionais aos povos indígenas pela dominação, pela integração, pela homogeneização cultural, enfim sempre pela negação de sua identidade.

A Constituição de 1988 veio por fim a este viés integracionista, libertando a população indígena da tutela do Estado. No entanto, como bem salientou o Conselheiro Kuno Paulo Rhoden no Parecer CNE/CEB nº 14/1999, a grande dívida construída ao longo de cinco séculos de dominação sobre os povos indígenas não pode ser resgatada. Somente a reversão do processo predatório não é suficiente, "é preciso garantir que as diversas sociedades indígenas tenham autonomia para traçar seus próprios destinos e poder defender seus direitos perante a sociedade nacional na condição de cidadãos brasileiros."

A educação escolar indígena, apoiada nos princípios da atual legislação educacional, pode ser o caminho de adoção de ações concretas para a realização deste desejo da população indígena de obter acesso aos conhecimentos e práticas de outros povos sem abdicar, pelo contrário, valorizando sua forma de ser.

A União chamou para si a tarefa, mas salientou a responsabilidade dos estados de empreender esta caminhada. São Paulo, já deu alguns passos nesta direção criando escolas indígenas e aprovando um programa especial de formação de professor índio. Muito ainda falta para realizar.

A Resolução CNE/CEB nº 03/1999 em seu art.9º define:

"III- aos Conselhos Estaduais de Educação competirá:

a) Estabelecer critérios específicos para criação e regularização das escolas indígenas e dos cursos de formação de professores indígenas;

b) autorizar o funcionamento das escolas indígenas, bem como reconhecê-las;

c) regularizar a vida escolar dos alunos indígenas, quando for o caso.

Neste sentido, é que se propõe a presente Deliberação para normatizar o funcionamento das escolas indígenas, a fim de que elas, efetivamente, se convertam em um espaço onde a população indígena tenha garantido o atendimento escolar diferenciado, específico, bilíngüe e de qualidade, que respeite a diversidade e heterogeneidade sócio-cultural e lingüística das comunidades indígenas e garanta a manutenção/alteração de sua cultura conforme definidas por elas próprias.

Acompanhar a forma diversificada como cada unidade encontrará seu caminho, materializado em seu regimento e em sua proposta pedagógica efetivamente praticados no cotidiano dos diferentes educadores e comunidade chamados a construir esta prática, é um compromisso que o Conselho Estadual de Educação quer repartir com a rede de ensino paulista. Para tanto, a fim de implementar e otimizar as normas emanadas deste Colegiado, delegamos à Secretaria de Estado da Educação, por meio de suas Diretorias de Ensino, competência para autorização de funcionamento das escolas indígenas do Estado de São Paulo.

Provavelmente, esta tarefa lançará luzes para a construção de uma escola pública, verdadeiramente, democrática e de qualidade.

2.Conclusão

Diante do exposto, apresentamos o anexo projeto de Deliberação ao Conselho Pleno, para aprovação.

São Paulo, 08 de março de 2005.

a) Cons. Francisco José Carbonari

Relator

3. Decisão da Câmara

A Câmara de Educação Básica adota como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Ana Maria de Oliveira Mantovani, Francisco José Carbonari, Hubert Alquéres, Mariléa Nunes Vianna, Mauro de Salles Aguiar, Marcos Antonio Monteiro, Pedro Salomão José Kassab e Wander Soares.

Sala da Câmara de Educação Básica, em 04 de maio de 2005.

a) Cons. Pedro Salomão José Kassab

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Deliberação Plenária

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a presente Indicação.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

Sala "Carlos Pasquale", em 8-6-2005.

Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães

Presidente

Publicado no D.O. em 9-6-2005

Resoluções de 13-6-2005

Homologando:

com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 6 de julho de 1971, a Deliberação CEE 46/2005, que estabelece normas para a criação, regulamentação, autorização e reconhecimento das escolas indígenas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

38 – São Paulo, 119 (223) Diário Oficial Poder Executivo - Seção I terça-feira, 1° de dezembro de 2009

Resolução SE 87, de 30-11-2009

Dispõe sobre as competências e as habilidades requeridas nas provas do Processo Seletivo de Professores/Candidatos Temporários para atuarem nos Centros de Estudos de Línguas - CELs e nas Escolas Estaduais de Educação Indígena

O Secretário da Educação, à vista do que lhe representou o Comitê Gestor de elaboração de provas de que trata a Res. SE nº 69, de 1/10/2009 e, considerando a necessidade de se:

respeitar a especificidade de que se revestem os cursos de língua estrangeira moderna mantidos pelos Centros de Estudos de Línguas – CELS, e aqueles de educação escolar indígena mantidos pela rede estadual de ensino;

definir perfis, competências, habilidades e bibliografia requeridos nas provas do processo seletivo para professores que atuam nesses segmentos da educação escolar,

resolve:

Artigo 1º - Os perfis, competências, habilidades e bibliografia básica requeridos no Processo Seletivo Simplificado para Professores que irão atuar como docentes de línguas estrangeiras modernas nos Centros de Estudos de Línguas - CELs, ou na Educação Escolar Indígena das escolas estaduais, são os estabelecidos nesta resolução.

Parágrafo único – As Línguas Estrangeiras Modernas, objeto do processo seletivo de que trata o caput do artigo, são: alemão, espanhol, francês, italiano e japonês.

Artigo 2º - Respeitadas a singularidade e a especificidade do idioma estrangeiro objeto da prova, considera-se, para fins de perfis e habilidades requeridos para os professores de língua estrangeira moderna e como bibliografia básica geral, o contido no anexo da Res. SE nº 80, de 3/11/2009, na seguinte conformidade:

I - para fins dos perfis, competências e habilidades:

a) itens 2.1. e subitens 2.1.1. A 2.1.8;

b) itens 2.5 e subitens 2.5.1 e 2.5.2.

II - como bibliografia básica geral: subitens 2.1.9. e 2.1.10.

Parágrafo único - Os referenciais bibliográficos específicos, referentes aos idiomas objeto de prova, integram a presente resolução como Anexos I, II, III, IV e V.

Artigo 3º - em se tratando da educação indígena as questões das provas se relacionarão exclusivamente às disciplinas obrigatórias e optativas que integram o itinerário formativo do professor indígena, objeto do anexo I do documento "Programa de Formação Universitária do Professor Indígena para Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental" - Faculdade de Educação- USP—2005/2008.

Parágrafo único – Caberá à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas baixar as instruções complementares relativas à organização e aplicação das provas de que trata o caput deste artigo.

Artigo 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Nessa fase preliminar, consideramos extremamente pertinente o apontamento de problemas e possibilidades que tem maior relevância para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

"ficha de sítio". Aqui, optamos por apontar de maneira geral alguns dos impasses que se apresentam para as aldeias localizadas no Estado de São Paulo.

As aldeias localizadas no Estado de São Paulo apresentam uma série de problemas relacionados ao processo de colonização da região, à falta de regularização das terras ocupadas pelos Guarani, e à degradação das condições ambientais da região, derivada desses problemas. Além disso, são alvo de toda uma miríade de políticas publicas extremamente díspares entre si. A esse respeito, podemos destacar no âmbito das políticas estaduais, a desarticulação interna entre os diferentes órgãos que atuam nas Tis Guarani. É particularmente nefasta nesse sentido, a postura da Secretaria do Meio Ambiente do Estado, que tem se posicionado contra a ocupação Guarani na Mata Atlântica, com especial severidade nos casos de sobreposição entre Tis e Unidades de Conservação. Nessas ocasiões, a Secretaria do Meio Ambiente tem inclusive entrado com medidas judiciais para a retirada da população guarani de áreas que compõem o seu território tradicional de ocupação, contribuindo para piorar ainda mais a situação fundiária da aldeias, que já se encontra bastante comprometida pela histórica omissão do poder público no reconhecimento dos direitos territoriais dos Guarani. Essas ações são movidas de maneira a desrespeitar inclusive instâncias criadas pelo próprio Governo Estadual para articulação da política voltada aos povos indígenas, como por exemplo o Conselho Estadual dos Povos Indígenas. Além desses aspectos ambivalentes da política estadual para os Guarani, deve-se destacar também uma desarticulação entre os órgãos governamentais que prestam assistência direta às aldeias, que acarretam na sobreposição de projetos, falta de foco entre eles e consequente desperdício do dinheiro público.

8.2. RECOMENDAÇÕES

Nessa fase preliminar, consideramos extremamente pertinente o apontamento de recomendações para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na "ficha de sítio". Aqui, optamos por apontar de maneira geral algumas recomendações para condução de políticas públicas voltadas para as aldeias localizadas no Estado do São Paulo.

Recomenda-se dessa maneira, uma maior articulação entre as políticas públicas voltadas à população Guarani e sobretudo um esforço conjunto de todos os órgãos cuja atuação incide nas aldeias no sentido de contribuir para uma rápida conclusão dos processos de regularização das Tis ocupadas pelos Guarani nesse Estado. Deve-se notar que embora tenham se iniciado ou retomado no Estado uma série de processos de regularização fundiária das Tis Guarani será preciso um empenho conjunto dos órgãos governamentais para que esses procedimentos sejam levados à cabo.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: VER *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

PESQUISADOR(ES)	DANIEL CALAZANS PIERRI E LEANDRO MAHALEM DE LIMA	
SUPERVISOR	Daniel Calazans Pierri, Adriana Queiroz Testa, Maria Inês Ladeira	
REDATOR	Daniel Calazans Pierri	**DATA**
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Centro de Trabalho Indigenista	20/02/2011

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **ANEXO** **BENS CULTURAIS INVENTARIADOS**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F1-	A3
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Yvyrupa
LOCALIDADE	Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado do Espírito Santo; Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado do Rio de Janeiro; Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado de São Paulo; Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado do Paraná; Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado de Santa Catarina; Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado do Rio Grande do Sul;
MUNICÍPIO / UF	ES, RJ, SP, PR, SC, RS

2. RELAÇÃO DOS BENS

2.1. CELEBRAÇÕES

DENOMINAÇÃO	Nhemongarai			IDENTIFICADO: SIM / NÃO	1
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	**ÉPOCA**	Até Atualmente	**LUGAR**	Território Guarani (Yvyrupa)	
DESCRIÇÃO	AO FALAR DO SILÊNCIO DE MISSIONÁRIOS E CRONISTAS A RESPEITO DOS RITUAIS GUARANI[1], HÉLÈNECLASTRES (1978) SUGERE A HIPÓTESE DE QUE ESTES, ASSIM COMO SEUS LUGARES DE REALIZAÇÃO, TENHAM SIDO INTENCIONALMENTE PROTEGIDOS DOS OLHARES E INTERVENÇÕES DESSES AGENTES DA COLONIZAÇÃO. NO ENTANTO, DESDE PRINCÍPIOS DO SÉCULO PASSADO, VÊ-SE UMA PROLIFERAÇÃO DE REFERÊNCIAS A RITUAIS FREQUENTEMENTE IDENTIFICADOS COMO *NHEMONGARAI*, *NHEEMONGARAI*, *NIMONGARAI*, ETC. POR VEZES, OS RITUAIS SÃO IDENTIFICADOS POR UM TERMO QUE REMETE A ALGUM ASPECTO ESPECÍFICO, COMO NO CASO DOS *GUEMBÉ NHEMONGARAI* (RITUAL DO GUEMBÉ); *YYKARAÍ* (RITUAL DE ÁGUA); *KYRINGUÊRERY* (RITUAL DE NOMINAÇÃO DAS CRIANÇAS), *KA'AXAÏ* (RITUAL DA ERVA MATE). NO CASO DA REFERÊNCIA CULTURAL AQUI DESCRITA, UTILIZAMOS O TERMO				

GENÉRICO *NHEMONGARAI* EM REFERÊNCIA A UM CONJUNTO AMPLO DESSES RITUAIS, RECONHECENDO QUE ELES GUARDAM ESPECIFICIDADES CONFORME A ÉPOCA OU O LUGAR EM QUE SÃO PRATICADOS.

NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX, NIMUENDAJU JÁ DESCREVE UM RITUAL EM QUE, APÓS HORAS DE CANTOS ACOMPANHADOS PELAS BATIDAS PERCUSSIVAS DE TAQUARAS (*TAKUAPU*) SEGURADAS POR MULHERES, O XAMÃ GUARANI MOLHA O PEITO E A CABEÇA DE UMA CRIANÇA COM ÁGUA E ENTRECASCA DE CEDRO E, "*DEPOIS DE MUITOS ESFORÇOS, DESCOBRE AFINAL O NOME DA CRIANÇA, COCHICHANDO-O AO OUVIDO DOS PADRINHOS*" (1954:38). NIMUENDAJU ENFATIZA QUE A DESCOBERTA DO NOME, QUE É ENVIADO À CRIANÇA PELOS DEUSES, É FEITA POR INSPIRAÇÃO. ELE TAMBÉM EXPLICA QUE OS CANTOS OUVIDOS DURANTE ESSE RITUAL SÃO ESPECÍFICOS ÀQUELA OCASIÃO E DIFERENTES DOS CANTOS COTIDIANOS.

LÉON CADOGAN (1950) CONTA QUE UMA CRIANÇA É LEVADA PELOS PAIS A UM XAMÃ, PARA QUE SEU NOME SEJA REVELADO. ELE AFIRMA QUE ISTO PODE OCORRER NOS PRIMEIROS MESES DE VIDA OU QUANDO A CRIANÇA JÁ CONSEGUE ANDAR, INDICANDO QUE SUA ALMA-PALAVRA ESTÁ BEM ESTABELECIDA NO CORPO. ASSIM COM NIMUENDAJU, CADOGAN ENFATIZA QUE AO XAMÃ CABE ESCUTAR OU REVELAR O NOME, JAMAIS ESCOLHÊ-LO. PARA TANTO, O XAMÃ FAZ USO DE TABACO E SE DEDICA A CANTOS E REZAS, NUMA COMUNICAÇÃO COM OS DEUSES QUE PODE DURAR VÁRIOS DIAS, ATÉ QUE ELE DESCUBRA "*A PROCEDÊNCIA DA PALAVRA-ALMA QUE SE ENCARNOU NA CRIANÇA*"(1950:238).

O MESMO AUTOR (1948) ASSOCIA AS PRÁTICAS RITUAIS À AGRICULTURA GUARANI, DESCREVENDO RITUAIS QUE ACOMPANHAM O CICLO DE PLANTIO DE DIFERENTES CULTIVOS GUARANI, COMO O *AVAXIETE* (MILHO), *JETY* (BATATA DOCE) E *MANDIÓ* (MANDIOCA). CADOGAN (1957) TAMBÉM SE REFERE À REALIZAÇÃO DE RITUAIS RELATIVOS À CAÇA E A DIFERENTES PLANTAS ENCONTRADAS NA MATA (1957).

A ASSOCIAÇÃO DE RITUAIS ESPECÍFICOS À DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS ENCONTRADOS EM DETERMINADA REGIÃO É UM FATOR CADA VEZ MAIS IMPORTANTE, CONFORME O ACESSO DOS GUARANI A ESSES RECURSOS DIMINUI. SEJA POR CONTA DA DIMINUIÇÃO DE GRANDE PARTE DO SEU TERRITÓRIO OU PELA ESCASSEZ DE ÁREAS FÉRTEIS OU BOAS MATAS, EM FUNÇÃO DA PROXIMIDADE DAS TERRAS INDÍGENAS COM CENTROS URBANOS EM EXPANSÃO E EMPREENDIMENTOS DE DIVERSOS TIPOS, A CELEBRAÇÃO DE RITUAIS É CADA VEZ MAIS CERCEADA. MESMO DIANTE DESSES OBSTÁCULOS, OS *NHEMONGARAI*, DESCRITOS TAMBÉM NA LITERATURA ETNOGRÁFICA RECENTE, SÃO

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

OCASIÕES QUE REÚNEM NÃO APENAS A COLETIVIDADE DAS COMUNIDADES MAIS PRÓXIMAS, COMO TAMBÉM PARENTES E LIDERANÇAS ESPIRITUAIS QUE SE DESLOCAM DE PARTES DISTANTES DO AMPLO, EMBORA FRAGMENTADO TERRITÓRIO GUARANI.

O "NHEMONGARAI" CONSTITUI UMA REFERÊNCIA CULTURAL CENTRAL PARA OS GUARANI, INTEGRANDO-SE ÀS DEMAIS REFERÊNCIAS CULTURAIS IDENTIFICADAS NESTA PESQUISA E POTENCIALIZANDO AS AMPLAS REDES DE RELAÇÕES GUARANI.

NOTAS:

[1] A MESMA AUTORA MENCIONA QUE O JESUÍTA ANTÔNIO RUIZ DE MONTOYA REGISTROU UMA ÚNICA VEZ A REALIZAÇÃO DE RITUAL DE CULTO AOS OSSOS (1978:20).

REFERÊNCIAS:

CADOGAN, LEON. LOS ÍNDIOSJEGUAKÁTENONDÉ (MBYÁ) DEL GUAIRÁ, PARAGUAY. *AMÉRICA INDÍGENA*, VIII, N. 2, MÉXICO, 1948, PP. 131-139.

CADOGAN, LEÓN. LA ENCARNACIÓN Y LACONCEPCIÓN; LAMUERTE Y LARESURRECCIÓNENLAPOESÍA SAGRADA "ESOTÉRICA" DE LOSJEGUAKA-VATENONDÉ PORÃ-GUE (MBYÁ-GUARANI) DEL GUAÍRA PARAGUAY. *REVISTA DO MUSEU PAULISTA*, NOVA SÉRIE, IV, SÃO PAULO, 1950, PP. 233-246.

CADOGAN, LEON. APORTE PARA LA INTERPRETACIÓN DE UN APELLIDO GUARANI. *REVISTA DE ANTROPOLOGIA.* V, N. 2, SÃO PAULO, 1957, PP189-196.

CLASTRES, HÉLÈNE. *TERRA SEM MAL*. O PROFETISMO TUPI-GUARANI. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1978 [1975].

NIMUENDAJU, CURT. APONTAMENTOS SÔBRE OS GUARANI [TRADUÇÃO E NOTAS DE EGONSCHADEN] -- SÃO PAULO : [S.N.], 1954.

REGISTROS		**Nº**	
CONTATOS		**Nº**	

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

2.2. EDIFICAÇÕES

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

2.3. FORMAS DE EXPRESSÃO

DENOMINAÇÃO	Nhemongueta			IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	2
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☒ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Até Atualmente	LUGAR	Território Guarani (Yvyrupa)		

DESCRIÇÃO

A LITERATURA REFERENTE AOS GUARANI É FARTA EM REFERÊNCIAS À IMPORTÂNCIA QUE TÊM SUAS PALAVRAS. A RIQUEZA E A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA GUARANI FORAM CONSTATADAS E ADMIRADAS POR ESTUDIOSOS DESDE MONTOYA (1639). EM TEXTOS CONTEMPORÂNEOS, DESDE O INÍCIO DO SÉCULO VINTE, DESCRIÇÕES ETNOGRÁFICAS DESTACAM A PALAVRA COMO TENDO UM PAPEL CENTRAL, TANTO NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES, COMO NA CONSTITUIÇÃO DA PESSOA GUARANI. NESTE SENTIDO, MAIS DO QUE TENTAR ENTENDER A LÍNGUA GUARANI, PESQUISADORES COMEÇARAM A DAR MAIOR ATENÇÃO AOS SEUS CONTEXTOS DE EXPRESSÃO, PROCURANDO COMPREENDER OS SENTIDOS DESTA COMUNICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE DIFERENTES EXPERIÊNCIAS E RELAÇÕES.

EMBORA OS AUTORES AQUI CITADOS TENHAM TRABALHADO EM PERÍODOS E CONTEXTOS ETNOGRÁFICOS DIFERENTES, TENDO POR NORTE QUESTÕES E ABORDAGENS DIVERSAS, E NÃO SEJA POSSÍVEL DETALHAR DISTINÇÕES IMPORTANTES NESTE TEXTO, AS DIVERGÊNCIAS CONSIDERÁVEIS NÃO REMETEM À CENTRALIDADE DA PALAVRA PARA OS GUARANI, MAS ÀS INTERPRETAÇÕES QUE DECORREM DESTA CONSTATAÇÃO. NESTE ÂMBITO, ENCONTRAMOS O QUE PODERÍAMOS DESCREVER COMO DUAS VERTENTES COMPLEMENTARES: EXPLICAÇÕES SOBRE O SIGNIFICADO E OS SENTIDOS DA PALAVRA FALADA; E DESCRIÇÕES DOS SEUS CONTEXTOS DE ENUNCIAÇÃO, FREQUENTEMENTE ASSOCIADOS A RITUAIS E OUTROS PROCESSOS DE CIRCULAÇÃO DE SABERES.

LEÓN CADOGAN (1948, 1949 E 1957) EGON SCHADEN (1962), HÉLÈNE CLASTRES (1978) E BARTOMEU MELIÀ (1995) ENFATIZAM O CARÁTER DIVINO DAS PALAVRAS GUARANI, SEJA NA SUA ORIGEM, ENVIADAS PELAS DIVINDADES PARA CIRCULAREM DENTRO E ENTRE OS HUMANOS, SEJA NA IDENTIFICAÇÃO OU TRADUÇÃO DESTAS COMO PALAVRAS-NOMES-ALMAS. NESTE SENTIDO, OS MESMOS AUTORES DESCREVEM AS *AYVUPORÃ* OU *NHEËPORÃ* (FREQUENTEMENTE TRADUZIDAS COMO BELAS PALAVRAS OU BELA LINGUAGEM) COMO UMA ESPÉCIE DE PRINCÍPIO VITAL QUE, ENVIADA PELOS DEUSES, ESTABELECERIA MORADA TEMPORÁRIA EM CADA SER HUMANO, ANIMANDO E ORIENTANDO-O EM SUAS EXPERIÊNCIAS E COMUNICAÇÃO. COMO HÉLÈNE CLASTRES (IDEM) DESTACA, TRATA-SE DE UMA LINGUAGEM

COMUM A HOMENS E DEUSES, MARCADA PELO USO CONSTANTE DE METÁFORAS E REITERAÇÕES.

A MESMA AUTORA EXPLICITA UMA RELAÇÃO ENTRE AS BELAS PALAVRAS (*AYVUPORÃ*) E OS BELOS SABERES (*ARANDUPORÃ*), INDICANDO A LINGUAGEM COMO CONDIÇÃO DE ACESSO E MEIO DE CIRCULAÇÃO DE SABERES. NESTE CASO, ELA PRIVILEGIA A COMUNICAÇÃO ENTRE HUMANOS E DIVINDADES, NO ENTANTO, ELA TAMBÉM RECONHECE QUE OS XAMÃS GUARANI SE DIRIGEM DIARIAMENTE ÀS COMUNIDADES, COMUNICANDO-LHES SUAS MENSAGENS E CONSELHOS. MARIA INÊS LADEIRA (2001) REFERE-SE AO *AYVU PORÃ* COMO PALAVRAS - ENSINAMENTOS QUE AO SEREM COMUNICADAS ATRAVÉS DE DISCURSOS, CANTOS E REZAS, E ATUALIZADAS ENTRE AS GERAÇÕES, MANTÉM O SISTEMA DE TRANSMISSÃO ORAL DOS CONHECIMENTOS E VALORES GUARANI.

UMA DIVISÃO ENTRE PRÁTICAS XAMANÍSTICAS E OUTRAS ENVOLVIDAS NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES SÓ TEM SENTIDO SE PUDERMOS ENTENDER MELHOR O QUE CARACTERIZA OU DIFERENCIA ESTAS, ALGO QUE FOGE AOS PROPÓSITOS DESTE TEXTO. PORTANTO, TOMAREMOS COMO FOCO, PARA A IDENTIFICAÇÃO DESTA REFERÊNCIA CULTURAL, AS PRÁTICAS DENOMINADAS PELOS GUARANI COMO *NHEMONGUETA*, RECONHECENDO-AS COMO ATIVIDADES DESTINADAS À COMUNICAÇÃO DE SABERES.

BARTOMEU MELIÀ (1979) EXPLICA QUE A APRENDIZAGEM PARA OS GUARANI É UM PROCESSO QUE SE ESTENDE AO LONGO DA VIDA E É PRATICADO EM TODAS AS ESFERAS. A AMPLA EXTENSÃO DOS SEUS PROCESSOS DE CIRCULAÇÃO DE SABERES NÃO SIGNIFICA, ENTRETANTO, A AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS E CONDIÇÕES DE SELEÇÃO E RESTRIÇÃO DESTA CIRCULAÇÃO. PELO CONTRÁRIO, SIMON HARRISON (1995) ENTENDE QUE A RESTRIÇÃO É ASPECTO INTRÍNSECO À GESTÃO DE CONHECIMENTO. NESTE SENTIDO, SCHADEN (1962) ENFATIZA A IMPORTÂNCIA DE SE CONSIDERAREM AS CONDIÇÕES DE TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS, JUSTAMENTE, PELO VALOR SAGRADO QUE OS GUARANI ATRIBUEM AOS SEUS SABERES. ELE EXPLICA QUE PARA OS GUARANI NÃO SE PODE COMUNICAR OS SABERES INDISCRIMINADAMENTE A QUALQUER PESSOA; É PRECISO ESTAR ATENTO NÃO APENAS ÀS CONDIÇÕES DE TRANSMISSÃO, MAS TAMBÉM À RECEPÇÃO DESTES SABERES. OU SEJA, SER PORTADOR OU NARRADOR DE PALAVRAS E SABERES PRECIOSOS IMPLICA NUM ELEVADO GRAU DE RESPONSABILIDADE. DE MODO ANÁLOGO, ADRIANA TESTA (2008) DESTACA QUE OS PROCESSOS DE CIRCULAÇÃO DE SABERES, SENDO TAMBÉM PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES E SENTIDOS, TOMAM A RELAÇÃO DE INTERLOCUÇÃO E DE CONFIANÇA QUE SE ESTABELECE ENTRE NARRADOR E OUVINTES COMO CENTRAL. NOS SEUS

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

DIFERENTES CONTEXTOS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO, AS PRÁTICAS AQUI IDENTIFICADAS COMO *NHEMONGUETA*, QUE ABRANGEM DE FORMA GERAL OS PROCESSOS DE SABERES, DESCRITOS REITERADAMENTE NA LITERATURA REFERENTE AOS GUARANI, CONSTITUEM UMA PROPOSTA DE REFERÊNCIA CULTURAL A SER PESQUISADA E APROFUNDADA COM OS GUARANI.

REFERÊNCIAS:

CADOGAN, LEON. LOS ÍNDIOSJEGUAKÁTENONDÉ (MBYÁ) DEL GUAIRÁ, PARAGUAY. *AMÉRICA INDÍGENA*, VIII, N. 2, MÉXICO, 1948, PP. 131-139.

CADOGAN, LEÓN. LASCREENCIAS RELIGIOSAS DE LOSMBYÁ-GUARANIÉS. *BOLETÍN DE FILOLOGIA*, V, N. 40/41/42, MONTEVIDEO, 1949, PP. 671-683.

CADOGAN, LEON. APORTE PARA LA INTERPRETACIÓN DE UN APELLIDO GUARANI. *REVISTA DE ANTROPOLOGIA.* V, N. 2, SÃO PAULO, 1957, PP189-196.

CLASTRES, HÉLÈNE. *TERRA SEM MAL*. O PROFETISMO TUPI-GUARANI. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1978 [1975].

HARRISON, SIMON. ANTHROPOLOGICAL PERSPECTIVES ON THE MANAGEMENT OF KNOWLEDGE. *ANTHROPOLOGYTODAY*, VOL.11/5, 1995, PP. 10-14.

LADEIRA, MARIA INÊS. *O CAMINHAR SOB A LUZ.* SÃO PAULO: PUC, 1992. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO.

LADEIRA, MARIA INÊS. *ESPAÇO GEOGRÁFICO GUARANI-MBYA.* SÃO PAULO: FFLCH / USP 2001. TESE DE DOUTORADO..

MELIÀ, BARTOMEU. *EDUCAÇÃO INDÍGENA E ALFABETIZAÇÃO.* SÃO PAULO: EDIÇÕES LOYOLA, 1979.

MELIÀ, BARTOMEU. ELOGIO DE LA LENGUA GUARANÍ; CONTEXTOS PARA UNA EDUCACIÓN BILINGÜE EN EL PARAGUAY. ASUNCIÓN - PARAGUAY, CENTRO DE ESTUDIOS PARAGUAYOS "ANTONIO GUASCH", 1995.

SCHADEN, EGON. *ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA CULTURA GUARANI.* SÃO PAULO: DIFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO, 1962. (CORPO E ALMA DO BRASIL).

TESTA, ADRIANA QUEIROZ. ENTRE O CANTO E A CANETA: ORALIDADE, ESCRITA E CONHECIMENTO ENTRE OS GUARANI MBYA. *EDUCAÇÃO E PESQUISA* (USP). V.34, 2008, P.291 - 307.

REGISTROS		**Nº**	
CONTATOS		**Nº**	

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	**--**	**--**	**--**	**--**	**F1-**	**A3**

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	**Porai hae'gui Xondaro**		IDENTIFICADO		3
			SIM	NÃO	
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☒ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Até Atualmente	LUGAR	Território Guarani (Yvyrupa)	

DESCRIÇÃO

AS FORMAS DE EXPRESSÃO IDENTIFICADAS NESTA REFERÊNCIA CULTURAL EXTRAPOLAM O QUE PODERÍAMOS CLASSIFICAR COMO CANTOS E DANÇAS, EMBORA OS *PORAÍVE XONDARO* SEJAM FREQUENTEMENTE ASSIM ENTENDIDOS OU TRADUZIDOS. CONSTITUEM, AO MESMO TEMPO, FORMAS DE EXPRESSÃO, COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO. SÃO CANTOS, REZAS, FORMAS DISCURSIVAS DE DIVERSAS NATUREZAS, DANÇAS, EDUCAÇÃO PARA A ATENÇÃO E PERCEPÇÃO, E UM CONJUNTO DE SABERES E PRÁTICAS RELACIONADAS À PRODUÇÃO DE CORPOS E PESSOAS.

NA LITERATURA SOBRE OS GUARANI, AS REFERÊNCIAS AOS *PORAÍVE XONDARO* SÃO CONSTANTES, INDEPENDENTE DAS INTERPRETAÇÕES QUE OS AUTORES LHES ATRIBUEM. HÉLÈNE CLASTRES, POR EXEMPLO, ASSIM OS DESCREVE:

> OS CÂNTICOS, ENTREMEADOS DE FRASES NÃO-CANTADAS, ERAM A OCASIÃO DE DIZER AS NARRATIVAS MÍTICAS, A ORDEM DO MUNDO E A PROMESSA DA NOVA TERRA. QUANTO À DANÇA, PARA OS GUARANI DE HOJE, É UMA DAS TÉCNICAS QUE PERMITEM TORNAR O CORPO LEVE E, DESSA MANEIRA, FACILITAR SUA ASCENSÃO À TERRA SEM MAL. É CLARO O VÍNCULO ENTRE CANTO E DANÇA ENTRE OS CHIRIPAS, QUE ATRIBUEM A DIREÇÃO DAS DANÇAS AOS *OPORAÍVAS*, OU OS QUE CANTAM (*PORAÍ*= CANTO), ISTO É: OS QUE SABEM DIZER AS PALAVRAS SAGRADAS. TAMBÉM AÍ, PODE-SE ESTABELECER A CONTINUIDADE ATRAVÉS DOS SÉCULOS. (1978: 50).

ESTUDOS MAIS RECENTES COMO OS DE MONTARDO (2002) E MENEZES (2004) TAMBÉM DESTACAM A IMPORTÂNCIA DO CANTO E DO CORPO COMO MEIOS PRIVILEGIADOS DE COMUNICAÇÃO COM AS DIVINDADES. DE MODO ANÁLOGO, ASSIM COMO VIVEIROS DE CASTRO (1986) SUGERIU PARA OS YAWALAPITI, ESSAS AUTORAS AFIRMAM QUE OS CANTOS E A CORPORALIDADE GUARANI ESTÃO IMPLICADOS NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA PESSOA.

EGON SCHADEN (1962) AO ESCREVER SOBRE OS GUARANI MBYA E NHANDÉVA, ENFATIZOU QUE OS *PORAÍ* ERAM TRANSMITIDOS AOS GUARANI PELAS DIVINDADES, SOBRETUDO EM SONHO, E APRENDIDOS PELA COLETIVIDADE ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO NOS RITUAIS:

> DISSERAM-ME OS ÑANDÉVA QUE NÃO SE ENSINAM AS REZAS ÀS CRIANÇAS PORQUE, SENDO INDIVIDUAIS, SÃO MANDADAS DIRETAMENTE PELAS DIVINDADES. DESDE A MAIS TENRA INFÂNCIA, CADA ÑANDÉVA PARTICIPA DAS CERIMÔNIAS FAMILIARES E DAS DE TÔDA A COMUNIDADE, APRENDENDO, ASSIM, SEM ESFORÇO TUDO O QUE FAZ PARTE DO PATRIMÔNIO GRUPAL; AO MESMO TEMPO, FICA À ESPERA DE QUE LHE SEJA ENVIADA A SUA REZA PRÓPRIA, QUE RECEBERÁ EM SONHO. O MESMO SE DÁ ENTRE OS MBÜÁ, ONDE TODOS CONHECEM, À FORÇA DE OUVI-LAS SEMPRE, AS REZAS DE TODOS OS COMPANHEIROS; SÃO USADAS COMO CANÇÕES DE NINAR E AS CRIANÇAS PEQUENAS, DE DOIS ANOS DE IDADE, JÁ AS CANTAROLAM BAIXINHO, POR PRÓPRIA CONTA. MAIS TARDE, POR SUA VEZ

> TERÃO SUAS REVELAÇÕES. DAÍ O AR DE DESDÉM COM QUE MIGUEL, *ÑANDERÚ* MBÜÁ, ME DISSE: "NÓS NÃO PRECISAMOS DE ESCOLA, PORQUE DEUS ASSIM MANDA".(SCHADEN, 1962:70).

EMBORA NIMUENDAJU (1954) TAMBÉM DESCREVA OS CANTOS COMO SABERES RECEBIDOS PELAS DIVINDADES, ESPECIALMENTE, EM SONHO, ELE DISTINGUE ENTRE OS CANTOS OUVIDOS DURANTES OS RITUAIS E AQUELES QUE SÃO EXECUTADOS EM OUTROS ESPAÇOS, COMO NAS CANÇÕES DE NINAR OU NAS BRINCADEIRAS INFANTIS. ESSA DISTINÇÃO É PRÓXIMA À DIFERENÇA QUE HÉLÈNE CLASTRES (1978) IDENTIFICA ENTRE A LINGUAGEM USADA NA COMUNICAÇÃO COM AS DIVINDADES NOS RITUAIS E NA CASA DE REZAS E AQUELA DE USO COLOQUIAL.

NIMUENDAJU (IDEM) TAMBÉM EXPLICA QUE OS GUARANI EXECUTAM SEUS CANTOS-REZAS EM PREPARAÇÃO PARA UMA VIAGEM OU OUTRAS ATIVIDADES IMPORTANTES, QUANDO SE DEPARAM COM MAUS SONHOS E DOENÇAS, QUANDO NASCE UMA CRIANÇA E NOS RITUAIS, COMO NOS NHEMONGARAI.

AS REFERÊNCIAS CULTURAIS AQUI IDENTIFICADAS COMO *PORAÍVE XONDARO* DEMONSTRAM QUE NÃO É POSSÍVEL DISSOCIAR ARTES VERBAIS, TAIS COMO OS CANTOS E REZAS, DE MODOS DE EXPRESSÃO E PRODUÇÃO CORPORAL.

LÉON CADOGAN FALA ESPECIFICAMENTE SOBRE O *XONDARO*, AFIRMANDO QUE OS GUARANI IDENTIFICAVAM DOIS TIPOS DE *XONDARO*, UM RELACIONADO AOS GUERREIROS, CUJAS DANÇAS, CANTOS E REZAS TINHAM POR OBJETIVO A OBTENÇÃO DE DESTREZA, E OUTRO QUE SE DESTINAVA À BUSCA DE FORÇA ESPIRITUAL (1950:234).

COMO SE OBSERVA TAMBÉM NOS ESTUDOS MAIS RECENTES, COMO OS DE LITAIFF (2004), MONTARDO (2002 E 2004) E MENEZES (2004), AS REFERÊNCIAS CULTURAIS AQUI IDENTIFICADAS CONSTITUEM FORMAS DE PRODUÇÃO E EXPRESSÃO, TANTO DA CORPORALIDADE, COMO DA SOCIALIDADE E DA PESSOA GUARANI. MAIS DO QUE UM CONJUNTO DE GESTOS E TÉCNICAS, SÃO MODOS DE COMUNICAÇÃO E SABERES QUE PERMITEM VIVENCIAR E RECRIAR UMA AMPLA REDE DE EXPERIÊNCIAS E RELAÇÕES.

REFERÊNCIAS

CADOGAN, LEÓN. LA ENCARNACIÓN Y LACONCEPCIÓN; LAMUERTE Y LARESURRECCIÓNENLAPOESÍA SAGRADA "ESOTÉRICA" DE LOSJEGUAKA-VATENONDÉ PORÃ-GUE (MBYÁ-GUARANI) DEL GUAÍRA PARAGUAY. *REVISTA DO MUSEU PAULISTA*, NOVA SÉRIE, IV, SÃO PAULO, 1950, PP. 233-246.

CLASTRES, HÉLÈNE. *TERRA SEM MAL*. O PROFETISMO TUPI-GUARANI. SÃO PAULO:

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

BRASILIENSE, 1978 [1975].

LITAIFF, ALDO. OS FILHOS DO SOL: MITOS E PRÁTICAS DOS ÍNDIOS MBYÁ-GUARANI DO LITORAL BRASILEIRO. *TELLUS*, ANO 4, N. 6, PP. 15-30, ABR. 2004. CAMPO GRANDE-MS.

MENEZES, ANA LUISA TEIXEIRA DE. O CORPO "EDUCADO" NA DANÇA MBYÁ-GUARANI. *TELLUS*, ANO 4, N. 7, P. 93-106, OUT. 2004, CAMPO GRANDE-MS.

MONTARDO, DEISE LUCY. *ATRAVÉS DO MBARAKÁ*- MÚSICA E XAMANISMO GUARANI. TESE (DOUTORADO) - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL, USP, SÃO PAULO, 2002.

MONTARDO, DEISE LUCY. UMA ANTROPOLOGIA DA MÚSICA GUARANI. *TELLUS*, ANO 4, N. 7, OUT. 2004, PP. 73-91.

NIMUENDAJU, CURT. APONTAMENTOS SÔBRE OS GUARANI [TRADUÇÃO E NOTAS DE EGONSCHADEN] -- SÃO PAULO : [S.N.], 1954.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A FABRICAÇÃO DO CORPO NA SOCIEDADE XINGUANA. IN: PACHECO, J. *SOCIEDADES INDÍGENAS E INDIGENISMO NO BRASIL*. RIO DE JANEIRO: MARCO ZERO, 1986.

REGISTROS		**Nº**	
CONTATOS		**Nº**	

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

2.4. LUGAR

DENOMINAÇÃO	**Yvyrupa**			IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	4
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☒ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☒ MEMÓRIA ☒ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Até Atuamente	LUGAR	Território Guarani (Yvyrupa)		

DESCRIÇÃO

DENTRE AS REFERÊNCIAS CULTURAIS IDENTIFICADAS NESTA PESQUISA, *YVYRUPA*, FORMA COMO OS GUARANI DESIGNAM SEU TERRITÓRIO, TEM UMA IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL. TRATA-SE DE UM AMPLO TERRITÓRIO QUE ATRAVESSA AS FRONTEIRAS NACIONAIS DA ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI E BRASIL, MAS É TODO RECORTADO POR CIDADES, PROJETOS DESORDENADOS DE OCUPAÇÃO E EMPREENDIMENTOS DE DIVERSOS TIPOS.

UM GRANDE NÚMERO DE PESQUISAS FAZEM REFERÊNCIAS ÀS FORMAS DE MOBILIDADE GUARANI OU ÀS GRANDES MIGRAÇÕES ATRIBUÍDAS A MOTIVAÇÕES RELIGIOSAS OU AOS DIFERENTES E INTENSOS PROCESSOS DE EXPULSÃO. NO ENTANTO, ESTA REFERÊNCIA CULTURAL TEM POR OBJETO ESPECÍFICO O TERRITÓRIO EM QUE SE REALIZAM, NÃO APENAS AS DINÂMICAS DE MOBILIDADE, COMO TAMBÉM TODO UM CONJUNTO DE PRÁTICAS E SABERES QUE CONSTITUEM OS MODOS DE VIDA DOS GUARANI, NOS DIVERSOS PONTOS DESTE TERRITÓRIO, SEJA NO DESLOCAMENTO OU NAS VIVÊNCIAS COTIDIANAS DOS SEUS *TEKOA*.

PARA LADEIRA (1992 E 2007) A NÃO ACEITAÇÃO, OU A INCOMPREENSÃO ACERCA DA TERRITORIALIDADE GUARANI, CONCEBIDA SEM FRONTEIRAS, FOMENTOU A IDÉIA EQUIVOCADA, PORÉM BASTANTE DIFUNDIDA E CONVENIENTE AOS INTERESSES DESENVOLVIMENTISTAS, DE QUE OS GUARANI SERIAM UM POVO SEM VÍNCULOS COM OS LUGARES POR ELES HABITADOS, O QUE CONTRIBUIU PARA QUE SEUS DIREITOS TERRITORIAIS FOSSEM IGNORADOS. A MESMA AUTORA (2001 E 2008) TEM DEMONSTRADO, QUE OS LUGARES ESCOLHIDOS PELOS GUARANI PARA CONSTITUÍREM SEUS *TEKOA* FAZEM PARTE DE UM AMPLO SISTEMA DE SABERES E EXPERIÊNCIAS. SÃO ESCOLHAS ORIENTADAS POR UMA LONGA HISTÓRIA QUE LIGA AS GERAÇÕES ATUAIS AOS ANTEPASSADOS E QUE SE ESTENDE ATRAVÉS DAS REDES DE PARENTESCO QUE PERCORREM TODO ESSE TERRITÓRIO. A POSSIBILIDADE DE ENCONTRAR UMA TERRA PROPICIA À FORMAÇÃO DE UM *TEKOA*, TEM SIDO PAUTADA NA ATENÇÃO ÀS MENSAGENS COMUNICADAS PELAS DIVINDADES E IDEALIZAÇÃO NAS CONDIÇÕES IDEALIZADAS QUE ESSA TERRA OFERECE, EM TERMOS DE ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS VALORIZADOS E DAS POSSIBILIDADES DE NELA CULTIVAR OS ALIMENTOS GUARANI.

RENATO ROSALDO (1994) SUGERIU QUE MUITOS POVOS INDÍGENAS TÊM UMA HISTÓRIA

ESPACIALIZADA, RECONHECENDO EM CADA PEDAÇO DO SEU TERRITÓRIO AS EXPERIÊNCIAS QUE CONSTITUEM A HISTÓRIA DO SEU POVO. MAIS RECENTEMENTE, TIM INGOLD (2007) AFIRMOU QUE EXISTEM FORMAS MUITO DIFERENTES DE CONCEBER E HABITAR UM TERRITÓRIO E QUE AS LINHAS DE OCUPAÇÃO IMPOSTAS PELO OCIDENTE NOS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO CONTRIBUÍRAM, NÃO APENAS PARA CONECTAR OS NÓDULOS DE PODER, MAS TAMBÉM PARA FRAGMENTAR O MUNDO HABITADO, TENTANDO FORMATÁ-LO EM BLOCOS TERRITORIAIS.

A IDENTIFICAÇÃO DO *YVYRUPA* COMO UMA REFERÊNCIA CULTURAL SIGNIFICA RECONHECER QUE A FORMA COMO OS GUARANI CONCEBEM SEU TERRITÓRIO RESISTE À FRAGMENTAÇÃO E ÀS DIVISÕES IMPOSTAS, PERMITINDO QUE DÊEM CONTINUIDADE ÀS SUAS REDES DE LUGARES, RELAÇÕES, EXPERIÊNCIAS E SABERES (LADEIRA 2001-2008).

PARA INGOLD (IDEM), EM CONTRASTE COM UMA CONCEPÇÃO DE TERRITORIALIDADE QUE IDENTIFICA O TERRITÓRIO COMO UMA SÉRIE DE PONTOS, CUJA RELAÇÃO É INDIFERENTE. PERCEBER O TERRITÓRIO COMO UM CONTÍNUO, EM QUE OS INTERVALOS OU DESLOCAMENTOS ENTRE UM LUGAR E OUTRO TAMBÉM SÃO SIGNIFICATIVOS, PERMITE UM ENVOLVIMENTO MUITO MAIOR COM O AMBIENTE. SUSTENTAR-SE NESSE AMBIENTE, POR SUA VEZ, EXIGE O DESENVOLVIMENTO DE SABERES ESPECÍFICOS E CONDIÇÕES PARA COLOCÁ-LOS EM PRÁTICA (INGOLD, 2000).

ESSA FORMA DE PENSAR A TERRITORIALIDADE COMO INTERAÇÃO NOS AJUDA A ENTENDER MELHOR OS SABERES E AS PRÁTICAS RELACIONADOS AO *YVYRUPA*. POIS, NESTE CASO, MAIS DO QUE UM LUGAR OU FORMA DE PENSAR O TERRITÓRIO, TRATA-SE TAMBÉM DE TODO UM CONJUNTO DE SABERES E PRÁTICAS QUE CIRCULAM CONTINUAMENTE ENTRE OS GUARANI. AFINAL DE CONTAS, A TERRITORIALIDADE GUARANI TEM DEMONSTRADO QUE OS SABERES QUE LHES PERMITEM ESCOLHER, HABITAR E VIVENCIAR ESSE TERRITÓRIO COMO LUGAR E COMO EXPERIÊNCIA TÊM SUA POTÊNCIA E CONTINUIDADE JUSTAMENTE NA ARTICULAÇÃO COM AS REDES DE RELAÇÕES, MOBILIDADE E COMUNICAÇÃO QUE OS GUARANI MANTÉM E RENOVAM.

REFERÊNCIAS

INGOLD, T. (2000). STOP, LOOK AND LISTEN! VISION, HEARING AND HUMAN MOVEMENT. IN: *THE PERCEPTION OF THE ENVIRONMENT*. ESSAYS ON LIVELIHOOD, DWELLING AND SKILL. LONDON, ROUTLEDGE. CAP.14. 243-287.

_____(2007). Up, across and along. In: *Lines, a brief history*. Routledge. Cap.3. 72-103.

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

LADEIRA, MARIA INÊS (1992). *O CAMINHAR SOB A LUZ*. SÃO PAULO: PUC, 1992. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO.

_____ (2007). *O CAMINHAR SOB A LUZ: TERRITÓRIO MBYA À BEIRA DO OCEANO*. SÃO PAULO: UNESP. LADEIRA, MARIA INÊS.

LADEIRA, MARIA INÊS (2001). *ESPAÇO GEOGRÁFICO GUARANI-MBYA*. SÃO PAULO: FFLCH / USP 2001. TESE DE DOUTORADO.

_____ (2008). *ESPAÇO GEOGRÁFICO GUARANI-MBYA: SIGNIFICADO, CONSTITUIÇÃO E USO*. MARINGÁ/PR: EDUEM, SÃO PAULO: EDUSP.

ROSALDO, RENATO (1994). *ILONGOTHEADHUNTING*1883-1974. A STUDY IN SOCIETY AND HISTORY. STANFORD: STANDFORD UNIVERSITY PRESS.

REGISTROS		**Nº**	
CONTATOS		**Nº**	

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

2.5. OFÍCIOS E MODOS DE FAZER

DENOMINAÇÃO				IDENTIFICADO		5
				SIM	NÃO	
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO	☐ EDIFICAÇÃO	☐ FORMA DE EXPRESSÃO	☐ LUGAR	☐ OFÍCIO	
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO		☐ MEMÓRIA	☐ RUÍNA		
OCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR			
DESCRIÇÃO						
REGISTROS				Nº		
CONTATOS				Nº		

3. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	ADRIANA QUEIROZ TESTA	
SUPERVISOR	DANIEL CALAZANS PIERRI, ADRIANA QUEIROZ TESTA, MARIA INÊS LADEIRA	
PREENCHIDO POR	ADRIANA QUEIROZ TESTA	DATA 20/02/2011
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA	

CD - Anexos do INRC Fase 1 – Levantamento Preliminar

(1 - Bibliografia; 2 - Registro Audiovisual; 4 – Contatos)

Os Guarani nos Registros Historiográficos em Acervos da Espanha

CD - Fichas catalográficas, documentos digitalizados e Guía de uso de bibliotecas españolas para la investigación sobre la historia y cultura guaraní

CD - Fontes Bibliográficas sobre as narrativas míticas Guarani

Ações de Salvaguarda

Encontro sobre Visitação e Turismo em Terras Indígenas

Anexo 1 – Convite para o encontro

São Paulo, 20 de outubro de 2009.

Assunto: Convite para participação no encontro sobre visitação e turismo nas terras Guarani

O Centro de Trabalho Indigenista em parceria com o IPHAN e AECID, está desenvolvendo o projeto "Valorização Cultural do Mundo Guarani Mbya", no âmbito das atividades previstas, iremos realizar um encontro entre as lideranças e moradores de aldeias que recebem freqüentemente visitantes (turistas e estudantes) e agentes governamentais envolvidos com a temática, para compartilharem, avaliarem e traçarem estratégias para vivenciar e otimizar essa atividade com maior autonomia e sustentabilidade.

Tal encontro ocorrerá nos dias 17 e 18 de novembro na Terra Indígena Guarani Salto Grande do Jacuí - Aldeia Tekoá Porã, no município Salto do Jacuí, RS. Estarão presentes lideranças Guarani dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Aproveitamos a oportunidade para lhe convidar a participar no dia 18 de novembro entre as 9 e as 17 horas, quando as lideranças guarani apresentarão uma síntese das discussões e ouvirão os representantes das instituições convidadas.

Desde já agradecemos a atenção e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, através dos telefones: 11 2935.7768 Eliza ou Priscila, 48 9148.5050 Nuno, 51 9249-7454 Carolina.

Realização:

CTI Centro de Trabalho Indigenista

EMBAIXADA DA ESPANHA NO BRASIL

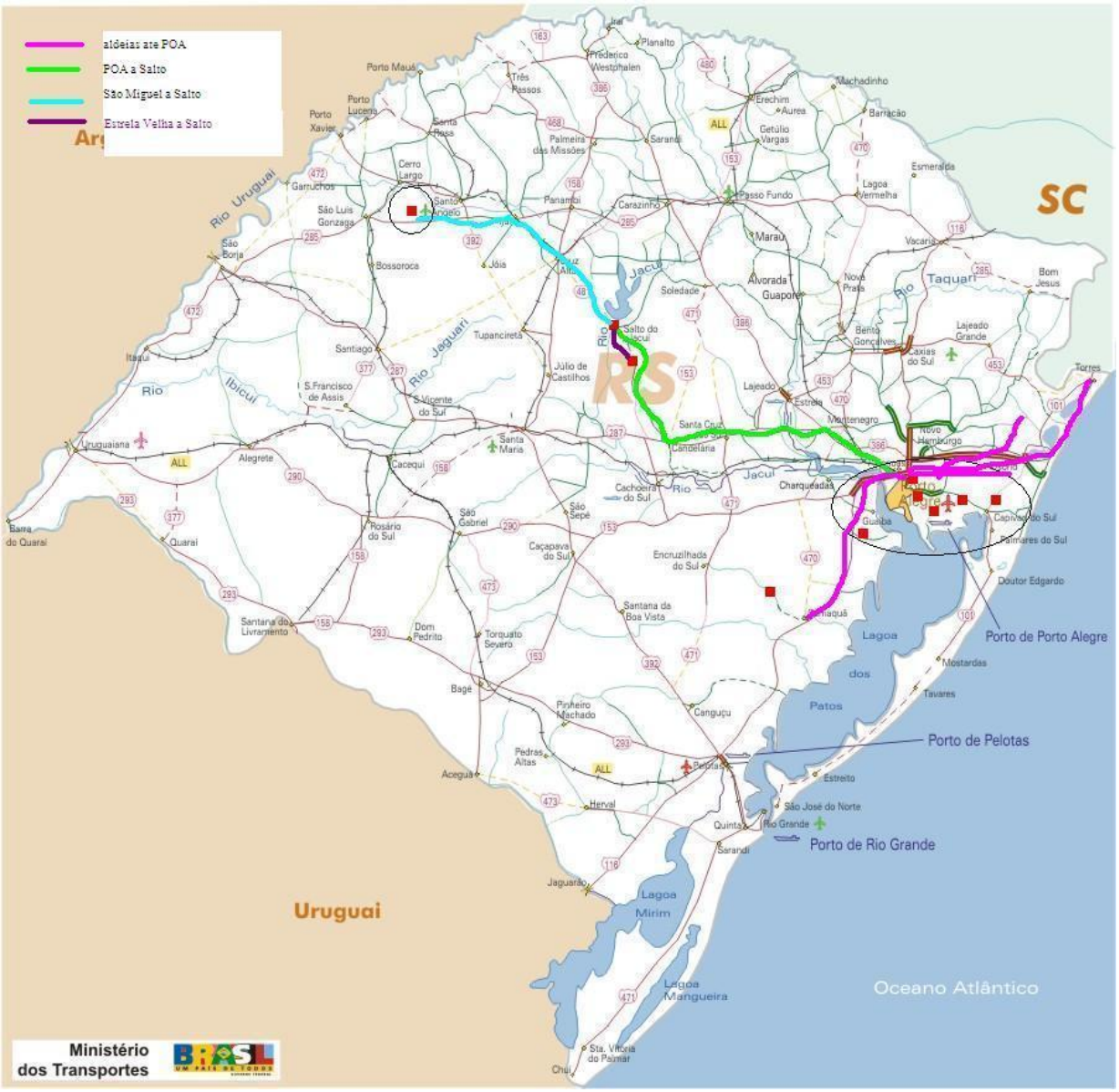
aecid

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Anexo 2 - Mapa do Transporte para o encontro



Elaborado por Nuno Nunes

Anexo 3 – Lista de presença no Evento

Lista de Presença – Dia 16 de novembro de 2009.

1.	Nírio	Araponga	Patrimônio – RJ
2.	Julio	Bracuí	Angra dos Reis – RJ
3.	Genésio	Tekoá Pyau	São Paulo – SP
4.	Ataíde	Tenondé Porã	São Paulo – SP
5.	Marcos Tupã	Krukutu	São Paulo – SP
6.	Davi	Aguapeú	Mongaguá – SP
7.	Renato	Pindoty	Registro – SP
8.	Adriano	Morro Alto	S. Francisco do Sul - SC
9.	Ronaldo	Mbiguaçu	Florianópolis-SC
10.	Elizete	Massiambú	Florianópolis-SC
11.	Karaí Irineu	Sambaqui	Pontal do Paraná
12.	Para Mirim	Sambaqui	Pontal do Paraná
13.	Verá Mirim	Koenju	S. Miguel das Missões- RS
14.	Basílio	Koenju	S. Miguel das Missões- RS
15.	Verá Xuñu	Koenju	S. Miguel das Missões- RS
16.	Teófilo	Koenju	S. Miguel das Missões- RS
17.	Para Poty	Koenju	S. Miguel das Missões- RS
18.	José Benites	Estiva	Viamão - RS
19.	Talcira	Estiva	Viamão - RS
20.	Kerexu	Itapuã	Viamão - RS
21.	Turíbio	Itapuã	Viamão - RS
22.	Arlindo Gomes	Itapuã	Viamão - RS
23.	Teodoro	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
24.	Marcia	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
25.	Kerexu	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
26.	Marta Jerá	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
27.	Kerexu	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
28.	Karai	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
29.	Mauricio	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
30.	João Paulo	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
31.	Karai	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
32.	Verá Mirim	Coxilha da Cruz	Barra do Ribeiro- RS

33. Karai Tataendy	Betim	Barra do Ribeiro- RS
34. Avelino	Sol Nascente	Osório – RS
35. Kerexu	Passo Grande	Barra do Ribeiro- RS
36. Vera Poty	Cantagalo	Viamão - RS
37. Vera	Cantagalo	Viamão - RS
38. Karai Poty Ariel	Cantagalo	Viamão - RS
39. Karay Tataendy Mirim	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
40. Amâncio Vera	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
41. Kuaray Mirim	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
42. Alexandre Mirim	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
43. Valdir Karai	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
44. kauaray	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
45. Marcos Vera Tupã	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
46. Luciano	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
47. João Silveira Karai Mirim	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
48. Luiz	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS

Juruá Kuery

1. Darci	Funasa	Enfermeiro
2. Cristiane	Funasa	Enfermeira
3. Flavio	Funasa	Enfermeiro
4. Zoloar	Funasa	Motorista
5. Mariana		Antropóloga
6. Felipe		Marido da Antropóloga
7. Maria Inês Ladeira	CTI	São Paulo
8. Adriana Testa	CTI	São Paulo
9. Louise Prado Alfonso	CTI	São Paulo
10. Priscila de Oliveira	CTI	São Paulo
11. Eliza Castilla	CTI	São Paulo
12. Carolina Schneider	CTI	São Paulo

Lista de Presença – Dia 17 de novembro de 2009.

1. Nírio	Araponga	Patrimônio – RJ
2. Julio	Bracuí	Angra dos Reis – RJ
3. Genésio	Tekoá Pyau	São Paulo – SP

4.	Ataíde	Tenondé Porã	São Paulo – SP
5.	Marcos Tupã	Krukutu	São Paulo – SP
6.	Davi	Aguapeú	Mongaguá – SP
7.	Renato	Pindoty	Registro – SP
8.	Adriano	Morro Alto	S. Francisco do Sul - SC
9.	Ronaldo	Mbiguaçu	Florianópolis-SC
10.	Elizete	Massiambú	Florianópolis-SC
11.	Karaí Irineu	Sambaqui	Pontal do Paraná
12.	Para Mirim	Sambaqui	Pontal do Paraná
13.	Verá Mirim	Koenju	S. Miguel das Missões- RS
14.	Basílio	Koenju	S. Miguel das Missões- RS
15.	Verá Xuñu	Koenju	S. Miguel das Missões- RS
16.	Teófilo	Koenju	S. Miguel das Missões- RS
17.	Para Poty	Koenju	S. Miguel das Missões- RS
18.	José Benites	Estiva	Viamão - RS
19.	Talcira	Estiva	Viamão - RS
20.	Kerexu	Itapuã	Viamão - RS
21.	Turíbio	Itapuã	Viamão - RS
22.	Arlindo Gomes	Itapuã	Viamão - RS
23.	Teodoro	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
24.	Marcia	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
25.	Kerexu	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
26.	Marta Jerá	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
27.	Kerexu	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
28.	Karai	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
29.	Mauricio	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
30.	João Paulo	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
31.	Karai	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre- RS
32.	Verá Mirim	Coxilha da Cruz	Barra do Ribeiro- RS
33.	Karai Tataendy	Betim	Barra do Ribeiro- RS
34.	Avelino	Sol Nascente	Osório – RS
35.	Kerexu	Passo Grande	Barra do Ribeiro- RS
36.	Vera Poty	Cantagalo	Viamão - RS
37.	Vera	Cantagalo	Viamão - RS
38.	Karai Poty Ariel	Cantagalo	Viamão - RS

39.	Karay Tataendy Mirim	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
40.	Amâncio Vera	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
41.	Kuaray Mirim	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
42.	Alexandre Mirim	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
43.	Valdir Karai	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
44.	kauaray	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
45.	Marcos Vera Tupã	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
46.	Luciano	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
47.	João Silveira Karai Mirim	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
48.	Luiz	Tekoá Porã	Salto do Jacuí-RS
49.	Cirilo	Koenju	S. Miguel das Missões- RS

Juruá Kuery

1.	Albertina		Secretária de Turismo
2.	Joice Zimmer		Vice-Prefeita
3.	Tânia		Emater
4.	Antonio		Emater
5.	José Otávio Catafesto de Souza		Antropólogo – UFRGS
6.	Aluno		UFRGS
7.	Aluno		UFRGS
8.	Aluno		UFRGS
9.	Mariana		Antropóloga
10.	Felipe		Marido da Antropóloga
11.	Maria Inês Ladeira	CTI	São Paulo
12.	Adriana Testa	CTI	São Paulo
13.	Louise Prado Alfonso	CTI	São Paulo
14.	Priscila de Oliveira	CTI	São Paulo
15.	Eliza Castilla	CTI	São Paulo
16.	Carolina Schneider	CTI	São Paulo

Anexo 4 – Documento resultado da oficina – Entregue à Prefeitura de Salto do Jacui

Salto de Jacuí – RS, 16 de novembro de 2009

À Prefeitura Municipal de Salto de Jacuí

Encontro sobre visitação e turismo na Terra Indígena Guarani

Assunto: Solicitação de Parceria para melhoramento de infra-estrutura para o atendimento ao turista.

Nós, cacique e lideranças, da Aldeia Salto do Jacuí realizamos a reunião sobre visitação e turismo em terra indígena com a participação de lideranças Guarani dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Durante o encontro foram tratados temas relacionados ao desenvolvimento de Ecoturismo Indígena e planejamento do turismo a ser promovido junto à esta comunidade.

Após a discussão foi definida a proposta de estabelecer parceria junto aos seguintes órgãos e instituições:

Secretarias Municipal e Estadual de Educação, Turismo, Saúde, Obras, Políticas Públicas, Planejamento e Meio Ambiente.

Museus e outras instituições históricas e culturais.

Diretoria de Ensino

FUNAI

IPHAN

CTI

Empresas Privadas

Organizações não Governamentais – ONGs

Universidades

Possíveis patrocinadores

Portanto, vimos por meio desta, solicitar a esta Prefeitura melhorias de infra-estrutura para desenvolver o Ecoturismo na aldeia. Sendo estas:

Acesso – melhoria e alargamento da estrada

Sanitários – construídos de forma adequada e em lugares definidos pela comunidade

Instalação de Telefone Público

Pronto atendimento de saúde para turistas em caso de emergência

Energia Elétrica

Placas de Identificação e Sinalização Turística

Desde já agradecemos pela atenção e contamos com vossa colaboração e apoio.

Atenciosamente,

Anexo 5 – Alguns depoimentos Oficina Turismo

Cacique Sr. Luiz

Falou sobre a necessidade de planejamento do turismo e da necessidade do Juruá comprar artesanato durante a visitação, pos é uma frustração para os Guarani ele vir, visitar a aldeia e não levar nada, não deixar nada.

Helio

O grupo deve se organizar antes de vir para a aldeia. Deve haver um lugar próprio para a visitação, um local só para artesanato com um responsável. A Aldeia deve se organizar para receber bem o visitante. Deve ser organizado pela comunidade e cacique juntos, caso alguém não queira o turismo, deve-se compreender. O cacique sozinho não deve tomar iniciativa, pois é um projeto grande e necessita dos outros. O turista deve ver apenas o que queremos que seja visto, com roteiro de visitação, espaço para palestra, trilhas, etc.

Nírio

Conta sobre turismo na Aldeia do Araponga, que fica a 30km da cidade de Paraty. Eles cobram a entrada de pessoas, preços variáveis de R$ 15, 00 a R$ 120,00 por pessoa. Eles têm um carro que auxilia no transporte. Fotos são cobradas a parte: R$ 5,00 cada. Eles recebem mais turistas em janeiro. Tem turista que fica uma semana na barraca, cobram R$ 120,00 por pessoa com refeições inclusas. Tem uma cachoeira bonita que os turistas gostam de visitar, mas tem que cuidar da segurança dos turistas, pois já houve caso de morte na cachoeira. Tem que acompanhar e indicar onde podem andar e o que podem fazer. Pode também vender artesanato para turistas. Tem que pensar bem em como planejar para receber os turistas. E tem que cuidar da manutenção, da estrutura e outras coisas da aldeia.

Julio

Na aldeia do Bracuí cobram R$ 20,00 por pessoa para entrar. Eles têm um projeto conjunto de turismo de base de comunidades tradicionais quilombolas, caiçara e Guarani. Eles também têm padaria.

Davi

Há quatro anos eles possuem um projeto de turismo na aldeia com estrutura de barco, vídeo, etc. Os visitantes ficam a três Km da cidade, é necessário atravessar o rio com turista, por isso a manutenção

do barco é importante. Recebem escolas e cobram. Tem um espaço para receber os turistas, uma trilha e venda de artesanato.

Renato

Deve-se pensar em como organizar a visitação na aldeia, pois muita gente vai para ajudar e observar, mas também muita gente vai para prejudicar. Na nossa aldeia muitos ambientalistas falam que os Guarani vão estragar o parque. Recebemos visitas e a proposta é contar como é o modo de ser Guarani, como é a vida na aldeia, costumes. Não existe divisão de fronteira estamos dentro do parque, é importante mostrarmos a estrutura da terra indígena. Buscamos a organização com a comunidade, divisão de tarefas para receber o turista. Ninguém deve chegar e andar por tudo, pois prejudica o cotidiano da aldeia, por isso não devemos receber todo dia, apenas com data e horário marcado. Devemos contar sobre a mobilidade Guarani, o visitante deve saber que cachoeira, o rio, fazem parte do parque e da aldeia. Deve-se dividir os visitantes em grupos para cobrar, cobrar diferente de cada grupo, como o escolar por exemplo. Os visitantes às vezes levam doações, saber organizar a divisão das doações. Conversar é importante para organizar a aldeia para o turismo, para que o turismo traga renda e respeito para a comunidade. Estruturar agentes, monitores e acompanhantes. Faço Ravé (violino) para ensinar parentes e outras aldeias para este ser um produto para as visitas.

Marcos Tupã

Na aldeia Krukutu vivem 46 famílias, 260 pessoas. Tem uma represa. A maior parte dos turistas é de escolas, alguns universitários. A aldeia é pequena, tem monitor para atender os visitantes e um espaço determinado para os turistas visitarem, loja de artesanato e um vídeo. Tem dias específicos por semana para visitação e horário das 8 às 14hs. Tem banheiro para turistas. Cobra-se R$ 7,00 para aluno de escola. Este dinheiro é usado pela associação para a realização do Nhemongaraí, para alimentação. Cobram R$ 20.00 por pessoa, quando não são de escolas, por visita de três horas. As visitas são agendadas através da associação. Eles têm o coral das crianças que é formado por crianças de diferentes grupos familiares e contribui para a distribuição de renda através das apresentações que são cobradas.

Timoteo

Preocupados e que queremos conhecer como nos organizar é importante ouvir experiência de outras regiões para termos idéias e construir os projetos e organizar de forma correta, para que todos tenhamos benefícios, renda para a aldeia, mas cada uma tem organização específica. Quero aprender junto.

Sandro Ariel

Estou vindo pela primeira vez. Na nossa aldeia vão visitantes, mas vão muito às ruínas das missões e alguns vão para a aldeia, mas também não estamos organizados para recebê-los, o que é falado é sobre a história dos jesuítas e não se fala da cultura indígena e não se fala do passado.

Na cidade é diferente, tem parque de visitação, para nós é importante venda de artesanato, não conhecem nossa cultura falam que somos diferentes, exóticos, de forma pejorativa, por isso é importante organizar. A aldeia sofre preconceito e discriminação do Juruá, portanto ele deve saber porque nós estamos aqui o que queremos organizar, é importante que isso esteja claro para cada um de nós. Ao acabar esta oficina precisamos sair com um norteador do que queremos organizar. Todos temos que receber, ou não? Todas as aldeias estão aptas ou existem algumas que não querem receber turista? Definir dias de visitação, se incomodar o cotidiano e os mais velhos. Vou falar dos turistas que vem à aldeia, muitos não pagam nem trazem nada, muitas vezes atendermos e só vão à cachoeira e temos que nos dedicar à visita e perdermos tempo.

Turíbio

Vou contar a história de quando fui para o espírito santo lá eles tem portão nas entradas da aldeia, um na entrada principal, outro na aldeia. Chegaram três ônibus e abriram o primeiro portão. Perguntaram se podia entrar, visitar e tirar fotos, todas as pessoas que tiraram fotos e entraram tiveram que comprar artesanato. Fecharam o portão e não poderiam sair sem comprar artesanato. Eu gostei disso e também temos que ter portão.

Conhecer a mata e temos que pensar como fazer se minha aldeia vai fazer parte do parque e como será a relação, pois pagam para entrar no parque e para nós? Vai ser conflito, tem praia no parque. Entra já é cobrado tem monitor acompanhado e tem conflito. Como você vai cuidar do parque? Tem três entradas principais e o pessoal do parque perguntou como vocês vão se organizar? Respondi que ainda não sei. Tem que ter guarda indígena com arco e flecha na estrada, pôr portão e fazer igual no Espírito Santo, só sai se comprar algo, mas quero mais idéias porque to quase sozinho na aldeia. Quero aprender com a experiência de vocês, mas tenho lugares de visitação estruturada do parque como organizar isso?

Anexo 6 – Certificado de participação No Encontro De Turismo

Certificado

Certificamos que o Sr (a) _____ participou do ***Encontro entre representantes Guarani de aldeias alvo de visitações turísticas e culturais,*** *promovido pelo Projeto "Valorização do Mundo Cultural Guarani Mbya", na Terra Indígena Salto do Jacuí, Tekoa Porã, Município de Salto do Jacuí, RS, entre os dias 15 a 18 de Novembro de 2009.*

Salto do Jacuí, 17 de Novembro de 2009

_____

Realização:

CTI Centro de Trabalho Indigenista

Apoio:

MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y DE COOPERACIÓN aecid

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Anexo 7 – Cartilhas Turismo 1

JURUAKUÉRY NAS ALDEIAS GUARANI

Dicas e Orientações para Receber Visitantes

Sumário

Apresentação **1**

Introdução **2**

Como se organizar para receber turistas e visitantes na sua aldeia **3**

1. Primeiros passos **4**

2. Pensar no que o turista gostaria de ver e conhecer **7**

3. Preparar um roteiro de visitação **10**

4. O que o turista pode aprender na aldeia **14**

5. Ajude o turista a respeitar as regras **16**

6. Organize-se para oferecer conforto e segurança para os turistas **19**

7. Fazer parcerias **22**

8. Como divulgar **25**

9. Turismo e geração de renda **27**

10. Proposta de Roteiro para o Turismo no Tekoa Porã **29**

Apresentação

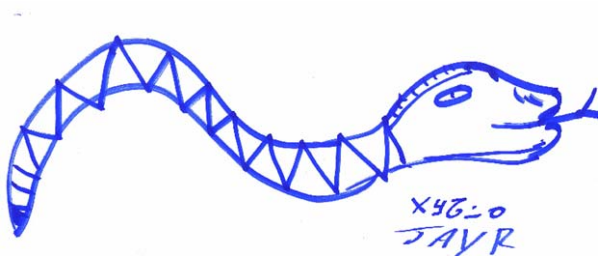
Este livro foi organizado durante o Encontro sobre Visitação e Turismo em Terras Guarani, realizado em novembro de 2009 na aldeia Tekoa Porã, município Salto do Jacuí, RS. O Encontro é parte do Projeto: "*Valorização do Mundo Cultural Guarani*", uma parceria entre o Centro de Trabalho Indigenista, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Agência Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo. Tal encontro surgiu com a finalidade de executar as demandas apresentadas pelas aldeias no RS contempladas no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Comunidade Mbya-Guarani, concluído em 2007.

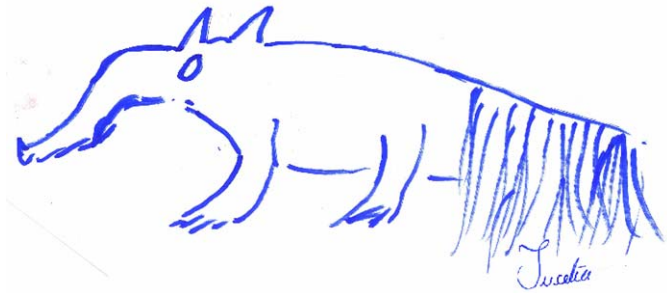
Participaram desse encontro lideranças Guarani de diversas aldeias situadas nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, assim como representantes da Argentina. Nesta ocasião, promoveu-se um debate e a avaliação das atividades relacionadas ao turismo e à visitação de pessoas não indígenas nas Terras Guarani, visando à definição de estratégias comuns para vivenciar e otimizar estas experiências com maior autonomia e sustentabilidade.

Este livro tem como objetivo apresentar um planejamento turístico elaborado pelas lideranças Guarani no Tekoa Porã, como exemplo para outras aldeias que têm interesse em receber turistas e visitantes.

Introdução

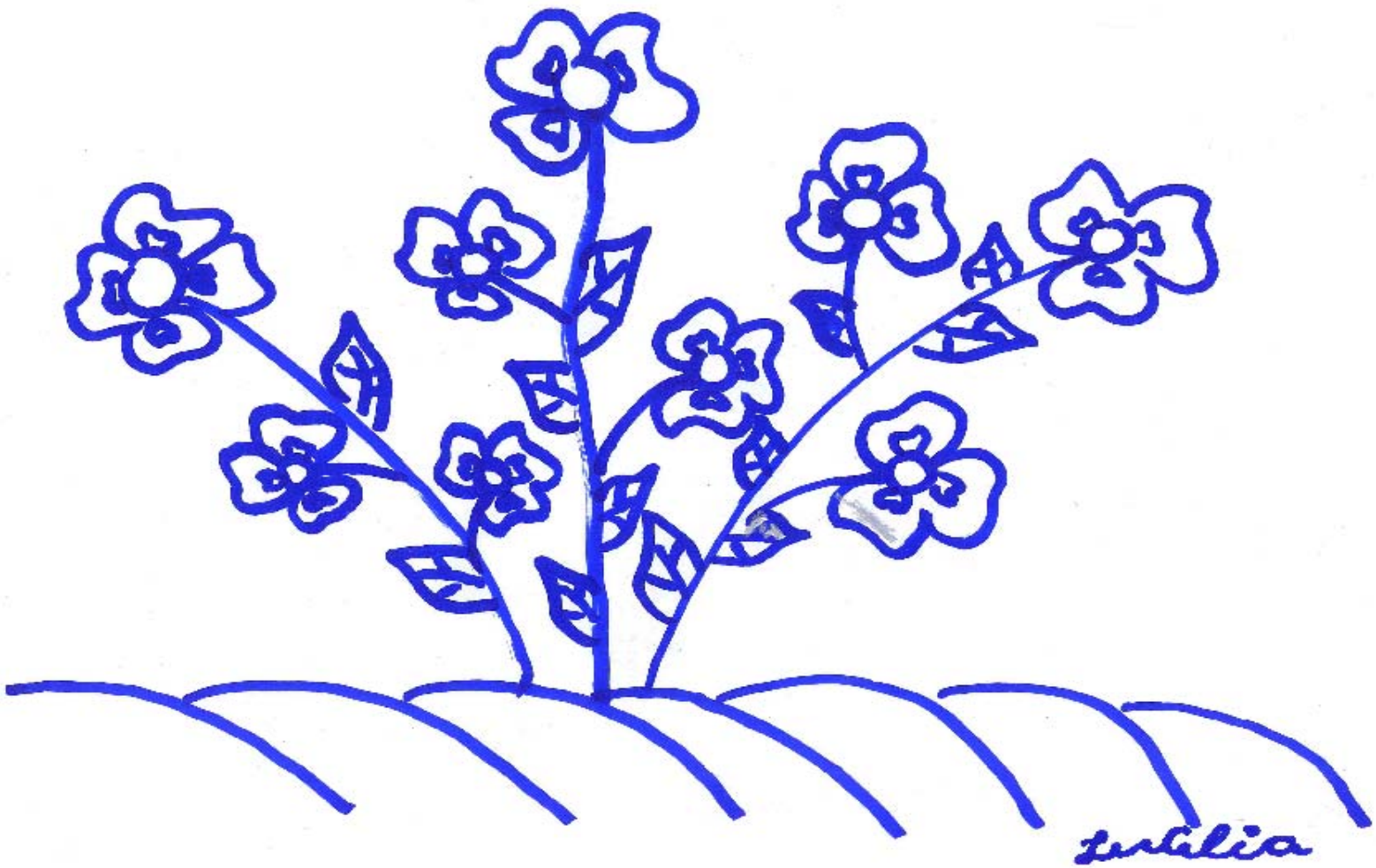
Muitos visitantes vão às Terras Guarani, mas nem sempre estas visitas acontecem de forma organizada, por isso, as comunidades estão preocupadas em se preparar para receber melhor os turistas e visitantes, acreditando que o turismo pode trazer alguns benefícios para as comunidades, desde que aconteça com planejamento.



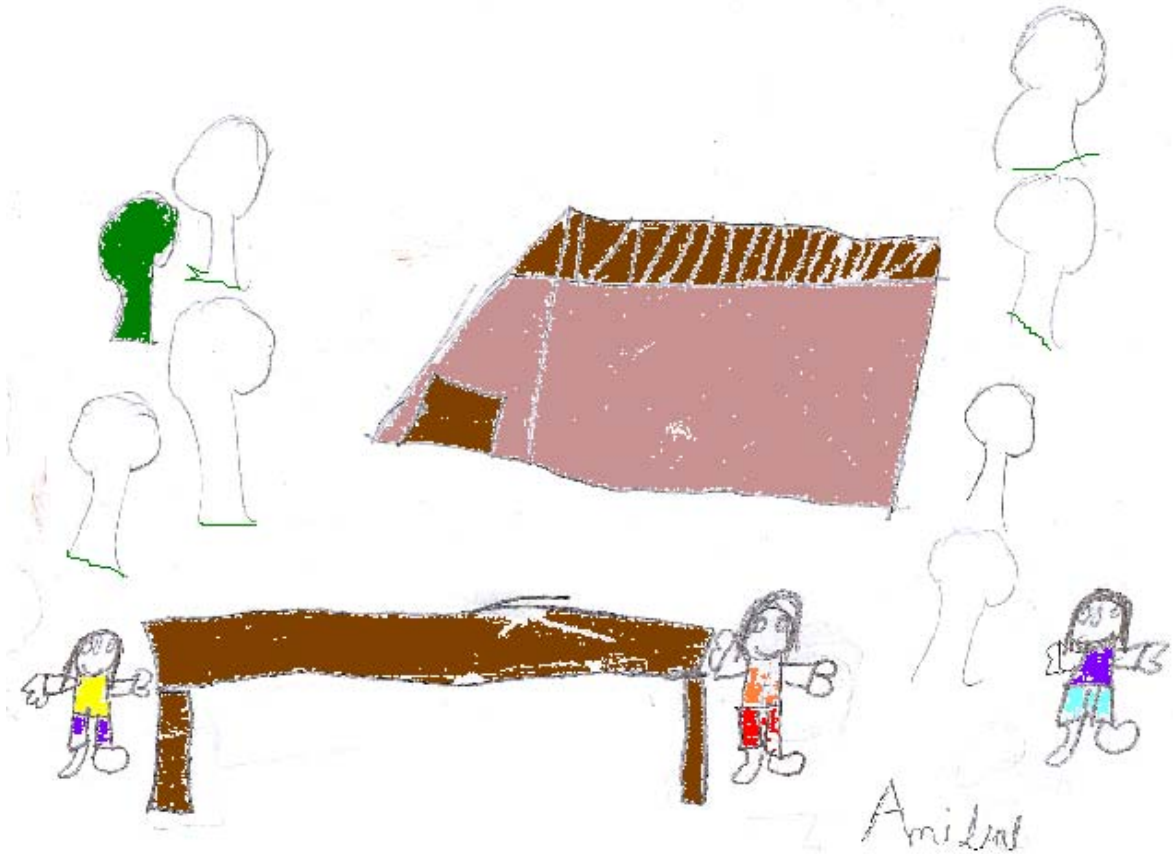


Como se organizar para receber turistas e visitantes na sua aldeia

1 – Primeiros Passos



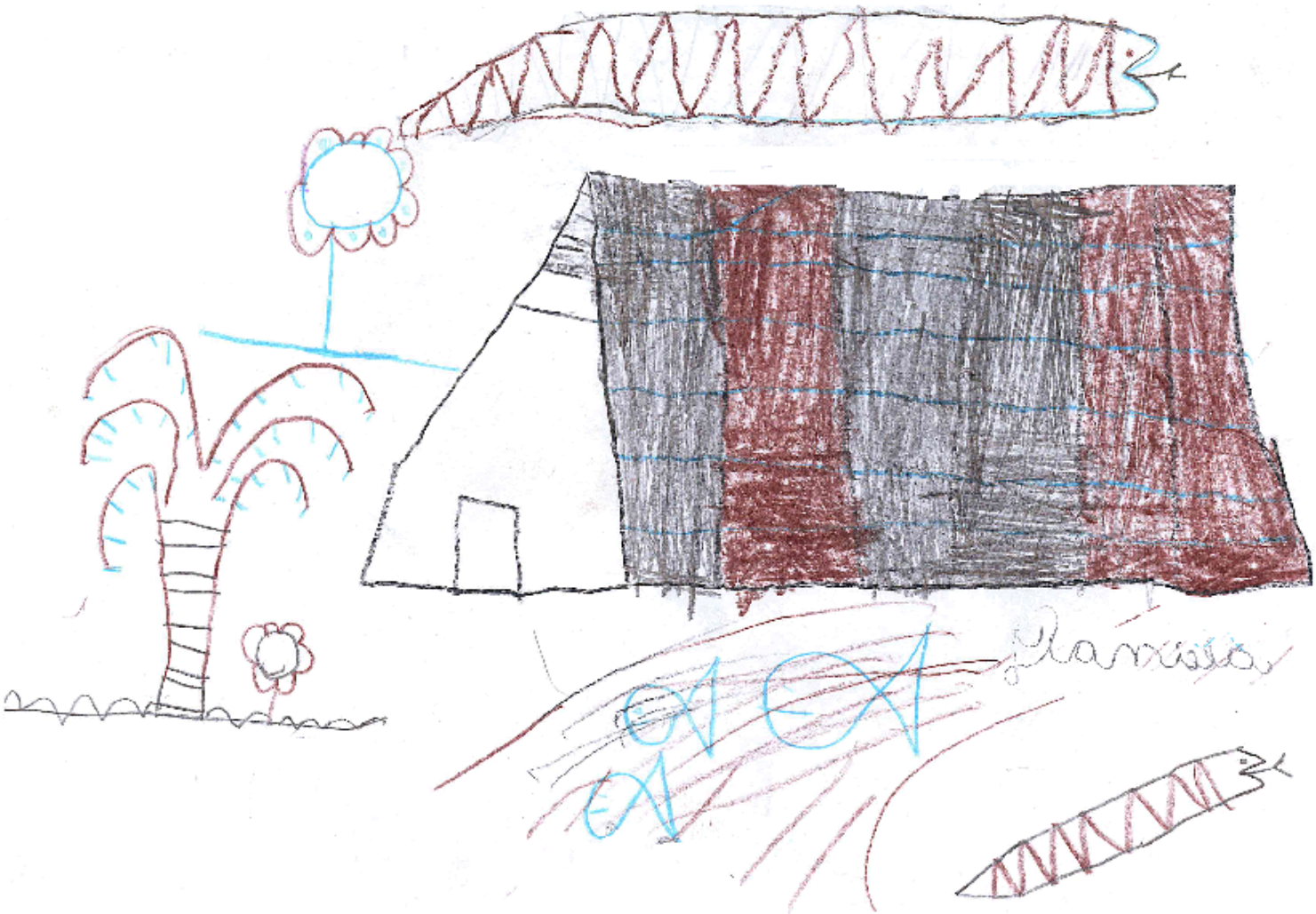
O primeiro passo é definir se a comunidade gostaria de receber turistas. Depois, decidir quais pessoas da aldeia vão participar dessa atividade e o que cada um pode fazer para ajudar. O turismo envolve muitas atividades que podem ser dividas para que nenhuma pessoa fique com muitas coisas para fazer sozinha.



Sugestão:

A comunidade pode indicar algumas pessoas para cuidarem do agendamento e organização da visitação e outras que vão acompanhar os turistas e visitantes durante o passeio.

2 - Pensar no que o turista gostaria de ver, conhecer e aprender



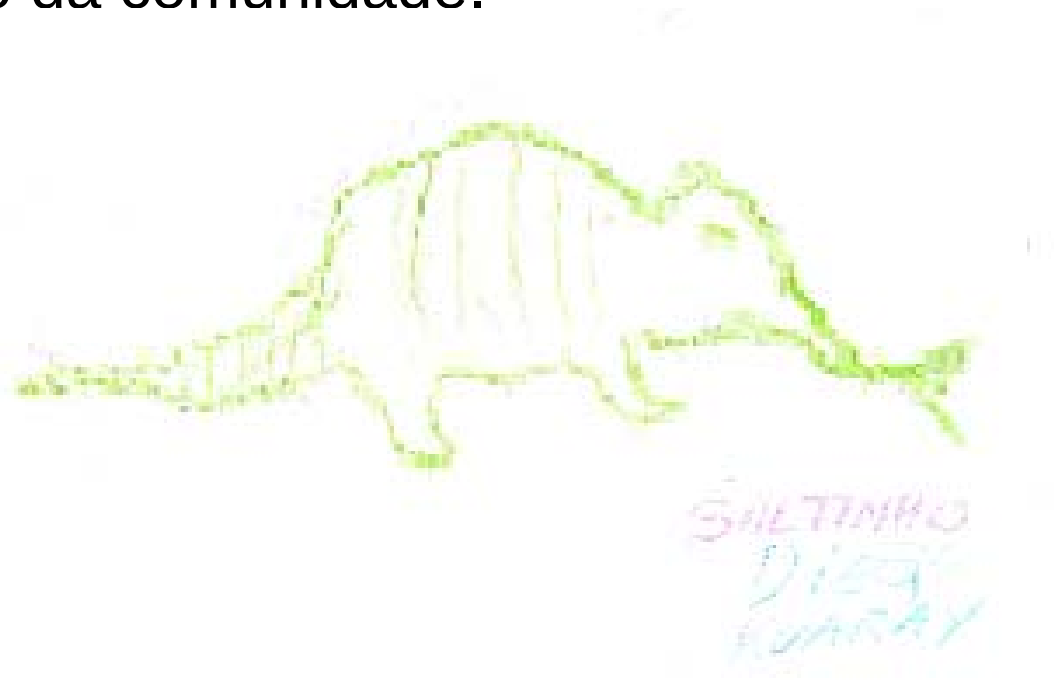
O turista quer conhecer a cultura Guarani, e um jeito de aprender é visitar uma aldeia. Pensando nisso, cada comunidade precisa decidir o que vai mostrar e contar para o turista, assim como os lugares que ele pode visitar. Esta parte é muito importante porque cada comunidade tem o direito de ter sua privacidade respeitada.

Algumas coisas que os turistas gostam de ver e conhecer:

Natureza, plantas, animais, artesanato, apresentações de canto, dança e história da cultura guarani, diferentes tipos de moradia, culinária e muito mais.

3 - Preparar um roteiro de visitação

Planejar um percurso para a visitação, incluindo os pontos que podem ser visitados é muito importante. É bom lembrar que a comunidade deve ser ouvida para saber quem gostaria de participar das atividades de turismo. A privacidade de quem não quer participar precisa ser respeitada. As atividades devem ser planejadas para não causarem grande interferência no cotidiano da comunidade.

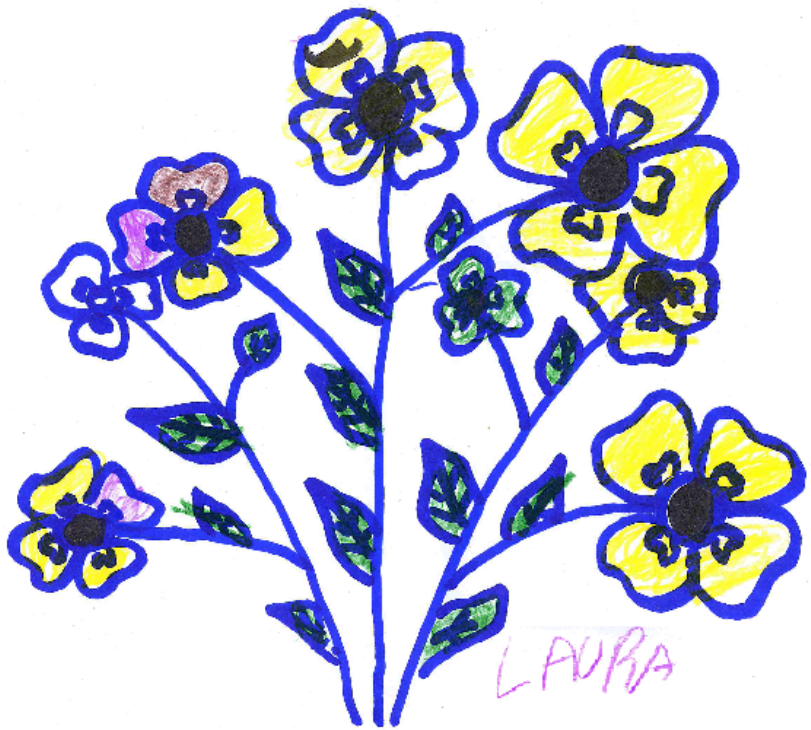


Algumas dicas para o roteiro:

Na hora de preparar o roteiro é bom considerar:

- Qual é a melhor época para receber turistas?
- A aldeia vai ter roteiros diferentes para diferentes épocas do ano? Por exemplo, no período de chuva, tem trilhas que ficam muito perigosas?
- O calendário de turismo não deve interferir com o calendário de eventos da própria comunidade. Por exemplo, a comunidade pode não querer receber turistas durante o *nhemongaraí* e outras rituais.

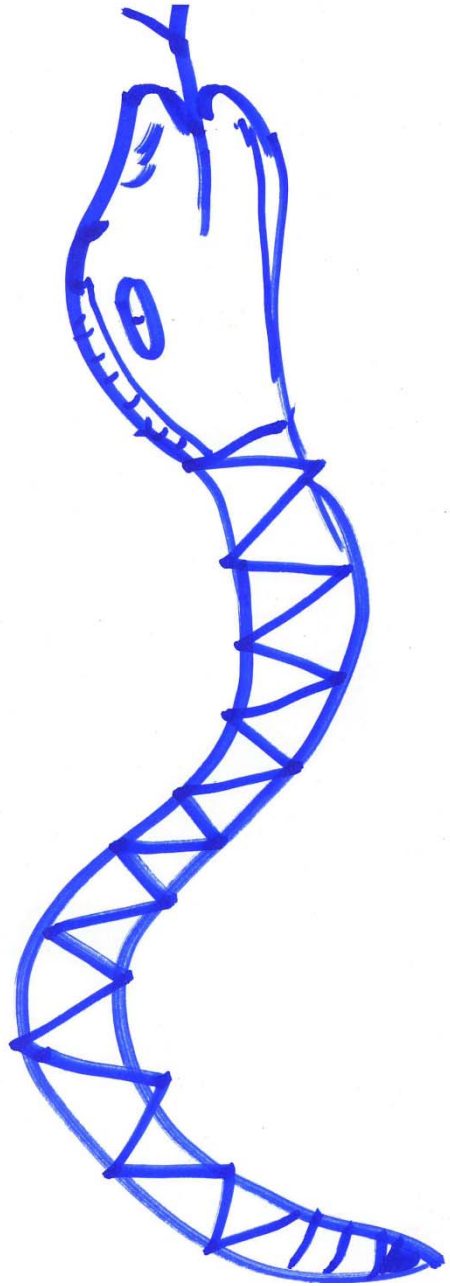
- Qual é o perfil dos turistas? São estudantes? Ecoturistas? Famílias? Pode ter mais de um roteiro, dependendo do turista?
- Quantos turistas podem ser recebidos por vez?
- Quanto tempo vai durar cada roteiro? Vai ter um horário para refeições? O que os turistas vão comer? O roteiro vai ter duração de mais de um dia? Se o roteiro durar mais de um dia, onde os turistas vão dormir?



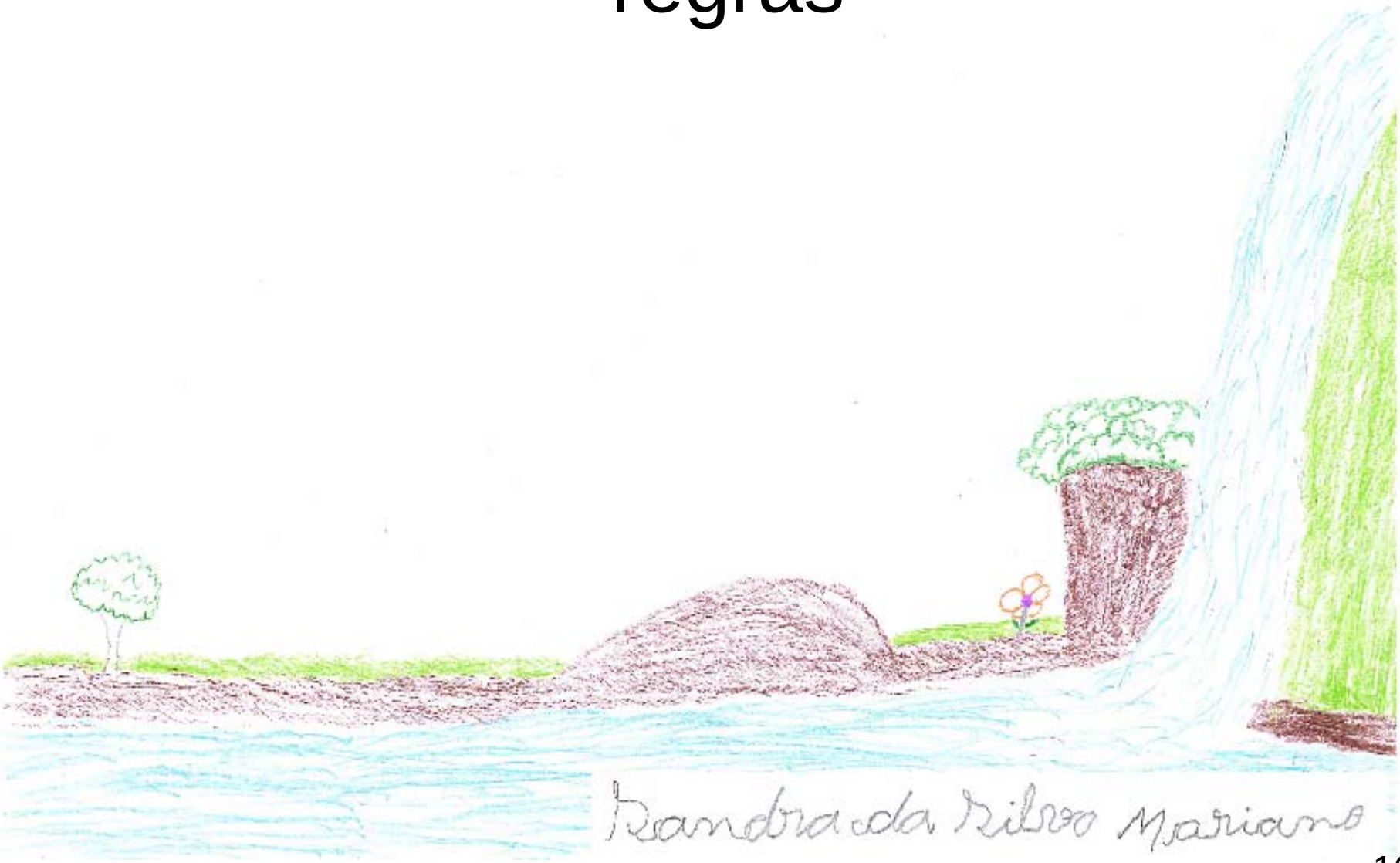
4 - O que o turista pode aprender na aldeia

O turismo pode ser uma boa oportunidade para ensinar um pouco sobre a cultura Guarani e contribuir para diminuir tantos preconceitos que ainda existem sobre os povos indígenas. A comunidade pode definir o que gostaria de ensinar e também tem o direito de decidir o que não quer que os turistas e visitantes façam na sua aldeia.

O que o turista vai aprender depende muito do roteiro: por onde ele vai passar, o que ele vai ver e o que os guias vão contar para ele. Os guias podem aproveitar para ensinar muitas coisas durante os passeios e trilhas, além de incluir uma palestra ou conversa no roteiro.

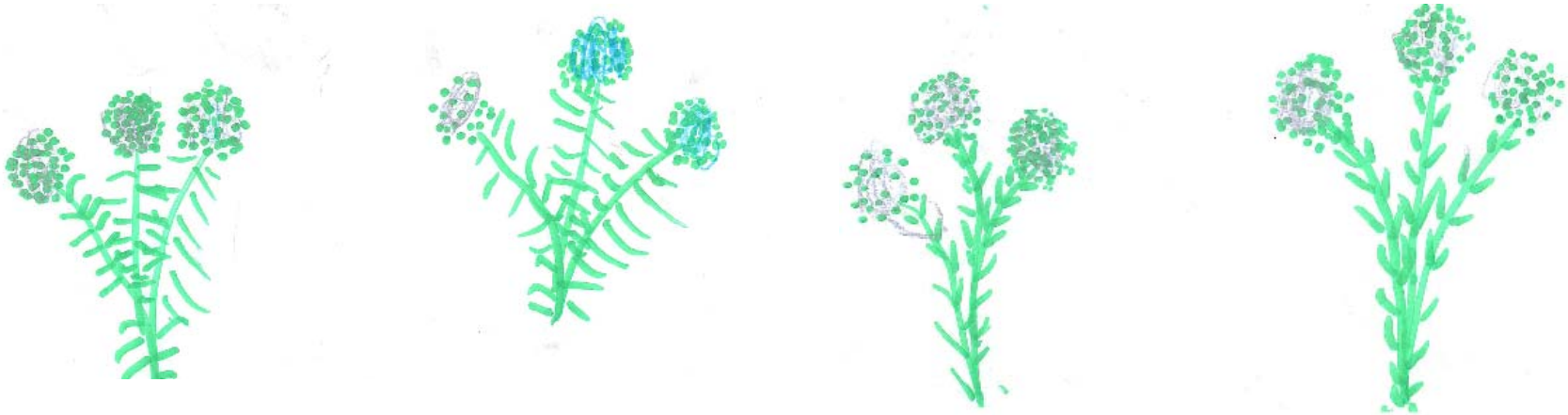


5 - Ajude o turista a respeitar as regras



Os turistas devem respeitar as regras da comunidade e precisam saber o que podem fazer e o que não devem fazer na aldeia. Os guias devem alertar os turistas se estiverem agindo de modo errado durante a visita. Para evitar problemas, é importante informar os turistas sobre as regras desde o início do passeio.

Cada aldeia tem suas próprias regras e formas de receber visitantes, aqui estão algumas sugestões.



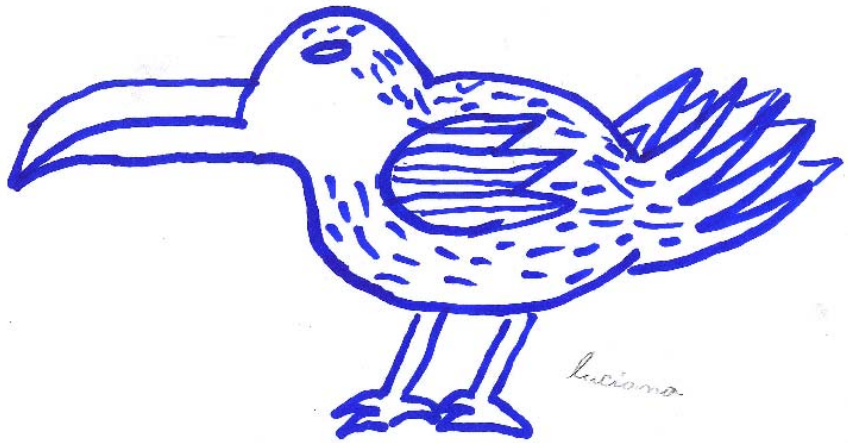
O turista não deve:

- Jogar lixo nas trilhas, rios, aldeia, etc.
- Arrancar plantas ou desrespeitar plantas medicinais.
- Levar plantas ou qualquer coisa da aldeia sem autorização do cacique e das lideranças locais.
- Tirar fotos ou imagens sem autorização do cacique e das lideranças locais.
- Sair do roteiro ou ir a lugares não permitidos.
- Atrapalhar as apresentações e palestras.

6 - Organize-se para oferecer conforto e segurança para os turistas

Antes de começar, é importante organizar uma estrutura para receber turistas de modo confortável e seguro. É bom lembrar que o turista que for bem recebido vai recomendar o passeio para seus amigos. Essa estrutura depende das condições de cada aldeia, e a seguir estão algumas perguntas que podem ajudar.

- O turista consegue chegar até a aldeia com facilidade e segurança?
- É interessante ter placas de identificação e sinalização para o turista?
- Tem banheiros para o uso dos turistas?
- Onde o turista pode comer?
- Se tiver um acidente ou alguém ficar doente no meio do passeio, como ele pode ser rapidamente encaminhado para o atendimento médico?
- Como garantir a segurança dos turistas e da comunidade durante o passeio?
- Como vai ser organizado o lugar de vender artesanato?

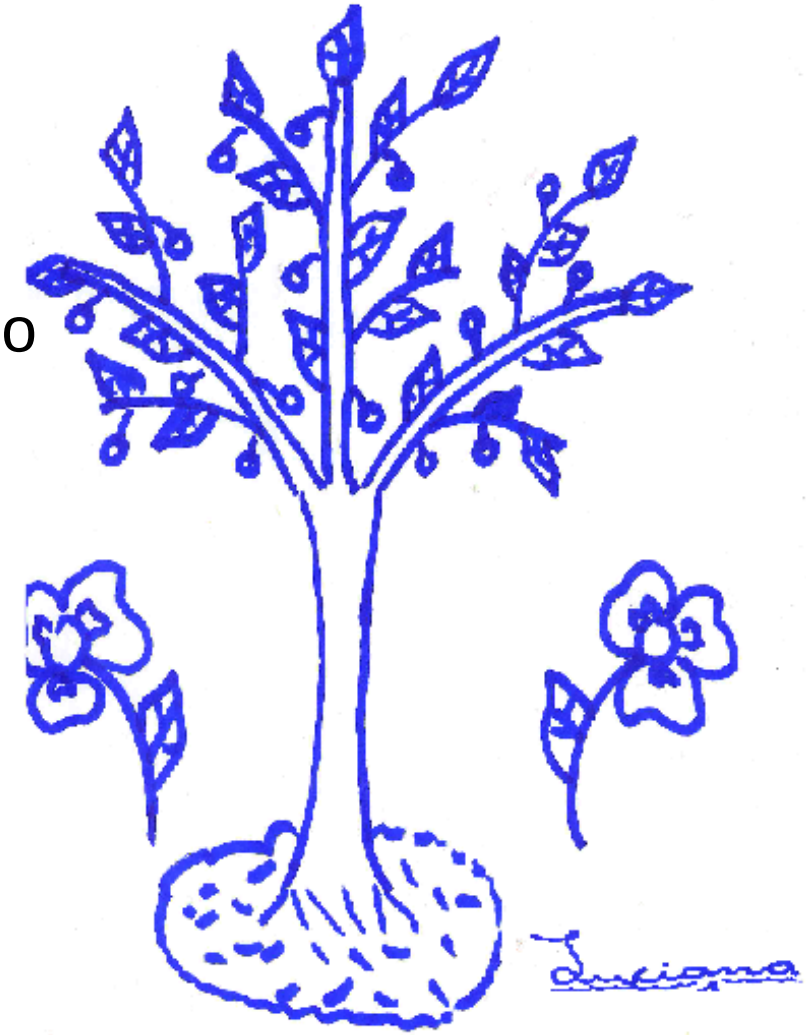


7 – Fazer parcerias

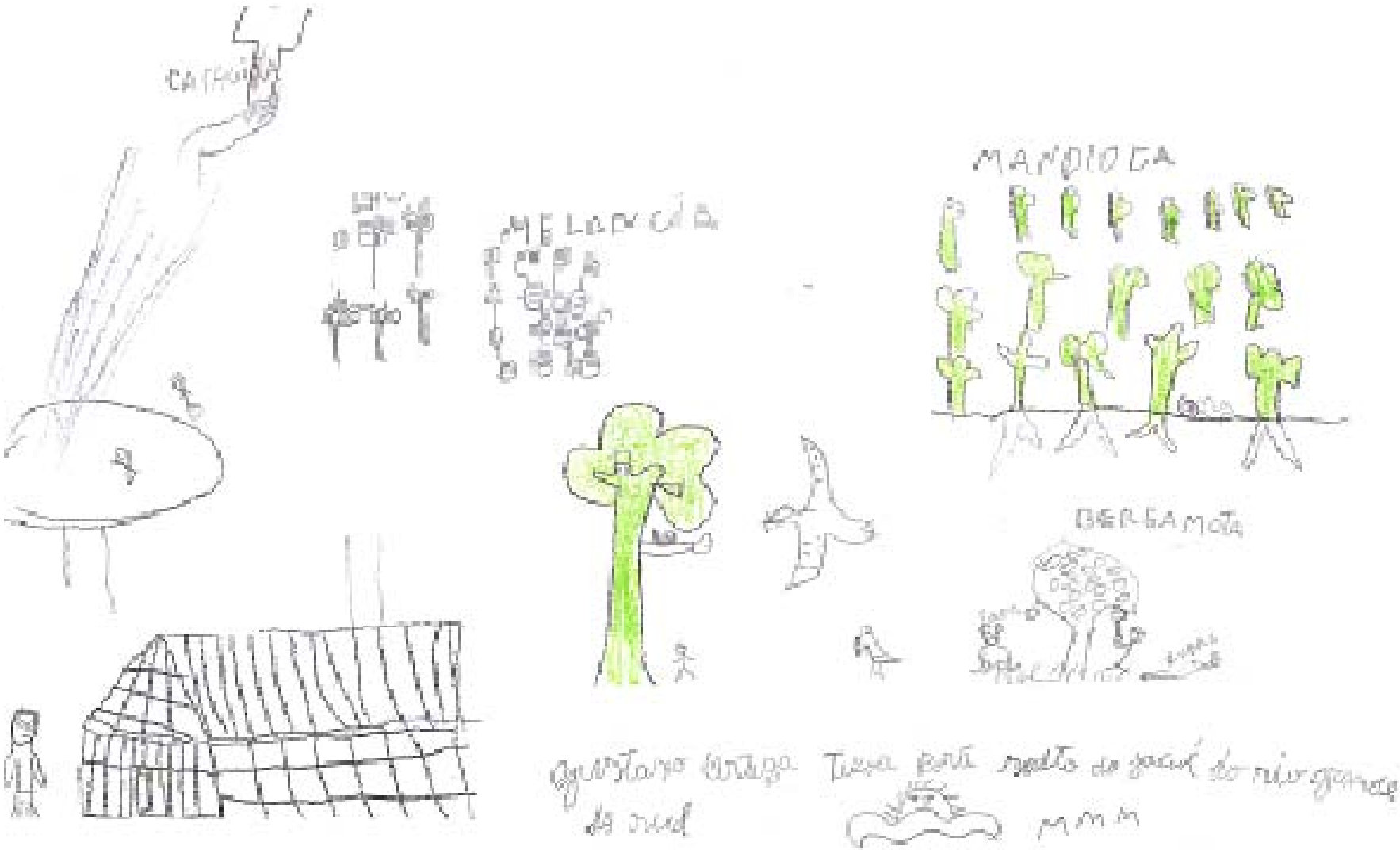
Fazer parcerias para desenvolver o turismo na aldeia tem aspectos positivos e negativos que precisam ser pensados. As parcerias podem ajudar a melhorar a estrutura para receber turistas e facilitar o contato e a divulgação. É importante que os acordos feitos com os parceiros atendam aos interesses e às necessidades da comunidade.

Possíveis parceiros:

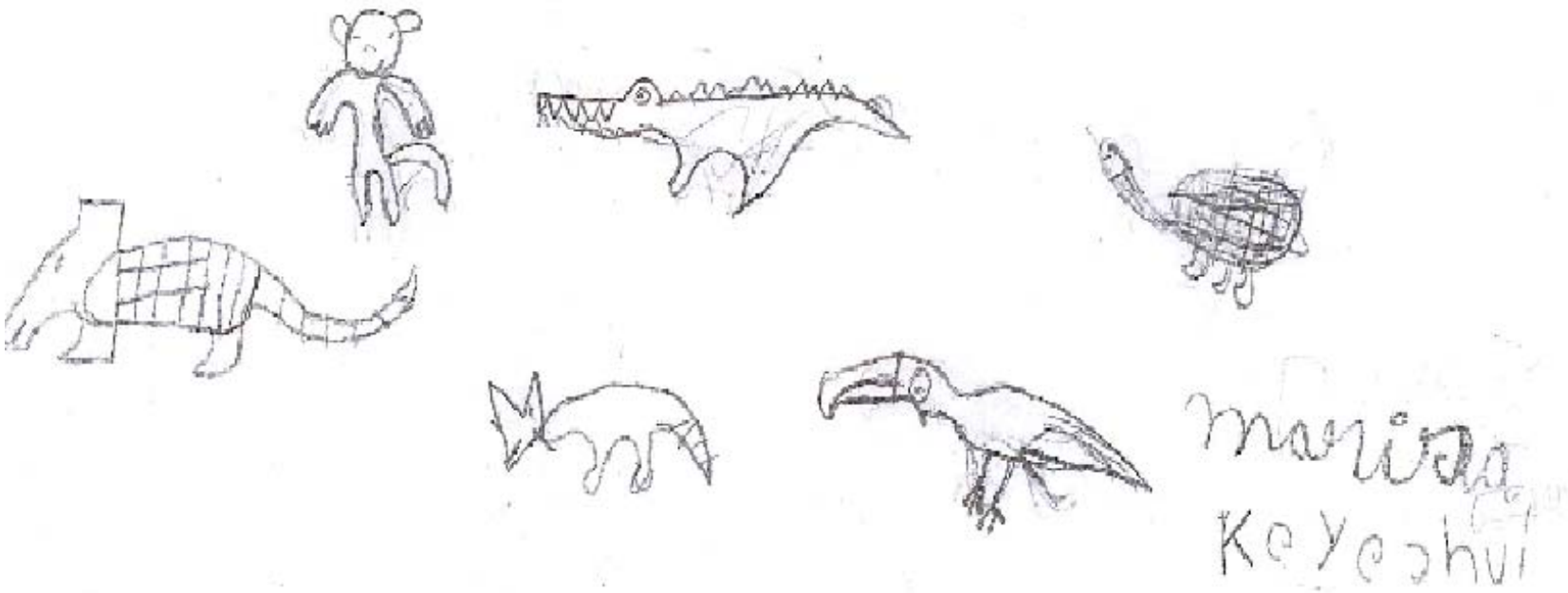
- Secretarias municipais e estaduais
- Instituições Federais, como Ministério da Cultura, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo e outras.
- Museus e outras instituições Históricas e Culturais
- Funai
- ONGs
- Universidades
- Empresas privadas



8 - Como divulgar



Depois de tanto planejamento, é importante pensar em como atrair turistas e divulgar este projeto. Existem muitas formas de fazer contato com possíveis turistas. Uma forma é fazer cartazes ou panfletos, apresentando o roteiro e localização da aldeia. Também pode divulgar através da internet ou contato com escolas e agentes de turismo. É bom lembrar que os turistas que gostarem do passeio vão indicar para seus amigos.



9 - Turismo e geração de renda

O turismo pode trazer dinheiro e benefícios para a comunidade, mas não é suficiente para substituir outras fontes de renda já existentes. É importante pensar como vai ser distribuído e utilizado esse dinheiro na comunidade. É bom lembrar que para o projeto não acabar parte do dinheiro precisa ser utilizado no próprio projeto.

Proposta de Roteiro para o Turismo no Tekoa Porã

Durante o Encontro sobre Visitação e Turismo em Terras Guarani, as lideranças de diversas aldeias trabalharam juntas para montar um roteiro que servisse de exemplo. O roteiro apresentado neste livro foi feito para o Tekoa Porã – Terra Indígena Salto do Jacuí. Outras comunidades podem usar este roteiro como exemplo e mudá-lo de acordo com suas necessidades.

1. Receber os turistas e dar informações sobre como eles devem se comportar na aldeia
2. Usar um mapa para mostrar a distribuição da aldeia e o roteiro de visitação
3. Apresentar a casa de reza
4. Fazer caminhada na trilha e conhecer as roças
5. Antes de visitar a cachoeira, conversar com os turistas sobre medidas de segurança e preservação da natureza.
6. Visitar uma casa
7. Realizar uma palestra sobre a cultura Guarani
8. Exposição e venda de artesanato
9. Apresentação do grupo de canto e dança

Juruakuéry nas Aldeias Guarani: Dicas e orientações para receber visitantes - 2010
Projeto Valorização do Mundo Cultural Guarani

Organização e Edição : Adriana Queiroz Testa, Louise Prado Alfonso e Marcos Tupã

Textos: Lideranças Guarani

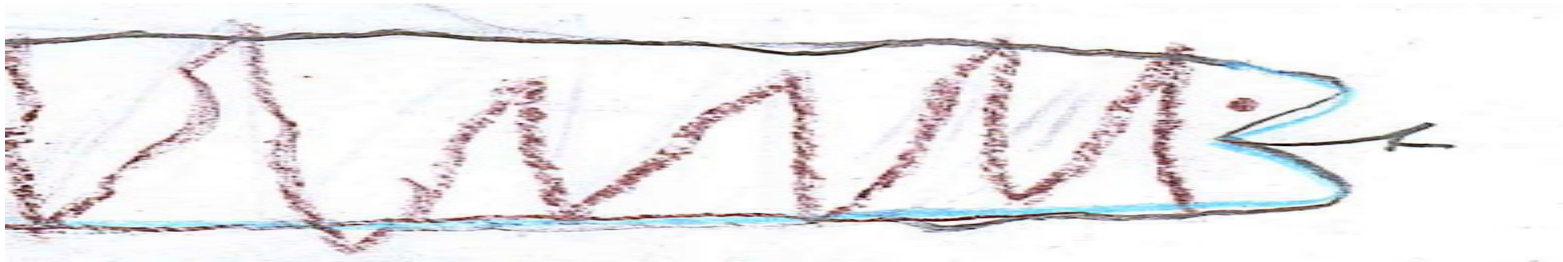
Desenhos: Crianças Guarani Aldeia Tekoa Porã Salto do Jacuí, RS

Fotos: Maria Inês Ladeira, Eliza Castilla e Carolina Schneider Comandulli

Realização: Centro de Trabalho Indigenista – Programa Guarani

Coordenação: Maria Inês Ladeira

Apoio: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo.



Realização: **Apoio:**

CTI Centro de Trabalho Indigenista

MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y DE COOPERACIÓN aecid

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Anexo 8 – Cartilhas Turismo 2

Visitação nas Aldeias Guarani

Sumário

Apresentação	1
Introdução	2
Yvy Rupa	3
Prepare sua visita	4
O que levar para a visita?	6
Chegue à aldeia com respeito e vontade de aprender	8
Deixe os preconceitos do lado de fora	10
Preste atenção às orientações recebidas	12
Saiba por onde anda	14
Pode tirar fotos?	16
Respeite a natureza	18
Valorize o artesanato Guarani	20

Apresentação

Esta publicação é resultado do Encontro sobre Visitação e Turismo em Terras Guarani, realizado em novembro de 2009 na aldeia Tekoa Porã, município Salto do Jacuí, RS. O Encontro é parte do Projeto: "*Valorização do Mundo Cultural Guarani*", uma parceria entre o Centro de Trabalho Indigenista, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo. Tal encontro surgiu com a finalidade de executar as demandas apresentadas pelas aldeias no RS contempladas no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Comunidade Mbya-Guarani, concluído em 2007.

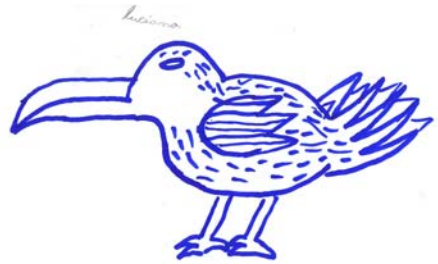
Participaram desse encontro lideranças Guarani de diversas aldeias no estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, assim como representantes da Argentina. Nesta ocasião, promoveu-se um debate e a avaliação das atividades relacionadas ao turismo e à visitação de pessoas não indígenas nas Terras Guarani, visando à definição de estratégias comuns para vivenciar e otimizar estas experiências com maior autonomia e sustentabilidade

.

Este material foi produzido pelos Guarani com o intuito de oferecer orientações básicas para turistas e visitantes, tendo em vista que a falta de informação tem sido apontada pelas lideranças como um dos principais obstáculos à realização e bom aproveitamento da visitação às aldeias.

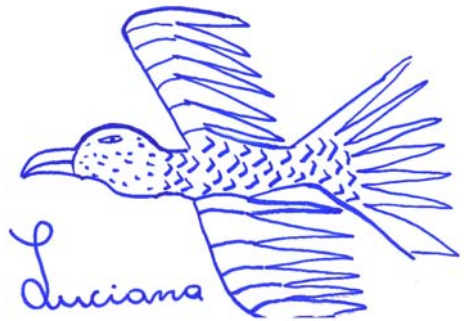
Cada texto é ilustrado com desenhos das crianças da Aldeia Tekoa Porã.

Introdução



Este material foi produzido pelas lideranças Guarani para ajudar o turista a aproveitar melhor sua visita às aldeias. Nossas comunidades têm muito interesse em receber bem os turistas, divulgar nossos conhecimentos, história e cultura, assim como definir formas sustentáveis de desenvolvimento turístico. Para tanto, organizamos roteiros e atividades e nos preparamos para a sua visita.

Boa leitura e bom passeio.



YvY Rupa

Nós Guarani vivemos num território que conhecemos como Yvy rupa e se estende pelo sul e sudeste do Brasil e regiões do Paraguai, Argentina e Uruguai. Mesmo com todas as estradas e construções que foram feitas, dividindo nossas aldeias, continuamos mantendo nossas relações com todos os parentes que vivem nesse território.

Temos nossa própria história, cultura e língua e desejamos compartilhar um pouco desses conhecimentos com vocês. A seguir estão algumas palavras e expressões que vocês podem usar quando nos visitarem.

Javy ju – bom dia

Nhandekaruju – boa tarde

Reiko porã pa? – como vai?

Aiko porã – estou bem.

Aveté – obrigado.

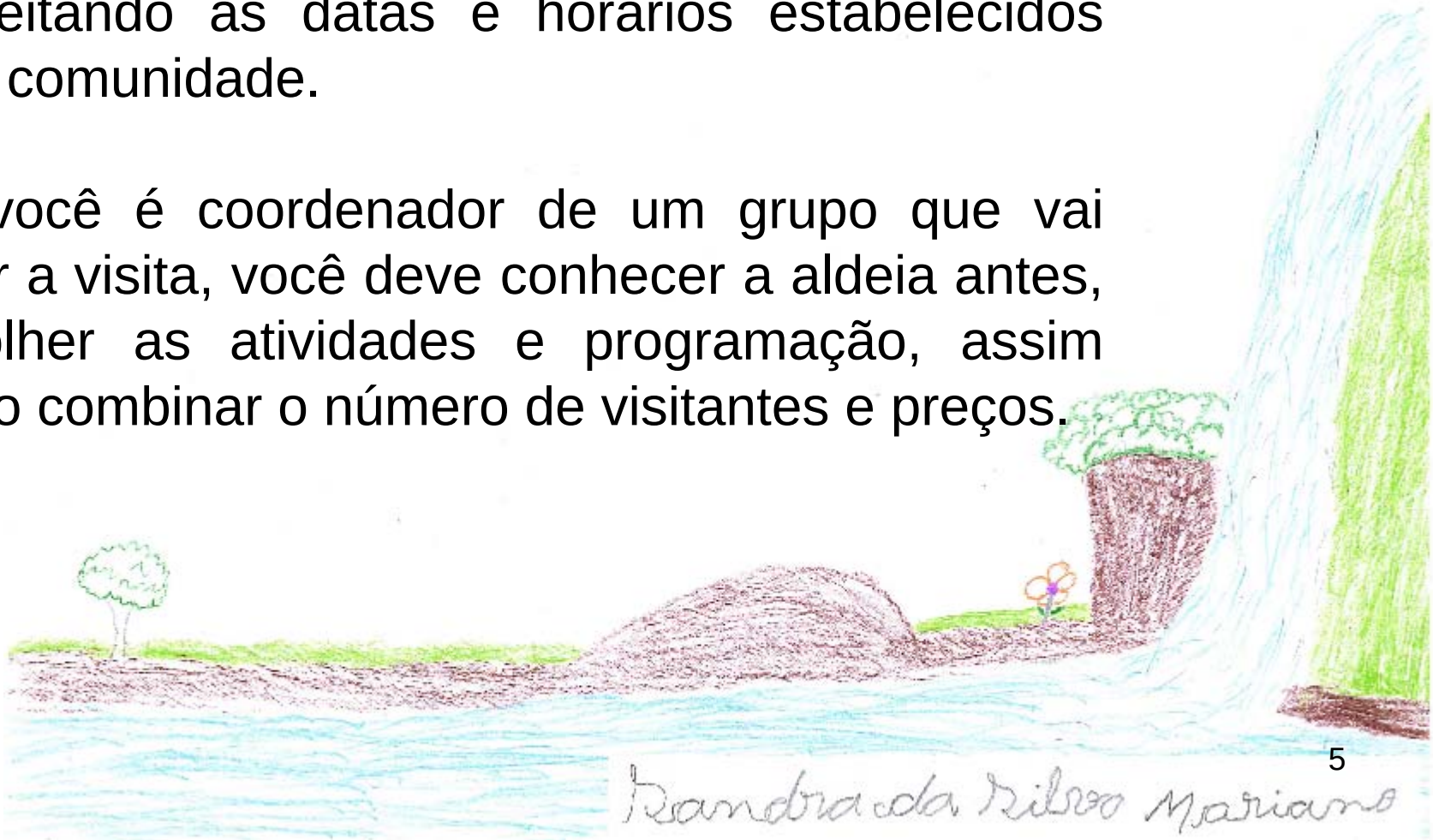
Xe'e aaju ma – eu já vou embora.

Eguatá porã – faça uma boa viagem!

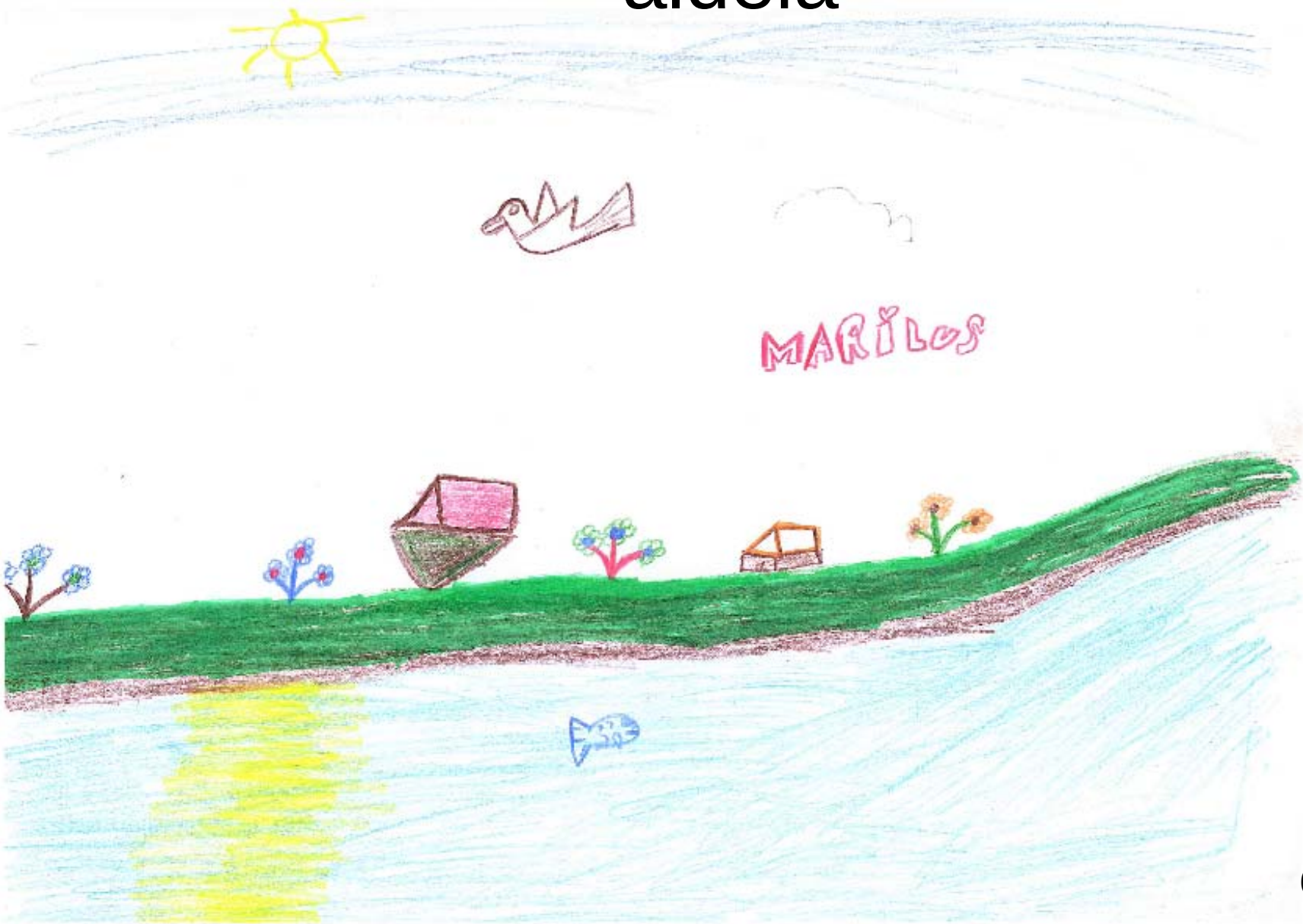
Prepare sua visita

Você que vai visitar ou levar um grupo para conhecer uma aldeia Guarani precisa se preparar e ter algumas informações em mente para aproveitar melhor esta oportunidade. É importante agendar sua visita com antecedência, respeitando as datas e horários estabelecidos pela comunidade.

Se você é coordenador de um grupo que vai fazer a visita, você deve conhecer a aldeia antes, escolher as atividades e programação, assim como combinar o número de visitantes e preços.



O que pode e não pode levar à aldeia



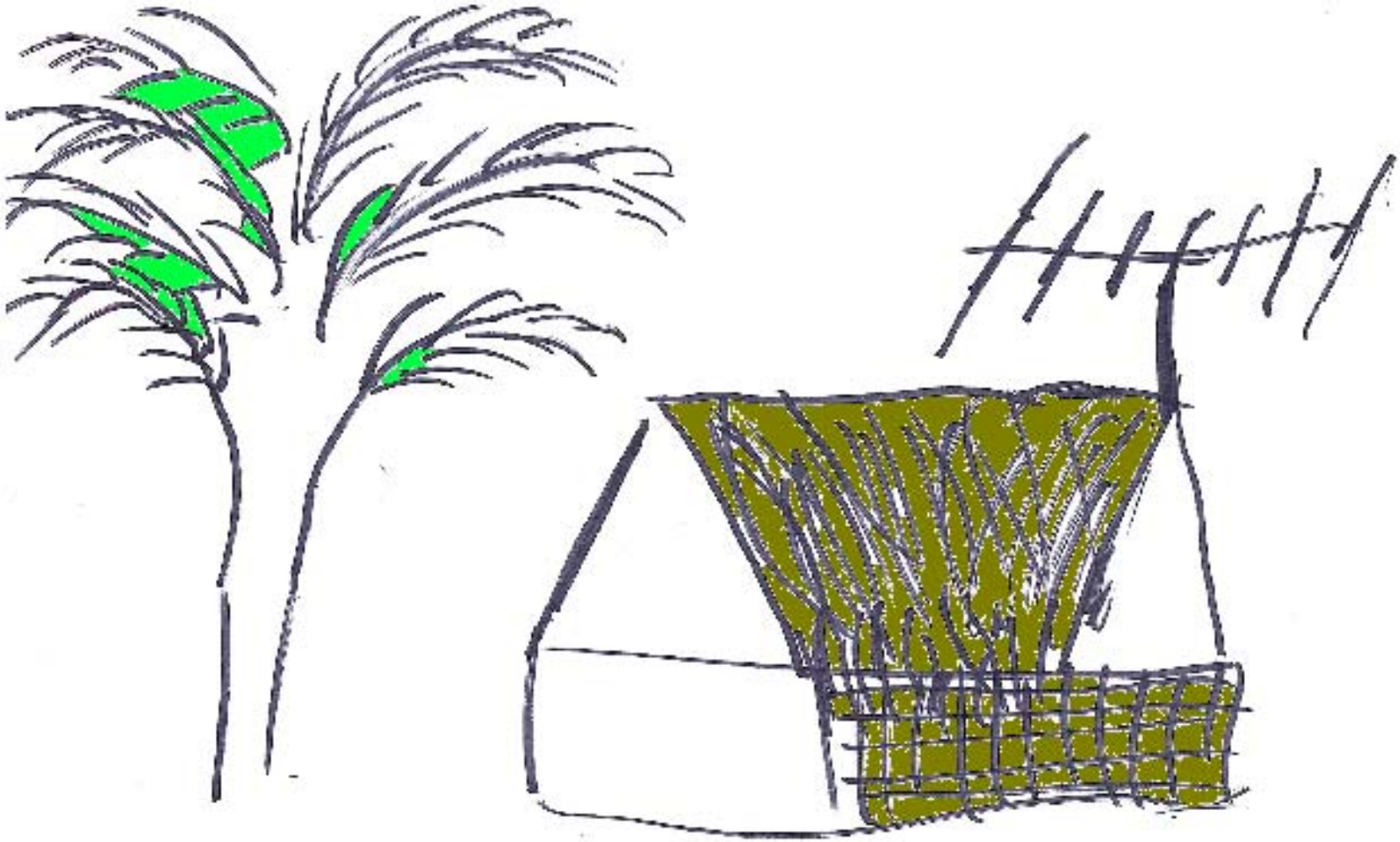
Antes de fazer a visita, se informe sobre objetos, produtos, alimentos e bebidas que podem ou não ser levados ou distribuídos na aldeia. Procure aprender sobre e respeitar as tradições alimentares guarani.

Use roupas leves e calçados confortáveis para aproveitar melhor os passeios oferecidos.

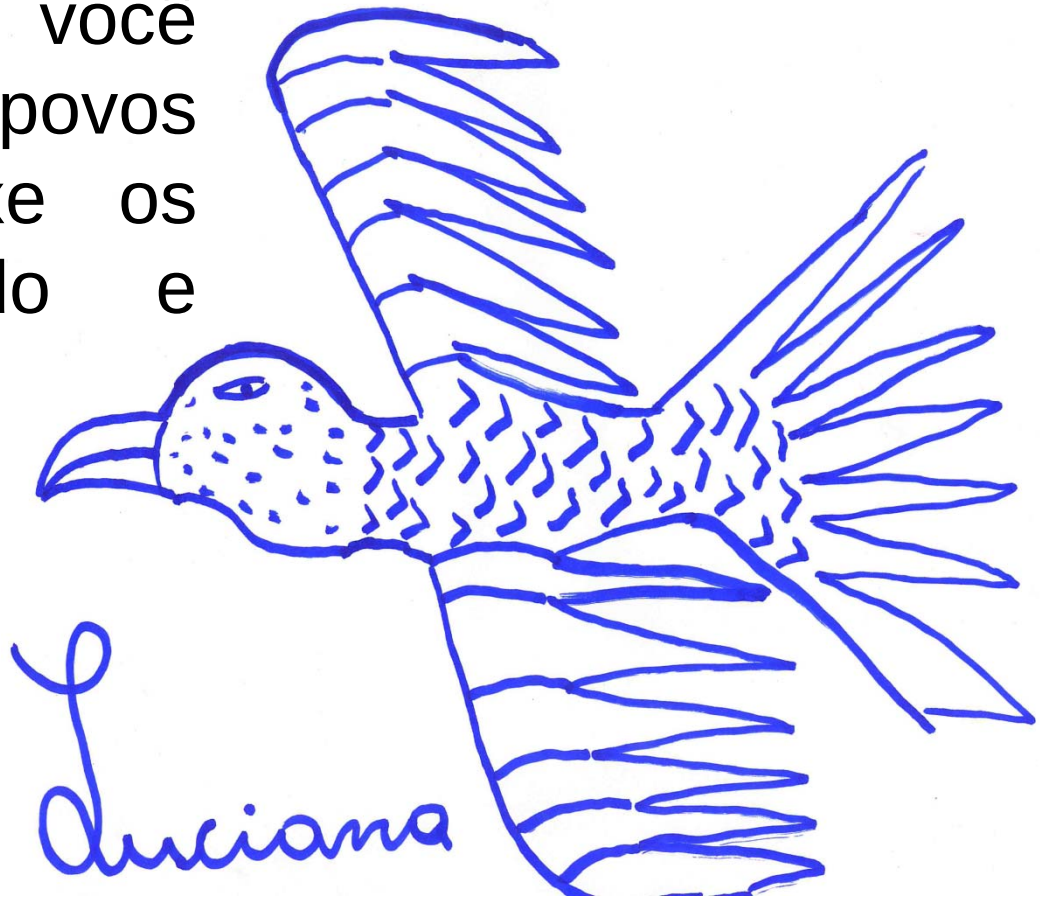
Chegue à aldeia com respeito e vontade de aprender

Nós Guarani temos nossa própria cultura e história e, portanto, podemos ensinar muitas coisas que não se aprendem na escola ou nos livros. Portanto, vá de mente aberta e amplie seus conhecimentos.

Deixe os preconceitos de lado



Esta visita pode ser uma excelente oportunidade para repensar muito do que você aprendeu sobre os povos indígenas, então deixe os preconceitos de lado e aproveite.



Preste atenção às orientações recebidas

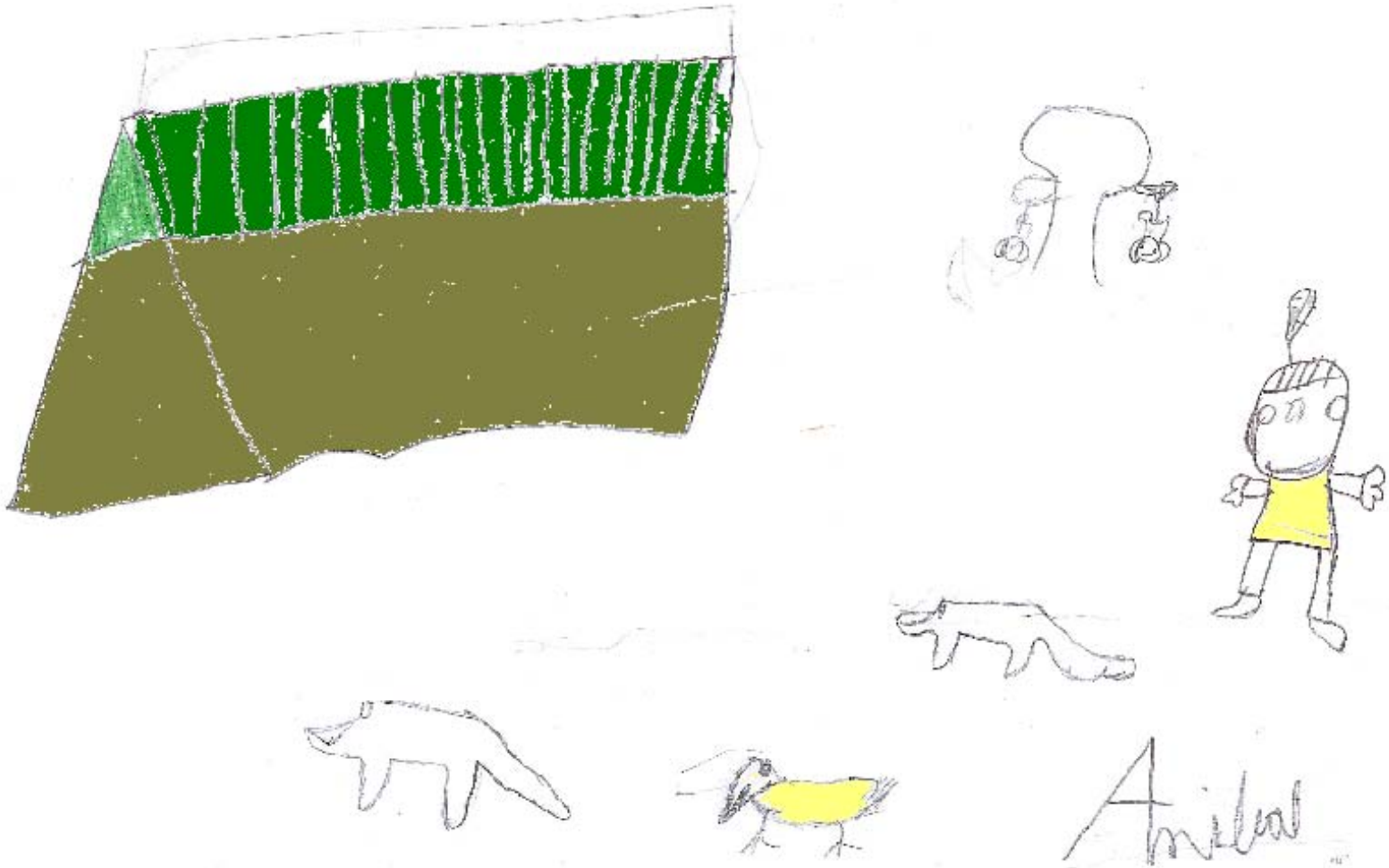
Como em qualquer passeio ou atividade turística, a visitação em aldeias, também segue regras que precisam ser respeitadas para a segurança e o benefício de todos, portanto, esteja atento às orientações dos guias locais.

Veja por onde anda

Cada comunidade tem o direito de estabelecer um roteiro de visitação e definir lugares que não são permitidos a turistas para preservar sua privacidade. Então, se informe com os guias locais sobre os lugares que podem ser visitados ou não.

Pode tirar fotos?

Depende. É necessário pedir autorização aos guias e lideranças antes de fazer qualquer filmagem, gravação ou tirar fotos e respeitar os locais e circunstâncias em que isto é proibido.

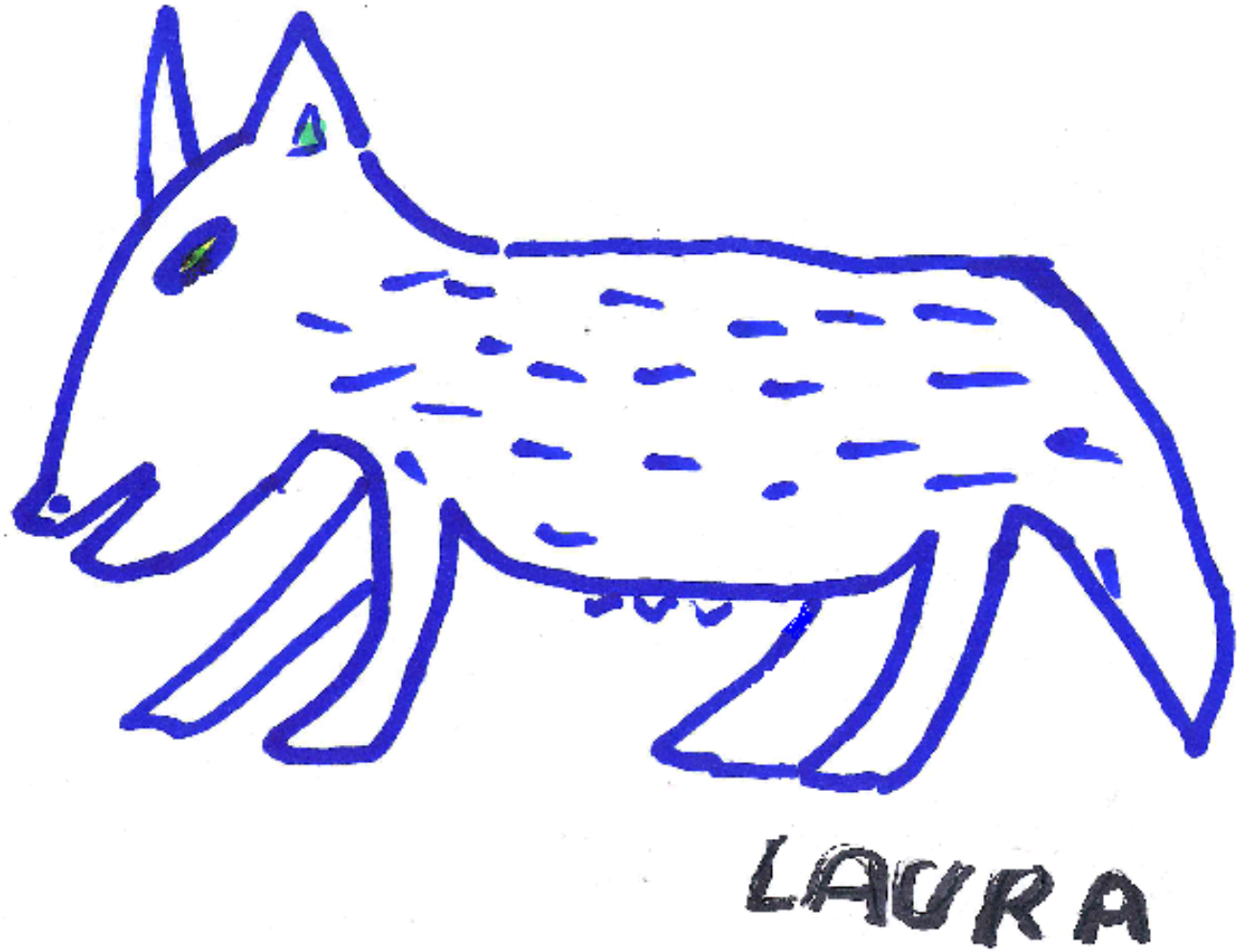


Respeite a natureza

Nossas aldeias estão no bioma mata atlântica, e essa mata exuberante é cuidadosamente cultivada e protegida por nós.

Portanto, contribua para a sua preservação. Não jogue lixo e não retire espécimes de flora e fauna da mata.

Valorize o artesanato Guarani



A aquisição de artesanato produzido nas aldeias contribui para a valorização da arte guarani e geração de renda. Não perca a oportunidade de comprar uma lembrança e levar presentes originais.

Visitação nas Aldeias Guarani - 2010
Projeto Valorização do Mundo Cultural Guarani

Organização e Edição: Adriana Queiroz Testa, Louise Prado Alfonso e Marcos Tupã

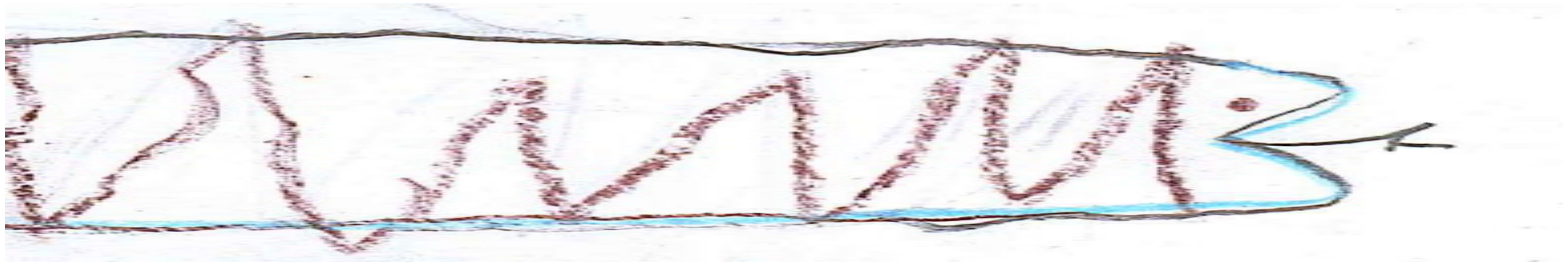
Textos: Lideranças Guarani

Desenhos: Crianças Guarani Aldeia Tekoa Porã Salto do Jacuí, RS

Realização: Centro de Trabalho Indigenista – Programa Guarani

Apoio: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo.



Realização: **Apoio:**

CTI Centro de Trabalho Indigenista

MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y DE COOPERACIÓN aecid

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Anexo 9 – Cadernos de imagens – Encontro sobre Visitação e Turismo em Terras Guarani

A Aldeia Guarani Tekoa Porã, localizada no município de Salto do Jacuí, RS atrai turistas por suas belezas naturais.

Represa Salto do Jacui, RS

Encontro sobre visitação e turismo em Aldeias Guarani. Tekoa Porã, novembro de 2009.

Coral da Aldeia dá as boas vindas aos participantes. Encontro sobre visitação e turismo em Aldeias Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Coral da Aldeia dá as boas vindas aos participantes. Encontro sobre visitação e turismo em Aldeias Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Coral da Aldeia dá as boas vindas aos participantes. Encontro sobre visitação e turismo em Aldeias Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Reunião de apresentação dos participantes. Encontro sobre visitação e turismo em Aldeias Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Apresentação dos participantes. Encontro sobre visitação e turismo em Aldeias Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Sr. Turíbio, ancião da Aldeia Itapoã conta suas experiência sobre visitação turística. Encontro sobre visitação e turismo em Aldeia Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Apresentação dos jovens. Encontro sobre visitação e turismo em Aldeia Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

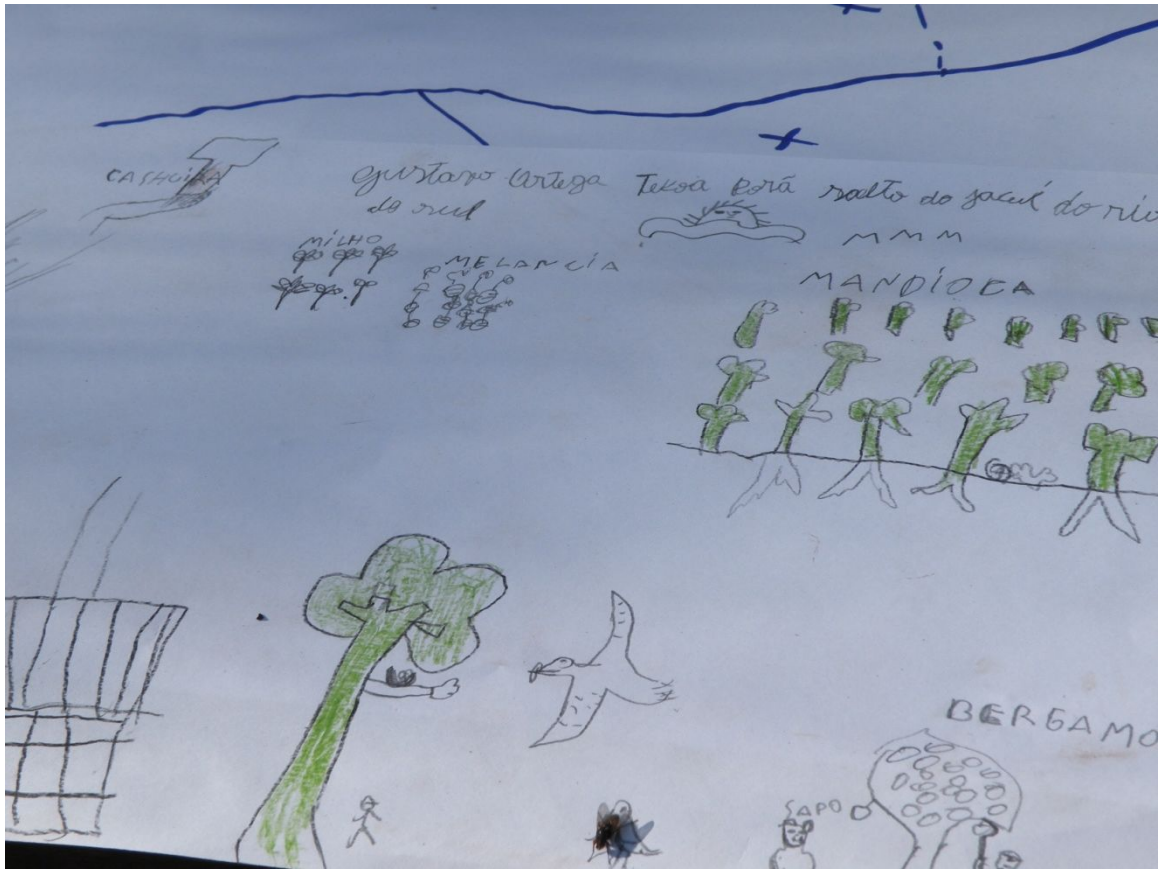
Apresentação dos participantes. Encontro sobre visitação e turismo em Aldeia Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em Aldeia Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Sr. Luis Natalício, cacique do Tekoa Porã, distribui material para o encontro sobre visitação e turismo em Aldeia Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Sr. Luis Natalício, cacique do Tekoa Porã, distribui material para o encontro sobre visitação e turismo em Aldeia Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Oficinas de trabalho durante o Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.



Desenho elaborado por criança durante Encontro sobre visitação e turismo em Aldeias Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Oficinas de trabalho durante o Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Participação dos mais velhos durante o Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Oficinas de trabalho durante o Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Crianças desenham durante encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Registro audiovisual foi realizado pelos próprios Guarani. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Crianças desenham durante encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro entre lideranças de diferentes aldeias. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro entre lideranças de diferentes aldeias. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro entre lideranças de diferentes aldeias. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Tour no Tekoa Porã, visitantes tiveram a oportunidade de conhecer o roteiro apresentado aos turistas. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Tour no Tekoa Porã, visitantes tiveram a oportunidade de conhecer o roteiro apresentado aos turistas. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Tour no Tekoa Porã, visitantes tiveram a oportunidade de conhecer o roteiro apresentado aos turistas. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Tour no Tekoa Porã, visitantes tiveram a oportunidade de conhecer o roteiro apresentado aos turistas. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

O encontro contou com a participação de autoridades locais. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

O encontro contou com a participação de autoridades locais. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Leitura de documento preparado pelos Guarani às autoridades locais. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Foram exibidos filmes sobre visitação em Terras Guarani. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Coral da aldeia se despede dos visitantes. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Jovens apresentam dança do xondaro. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Jovens apresentam dança do xondaro. Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani. Tekoa Porã, Salto do Jacui, novembro de 2009.

Cacique Luis Natalício, lê material sistematizado a partir do Encontro sobre visitação e turismo em terras Guarani, realizado em novembro de 2009.

Oficinas de apoio aos saberes e práticas artesanais Guarani

Anexo 10 – Documentos elaborados pelos Guarani durante a oficina ao IPHAN

ALDEIA KOENJU, 04 DE JUNHO DE 2010

À FUNAI
AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

NÓS, COMUNIDADE GUARANI, VIMOS POR MEIO DESTA SOLICITAR QUE SEJA CRIADO O GRUPO DE TRABALHO PARA A IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DA MATA SÃO LOURENÇO, YGUA PORÃ, KARRÓ E ESQUINA EZEQUIEL, POR ENTENDERMOS QUE ESSAS ÁREAS SÃO DE OCUPAÇÃO HISTÓRICA E TRADICIONAL DE NOSSO POVO GUARANI E É IMPRESCINDÍVEL A GARANTIA DA OCUPAÇÃO E DO USUFRUTO EXCLUSIVO DESSAS ÁREAS AO NOSSO POVO GUARANI.

ESPERAMOS PROVIDÊNCIAS COM AGILIDADE.

HÁ EVETE KATU!

nome	aldeia
Vhará Poty	Canta galo
Aldo Ferreira	Tekoa Koenju
Patricia Ferreira	Tekoa Ko'enju
Maria Ortega	Tekoa Porã
Marcos Benites	Tekoa Porã
Adilson Astúrico	Tekoá Porã
Alexandre Ortega	Tekoá Porã
Jair gonçalves	Tekoá Porã RS
Cristino Franco	Tekoa Koenju
Leonardo Ortega	tekoa Porã
Pará vera Vitalino	Teko Porã
Raimundo ortega	Tekoa. Koenju
Suzana Ferreira	Tekoa Koenju
Márcio. da Silva	Karaty Mato Preto/RS
Melida paredes	TEKOA KOENJU
Marlene Benite	Tekoa Guavira.ty/RS
Augusto Moraes	Tekoa Guavira.ty/RS
[illegible]	[illegible]
Professor Pedro da silva, Justino [illegible]	
Aldeia Bambaiguinha, Rosane [illegible]	
[illegible] RS	Aldeia [illegible]
Rosel da Silva	Aldeia Jaguapiru - TI BP
Antonia Teixeira	Piguaçu - TI SP

Edu gonçalves Tekoa porã RS
Marin Acosta Terra da guas Porã RS
Fatima Santiga Tekoa porã RS
Vanessa Natalício Tekoa porã RS
Edilson Fernandes SP
Maria Silveira SP
Ralf Duarte Tekoa porã RS
Silvio Aquiles Evangelino Aldeia Peguaoty SP
Nicanor Benites Tekoa Koenju RS.
ELZA OTTEGA

[illegible] RS.
[illegible] SP
[illegible] SP
[illegible] SP
[illegible] SP
[illegible] ARAUCARIA - RJ

[illegible] ARAUCARIA - RJ
[illegible] ARAUCARIA - RJ
[illegible] RS
[illegible] SP
Leandro Silveira. VICE. CACIQUE TEKOÁ PORÃ RS

Sam Ariel Ortiga Cacique da Tekoa Kõ'ã ŋ'ã S Miguel dos M.
ARIEL SANCHEZ: TEKOA ÝAKÁ PAÚ

Anexo 11 – Alguns depoimentos Oficina Artesanato Koenju

Alguns Depoimentos – Oficina de Apoio às Práticas Artesanais – Tekoa Koẽ´ju

Dionísio Duarte – Tekoa Tamandua, Misiones, Argentina

Peço licença a cada um de vocês, eu simples mortal aqui na terra me dirijo com palavras terrenas que nem ao menos sei se são certas, mas tenho certeza que hoje é um dia abençoado para cada de nós aqui presente, e espero que todas estejam com os mesmos pensamentos e idéias e que "*nhanderú tenondegua*" e "*nhandexy e tenondegua*" dê a cada um de nós forças para que todos que hoje estão aqui e também para os que estão em suas aldeias a possibilidade de viver nesta terra cheia de armadilhas do destino. Que os mais velhos e os *xeramõi* tenham cada vez mais forças para que nós continuemos a viver melhor em nossas comunidades... (…)

Nossos parentes são poucos hoje e devemos dar valor aos *xeramõis* que estão em suas aldeias, em suas *Opy* (casa de reza) e que recebem forças por meio delas, todos vocês tenham em seus corações um pensamento de paz e respeito com seu próximo... E que a força de Jakáira esteja com cada um de nós. (…)

Muitos aqui ainda estão em fase de crescimento e que aprendam cada vez mais a importância de ser o que somos (um guarani) e valorizem o conhecimento que herdamos com nossos antepassados e continue mantendo. Peço isso a todos os "*xondaros e xondarias*" que estão aqui presentes que passem estas mensagem aos mais novos e aos seus parentes, não somente para quem é daqui, mas para todas as aldeias aqui representadas por suas lideranças.

Sandro Ariel Ortega, Tekoa Koẽ´ju, São Miguel das Missões, RS

Acho que todos conseguiram chegar bem aqui graças à proteção de *Nhanderu* e seus guardiões, mesmo às vezes com um pouco de dificuldade, mas isso é uma coisa que os mais velhos estão sempre passando para nós, e tanto minha avó quanto meu avô tentavam passar um pouco deste conhecimento (…)

Agora que estou crescido e vou tendo uma visão mais profunda sobre o mundo e a vida me arrependo de não ter conseguido ter aprendido mais com eles, mas digo que nós jovens podemos sim aprender mais a cada dia. (…) Bem eu da minha parte eu irei falar sobre o que vai acontecer a partir de hoje aqui, o que estará acontecendo durante esses dias: um evento de oficinas de artesanato, mas sinceramente não sei qual nome podemos dar a e esse tipo de acontecimento em guarani, acho que podemos dar um outro nome, é meio complicado, mas o juruá dá esse nome. Então podemos aproveitar esse momento aqui para que os mais velhos falem um pouco sobre o artesanato entre outras coisas, pois de uma forma ou outra podemos ver que isso é uma prática meio esquecida, às vezes não, mas pouco praticada pelos jovens (…) porque isso é importante demais, esse encontro, na verdade não me importo muito com o nome pelo qual o *jurua* chama se é oficina de artesanato ou outro... E vocês mais velhos tem a oportunidade de ver e rever seus parentes depois de muito tempo às vezes e trocar experiências com as lideranças de outras aldeias, repito que devemos usar esse momento para nos fortalecer.

Augustinho da Silva – Tekoa Araponga, Paraty Mirim, RJ

(…) Bem na verdade aqui estamos falando de uma coisa que vamos usar como uma colher para pegar o alimento, antigamente se utilizava isso para quando chegassem pessoas de outras aldeias. Os *"xeramõi*" partilhavam os alimentos servidos nestas cuias para depois ela ser dividida entre as pessoas ali presentes. Hoje se ouve muito falar em prato e colher... Traz "*Nhe mbé*" todas essas palavras não são nossas. Agora como se falava essas palavras antigamente? "*Karo*" copo por exemplo, tudo isso era feito somente com este material, os pratos, colheres e copos, assim quando chegava pessoas de outras aldeias já tínhamos o que precisávamos para dar alimentos a eles depois da viagem.

(…)

E Isso era muito utilizado para se colocar e buscar água das nascentes, às vezes para sua casa e outras vezes para *xeramõi* poder tomar chimarrão, era para isso, é o nosso balde água!

Agora sobre isso quero perguntar às meninas que estão aqui, para serve isso que estou segurando, vocês sabem?

- Não sabemos não senhor! (meninas)

Então isso aqui é uma peneira para quando vocês forem fazer uma farinha de milho… Fazer o que?

- *Rora!* (meninas)

Fubá, não! Fubá não é nosso! O nosso é "hu`ixi"... Você vai peneirar o milho socado no pilão até ela virar farinha e fazer hu`ixi para servir ao seu marido.

Sr Luis Euzébio – Tekoa Peguaoty, Sete Barras, SP

Então aqui estou plantando esta muda bem aqui na aldeia do cacique Ariel e quero dizer que esta plantinha é bem pequena ainda, mas um dia ela vai crescer e dar muitos frutos. As folhas vão ficar maiores podendo ser utilizada para fazer cobertura de casa, como forro de camas e também servir de esteira para as mulheres mais velhas enquanto elas estiverem na fogueira tomando chimarrão. E o palmito vocês podem consumir de várias formas como com mel, puro, com polenta de milho ou até mesmo fubá industrializado que o sabor e o mesmo ou ela assado... O tronco dela podemos usar para criar "yxo" larvas comestíveis durante a lua nova (…) e se o tronco já estiver bastante resistente podemos usar para fazer paredes das casas também ou fazer um "Angu`apu" ou atabaque, eu trouxe isso para vocês verem e na aldeia onde eu moro trabalho com esta planta aqui que estão vendo aqui, moro em Peguaoty (…)

Plantamos aqui acho que foi umas 200 mudas, como eu disse estou contente com isso, pois isso vai dar frutos mais tarde e vai ser bom porque além dela ter estas funções também tem outras (…) estou realmente feliz de estar fazendo isso aqui na aldeia do cacique Ariel espero que vocês também estejam contentes com este trabalho que está acontecendo aqui... E que

todos possam cada vez mais estar feliz e contente e que "Nhanderú Nhamandú" ilumine cada um de vocês todos os dias para viver intensamente e por enquanto tudo que eu tenho para dizer a vocês muito obrigado!

Sr. Aniceto, Tekoa Porã, Salto do jacui, RS

Agora vou mostrar para vocês algumas das flechas que usamos para caçar porco do mato, quati entre outros, essas flechas são feitas com material muito resistente e precisam ser bem trabalhados (...) Como vocês chamam isso que está aqui? Isso é o que chamamos de "*Pindó`y vi*" é própria para isso, cada flecha dessas, como eu disse, deve ser cuidadosamente bem preparada. O cordão dela também é feito com este material que é as fibras do coqueiro, mas também fazem o cordão da rabeca. Esse é o "*Yvyra tai*" com esta madeira nós podemos fazer "*Popyguá*" as varetinhas usada pelos xeramõi ou até mesmo o cajado para ser usado durante as rezas e os rituais da Opy perante ao altar.

Sr. Dionísio Duarte,

Aqui vamos brincar de "Mangá" (peteca) e espero que as palhas estejam prontas para serem usadas e que já tenham feito o "kagui jy" também! Eu brincava muito quando eu era criança. Ah sim, a gente fala brincar, mas é somente você ficar com ela no ar por muito mais tempo que os outros e não deixar cair no chão é isso e divertido.

(…)

Agora sim está pronto, bem crianças se aproximem aqui porque já podemos brincar com ela. Vamos fazer uma demonstração aqui: o nome disso aqui e *manga* muito usado pelos nossos antepassados como forma de diversão é também para manter a forma dos jovens, mas ela também lhes dá benefícios como integração social com os demais membros da aldeia e os guerreiros brincam em volta da Opy do mesmo jeito que os guardiões de Nhanderu brincam em seu lugar sagrado, vejam aqui como que se joga com ela prestem muita atenção !

Jovem

Como o Senhor consegue transformar essa palha em uma corda?

Sr. Luis Euzébio, Tekoa Peguaoty, SP

Então ela é preparada como se fosse uma farinha de milho no pilão porque temos tirar esse excesso de miolo dentro dela, é claro que devemos fazer isso depois de secar ela no Sol, ir aos poucos desfiando ela com uma madeira preparada especificamente, e quando ela arrebentar o que devemos fazer? Bem ai então, depende muito artesão para artesão, uns preferem usar os dedos dos pés outros usam algum suporte, mas só que tem uma técnica especial para conseguir juntar. O segredo e ir testando ela, como você faz isso! É bem simples, peguem ela com a mão e vão sentindo, onde estiver mais grosso ou mais fino deve ser reparado para que

fique do mesmo tamanho do restante da corda, mas olhem bem como ela é feita para que quando vocês forem fazer não se esqueçam dos detalhes de cada uma das peças. Se conseguirem lembrar de todos os passos com certeza vão fazer um ótimo trabalho, caso contrário, se prestarem atenção em alguns detalhes poderão se perder durante a preparação do artesanato.

Renato, Pindoty, Pariquera-açu – SP

Estou muito contente que hoje estamos todos aqui reunidos, é muito importante para nós estarmos aqui reunidos com as pessoas mai velhas, os *xeramõi* e *xejaryi*... Que faz parte de nossa tradição essas conversas com eles, mas estamos deixando isso meio que de lado, pelo menos em São Paulo vejo que é mais assim porque lá temos às vezes horários a cumprir nos encontros e colocarmos isso até para os mais velhos, mas percebo que isso é coisa de *jurua*... Nunca ouvi falar que tínhamos horários para fazer as coisas, principalmente para ir para *Opy* não se falava em sair por exemplo as 22:00 hr, porque os *xeramõi* ficavam na Opy até onde eles achavam que deviam ficar...

Bem como eu já falei antes com você quero repetir que estou aqui para falar sobre como é feita a rabeca, bem na verdade não sei exatamente com devo começar (…) Principalmente sobre o uso do "*Mbaraka*" (violão) e "*Rave*" (rabeca), sempre dizem em filmes e documentários que é de uso *jurua* e que aprendemos a tocar e usar com eles como mostra no filme "A Missão". Que os jesuítas estão ensinando os Guarani e aquela história toda, mas sempre defendo de que se nós guarani sempre tivemos os instrumentos e que os nossos antepassados sempre usavam, então eles que aprenderam com a gente, porque sempre se ouviu falar neles.

Eu sei que todos aqui sabemos disso, mas estão aqui os mais velhos que podem nos falar sobre isso melhor e achei também que é importante falar sobre isso vai nos fortalecer ainda mais espiritualmente... E gostaria que um deles falasse sobre isso e de como isso era feito antigamente pelos nossos antepassados, mas como eu disse minha opinião é essa que sempre ouvimos falar nos instrumentos, desde os tempo mais remotos de nosso povo, acho que isso é uma coisa muito nossa... Bem acho que se todos chegassem mais perto aqui podemos falar mais e fazer um trabalho mais rápido, cheguem mais perto favor, sim claro vamos chegar mais pessoal...

(…)

Anexo 12 – Certificado de Participação Oficina Artesanato Koenju

Certificado

Certificamos que o Sr (a) _____ *participou da Oficina de Apoio às Práticas de Artesanato, promovido pelo Projeto "Valorização do Mundo Cultural Guarani Mbya", na Terra Indígena Inhacapetum, Município de São Miguel das Missões, RS, de 30 de maio a 05 de junho de 2010.*

São Miguel das Missões, 05 de Junho de 2010

_____

Realização:

CTI
Centro de Trabalho Indigenista

Apoio:

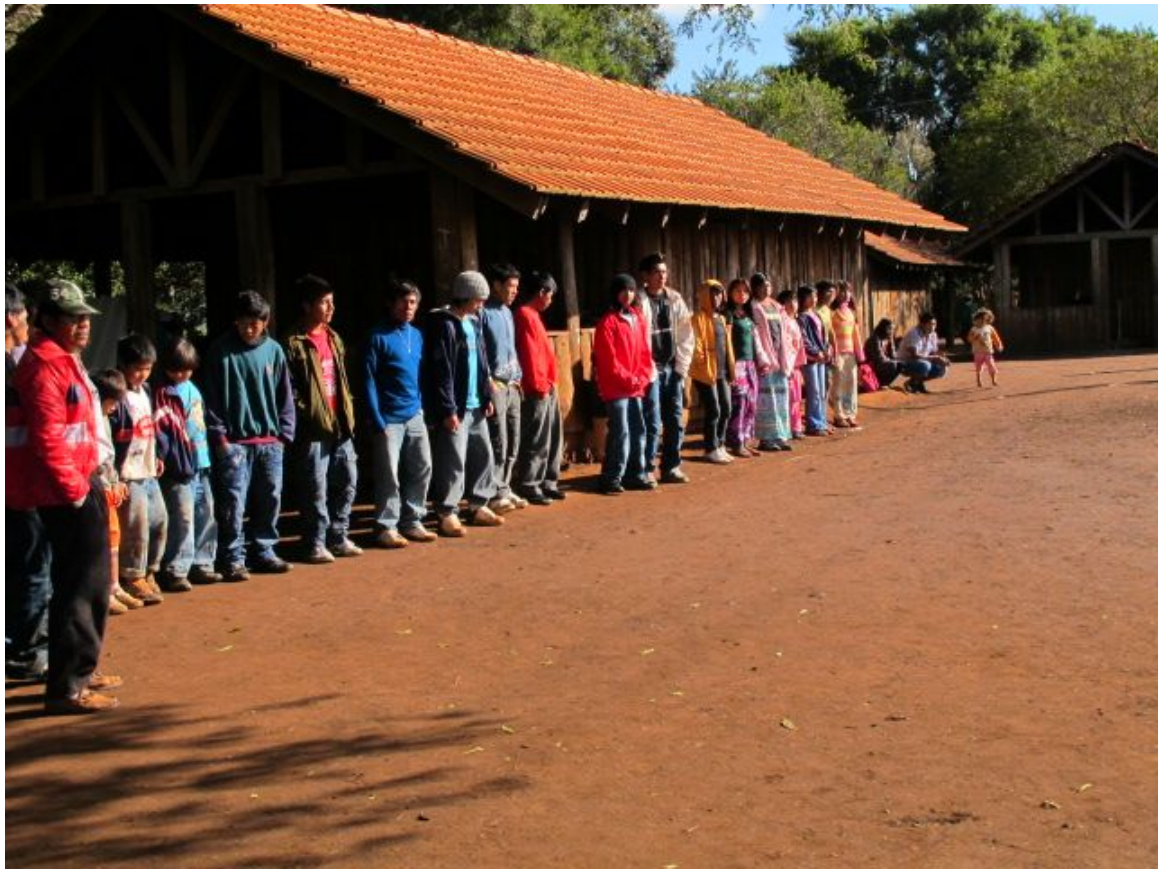
MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y DE COOPERACIÓN
aecid

IPHAN
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Cultura

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Anexo 13 – Cadernos de imagens – Oficina de apoio à práticas artesanais Guarani Mbya – Tekoa Koenju



Tekoa Koenju

Jovens participantes da Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Koenju,São Miguel das Missões, RS.

Cirilo, cacique do Tekoa Anhetengua, Viamão, RS. Oficina de Artesanato realizada em junho de 2010 na Aldeia Koenju,São Miguel das Missões, RS.

Encontro dos anciãos de diferentes localidades: Tekoa Koenju (RS), Tekoa Tamandua (Argentina) e Tekoa Guyraitaipu (RJ) durante Oficina de artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Apresentação da 12º SR IPHAN e Escritório técnico de São Miguel das Missões durante Oficina de Artesanato realizada em junho de 2010 na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Matéria prima utilizada para a confecção de objetos na Oficina de Artesanato realizada em junho de 2010 na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Matéria prima utilizada para a confecção de objetos na Oficina de Artesanato realizada em junho de 2010 na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Sr. Dionísio Duarte, Tekoa Tamandua, Argentina, dá as boas vindas aos participantes da Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Xeramõi Dionísio, Tekoa Tamandua, Argentina, explica sobre o *taquarogue* (folhas da taqura) utilizada para fazer a *yxy* (tinta corporal tradicional) durante a Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Preparação da taquara para a confecção de *ajaka* (cesto) durante a Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Base para o trançado do *ajaka* (cesto Guarani). Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Trançado do *ajaka* (cesto Guarani). Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Trançado do *ajaka* (cesto Guarani). Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Xeramõi Dionísio, Tekoa Tamandua, Argentina, explica sobre o *guembepi* (cipó) utilizado para fazer diversos trançados. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Preparação do *guembepi* (cipó) utilizado para fazer diversos trançados.
Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Trançado do *ajaka* (cesto Guarani). Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Acabamento do *ajaka* (cesto Guarani). Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Avaxi, milho tradicional Guarani.

Crianças participam das atividades de preparação dos alimentos tradicionais. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Criança debulha *avaxi* (milho tradicional Guarani. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Preparação da *avaxi kui* (farinha de milho). Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Milho sendo socado no *angua* (pilão). Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Mulheres socando milho no *angua* (pilão). Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Avaxi kui no *angua,* farinha de milho no pilão. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Sr. Dionísio Duarte fala sobre a importância e os usos da *Yakua,* cabaça.
Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Karugua, recipiente feito a base de cabaça utilizado para comida. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Avaxi kui karugua py: farinha de milho no recipiente para comida. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Kaguy ju, bebida fermentada tradicional Guarani. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Jovens demonstram interesse pelo conhecimento dos mais velhos.
Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Dona Irma, do Tekoa Porã, Salto do Jacui, fala sobre a matéria prima para a confecção do M*imby,* flauta Guarani. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Mimby, flauta Guarani. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Irma ensina jovens a tocarem a *Mimby.* Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Dona Elza toca a *Mimby*. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Jovens aprendem a tocar a *Mimby*. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Jovens aprendem a tocar a *Mimby*. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Kunhãtai Oipete Mangá: moça joga peteca. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Guyrapa ete: o arco e flecha tradicional. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

*Guyrapa ete (*arco e flecha tradicional): manejo de fibras naturais. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

*Guyrapa ete (*arco e flecha tradicional). Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Jovem manuseia o *Guyrapa ete (*arco e flecha tradicional). Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Ancião da Argentina fala sobre a *rave* (rabeca tradicional) durante Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Ancião da Argentina fala para os jovens sobre as origens da *rave* (rabeca tradicional) para jovens. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Ancião da Aldeia Koẽ´jũ fala sobre o *popygua´i* (varetas de uso ritual).
Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Tetyma´a kua: cordão feito à base de fios de cabelos de significados estéticos, sociais e cerimoniais na cultura Guarani. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Valdir, do Salto do Jacuí, ensina a fazer o *apyka (*assento tradicional Guarani). Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

A*pyka (*assento tradicional Guarani) tem uso ritualístico. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

A*pyka (*assento tradicional Guarani) tem uso ritualístico. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Crianças acompanham todas as atividades. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Ancião Argentino faz demonstração da dança do Xondaro durante Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Ancião Argentino faz demonstração da dança do Xondaro durante Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Ancião Argentino faz demonstração da dança do Xondaro durante Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Visita ao Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões, RS. Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju.

Ancião da Aldeia Koeju fala sobre as peças feitas durante a Oficina de Artesanato.

Jovem faz demonstração com o *ajaka ete* Guarani cesto tradicional no encerramento da Oficina de Artesanato da Aldeia Koenju.

Peças produzidas durante a Oficina de Artesanato na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Visitantes puderam fazer andanças pela mata e conhecer a Terra Indígena Koenju.

Foram plantadas 250 mudas de *Pindo ete,* Palmeira Gerivá: espécie muito apreciada pelos Guarani.

Pôr-do-sol na Aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Anexo 14 – Alguns depoimentos Oficina Cantagalo

Anexo 14 - Alguns Depoimentos – Oficina de Apoio às Práticas Artesanais – Tekoa Jateity

Sebastião Mirim Ju – TI Rio das Cobras, Laranjeiras do Sul, PR

Dessa semente de árvore as crianças de hoje já não conhecem mais, pois acabou as nossas matas, por isso em muitos lugares já não se conhecem mais. Essa semente é doce e ao mesmo tempo é amargo. Faziam os adornos de sementes para os *Xeramõi* usar, para colocarem no corpo. Quando usamos assim, já se reconhecia que era um *Xeramoi*. E colocavam assim, cruzados nos dois lado do corpo.

Sr João da Silva – Sapukai, Angra dos Reis, RJ

Vou falar sobre a minha aldeia para vocês ouvirem. Como é na minha aldeia, lá também é assim não é só aqui. Não é para vocês pensarem que estou falando daqui, na minha aldeia é assim também que eu vejo.

E tudo que cada um de vocês estão falando é verdade de como era o nosso costume. No início, de como os nossos *Xeramõi* cuidavam de nós. Alguns de nós ainda nos lembramos. Não são todos. É assim também que vejo as coisas, por que hoje temos mais problemas com os *jurua*.

É verdade mesmo, eu cresci no Rio Grande, a nossa aldeia era perto do Santo Angelo. Eu cresci lá, depois me mudei para Guarita, logo fui para Chapecó onde moravam meus aparentes, de lá para Rio de Janeiro onde vivo hoje. E lá na minha aldeia antiga, como disse agora o meu primo, a gente não conhecia *jurua*. A gente não vivia no meio dos *jurua*, não andávamos nas cidades. Só vivíamos na nossa aldeia. As *kunhã karai* sabiam e faziam os nossos alimentos tradicionais, a gente não precisava dos jurua. Eu não comia sal, fui comer isso depois de crescido, fui comer sal aos quinze anos. Elas cuidavam da gente, falando para nós: - Não se alimentem com sal xondaro kuery.

E a gente tinha medo, agora não é mais assim meus filhos já não tem medo. Agora já conhecem tudo, todos os alimentos que consomem eles compram no mercado.

E quanto aos nossos artesanatos, as nossas *Xejaryi*, os nossos pais não deixavam a gente vender. Artesanato como *Ajaka* era feito tudo para uso pessoal. Faziam o *Ajaka Revikue'i* para peneirar o milho socado, era só para isso, não era para vender na cidade. Tínhamos também *Yrupe guaxu* e esse já era outro tipo. *Yrupe'i* era para peneirar os alimentos socados, era para usar, não era vender.

Os arcos era para a gente usar nas caças no mato, e os arcos...

(…)

Agora já não sabemos mais dessas coisas, assim fazemos de qualquer árvore. Era assim para nós, e a corda do arco também fazíamos com muito respeito, usávamos fibra da palmeira Pindo, socavam no pilão e depois fiavam, e usavam madeiras e era muito resistente, então faziam isso de modo que não estragasse.

Agora infelizmente como falo para os meus filhos e como falou meu primo: hoje vocês fazem as coisas de qualquer jeito, colocam pena nos arcos e flechas, para que quando os *jurua* vejam achem bonito, antigamente não era assim. Para as nossas Xerjaryi nada era vender era tudo para uso pessoal.

Sebastião Mirim Ju – TI Rio das Cobras, Laranjeiras do Sul, PR

Esse é raíz de nó de pinho, e também as *Xejaryi* chamam de raíz de *kuri*, eu falo *Pinho Rapo*. Esse ainda não esta pronto, ainda não esta tudo ajeitado. Depois de pronto se coloca no fogo, e ai vai ficar parecido com verníz natural, vai ficar brilhante, meio transparente.

Porém hoje já ta muito difícil ter isso, na minha aldeia não tem mais. Depois que os fazendeiros entraram, levaram tudo. Levaram todos os *pindo rapo*.

(…) Então viemos para mostrar o trabalho dele, daqui a pouco vamos levar onde está o fogo, não pode deixar de encostar nas cinzas se não estraga. Tem que fazer com muito cuidado, vocês vão ver se faz, como os *jurua* falam tem que ter muita paciência para fazer.

Vitalina Borges, Tekoa Jateity, RS

Eu nem sei falar direito,tenho apenas algumas vasilhas feitas de cabaças usadas antigamente e que eu a uso até hoje, estes aqui fui eu que fiz e quando estou em casa eu ainda a uso. Este aqui serve para pegar caldos de tatu da panela, quando eu ainda era criança meus avós saiam para caçar então eu vi como utilizavam isso. Com este pegava caldos e misturavam com "avaxi ku'i" que estava nesta outra vasilha,assim eles se alimentavam. E este menorzinho serve para pegar sopa e "kaguijy" pelo menos eu vi assim e fiz assim e até hoje é assim que eu a utilizo.

E quando uma criança começa a se alimentar se fazia mistura de caldo de carnes ou apenas "avaxi ku'i" com água quente, meus avós diziam que isso não causava lombrigas na barriga de uma criança é um pouco sobre isso o que eu sei e fazia assim para meus filhos.

Eu usava desse jeito e ainda a uso, inclusive este aqui eu havia feito recentemente e especialmente pegar "caldo" de "tatu".

Rosa Bolantin – Rio das Cobras, PR

Assim como à senhora disse, estes realmente eram nossos pratos e copos que tínhamos para nós servirmos,e este "hy'a" vasilha de cabaça era chamada de "Ĩtã" que enchiam de "kaguijy" e depois levada para os mais velhos/anciões, junto levavam outra cabaça menorzinha em forma de colher "hy'a kuxa" que é usada para dividir e servir para outros. (…)

Se for índio legitimo guarani mbya consegue fazer apenas com uma casca de tatu um tipo de colher tradicional. (…)

E nas cestas que as mulheres fizeram agora a pouco colocavam "mbojape'i" pão tradicional que depois é levada para casa de reza para cerimônia, e só é amarrada com "avaxi pire'i" lá no centro da casa de reza. Este eram os costumes dos nossos ancestrais e esses ensinamentos ainda são mantidos por poucos de nós.

Kuaray Papa, Interlagos, RS

Meu nome é Kuaray Papa e minha aldeia tem o nome, que em português seria, “O sol nos dá saúde”, os não indígenas chamam de Interlagos. A aldeia fica no município de Osório, Rio Grande do Sul. Eu vou falar sobre uma coisa que me incomoda um pouco. É uma coisa que falo também para meus filhos. É sobre os DVDs e CDs. Os não indígenas queriam que fizéssemos um CD, mas como não sabíamos como trabalhar nisso, não fizemos isso e também não vamos fazer. Existem muitos DVDs e documentários falando sobre nossos pais verdadeiros: Jakairá, Nhamandu, Tupã, Karaí. Eu não acho isso bom. Nós temos que lembrar deles no momento em que estamos numa casa de reza. Se for para ficar num CD ou DVD, eu não quero participar. Se for para falar para os não indígenas, para eles colocarem no DVD, nós não vamos fazer. Eu não gostaria que nenhuma pessoa da minha aldeia fizesse isso. Se outros estiverem fazendo, eu não vou falar nada, mas eu acho que não estão indo para um bom caminho. Eu só quero dizer isso. Essa é minha única reclamação desses não indígenas. Isso é um desrespeito aos nossos pais criadores.

Dionísio Duarte, Tekoa Tamanduá, Argentina**:**

Eu vou falar um pouco só, porque não gosto de falar na frente de câmeras, filmadoras e gravadores, mas vou falar um pouco para ser gravado. Há muitos anos, eu tinha vindo de São Miguel, onde tem os nossos parentes. Eu voltei lá, onde tenho muitos netos, que são filhos dos meus filhos. Eu caminhei para lá para dar conselhos. Eu achei muito bom o trabalho dos jovens e das crianças. Também achei muito bom, porque mostramos um pouco de como é nossa cultura, não tudo, mas só um pouco. Foi por isso que eu fui lá. Eu estou gostando, sim, deste tipo de trabalho. Eu acho isso bom, porque é um modo de vida dos nossos mais velhos do passado. Nós somos apenas os filhos dos netos desses antigos, somos os poucos que restamos, e estamos preocupados com o passado. Acho bom relembrarmos isso, trabalhar com isso e mostrar para os jovens de hoje em dia, aqueles que nunca viram isso antes.

Meu sobrinho, Vera Poty me chamou de novo para este encontro e eu não vou dizer que está errado, porque é muito bonito esse trabalho dos jovens. De novo, acho que está saindo bem, como em São Miguel. Esse trabalho nunca terá fim. Eu acho muito bonito o

trabalho que vocês jovens fazem hoje em dia. Esse trabalho vai continuar enquanto o mundo estiver de pé. Por isso, é importante mostrar muitas coisas da nossa vida para os jovens pajés que estão aprendendo. É importante mostrarmos um caminho para eles se fortalecerem cada vez mais. Foi pensando nisso que eu alcancei esta aldeia, onde tem muitas crianças. Meu trabalho também não vai ter fim. Muitos jovens vão se tornar grandes caciques e pajés, nos substituindo depois que desaparecermos. Estou procurando jovens que possam se tornar pajés futuramente. Estou me concentrando nisso e rezando aqui para todos nós, para conseguirmos. Estou pedindo, apenas dentro de mim, para que todos tenham saúde, os mais velhos, os jovens e as crianças e as mais velhas.

Os grandes pajés do passado, que muitas vezes vieram para esta terra, para voltarem com seus corpos para nossa verdadeira casa, alguns deles deixaram seus corpos na terra. Depois, nasceram novas crianças. Somos apenas os netos dos filhos dos pajés do passado. Somos os que restaram. Estou falando um pouco sobre minha vida para vocês. E esse trabalho de vocês realmente vai ter um resultado, mesmo que poucos entendam e poucos se preocupem, realmente precisamos que isso seja feito. Eu vou continuar trabalhando com vocês jovens enquanto eu estiver vivo, para poder dar mais força para vocês. Essas são minhas palavras e eu agradeço.

Anexo 15 – Certificado de Participação Oficina Cantagalo

Certificado

Certificamos que o Sr (a) _____ *participou da Oficina de Apoio às Práticas de Artesanato, promovido pelo Projeto "Valorização do Mundo Cultural Guarani Mbya", na Terra Indígena Cantagalo, Município de Viamão, RS, de 18 de julho a 24 de julho de 2010.*

Viamão, 24 de julho de 2010

_____

Realização:

CTI Centro de Trabalho Indigenista

Apoio:

MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y DE COOPERACIÓN aecid

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Anexo 16 – Caderno de imagens – Oficina de apoio à práticas artesanais Guarani Mbya – Tekoa Jateity

Tekoa Jateity

Pré-produção: Construção de espaço para a Oficina de Artesanato que ocorreu em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Espaço construído para a Oficina de Artesanato que ocorreu em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Espaço construído para a Oficina de Artesanato que ocorreu em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Apresentação dos participantes da Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Definição da programação da Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Participação dos mais velhos na Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Registro audiovisual da Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Sr. Feliciano, ancião da Aldeia Araça´i, PR na Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Sr. João da Silva, ancião do Rio de Janeiro fala sobre o conhecimento Guarani. Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Jovens aprendendo sobre o *Mboy Yvaũ e Kapi´a*, colar de sementes Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Jovens aprendem técnica tradicional para furar as sementes de *Yvaũ* - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Sr. João da Silva fala sobre os colares de *Yvaũ e Kapi´a*, sementes tradicionais Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Jovens aprendem técnica tradicional para furar as sementes de *Yvaũ* - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Sr. Dionísio Duarte, ancião Argentino fala sobre a importância das sementes tradicionais *Yvaũ e Kapi´a* - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Técnica tradicional utiliza a tala do *Pindo ete (*palmeira gerivá) para furar a semente de *Yvaũ* - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Sr. Dionísio Duarte, ancião Argentino fala sobre a importância do *Yvaũ,* semente tradicional Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Sr. Dionísio Duarte, ancião Argentino fala sobre a importância dos colares tradicionais de *Yvaũ e Kapi´a* - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Diferentes *Petyngua*, cachimbos Guarani, trazidos por participantes do Paraná e ervas para misturar ao *Ka´a* (erva-mate) - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Petyngua (cachimbo Guarani) e nó de pinho, matéria prima encontrada em abundância no Paraná - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Sr. Dionísio Duarte fala sobre o *Petyngua*, cachimbo Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Jovem paranaense prepara o *Petyngua*, cachimbo Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Jovem paranaense prepara o *Petyngua*, cachimbo Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Falas também se remeteram a importância do *Petyn,* fumo Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Senhora do Tekoa Jateity mostra e explica sobre a *Yakua,* cabaças utilizadas para diversos fins.

Yakua, cabaças são utilizadas como recipientes para armazenar e manusear comidas e sementes.

Jovens aprendem trançado do *Ajaka,* cesto Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Jovens aprendem trançado do *Ajaka,* cesto Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Detalhe do trançado do *Ajaka,* cesto Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Confecção de *Ajaka,* cestos Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Sr. João da Silva, liderança Guarani explica fundamentos do *Ajaka,* cesto Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Matérias primas utilizadas para a confecção de *Yxy,* tinta colorida feita a base de flores, cascas, folhas e raízes.

Geraldo, liderança de Mbiguaçu, Santa Catarina, ensina a fazer as tintas naturais coloridas - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

A fabricação das tintas coloridas geraram grande interesse pelos jovens participantes.

Geraldo, liderança de Mbiguaçu, SC, mistura cascas, flores e folhas para fazer as tintas naturais coloridas - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Tingimento de taquara em tintas naturais coloridas - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Tintas naturais laranja e amarela feitas durante a Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Tiras de taquara tingidas pelas tintas preparadas durante a Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Construção do *Pari,* armadilha para peixes - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Construção do *Pari,* armadilha para peixes - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Pari, armadilha para peixes - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Detalhe do *Pari,* armadilha para peixes - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Mais velhos explicam sobre a construção e importância do *Angua,* pilão Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Jovens observam *Angua* em contrução, pilão Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Jovens observam *Angua* em contrução*,* pilão Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Mistura de mandui e avaxi (amendoim e milho)para fazer o *avaxi kui,* prato tradicional Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Irupẽ, peneira Guarani com milho e amendoim tradicional.

Jovens e crianças aprendem sobre a pilar no *Angua,* pilão Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Criança observando o *Angua,* pilão Guarani - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Senhora preparando o *avaxi kui* (prato tradicional Guarani) no *Angua* (pilão Guarani) - Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Muda de *pindo ete*, a palmeira gerivá, foi trazida por lideranças do Vale do Ribeira, em São Paulo e plantadas durante a Oficina de Artesanato realizada em julho de 2010 na Aldeia Cantagalo, Viamão, RS.

Anexo 17 –Avaliação de uma professora Guarani sobre as Oficinas de Apoio às práticas artesanais guarani

Anexo 17 – Avaliação de uma professora Guarani sobre as oficinas de Apoio às práticas Artesanais Guarani

Jera, Giselda Pires de Lima é professora Guarani da Aldeia Tenonde Porã, município de São Paulo, SP. Participou das Oficinas de Apoio às Práticas Artesanais Guarani na Aldeia Koenju e na Aldeia Cantagalo em junho e julho deste ano respectivamente.

"De uma forma geral, quanto a estas duas oficinas que teve no Cantagalo e Koenju eu enquanto professora guarani, que já faz algum tempo que estou buscando conhecer mais com nossos parentes na minha aldeia, conhecer mais a nossa sabedoria, dos conhecimentos do nosso povo guarani que é tão grande, mesmo sabendo e tendo certeza da minha pesquisa e da minha vontade de sempre querer saber e da minha vontade em perguntar para nossos avôs e nossas avós, sobre como as coisas funcionam e como se faz, meu conhecimento ainda é muito pequeno. Então para mim participar destas oficinas foi muito importante, diante de algumas dificuldades de juntar nossos avôs e avós em um local, de juntar pessoas que tem experiências e sabem fazer muitas coisas e conhecem muitas coisas, em fazer artesanato por exemplo, *kunhã kuery* que sabe fazer *ajaka, ava kuery* que sabem fazer *guyrapa*, de forma mais tradicional, que sabem fazer *ajaka*, mas não simplesmente saber fazer, mas que sabem dos fundamentos de como fazer, do que significa fazer isso, e porque fazer deste jeito, porque o trançado é assim, qual a representatividade deste conjunto ou da peça para a cultura guarani e ai participar disto e fazer isso acontecer como aconteceu, não é uma coisa que acontece todos os dias e para mim isso foi um grande aprendizado e ao mesmo tempo uma grande alegria poder participar disso, ter a oportunidade de ir lá ver e ouvir. E o que acontece bastante nestes momentos, eu acho que é um pensamento individual de cada um e uma constatação quando se fala em artesanato, ou quando se fala que o para falar disso, o conhecimento guarani vai falar de tudo, quando você sente que você sabe muito pouco ainda, e agente sente e sabe como essas coisas são importantes para o conhecimento do nosso povo ir a diante, então que nem para todos, mas para muitos, mesmo num grupo diversificado, para uns e outros é uma coisa muito importante de se sensibilizar com o conhecimento dos nossos avôs e avós, da falas deles, e devemos fazer também, não apenas ficar dizendo que antigamente se fazia assim, ou assado, quando eu era criança comia este tipo de comida, e mesmo com a dificuldade dos guarani em muitas aldeias de ter terra pequena, ou muitas aldeias não ter mais a oportunidade pra desenvolver algumas coisas voltadas a nossa cultura, então pensar em meios de como trazer isso de volta, de como introduzir isso de volta nas aldeias para que isso seja uma coisa contínua e que de fato aconteça de uma forma mais forte e que não fique só pairando nas falas das pessoas. Então de uma forma geral, vendo e sentindo isso na fala das outras pessoas também foi muito importante. Como disse eu enquanto professora, e os professores guarani, que tem como papel principal é de fazer valer a educação diferenciada e alem de estudar a cultura do Juruá você tem que valorizar a própria cultura né? E ai pra fazer isso, professor *kuery* tem que estudar conhecer também, então quando eu vou dar aula sobre *ajaka* para, então *ajaka* é pra isso, é praquilo, eu tenho que saber deste fundamental, saber da

importância que isso tem par nossa cultura, para poder passar isso para as crianças e para soar de uma forma mais verdadeira e para ficar para cada um o que é mais importante.

E pra falar a verdade, eu que tenho quase 30 anos eu vi coisas e ouvi coisas que eu nunca tinha ouvido e visto, então foi extremamente importante. Por exemplo, na Aldeia Koenju, fazia tempo que eu ouvia falando, os guarani antigamente faziam corridinha do *Pindo*, da fibra do *Pindo,* mas nunca tinha vista, e ai eu vi *xeramoi* fazendo com tanta facilidade, e de fato isso existe tem guarani e tem *xeramõi* que de fato sabe fazer ainda. Então isso foi muito importante.

Então, como professora e enquanto alguém que procura sempre fortalecer a nossa cultura, eu vejo que essas coisas vão se ampliando, como por exemplo na minha aldeia os jovens e as crianças vão obtendo mais conhecimento para trabalhar isso de forma mais forte. E uma outra coisa é que eu sempre quis aprender a tocar *mimby*, e aqui em São Paulo eu conhecia só duas mulheres que tocavam, lá do Rio Silveira e era uma coisa que eu pensava muito, e então eu havia pedido para elas me ensinarem, e era sempre depois, e nesta oficina eu encontrei uma guarani super tradicional, e eu mal terminei de falar para ela como eu queria aprender e de como eu me interessava e ela imediatamente se disponibilizou a me ensinar, e em pouco tempo eu estava tocando uma musica, eu fiquei muito contente, então eu consegui tocar uma musica.

Então eu voltei pra aldeia muito animada, eu já tenho alguma experiência em trabalhar este ponto do conhecimento, de procurar aprender mais, conhecer mais, passar isso pra crianças, mas depois desses dois encontros que eu participei, muitas coisas se fortaleceu dentro de mim voltado para a cultura Guarani. E depois de ver tantos *xeramois* e *xejaryis*, com suas falas dizendo a mesma coisa: da tristeza deles em não ver mais as coisas acontecendo como acontecia antigamente, da preocupação deles em ver esta cultura tão rica, estando sobrevivendo até hoje, mas hoje, agora, poucas pessoas estavam se preocupando em manter isso, e que eles estavam tristes. E quando eu voltei para minha aldeia, como não sou *xejaryi*, tenho minhas limitações, principalmente de conhecimento, mas diante do que eu podia fazer, principalmente depois destes encontros eu fiz, e estou fazendo, de promover conversas na escolas sobre a importância da nossa cultura, a importância da *Opy*, todos os *xeramois* e *xejaryis* em nenhum momento deixaram de falar que é nesse momento de *Opy*, que são proferidas as belas palavras, e é ali que a força guarani se mantém. E eu estou tentando fortalecer este lado, levando e fortalecendo as pessoas e os mais velhos que vão na *Opy*. E eu vou falar de uma coisa muito importante que esta acontecendo na Tenonde Porã, minha aldeia, no início deste movimento, no momento de ir pra *Opy*, de fazer as coisas na *Opy*, até então todos os encontros grande era quando tinha batismo da erva-mate, *nhemongarai*, como *Mbojape´i* que este ano também teve na aldeia, e quando não tem estas cerimônias não acontecia uma coisa tão intensiva na aldeia e ai e eu estou presenciando este novo momento, diante da preocupação dos *xeramois* e das nossas iniciativas, mesmo estando tão perto da cidade, vamos para a *Opy,* vamos se concentrar, vamos dançar, vamos rezar, e depois desses encontros, cada dia o numero de crianças e jovens na aldeia está aumentando e cada dia que passa está mais forte. E as falas de alguns jovens que participaram dos encontros na *Opy* e das oficinas de artesanato que eu estou fazendo, falou assim: eu to sentindo aqui dentro de mim que eu quero fazer muito *ajaka*, e que independentemente de ir viajar, eu quero muito

participar destes encontros e aprender e houveram muitas falas destes jovens, dizendo que sentiam… e teve uma outra fala de um aluno que faliu assim: é verdade, alem da nossa cultura que é bonita, e que temos que fortalecer também agente esta estudando e quando agente terminar o ensino médio, não vai ter vaga para todo mundo no CECI, na escola, no postinho (que são os três pontos que empregam os Guarani na aldeia) e ai sabendo fazer estes artesanatos, nos temos também como garantir um sustento na família, e citou como exemplo a Poty, que faz *ajakas* lindos e vende na beira da estrada e todos olham e vêem a beleza do trabalho e sempre compram e ai ele projetou esta idéia.

De modo geral, acho que para os jovens que estavam presentes e que ganharam o interesse em aprender e ouvir os *xeramõis* falando sobre as coisas da nossa cultura acho que foi muito muito bom, muito especial, vi coisas que eu só ouvia falar e que vi acontecer na minha frente."

Apoio à realização do *Nhemongaraí*

Anexo 18 – Caderno de imagens – Apoio ao Nhemongarai nas Tekoa Anhetengua, Tekoa Porã, Tekoa Koenju, Tekoa Yryapu

Reunião para programação do apoio ao *Nhemongarai* .Apoio à realização do *Nhemongarai*,realizada em agosto de 2010, aldeia Anhetengua, Porto Alegre, RS.

Opy´i para a ser reformada (cobertura). Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em outubro de 2010, aldeia Anhetengua, Porto Alegre, RS.

Coleta de capim para reforma de cobertura da *Opy´i.* Apoio à realização do *Nhemongarai*, realizada em outubro de 2010, aldeia Yryapu, Palmares do Sul, RS.

Coleta de capim para reforma de cobertura da *Opy´i.* Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em outubro de 2010, aldeia Yryapu, Palmares do Sul, RS.

Coleta de capim para reforma de cobertura da *Opy´i. Apoio à realização do Nhemongarai,* realizada em outubro de 2010, aldeia Yryapu, Palmares do Sul, RS.

Transporte de capim para reforma de cobertura da *Opy´i.* Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizado em outubro de 2010, aldeia Yryapu, Palmares do Sul,RS.

Opy´i com cobertura reformada. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em outubro de 2010, aldeia Anhetengua, Porto Alegre, RS.

Construção da caixa para coleta de Jataí. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em dezembro de 2010, aldeia Yryapu, Palmares do Sul, RS.

Extração de colméia de abelha jataí retirada do interior de uma árvore.
Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em dezembro de 2010,
São Miguel das missões, RS.

Extração de colméia de abelha jataí. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em dezembro de 2010, São Miguel das missões, RS.

Extração de colméia de abelha jataí para utilização do mel na alimentação após o *Nhemongarai,* e da cera durante o cerimonial para o batismo das crianças. Apoio à realização do *Nhemongarai*, realizada em dezembro de 2010, São Miguel das missões, RS.

Intercâmbio de sementes de milho tradicional guarani entre os caciques Augustinho e Cirílo, para alimentação no *Nhemongarai.* Apoio a realização do *Nhemongarai ,* realizado em agosto de 2010, aldeia Yryapu, Porto Alegre, RS.

Roça de fumo e milho tradicional guarani , plantados para o *Nhemongarai.* Apoio à realização do *Nhemongarai*, realizado em dezembro de 2010 aldeia Anhetengua, Porto Alegre, RS.

Roça de milho tradicional guarani , plantados para o *Nhemongarai.* Apoio à realização do *Nhemongarai*, realizado em dezembro de 2010 aldeia Anhetengua, Porto Alegre, RS.

Roça de milho tradicional guarani , plantados para o *Nhemongarai.* Apoio à realização do *Nhemongarai*, realizado em dezembro de 2010 aldeia Yryapu, Palmares do Sul, RS.

Preparo da farinha de milho para produção de *Mbojapé*. Apoio à realização do *Nhemongaraí,* realizada em janeiro de 2011, aldeia Anhetengua, Porto Alegre, RS.

Produção do *Mbytá (*bolo de milho utilizado durante o batismo no *Nhemongaraí*). Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em janeiro de 2011, aldeia Anhetengua, Porto Alegre, RS.

Preparo do *Mbytá* (assando). Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em janeiro de 2011, aldeia Anhetengua, Porto Alegre, RS.

Mbojapé preparado para alimentação durante o *Nhemongarai.* Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em janeiro de 2011, aldeia Anhetengua, Porto Alegre, RS.

Secagem do fumo para o *Nhemongarai* e preparo do *Guembé* para alimentação. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em janeiro de 2011, aldeia Anhetengua, Porto Alegre, RS.

Cacique Cirílo preparando amarração do *Guembé* para o *Nhemongarai.* Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em janeiro de 2011, aldeia Anhetengua, Porto Alegre, RS.

Reunião para programação do apoio ao *Nhemongaraí.* Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em agosto de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Antiga casa de reza da Dona Marcelina. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em agosto de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Antiga casa de reza do José. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em agosto de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Retirada de Taquaruçú para cobertura das casas de reza. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em novembro de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Reforma da casa de reza da Dona Marcelina. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em novembro de 2010 na Aldeia Porã Salto do Jacuí,RS.

Jovens produzindo o reforço da parede da casa de reza da Dona Marcelina. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em novembro de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Reestruturação da casa de reza do José. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em novembro de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Reforma da casa de reza da Dona Marcelina. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em novembro de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Jovens reestruturando a casa de reza da Dona Marcelina. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em novembro de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Casa de reza da Dona Marcelina parcialmente coberta. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em novembro de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Casa de reza do José terminada. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em novembro de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Dona Marcelina com a família. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em novembro de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Dona Irma (filha mais velha da Dona Marcelina) analisando a casa de reza. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em novembro de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

José (líder espiritual) com o professor Marcio afinando os instrumentos adquiridos. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em novembro de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Erva medicinal existente só no Rio Grande do Sul, levada para aldeia Peguaoty localizada em Sete Barras/sp. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em abril de 2010 na Aldeia *Porã*, Salto do Jacuí,RS.

Plantação de milho tradicional Guarani. Apoio à realização do *Nhemongarai* realizada em novembro de 2010 na Aldeia Porã, Salto do Jacuí,RS.

Reunião com a comunidade para definir as área que serão reflorestadas pelas ações do projeto. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em abril de 2010, aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Retorno do *xeramõi* Solano com remédios, sementes e gêneros alimentícios trazidos da aldeia Peguaoty (situada em Sete Barras/ SP). Apoio à realização do *Nhemongaraí*, realizado em abril de 2010, aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Intercâmbio de ramas de mandioca e batata doce tradicionais, entre a aldeia Koenju e Peguaoty. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em abril de 2010, aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Opy´i da Koenju concluída. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizado em setembro de 2010, aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Plantio de ramas de mandioca. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em abril de 2010, aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Plantio de ramas de mandioca. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em abril de 2010, aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Área de antigo pasto a ser reflorestada com espécies de uso alimentar, medicinal e em rituais. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em abril, aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Xeramõi Solano verificando o *Pari* (armadilha para peixes) feito no rio Inhacapitum. Apoio à realização do *Nhemongarai*, realizada em abril de 2010, aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Pari (armadilha para peixes) em funcionamento no rio Inhacapitum. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizado em janeiro de 2011, aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Intercâmbio de espécies de uso medicinal e alimentar entre as aldeias Peguaoty e Koenju. Apoio à realização do *Nhemongarai*, realizado em abril de 2010, aldeia Peguaoty, Sete Barras, SP.

Reunião com a comunidade, apresentando imagens áreas para ações de reflorestamento com as espécies de uso medicinal, alimentar e rituais. Apoio à realização do *Nhemongarai,* aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Plantio de palmácea da espécie Jerivá intercambiadas entre as aldeias Koenju e Peguaoty. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em abril de 2010, aldeia Koenju*,* São Miguel das Missões, RS.

Plantio de palmácea da espécie Jerivá intercambiadas entre as aldeias Koenju e Peguaoty. Apoio à realização do *Nhemongarai,* realizada em abril de 2010, aldeia Koenju, São Miguel das Missões, RS.

Ações de Salvaguarda Emergenciais

Anexo 19 - Mbojape Nhemongarai Aldeia Pinhal - PR

Descrição:

No período de colheita das diferentes espécies de milho guarani (*avaxi ete*), que ocorre entre os meses de janeiro a março, se comemoram os rituais de *Mbojapé nhemongaraí*. É também neste período que se fecha o ciclo do *Ara pyau* (tempo novo) e se inicia o *Ara yma* (tempo velho), que correspondem aos períodos que as pessoas não indígenas consideram primavera-verão e outono-inverno. O *Ara pyau* é marcado pela realização dos rituais de *Ka'a xaï*, que envolvem a erva mate, e inicia um novo ano no ciclo agrícola guarani. Neste período, que se estende até aproximadamente março, podem ser realizados vários tipos de rituais, dependendo dos recursos naturais, disposição e particularidades de cada *tekoa*. Estes rituais, assim como aqueles que encerram o ciclo, propiciam ocasião para intensa visitação e experiências de intercambio entre *tekoa.* É na finalização do *Ara pyau* e início do *Ara yma* que se celebram as colheitas e são guardadas as sementes para o próximo plantio.

Considerando a articulação entre os cultivos, os rituais e a temporalidade guarani e a importância disto, tanto em termos cosmológicos como no desenvolvimento do cotidiano, se propôs uma ação de salvaguarda emergencial que pudesse englobar estes aspectos e envolver aldeias de diversas regiões do sul e sudeste. Através da ação: "Mboajapé nhemongaraí", se buscou não apenas promover a realização de um ritual de importância fundamental para a cultura guarani, mas acompanhar o processo de produção deste, e, através da distribuição de parte das sementes reservadas para o próximo plantio, possibilitar que aldeias que estavam em falta destas pudessem dar continuidade ao plantio e estender a realização das atividades cotidianas e rituais a ele associadas para suas comunidades. O ciclo de plantio, colheita, consumo e reserva das sementes de milho pode possibilitar a continuidade desta ação ao longo de anos.

As aldeias situadas na Terra Indígena Rio das Cobras, nos municípios de Nova Laranjeiras do Sul e Espigão Alto – PR, possuem uma área que favorece a agricultura tradicional guarani, embora a ameaça e a pressão sejam crescentes devido à expansão da monocultura de soja por produtores regionais e o uso massivo e indiscriminado de agrotóxicos, contaminando não apenas as terras cultivadas pelos Guarani, próximas às plantações dos regionais não indígenas, como também os cursos de água que banham toda a região. No entanto, nestas três aldeias: Água Santa, Tapixi e Pinhal, há o cultivo de diversas espécies de milho guarani (*avaxi ete*), entre outros produtos agrícolas tradicionais. Após a colheita, uma parte do milho é usado para produzir os *mbojapé* (uma espécie de pão), outra é

mantida como farinha para consumo a longo prazo e uma terceira parte das sementes é conservada para o próximo período de plantio. É importante destacar que as sementes reservadas também podem ser compartilhadas com outras comunidades, geralmente seguindo as redes de trocas entre grupos de parentes ou aliados. As sementes reservadas também podem ser levadas por uma família quando muda de aldeia.

Muitas aldeias, principalmente na região sudeste, enfrentam dificuldades para manter o plantio do *avaxi ete,* principalmente por se localizarem em áreas diminutas, possuindo pouco espaço para a roça. No entanto, sempre se encontram famílias em busca das sementes, plantando-as em pequenos espaços próximos à sua moradia, e trocando-as com outras aldeias. Os processos vigentes de identificação de terras abrem possibilidade de ampliação das áreas disponíveis para plantio, o que anima os intercâmbios de espécies cultivadas e abre novas perspectivas para o fortalecimento da cultura guarani.

Esta ação de salvaguarda emergencial se caracteriza pela preocupação de se desenvolver algo que fosse extensivo, tanto em termos de participação, como em termos temporais. Por isso, trata-se de uma ação realizada numa Terra Indígena que reúne três aldeias e é relativamente próxima a outras aldeias paranaenses, de modo que moradores destas áreas puderam se organizar com certa facilidade para participarem da ação. Buscamos também ampliar a abrangência para um número muito maior de pessoas em outras regiões, principalmente, nas terras indígenas que enfrentam maiores dificuldades em dar continuidade à realização do plantio e dos rituais referentes ao *avaxi ete*. A questão temporal se faz presente de duas formas. Primeiramente, por se tratar de uma ação que integra um conjunto de práticas e conhecimentos relativos a diversas dimensões da cultura material e imaterial guarani, a participação de lideranças religiosas mais velhas foi uma prioridade estabelecida pelos próprios Guarani, apontado como uma forma de valorizar os conhecimentos delas, possibilitar o reencontro de parentes mais velhos que vivem em aldeias afastadas e investir em meios para a transmissão desses conhecimentos e práticas para as gerações mais novas. Por outro lado, se priorizou uma ação que não se encerrasse com a realização do evento em si, mas que propiciasse elementos para estender sua continuidade a outros espaços e momentos, como ocorreu com o trabalho de registro e comunicação desta experiência e a distribuição das sementes entre aldeias.

Anexo 20 – Mbojape Nhemongarai Aldeia Pinhal – Carta das lideranças

Encontro de Pajés no aldeia Pinhal de
municipio de Espigão alto do Iguaçu PR.
Para descutir com Pajés Para fortalecer a
cultura Indigena. Os convidados Serão
aldeia aguacsonta dois Pajés de aldeia Sebe
dois Pajés, de aldeia Palmeirinho dois Pajés de
aldeia Braui dois Pajés de aldeia Paraty mirì
dois Pajés de aldeia arapongа dois pajés de
aldeia Batuba dois Pajés de aldeia Silvero
dois Pajés de aldeia Rio Branco dois pajés
de aldeia itaoka dois Pajés de aldeia mongagua
dois Pajés de aldeia São Vicente dois Pajés
de aldeia cruzeiro dois Pajés de aldeia Tekondé
Porã dois Pajés de aldeia Yoraqua O coordenador
geral Sebastião Borges Karai Itatendy As Pessoas
quirão chegar dia nove de março as nove horas
da manhã Vão Retornar dia doze as onze horas
da manhã e tambem convidamos o Prefeito
OSSP e Vice Valdir Ronde e convidamos Cacique
Yorges P. de Teixa e O coordenador Valdir de
Souza Vice Nino gonçalves e Secretario marcio
de castro e mada mais a assinatura de Jovens

Assinatura Supriano K. Veríssimo
Wilson KARAÍ da SLVA Egidio. Enteninho - Marcia
Valdecir KARAÍ de souza LUCIA Cleonice Lucia Veríssimo
Claudilene Mindua Veríssimo

Anexo 21 – Mbojape Nhemongarai, Aldeia Pinhal – PR

Solicitação de apoio

Aos dia vinte e quatro do ano de dois mil e dez
Comunidade Aldeia Pinhal estão pedindo ajuda
a vocês para comprar violino grande para o grupo
nós não temos condições de comprar violino
que nós tanto precisamos. a casa de reza (Opy)
senti falta de violino. Por isso nos estamos
pedindo muita ajuda de vocês para que vocês
possam comprar violino grande que nós tanto
precisamos
obrigado!

Assinado O coordenador do grupo
Valdir Karai de Souza

Anexo 22 – Mbojape Nhemongarai, Aldeia Pinhal - PR

Lista de passageiros do Tekoa Pyau - SP

Jaragua

Pedro Fernandes Soares	37.581.179-5
2. Venizio da Silva	64.539.782-4
3. Marchal Tataxi cordeiro	48.446.805-4
4. Natalício Karaí de Sousa	20.408.682-1
5. Elson da Silva	49.900.458-9
6. Valdir Karai de Sousa	39.634.241-5
7. Donizete Karaí Fernandes	52.799.864-3
8. Jonata macena	53.075.461-7
9. Leonardo de Castro	69.093.709-0
10. Edmilson da Silva	36.907.372-3
11. Nilton Gabriel	38.820.586-6
12. Sandra Gabriel	47.548.230-x
13. Maria Lucia Tataxi	19.915.007
14 Ivanilda Soares Gabriel	24.165.130-x
15. Marcia Gabriel	47.539.142-3
16. Silvia Gabriel	49.752.059-x
17. Patricia Cordeiro	38.909.726-3
18. Patricia Gabriel	38.508.532-1
19. Joana Fernandes Soares	24.165.119-0
20. Rosangela Gabriel	49.276.604-6
21 Micheli Soares	48.392.882-3
22. Laura Gabriel	49.399.327-7
23. Valdelino Gonsalves	52.527.093-0
24. Mariza da Silva	36.907.372-3
25. Adriana Benite	38.620.216-3
26. Jose Fernandes	
27 samuel	
28. Alicia	
29 Miguel Verissimo Cordeiro	
30 Luiz Carlos de Sousa	

Anexo 23 – Mbojape Nhemongarai, Aldeia Pinhal - PR

Fotos

NOVOLAR
bataw

Anexo 24 – Plantio *Avaxi etei* Tekoa Rio Silveira - SP

Aldeia Rio Silveira, 19 de julho de 2010,

Em nome da comunidade dos moradores da Terra Indígena Rio Silveira, venho por meio deste documento solicitar um apoio financeiro ao Centro de Trabalho Indigenista para a realização de cinco mutirões para fazer uma roça de *avaxi eteî* (milho guarani) no Núcleo Habitacional Rio Pequeno. O valor do recurso é de R$ 750,00. Tenho a máxima urgência no recebimento porque precisamos limpar o terreno ainda em julho para fazer o plantio em setembro e colher em dezembro ou janeiro, e fazer o *nhemongarai*, batizando as crianças junto com esse cultivo.

Agradecemos muito a colaboração,

Sergio Macena

Sérgio Macena
Liderança do Núcleo Rio Pequeno
Comunidade TI Rio Silveira

Anexo 25 – Plantio de cultivos tradicionais e frutíferas – Aldeias do Vale do Ribeira e Rio de Janeiro

Fotos

Tekoa Jaikoaty – Miracatu, SP

Tekoa Amba Porã – Miracatu, SP

Itaoca – Iguape, SP

Itaoca – Iguape – SP

Paraty Miri – Paraty – RJ

Paraty Miri – Paraty – RJ

Paraty Miri – Paraty – RJ

Paraty Miri – Paraty – RJ

Paraty Miri – Paraty – RJ

Anexo 26 - Ações de Salvaguarda Emergenciais – Mbojape Nhemongarai – Aldeia Boa Vista – Ubatuba – SP

Projeto - Marcos Tupã

Tekoa Xaexaa Porã 10 de Agosto de 2009.
Aldeia Boa Vista Ubatuba São Paulo

Projeto Piloto Mbojape'i Nhemongarai
Batismo do Pão de Milho Guarani.

Objetivos gerais:

O projeto tem por objetivo vialibizar as etapas e preparativos das roças para o plantio de milho tradicional guarani nos nucleos familiar no sentido de realizar a cerimônia de bastismos do pãozinho de milho com mel de abelha jatai. Esta cerimônia acontecen apartir de dezembro a fevereiro no ciclo do tempo novo guarani, quando tambem fazem o batismo da bebida tradicioanl (caguijy) xichas (mbojape) e pãezinhos de milho com o mel de abelhas jatai.
Para nós mbya guarani, no periodo de agosto é importnte a realização das roças para que as familia possam plantar as diversas tipo de plantação. O plantio das sementes e mudas a ser realizados na luas miguantes em setembro e outubro. Estão enseridas neste projetos a participação de trezes nucleos familires com a iniciação dos preparativos dos terrenenos e epaços para o plantio, e tambems espaços os para o plantio ramas de mandiocas e plantio de milho jurua que fará parte como alimentos e para criação de (uru)galinhas caipira.
As fases e tempo será organizados das seguintes formas:

Fase 1.
11/08/2009, compras de cestas básica e ferramentas para a realização de mutirão das roças em nucleo familiares.

Fase 2.
12 /08 a 04/09 preparativo das roças por nucleos familiares.

Fase 3.
Primeiro plantio das sementes e mudas na lua minguante, tendo o periodo de referencia 11 a 18 de setembro.
Fase 4.
Segundo plantio das sementes e mudas na lua minguante, tendo o periodo de referencia 11 a 18 de outubro.
Fase 5.
Novembro a dezembro realizar mutirão para capinar e limpar as roças de milhos tradicional dos nucleos familiares.
Fase 6.
Na terceira semana de janeiro de 2010 apartir do dia 19 e 20/01, realizará a primeira colhetas do milho guarani para os preparativos da cerimônia . E 21, 22/01, será realizado os preparativos durante o dia e a noite a realização do (nhemongarai) a cerimônia de batismo do pãozinhode milho com mel de abelha jatai.

Fase 7.
Periodo de ,29 e 30 de janeiro de 2010, a realização da (nhemongarai mbya guarani), cerimônia batismo das crianças que nascem durante o ano.

Os nucleos de familias que participam do projeto:

1- cacique Altino dos santos.
2- Sra,Ilma de Souza.
3- Anildo Benites.

4-Aldo da Silva.
5-Jandira Rosa dos santos.
6-Adilio Paraguassu.
7-Fabiano dos santos.
8-Joana de Lima.
9-Mauricio dos Santos.
10- Venâncio de Oliveira.
11-Hélio Martins.
12- Claudio da Silva Santos.
13-Cleberson Evaristo.

Para a relização da fase 1. aquisição de ferramentas e lima de amolar ferramentas
13-Enxadas
4-Limas.
5-Facões
4-Machados.
17-Cesta básicas.

Objetivos espeficicos:
Os trabalhos será organizados em mutirão com a participação de chefes dos nucleos das familias com a participação de homens e jovens de formas coletivas.
Será organizada uma cozinha comunitária com a participação de duas mulhres guarani que irão preparar os alimentos.
Dois homens que irão cortar e trazer lenhas para a cozinha comunitária.
Realização da fase 3/4.
Será organizados participação de homens, jovens, mulheres e adolecentes, inclusive envolvendo adolescente escolar no plantio das semanetes do (avaxi ete'i) milho guarani como o processo de participação da vida tradicioanl e cultural da comunidade mbya guarani da aldeia Jaexaa Porã.

Fase 5.
Será organizado mutirão com a participação de homes, jovens e adolescente , para a realização de limpezas dos milharias dos nucleos familiares.
Serão convidadas as mesmas pessoas que ajudaram na cozinha para os preparos dos alimentos durante os trabalhos das roças.
Fase 7.
Encerramento do projeto com a realização do nhemongarai batismo do (mbojape hei reve)pãozinho de milho com o mel de jatai e a participação de xeramõis de outras aleias (Aldeia Tenonde Porã, Tekoa Pyhau, Krukutu, Rio Silveira, Peguaoty e Pindoty (Vale do Ribeira)

Cronograma das atividades:	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Realização da compras de alimentos e ferramento/multirão para preparativos das roças dos nucleos	X					
Miltirão do plantio da sementes e mudas nos nucleos		X	X			
Multirão de limpeza dos plantios de milhos guarani nos núcleos familiares.				X	X	

Realização da colhetas para o nhemongarai/cerimônia de batismo do mbojape pãeszinho de milho com mel de jatai mbojape ei reve.						X

O apoio financeiro será de grande importância em dois memento:

1- liberação na fase 1
2- liberação na fase 5

O projeto nhemongaraimbojape'i ei reve, Pãeszinho de milho tradicional guarani, e tambem o plantio e de iniciativa da comunidade da aldeia Jaexaa Porã Boa Vista Ubatuba, com apoio CTI Centro de trabalho Indígenista e AECID recursos do Projeto "Valorização do Mundo Cultural Guarani Mbya"

Apoio na elaboração do projeto.
Marcos tupã Membro da CNTG YVY RUPA.
Cacique Sr, Altino dos Santos Vera Mirim/Mauricio dos Santos Wera Popygua Mirim.
Participação da comunidade.

Tekoa Xaexaa Porã 10 de Agosto de 2009.

Tekoa Xaexaa Porã 10 de Agosto de 2009.
Aldeia Boa Vista Ubatuba São Paulo.

Carta de a presentação da comunidade.

Nós cacique e lideranças junto da com a comunidade, a cima mencionado, vimos atravéz desta carta apresentar o nossos anceios de realizar em janeiro de 2010 a realização o (nhemongarai mbojape ei reve) a cerimônia de batismo do pãeszinho de milho com mel de alha jatai. Esta cerimônia faz parte da nossa tradicção mbya guarani e sempre neste período do tempo mas quente do ciclo do tempo novo guarani, nós realizamos o (nhemongarai) batismo quando se faz a primeira colheta do milho. Para acontecer esta cerimônia e nescessária a realização das roças nos nucleos familiares para o plantio das sementes e mudas neste período apartir do mês de agosto mês do jurua os preparativos da roças é importante para que, em setembro e outubro possam realizar o plantio das semente e mudas

Anexo 27 – Mbojape Nhemongarai – Aldeia Boa Vista – Ubatuba – SP

Relatório Parcial - Marcos Tupã

Aldeia Boa Vista Ubatuba São Paulo 09,10 de Novembro de 2009,

Projeto Piloto Avaxi ete'i nhenhoty:
Plantio de MilhoTradicional Guarani.

Realização da atividade da fase 5 do Projeto Piloto Avaxi ete'i nhenhoty Plantio de milho Tradicional guarani.

Relatório da visitas.

Na data de 09 /11/2009.

Deslocamos até a cidade de Ubatuba para fazermos a compra de alimentos não perecíveis a ser distribuído a famílias para e realização das limpezas dos plantios das roças nos núcleo.

Foram adquiridos 14 cesta básica no valor R$, 901,39.

Fase 5
09/11/2009.

Compras de alimentos para a realização de mutirão de limpezas dos plantios de milhos e mandiocas nos núcleos familiares.

Os núcleos de famílias que participam do projeto:

1- cacique Altino dos Santos-Vera Mirim.
2- Sra, Ilma de Souza.
3- Anildo Benites.
4-Aldo da Silva.
5-Jandira Rosa dos santos.
6-Adilio Paraguassu.
7-Fabiano dos santos.
8-Joana de Lima.
9-Mauricio dos Santos.
10- Venâncio de Oliveira.
11-Hélio Martins.

10/11/2009

Junto ao Cacique Altino dos Santos- Vera Mirim, fizemos visita as roças nos núcleos das famílias.

Relatos dos chefes dos núcleos das famílias da roças.

Período de Setembro/Outubro de 2009 foi realizado as atividades dos plantios dos milhos e mandiocas. Ocorreram muitas chuvas na região, o que atrapalhou um pouco as atividades do plantio. E também ouve o ataque das formigas nas roças, mas todas as famílias da lista concluíram o plantio. Todas as famílias vão replantar as sementes e mudas diversas nas roças já realizadas. E também a noite teve a reunião e comunicou a todos das importâncias do fortalecimento do nhandereko nossa tradição e que em janeiro de 2010, haverá cerimônia do batismo do pãozinho de milho com mel de abelha de jataí.

Apoio CTI- Centro de trabalho indigenista AECID INFHAN.

Cacique Altino do Santo Vera Mirim

Marcos dos Santos CNTG YVY RUPA.

Comunidade Mbya Guarani da Aldeia Boa Vista Ubatuba São Paulo.

Anexo 28 – Mbojape Nhemongarai – Aldeia Boa Vista – Ubatuba – SP

Relatório da Cerimônia - Marcos Tupã

São Paulo 10 de Fevereiro de 2010.

Aldeia Boa Vista Ubatuba São Paulo.

Projeto Piloto Avaxi ete'i nhenhoty:
Plantio de MilhoTradicioanal Guarani e a realização da cerimônia do batismo do Mbojape há'egui Eì Pãozinho de milho com mel.

Relatório da realização da cerimônia do batismo do pãozinho de milho com mel.

Na data de 27/01/2010, logo pela manhã os principais lideranças religiosas se reuniram na opy casa de reza para organizar os preparativos da cerimônia, Os xeramoi , Sres Marcelino Nhamandu Nhe'ẽ, Pedro Fernandes Xiro e Altino Wera Mirim também a Dona Santa Rosa da Silva. Convidou a todos os adultos, jovens e crianças guarani da aldeia e explicou que dia o que estava marcado para este final do mês de Janeiro de 2010, a realização da cerimônia conforme o cronograma do projeto piloto avaxi ete'i nhenhoty. Em seguida reuniu todas as crianças e jovens moças para trazerem os avaxi das suas roças para socar em um pilão fazer kirera. E os jovens homens acompanharam com o xeramoi Pedro Fernandes Xiro as idas na mata para coletar o mel de jataí para a cerimônia trouxeram também as folhas peguaó as Liconias para embrulhar os mbojape pãozinhos de milhos depois de preparado acompanhada da Sras, Dona Santa Rosa das Silva e a Dona Tereza da costa Jera Poty, passaram a assar na fogueira logo após de assado todos os mbojape foi colocados em um cesta e trazida para a casa de reza Opy Guaxu e lá os xeramoi Marcelino Nhamandu Nhe'ẽ, Pedro Fernandes Xiró e também o Sr AltinoWera Mirim esperavam para a celebração e batismo com a participação dos homens mulheres e crianças guarani da aldeia. Ainda na casa reza o Sr Altino e a Dona Santa fizerem os relatos da importância do fortalecimento do nhandereko ete'i nossos costumes tradicionais. No sentido de revitaliza as praticas dos plantios e as cerimônias religiosa na cultura guarani e das comidas típicas. Após o nhemongueta, os relatos, os xeramoi passaram a benzer com fumaças do petygua cachimbo sagrado e seguida houve o intervalo e a noite teve o reinicio da cerimônia com as rezas do xeramoi que fizeram o batismo do pãozinho de milho com mel de jataí. No dia 27/01 pela manhã os xeramoi os pajés e a Dana Santa Rosa da silva Ara'i, convidou todas crianças para fazer o mborai canto e dança da crianças Coral Guarani da aldeia e em seguida fizeram a apreciação do mbojape.

No dia 29 a 30/01 durante a noite, houve realização da cerimônia de batismo das crianças. Recebemos a visita dos parentes guarani da aldeia três Palmeiras ES, para participarem da cerimônia e também umas crianças para batizarem com xeramoi Marcelino. Também recebemos a visita a participação do grande líder religiosa Pajé Jose Fernandes Karai Poty e sua esposa Dona Rosa e a Sandra e umas filha da aldeia Jaraguá São Paulo, tivemos também a participação da Maria Inês Ladeira CTI, Paulo Panttili, Daniel, Luiz Lira, Eliza Castilla,

A pedido do Sr Altino Wera Mirim as cerimônia do batismo do mbojape e o batismo da das crianças foram registrada em áudio visual com a caremera de vídio do projeto.

Fase 7.
Periodo de 28,29 e 30 de janeiro de 2010, a realização (nhemongarai mbya guarani), cerimônia de batismo do mbojape pão de milho com mel jatai e batismo das crianças que nascem durante o ano.

Cronograma das atividades:	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Realização da compras de alimentos e ferramento/multirão para preparativos das roças dos nucleos	X					
Miltirão do plantio da sementes e mudas nos nucleos		X	X			
Multirão de limpeza dos plantios de milhos guarani nos núcleos familiares.				X	X	
Realização da colhetas colhetas para o nhemongarai/cerimônia de batismos das crianças guarani e mbojape pãozinho de milho com mel de jatai avaxi ete'i.						X

Anexo 29 – Mbojape Nhemongarai – Aldeia Boa Vista – Ubatuba – SP

Fotos

Preparo do *Mbojape avaxi* (Pão de milho)

Preparo do *Mbojape avaxi* (Pão de milho)

Preparo do *Mbojape avaxi* (Pão de milho)

Mbojape avaxi **(Pão de milho)**

Preparo de velas para uso ritual

Opy preparada para a celebração do ritual

Anexo 30 – Planejamento *Guembe Nhemongarai* na Aldeia Pinhal - PR

Viagens de Intercâmbio ritual entre as de São Paulo/SP (Tis Jaraguá e Tenondé Porã) e a aldeia Pinhal (TI Rio das Cobras)

Justificativa: Serão realizadas duas viagem de intercâmbio ritual nas quais os Guarani das aldeias de São Paulo e Paraná participarão conjuntamente de duas modalidades distintas do ritual de batismo *Nhemongarai*, a partir da inclinação das lideranças espirituais de cada uma das comunidades. Na aldeia do Pinhal, entre os dias 15 e 19 de Dezembro será realizada a cerimônia do *Guembé Nhemongaraí*, na qual se "batizam" os frutos da planta XXX, de especial importância cosmológica para os Guarani. Esse fruto não é encontrado nas variedades adequadas para o ritual na região de São Paulo, de modo que o ritual não é realizado nas aldeias ali localizadas. Por isso, o interesse dos Guarani das aldeias de São Paulo em participar desse ritual na aldeia do Pinhal, que se dispôs a organizar a cerimônia para receber os parentes. Como forma de retribuição, será realizada na aldeia do Jaraguá, a cerimônia do Nhemongarai através da modalidade conhecida como *yy karai*, na qual se confeccionam velas de cera de abelha *jatei*. Essa cerimônia é realizada tradicionalmente pelo rezador *Karai Poty*, residente no Jaraguá, e cujo poder espiritual é reconhecido amplamente pelos Guarani. Por essa razão, os Guarani da aldeia do Pinhal tem muito interesse em participar da cerimônia, na qual poderão levar as crianças cujo nome ainda não foi revelado para serem batizados por *Karai Poty* nessa cerimônia.

Anexo 31 – Relato do *Guembe Nhemongarai* na Aldeia Pinhal - PR

(1) 16/12/10 - Relatório

Guembe Nhemongarai (Pinhal)-PR

Para muitos, principalmente participantes do Estado de São Paulo, as datas do dia 14 a 17 de Dezembro foram datas significativas, culturalmente afirmando. Como se sabia para uma grande parte, esse momento era inédito, Guembe Nhemongarai, todos já haviam ouvido falar sobre, porém percebia-se claramente de que pouco se sabia, em relação á esse Nhemongarai. Estavam presentes no encontro o Xeramoi Cedaõ Papa, da aldeia Tenonde Porã, Xeramoi José Karai Tataendy, morador local que estava residindo da aldeia Tenonde Porã á 13 meses, que fez questão de acompanhar o Grupo, Xejaryi Verginia Para,

(2) (2)

da aldeia Jaragua Tekoa Pyau, acompanhando um grupo grande da mesma aldeia, em sua maioria os jovens. Xeramoi Sebastião Poger da aldeia Pyau, que já se encontrava na aldeia Pinhal desde data do dia 09 de Dezembro, no intuito de organizar o Nhemongarai, estava atento para que os visitantes tivessem uma boa estádia na comunidade, e principalmente participassem da cerimônia, pois sabia que o grupo jovem nunca tinham presenciado tal Nhemongarai, então enfatizava a importancia de que todos deveriam participar principalmente com espirito. Que deveria sentir espiritualmente toda a celebração, e que poucos tinham ~~as~~ essa oportunidade, levando em ~~cond~~ consideração aí →

③ dificuldade em achar Gruembe nas regiões das localidades em que se encontravam. Afirmava que todos os Xeramoi, os mais velhos conheciam esse Nhemongarai, que portanto todos prestassem muita atenção no quando e como se realiza esse Nhemongarai, e que cada qual ao longo de suas vidas perguntassem para os que sabem, e/dessa forma se tornassem futuros multiplicadores de mais essa sabedoria guarani na oralidade e na pratica. E que certamente muitos daqueles presentes se tornariam esses, dessa forma estava muito agradecida pelo apoio da Maria Inês Kerescu.

(4) Muitos outros, os que sabem sobre o Guembe Nhemongarai; Pedro Vicente, sua mãe Cira'i Peranda moradora local, D. Rosa sogra do Sebastião Veríssimo, Xiyayi Kuery presente deram nas formas das belas palavras a sabedoria que guardavam sobre. E D. Rosa moradora local, fez um lindo relato sobre a fruta sagrada, tal como o Pedro Vicente havia relatado, tradicionalmente o Nhemongarai do Guembe era realizado para simbolizar a harmonia do Guarani com a natureza, e que essa fruta era muito especial, cuidadosamente se retirava da mata, rezas e com pedidos de licença se realizava em primeiro lugar, para depois se fazer a coleta.

→

(5)

E que após o Nhemongarai, esporadicamente se podia coletar para as casas, pois era um, e que ainda é um dos alimentos tradicionais que alimenta o corpo físico e alimenta o espírito. D. Rosa falava com emoção das cerimônias que participara quando moça, contara que o Guembe após Nhemongarai o maduro se consumia com farinha de milho "Avasci Kuri", e que o verde e também o maduro se assava, e que não havia sabor mais apresiado nesse tempo. época Admirava a fruta, pois havia uma vasta sabedoria Guarani em relação a ela, ao consumir tinha que ter muita cautela, pois caso contrário o amargo e o mal estar causado por ela

(6)

reagia de modo bem desagradável. Um fato se desenvolveu de modo bem oportuno, o líder que normalmente está sempre envolvido nas questões voltada para a cultura Guarani, Valdir Karai Jejoko, envolveu os jovens em uma conversa que visava um futuro próximo, para fortalecer os Nhemongarai ainda realizada na maioria das aldeia, e também resgatar o que já não é mais realizada, e ao menos conhecido por alguns Guarani. O mesmo falava em fazer acontecer o Nhemongarai do "Huiy", que ainda se fala, mais que há algum tempo não se realiza nas comunidades Guarani. →

(7) Falou também de um Nhemongarai, que absolutamente a maioria do grupo jovem nunca haviam escutado sobre. Nessa conversa o Cacique Jorge Tupã se interou pontuando que os Guarani sempre faziam os Nhemongarai para todas as coisas, em relação a natureza e que se consome dela, das plantações. Assim como o que o Valdir estava estudando, o Nhemongarai "Guraiã" (passáros). Ele relatara que quando era criança, os avos faziam esse nhemongarai, e também vários outros, pois tudo que era de bem para o povo, diante da sabedoria com o qual Nhandem

(3) haria nos enviado, tudo teria que ser consagrado, para assim a vida ter sempre o equilíbrio. Para plantar as sementes se faz a reza para Nhanderu, posteriormente na colheita outra para se agradecer. Para tirar remédios, material de artesanato de uso, a pesca e caça, todos esses tinha as suas concepções.

Certamente esse encontro como todos os outros foi muito importante para todos, para o mundo Guarani, pois além da Nhemongarai, houve troca de sabedoria. Pessoas de São Paulo levando para suas aldeias, remédios tradicionais, folhas de batata doce guarani etc.

Anexo 32 – Fotos *Guembe Nhemongarai* na Aldeia Pinhal

Chegada na Aldeia

Organizadores da atividade

Opy (Casa de reza)

Petyngua (Cachimbo)

Petyn (Fumo)

Ka´a Yakua (Cabaça para erva-mate)

Amba (Altar ritual)

Guembé

Takuapú (bastão rítmico)

Anexo 33 - Intercâmbio de matéria prima para confecção de artesanato, aldeias Amba Porã (Miracatu) e Paranapuã (São Vicente), SP, 2010 – Solicitação da comunidade

Aldeia Indigena Paranapuã. SÃO. VICENTE
Em nome da comissão Nacional Yry-Rupa
viemos ~~pe~~ fazer pedidos de transportes Para
localizar de Paranapuã Para aldeia Amba.porã
município de miracatu.
Para fazer trabalho juntos com os alunos
Retirar materiais para fazer artesanatos. que
a saída de Paranapuã e no dia: / e o
Retorno no dia: / Números de pessoas
são 26 no maximo; DUZENTOS. REAIS
e também 2,00. REAIS. de alimentação que será
~~utiliz~~ utilizado durante o TRABALHO.
e comunidade agradece
Obrigado!

ASS. COMUNIDADE:
Gabriela da Silva
Eleno Fernandes
Cristiano Vicente
Leonilda da Silva
Josima Pires de lima.
Luiza Benite
Alexandre
Daniela da Silva
Jessica Pires de Lima
Catarina Pires de Lima
Vanusa Pires de Lima
Marcelo da Silva
Suzana da Silva

ASS: CACIQUE
Didalo Fernandes

Anexo 34 - Intercâmbio de matéria prima para confecção de artesanato, aldeias Amba Porã (Miracatu) e Paranapuã (São Vicente), SP

Fotos

SURF COMPANY

Anexo 35 - Encontro com xeramõi João da Silva da aldeia Sapukai, RJ, na aldeia Tenonde Porã

Tekoa; Jata·ity (Canta Galo)-RS
Data 23 de Julho de 2010

Viemos por meio desta pedir apoio ao CTI (centro de trabalho Indígena), transporte (1 VAN), recurso para alimentação durante a viagem, local da saída, tekoa Peguaoty, com destino para tekoa; Tenonde Porã. O objetivo do encontro que se realizará nas datas do dia 31/07 a 01/08, é de fortalecer as práticas religiosas e tradicionais na Opy, onde os Xeramoi local junto aos convidados serão homenageados pelos os mais jovens. Número de pessoas da tekoa Peguaoty (10), entre esses; Sr João da Silva, D. Julia, Luis Elzelio, Renato Mariano. Solicitamos também apoio para compra de "Petÿ" "Ka·a·i", para usar no evento.

Certos do apoio
agradecemos desde já.

Assinaturas
Renato da Silva RG: 50.375.980-7
Luiz Erzelio RG 40136251-5, Eziquiel Pires de Lima RG: 24.165.138-4

Anexo 36 - Encontro com xeramõi João da Silva da aldeia Sapukai, RJ, nas aldeia Tenonde Porã - Fotos

Anexo 37 - - Intercambio de espécies, plantio e criação de viveiro de mudas de plantas medicinais na aldeia do Krukutu – Solicitação

Projetos Tradicionais guarani Mbyá. 10/06/10

1) **Projeto de cultivo de Erva Medicinal**: São tradições antigas que os guaranis utilizavam como remédio natural. Na época dos antigos ainda não precisava plantar. só coletavam e preparavam para tomar. E não faltava em qualquer parte da região habitada pelo povo guarani : na própria floresta tinha o que precisavam.
Devido a diminuição do território indígena, cada vez mais é difícil encontrar o que nós precisamos : temos que sair e viajar em busca de muda e sementes para reproduzir em ambiente seguro e conservado para manter sempre em uso cultural. Por isso hoje em dia é importante ter o projeto de cultivos medicinais.

2) **Por que é importante para a comunidade do krukutu**?

As Ervas medicinais Naturais das matas são importantes não só para uma ou três aldeias. Em muitas regiões do nosso país Brasil, os guaranis espalhados nos estados estão utilizando remédios naturais. Para certas doenças nós conseguimos encontrar aqui em são Paulo, o que não tem nessa região precisamos procurar onde tem. Ex:Pariparobas é número um para gripes e febre normal. Infelizmente não se encontra no estado de São Paulo. Geralmente é encontrado em qualquer parte do Paraná, de Curitiba Pato Branco Guairas Foz dos Iguaçu, ate no estado de SC. bem conhecido o nome de Pariparobas.

Além disso, com a presença dos postos de saúde na aldeia, os jovens vêm perdendo o costume de procurar os xeramoi para se tratar com remédios tradicionais, dando preferência para os remédios prontos de farmácia Com isso, o conhecimento dos mais velhos sobre as ervas medicinais vai sendo pouco valorizado pelas novas gerações, que pouco se interessam em aprender e dar continuidade a esta ciência tradicional.

3)-**Atividade:**

a)-A visita no Paraná: é importante porque na maior parte do estado existem remédios naturais , o que não tem em São Paulo encontramos em quases todo o estado. Uma árvore chamada de Alecrim só podemos encontrar na região sul do Paraná, localizamos nas seguintes regiões: em Mangueirinha/PR - na beira do Rio Iguaçu na aldeia Palmeirinha; na reserva guarani Rio das Cobras no Município de Nova Lanjeiras; e no interior de Quedas dos Iguaçu, na aldeia Pinhal, sendo todas as comunidades do povo guarani. Este informação não quer dizer que quando chega no local já vai ver nem um pé de Alecrim; tem que entrar nos matos a procura, às vezes precisando ir longe e demorando quatro ou cinco dias para encontrar. O alecrim serve para curar dor de cabeça muito forte, e também na crença dos guaranis um pajé vai benzer a erva para por no fogo e assim espantar maus espíritos, ou quando uma criança não consegue dormir.

b)-Trabalhos atual

O trabalho começou este ano de 2010 fevereiro endiante com todos jovens interessado. Na verdade xamoi Laurindo Verissimo tupã miri já tinha atividade de curar e receitar ervas medicinais antes de ser consagrado para ser Ancião. Este ano nos da nova organização formamos equipe de jovens a incentivar para futuramente continuar o mesmo objetivos para valorizar erva medicinal que os antes passados usaram na suas aldeia. Enquanto não tinha invasor de espanhóis e português nas nossas terras

Anexo 38 – Intercambio de espécies, plantio e criação de viveiro de mudas de plantas medicinais na aldeia do Krukutu –Relato da viagem ao Paraná

Viagem para a coleta de plantas medicinais nas aldeias Tapixi e Pinhal (TI Rio das Cobras, PR)

De 12 a 16 de novembro de 2010

Os Guarani da Aldeia Krukutu (SP) Laurindo Veríssimo, Fábio, Edilséia, Mariano (do Silveira), Beatriz, Janaína, Madalena, Denilson, Mateus, Luiz Fabiano e Tomas, realizaram a viagem às Aldeias Tapixi e Pinhal na Terra Indígena Rio das Cobras com o intuito de coletar mudas de plantas medicinais para o incremento de um viveiro na Aldeia.

Os participantes já conheciam as aldeia visitadas e tem diversos familiares residindo vivendo nestas aldeias.

A chegada à aldeia Tapixi foi no dia 13 de novembro pela madrugada, iniciando pela manhã junto ao cacique Júlio Veríssimo e o pajé Marcolino o planejamento de suas estadias.

Xeramõi Laurindo Veríssimo fora convidado pelo xeramoi Marcolino para que realizasse a cerimônia do batismo de ervas, fortalecendo ainda mais os propósitos de troca entre as aldeias em questão, durante as conversas abordaram diversas temáticas, tais como os cultivos medicinais e seus remédios, educação e saúde nas aldeias.

Durante o dia coletaram as mudas de plantas medicinais bem como cascas e frutos na mata, durante a noite houve o Batismo da Erva Mate.

No dia seguinte foram à Aldeia Pinhal, onde acompanhados pelo cacique Moacir Pires de Lima, jovens e mais velhos puderam coletar outras espécies de plantas medicinais na mata. Ainda houve tempo para se banharem no rio. Pela noite participaram de mais um cerimônia na casa de reza.

Foi possível trazer diversas variedades de plantas medicinais, entre mudas, sementes e cascas de árvoes

As mudas já foram plantadas na Aldeia Krukutu e estão crescendo. Algumas já estão sendo utilizadas em pequena quantidade para o uso medicinal, auxiliando e promovendo a melhoria da saúde e o fortalecimento da relação entre os Mbya com os remédios da mata.

Anexo 39 – Cerimonia do Yy Karai na Aldeia do Jaraguá - SP 2011

Fotos

Anexo 40 - Oficina de *mimby* (flauta) na aldeia Tenonde Porã – Solicitação

Conselho de Lideraças Guarani Tenonde Porã

Aldeia Guarani Tenonde Porã – Estrada João Lang, 153 - Barragem

São Paulo – SP – CEP: 04895-070

Oficina de Flauta Feminina.

Viemos por meio desta, solicitar ao CTI (Centro de Trabalho Indígenista) apoio para promover um encontro em nossa TI Guarani Tenonde Porã, que tem por objetivo realizar durante cinco dias, uma oficina de "Mimby" (Flauta Guarani.) Gostaríamos de trazer de volta essa pratica, fortalecendo nossa cultura com os mais jovens de nossa comunidade, jovens que precisam conhecer cada vez mais sobre sua cultura tradicional, a arte de fazer música com flautas femininas, o qual poucos conhecem, esse aspecto acreditamos que seria de grande importância para todos nos. Queremos realizar a oficina com a participação de moradores locais, os Xeramoi e Xejaryi, e algumas mulheres da TI Rio Silveira (litoral), tendo com publico alvo os jovens. A professora Guarani e liderança na comunidade, Jera Poty Miri – Giselda Pires de Lima, salientou na reunião local após participação na oficina realizada no Sul, na aldeia Guarani Mbya "Ko'eju" a importância de "jaru ju" (trazer de volta) essa manifestação de musicas com flauta, que esta muito ligada as pratica religiosa. Relatou com muita propriedade e emoção os momentos de contato e aprendizados com algumas das Xejaryi, as mesmas que ministraram as oficinas da Flauta no encontro, principalmente com D. Ilma. Levando em conta que, atualmente são poucas as pessoas que conhecessem esse saber, é muitíssimo importante promover essa oficina, queremos muito apoiar á idéia da Jera Poty Miri, realizando esse encontro que seria rico para nossa cultura, onde as meninas estariam aprendendo sobre seus significados. De como faz as flautas, quem faz, que tipos de taquara se usa entre as variadas espécies conhecidas, e em que situações são praticadas. Enfim todo o princípio voltado em relação às flautas. Após a oficina queremos apoio para reproduzir em DVD de aproximadamente (1) uma hora, na qual conteria imagem com áudio sem tradução para o Português, de meninas tocando

E-mail: jeraguaranister@gmail.com

Fone: 5977-37349535-8517

as flautas, filmagens das atividades da oficina de um modo geral, as falas dos mais velhos sobre, e esse produto seria para podermos compartilhar com outras comunidades Guarani, principalmente para escolas Guarani. Achamos conveniente realizar essa oficina no mês de Fevereiro pegando uma data em que vamos também realizar o Nhemongarai do Ka'a'i, onde os Xeramoi poderão abordar o assunto com mais força, contando também com a presença de pessoas da aldeia Rio Silveira. As datas que pensamos são do dia 11 a 15 de Fevereiro, e no dia 11 aconteceria o Nhemongarai, até a segunda ordem dos Xeramoi.

Coordenadores da Oficina:

1- Giselda Pires de Lima, RG: 24.165.138-4

Contatos: (11) 5977-3734, 9535-8517.

E-mail; jeraguaranistter@gmail.com

2- Claudio Fernandes da Silva Branco, RG:

Local da Oficina: Opy Guaxu da Tekoa Tenonde Porã.

Duração da Oficina, cinco (5) dias.

Aldeia convidada, Rio Silveira (litoral).

Números de pessoas, trinta (30).

Publico Alvo, Jovens da aldeia visitante e jovens da aldeia local.

Conselho de Lideraças Guarani Tenonde Porã

Aldeia Guarani Tenonde Porã – Estrada João Lang, 153 - Barragem

São Paulo – SP – CEP: 04895-070

Planejamento.

Data: 11-02-11, (Sexta feira).

Chegada do pessoal do Rio Silveira.

Recepção na Opy.

Apresentação das pessoas visitantes e dos participantes da aldeia local, e falas sobre a oficina.

Opy (Nhemongarai Ka'a'i**).**

12-02-11, (Sábado).

Após o almoço, inicio da Oficina.

13-02-11, (Domingo).

Continuação da Oficina.

14-02-11, (Segunda-feira).

Continuação da Oficina.

15-02-11, (Terça-feira).

Encerramento.

Após almoço, retorno das pessoas do Rio Silveira.

E-mail: jeraguaranister@gmail.com
Fone: 5977-3734/9535-8517

Conselho de Lideraças Guarani Tenonde Porã

Aldeia Guarani Tenonde Porã – Estrada João Lang, 153 - Barragem

São Paulo – SP – CEP: 04895-070

Atenciosamente.

Cacique

_____

Vice-cacique

_____

Conselho Guarani.

E-mail: jeraguaranister@gmail.com
Fone: 5977-37349535-8517

Anexo 41 - Oficina de *mimby* (flauta) na aldeia Tenonde Porã – SP

Relatório

Tekoa: Tenonde Porã, 17 de Fevereiro de 2011.

Relatório – Giselda Pires de Lima - Jera

Oficina de “Mimby Kunha Oiporu va’e” (Flauta Feminina Guarani).

Nas datas do dia 11 á 15 de Fevereiro, se realizou a oficina de “Mimby” para os jovens da aldeia local e os da aldeia Rio Silveira (Litóral). As pessoas que ministraram foram: Adolfo Timóteo, D. Jera Rete, D. Rosa Veríssimo, Gino de Castro de Souza e Pedro Vicente, (os mais velhos). Os mesmos seguindo a ordem natural, são uns dos que conhecem profundamente a cultura tradicional, por serem mais velhos e assim terem experiências, assim como tantos outros em aldeias Guarani. A Jera Rete moradora e convidada da TI Rio Silveira, foi lembrada para ser a figura principal na oficina, por ser umas das poucas que ainda sabe tocar as músicas no Mimby, ela encontrou algumas dificuldades para desenvolver o trabalho, pois fora de época foi difícil coletar as Taquaras para confeccionar as flautas. Contudo foi gratificante, pois como uns dos meios de transmissão de aprendizado tradicional é através da oralidade, essa parte foi muito bem desenvolvida, principalmente pelo ancião Pedro Vicente, que tem uma vasta sabedoria nos aspectos tradicionais, e por sempre estar presente nos trabalhos de fortalecimento da identidade cultural, novamente teve um papel extremamente fundamental durante os trabalhos. Gostaria de enfatizar que além da oficina de Mimby, os jovens puderam conviver uns com os outros, falando sobre as suas

vivencias tradicionais em suas aldeias, participaram do “Mbojape Nhemongarai” (Consagração do Milho e do Mel), no “Opy” (casa de reza) do “Xeramoi” (lider espiritual) Inacio Vicente Karai. Nas outras noites todos participaram ativamente, cantando, dançando e ouvindo as belas palavras sobre a cultura.

Aprendizado sobre o Mimby Kunha Oiporu va’e.

Na citação de todos que conhecem a pratica do uso tradicional do Mimby na cultura Guarani, durante o evento, seguramente nos contaram que antigamente em todas as aldeias contavam com mulheres que sabiam fazer o Mimby, tocar, falar sobre a importância do uso principalmente na religião, enfim sobre sua origem. Em sua maioria eram mulheres mais velhas, pois aprender todos os seus significados e assim praticar, demandava muito tempo de aprendizado. E que os momentos de uso aconteciam da parte das bem velhinhas, na condição de serem “Xejaryi” (líder espiritual feminino), em todas as manhãs a fim de Consagrar a vinda de cada “Nhanderu’i Nhamandu” (Divindade- Sol). Para agradecer por mais um dia. Um outro momento era na parte do meio dia e outra no fim da tarde. Um outro que era o grupo das mais novas, porém como já citadas acima as que tinham um tempo de experiências, tocavam as musicas de cantigas de ninar com as flautas, para cuidar, acalmar e fazer dormirem seus filhos, netos ou até mesmo de terceiros. Tocavam uma que todos conhecem que é o “Parakau Ndaje Omano” (titulo de uma musica Guarani- Infantil), e tocavam para receber visitas de outras aldeias. Quando as visitas se anunciavam com o “Popygua” (instrumento religioso Guarani), elas tocavam na porta da casa de reza, para depois adentrar na casa acompanhando as mulheres tocando as flautas, assim depois de fazer três voltas aconteciam os cumprimentos tradicionais. Na hora do retorno das visitas novamente se tocava o Mimby. No depoimento da D. Rosa Veríssimo, diz que as Filhas do “Tupã Kuery” (Divindade) tocam o Mimby na morada sagrada, que é por isso que as mulheres aqui na terra tem que praticar também, pois a sabedoria nesse aspecto é muito sagrado, que

algumas mulheres vieram para essa função, que por isso nem todas possui o dom, para tal pratica. As musicas no Mimby, em sua maioria trás a sonoridade dos cantos dos pássaros, como do “Avia Pytã” (sabiá vermelho), que é um dos mais tocados pelas as mulheres. Existem dois tipos de Mimby, a primeira que é composta por apenas três taquaras, chama-se “Ixy” (flauta mãe), e outra é com cinco “ta’y’i” (flauta filho). Cada qual é cortada na medida no tamanho certo de acordo com a nota especifica. E as taquaras mais utilizadas são á de espessura fina que são chamadas de “takua ete’i”.

Como também citado a cima, nem todas as mulheres têm o dom para adquirir esse conhecimento, porém a Jera Rete da aldeia Rio Silveira, se disponibilizou para ensinar as meninas que querem aprender, para que elas se descubram, e dessa forma fortalecer e trazer de volta essa pratica na cultura Guarani Mbya.

Giselda Pires de Lima

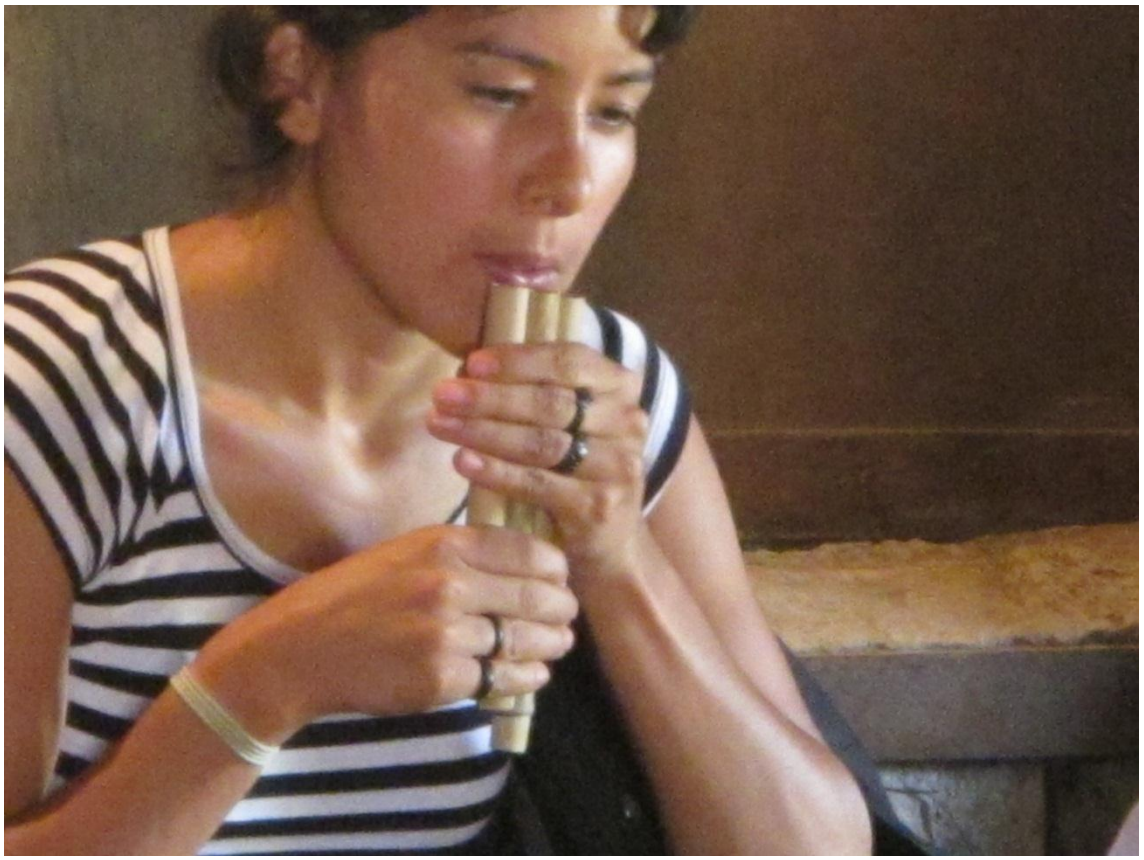
Anexo 42 - Oficina de *mimby* (flauta) na aldeia Tenonde Porã

Fotos

A'YGUASÉ ÑANDE
TRAINING

ARTE
NA
RUA

SONY



Anexo 43 – Nhemongueta - Ensinamentos sobre os rituais aos jovens das aldeias Três Palmeiras, Boa Esperança e Piraqueaçu na Opy da aldeia Boa Esperança - ES

Em fevereiro de 2010, realizamos uma reunião na Aldeia Boa Esperança (Tekoa Porã) com membros das aldeias guarani do Espírito Santo para apresentação do projeto "Valorização do Mundo Cultural Guarani". Além dos membros da equipe do CTI e dos pesquisadores que participaram da primeira fase de levantamento do INRC Guarani no Espírito Santo contamos também com a participação de um dos coordenadores da Comissão Yvy Rupa e de representantes da Superintendência do IPHAN do Espírito Santo e da pesquisadora Celestre Ciccarone, que desenvolve trabalhos com essas comunidades há muitos anos. Nesta reunião, pudemos ouvir as ideias e expectativas das lideranças guarani ali presentes, que expressaram o desejo de realizar um encontro que reunisse os mais velhos e jovens das comunidades guarani do Espírito Santo e alguma liderança religiosa e política de outra aldeia, para que os jovens pudessem ouvir e aprender com as experiências e orientações desses mais velhos. Também indicaram a necessidade de construção de uma *opy* (casa de rezas) na aldeia Boa Esperança.

Desde então, algumas lideranças dessas aldeias se empenharam nos preparativos de tal encontro em colaboração com o IPHAN do Espírito Santo e o CTI. A articulação com as lideranças da aldeia Sapukai, localizada em Angra dos Reis, RJ para viabilizar a participação do xeramoi e cacique João da Silva foi uma parte fundamental de construção dessa ação de salvaguarda. Cabe notar também, que o cacique de Boa Esperança, Antônio Carvalho, também investiu na articulação com as famílias e lideranças da Aldeia Boa Vista, em Ubatuba, SP, com vistas à obtenção de matéria prima para a cobertura da casa de rezas que seria construída num segundo momento.

O encontro, então denominado, Nhemongueta, ocorreu no final de fevereiro de 2011 e rendeu ótimas experiências para todos os envolvidos. As pessoas mais velhas estavam profundamente mobilizadas com a perspectiva de reencontrarem o xeramoi João da Silva, assim como terem uma oportunidade mais formal para compartilharem seus saberes com as gerações mais novas. Os mais jovens, por sua vez, cultivavam suas próprias expectativas e se empenharam muito nos preparativos.

Desde a chegada da equipe do CTI, representada por Adriana Testa, e da Superintendência do IPHAN do Espírito Santo, representada por Caroline Lauar, pudemos observar a magnitude e importância que essa ação ganhava para os moradores das aldeias envolvidas. O xeramoi Jonas, irmão mais velho do cacique de Boa Esperança, nos recebeu com uma longa conversa em que enfatizou a importância desse tipo de ação. Ele recordou o encontro realizado na aldeia Peguaoty, Sete Barras, SP, em que houve a criação da Comissão Yvy Rupa em 2006. Suas lembranças desse encontro não se limitam à importância da Comissão na garantia dos direitos dos Guarani, especialmente os direitos fundiários, mas contemplam também a possibilidade que esse encontro trouxe de reunir tantos parentes e lideranças religiosas e políticas de todos os estados das regiões sul e sudeste. Ele lembrou das noites inteiras de rezas, em que jovens, idosos, homens e mulheres se revezavam na realização de cantos e danças; dos intensos debates e das longas sessões de aconselhamento, em que os mais velhos compartilhavam seus

saberes com todos os presentes. Para ele, o nhemongueta que estava prestes a acontecer na sua aldeia representava uma continuidade em relação àquele encontro em Peguaoty.

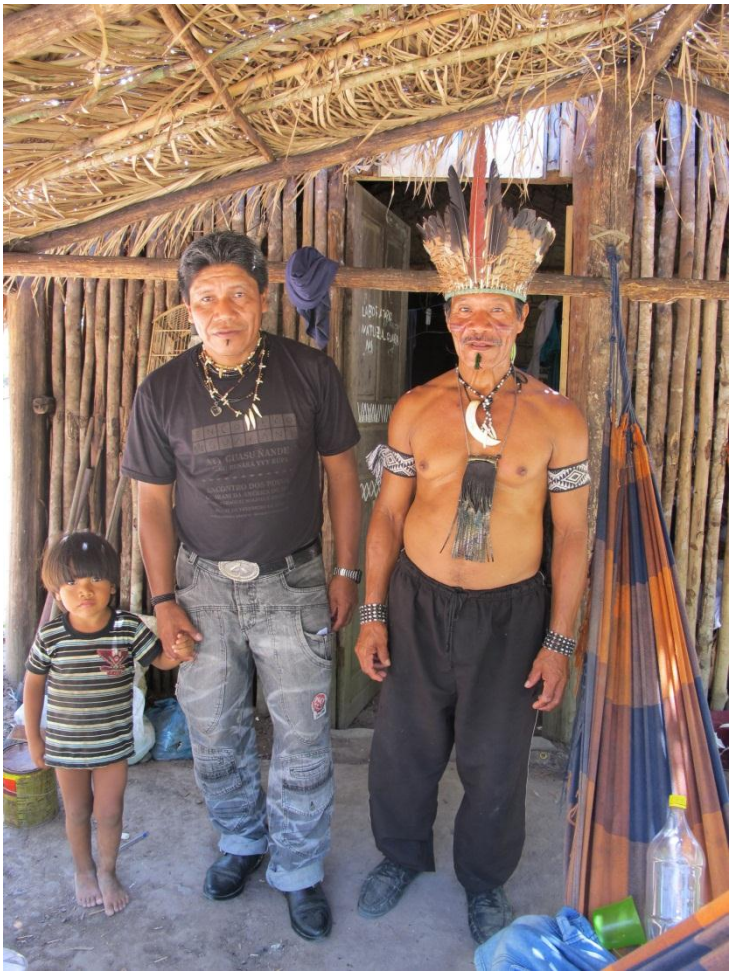
Na noite anterior à chegada do xeramoi João da Silva e a realização do evento propriamente dito, nos reunimos na *opy* (casa de reza) e os mais velhos falavam entusiasmados sobre suas experiências e saberes, preparando os mais jovens para o encontro que começaria no dia seguinte.

Os mais velhos contaram sobre como era a vida quando eram jovens e as orientações que recebiam dos seus mais velhos. Muitas mulheres contaram para as mais jovens sobre mudanças que observam hoje na alimentação, na forma de se vestir, cuidar do corpo e das crianças. Os mais velhos também fizeram várias referências à importância da linguagem, principalmente aquela usada na casa de rezas e falaram sobre os cantos-rezas.

A chegada do xeramoi João da Silva, cacique da Aldeia Sapukai, acompanhado por seu neto foi acompanhada por muito entusiasmo nas três aldeias do Espírito Santo, cujos moradores foram recebê-lo. Xeramoi teve a oportunidade de compartilhar muitas narrativas, experiências e conselhos com os mais jovens dessas aldeias durante o evento *nhemongueta*, assim como contribuir para o reconhecimento do papel fundamental dos mais velhos nos processos de produção e transmissão de saberes nas aldeias.

Anexo 44 – Ensinamentos sobre os rituais aos jovens das aldeias Três Palmeiras, Boa Esperança e Piraqueaçu na Opy da aldeia Boa Esperança - ES

Fotos



Ações de Promoção e Divulgação

DVD – Orereko Mbaraeterã – Valorização do Mundo Cultural Guarani

DVD – Mbojape Nhemongarai – Aldeia Pinhal